

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Camila Neves Silva

Nos caminhos de Lund: Significações sobre Paleontologia e Educação Ambiental

JUIZ DE FORA

2022

Camila Neves Silva

Nos caminhos de Lund: Significações sobre Paleontologia e Educação Ambiental

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação. Área de concentração: Educação brasileira: gestão e práticas pedagógicas.

Orientadora: Profa. Dra. Angélica Cosenza Rodrigues

JUIZ DE FORA

2022

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva, Camila Neves.

Nos caminhos de Lund: Significações sobre Paleontologia e Educação Ambiental / Camila Neves Silva. -- 2022.
398 p. : il.

Orientador: Angélica Cosenza Rodrigues
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora,
Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação,
2022.

1. Paleontologia. 2. Educação Ambiental. 3. Análise Crítica do Discurso. I. Rodrigues, Angélica Cosenza, orient. II. Título.

Camila Neves Silva**Nos caminhos de Lund:** significações sobre paleontologia e educação ambiental

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação. Área de concentração: Educação brasileira: gestão e práticas pedagógicas.

Aprovada em 11 de abril de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Angélica Cosenza Rodrigues - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dra. Sonia Regina Miranda
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr. Vicente Paulo dos Santos Pinto
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dra. Michèle Tomoko Sato
Universidade Federal de Mato Grosso

Dr. Philippe Pomier Layrargues
Universidade de Brasília

Juiz de Fora, 17/03/2022.



Documento assinado eletronicamente por **Vicente Paulo dos Santos Pinto, Professor(a)**, em 12/04/2022, às 06:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **Angélica Cosenza Rodrigues, Professor(a)**, em 17/04/2022, às 19:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do



[Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Michèle Sato, Usuário Externo**, em 06/05/2022, às 14:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **SONIA REGINA MIRANDA, Usuário Externo**, em 07/05/2022, às 23:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Philippe Pomier Layrargues, Usuário Externo**, em 09/05/2022, às 10:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **0714500** e o código CRC **5F2FABE1**.

Para Marquinho, Wanessa e tio Newton,
que deixaram este mundo pandêmico sem que eu pudesse me despedir.
A lembrança de seus sorrisos me fez mais forte.
A vida, afinal, é eterna quando a cultivamos na simplicidade dos momentos bem
vividoss.

AGRADECIMENTOS

É final de tarde de um dia cinzento e chuvoso. Meu horário favorito, meu tempo perfeito. Nenhuma chance de eu não me sentir inspirada neste momento. Eu sempre gostei dos minutos que antecedem o crepúsculo, porque eles parecem perfeitas misturas de passado, presente e futuro. O dia já se foi, assim como os anos de minha infância. Saudade. Agora é hora de descansar após um dia de tarefas cumpridas, de tomar um banho relaxante e jantar sob a luz alaranjada de um abajur. Aconchego. Amanhã é um dia repleto de possibilidades. Esperança.

Para completar, o estalar das gotas de chuva na janela e o cheiro de terra molhada, que desde criança me fazem sentir mais reflexiva. Costumava pensar como as matas se sentem com a chuva, abrigando seus animais e banhando-se para amanhecerem ainda mais verdinhas. Ia ainda mais longe e pensava no silêncio que tomava conta de mulheres e homens das cavernas enquanto entravam mais fundo nas estruturas rochosas, para acenderem suas fogueiras e contemplarem a força da natureza. Estariam tensos/as porque a chuva os impossibilitaria de ouvirem os predadores se aproximando, ou finalmente relaxados porque as feras também se esconderiam?

Mente imaginativa. Bastante. Poderia, ainda, passar horas divagando sobre o tempo, viajando em suas dobras tão heterogêneas, complexas e não lineares, mas imagino o quanto isso seria cansativo para você, leitor/a. Abstenho-me, agora, de mais linhas viajantes, para ater-me aos agradecimentos a todos os sujeitos que vêm acompanhando de perto, não apenas minha trajetória enquanto doutoranda, mas minha história de vida.

E quem melhor para abrir essa lista do que aqueles que me criaram com os pés tão firmemente fincados no mundo da imaginação (no melhor dos sentidos)? Aos meus pais, a base de meu mundo, meu muito obrigada por me apoiarem em TODAS as etapas de minha vida. Nem sempre foi fácil, mas eu sei o quanto eles batalharam para que nunca faltasse nada a mim e ao meu irmão, principalmente uma boa educação. Em especial, agradeço à minha mãe, Carmem Lúcia, por tanto incentivo com as leituras e com a vida de professora, e ao meu pai, Tarcísio, por me ensinar a amar a natureza em todas as suas formas. Os melhores pais que uma “bruxinha verde” cheia de imaginação poderia ter. Amo muito vocês!

Agradeço ao meu irmão, meu presente dos céus, que tornou minha vida muito mais feliz. De meu primeiro aluno, passou a ser meu companheiro de todas as horas, para hoje ser meu amigo e protetor. Mas será sempre meu doce e incrível menininho.

Meu agradecimento ao meu avô Paulo Neves e ao meu avô Veríssimo, que não estão mais neste plano, mas que deixaram um imenso legado de ensinamentos. Às minhas avós, Maria (Dona Mara) e Nely, agradeço simplesmente por estarem aqui. É um privilégio ser neta de mulheres tão fortes, que sempre estiveram à frente de seu tempo.

Aos meus tios e tias, em especial Teresa Cristina, Ana Paula, Paulo Murilo e Jovelina (e ao amigo Aluizio), obrigada por serem os professores mais fantásticos desse mundo. Cada um em sua área, com uma dedicação sem limites, sendo meus exemplos a seguir. Aos meus primos e minhas primas, por não terem tornado nada difícil a tarefa de ser a neta mais velha (dos dois lados).

Ao meu amor, Gustavo, agradeço por ser meu companheiro de vida e profissão, que está sempre me apoiando em tudo. Nosso relacionamento começou paralelo ao início do doutorado e, junto com o pedido de namoro, veio a frase: “- Mas eu quero que você sempre priorize seu doutorado”. É claro que o resultado disso não poderia ser diferente: vamos nos casar este ano. Eu mal posso esperar para embarcar com ele nessa grande aventura. E agradeço também à sua família, que agora é minha (Lu, Gui, Gi e Ricardo).

Agradeço aos meus amigos da faculdade, Gabriane, Sarah, Vinícius e José Hugo, por terem me ensinado o verdadeiro valor da amizade. Não tenho dúvidas de que seguiremos sempre juntos, mesmo que à distância. Ao Leo, à Joana e à Juliana, por me acompanharem em tantas fases da minha trajetória. À Luana, ao Thiago e ao Luiz Guilherme, obrigada por ensinarem lições de vida. À Tânia, pelo cuidado com minha avó e o carinho com que faz os mais incríveis doces. Ao meu psicólogo, Luiz, por me ajudar a passar pelas adversidades. Aos colegas de departamento, agradeço pelos desafios que me fortaleceram. Em especial, Gisele, Geraldo, Ricardo, Vicente, Adriana, Roselene e Yan, por me apoiarem desde sempre. Agradeço ao Departamento de Geociências da Universidade Federal de Juiz de Fora, que me proporcionou afastamento integral para que eu pudesse me dedicar à minha pesquisa. E a toda a instituição, que vem sendo minha segunda casa desde 2006, quando dei início à minha graduação.

Às paleontólogas e aos paleontólogos, e às educadoras e aos educadores ambientais brasileiros/as, grata por formarem comunidades tão animadas e cheias de garra, mesmo frente às ameaças de retrocesso no campo científico deste país. Ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental – GEA, e seus integrantes, por ser um grupo forte e potente.

Obrigada a todos/as os/as professores/as que, com seu comprometimento e sua dedicação, me inspiraram e me abriram as portas para um mundo de possibilidades. Em especial, agradeço ao Gilson, à Fatinha e à Sonia, por terem acreditado em mim.

Minha imensa gratidão a todos/as aqueles/as que conheci em Cordisburgo e na região de Lagoa Santa e arredores, e que me receberam com tanta amabilidade e disposição em ajudar. Àqueles/as que me cederam um pouco de seu tempo para participarem diretamente de minha pesquisa (especialmente nas entrevistas e nos questionários), meu muito obrigada! Sem vocês eu não teria conseguido seguir com a proposta deste trabalho.

Obrigada à banca que avalia esta tese, porque eu escolhi pessoas que fossem nada menos do que incríveis.

Por último, mas não menos importante, minha eterna gratidão à minha orientadora, por nunca ter deixado de confiar em mim. Mulher forte, determinada, pesquisadora e militante incansável, ela aceitou mergulhar comigo de cabeça em uma inédita e inusitada ligação entre Paleontologia e Educação Ambiental. Em nenhum momento ela me deixou acreditar que não daria certo. Angélica, o tanto que cresci com você me orientando e caminhando ao meu lado não cabe nestas linhas. Muito obrigada!

Ah, e meu agradecimento sem fim a este infinito universo, que em seu divino amor colocou todas essas pessoas maravilhosas em meu caminho, sem esquecer dos seres de quatro patas, meus fiéis companheiros. Darphim, Blanca, Ruffus e, em especial, agradeço à Lila e à Amy, por terem me acompanhando em diferentes fases de meu doutoramento. Sem vocês a vida simplesmente não teria cor.

Muito obrigada!

Eu me lembrava de que o mundo real era vasto, e que uma quantidade enorme de esperanças e medos, de sensações e emoções, estava à espera daqueles que ousassem sair por ele afora, buscando, em meio a seus perigos, o verdadeiro conhecimento do que é a vida

Jane Eyre - Charlotte Brontë

RESUMO

A Paleontologia é uma ciência atual, que pode situar a existência humana no contexto da crise ambiental global, frente a desigualdades e conflitos socioambientais que ocorrem nos sítios de importância paleontológica brasileiros, a exemplo daqueles localizados na Rota das Grutas Peter Lund - RGPL, em Minas Gerais. Entretanto, muitas vezes os saberes das comunidades situadas nesses sítios são invisibilizados, problemas e conflitos socioambientais são silenciados, havendo perda do sentimento de pertencimento. Desse modo, faz-se necessário entender como os discursos das comunidades locais podem insinuar as relações socioambientais que emergem nessas localidades, podendo anunciar esses territórios em termos de significância científica, cotidiana, educativa, bem como de questões conflitivas, vulnerabilidades e injustiças socioambientais. No contexto de visões hegemônicas e contra hegemônicas sobre a Educação Ambiental e a Paleontologia, proponho, para esta tese, abrir-me ao exercício de tecer relações entre ambos os campos, com o aporte da Ecologia Política, da Justiça Ambiental e dos estudos decoloniais, além das discussões em torno do Antropoceno, a “nova época global”. Com o objetivo de compreender os modos de significação dos discursos que tomam parte da RGPL e das comunidades dos arredores, sobre a Paleontologia, seu sentimento de pertencimento e sua cotidianidade, seus sentidos sobre problemáticas ou socioambientais e sobre a Educação Ambiental - EA, utilizo-me dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise Crítica do Discurso – ACD de Norman Fairclough para análise de amostras discursivamente situadas, por considerar o papel da linguagem essencial a este trabalho. Trago também Walter Benjamin para a discussão, no intento de entender melhor os problemas da modernidade e os discursos que dela tomam parte. Por meio da análise do Material Educativo Informativo – MEI coletado nas grutas, da resposta a questionários enviados aos/às monitores/as ambientais e de entrevistas por videochamadas com moradores/as locais, abri-me ao campo, em uma pesquisa de caráter discursivo. Como resultado, pude notar que as dimensões analisadas têm forte conexão entre si, com a origem dos sujeitos influenciando os sentidos que tecem em relação à Paleontologia e ao seu pertencimento. Sujeitos que demonstram também um posicionamento crítico quanto à problemática ambiental local, em suas variadas formas. Esses problemas, que muitas vezes acabam vitimando o senso de pertencimento, são por vezes ocultados por uma EA ainda conservadora e acrítica, distante da realidade local. Mas essas conexões também

mostraram haver potenciais emancipatórios por meio de uma maior ligação entre Paleontologia e EA, que considere uma ecologia de saberes politizados, contextualizados e transformadores. Por fim, as tessituras aqui situadas mostraram-se referenciais para a luta contra a desigualdade social nos sítios paleontológicos e pela inclusão de suas comunidades em uma gestão participativa.

Palavras-chave: Sítios paleontológicos. Análise Crítica do Discurso. Educação Ambiental Crítica.

ABSTRACT

Paleontology is a current science that can situate human existence in the context of the global environmental crisis, in the face of inequalities and socio-environmental conflicts that occur in Brazilian sites of paleontological importance, such as those located at the Peter Lund Cave Route (Rota das Grutas Peter Lund) – RGPL, in Minas Gerais. However, the knowledge of the communities located in these sites is often made invisible, issues and socio-environmental conflicts are silenced, with a loss of the feeling of belonging. Thus, it is necessary to understand how the discourses of local communities can insinuate the socio-environmental relations that emerge in these locations, announcing these territories in terms of scientific, daily and educational significance, as well as environmental issues or conflicts, vulnerabilities and socio-environmental injustices. In the context of hegemonic and counter-hegemonic views on Environmental Education and Paleontology, I propose, for this thesis, to open myself to the exercise of weaving relationships between both fields, with the contribution of Political Ecology, Environmental Justice and decolonial studies, in addition to the discussions around the Anthropocene, the “new global epoch”. In order to understand the ways of meaning of the discourses that are part of the RGPL and the surrounding communities, about Paleontology, its sense of belonging and its daily life, its meanings about socio-environmental issues and about Environmental Education - EA, I use the theoretical-methodological assumptions of Norman Fairclough’s Critical Discourse Analysis – ACD for the analysis of discursively situated samples, since I consider the role of language essential to this work. I also bring Walter Benjamin to the discussion, in an attempt to better understand the problems of modernity and the discourses that take part in it. Through the analysis of the Informative Educational Material - MEI collected in the caves, the answer to questionnaires sent to the environmental monitors and interviews by video calls with local residents, I opened myself to the field, in a discursive research. As a result, I could notice that the analyzed dimensions have a strong connection with each other, with the origin of the subjects influencing the meanings they weave in relation to Paleontology and their belonging. Subjects who demonstrate a critical stance on local environmental issues, in their various forms. These problems, which often end up victimizing the sense of belonging, are sometimes hidden by an EA that is still conservative and uncritical, distant from the local reality. But these connections also showed that there are emancipatory potentials through a

greater link between Paleontology and EA, which considers an ecology of knowledges that are politicized, contextualized and transformative. Finally, the connections located here proved to be references for the fight against social inequality in paleontological sites and for the inclusion of their communities in participatory management.

Key words: Paleontological sites. Critical Discourse Analysis. Critical Environmental Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	<i>Angelus Novus</i> , quadro de Paul Klee.....	53
Figura 2 –	Plastiglomerado, contendo tanto material geológico, quanto material artificial (em tons azulados e alaranjados, à direita).....	69
Figura 3 –	Escala do Tempo Geológico, em milhões de anos (m.a.), baseada no quadro estratigráfico internacional, versão 2004, da Comissão Estratigráfica Internacional.....	73
Figura 4 –	Rocha sedimentar ilustrando as possibilidades de estudo de seus estratos e suas camadas diferentes, para a datação de distintos momentos da história da Terra em escala de milhões de anos.....	74
Figura 5 –	Cratera aberta no leste da Sibéria, em um processo que se dá pelo derretimento do permafrost, alterando toda a estabilidade do solo e levando ao seu colapso (desmoronamento).....	84
Figura 6 –	Janus bifronte representado em escultura.....	91
Figura 7 –	Mapa de localização dos sítios de importância paleontológica de Minas Gerais em proximidade a áreas de mineração e Unidades de Conservação.....	102
Figura 8 –	Estratos sedimentares nos quais podem ser encontrados fósseis de diferentes idades. Pintura em aquarela.....	121
Figura 9 -	Fósseis de dentes de tubarão, conhecidos até o século XVII como <i>Glossopetrae</i> , nome que significa <i>Língua de Pedra</i>	125
Figura 10 –	Evidências evolutivas por meio da anatomia comparada.....	126
Figura 11 –	Mapa turístico do Circuito das Grutas de Minas Gerais, onde se insere a Rota das Grutas Peter Lund.....	192
Figura 12 –	Peter Lund interagindo com a comunidade local. Pintura em aquarela.....	193
Figura 13 –	Mapa turístico da Rota das Grutas Peter Lund.....	194
Figura 14 –	Entrada (à esquerda) e interior (à direita) da Gruta da Lapinha.....	196
Figura 15 –	Pontos da Rota das Grutas Peter Lund contextualizados em relação ao Parque Estadual do Sumidouro.....	196
Figura 16 –	Mirante do Parque Estadual do Sumidouro.....	197
Figura 17 –	Doces típicos da região, vendidos na Rota das Doceiras.....	197

Figura 18 –	Mapa da Rota das Doceiras, acessado por meio do site da Prefeitura de Lagoa Santa, MG.....	198
Figura 19 –	Interior da Gruta Rei do Mato.....	199
Figura 20 –	Entrada da Gruta do Maquiné.....	200
Figura 21 –	Museu Casa Guimarães Rosa.....	200
Figura 22 –	Esculturas de fósseis representativos da região da Rota das Grutas: tigre-dente-de-sabre do gênero <i>Smilodon</i> (à esquerda) e uma preguiça gigante (à direita), do Zoológico de Pedras Peter Wilhelm Lund, na cidade de Cordisburgo.....	201
Figura 23 –	Contextualização territorial da APA Carste de Lagoa Santa.....	203
Figura 24 –	Contextualização territorial do Parque Estadual do Sumidouro na APA Carste de Lagoa Santa.....	204
Figura 25 -	Material Educativo Informativo - MEI adquirido nos locais de acesso às grutas na Rota das Grutas Peter Lund, MG.....	220
Figura 26 –	Tatu gigante representado em MEI.....	241
Figura 27 –	Os atrativos da Gruta do Maquiné, em folder.....	265
Figura 28 –	Integração entre texto e imagem em MEI distribuído no Parque Estadual do Sumidouro.....	267
Figura 29 –	Discurso encontrado em jogo distribuído no Parque Estadual do Sumidouro.....	268
Figura 30 –	Discurso presente em MEI sobre a comunidade local.....	285
Figura 31 –	Entrada da Gruta da Lapinha, com imagem de Nossa Senhora (ao centro).....	333
Figura 32 –	Folder distribuído na Gruta Rei do Mato, com as normas de visitação da mesma.....	341
Figura 33 –	Inferiorização dos povos indígenas em imagem e título de jogo distribuído na Rota das Grutas Peter Lund.....	354

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACD	Análise Crítica do Discurso
ANM	Agência Nacional de Mineração
APA	Área de Proteção Ambiental
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CBP	Congresso Brasileiro de Paleontologia
CO ₂	Dióxido de Carbono/gás carbônico
CT	Ciência e Tecnologia
CPRM	Serviço Geológico do Brasil
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EA	Educação Ambiental
ENPEC	Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências
EPEA	Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental
GEA	Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental
GEOPED	Laboratório de Geologia e Pedologia
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IEF	Instituto Estadual de Florestas
MCAMG	Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado de Minas Gerais
MEI	Material Educativo Informativo
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
OPAP	Observatório Parcerias em Áreas Protegidas
Parc	Programa de Concessão de Parques Estaduais
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PESU	Parque Estadual do Sumidouro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RGPL	Rota das Grutas Peter Lund
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
SIGEP	Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidade de Conservação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	17
1	O LUGAR DA LINGUAGEM: CONTRIBUIÇÕES DE NORMAN FAIRCLOUGH E WALTER BENJAMIN	39
1.1	O ANTROPOCENO NO LIMIAR DO SISTEMA-MUNDO-MODERNO-COLONIAL CAPITALISTA	58
2	A ÉPOCA DO HOMEM QUE SABE (?)	66
2.1	ANTROPOCENO: UMA (GEO) HISTÓRIA QUE NÃO É PARA TODOS/AS.....	72
2.2	O CAPITALOCENO SELVAGEM.....	82
3	PALEONTOLOGIA E JUSTIÇA AMBIENTAL: TECENDO CONEXÕES POR MEIO DA ECOLOGIA POLÍTICA.....	94
3.1	SÍTIOS PALEONTOLÓGICOS EM MINAS GERAIS: PENSANDO AS VULNERABILIDADES E OS CONFLITOS AMBIENTAIS COM BASE NOS PRESSUPOSTOS DA ECOLOGIA POLÍTICA E DA JUSTIÇA AMBIENTAL.....	101
4	SITUANDO A PALEONTOLOGIA NO CENÁRIO BRASILEIRO E NA EDUCAÇÃO.....	119
4.1	A PALEONTOLOGIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: AS DIRETRIZES, OS LIVROS DIDÁTICOS E SUA RELAÇÃO COM A QUESTÃO AMBIENTAL.....	131
5	NADA É NEUTRO: RELAÇÕES ENTRE A PALEONTOLOGIA E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA.....	141
5.1	GEODIVERSIDADE, GEOCONSERVAÇÃO E GEOTURISMO: POSSIBILIDADES PARA NOVOS HORIZONTES (SOCIO)AMBIENTAIS E EDUCATIVOS.....	147
5.1.1	A Concessão de Parques Estaduais a entidades privadas: histórico, o programa de Concessão de Parques Estaduais do Governo de Minas Gerais e possíveis implicações.....	155
5.2	PALEONTOLOGIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ASSOCIAÇÕES REFERENCIADAS PELA LITERATURA GEOLÓGICA/PALEONTOLÓGICA.....	163

5.3	A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO.....	169
6	ESCOLHAS METODOLÓGICAS: O CONTEXTO SOCIAL DE PRODUÇÃO DISCURSIVA E O DESENHO DA PESQUISA.....	186
6.1	O CONTEXTO SOCIAL DE PRODUÇÃO DISCURSIVA E O DESENHO DA PESQUISA: A COLETA DE DADOS PELA ROTA DAS GRUTAS PETER LUND.....	190
6.2	A ANÁLISE DOS DADOS PELA PERSPECTIVA DOS ESTUDOS CRÍTICOS DO DISCURSO.....	210
7	CAMINHOS E DISCURSOS: CONDUZINDO AS ANÁLISES E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS.....	219
7.1	EIXO 1: SENTIDOS SOBRE A PALEONTOLOGIA.....	228
7.2	EIXO 2: SENTIDOS SOBRE O PERTENCIMENTO EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO GEOLÓGICO/PALEONTOLÓGICO/ESPELEOLÓGICO E CULTURAL.....	242
7.3	EIXO 3: SENTIDOS SOBRE A PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL NA REGIÃO DA ROTA DAS GRUTAS PETER LUND.....	269
7.3.1	Os discursos sobre a problemática territorial: o acesso ao parque, ao patrimônio e à memória.....	270
7.3.2	Os discursos relacionados à ausência de reconhecimento e participação da comunidade em processos decisórios.....	287
7.3.3	Os discursos relacionados ao turismo.....	294
7.3.4	Os discursos relacionados ao Programa de Concessão em Parques Estaduais – Parc.....	312
7.3.5	Os discursos relacionados à mineração.....	324
7.3.6	Os discursos sobre a questão étnico-racial e religiosa.....	328
7.4	EIXO 4: SENTIDOS SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	334
8	LÁ E DE VOLTA OUTRA VEZ.....	358
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	366

INTRODUÇÃO

Uma criança deveria poder ver seus sonhos mais genuínos realizados lá à frente, com a promessa de que sua versão adulta não se perderia no caminho. Poderíamos supor que aqueles sonhos mais diferentes, menos possíveis, certamente não seriam concretizados. Minha própria criança, entretanto, tem uma história feliz para contar, porque o desejo de trabalhar como paleontóloga não foi frustrado e, certamente, também não foi realizado da forma como imaginava, mas foi transformado de um modo ainda mais interessante do que minha pueril imaginação poderia vislumbrar. De todo modo, a Paleontologia fez morada em minha vida.

Neste texto introdutório à minha tese de Doutorado, construída com o arcabouço conceitual de áreas como a Paleontologia, a Educação Ambiental e a Ecologia Política, conto o modo como o “estudo dos seres antigos” passou a fazer parte da minha vida, em um movimento de busca pela constituição de um espaço de diálogo entre áreas pertencentes a campos ainda considerados apartados entre si: as Ciências Humanas e Sociais, e as Ciências da Natureza. Isso, graças a uma necessidade que vi crescer em minha própria carreira (acadêmica e profissional).

Após graduar-me em Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, finalizando os cursos ao término de 2009, tive um percurso de pouco mais de um ano como analista ambiental, em uma empresa de consultoria ambiental na própria cidade de Juiz de Fora, MG. Atividade que exigia muitos relatórios objetivos e quantificados, acrescentou muito conhecimento à minha atuação enquanto bióloga, mas também me fez perceber que não era meu sonho para a vida, permitindo que reacendesse em mim o desejo pela carreira acadêmica, a qual se mostrara sempre atrativa, pelas possibilidades de diálogo e trocas de conhecimento e de visões de mundo.

Foi apenas em 2013, quando finalizei o Mestrado em Ecologia, após coletar vários espécimes vegetais com flor e fruto no Jardim Botânico da Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF, e produzir o primeiro levantamento florístico do local (percebendo, novamente, que ainda me faltava a realização enquanto licenciada), que comecei a trabalhar propriamente como professora. Nesse mesmo ano, fui aprovada em um processo seletivo para professora substituta responsável pelas disciplinas “Elementos de Geologia e Paleontologia”, “Elementos de Mineralogia e Petrografia” e “Estudos Ambientais para Arquitetura e Urbanismo”, no Departamento de Geociências, Curso de Geografia, da UFJF.

Certamente não foi fácil tornar-me professora do ensino superior sem nunca antes ter lecionado, a menos que eu levasse em consideração os estágios obrigatórios em licenciatura.

Tampouco foi fácil procurar pelo conhecimento necessário para lecionar tais disciplinas, em especial as duas primeiras, visto que meu único contato com a Geologia, a Paleontologia e a Mineralogia havia sido durante a disciplina que cursei em minha própria graduação, além de um curso de extensão do qual participei logo no início da faculdade, conduzido pelo saudoso professor (e paleontólogo) Rafael Gioia Martins Neto. O resultado foi uma busca incansável por muito material bibliográfico, estudos e conversas com os/as alunos/as, para tentar entender quais conhecimentos e saberes eles/elas consideravam ter, bem como a visão que tinham, principalmente da Paleontologia, que descobri ser muito pouco abordada no ensino básico.

Partindo desse cenário, dei início ao meu questionamento de como e qual era o conhecimento sobre os temas que os/as alunos/as traziam em sua bagagem sociocultural. Perguntava-me se, além de saber conceitos básicos (quando haviam tido acesso a eles), eles/as sabiam contextualizá-los em um quadro atual. Os saberes pareciam ser fragmentados, compartimentalizados, com limitações dos/as alunos/as quanto a uma visão integrada de conceitos e processos e, mais do que isso, com a aparente dificuldade em articular esse conhecimento com questões práticas e atuais de seu cotidiano.

Paralelamente, tornei-me especialista em Educação pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação/Caed-UFJF (atividade à qual permaneci ligada até o final do primeiro semestre de 2014), o que me fez conhecer de perto alguns dos principais questionamentos dos/as professores/as da rede pública quanto aos desafios e a efetividade das avaliações em larga escala exigidas pelo governo. Uma das questões mais levantadas era a dificuldade em encontrar conteúdos e modos de abordá-los nos livros didáticos, e até mesmo a (im)possibilidade de ir além do conteúdo definido.

Após ser aprovada em um concurso em 2014, tornei-me professora efetiva da UFJF, no mesmo departamento e responsável pelas mesmas disciplinas, e pude dar sequência aos meus estudos e às minhas investigações, ainda que incipientes, sobre a importância e a presença da Paleontologia no ensino básico. Foi por meio do Programa de Bolsas de Iniciação Científica (BIC-UFJF) que pude desenvolver, juntamente a duas bolsistas, meu primeiro trabalho científico na área. Como dispúnhamos de algum tempo e estávamos animadas com a perspectiva de revitalização da coleção paleontológica do Laboratório de Geologia e Pedologia do Departamento de Geociências/GEOPED-UFJF, visto que todo o catálogo de fósseis havia se perdido durante a mudança de espaço físico do Instituto de Ciências Humanas/ICH, em 2010, propus que fizéssemos as devidas identificações. Com auxílio de especialistas e pranchas de identificação, preparamos, na ocasião, livros de tombo para cada grupo (paleobotânica,

vertebrados fósseis, invertebrados fósseis e icnofósseis) e, também, o catálogo digital da coleção.

Entretanto, devido ao desdobramento que as questões sobre o ensino de Paleontologia tiveram em minhas inquietações enquanto pesquisadora, propus às bolsistas que fôssemos além e participássemos também do XXV Congresso Brasileiro de Paleontologia. A proposta era participar da sessão temática de Ensino e Extensão em Paleontologia, por meio de uma avaliação preliminar dos temas dessa ciência que eram abordados pelos livros didáticos adotados no ensino básico, em algumas escolas particulares e públicas de Juiz de Fora, com base nas diretrizes recomendadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN.

A escolha pelos PCN deu-se pelo fato de que ainda não havia sido disponibilizada a versão final da Base Nacional Comum Curricular¹ - BNCC (BRASIL, 2018) e, portanto, os livros didáticos seguiam as diretrizes dos PCN, sendo a Paleontologia recomendada pelos mesmos como um tema em Ciências para o ensino básico brasileiro (BRASIL, 1997). Segundo o documento, essa ciência auxilia na compreensão de processos naturais complexos, permitindo o debate interdisciplinar na Educação Ambiental – EA, e contribuindo para a formação de cidadãos mais críticos, com uma visão integrada de mundo (distante da dicotomia entre natureza e cultura/sociedade) (MORAES, 2004). Permite que o ser humano tome parte na história de um planeta complexo e dinâmico (HENRIQUES, 2010), em que passado e presente coexistem nos mais diversos meios, auxiliando na compreensão sistêmica planetária. Localizada na interface entre o ensino de Geociências e de Biologia, a Paleontologia faz a ponte entre as Ciências da Natureza e as Ciências Humanas (CARVALHO, 2010).

Após leitura e análise dos PCN e suas diretrizes, do sexto ao nono ano do ensino fundamental e de todo o ensino médio, analisamos os temas presentes nos livros didáticos, tanto quantitativamente, por meio de uma tabela de presença ou ausência, quanto qualitativamente, por meio de questões interdisciplinares elencadas (SILVA et al., 2017). Os resultados desse estudo mostraram grande discrepância entre os livros adotados, embora a maioria trate os assuntos sem ligação com outras áreas, sem contextualização sobre quando e porque adaptações

¹ A versão final da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2018), visando a substituição dos PCN, traz a proposta de uma sistematização do ensino nas escolas brasileiras, por meio de um conjunto progressivo de aprendizagens essenciais que todos/as os/as alunos/as devem desenvolver, listando as metas de ensino para cada uma das áreas. A BNCC vem gerando opiniões controversas e, principalmente, apontamentos críticos devido à uniformização das condições e formas de produção de conhecimento e padronização do currículo em meio a uma matriz de exame de larga escala, com objetivos enumerados e subsequências, atendendo aos interesses de mercado, sem considerar as minorias sociais e os sujeitos em seus meios (MACEDO, 2016; MACEDO; FRANGELLA, 2016; COSTA; FARIAS; SOUZA, 2019; ALMEIDA, 2021).

ocorreram, com rara interdisciplinaridade e relação com questões ambientais. É rara, também, a possibilidade de contextualização do/a estudante em meio ao seu papel na história do planeta.

A minha participação no Congresso de Paleontologia, levando o trabalho que havíamos feito (SILVA et al., 2017), e que no último ano desdobrou-se em um artigo (SILVA et al., 2021), permitiu que eu alargasse minha visão sobre o ensino dessa ciência e passasse a pensar também sobre outras questões, mais amplas. Sendo uma das sessões temáticas mais reduzidas, o ensino de Paleontologia pareceu-me ainda muito restrito ao uso de réplicas, de atividades recreativas de caráter didático e de coleções de fósseis. Essas propostas, embora extremamente importantes ao ensino dessa ciência, pareciam-me ainda apartadas de um viés mais crítico, contextualizado, com incentivos à dialogicidade, problematização e conscientização, segundo o pensamento freireano (FREIRE, 1987), que considera a realidade dos indivíduos, de modo a contribuir com a consciência crítica dos sujeitos e sua participação no mundo em que vivem.

Comecei a pesquisar, então, sobre qual seria a importância atual da Paleontologia, encontrando diversas indicações da necessidade de uma maior relação com a questão ambiental, principalmente no que diz respeito a temas como: uso dos combustíveis fósseis, aquecimento global e o recém discutido “Antropoceno²”. Até mesmo a literatura especializada em Paleontologia defende uma maior ligação dessa ciência com a Educação Ambiental (SCHWANKE; SILVA, 2004), visto que possibilita a formação de cidadãos/ãs mais comprometidos com a sustentabilidade na Terra, tornando-os mais críticos e questionadores.

Embora o “estudo dos seres antigos” precise se mostrar atual, é ainda subutilizado na educação brasileira, distante da sala de aula (SCHWANKE; SILVA, 2004). Assim, comecei a pensar sobre a importância de se ampliar a discussão sobre como trabalhar a Paleontologia no ensino básico, de modo a entender como o assunto é tratado no ambiente escolar mesmo quando não é contemplado pelo livro didático.

Mais do que isso, pensei em compreender como é construído esse conhecimento em articulação com a EA, em distintos espaços (escolas públicas e particulares do município). Isso

² Discussão situada na interface entre Paleontologia e Educação Ambiental, vem ganhando crescente atenção como base para explicar as mudanças (como as climáticas) pelas quais o planeta vem passando em termos geomorfológicos, com uma espécie (nós, *Homo sapiens*) sendo, pela primeira vez na história do planeta, responsável ativamente (como agente geomorfológico) por uma nova época na escala do tempo geológico. O termo foi recentemente proposto, com o objetivo de evidenciar uma época inédita por suas características físicas criadas/alteradas por ações antrópicas. Para essa nova época geológica, fragmentos compostos por plástico, por exemplo, estão sendo incorporados ao solo e a sedimentos que, daqui a poucos milhões de anos, farão parte dos estratos rochosos correspondentes ao que hoje a Comissão Estratigráfica Internacional vem discutindo chamar de Antropoceno (ZALASIEWICZ et al., 2016). Tal discussão será trazida com maior aprofundamento no capítulo 2 desta tese.

ajudaria a perceber nossa sociedade como marcada por diferentes acessos à sustentabilidade social, econômica, cultural, espacial e ecológica (SACHS, 2004), tornando possível visualizar o pensamento dos indivíduos sobre a realidade e sua ação sobre essa realidade. Havia, finalmente, decidido onde e como seria meu doutorado. Não sem o incentivo de meu colega de departamento, Professor Vicente Pinto, que me apresentou um novo universo de referências bibliográficas para que eu pudesse construir meu projeto em um campo, até então, novo para mim.

Avaliar os incentivos das escolas, a motivação dos/as professores/as, a percepção sobre a importância do ensino dessa ciência (por parte de alunos/as e professores/as) e o uso de outras ferramentas além do livro didático. Além disso, entender como a EA poderia auxiliar no conhecimento entre as relações da espécie humana – história – geologia – paleontologia – antigos ambientes – ambientes atuais, por meio das mudanças ambientais ao longo do tempo geológico, subsidiando o entendimento sobre nosso papel no planeta (PIRANHA; CARNEIRO, 2009). Esses questionamentos, a princípio, fariam parte da minha questão de pesquisa no doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFJF.

A pesquisa seria desenvolvida no próprio município de Juiz de Fora, por ser o local onde a investigação preliminar sobre os PCN havia sido feita, e por ser o município de origem da maioria (geralmente) dos/as graduandos/as que cursam a disciplina de Elementos de Geologia e Paleontologia, no Departamento de Geociências da UFJF. Embora não seja área de ocorrência de fósseis, devido ao seu contexto geológico, o município conta com duas instituições de ensino superior onde são oferecidas disciplinas relacionadas, além das próprias instituições contarem com seus acervos de fósseis. Na UFJF, podem ser encontradas as coleções do GEOPED – UFJF e do Museu de Malacologia Prof. Maury Pinto de Oliveira – UFJF. No Centro Superior de Ensino de Juiz de Fora – CESJF pode também ser encontrada uma coleção (Laboratório de Geopaleontologia e Evolução do Curso de Ciências Biológicas), cuja maior parte das peças foi doada pelo mesmo naturalista que forneceu exemplares aos dois primeiros locais citados, Padre Leopoldo Krieger, com complementação de material coletado pelo paleontólogo Rafael Gioia (MOURA JUNIOR et al., 2013).

Em Juiz de Fora há, também, dois museus que possuem coleções paleontológicas: o Museu Mariano Procópio e o Museu de Etnologia Indígena e História Natural do Colégio Cristo Redentor (MEIHN) de Juiz de Fora, abertos a visitas, embora o primeiro esteja passando por reformas para reabertura ao público. Tais acervos, embora de caráter marcadamente didático, representam oportunidades valiosas de pesquisa e divulgação científica, tanto no meio acadêmico quanto para a sociedade como um todo, quando se encontra aberto à visita. Cabe

hoje, à sociedade, um papel muito importante na preservação dos sítios fossilíferos e na divulgação dessa ciência (CASSAB, 2010). Ademais, os recursos presentes nesses ambientes consistem em excelentes ferramentas de ensino em espaço não-escolar e podem ser utilizados para intervenções didáticas como instrumento para o ensino da Paleontologia integrado à EA.

Voltando ao doutorado propriamente dito, das muitas coisas que eu pensava que ele traria para mim, a principal foi a possibilidade da mudança. Desde o início, em março de 2018, até hoje, vários foram os momentos em que algo se abriu em minha busca, vários pontos de inflexão, modificando minha pesquisa de alguma forma. Parando para refletir, posso até mesmo dizer que esses momentos tiveram início ainda no processo seletivo.

Ao submeter meu projeto, pensava em fazer essa análise de como a Paleontologia é abordada nas escolas, e qual sua relação com a EA, por meio de uma análise perceptiva. Com questionários a serem aplicados a professores/as e também aos/às alunos/as, buscava compreender qual o conhecimento se tem sobre temas como: a importância da Paleontologia; os processos de formação de fósseis; o contrabando de fósseis; tipos de organismos fossilizados encontrados em diferentes regiões do país; importância da preservação/conservação dos sítios paleontológicos e dos recursos fósseis do Brasil; alterações climáticas ao longo da história da Terra; extinções em massa e discussões sobre a possível existência do Antropoceno.

Eu partiria de uma ampliação da análise dos livros didáticos, dos PCN e também da BNCC e, para a abordagem perceptiva, utilizaria questionários semiestruturados tanto com professores/as, quanto com alunos/as. Tinha toda a metodologia e, arrisco dizer, pensava até mesmo nos resultados. Também tinha pronta uma proposta de atividades práticas, a serem estruturadas com base no diagnóstico obtido após a análise do material didático e dos questionários respondidos.

No dia da apresentação do projeto, entretanto, tiveram início as reviravoltas que me tiraram de um estado cientificista e engessado, aquele mesmo em que eu me encontrava na graduação, no mestrado e no início de minha carreira como professora. Durante a entrevista, a banca perguntou-me se eu estaria disposta a trabalhar com a EA em Paleontologia sob o viés crítico, se eu sabia da existência (ou não) de conflitos ambientais³ nos locais de ocorrência de fósseis, e como tudo isso poderia ser trabalhado no sentido da Justiça Ambiental (conceito que será melhor explicado mais à frente nesta Introdução).

³ Segundo Acselrad (2010), os conflitos ambientais consistem na luta contra o processo de modernização ecológica imposta pelo capitalismo. Em geral, surgem em decorrência de projetos desenvolvimentistas que geram expropriações ou impactos ambientais e excluem as comunidades locais (GODINHO et al.; 2016). Discussões mais aprofundadas sobre os conflitos ambientais encontram-se no capítulo 3 desta tese.

Eu pouco sabia sobre esses temas, mas a perspectiva de um doutorado que me levasse a ressignificar o que eu conhecia como Ciência e como Educação Ambiental me pareceu um desafio animador. Voltei ao meu passado e vi que meu olhar tinha que mudar, que minhas inquietações enquanto professora e também formadora de professores/as na UFJF, precisavam ser reafirmadas na própria mudança de meu problema e minha questão de pesquisa, para compreender melhor o que leva a Ciência dos Fósseis a ainda se encontrar restrita a uma visão cientificista e progressista, que se encerra em uma pseudoneutralidade⁴: o/a pesquisador/a de chapéu e martelo na mão, tão distante da realidade do/a “cidadão/ã comum”. Além de ganhar outros significados para mim, perguntava-me se a Paleontologia também não poderia ganhar outro significado para os povos do sul, os/as brasileiros/as que vivem sobre os “destróços” de um passado que é só nosso, e que é também a riqueza (para alguns/mas) de nosso presente.

Ao ingressar efetivamente no doutorado, passando a fazer parte do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental/GEA-UFJF, um novo mundo descortinou-se para mim. O acesso a referências bibliográficas fundamentais em EA (autores como Angélica Cosenza, Carlos Frederico Loureiro, Philippe Pomier Layrargues, Mauro Guimarães, Isabel Carvalho, Celso Sánchez, Michèle Sato, dentre outros/as) possibilitou que eu entendesse a EA como algo muito além de práticas de sensibilização ecológica individual, conservacionistas ou pragmáticas, ingênuas e românticas como campanhas de reciclagem, que contribuem para uma prevalência hegemônica (LAYRARGUES, 2012). A perspectiva crítica da EA tem avançado desde o final da década de 1990, buscando um enfoque mais humanista, democrático e participativo, envolvendo aspectos socioeconômico-culturais, no sentido da transformação social (SATO; CARVALHO, 2005; LAYRARGUES; LIMA, 2014; LAYRARGUES, 2018; LOUREIRO, 2019).

Meu envolvimento com as disciplinas logo no primeiro ano foi fundamental para o aporte teórico de que necessitava no campo da Educação e meu exercício reflexivo no mesmo. No primeiro semestre, com a disciplina de “Análise Crítica do Discurso – ACD”, ofertada pela minha orientadora, Professora Angélica Cosenza, conheci a teoria social do discurso de Norman Fairclough e fui motivada a pesquisar sobre o contexto dos sítios paleontológicos no Brasil. Isso porque era importante que eu descobrisse se havia questões socioambientais envolvidas nesses locais, de modo que eu pudesse pensar uma abordagem crítica dessas questões por meio

⁴ Para Löwy (2008), não é possível que o/a pesquisador/a se mantenha isento dos próprios valores e juízos, tanto em relação às pressuposições da pesquisa, quanto no momento de concluir seus resultados.

da ACD. Que discursos circulam em meio a possíveis problemas socioambientais nos sítios de importância paleontológica?

Foi então que descobri que em nosso país os fósseis encontram-se em locais onde há uma histórica disputa entre mineradoras, população local e geocientistas. Que, muitas vezes, o mesmo turismo que atrai visitantes, expulsa a população de seus locais de pertencimento e, juntamente, torna opacas suas próprias tradições e costumes, não retornando o lucro a elas (LOPES, 2008). Enquanto os centros de visitantes em geral recebem muitos investimentos e são altamente tecnológicos, várias ruas dessas cidades não contam com serviços básicos de infraestrutura, como sistema de esgoto. Ademais, a atividade mineradora e a exploração de fósseis pelo mercado ilegal levam a degradações, remoção social, insatisfação e, finalmente, conflitos nessas áreas (DEUS; FERREIRA; RODRIGUES, 1997; LOPES, 2008; NASCIMENTO, 2010; SANTOS; CARVALHO; FERNANDES, 2010; VILAS BOAS, 2012; PADOAN; SOUZA, 2013).

Em um contexto atual de crise ambiental, percebi ser fundamental contribuir para a visibilidade de vulnerabilidades e conflitos ambientais e o direito das comunidades ao território, aliado à conservação da natureza. Com o objetivo de compreender e melhor refletir sobre as questões ambientais, decidi direcionar minha atenção aos sítios paleontológicos de Minas Gerais, fazendo-me perguntas sobre quais problemáticas ou conflitos ambientais existem, como e por que ocorrem, e se há atividades em EA nesses locais. Fazendo um levantamento de dados sobre ocorrência de fósseis para o estado, dei início a uma revisão de artigos publicados sobre os sítios de MG, consultas ao Serviço Geológico do Brasil – CPRM, a páginas virtuais das prefeituras dos municípios, e ao Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado de Minas Gerais (publicado pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais – GESTA/UFMG, em parceria com o Núcleo de Investigação em Justiça Ambiental da Universidade Federal de São João del-Rei – NINJA/UFSJ, e o Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental da Universidade Estadual de Montes Claros – NIISA/UNIMONTES).

Em minha busca, encontrei 5 sítios paleontológicos para Minas Gerais: 1) Bacia do Gandarela; 2) Geossítio Fonseca, na Bacia de Fonseca; 3) *Conophyton* de Cabeludo, na Formação Vazante; 4) Sítio Sumidouro do Córrego do Carrapato; 5) Peirópolis e Serra da Galga, na Formação Marília (Bacia Bauru). Além desses, minha atenção foi atraída para um sítio espeleológico de importância paleontológica: o sítio espeleológico Carste de Lagoa Santa, na Formação Sete Lagoas (Grupo Bambuí). Embora todos os seis sejam tombados e publicados pela Comissão Brasileira dos Sítios Geológicos e Paleobiológicos – SIGEP (com exceção do

depósito fossilífero na Bacia do Gandarela, protegido por lei municipal e incluído na área do Geoparque Quadrilátero Ferrífero, candidato da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO - a Geopark Global), eles apresentam diversidade de condições, usos e conflitos ambientais relacionados (SILVA; COSENZA, 2021), sendo o maior número de trabalhos publicados sobre esses conflitos para o Sítio Espeleológico Carste de Lagoa Santa e arredores do centro-sul de Minas Gerais. Tal sítio encontra-se inserido na Área de Proteção Ambiental – APA Carste de Lagoa Santa, a qual engloba o Parque Estadual do Sumidouro – PESU, cujos principais atrativos, como a Gruta da Lapinha e o Museu Peter Lund, fazem parte da chamada Rota das Grutas Peter Lund – RGPL, componente do Circuito das Grutas de Minas Gerais. A região, repleta de grutas por onde passou o chamado “pai da paleontologia brasileira”, o naturalista dinamarquês Peter Lund, é também o cenário onde foram encontrados os fósseis humanos mais antigos do Brasil, incluindo a conhecida Luzia (NEVES; PILÓ, 2008), cujo local de coleta já se encontra destruído (não por acaso, por uma mineradora).

Enquanto alguns desses sítios encontrados no levantamento são pontos turísticos, outros são centros de ensino e pesquisa e outros, encontram-se em condição de depredação e/ou desgaste, muitas vezes em áreas de influência de mineradoras. Para alguns, há escassez de informações, com páginas na internet vagas e desatualizadas. Para outros, há grande quantidade de artigos publicados e informações turísticas. Localizei questões em comum, como perda de tradições locais após a abertura ao turismo, falta de infraestrutura para a própria comunidade, desemprego e êxodo de jovens (SILVA; COSENZA, 2021).

Os problemas e conflitos ambientais evidenciados pelo estudo me ajudaram a pensar em como se dão o uso e a apropriação de bens ambientais em regiões onde há importância paleontológica. Esses conflitos ambientais envolvem uma disputa por esses bens entre atores desiguais, em uma dinâmica complexa que inclui aspectos históricos, culturais, éticos e econômicos (ACSELRAD, 2010). A exploração e a expropriação desses recursos naturais apontam também para a existência de um projeto capitalista hegemônico, que vem organizando suas estratégias para a manutenção da dominação colonial, em uma lógica da colonialidade, que expropria e explora a natureza, a vida e o viver (STORTTI; SÁNCHEZ, 2017). Nesse contexto, a expansão econômica, que beneficia uma parcela ínfima da população, também leva à luta em prol dos direitos humanos e do meio ambiente, pela Justiça Ambiental, em que distintos atores expressam diferentes discursos de valoração do ambiente natural. Nessa luta,

também emerge a decolonialidade⁵, enquanto giro epistêmico que contesta os mecanismos de controle para além da superação do colonialismo.

A Rota das Grutas Peter Lund - RGPL, onde, como já dito, se localiza o sítio Espeleológico Carste de Lagoa Santa, abrange os municípios por onde Lund passou, e onde estão três grandes grutas abertas à visitação. O marco zero da Rota encontra-se em Belo Horizonte, no Museu de Ciências Naturais da PUC (Pontifícia Universidade Católica), mas as 3 maiores grutas localizam-se em Lagoa Santa (Gruta da Lapinha), Sete Lagoas (Gruta Rei do Mato) e Cordisburgo (Gruta do Maquiné) (MAGALHÃES; SUYAMA; FARIA, 2017), e o trajeto total, da PUC até os últimos dois marcos da Rota, que consistem na Gruta do Maquiné e no Museu Casa Guimarães Rosa (sobre os quais explanarei melhor), tem cerca de 169 Km. Outros pequenos municípios e distritos próximos encontram-se também ligados à história da trajetória de Lund, passando pelos mesmos problemas socioeconômicos que os pontos turísticos.

Ao perceber que esses locais apresentavam possibilidades interessantes de investigação, decidi, em outubro de 2018, fazer uma incursão prévia a campo, de modo que pudesse me abrir ao novo, incluindo aspectos do campo de estudo sobre os quais não havia antes pensado. Visitei, então, e encantei-me especialmente por Cordisburgo e os arredores de Lagoa Santa, ao conversar com pessoas de pensamento crítico ímpar, que reconhecem, orgulhosamente, seu passado histórico, seja por meio de suas grutas repletas de fósseis (ainda que a maioria não esteja mais *in loco*), ou de todo o legado de Guimarães Rosa⁶. Mas são pessoas essas que sentem falta de um passado “mais evoluído” (segundo discurso de uma moradora local), em que a renda partia da comunidade e ia para a comunidade.

Após quatro dias percorrendo esses sítios e conversando com os/as moradores/as dos arredores, e com trabalhadores/as contratados/as, concursados/as e voluntários/as das grutas, pensei: “- É claro! Quero trabalhar no sentido de entender melhor a problemática desses locais! Só por meio dessa compreensão, poderei, então, contribuir com a transformação social e a popularização da Paleontologia!”

Ao conversar com minha orientadora, animada após esse primeiro contato com o campo, trouxe a ela outra ideia que me ocorreu: por que não partir dessa problemática para

⁵ A decolonialidade será melhor abordada ao longo desta tese.

⁶ Nascido em 27 de junho de 1908, em Cordisburgo, MG (LIMA, 1996), o autor de Grande Sertão: Veredas (ROSA, 1980), João Guimarães Rosa ainda hoje faz parte da pequena cidade, onde as referências a ele encontram-se desde nos nomes das lojas, aos 95 marcos territoriais que se relacionam aos locais citados em suas obras. Há, também, o muito visitado Museu Casa Guimarães Rosa (VALE, 2016), instalado na casa em que o escritor nasceu e viveu até os 9 anos de idade.

desenvolver conteúdos que unam Paleontologia e EA, experimentando-os nas escolas de Juiz de Fora? Por que não analisar os discursos produzidos por meio dessas atividades? Isso não seria um ponto de partida interessante, principalmente em uma conjuntura⁷ política em que se torna crescente o negacionismo da evolução (e da ciência como um todo), e a defesa do terraplanismo? Esses testemunhos do processo evolutivo, os fósseis, não são um recurso valioso no ambiente escolar?

Havia chegado a uma encruzilhada: ou eu escolheria a imersão no campo, buscando compreender as memórias, as vulnerabilidades socioambientais e os conflitos, bem como o pertencimento e a significação da Paleontologia para as comunidades locais, tentando entender a relação da EA com essas questões, ou colocaria meu foco em investigações e intervenções na escola.

De todo modo, estudos do discurso me ajudariam a entender e pensar a linguagem como prática social e, portanto, campo de disputa (FAIRCLOUGH, 2001), visto que o discurso não só informa, mas recria determinada sociedade. Permitindo questionar processos de desigualdade socioambiental em contextos e discursos em que se tornam apagados ou invisibilizados⁸, a ACD possibilita a percepção de problemas sociais com aspectos semióticos.

O segundo semestre de meu doutoramento permitiu-me compreender um pouco mais sobre o discurso, por meio do filósofo e pensador russo Bakhtin (BRAIT, 2014), em uma disciplina ofertada pela professora Núbia Schaper. Ainda que Bakhtin não possa ser considerado um analista do discurso, é inegável a contribuição de seu pensamento, como uma ferramenta para compreendê-lo. O referencial não se fecha em si mesmo, “aplicado” aos dados, mas consiste em uma inspiração para as análises. Isso porque, ao considerarmos a pesquisa como uma produção de sentido espaço-temporal, precisamos enxergar o ser humano como um ser histórico e ideológico em cujo texto refletem as várias vozes sociais, cada uma delas com sua cronotopia, ou seja, sua raiz espaço-temporal, que a situa como única; e sua ideologia, que a identifica como identidade social. E foi fazendo o exercício de um olhar *bakhtiniano* sobre os discursos das pessoas que, ainda que informalmente, entrevistei em meu primeiro momento em

⁷ Ao longo da tese, apresento melhor o conceito de conjuntura, essencial à Análise Crítica do Discurso, a qual proponho enquanto arcabouço teórico-metodológico desta tese. Por ora, a defino como sendo o conjunto de práticas sociais, formando uma rede relativamente estável (RAMALHO; RESENDE, 2011).

⁸ Aqui, utilizo-me do termo *invisibilização* enquanto ato de tornar invisível, do verbo *invisibilizar*. Remeto, portanto, à ação de fazer com que algo se torne invisível, dissimulado ou não perceptível. Em meio à desigualdade socioambiental típica do sistema econômico capitalista, é frequente que certos pontos de vista sejam invisibilizados, enquanto predomina o discurso dos grupos hegemônicos no poder (GERHARDT, 2007).

campo como doutoranda, que percebi o quanto o trabalhar com o discurso pode ser enriquecedor às minhas tessituras.

Foi no sentido de me comprometer com a densidade e a profundidade do que se mostra na pesquisa, que no segundo ano de meu doutorado participei de três eventos que permitiram deixar-me afetar por novos olhares/novas questões e, portanto, um refinamento de sentidos e ideias. Foram eles: 1) o XII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências - ENPEC, em que apresentei o trabalho intitulado “A Paleontologia em Minas Gerais: turismo, conflitos socioambientais e Educação Ambiental” (SILVA; COSENZA, 2019a); 2) o X Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental - EPEA, com o trabalho “Paleontologia e Educação Ambiental: possibilidades e desafios para o ensino e a Justiça Ambiental” (SILVA; COSENZA, 2019b); e o 3) XXVI Congresso Brasileiro de Paleontologia - CBP, em que, por meio do Material Educativo Informativo – MEI – que recebi em pontos turísticos da RGPL, pude apresentar o trabalho “Pelos Caminhos de Lund: Paleontologia e Educação Ambiental em material de divulgação da Rota das Grutas, MG” (SILVA; COSENZA; STROPPIA, 2019).

Participar desses eventos levou-me a pesquisar, estudar e costurar importantes relações para meu tema. Se a Paleontologia é ainda pouco (re)conhecida e ligada à EA no Brasil, especialmente em sua vertente crítica (LAYRARGUES; LIMA, 2014), conhecer os conflitos e vulnerabilidades ambientais em locais de ocorrência de fósseis, e como a EA surge na compreensão dos sujeitos sobre o sentido de sua experiência nesses locais, são um importante caminho para reverter a atual mercantilização dos sítios de interesse paleontológico e a desigualdade socioambiental neles encontrada. Pensar nas relações entre EA e Ecologia Política (o que se tornou ainda mais viável ao cursar a disciplina com esse nome, ofertada pela minha orientadora no primeiro semestre de 2019) para a Paleontologia (e o inverso) também permite entender o quanto as discussões em Justiça Ambiental podem ser importante resistência ao risco iminente de um conservadorismo em práticas educativas, o qual se dá em meio à atual conjuntura política.

Autores como Bullard (2005), Santos (2006), Leff (2016) e Oliveira (2018) apontam os riscos desiguais aos quais tais populações estão submetidas. Enquanto os fósseis presentes nas rochas que compõem seu território, muitas vezes, não trazem a essas populações sua noção de pertencimento a tal espaço, a percepção sobre o território permite ao ser humano exercer e desenvolver sua cultura local, o que confere a ele o sentido de pertencimento e permite compreender os processos naturais e antrópicos envolvidos na transformação da paisagem e da cultura a ela associada (OLIVEIRA, 2018). Os problemas e conflitos ambientais evidenciados nesses locais envolvem uma disputa por bens naturais entre atores desiguais, em uma luta contra

processos de modernização ecológica impostos pelo capitalismo, o que envolve, como já dito, aspectos históricos, culturais, éticos e econômicos (ACSELRAD, 2010). Nesse contexto, a expansão econômica, que beneficia uma parcela ínfima da população, também leva à luta em prol dos direitos humanos e do meio ambiente, pela Justiça Ambiental, em que diferentes atores expressam diferentes discursos de valoração do ambiente natural.

O movimento pela Justiça Ambiental iniciou-se como um movimento que denunciava situações de Racismo Ambiental. Começando com um protesto, em 1982, na Carolina do Norte (Estados Unidos), contra o despejo de lixo tóxico em territórios de comunidades negras, vários outros protestos tiveram continuidade, assim como estudos sobre as situações denunciadas por essas comunidades. A questão étnico-racial confluiu com a questão ambiental, revelando a discriminação racial em meio às políticas ambientais, com pessoas em situação de poder destinando rejeitos tóxicos e a localização de indústrias poluidoras às populações negras (PUGGIAN, 2021).

Firmado ao longo da década de 1980, o movimento posteriormente passou a ser denominado Movimento por Justiça Ambiental, trazendo reflexões sobre a forma como se elaboram as políticas e as tomadas de decisão na questão ambiental, pelo fato dessas refletirem relações hegemônicas de acordos de poder da sociedade predominante e de suas instituições, conferindo privilégios a alguns e prejudicando grupos socialmente vulnerabilizados (BULLARD, 2005). Auxiliando na construção de um novo paradigma que desconstrua a racionalidade insustentável que objetifica e regula o conhecimento e as relações, a Ecologia Política propõe um giro eco-político, por meio de encontros entre a tradição do pensamento crítico latinoamericano e as experiências e estratégias que admitem as perspectivas do socioambientalismo, como a luta por Justiça Ambiental (MARTÍNEZ-ALIER, 2015).

As populações que residem em sítios paleontológicos (e espeleológicos) encontram-se em um contexto de diversidade cultural, em que saberes tradicionais são invisibilizados em prol de atividades voltadas ao turismo. Mas a sociedade não pode ser considerada como um produto, uma vontade particular do capitalismo (SANTOS, 2006). É preciso entender como se pode criar uma forma de pensar alternativas, decolonizando o saber, legitimando outros saberes, por modos outros de compreensão da realidade, das questões locais, da natureza, da vida e das relações sociais, trazendo sempre uma reflexão crítica tanto de custos ambientais quanto sociais que se dão na sociedade capitalista.

Nesse contexto, uma EA Crítica, transformadora e emancipatória, articulada à Ecologia Política e à Justiça Ambiental (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013), possibilita a criação de estratégias para a resolução de problemas ambientais, propondo a discussão de temas de

relevância social, formando cidadãos/ãs críticos/as e intelectualmente independentes, capazes de tomarem decisões por meio de processos democráticos, promovendo o interesse e a reflexão sobre futuros alternativos (AULER, 2007). Em um contexto de crise ambiental, é importante ampliar a consciência crítica dos indivíduos em sua ação coletiva, promovendo a mudança de valores, indo além do “ensinar bons comportamentos” em projetos político-pedagógicos desatualizados (GUIMARÃES; PINTO, 2017).

Em uma conjuntura de ameaças de retorno a um conservadorismo extremo, com discussões sobre terraplanismo, além do negacionismo da Teoria da Evolução, a Paleontologia tanto na educação formal quanto nos espaços não formais de educação, faz-se crucial como estratégia de resistência e enfrentamento. Como os fósseis são provas incontestáveis de um planeta Terra em constante evolução e modificações ao longo de 4,6 bilhões de anos por mudanças geológicas advindas de sua própria estrutura, um conhecimento contextualizado e crítico permite que nos coloquemos aptos a analisarmos a correlação de interesses e forças econômicas, políticas e sociais que se vinculam por meio das relações de poder por trás da negação desses conhecimentos.

Entretanto, eu deveria seguir ainda um dos dois caminhos já mencionados, e outra disciplina que cursei no primeiro semestre de 2019 foi fundamental em minha decisão: Seminário de Pesquisa. Poderia se esperar que, na dúvida em que eu me encontrava, um anjo, ou uma fada apareceriam pra me mostrar o caminho a seguir. Mas, já que eu me sentia em uma encruzilhada, nada mais justo que uma certa “bruxa da História” para me ajudar a pensar a questão. Dizendo-me que eu já sabia para onde meu coração queria me levar, a professora e historiadora Sonia Miranda lembrou-me de que terei todo o tempo para, ao longo de minha carreira acadêmica, em minha prática profissional, fazer intervenções em escolas e, até mesmo, produzir material didático. E, quando chegar o momento, já terei as tessituras entre EA e Paleontologia produzidas por meio de meu trabalho com as comunidades dos arredores de sítios paleontológicos/espeleológicos.

Remeto-me, também, ao biólogo e professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – Carlos Frederico Loureiro, que lidera o Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS/UFRJ). Em uma de suas muitas publicações na área de EA, no livro Educação Ambiental: questões de vida, Loureiro inspirou-me a seguir por esse caminho ao assumir:

A escolha de não trabalhar o universo escolar, portanto, decorre da consciência da centralidade da educação na formação de nossa humanidade –

sem negar a escola – e da certeza de que o processo educativo não escolar ganhou contornos novos, principalmente quando se pensam grupos sociais profundamente afetados pelo avanço da destruição ambiental. Refere-se, outrossim, ao que se mostrou mais oportuno para mim diante do que estamos vivendo no país (...). Nem por isso, cabe dizer, certas discussões práticas e considerações teóricas que daí emergem deixam de ser interessantes para pensar a educação ambiental que acontece nas escolas. Há princípios que servem para entender o que é a educação em uma sociedade de classes e a especificidade da educação ambiental crítica, com as devidas mediações, que se realiza em múltiplas esferas sociais que constituem a condição humana. (LOUREIRO, 2019, p. 23).

Como um movimento no sentido de buscar mais aporte, em termos de conhecimento, para o caminho que havia escolhido, matriculei-me na disciplina Tópicos Especiais em Estudos Socioambientais, ministrada pelo Professor Vicente Pinto no segundo semestre de 2019. Incentivando-me sempre a pensar nas discussões travadas em sala para o contexto de minha pesquisa, Vicente me proporcionou a base para o entendimento de muitas das relações que eu travaria em minha pesquisa. Relações essas fundamentais também para as discussões que se abririam por meio de meus dados.

Para a Análise Crítica do Discurso – ACD - de Norman Fairclough, a qual toma parte de minha estratégia teórico-metodológica, é fundamental a percepção do problema social com aspectos semióticos, ou seja, do discurso enquanto momento da prática social, por meio de manifestações linguísticas (verbais e não verbais) no que tange a problemas sociais relacionados a poder e hegemonia (RAMALHO; RESENDE, 2011). Desse modo, propus-me, então, a trabalhar com o problema social que a mim coloca-se como a invisibilização das comunidades dos arredores de alguns pontos da Rota das Grutas, em especial os que integram o PESU (ênfase que justifico mais à frente, na tese), quanto aos seus saberes, suas relações afetivas com seu território, os conflitos ou problemáticas ambientais percebidos e a significância de seu patrimônio paleontológico em suas vidas e memórias. Em um contexto em que conhecimentos rivais⁹ estão imersos nessas comunidades, o desenvolvimento científico e tecnológico parece reforçar a dicotomia entre sociedade e natureza, e, assim, a desigualdade socioambiental.

Como questão de pesquisa, busco entender como os discursos das comunidades locais insinuam¹⁰ as relações socioambientais que emergem nos sítios de importância paleontológica

⁹ Para Boaventura de Sousa Santos (2009), conhecimentos rivais são práticas que não se fundamentam na Ciência, mas em conhecimentos alternativos. Para ele, não há nenhuma razão, *a priori*, para privilegiar uma forma de conhecimento sobre qualquer outra.

¹⁰ Nesta tese refiro-me à insinuação enquanto tipo de uso da linguagem, no qual o falante pode produzir (até mesmo intencionalmente) um significado diferente do que aquele meramente literal. Esse tipo de

em MG, podendo anunciar esses territórios patrimoniais, em termos de significância científica, cotidiana, educativa, de seus problemas e conflitos socioambientais, vulnerabilidades e injustiças ambientais.

No contexto de visões hegemônicas e contra hegemônicas sobre a EA e a Paleontologia, abro-me ao exercício reflexivo de analisar criticamente as implicações da atual conjuntura política para os dois campos. Assim, o problema que enuncio para minha pesquisa também contribuirá com a ampliação do meu olhar (e meu conhecimento) não apenas sobre a Paleontologia em MG, mas para a luta por uma nova sociedade e uma EA alternativa, (LAYRARGUES; LIMA, 2011). Ao levar em conta a dialogicidade, problematização e conscientização, a serem articuladas em torno de temas geradores (FREIRE, 1987), extraídos dessa conjuntura, e considerando a realidade dos indivíduos, de modo a contribuir com a consciência crítica dos sujeitos e sua consequente participação no mundo em que vivem, pode-se contribuir para uma educação libertadora, emancipatória e democrática.

Como objetivo geral, pretendo compreender os sentidos que insinuam saberes das comunidades desses sítios de importância paleontológica em MG, e contribuem para seu pertencimento e sua cotidianidade, e como tais sentidos e significações contribuem para modos contra hegemônicos de pensar o ambiente, a educação e o território.

Proponho, como objetivos específicos, compreender:

- As relações entre os campos estudados, tais como a Paleontologia, a Ecologia Política e a Educação Ambiental;
- Como a linguagem pode ajudar a desvelar relações de poder hegemonicamente construídas nesses sítios, informando aspectos conjunturais e da prática social, típicos da investigação em ACD;
- Os sentidos sobre: a Paleontologia, o pertencimento em relação ao território e ao patrimônio paleontológico (incluindo experiências e memórias), a problemática socioambiental local (incluindo relações conflitivas), bem como a Educação Ambiental que emerge desses e nesses territórios, por meio do discurso dos membros dessas comunidades, em especial, monitores/as ambientais desses sítios e moradores/as mais antigos dos arredores, bem como por meio do Material Educativo Informativo – MEI distribuído nos pontos turísticos;

uso da linguagem permite que o ouvinte formule algumas hipóteses sobre o que o sujeito do discurso realmente quis dizer.

- O modo como a EA e os estudos decoloniais, articulados à Paleontologia, podem contribuir com a transformação social nesses espaços, por meio de uma leitura crítica da realidade.

Acredito ser importante, nessa busca, debruçar-me sobre questões como políticas de memória e patrimônio. Para tal, faz-se válido construir certas conexões com dois conceitos relativamente recentes que podem auxiliar-me no entendimento das relações estabelecidas nesses sítios paleontológicos: Paleoterritórios, que trazem consigo toda uma discussão sobre História Ambiental (OLIVEIRA, 2007); e a Paleontologia Social, que leva essa ciência para uma experiência educativa que seja significativa para o patrimônio e a identidade locais (e vice versa) (GONZÁLEZ et al., 2011). Aproveito para compreender melhor como questões atuais podem auxiliar no olhar para esses problemas, bem como a enfrentar discursos negacionistas da ciência. Esse é o caso do Antropoceno. Ao não levar em conta como diferentes atores veem ou experimentam problemas associados ao clima de formas muito diferentes, o termo (e sua definição) vem recebendo críticas por parte de cientistas sociais e educadores/as ambientais (PALACIO; VARGAS; HENNESSY, 2017). Se considerarmos que onde encontramos os maiores centros de capital financeiro encontramos também os maiores geradores de degradação, é possível perguntar se um termo mais adequado poderia ser Capitaloceno, por expor melhor as relações de poder, as relações entre o global e o local, e as relações de conflito, deslocando com a Ecologia, em um encontro com a História.

Tomado os pressupostos teórico-metodológicos da ACD para análise de amostras discursivamente situadas, (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2001; FAIRCLOUGH, 2003a), trago o papel da linguagem como fundamental ao meu trabalho. Sendo historicamente situada, a linguagem não apenas é prática social (meio de dominação e força social), como também tem lugar central no contexto das mudanças sociais contemporâneas e no atual modo de produção capitalista, em que a economia é baseada no discurso. O conhecimento é produzido, passa a circular e é, então, consumido como discurso, em um momento em que alguns traços da modernidade se tornam radicais tais como a separação de tempo e espaço (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

No sentido de entender melhor os problemas da modernidade (incluindo o entendimento sobre o Antropoceno) e os discursos que dela tomam parte, proponho também trazer Walter Benjamin para a discussão. Sujeito que, segundo Löwy (2005), pensava dentro e fora de seu tempo, é uma chave para pensar em questões atuais, como pude perceber ao cursar a disciplina Walter Benjamin e Educação no segundo semestre de 2019, novamente com a professora Sonia Miranda. Criticando a visão linear da passagem de um tempo quantitativo, homogêneo e vazio,

esse filósofo e crítico literário alemão formula conceitos que são modos de análise valiosos para meu trabalho, e que são abordados no capítulo 1 desta tese. Alguns deles são o conceito de limiar como a percepção do não pertencimento, a transferência do valor de culto para o valor de exposição, em tempos modernos, e a defesa da descontinuidade histórica (negando a ideia de um progresso linear com o passar do tempo), já que considerava o tempo como qualitativo, heterogêneo e pleno. Com a obra *Passagens* (BENJAMIN, 2006), Benjamin mostra a espacialização do capitalismo, conexão essencial com a espacialização mercadológica de meus locais de estudo.

Havia proposto até o momento de minha qualificação, ocorrida em outubro de 2020, abrir-me ao campo por meio da pesquisa etnográfica, deixando que os “desvios da rota” e os “intervalos de reflexão” dos métodos de composição (BENJAMIN, 2006) de meu trabalho, encontrassem as *Passagens* mais interessantes à investigação. Entretanto, com a prolongada e preocupante situação da pandemia de COVID-19 no Brasil e no mundo, causada pelo novo coronavírus, SARS-CoV2, acontecimento inimaginável e sem precedentes (ao menos em minha história de vida), meu percurso investigativo foi atravessado pela preocupação quanto a uma imersão em campo em um momento que estaria longe do ideal.

Fenômeno de origem antrópica e intensificado no contexto de uma política que nega direitos fundamentais e promove o desmonte de políticas ambientais, a pandemia do novo coronavírus põe em evidência desigualdades de exposição aos riscos de contaminação, desemprego, possibilidades de tratamento e chances de cura, dentre outros (SATO, 2020a). A COVID-19 e todos os desafios que temos enfrentado no que concerne ao negacionismo, às políticas deficitárias e às *fake news* (notícias falsas), vêm trazendo incertezas ao campo ambiental e aos trabalhos acadêmicos, sobre como deverão se dar agora e também no momento pós-pandemia. Afinal, como defendem Falcão e Souza (2021), embora em todo o mundo tenha ocorrido a disseminação de falsas notícias sobre o vírus, sua propagação e seu tratamento, o caso brasileiro chama atenção pelo fato de muitas dessas *fake news* estarem sendo espalhadas pelo próprio presidente, Jair Bolsonaro, além de seus apoiadores, o que confere ainda mais preocupação quanto ao nosso cenário, já que sua posição enquanto chefe de Estado alcança grande visibilidade.

Infelizmente, a catástrofe é também uma possibilidade para repensar as características básicas de nossa sociedade e do sistema econômico predominante. Consequência do capitalismo e de suas relações nefastas com o avanço do desmatamento, a redução do habitat de várias espécies e o comércio de animais, a COVID-19 é um claro sinal para a necessidade de reorganização da economia global (DAVIS et al., 2020; SATO, 2020a). Além disso, por

estar relacionada às vulnerabilidades socioambientais que se dão devido ao modelo hegemônico, essa pandemia pode ser compreendida como parte da crise ambiental contemporânea, levando-me a pensar que, mais do que nunca, faz-se urgente entender os discursos imersos em um Antropoceno que não se apresenta da mesma forma para todos/as. Perceber o lugar da linguagem em uma modernidade que mina identidades individuais e coletivas (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999) é fundamental para ressignificar a história e esperar outros futuros possíveis.

De modo a fortalecer minha aposta de trabalho com conexões que considero necessárias entre Paleontologia e Educação Ambiental, durante os dois primeiros anos de trabalho remoto devido à pandemia da COVID-19, ou seja, os anos de 2020 e 2021, acompanhei uma disciplina e um curso em modo online que se mostraram muito importantes para as discussões que trago no capítulo final da tese, concernentes à análise crítica discursiva dos dados coletados (sobre os quais falo mais à frente). A disciplina Tópicos Especiais em Ciências, Cultura e Educação II – Educação Ambiental Insurgente, ministrada pela professora Jacqueline Girão, da Universidade Federal Fluminense – UFF, foi enriquecedora para pensar muitas relações sociedade/natureza, por meio de discussões, experiências dos diversos grupos de pesquisa, estudos decoloniais e aproximações entre EA e Ecosocialismo. O Curso Internacional em Educação Ambiental de base comunitária e ecologia política na América Latina: utopia, esperança e práxis no centenário Paulo Freire, por sua vez, oferecido pela Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, foi crucial pelo aporte teórico, com disponibilização de muitos artigos, capítulos de livro e vídeos, os quais enriqueceram enormemente as discussões que teci durante as análises dos dados.

Assim, embora mudanças no percurso tenham alterado meu planejamento metodológico, mantive-me firme no desejo de analisar e mapear conexões entre as “relações de poder e recursos discursivos acessíveis a pessoas ou grupos sociais, materializados em eventos discursivos” (RESENDE; REGIS, 2017, p. 37), para que pudesse tecer reflexões necessárias sobre o que Chouliakari e Fairclough (1999) chamam de mudança social contemporânea, além de conexões que levem a possíveis práticas emancipatórias. Destarte, na busca por me esforçar em outras direções, mas com a mesma finalidade, abri mão da pesquisa etnográfica por ora (espero que esta tese possa ter muitos desdobramentos futuros, os quais possam incluir a etnografia), alterando a investigação para um conjunto de *corpus* mais amplo de análises, incluindo textos de diferentes gêneros, mas de um mesmo período sócio-histórico. Tal coleta

de dados teve como base: textos multimodais¹¹ sob a forma dos folders, panfletos e livretos (MEI) distribuídos em três pontos principais da RGPL (Rota das Grutas Peter Lund), sendo a Gruta do Maquiné, a Gruta Rei do Mato e o Parque Estadual do Sumidouro - PESU (incluindo a Gruta da Lapinha), a serem detalhados no capítulo 6; questionários enviados aos/às monitores ambientais do PESU, pelo *Google Forms*, ferramenta explicada mais à frente; e entrevistas com moradores/as dos arredores do Parque¹², por videochamadas, seguindo um roteiro de entrevista semiestruturada, conforme será descrito no capítulo 6 desta tese.

Partindo de um total de 10 materiais coletados na RGPL; de seis respostas aos questionários enviados, e de 10 entrevistas com sujeitos locais, esses consistindo em uma variedade de atores locais, como professoras, ex-gestores, ex-monitores/as, voluntários do Parque, artistas e ativistas locais, proponho para este trabalho a análise de amostras discursivamente situadas, de segmentos discursivos de todo esse material coletado, seguindo os pressupostos da Análise Crítica do Discurso (sobre a qual aprofundo no capítulo 6) e o pensamento de Walter Benjamin. Certamente, também trago todo o aporte de temas e campos de estudo necessários à conjuntura de minha pesquisa, melhor apresentada a partir dos próximos capítulos.

Desse modo, para essa jornada, a tese foi assim desenhada: na Introdução, trago minha trajetória e enuncio o problema de pesquisa. Em seguida, no primeiro capítulo anuncio os referenciais teórico-metodológicos de meu trabalho em “O lugar da linguagem: contribuições de Norman Fairclough e Walter Benjamin”. Já no segundo capítulo, intitulado “A Época do Homem que sabe (?)”, mostro os múltiplos discursos construídos acerca do Antropoceno, relacionando-os às questões da modernidade tal como se apresentam em Fairclough e Benjamin.

Em sequência, no capítulo 3, “Paleontologia e Justiça Ambiental: tecendo conexões por meio da Ecologia Política”, trago a problemática dos sítios paleontológicos e espeleológicos de Minas Gerais, incluindo a relação com as questões socioambientais que tratei nos trabalhos já citados do ENPEC e do EPEA, ambos em 2019. No quarto capítulo, “Situando a Paleontologia

¹¹O conceito será melhor definido mais à frente nesta tese. No caso deste trabalho, são textos compostos por imagem e texto escrito, típicos de Material Educativo Informativo, de modo geral.

¹²Embora tenha optado por analisar o MEI de todos os pontos da Rota das Grutas Peter Lund que percorri durante minha visita prévia à área, decidi restringir a coleta de dados discursivos nos questionários e nas entrevistas apenas a sujeitos relacionados diretamente ao Parque Estadual do Sumidouro (e conseqüentemente à APA Carste de Lagoa Santa, onde ele se insere), de modo que o *corpora* (conjunto de *corpus*) de análise não ficasse desnecessariamente extenso. Ademais, é no PESU e em seus arredores que se concentram a maior parte dos problemas e conflitos socioambientais levantados para a região, de acordo com a pesquisa bibliográfica que pode ser encontrada no capítulo 3, e também nas discussões constantes no capítulo 7 desta tese.

no cenário brasileiro e na Educação”, mostro as definições dessa ciência, sua relação com a atualidade e as interfaces com a Educação. No quinto capítulo, “Nada é neutro: relações entre a Paleontologia e a Educação Ambiental Crítica” as tessituras entre ambos os campos são apresentadas, incluindo reflexões importantes às análises feitas na tese. No sexto capítulo, apresento a pesquisa de caráter discursivo em “Escolhas metodológicas: o contexto social de produção discursiva e o desenho da pesquisa”, bem próximo ao capítulo de análise, para que fiquem mais claros os caminhos percorridos.

No sétimo capítulo, portanto, “Caminhos e Discursos: conduzindo as análises e discussões dos resultados”, apresento os resultados e as discussões acerca da análise crítica de segmentos discursivos do material coletado, relacionadas aos seguintes eixos: Sentidos sobre a Paleontologia; Sentidos sobre o pertencimento em relação ao patrimônio geológico/paleontológico/espeleológico e cultural; Sentidos sobre a problemática socioambiental na região da Rota das Grutas Peter Lund; Sentidos sobre a Educação Ambiental. Por fim, apresento as considerações sobre esta tese, não com o propósito de serem considerações “finais”, mas sim o início e uma nova etapa, permitindo um “Lá e de volta outra vez”.

E cá estou, ressignificando minha história, para que eu possa tentar ressignificar outras histórias. Como Benjamin, chamo os mortos (sejam eles os fósseis ou os/as moradores/as pretéritos desses locais), para que a eles seja restituído seu valor. Em comunidades ainda tão distantes em relação ao uso de seus territórios, a dicotomia sociedade e natureza reforça a desigualdade ambiental e a disputa entre conhecimentos rivais. Em meio a um desenvolvimento científico e tecnológico apartado das comunidades locais, proponho um olhar para elas, para suas memórias e a significação de seu patrimônio.

Andando por lugares onde, sobre minha cabeça há mares de 500 milhões de anos, sob meus pés há fósseis de 12 mil anos, e à minha frente há pinturas de 5 mil anos atrás, os mesmos lugares onde Peter Lund, no século XIX coletou os mortos para os quais hoje olhamos nos museus, em pleno terceiro milênio, não tenho outra escolha senão também ser uma defensora apaixonada da descontinuidade histórica.

Se Benjamin conseguia perceber, em termos de evoluções históricas, apenas a repetição mítica do mesmo, sem enxergar progresso, pretendo trazer uma escala geológico-histórica com uma “evolução” diferente, na tentativa de um novo pacto entre humanos e seu ambiente. Morte e vida juntas.

Que, como o deus romano Janus, que possui duas cabeças (uma olhando para a frente e a outra, para trás), eu possa me voltar para passado e futuro, ficando firme meus pés sobre

meus sonhos, para que eles me levem sempre para onde meu coração se volta, mas nunca para onde o vento do progresso me levar [como gostaria Benjamin (2012b), em O Anjo da História]. Adiante, eu provavelmente olharei muitas e muitas vezes para meus próprios escombros, e mudarei muitas e muitas vezes minha própria história. Muitas discontinuidades e muitas interferências virão. Que bom!

1 O LUGAR DA LINGUAGEM: CONTRIBUIÇÕES DE NORMAN FAIRCLOUGH E WALTER BENJAMIN

Longe de ser consensual, a globalização é um amplo e intenso campo de conflito entre diferentes grupos sociais, merecendo atenção suas dimensões econômica, social, política e cultural. Segundo Santos (SANTOS, 2002), a globalização mostra/intensifica os processos de homogeneização existentes, embora também destaque as desigualdades. Não sendo um consenso, obviamente estamos longe de entrar em um período em que desaparecem as clivagens profundas (especialmente as políticas), com os países periféricos e semiperiféricos mostrando-se os mais sujeitos à imposição do receituário neoliberal (SANTOS, 2002) de uma globalização hegemônica ou dominante. Nesse processo, o global e o local são socialmente produzidos, por meio de trocas desiguais de artefatos, condições, e entidades locais para além de fronteiras nacionais.

O termo Globalização surgiu primeiramente na imprensa, descrevendo fenômenos locais que passaram a se espalhar globalmente. Passando de uma apropriação econômica a geográfica e sociológica, o processo tem sido interpretado de diferentes modos, por meio de inúmeros debates, e diferentes grupos vêm oferecendo distintas opiniões e soluções na lida de questões socioeconômicas (SANTOS, 2002). Além da diversidade de análises, a globalização mostra incertezas e controvérsias, podendo ser analisada e pensada quanto a ideologias e práticas sociais, em um movimento duplo de padronizações e diferenciações (SANTOS, 2002).

Antecipando as reflexões trazidas em seu livro que seria lançado em julho de 2020, Latour (2020), em entrevista fornecida ao canal digital do Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, transmitida ao vivo em 26 de junho de 2020, defende que não estamos todos no mesmo mundo, havendo uma espécie de carência de mundo comum. Tal fato fica evidente, segundo o autor, ao observamos as estratégias de enfrentamento da pandemia causada pelo novo coronavírus, por diferentes países, de modo que os mesmos representantes políticos que são céticos quanto às mudanças climáticas venham se mostrando céticos quanto à COVID-19. Ademais, atenta-nos para o fato de que as catástrofes podem ser mais violentas em determinados países do que em outros, como se dá com a pandemia no contexto brasileiro.

Assim, embora o termo possa transmitir a ideia de inclusão, os fenômenos globais hegemônicos articulam-se de formas múltiplas, sob condições locais, nacionais e regionais. Além disso, Santos (2002) defende que tanto o global quanto o local são socialmente produzidos dentro dos processos de globalização, não havendo uma condição global para a qual

não exista uma raiz local. Portanto, o processo, em si, pressupõe localização, e o que se vê são diferentes tipos de globalização, em diferentes relações tempo-espço e distintos níveis de hierarquização. No contexto dessas múltiplas globalizações, encontramos o chamado globalismo¹³ localizado (SANTOS, 2002), caracterizado pelo impacto específico em condições locais por práticas e imperativos transnacionais, que decorrem dos “localismos globalizados” (os quais ocorrem, por exemplo, por meio da língua inglesa), como o que se dá com o uso turístico de tesouros históricos, artesanato, vida selvagem, dentre outros.

Ainda nesse contexto do globalismo localizado e dos localismos globalizados, a pandemia da COVID-19 descortinou também a fragilidade do sistema alimentar globalizado, frente a bloqueios e restrições determinados por muitos governos enquanto estratégia inicial para frear a disseminação do novo coronavírus, como apontam Nicholls e Altieri (2020). Os autores também nos lembram que muitos países alteraram suas dietas tradicionais, originalmente ricas e diversas, vindo a perderem segurança alimentar devido à mudança de seus hábitos em detrimento de alimentos processados e pobres em nutrientes, o que colaborou para a elevação da proliferação de doenças relacionadas a esse tipo de dieta. Frente ao sistema alimentar globalizado, a pandemia trouxe muitas consequências para as grandes cidades e os setores mais pobres, mostrando o quão insustentável e susceptível a crises e desastres esse sistema é, enquanto a agroecologia poderia produzir localmente alimentos sustentáveis e seguros para comunidades rurais e urbanas (NICHOLLS; ALTIERI, 2020).

Certeau (2008) também nos convida a refletir sobre hábitos diferentes dando-se em diferentes locais, por meio da questão alimentar. Ao trazer a definição de nutrição associada à história material e à técnica do lugar (ligada, inclusive, à disposição dos recursos necessários), faz também associações com a história econômica e social, mostrando como, com o passar do tempo, houve uma desregionalização das práticas culinárias. Tal mudança ressalta o fato de que hoje não há um vínculo tão direto entre causa e efeito de produtos disponíveis a um preço acessível e a cozinha típica local, havendo também a perda da passagem de conhecimento entre as gerações.

É por meio dessa conexão dos indivíduos com o mundo que o processo de globalização se relaciona também a processos linguísticos, pois diferentes discursos podem proporcionar distintas conexões dos indivíduos com a sociedade. Desse modo, a prática da linguagem, ou

¹³ Aqui utilizo o termo *globalismo* enquanto escolha linguística feita por Boaventura de Sousa Santos em sua crítica ao potencial hegemônico da globalização. Logo, distancio-me da reprodução/apropriação empobrecida do termo, a qual pode ser atualmente encontrada nos discursos políticos de direita no cenário brasileiro.

seja, o discurso, é selecionado e determinado de acordo com os interesses da sociedade, em relação às identidades, concepções de mundo, valores culturais, dentre outros aspectos (SILVA; PEDROSA; DAMASCENO, 2011). Entretanto, diferentemente dos elementos “físicos” da globalização (como acessórios, tecnologias, roupas, etc.), o uso linguístico não tem influência tão facilmente detectada em nosso cotidiano enquanto possível manipulação ou mesmo exercício de poder (SILVA; PEDROSA; DAMASCENO, 2011).

Em semelhante sentido, Certeau defende que a própria cozinha também pode ser considerada uma linguagem da sociedade, por meio de suas misturas, limitações, tipos de cozimentos, rituais e outros aspectos, o que se traduz também no status social. Em uma homologia entre grupos sociais e modos de agir, compara o gostar com o poder, mostrando como o ato de comer pode se mostrar um verdadeiro discurso, o qual associa-se a conexões estabelecidas entre práticas cotidianas paralelas, as quais envolvem situações sociais, relações de força e configurações de poder (CERTEAU, 2008).

Em uma aproximação à crítica certeuniana, para a Análise Crítica do Discurso – ACD - é preciso também pensar na linguagem enquanto prática social e instrumento de poder, sendo um recurso que pode ser utilizado tanto para estabelecer quanto para sustentar relações de dominação, ou mesmo contestar essas relações, visando a superação dos problemas. Assim, a linguagem é uma parte irreduzível da vida social, pressupondo-se, portanto, que há uma relação interna e dialética entre linguagem e sociedade, na qual as questões sociais são, em certa medida, questões de discurso, e vice-versa (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Ou seja, as questões sociais também são discursivas e o contrário também é verdadeiro.

Também relacionado à linguagem e ao controle do modelo econômico globalizado, encontra-se o conceito da colonialidade, processo iniciado com a violência de um modelo político colonial, mas que perdura ainda hoje na economia-mundo capitalista. Isso porque, embora tenha começado com a invasão da América, tal processo não terminou com uma aparente ruptura econômica, ou seja, com o fim do colonialismo, já que não houve emancipação político-econômica, ou mesmo cultural dos países periféricos (WALSH, 2013). Para Maldonado-Torres (2018, p. 41), a colonialidade é “uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de formas coloniais”.

Como apresento ao longo desta tese, há uma faceta discursiva em processos de colonialidade, que leva também a possibilidades de mudança, de contestação, no sentido do movimento de resistência (RESENDE, 2019), ou seja, do movimento pela decolonialidade. A supressão do “s”, aqui (diferente de “descolonialidade”), visa apontar que são possíveis as formas de transgressão e resistência a esse sistema, por meio de posicionamentos que rompam

com a colonialidade do ser, a qual inferioriza as pessoas; a colonialidade do saber, na qual certos saberes são legitimados, enquanto outros são subalternizados; e a colonialidade do poder, a qual relaciona-se às relações de dominação, exploração e conflito.

No âmbito da colonialidade, tanto do ser, quanto do saber e do poder, a natureza tem sido historicamente considerada um recurso controlado por determinados grupos de seres humanos os quais, por sua vez, são considerados superiores a ela, de acordo com a visão hegemônica do sistema-mundo-moderno-colonial capitalista (WALSH, 2012). Assim, há também a colonialidade da natureza, que segue uma lógica de exploração e dominação de não-humanos, mas também de humanos que dependem diretamente das funções e dos bens ecossistêmicos. Tanto a natureza quanto os povos que dela dependem são, assim, penalizados pela colonialidade, em um sistema de disputas assimétricas, que multiplica as violências que nele se retroalimentam, já que aos olhos, por exemplo, de mineradoras, do agronegócio e do ramo energético, a natureza é vista como um mero objeto (fonte de recursos), o que leva aos conflitos ambientais. Tais conflitos tornam mais evidente o choque entre sociobiodiversidade (diversidade de culturas, tradições, cosmovisões) e o projeto hegemônico, sendo assim uma importante chave de leitura para a colonialidade da natureza e a tessitura de estratégias e potenciais emancipatórios.

É também enquanto estratégia de poder econômico-político por meio da linguagem que, segundo Leff (2016), a chamada sociologia da globalização ambiental¹⁴ olha para conceitos como globalização e fenômenos tais como os problemas ambientais globais. Mas nessa era da globalização, a crise ambiental (a ser melhor abordada no capítulo 3), não consiste no único problema que se manifesta em escala planetária, pois o risco ecológico e a degradação ambiental emergem em conjunto com novos problemas sociais (ou, ainda, antigos problemas, porém acentuados), tais como: a economização crescente do mundo e a concentração de riquezas; as diferenças culturais; a desigualdade social e a pobreza; o terrorismo, dentre outros (LEFF, 2016). Buscando entender as condições naturais que tomam parte nos fatos sociais, bem como os processos sociais que levam à degradação ambiental, afetando a própria sociedade, a

¹⁴ Segundo Leff (2016), na perspectiva da racionalidade ambiental, a busca da sociologia ambiental é por compreender o modo como a crise ambiental, a degradação dos ecossistemas e a crise climática se colocam como um imperativo de vida: em um entendimento do mundo capaz de produzir ações que visem a formar sociedades sustentáveis. A sociologia ambiental trata, ainda, de como todo um conjunto de significados e normas pode ser manipulado por interesses, discursos ideológicos e até mesmo estratégias políticas. Assim como outros paradigmas ecológicos e ambientais situados nas ciências sociais, visa restaurar um déficit de natureza em relação às ciências humanas, incluindo as condições naturais que constituem a ordem social.

sociologia ambiental permite que percebamos o caráter socioambiental das degradações, em um quadro global.

Substituindo conceitos no sentido de superar a oposição entre natureza e sociedade, a sociologia ambiental dá início a um processo de desconstrução, hibridação e territorialização de teorias e de saberes, na busca pela construção de um novo entendimento das relações entre social e ambiental, em uma “nova” sociologia ambiental, pautada no campo da Ecologia Política. Campo que tensiona a discursividade sobre a questão ambiental, a ecologia política é também o campo no qual surgem outras significações, nas quais o discurso ambiental torna-se politizado, um espaço para a construção de sentidos outros a um futuro sustentável (LEFF, 2016). Assim, a crise ambiental mostra-se também uma crise civilizatória, uma crise do conhecimento, exigindo uma resposta teórica, ética e estratégica, como será discutido no capítulo 3, no qual reforço o caráter social da crise ambiental enquanto sinal da necessidade urgente de uma mudança civilizatória, envolvendo reflexões sobre disputa de interesses e estratégias de poder, bem como alternativas, por meio de uma nova racionalidade ambiental, que busque compreender as contradições sociais.

Definindo seu campo dentro do conflito social e das estratégias de poder que passam pelos modos de apropriação da natureza, a Ecologia Política é um novo e heterogêneo campo de pesquisa teórica, investigação científica e ação política, que busca decolonizar o conhecimento e legitimar outros saberes (LEFF, 2016). Trazendo também um encontro entre a tradição do pensamento crítico latinoamericano e as experiências e estratégias de resistência de seus povos, a Ecologia Política apresenta uma perspectiva para a abordagem das relações sociedade-natureza mais própria à América Latina, tendo como lugares de enunciação: a dúvida sobre nossa identidade (comum à Ecologia Política e ao pensamento latinoamericano); a busca pela identidade por meio da análise de nosso passado (História Ambiental); nossa realidade geo-histórica comum; a desconfiança em relação às ciências sociais convencionais (tanto em termos teóricos quanto metodológicos, de uma perspectiva anti-positivista); e uma posição fronteiriça em relação aos sistemas de conhecimento estabelecidos (ALIMONDA, 2017).

Essas novas perspectivas trazem também a produção de outros discursos, já que, como nos apresenta Fairclough (2003a), o discurso sempre parte de uma perspectiva social. Diferentemente do que consideramos por fala, todo discurso envolve uma intencionalidade, a qual representa um modo de pensar, e está sempre relacionado à conjuntura, um pensamento sobre o coletivo, para além do indivíduo, pois a linguagem representa ou se encontra em um momento discursivo específico, o qual informa aspectos conjunturais e da prática social (COSENZA, 2014). Segundo Chouliaraki e Fairclough (1999), a conjuntura consiste em certo

trajeto de determinada rede de práticas, as quais tomam parte das estruturas sociais. Ou seja, a conjuntura é o conjunto de práticas sociais mais ou menos estáveis, que integram as estruturas sociais, mais estáveis (FAIRCLOUGH, 2003a). Desse modo, retomo a linguagem em sua relação com a sociedade, enquanto campo de disputa, no entendimento de uma sociedade moderna (RAMALHO; RESENDE, 2011).

Manifestando-se como discurso nas práticas sociais, a linguagem e seu uso, em nosso cotidiano, permitem que recorramos a múltiplas formas de representar, agir e interagir, bem como identificar o mundo e a nós mesmos (RAMALHO; RESENDE, 2011). Na tentativa de entender a linguagem enquanto discurso, uma parte da prática social, ou seja, compreender o uso da linguagem dentro da prática social, a ACD permite compreender sua funcionalidade e, por conseguinte, como os sujeitos se colocam no mundo, relacionando-se e se identificando, bem como identificando os outros sujeitos e aspectos do mundo (RAMALHO; RESENDE, 2011). Assim, a linguagem é um ponto de partida para a compreensão da proposta teórica e metodológica da ACD, uma vertente crítica para os estudos de linguagem.

A ACD não é um campo homogêneo, mas sim, heterogêneo, instável e aberto, baseado em diálogos interdisciplinares, que inclui várias abordagens as quais se relacionam entre si (RAMALHO; RESENDE, 2011; COSENZA, 2014). “A Análise Crítica do Discurso, em um sentido amplo, refere-se a um conjunto de abordagens científicas interdisciplinares para estudos críticos da linguagem como prática social” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 12). Assim, para a ACD, em todos os níveis da vida social, incluindo as estruturas sociais, que são os níveis mais fixos, até os eventos sociais, mais flexíveis, passando pelas práticas sociais (as quais podem ser consideradas o nível intermediário), a linguagem faz-se presente.

Para Fairclough (2003a), as práticas sociais são o ponto que conecta as estruturas abstratas e seus mecanismos (o sistema semiótico, ou seja, opções lexicais, gramaticais, semânticas, etc.) e os eventos concretos, aqueles que se dão em contextos e práticas específicas, por determinados indivíduos. Ou seja, entre a sociedade e os eventos que se dão nas vivências pessoais, cotidianas (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Portanto, para Fairclough (2010), a prática social é simplesmente a atuação social, e toda prática se forma por meio de uma combinação de vários componentes sociais, em uma organização que abrange o discurso (FAIRCLOUGH, 2010). Essa prática social é, ainda, formada por componentes sociais distintos em combinação, e que podem ser exemplificados por: sujeitos e suas relações sociais, as atividades, os objetos, o espaço e o tempo, valores, formas de consciência, além do próprio discurso. De acordo com Fairclough (2010), todos esses componentes são inseparáveis, cada um incluindo os demais.

A linguagem manifesta como discurso nestas práticas é, assim, investigada de modo crítico pela ACD, em contextos que envolvam poder e desigualdade social, a qual é apresentada, evidenciada, formada e legitimada pelo uso do próprio discurso (WODAK, 2004). É importante lembrar que a linguagem, sendo um momento (da prática social), é também uma forma de interferir na estrutura social e econômica, segundo a Linguística Crítica, uma das bases epistemológicas da ACD (FAIRCLOUGH, 2001). O discurso enquanto prática da linguagem conduz grandemente as mudanças sociais que se dão na vida social moderna, ou seja, o discurso muda antes das transformações sociais (FAIRCLOUGH, 2006).

Fairclough (2003a) apresenta-nos o termo discurso como sendo atribuído a dois significados: enquanto substantivo abstrato, o discurso (no singular) é considerado parte irreduzível da prática social relacionada à linguagem. Como substantivo concreto, admite o plural (pode haver discursos vários), sendo o modo de representar certa parte do mundo, ou seja, a experiência no mundo, de acordo com determinados interesses. Isso implica em dizer que “discursos” se referem a demonstrações da vida social resultantes de certos posicionamentos assumidos. Ainda para o autor (FAIRCLOUGH, 2003b, p. 188), a linguagem tem:

uma considerável importância na reestruturação do capitalismo e em sua organização em nova escala. Por exemplo, a totalidade do conceito de “economia baseada no conhecimento”, uma economia em que o conhecimento e a informação adquirem um novo e decisivo significado, implica uma economia baseada no discurso: o conhecimento se produz, circula e é consumido como discursos. (FAIRCLOUGH, 2003b, p. 188).

Em uma crise mundial que marca a sociedade contemporânea de várias formas, a exemplo do meio ambiente, da saúde, da economia, da política e das relações sociais, pode-se dizer que nos encontramos na chamada modernidade reflexiva ou modernidade tardia, a qual se dá após a crise do que Giddens; Beck; Lash (1997) denominam primeira modernidade, ou modernidade simples (ou, ainda, industrial). A ACD critica tanto essa primeira modernidade quanto o conceito de pós-modernidade, enquadrando-se na modernidade tardia (RESENDE; RAMALHO, 2006), ideia que liga a globalização à linguagem, como será explicitado a seguir.

Em sua obra *Modernidade e Identidade*, Giddens (2002), informa ao leitor que emprega o termo modernidade em um sentido geral, utilizando o mesmo para se referir às instituições e os modos de comportamento estabelecidos primeiramente na Europa após a Idade Média, tornando-se mundiais, quanto ao seu impacto, no século XX. Assim, para o autor, tal modernidade pode ser entendida como uma equivalência ao mundo industrializado, mas sem

perder de vista o fato de que o industrialismo não é sua única característica/dimensão, pois o capitalismo, por exemplo, também está associado ao surgimento da vida social moderna. Inaugurando uma nova era, a modernidade produz diferentes formas sociais, cujo controle dá-se em distâncias espaciais e temporais que são indeterminadas (GIDDENS, 2002).

A primeira modernidade entra em crise porque suas instituições começam a falhar e as tradições já não dão conta de um novo tempo, pois os modos de vida produzidos pela modernidade nos afastaram dos tradicionais tipos da ordem social, em transformações muito profundas (GIDDENS; BECK; LASH, 1997). Nesse novo tempo, a tecnologia não resolve as desigualdades, mas reforça as relações de poder (RESENDE; RAMALHO, 2006; COSENZA, 2014), já que a própria tecnologia é criada socialmente e, pelo que nos informam Giddens; Beck; Lash (1997), tanto o poder quanto o uso da linguagem são intrínsecos à prática social de modo geral. A modernidade tardia, assim, traz uma mudança na natureza do sistema mundial, havendo tentativas reflexivas e universais de uma espécie de colonização do futuro, com grande aceleração da compressão tempo-espço, em uma tendência à globalização. Envolve, por conseguinte,

o desencaixe das relações sociais de determinados lugares e contextos e sua generalização para além das fronteiras temporais e espaciais. Este desencaixe pode ser visto como uma prática específica reguladora nos sistemas sociais, através da qual as relações sociais são retiradas de suas localidades e reorganizadas em outras. Chouliaraki e Fairclough (1999) argumentam que o desencaixe é também evidente nas práticas da mídia (impressa, mas principalmente eletrônica), nas quais as notícias são frequentemente retiradas dos seus contextos de produção e circulam por todo o mundo sob a forma de elementos desligados (sob o “efeito colagem” de notícias) formando um novo senso de familiaridade com os acontecimentos distantes e criando assim uma nova consciência global. (COSENZA, 2014, p. 24).

Desse modo, o sistema mundial hoje e as crises de identidade a ele relacionadas podem ser pensados sob a mobilização do conceito de modernidade tardia. Nessa modernidade, também tida como reflexiva, o papel da linguagem mostra-se fundamental, já que essas identidades podem ser tanto mantidas quanto contestadas no discurso (RESENDE; RAMALHO, 2006).

É também com um olhar atento às questões da modernidade¹⁵, que Walter Benjamin, ensaísta, filósofo, tradutor, sociólogo e crítico literário alemão (e judeu), tece problematizações

¹⁵ Benjamin não se utiliza do conceito da modernidade tardia. A crítica benjaminiana à modernidade parte de seu olhar para a modernidade europeia dos anos 1920 e 1930, embora ele antecipe, em suas preocupações, questões que se tornam mais evidentes na segunda metade do século XX, como os

que se dão pelas conexões entre linguagem e experiência acerca da modernidade, tal como se apresenta no século XIX e na primeira metade do século XX, comprimindo o tempo e transformando o espaço das grandes cidades (PIRES, 2016).

Expressão da história, o meio urbano é para Benjamin, a materialização da modernidade, por meio das novidades, da arquitetura industrial, da circulação de mercadorias, aspectos esses que se apresentam à semelhança de “fósseis”, vestígios de uma história que se aloja em objetos para sobreviver (PIRES, 2016). À semelhança de Fairclough (2006), para quem as formas arquitetônicas são um exemplo de como os rearranjos e recontextualizações de discursos (e os consequentes modos de agir) podem ser incorporados em diferentes âmbitos, Benjamin mostra-se interessado pela arquitetura da cidade e as distintas experiências que ela é capaz de trazer

A metrópole moderna fundamenta uma nova mitologia, onde as construções assumem ‘o papel do subconsciente’. Os primeiros momentos da Revolução Industrial – construções em ferro, como as estações ferroviárias e os pavilhões de exposições, ou as passagens como as precursoras das lojas de departamento – repercutem fortemente no imaginário coletivo. (BENJAMIN, 2006, p. 65).

Composta pelos lugares de passagem, os lugares da burguesia e os lugares da massa, a cidade traz, em sua arquitetura, uma mistura de expressões e experiências, o que se quer revelar e aquilo que se esconde. Afinal, a própria arquitetura da cidade é uma obra de arte que é percebida coletivamente (BENJAMIN, 1996). Para o filósofo, a cidade e a arquitetura podem oferecer tanto possibilidades narrativas quanto redutos críticos. Afinal, assim como o é para a ACD, os discursos materializam-se dentro desses espaços.

Criticando os limites rígidos da racionalidade técnica, em uma escrita polifônica, não-linear, fragmentária e inconclusa, Walter Benjamin busca, em seus escritos, uma fusão dos saberes, uma troca entre áreas, interessando-se por aquilo que foi esquecido pela história. Em um movimento de “escovar a história a contrapelo”, Benjamin (1985), que se autodenominava pesquisador itinerante, em sua trajetória intelectual marcada pela reflexão sobre os problemas levantados por uma concepção clássica de cultura, propõe desconstruir o olhar para a História e pesquisá-la mantendo um olhar atento às ruínas da modernidade e para os atos de barbárie que se deram em nome do progresso.

problemas advindos da dualidade ser humano – natureza. Em seu trabalho fragmentário e muitas vezes inconcluso (sua prematura morte deu-se em 1940, aos 48 anos), Walter Benjamin atenta-se principalmente à metrópole moderna e aos problemas típicos das massas urbanas (BOLLE, 1987).

De certo modo, pode-se dizer que no século XX, a barbárie estaria também ligada à queda da experiência e da capacidade de contar e ouvir histórias. Para ele, isso se dá, por exemplo, pela transformação das narrativas em notícias. Os textos passam a ter um valor utilitário, perdendo-se as histórias em seu sentido “original” (BENJAMIN, 1994). É como se Benjamin houvesse previsto o que aconteceria nos próximos anos daquele século, quando o conceito de barbárie foi tornando-se cada vez mais ligado à lógica mercadológica tomando parte de tudo, visando o lucro. É também em relação a essa lógica mercadológica que Fairclough (2001) aponta para o fato de as mudanças na mídia de notícias refletirem, em grande parte, uma das dimensões do consumismo, com mudança de categoria, ou mesmo poder, de produtores para consumidores, transformando essa mídia em algo competitivo.

Benjamin nos diz da perda de experiência em decorrência do excesso de informações que é parte tanto do discurso quando do modo de operação das grandes mídias, como se dá no ambiente urbano, no qual há difusão intensa de imagens. Nesse ambiente, em que tudo é falso, o sujeito não consegue construir verdadeiramente a sua experiência, a lógica do consumo apodera-se (até mesmo da obra de arte) (BENJAMIN, 2012a). De modo semelhante, Fairclough (2001) nos lembra como a mídia contribui para o controle social e, por meio de notícias amplamente divulgadas em seu discurso por meio de vozes escolhidas, manipula os sujeitos interpretantes por meio de experiências e suposições particulares que “contribuem para a constituição ideológica dos sujeitos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 156).

Para Fairclough (2001), a ideologia consiste em uma construção da realidade, das identidades e relações sociais, além de significados próprios do mundo físico, os quais orientam as práticas discursivas, além de contribuírem para produção, reprodução ou, ainda, transformação, das relações de dominação. Ou seja, para Fairclough, a ideologia envolve sempre relações sociais de poder, dominação ou resistência à dominação, com explicarei melhor a seguir.

Sendo a ideologia, em primeira instância, uma representação, ela pode ser legitimada em modos de agir socialmente, ou inculcada¹⁶ na identidade de agentes sociais (ou seja, inculcando ideias nos sujeitos/agentes sociais). Além disso, a ideologia também pode ter certa estabilidade, permitindo que ela transcenda os textos individuais, tomando parte nas relações de poder baseadas em classe, grupo cultural, gênero social, dentre outras possibilidades. Só podemos concluir que uma afirmação/ideia é ideológica quando olhamos para seus efeitos

¹⁶ Segundo Fairclough (2010, p. 280), inculcar é “fazer com que as pessoas assumam discursos, posicionando-se dentro deles, agindo, pensando, falando e se vendo nos termos dos novos discursos. Surgem, então, novas posturas, novos movimentos (novos modos de ser e de agir)”.

causais em determinadas áreas da vida social, perguntando-nos se essas práticas discursivas, as ações relacionadas e as inculcações contribuem para mudar ou manter as relações de poder (FAIRCLOUGH, 2003a).

Assim, vemos aqui que a ideologia para Fairclough assume uma posição dialética: embora os sujeitos sejam posicionados ideologicamente, são capazes de transcender tais relações e, portanto, de transcender a ideologia, assumindo uma posição contra hegemônica, reestruturando estruturas e práticas posicionadoras (COSENZA, 2014). Daí o fato de a ideologia, para o autor, não ser um cimento social que se prende às estruturas sociais, como o é para outros autores, a exemplo de Pêcheux e Althusser (FAIRCLOUGH, 2001), já que para ele há sempre a possibilidade de mudança discursiva e transformação (FAIRCLOUGH, 2003a).

Mas é preciso ter em mente que para Fairclough (2016, p.20), a ideologia é sobretudo “uma modalidade de poder, uma modalidade que constitui e sustenta relações de poder por meio da produção de consenso ou, pelo menos, aquiescência de poder mais por meio da hegemonia que da violência e da força”. E para assegurar os processos ideológicos de modo mais eficaz, por mais tempo, é interesse da hegemonia dominante que tais processos sejam minimamente visíveis, a fim de se resguardar de seu possível desvelamento e de críticas que possam levar ao seu enfraquecimento (por exemplo, quando o processo ideológico está ligado a desigualdades, sejam elas socioeconômicas, ambientais, etc.) (FAIRCLOUGH, 1989).

Assim, a função ideológica dos textos está ligada ao que Fairclough (2003a) traz como hegemonia e universalização. Para ele, buscar a hegemonia é buscar universalizar significados particulares em prol do alcance e da manutenção da relação de dominação, o que é trabalho ideológico. Desse modo, os textos podem ser vistos como tendo uma função ideológica quando tomam algo como realidade inquestionável e inevitável, a exemplo dos textos que assumem a factualidade da economia global.

Ainda para Fairclough (2001), as noções de ideologia e hegemonia estão relacionadas a uma forma de dominação baseada em alianças, incorporando-se grupos subordinados e gerando consentimento. É preciso, pois, que nos atentemos para o caráter ideológico de certas proposições nos textos, que levam à sua reprodução sem que haja questionamento. Para a linguística crítica, campo de atuação de Fairclough, a interface entre linguagem e ideologia é bastante estreita, havendo uma disputa ideológica típica do funcionamento da linguagem.

Fornecendo um frutífero quadro para investigação das dimensões ideológicas (e também políticas) da prática discursiva, o conceito de hegemonia de Gramsci (1971) inspirou Fairclough ao trazê-lo como a soberania do poder que se dá por um conjunto de movimentos culturais e ideológicos, regulando o consenso. A hegemonia não se dá apenas sobre a estrutura

econômica e política, mas também interfere no modo de pensar, de conhecer, bem como nas orientações ideológicas consensuais. Mas por tais relações serem instáveis, graças à dialética entre discurso e sociedade, há a possibilidade de mudança, havendo sempre as lutas sociais em torno dos aspectos da hegemonia que apresentam maior instabilidade entre as classes. Tal configuração “se coaduna com o princípio dialético entre linguagem e sociedade e com o de instabilidade nas relações de poder porque o poder de uma classe é apenas temporário e parcial” (VIEIRA; MACEDO, 2018, p. 58).

Ainda para Gramsci (1971), a hegemonia é a tentativa de universalizar o particular, objetivando o poder e sua manutenção. Ela vai além da dominação de classes, pois se refere a alianças experimentadas por meio da criação de consensos, mais do que pela coerção. Mas como ela contém, em si, o potencial para a mudança discursiva e social, relaciona-se ao poder enquanto temporário, passível de mudança. E é justamente nessa possibilidade de mudança que se instaura a luta hegemônica, por meio dos discursos que visam ou manter a hegemonia dominante, ou contestá-la.

Quando consideramos a linguagem enquanto luta hegemônica, observamos que o poder e a distribuição de poder estão sempre presentes, sendo o poder “transportado e imposto discursivamente” (RESENDE; REGIS, 2017, p. 109), embora os discursos também possam minar e decompor o poder, sendo incorporados, moldados e re-instrumentalizados pelos sujeitos, ajustando-se às suas necessidades (FAIRCLOUGH, 2001).

A ACD visa justamente evidenciar esse jogo complexo entre relações de poder, desconstruindo conceitos hegemônicos que são dados como verdades universais, na busca pela subversão desse jogo. Para tal, pauta-se em uma noção de realidade estratificada, o que significa dizer que a realidade se apoia em estratos ontológicos, que consistem no potencial e no realizado, e estratos epistemológicos, ou empíricos:

(...) o potencial e o realizado são dimensões ontológicas, são estratos referentes ao ser; enquanto o empírico é uma dimensão epistemológica, do conhecer. Em realismo crítico, entende-se que nossa capacidade de observar (empírico) o que se realiza em eventos (realizado) não esgota o que poderia existir (potencial) ou de fato existe (realizado), o que significa dizer que o empírico não corresponde nem ao potencial nem ao realizado, pois a “realidade é constituída não apenas de experiências e do curso de eventos realizados, mas também de estruturas, poderes, mecanismos e tendências – de aspectos da realidade que geram e facilitam eventos realizados que nós podemos (ou não) experienciar”. (BHASKAR; LAWSON, 1998, p.5 *apud* RESENDE; REGIS, 2017, p. 23).

Desse modo, a ACD busca distinguir o potencial e o realizado, conferindo às estruturas sociais um status de realidade. Enquanto as estruturas e práticas sociais encontram-se na esfera (ou esferas) da atividade humana e, portanto, estão no estrato do potencial (pois só se realizam no evento materializado conforme o contexto), encontramos no estrato do realizado os eventos, os quais remetem ao que se realizou em certo espaço-tempo. O foco das análises dá-se, principalmente, nos eventos, já que esses retratam o potencial transformador tanto do discurso quanto da prática social, ressaltando-se que as análises devem ser feitas tomando como base uma conjuntura da prática social.

Permitindo uma compreensão mais ampla da vida social, a ACD é um modelo analítico que visa identificar problemas sociais que estejam materializados em textos, sejam eles escritos ou orais, e que considera a relação dialética entre o discurso e os demais elementos da prática social. Visando a busca por soluções para a superação dos problemas sociais, a ACD é também uma análise cuidadosa do que é escolhido mostrar/reproduzir e do que é escolhido invisibilizar ou silenciar.

E é em torno dessas escolhas que Fairclough (2001) traz o conceito de intertextualidade (conceito que será melhor aprofundado no capítulo 6) em sua relação com a hegemonia. O conceito mostra como novos textos podem ser gerados por meio da transformação de textos anteriores e reestruturação dos gêneros e discursos, por exemplo. Certamente, é preciso que o texto esteja inserido na história da sociedade, bem como essa se coloque no texto, ou seja, o texto traz o passado, ressignificando-o. Mas esse processo de ressignificação, de produção de novos textos, não se dá de forma igual, entre todos os grupos e todas as pessoas, ou seja, não está disponível para todos, pois é limitado pelas relações de poder (FAIRCLOUGH, 2001). Assim, dentro de certas hegemonias e espaços de luta hegemônica, esses processos intertextuais são tanto afetados por essa luta, quanto têm efeitos sobre ela, o que permite dizer que os discursos podem, nesse sentido, contribuir para a mudança social e cultural, transformando-se em uma ferramenta na luta contra hegemônica (FAIRCLOUGH, 2001).

É também na possibilidade de ressignificar o passado, com um olhar crítico para o discurso acerca do tempo e do progresso, que Benjamin alerta-nos para o risco do conformismo social e político em grande parte gerado pelo discurso “oficial” da história. Em uma leitura das teses *Sobre o Conceito de História*, de Benjamin (1985), Michael Löwy (2005), pensador marxista brasileiro radicado na França, buscando compreendê-las por meio da análise, mas sem julgamentos, ressalta a essência do pensamento benjaminiano enquanto pensamento filosófico, na busca de uma nova compreensão da história humana, em uma defesa apaixonada pela descontinuidade histórica. Löwy nos mostra Benjamin trazendo a nostalgia do passado não

como uma proposta de retorno a uma condição pré-histórica, mas como método revolucionário de crítica do presente (que se mostra como uma modernidade capitalista/industrial), que acumula as ruínas de um passado de “vencidos”, de mortos que não podem mais ser consolados, enquanto o progresso nos empurra para um futuro composto por uma temporalidade homogênea e vazia.

Há um quadro de Paul Klee intitulado “*Angelus Novus*”. Nele está representado um anjo, que parece estar a ponto de afastar-se de algo em que crava seu olhar. Seus olhos estão arregalados, sua boca está aberta e suas asas estão estiradas. O anjo da história tem de parecer assim. Ele tem seu rosto voltado para o passado. Onde uma cadeia de eventos aparece diante de nós, ele enxerga uma única catástrofe, que sem cessar amontoa escombros e os arremessa a seus pés. Ele bem que gostaria de demorar-se, de despertar os mortos e juntar os destroços. Mas do paraíso sopra uma tempestade que se emaranhou em suas asas e é tão forte que o anjo não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, para o qual dá as costas, enquanto o amontoado de escombros diante dele cresce até o céu. O que nós chamamos de progresso é essa tempestade. (LÖWY, 2005, p. 87).

Löwy (2005) mostra-nos que Benjamin, em sua tese acima mencionada, Tese IX, o texto mais conhecido, citado e interpretado do autor, traz por meio de uma alegoria¹⁷ a relação entre progresso e condenação ao inferno, vendo no passar do tempo um acúmulo de ruínas, em uma repetição de problemas para os quais o *Angelus Novus* (Figura 1) olha assustado. Criticando essas ruínas como etapas necessárias ao triunfo da razão, Benjamin, segundo Löwy (2005), propõe interromper o progresso no que ele chama de progressão fatal, buscando inverter essa visão da história, desmistificando o progresso e propondo um tempo qualitativo, heterogêneo e pleno.

¹⁷ Etimologicamente, a alegoria representa um modo de dizer diferente do sentido literal, um modo de interpretação por meio da representação por meio de pensamentos, ideias e características de uma forma figurada. Walter Benjamin traz a alegoria para o campo da estética e a utiliza para representar as coisas por meio da revelação de uma verdade oculta, ou seja, apresentando-nos como elas foram ou podem ser (CEIA, 1998).

Figura 1 - *Angelus Novus*, quadro de Paul Klee



Fonte: Disponível na página eletrônica Acervo Filosófico¹⁸.

É preciso um olhar crítico aos modos de vida trazidos pela modernidade, em um movimento de não se deixar apenas levar pelas profundas transformações que ela traz e, nesse aspecto, Fairclough (2001) propõe a visão crítica como forma de expor tanto conexões quanto razões ocultas, possibilitando interferir socialmente no sentido de promover mudanças que beneficiem sujeitos em situação de desvantagem. Assumindo que a ACD é focada na vida social moderna no que tange às suas mudanças extremas, Fairclough (2001) volta-se para os modos como o discurso está associado a essas mudanças, as quais nos afastaram dos tradicionais tipos da ordem social (GIDDENS, 2002).

“Tornamo-nos muito pobres em experiências limiares” (BENJAMIN, 2006, p. 535). Com sua crítica às experiências da modernidade, Walter Benjamin apresenta o conceito de limiar enquanto uma área de transição, mudança, movimento. Não se apresentando de maneira rígida, esse conceito envolve noções de tempo e espaço, a passagem para um lugar intermediário, que nos permite experimentar novas experiências, que não se limitam a dicotomias. Como um pensador que refletiu sobre desvios e incertezas, questionando dicotomias comuns ao pensamento ocidental, ressalta a diferença entre limiar e fronteira, já que essa remete a uma demarcação evidente e rígida, que separa um lado do outro, inibe a ultrapassagem dos limites do conhecimento (RIBEIRO; CAPANEMA, 2016).

E é justamente através de passagens e limiares que ele pensa nas possibilidades de transformação, ao refletir sobre a espacialização do capitalismo em Paris, incomodado pelo fugaz e pelo corriqueiro (MIRANDA, 2013). Benjamin via as passagens (galerias comerciais

¹⁸Disponível em: <<http://www.acervofilosofico.com.br/o-anjo-de-benjamin/>> . Acesso em 27 jan. 2021.

parisienses) como um mundo em miniatura que contém diferentes elementos, pedaços da realidade que podem ser decodificados pelo olhar do intérprete/passeante (também chamado de *flâneur*). Para ele, esses espaços mostram que a locomoção não necessariamente significa liberdade ou emancipação, mas pode representar a modernidade contida, a intenção de mudança para uma modernidade compartimentada (ORTIZ, 2000). O próprio discurso muda diante desse processo, podendo essa mudança, segundo Fairclough (2001), dar-se com o tempo e de modos diferentes para distintos grupos e, assim, esse autor defende que pode haver uma dimensão discursiva útil em se tratando dos debates acerca da modernidade.

As experiências limiares e discursivas da modernidade, afetam, assim, não apenas o conhecimento, mas a própria experiência e a sensibilidade. O limiar em Benjamin remete a um movimento, uma passagem, não apenas separa dois campos, dois territórios (ou seja, não é uma fronteira, a qual evita um possível transbordar), mas permite transitar ente esses dois (MIRANDA, 2013). Do mesmo modo, a ACD permite uma reflexão sobre práticas contextualizadas em relação a problemas sociais, abrindo espaço para a luta contra hegemônica pela transformação.

Nessa modernidade, acontece também uma mudança que preocupa Benjamin, em ligação direta com as outras transformações: a passagem de um valor de culto para um valor de exposição, mudança característica à obra de arte nesse novo momento, que ele chama de época da reprodutibilidade técnica. Estátuas, por exemplo, têm seu valor de culto enquanto peças únicas, que incluem todo um contexto social no qual foram produzidas e, portanto, são autênticas e singulares. Com a possibilidade da reprodutibilidade, pelas novas técnicas, há a perda da “aura”, de seu ar autêntico. Deixando de ser uma peça única, torna-se várias, em seu valor de exposição (BENJAMIN, 2012a). Assemelhando-se à perda dessa aura, os discursos podem também atravessar e serem atravessadas pela “reprodutibilidade” de práticas, ideologias e relações de poder, muitas vezes sob a lógica mercadológica, em que os textos são produzidos, reproduzidos e consumidos como mercadorias (FAIRCLOUGH, 2001).

É trazendo a linguagem para ressignificar o sujeito e a história, tecendo conceitos tais como os mencionados, que Benjamin também propõe, por meio da memória, retomar a potencialidade do passado. E como a relação entre a linguagem e as coisas não é arbitrária, a linguagem é também o espaço onde o sujeito enuncia seu “eu” como condição de sua historicidade (PIRES, 2014). Para o filósofo, a linguagem deve ser pensada como um campo em que se dá uma complexa rede de relações entre experiência e conhecimento. Essa experiência, para ele, relaciona-se à ideia de que as manifestações e expressões humanas podem, em sua totalidade, ser concebidas como linguagem, a qual tem uma dimensão simbólica

(PIRES, 2014). Para Adorno (1992), Benjamin olha (e atua) para o mundo como se esse fosse linguagem, já que traduz todo o potencial de expressão dos objetos para a linguagem humana das palavras.

E é ainda enquanto intelectual atento às manifestações da modernidade (mesmo que não traga propriamente a modernidade tardia) e à ressignificação das experiências pela passagem do tempo, que Benjamin, fazendo uma crítica radical à exploração capitalista da natureza, antecipa as preocupações ecológicas do final do século XX, lembrando-nos de que o progresso da humanidade não vem acompanhado do progresso científico, sonhando com um novo pacto entre humanos e seu meio ambiente (LÖWY, 2005).

Visando também novos cenários emancipatórios, que superem assimetrias sociais, a ACD de Norman Fairclough permite questionar processos de desigualdade socioambiental em contextos e discursos nos quais esses processos são apagados ou invisibilizados (FREIRE et al., 2016). Espaço de luta hegemônica, a linguagem envolve protagonistas inseridos em práticas discursivas e sociais, muitas vezes sob vulnerabilidades sociais e ambientais, em processos de desigualdade socioambiental que envolvem naturalização, ocultação ou manipulação de determinados discursos, os quais, frequentemente, podem contribuir para a legitimação das hegemonias. Entretanto, ao contribuir para a análise ideológica, evidenciando contradições e disputas de sentido e relações conflitivas, a ACD permite que esses (conflitos) deixem de ser invisibilizados, tornando possível a mudança. Entender mudanças como historicamente constituídas abre caminho para a promoção de outras mudanças e permite erradicar realidades sócio-históricas opressivas (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999), um dos desejos de Benjamin (1985).

Chouliaraki e Fairclough (1999) discutem, ainda, o papel da globalização na reconfiguração do capital e como a linguagem é usada na representação e na reinvenção das formações sociais. Os autores se utilizam de aspectos típicos da modernidade tardia, sugerindo a ACD não apenas como uma teoria social, mas como um campo de pesquisa crítica que se mostra, também, um campo de disputa entre teorias. Os autores trazem dialéticas de interesse para a perspectiva da ACD, tais como: colonização e apropriação; globalização e localização; reflexividade e ideologia; identidade e diferença. Ressaltam que a ACD é uma constante evolução, à medida que novas áreas surgem e, assim, ampliam-se a sua teorização e aplicação (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

Assumindo que a ligação entre as reflexões sobre a modernidade de Walter Benjamin e a modernidade (tardia), tal como é entendida pela ACD de Norman Fairclough, pode ser uma importante chave de leitura para questões que trago nesta tese, pretendo dedicar-me a uma

tessitura de tal ligação. Por meio de análises linguísticas, espero contribuir para desvelar relações de poder hegemonicamente constituídas nos discursos, compreendendo como a linguagem informa aspectos conjunturais e de prática social que se dão na produção de saberes de sujeitos que vivem nos arredores de sítios de interesse paleontológico.

Como a proposta da ACD de Fairclough é de possibilitar a compreensão, por meio de amostras discursivamente situadas, de como os discursos são forjados “nas relações com seus contextos macrossociais de existência, como vão se transformando e assim, informando as próprias práticas sociais” (COSENZA; MARTINS, 2013, p. 3), e como a filosofia benjaminiana vê o mundo como linguagem, defendo que ambos os autores são fundamentais para meu trabalho. Na relação entre ambos, posso também perceber melhor a relação entre linguagem-poder nos processos que caracterizam a modernidade, tais como a globalização, a colonialidade e o Antropoceno.

Se, para Chouliaraki e Fairclough (1999), a modernidade tardia mina identidades individuais e coletivas e, para Benjamin, as relações de poder na modernidade escancaram (des)ilusões coletivas em um declínio cultural, a concepção desses tempos para ambos pode ajudar a entender o Antropoceno no mundo globalizado. Ademais, temos ainda o conceito de Modernidade/Colonialidade, definido por Maldonado-Torres como o modo mais completo de se referir à modernidade ocidental, em que ações como o extermínio, a dominação, a expropriação e a exploração ocorrem de modo permanente, enquanto formas de estar de acordo com o que ele chama de “ordem percebida da natureza e do mundo” (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 48).

Para Maldonado-Torres (2018), é importante definir ideias múltiplas voltadas à análise da colonialidade e da decolonialidade. Sugere, para tal, conceitos que ajudam a interconectar tais ideias, por meio de dez teses. Na primeira, fala-nos de uma ansiedade que é trazida aos considerados sujeitos-cidadãos, quando se colocam em pauta os conceitos (e as discussões) de colonização e decolonização. Esses sujeitos cidadãos-modernos, representantes de grupos hegemônicos, segundo o autor, têm verdadeira fobia em relação às pessoas colonizadas e escravizadas, quando concebem o colonizado enquanto possível agente de transformação. Em sua segunda tese, clarifica a distinção entre os conceitos de colonialidade e colonialismo, bem como de decolonialidade e descolonização. Afinal, a colonialidade enquanto lógica de desumanização global existe mesmo na ausência do colonialismo, ou seja, mesmo na inexistência de colônias formais. E se a descolonização se refere à luta pela insurgência e pela independência, por parte dos sujeitos coloniais, a decolonialidade relaciona-se aos movimentos contra a lógica colonial, bem como seus efeitos simbólicos, materiais e epistêmicos. Ou seja, a

lógica da colonialidade está embutida na modernidade, e daí decorre o fato de que a decolonialidade luta por algo maior que a modernidade, luta por uma outra ordem mundial (MALDONADO-TORRES, 2018).

Na terceira tese, o autor aponta como a modernidade/colonialidade é um verdadeiro projeto de naturalização da guerra que se encontra na raiz da distorção da alteridade e no significado e humanidade. Os sujeitos são segregados em uma nova ordem mundial que normaliza violências contra os sujeitos colonizados, fazendo com que estes adotem os costumes e os modos de pensar dos colonizadores. Nessa guerra naturalizada, sexo e gênero ganham contornos particulares que são distintos entre a parte “civilizada” e a parte “colonizada” do mundo. Na tese de número quatro, traz a naturalização da exploração, da expropriação, da dominação, do extermínio e da morte, enquanto efeitos mais imediatos da modernidade/colonialidade. Ressalta, também, que o projeto da colonialidade pode levar a condições piores que a morte, como a tortura e o estupro. Essas ações ocorrem permanentemente na modernidade/colonialidade, como forma de estar de acordo com a nova ordem do mundo e da natureza.

Na tese de número cinco, defende que as colonialidades do ser, do saber e do poder são decorrentes da transformação radical que a colonialidade gera para o ser, o saber e o poder, devido à emergência de um paradigma de guerra. Geram-se, nesse processo, os sujeitos condenados, que passam a serem localizados, pelos sujeitos-modernos, fora do tempo e do espaço humanos, sendo descobertos juntos com suas terras. Ou seja, como se não pudessem assumir o papel de produtores do conhecimento. Na sexta tese, fala-nos do giro decolonial como a raiz da decolonialidade, propondo o afastamento da modernidade/colonialidade. Assim, ressalta a importância de uma atitude decolonial enquanto projeto, fazendo emergir o condenado como pensador, ativista e criador, formando comunidades que se juntem à luta pela decolonialidade, algo intimamente relacionado à sétima tese, na qual propõe a mudança, a transição de um estado de solidão que é imposto pela condenação, para a possibilidade de comunicação, passando pela elaboração de questionamentos críticos.

Na oitava tese, propõe um giro decolonial estético, que permita a emergência de visões de mundo, do eu e do outro, que desafiem os conceitos de modernidade/colonialidade. Ou seja, propõe um corpo aberto, criativo e questionador, que coloque o condenado no lugar de criador. Nesse processo, ressalta a importância das criações artísticas. Na penúltima tese, traz a necessidade de estratégias ativistas, no sentido da efetiva decolonialidade do ser, do saber e do poder. A importância do condenado enquanto agente de mudança. O ativismo se constrói no pensamento, na criação e na ação, por meio do trabalho conjunto de diferentes áreas de

atividades, como teoria e arte. Por fim, na tese de número dez, aposta na decolonialidade enquanto projeto coletivo, pois um condenado sozinho não consegue ir longe.

Assim, é na modernidade/colonialidade que o Antropoceno paira enquanto ameaça e desafio, gerando insegurança e a produção de discursos variados quanto às suas causas, o cenário atual e as perspectivas futuras. Com o intento de adiantar algumas dessas reflexões, dedico a sessão seguinte a tecer melhor tais relações. Há um potencial explanatório das porosidades entre os territórios das ACD e do pensamento benjaminiano, pertencendo em especial à ordem do espaço e do tempo, tendo-se em vista que no centro das práticas sociais e dos processos sociais estão o discurso e a linguagem, bem como as relações de poder que se desvelam na análise.

1.1 O ANTROPOCENO NO LIMIAR DO SISTEMA-MUNDO-MODERNO-COLONIAL CAPITALISTA

Retomando a questão da globalização, em um paralelo com a cozinha de Certeau (2008), percebo que, assim como o hábito de comer se dá em nossa sociedade, talvez a nossa Paleontologia esteja ainda mais ligada à nossa história econômica e social do que imaginamos. Do mesmo modo que acontece com os hábitos, as roupas, os pratos típicos de outros lugares, não é difícil reparar nos brinquedos e nas vestimentas com o tema vendidas no Brasil, os quais, em sua grande maioria, não trazem a paleofauna daqui. Mas talvez nos geossítios¹⁹/sítios paleontológicos/espeleológicos voltados ao turismo haja uma maior valorização “estética” de elementos locais constantes em mapas, folhetos, ou mesmo souvenirs, caracterizando o que para Bourdieu (2007) seria o paradoxo do gosto por necessidade.

Penso que esse modo de reprodução midiática da Paleontologia, por meio de imagens de dinossauros globalizados e parques jurássicos, sujeito a uma globalização hegemônica, invisibiliza injustiças sociais, problemas e lutas locais de cunho socioambiental que se dão nesses ambientes (as quais trago no capítulo 3). Além disso, estimula a perda do fluxo, entre gerações, de saberes relacionados às memórias das comunidades do entorno desses sítios, devido à espacialização do capitalismo, retirando o valor de culto de seus elementos próprios,

¹⁹ Geossítios são locais aos quais atribuem-se valores singulares nos âmbitos: científico, pedagógico, intrínseco, econômico, cultural, estético, turístico, dentre outros. Esses valores se dão pela presença de formações rochosas específicas, assim como determinados (e especiais) processos geológicos ou geomorfológicos, bem como a ocorrência de fósseis de interesse científico. Desse modo, sítios paleontológicos e espeleológicos (cavidades naturais subterrâneas) são tipos de geossítios. No capítulo 5 o conceito será melhor detalhado.

transformando em valor de exposição, a exemplo das peças fósseis exibidas nos museus localizados nas entradas desses sítios.

Pereira e Gomes (2002) falam dessa transformação ao apontarem o caráter dialético da cultura popular de Minas Gerais, que ora se fecha, ora se abre para outras culturas, assimilando certas transformações, em uma interação entre anseios de preservar e de transformar. Para os autores, pode haver mudanças dos sentidos das tradições em relação ao espaço físico e ao tempo, com as tradições deixando de seguir um tempo mítico e seguindo em direção a um tempo comercial, para o público que é atraído por tais tradições. Altera-se, assim, a sua função, pois ao invés da celebração de um ritual, essas tradições podem tornar-se a mera representação dessa celebração. Algo bem comum na relação construída entre o turismo e as comunidades residentes nos locais onde ele se dá.

Nessas transformações, segundo Ferreira (2005), são construídas novas configurações identitárias, novas memórias, com aspectos éticos e políticos entremeados em uma verdadeira disputa de forças. Esta, por sua vez, envolve escolha de memórias e processos de exclusão, ou seja, aquilo que se escolhe não lembrar. Mas por meio da linguagem é possível acessar os mecanismos que tomam parte nessas transformações, nessas escolhas. Afinal, como defendem Oliveira e Orrico (2005), é possível abordar a memória social seguindo pelos estudos da linguagem, já que foi esta que, inicialmente, permitiu que a memória humana fosse exteriorizada.

O conceito de memória social é transdisciplinar e envolve várias definições. Gondar e Dodebei (2005) o consideram complexo e inacabado, pois é um conceito ainda em construção. Os autores pontuam, entretanto, aspectos/componentes fundamentais ao conceito, tais como: o tempo, já que a memória admite vários tempos e memórias e as diferentes concepções de tempo correspondem a distintas ideias de memória; o jogo de forças entre lembrança e esquecimento; a memória como um processo; e o afeto e a representação como partes importantes desse processo, já que não há memórias que estejam fora de um contexto afetivo. Ainda que já viesse sendo estudado por pensadores como Nietzsche, Bergson e Freud, o conceito de memória social estabelece-se no início do século XX por Maurice Halbwachs, na tentativa de responder o problema da coesão social, ou seja, aquilo que faz com que as pessoas construam laços sociais ou coletivos que se mantenham com certa firmeza.

Perceber, então, a força da linguagem nesses ambientes de interesse paleontológico pode colaborar para a compreensão (e até restituição) de memórias e saberes, transpondo limiares e contribuindo com o sentimento de pertencimento aos aspectos culturais do patrimônio, assunto posto em evidência no capítulo 5 e novamente discutido nos capítulos que

o seguem. Além disso, atento-me também para a possibilidade de discursos contestatórios decoloniais, que questionem saberes universalmente válidos, no sentido da superação dos abusos de poder (RESENDE, 2019). Isso toma parte do problema social que move essa investigação, que, como enunciado na Introdução, consiste na invisibilização das comunidades dos arredores de alguns pontos da Rota das Grutas, em especial os que integram o PESU (ênfase que justifico mais à frente, na tese), quanto aos seus saberes, suas relações afetivas com seu território, os conflitos ou problemáticas ambientais percebidos e a significância de seu patrimônio paleontológico em suas vidas e memórias.

É preciso atuar no sentido de uma globalização contra hegemônica e a educação, em especial para este trabalho, a Educação Ambiental, pode auxiliar nessa luta. Faz-se necessário que a educação que se dá em sítios paleontológicos e espeleológicos seja mais do que apenas a aquisição de conhecimentos científicos, ou a proposição de práticas individuais, atitudes comportamentais com vistas a uma conservação do meio natural, em uma dicotomia ser humano-natureza (o que vem se dando nesses espaços, como discuto no capítulo 5 e evidencio nos capítulos posteriores) e com enfoque nos visitantes dessas áreas enquanto turistas, ficando os/as moradores/as locais invisibilizados/as.

Compreendo que, em certos aspectos, conceitos e atitudes comportamentais são necessários a esses espaços. Entretanto, entendo que as práticas educativas não devam ressoar apenas na esfera do individual, mas precisam ir além, trazendo percepções críticas quanto aos contextos sociais, culturais, econômicos e políticos. Por exemplo, tais práticas podem auxiliar na luta por uma nova sociedade (LAYRARGUES; LIMA, 2014), incorporando uma educação que não se dissocie dos problemas e conflitos socioambientais, mas que traga dialogicidade, problematização e conscientização.

Em uma abordagem que contribua com a consciência crítica dos sujeitos e sua consequente participação no mundo em que vivem, por meio de seus saberes, suas vivências e experiências, pretendo tecer novas conexões e compreensões entre os campos abordados nesta tese, tais como a Paleontologia, as recentes discussões sobre o Antropoceno, os estudos decoloniais, o socioambientalismo, e a Educação Ambiental, com a linguagem perpassando por todos eles, em tessituras situadas como referenciais para a luta contra a desigualdade social encontrada em sítios paleontológicos/espeleológicos, a exemplo dos de Minas Gerais, e pela inclusão de suas comunidades em uma gestão participativa.

No âmbito deste trabalho, portanto, a compreensão crítica da linguagem permite pensar a Educação Ambiental em meio a comunidades ligadas a áreas de importância paleontológica, na busca pelo entendimento de suas estruturas sociais, das relações de poder e injustiça

envolvidas, no sentido de pensar em possíveis transformações de significação da Paleontologia para as comunidades, valorizando suas características próprias.

Em um momento de crise ambiental a partir da qual um mundo insustentável é posto em evidência, faz-se necessária a emergência de um saber ambiental questionador do modo de racionalidade da modernidade (LEFF, 2016), ou da Modernidade/Colonialidade, como defende Maldonado-Torres (2018). E questionador também de uma episteme eurocêntrica reducionista, que traz a Europa enquanto lugar ativo e lugares do Sul Global, como a América, como passivos (LANDER, 2005; SANTOS, 2006). Isso abre espaço para outra compreensão do mundo, na qual o tempo histórico assume-se como não-linear e não homogêneo, a mesma visão defendida por Walter Benjamin, para quem o progresso da humanidade e o progresso científico não caminham automaticamente/naturalmente juntos (BENJAMIN, 1985).

Enquanto isso, ecossistemas altamente degradados, crescimento das taxas de extinção das espécies, contaminação e acidificação dos solos e das águas, alteração da composição química atmosférica, com grande liberação de dióxido de carbono (CO₂), aquecimento global, aumento dos níveis dos oceanos e o surgimento de novos materiais nas camadas de sedimentos que no futuro se consolidarão em rochas, são alguns dos marcadores que indicam o aparentemente novo momento da história da Terra: o Antropoceno (HARAWAY, 2016; ARAÚJO-JÚNIOR, 2019; IGLESIAS-RÍOS, 2019).

O termo Antropoceno, que indica “época do homem”, mostra que nesse contexto de grandes mudanças na escala e na complexidade da presença humana no planeta, vem se tornando necessária a busca por novos conceitos, para além de modernidade e globalização, os quais, segundo Pádua (2017) já não são suficientes para explicar as profundas mudanças no sistema Terra. Momento inédito na história da Terra, embora o termo ainda não tenha sido oficialmente aceito pela Estratigrafia Geológica, conforme será discutido no capítulo seguinte, no qual trarei com mais detalhes, as definições, discussões e controvérsias em torno dessa nova época global.

Alguns discursos em torno do novo termo, entretanto, não levam em consideração que tais alterações provocadas pela ação antrópica não são igualmente causadas por todos os habitantes do planeta, tampouco têm as mesmas consequências nefastas para todos/as. Trazendo o aumento das desigualdades sociais e ambientais, da exposição desigual de certas populações a riscos climáticos, a perda da segurança alimentar, aumento de refugiados do clima e daqueles mais susceptíveis a contraírem doenças pandêmicas, a exemplo do novo coronavírus, o novo momento pode ser decorrente do sistema econômico vigente: o Capitalismo (SATO, 2020a). Assim, criticando discursos hegemônicos, diferentes autores trazem como proposta o

termo Capitaloceno, que melhor definiria as diferenças e as injustiças ambientais envolvidas nesse processo (HARAWAY, 2016; IGLESIAS-RÍOS, 2019; SATO, 2020a).

Mas as propostas de termos para a nova época global não se limitam a essas. Como trarei logo a seguir, artigos vêm discutindo designações como Necroceno, Ecoceno, Idiotaceno, Chthuluceno²⁰, dentre outras. Abrangendo questionamentos acerca da emergência climática, do capitalismo, da injustiça ambiental, do racismo e da colonialidade, por exemplo, os debates em torno do novo momento vão além da terminologia e buscam trazer reflexão, denúncia da crise ambiental e anúncio de modos de enfrentamento (SATO, 2020a).

Embora, como também mostrarei, não haja um consenso sobre quando teria sido o início do Antropoceno/Capitaloceno e demais termos, a maior parte das discussões situam-no na modernidade industrial, seja no momento pós-Revolução Industrial, com a queima de carvão elevando a concentração de CO₂ atmosférico, ou no período pós-Segunda Guerra Mundial, em que se destacam o uso do petróleo e de insumos agrícolas (TRISCHLER, 2017; ARAÚJO-JÚNIOR, 2019). Assim, iniciado na modernidade de Benjamin ou na modernidade tardia de Norman Fairclough, o Antropoceno parece anunciar o limiar entre momentos distintos da história (e não apenas da história do planeta). Opto, por ora, em usar o termo Antropoceno para me referir ao momento de um modo simplificado. Mais à frente, entretanto, abordo sobre outras opções e proponho um novo termo, que a mim mostra-se mais esperançoso.

O novo tempo histórico desafia a busca por uma nova racionalidade, ao se encontrar em um quadro emergencial estabelecido em meio a uma política ecocida²¹. Trazendo as alterações climáticas como uma das preocupações mais urgentes, o Antropoceno, em sua fase mais recente, é também fortemente caracterizado por seu aspecto apocalíptico. Como nos mostra Layrargues (2020a), em uma conjugação de três crises ambientais, quais sejam a emergência climática, redução da biodiversidade e adoecimento dos organismos, o presente momento é, ainda, caracterizado pela ameaça constante de retrocessos ambientais e negacionismo da ciência.

Discursos ecocidas, com destaque para aqueles advindos do presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, e do ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, buscaram correlacionar o

²⁰ Conforme será explicado no capítulo 2, o termo refere-se ao deus *Cthulhu*, criatura mitológica de H.P. Lovecraft, escritor norte americano nascido ao final do século XIX, que se dedicou ao gênero de terror, mesclando-o aos gêneros de fantasia e ficção científica. Segundo o autor, tal deus seria uma mistura de ser humano, dragão e polvo.

²¹ O termo “ecocídio” é recente e vem sendo utilizado para definir crimes de destruição de ecossistemas ou comunidades, que afetem a toda a humanidade. Ecocídio contém tanto características de homicídio quanto de suicídio ambiental. Embora tenha surgido no contexto ecológico, o termo é hoje utilizado também por áreas como a filosofia ambiental e o direito (NEIRA; RUSSO; SUBIABRE, 2019).

novo coronavírus a uma estratégia comunista de tomada de poder no cenário da economia global. Soma-se a isso a negação do governo brasileiro quanto às estratégias de combate à pandemia delineadas pela Organização Mundial da Saúde – OMS, bem como pelas lideranças epidemiológicas, assim como a negação do potencial do vírus e de sua letalidade. Ademais, o negacionismo científico mescla-se a discursos que buscam argumentar a necessidade de “salvação” da economia, em uma ideologia ultraliberal, trazendo a dimensão geopolítica à gestão da pandemia (LAYRARGUES, 2020a).

Evidenciados pela mídia de notícias, esses discursos muitas vezes ganham força por meio das chamadas *fake news*, as quais espalham deliberadamente a desinformação, acentuando a polarização dos discursos e, como defenderia Fairclough (2001), permitindo que perspectivas parciais sejam universalizadas. Seleccionando, representando e ordenando as informações, a própria mídia exerce influência sobre a realidade (FAIRCLOUGH, 2001), trazendo discursos hegemônicos como o do “novo normal”, que procurou naturalizar a situação pandêmica, e o discurso do desenvolvimento sustentável, estratégia neoliberal que defende o equilíbrio entre qualidade ambiental e a continuidade do modelo produtivo baseado na reprodução do capital, ou seja, o equilíbrio de forças antagônicas (NUNES, 2019). Nessa perspectiva, reside a crença no progresso e na modernização como fórmulas para a solução de tais problemas, o mesmo progresso que Benjamin critica em sua progressão fatal, por distanciar-nos da experiência autêntica e do olhar sobre as ruínas do passado, necessário para a crítica ao presente (BENJAMIN, 1985).

O Antropoceno pandêmico traz, assim, uma naturalização da crise (sanitária, social, econômica e ambiental), por meio de uma necropolítica²² que oculta a causa estrutural dos surtos em sua relação com a emergência climática, com o aumento da taxa de desmatamento e a conseqüente (e real) possibilidade de propagação de novos vírus para o ser humano, a exemplo daqueles que poderão ser liberados pelo derretimento das geleiras (LATOURE, 2020; LAYRARGUES, 2020a; SATO, 2020b). Os discursos conspiratórios anticomunistas do presidente do Brasil e do ex-presidente dos Estados Unidos ocultam, assim, a realidade do vírus enquanto expressão da natureza em desequilíbrio, por sua massiva e intensa exploração econômica. Não por acaso, esses dois países com governos negacionistas foram os grandes epicentros de contaminação pela COVID-19.

²² A necropolítica, segundo Mbembe (2018), é a política de morte, cujo objetivo é criar novas formas de existência social, por meio da reconfiguração das relações entre resistência, sacrifício e terror. Adaptada pelo Estado, a necropolítica é um conjunto de políticas de controle social que definem quem irá sobreviver e quem irá morrer.

Latour (2020), por outro lado, critica o termo negacionismo, defendendo que o que há nesses governos é um verdadeiro escapismo, uma tentativa de fuga de um planeta Terra que não comporta mais toda a humanidade e do qual um pequeno grupo privilegiado pretende sair, “aterrar”. Para o autor, o negacionismo indica que não estamos todos em um mesmo mundo (e, por conseguinte, não estamos todos em um mesmo Antropoceno). Nessa carência de mundo comum, olhar para experiências outras que as modernas, ainda que em um mesmo território físico, permite entender a potência das conexões entre questões sociais e ecológicas (LATOURE, 2020).

Mas enquanto os saberes ambientais encontrarem-se apartados das decisões governamentais, dos discursos dos decisores políticos, a devastação característica do Antropoceno prosseguirá. E não apenas uma devastação ambiental, mas também institucional, na qual são muitos os retrocessos e desmontes de políticas públicas ambientais, ocultados pelo antiecologismo (LAYRARGUES, 2020a; LAYRARGUES, 2020b), termo que será melhor discutido no capítulo 5 desta tese. Layrargues (2018) traz o antiecologismo como um momento inédito, em que aparecem diferentes discursos antagonizando a luta ambiental em uma disputa de forças na oposição entre economia e ecologia.

No sistema-mundo-moderno-colonial capitalista trazido ao seu limiar pelo Antropoceno, compreender os discursos no contexto das disputas políticas e ideológicas permite entender lutas mais amplas, em uma relação entre palavras e sentidos própria às formas de hegemonia (FAIRCLOUGH, 2001). Do mesmo modo, perceber o mundo enquanto linguagem permite ressignificar as ruínas do passado, retomando a essência da história e valorizando a experiência autêntica (BENJAMIN, 1985). Em um contexto de pandemia, em que o sonho da globalização se apresenta agora como um verdadeiro pesadelo, os discursos hegemônicos não apenas invisibilizam, mas ceifam as vidas negras, indígenas, quilombolas, encarceradas e várias outras vidas excluídas e desassistidas.

É nesse contexto que proponho um olhar atento aos sítios de interesse paleontológico. Em comunidades ainda invisibilizadas quanto aos seus saberes e os conhecimentos rivais que se dão nesses ambientes, os discursos que dela partem podem desvelar relações socioambientais (as quais são abordado no capítulo 3), reforçando a dicotomia sociedade e natureza.

Desse modo, os geossítios da RGPL (e em especial, aqueles que se inserem na APA Carste de Lagoa Santa ou, mais especificamente, no PESU) podem ser pensados em duas dimensões: I) “cientificamente”, enquanto áreas que garantem a salvaguarda do patrimônio geológico (a ser abordado no capítulo 5) e da geodiversidade de modo geral, havendo um conjunto de normas e regras que objetivam delimitar ações (de turistas, pesquisadores

moradores); II) e cotidianamente, em uma complexa rede de relações sociais entre diferentes sujeitos que ocupam distintos lugares/posições, incluindo, no dizer de Cosenza (2014, p.29), “alianças e conflitos, imposição de normas e estratégias individuais ou coletivas, de transgressão e de acordos” .

Para perseguir a questão de pesquisa, entendendo como os discursos das comunidades locais insinuam as relações socioambientais que partem dos sítios de importância paleontológica em MG (inclusive anunciando-os como territórios patrimoniais que têm significância tanto científica quanto educativa e cotidiana), bem como para responder aos objetivos centrais à tese, sigo os estágios propostos pelo modelo de análise crítica de Chouliaraki e Fairclough (1999), os quais serão detalhados no capítulo seis²³, logo antes de apresentar os resultados das análises discursivamente situadas, a partir do capítulo sete.

Conhecer os discursos que partem desses sítios paleontológicos, especialmente das comunidades que vivem em seu entorno, dos/as monitores/as ambientais dos espaços abertos ao turismo e até mesmo dos materiais tipicamente distribuídos aos/às visitantes, possibilitará o meu encontro com o antigo. Embora não seja possível recompor por inteiro a materialidade de quem por lá deixou seus rastros, o olhar para a dimensão do humano possibilita recompor a dimensão social do que se preservou, daquilo que se apresenta em outro tempo, mesmo que com lacunas, mas permitindo reinterpretações (MIRANDA, 2013). Fica, assim, a lembrança do que foi guardado e a passagem do tempo nos leva a ressignificar o que foi preservado. Não é possível restituir o tempo vivido já passado, mas “podemos, portanto, olhar uma dimensão do humano, construída numa escala de vivência social, que escapou ao seu tempo imediato e legou seus rastros a outro tempo” (MIRANDA, 2013, p. 156).

Partindo dos conceitos e de todo o arcabouço conceitual exposto, dou seguimento aos próximos capítulos, nos quais informo toda a conjuntura, os dados e os modos de abordagem de minha pesquisa.

²³ Inicialmente, minha proposta era trazer o capítulo que informa os percursos teórico-metodológicos e o desenho da pesquisa logo a seguir, após este capítulo. Entretanto, para facilitar a leitura das análises e discussões correlatas, considere que seu deslocamento para próximo de tais análises seria um fator facilitador para a leitura e o acompanhamento de meu caminhar ao longo da tese.

2 A ÉPOCA DO HOMEM²⁴ QUE SABE (?)

Questões como desmatamento, erosão, assoreamento, desertificação, poluição, dentre outras, já vêm levando a preocupações em diversas partes do mundo há séculos. Não sem motivo, o próprio cenário brasileiro já foi objeto de preocupação quanto a mudanças climáticas ainda no século XIX, a exemplo de José Bonifácio, que expressou sua preocupação quanto a esse fato (PÁDUA, 2017). Mas é a partir da década de 1970, que as discussões internacionais sobre as mudanças climáticas levam à criação de diferentes vertentes ambientais para distintas áreas do conhecimento, como se deu com o direito ambiental e a Ecologia Política, por exemplo.

Para Leff (2016), a década de 1970 caracteriza o despertar do mundo para uma nova história, a partir de uma crise do conhecimento, evidenciada pela crise ambiental, como será discutido no próximo capítulo. A partir dessa crise, a necessidade de um saber ambiental questionador do modo de racionalidade da modernidade é posta em evidência, como destaquei no capítulo 1.

No sentido de uma outra compreensão de mundo, em que o tempo histórico é assumido como não-linear e não-homogêneo, Santos (1996) e Leff (2016), defendem uma nova perspectiva teórica, pautada na descolonização (ou decolonização, como proponho nesta tese) dos povos e de suas culturas, há muito silenciadas, subjugadas e invisibilizadas pela visão eurocêntrica de progresso e evolução cultural. Os autores dizem-nos sobre a necessidade de transição para uma visão da história e do espaço como uma acumulação desigual de diferentes tempos, temporalidades que coabitam um espaço geográfico. Da mesma forma, Walter Benjamin (1985) ao antecipar as preocupações ecológicas do século XX, faz uma crítica radical à exploração da natureza, sonhando com um novo pacto entre humanos e seu ambiente, em uma nova temporalidade.

Mas para se lutar pelo futuro, é preciso considerar a memória do passado: a memória individual, a memória coletiva²⁵ e até a memória da Terra (conceito que será melhor explorado no capítulo 5). Para Wiewiorka (2015), a memória permite outras representações da história,

²⁴ O uso da palavra “Homem” não consiste em uma escolha sexista, mas sim, apenas um trocadilho em alusão ao nome da espécie, *Homo sapiens*, que pode ser traduzido do latim para o português como “o homem que sabe”.

²⁵ Pontuo aqui que a memória coletiva não exclui a importância da memória pessoal, particular, a qual é subjetiva. Afinal, a memória é uma construção tanto individual quanto coletiva, e é suscetível a mudanças com o tempo (WIEVIORKA, 2015).

dessacralizando-a e questionando sua legitimidade. Assim, as memórias evocadas podem afetar os interesses de grupos no poder, pois

A memória mantém vivo o que sofreram aqueles que não entraram para a história, os que ficaram às margens do caminho; ela nos diz do que perdemos – e não apenas o que ganharam os vencedores –, devolve o sentido ao que possivelmente existia, mas que caiu na sombra e no silêncio. (WIEVIORKA, 2015, p. 42, traduzido pela autora).

A memória da Terra, mais especificamente, mescla-se com nossa história desde a chamada Pré-História, a qual, para Pádua (2017), define transformações fundamentais em nossa história. E é ao longo dessa nossa trajetória no planeta que fomos transformando a cobertura vegetal com a agricultura, a composição das espécies nos ambientes pela domesticação de animais e o transporte desses (e das plantas), mais recentemente o relevo e o curso dos rios, a composição dos solos, dentre outros (KOLBERT, 2015). Alteramos assim, nossos territórios, resultando em uma sobreposição de paleoterritórios²⁶ com distintas dinâmicas e diferentes usos, como será apontado no capítulo 3 desta tese. Tornamo-nos, ainda, a primeira espécie que tem a “capacidade” de eliminar outras espécies da superfície da Terra.

Iglesias-Ríos (2019) levanta uma interessante questão: seríamos nós, os *Homo sapiens*, uma espécie formada por indivíduos? Para ele, somos holobiontes (assim como quase todos os seres vivos), o que significa dizer que na verdade, cada indivíduo é um conjunto de espécies que formam ecossistemas onde a relação que prevalece é a de mutualismo. A exemplo, carregamos em nosso organismo diferentes bactérias, dentre as quais podemos citar aquelas que compõem a flora intestinal, essencial ao adequado funcionamento de nosso sistema digestório. Grande parte das células que compõem o corpo de um ser humano são, inclusive, bactérias necessárias a nós. Do mesmo modo, na natureza, as relações entre as espécies e diferentes indivíduos ou holobiontes tendem a ser predominantemente mutualistas, quando se considera o funcionamento saudável dos ecossistemas.

Enquanto as relações mutualistas são características dos ecossistemas naturais, a ideologia competitiva do Ocidente leva à crença de que o sucesso evolutivo se deve à competição. Mas Iglesias-Ríos lembra-nos de que as ideias, inclusive as científicas, são sempre influenciadas por posições ideológicas. Para o autor, talvez a justificativa de que as espécies, para se favorecerem no processo evolutivo, devem se basear no individualismo e na

²⁶ Paleoterritórios são espacializações de componentes ecológicos resultantes do uso desses locais por populações pretéritas na busca pela sua sobrevivência (OLIVEIRA, 2018).

competição, seja fortemente influenciada pela lógica capitalista. Nesta, o ser humano é visto como um indivíduo separado de sua comunidade e, portanto, é reificado e transformado em mercadoria (IGLESIAS-RÍOS, 2019).

Ainda segundo o mesmo autor, o crescimento do sistema econômico capitalista, ao exigir um processo rápido de acúmulo de produtividade (na forma do produto interno bruto – PIB, por exemplo), afasta-se dos processos naturais, muito mais lentos, porém muito mais estáveis. Assim, defende que o crescimento econômico não é sustentável a longo prazo, levando a uma tendência à desigualdade, à distribuição desigual de riquezas. Para ele, na natureza, quando os processos (a exemplo da produtividade primária via fotossíntese e da produtividade líquida via matéria orgânica seca produzida por fotossíntese em certa área) se dão de modo muito acelerado, a riqueza (número de espécies), acaba sendo baixa, aumentando a competição em detrimento das relações mutualistas enquanto estratégia de sobrevivência, caracterizando, assim, o ecossistema como “doente”.

O autor compara o exemplo acima com o crescimento populacional rápido, que não pode ser suportado, em termos de acesso igualitário a bens e serviços, pelos ecossistemas urbanos no cenário capitalista, assim como pelos empregos fornecidos por parte da indústria nesse sistema econômico excludente. Na área rural, esse mesmo sistema econômico também não encontra possibilidades de crescimento, mesmo na agricultura, a qual tem baixa capacidade para gerar empregos diretos (IGLESIAS-RÍOS, 2019).

Ainda fazendo um paralelo (mas sem equiparar) entre mundo natural e mundo social, Iglesias-Ríos (2019), mostra-nos que o atual cenário crítico de rápido crescimento da população urbana e das desigualdades é comparável a ecossistemas muito degradados, que apresentam dominância de poucas espécies (como disse acima, ecossistemas degradados apresentam menor número de espécies. Assim, algumas espécies dominantes²⁷ sobressaem-se na competição pelos recursos). Isso porque há poucos países ricos, que se encontram em uma condição de estabilidade dentro do sistema econômico capitalista, o qual se tornou hegemônico no mundo moderno. Encontramo-nos, assim, em ecossistemas doentes (IGLESIAS-RÍOS, 2019), cenário que vem mostrando indicadores que apontam para a chegada de nossa espécie (caso sejamos, de fato, uma espécie definida pelos termos científicos até então vigentes) em um novo patamar de nossa “evolução”.

²⁷ Em Ecologia, espécies dominantes são aquelas com maior biomassa e que podem até mesmo influenciar no controle de outras espécies (RICKLEFS, 2010).

Além do aumento das concentrações de CO₂, das taxas de extinção das espécies e dos demais danos, fragmentos de materiais não naturais, a exemplo do plástico, vêm sendo incorporados junto a sedimentos tanto inconsolidados (solo), quanto em litificação (processo de formação de rochas). Esse acúmulo forma o chamado plastiglomerado (Figura 2), um conglomerado (tipo de rocha) geológico que tem como material aderente (conhecido como o cimento da rocha, que une as partículas entre si), o plástico residual (ARAÚJO-JÚNIOR, 2019; IBAÑEZ, 2019). Esse plástico, aquecido pelo sol e depositado no ambiente, sofrendo a ação de agentes intempéricos e erosivos, convivendo com minerais, plantas e animais, representa para Ibañez (2019) uma nova entidade na superfície da Terra, transcendendo as categorias de mundo, natureza e lugar, já que se move entre esses três mundos.

Figura 2 - Plastiglomerado, contendo tanto material geológico, quanto material artificial (em tons azulados e alaranjados, à direita).



Fonte: The Anthropocene Project²⁸.

Nesse contexto de mudanças, como apresentei no capítulo 1, vem se tornando necessária uma nova reflexão acerca da modernidade, que parece se encontrar no limiar de um novo momento histórico, em que os efeitos negativos da globalização são facilmente percebíveis em todo o planeta. Tais efeitos são ainda corroborados pela linguagem, a qual muitas vezes legitima práticas destruidoras do meio ambiente e da sociedade por meio de discursos anticológicos

²⁸Disponível em: < <https://theanthropocene.org/press/2016/plastiglomerate-the-new-and-horrible-way-humans-are-leaving-their-mark-on-the-planet/>> Acesso em 20 jan. 2022.

como aqueles tão característicos do presidente brasileiro Jair Bolsonaro (e de seu ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles) e do ex-presidente norte-americano Donald Trump (LAYRARGUES, 2020a).

O colapso global em termos ambientais revela a urgência de se desvelar relações, conexões, conceitos e o papel da linguagem como algo inédito na problematização desse limiar da modernidade. Como aponta o Pádua (2017), dentro da história humana há casos/situações pretéritos/as de colapso, mas todos/as consistindo em fenômenos localizados, não atingindo o nível de planeta. Em tais situações o ser humano era um animal como outro qualquer (PÁDUA, 2017). Mas agora é diferente e vêm sendo crescentes as discussões em torno da possível existência de um Antropoceno, um novo momento da história da Terra, inédito por ser determinado pelas modificações causadas em torno de uma única espécie: a humana.

Entretanto, essa nova época, a ser ainda avaliada pela Estratigrafia Geológica, envolve controvérsias quanto ao seu momento de início, suas causas, a implicação de sua aceitação e até mesmo sua nomenclatura, como será discutido mais à frente. Mas, como ressalta Pádua (2017), talvez essa denominação não seja tão importante, pois é preciso pensar no que o Antropoceno produz, no que esse novo momento representa. Para o autor, esse é um conceito agregador, já que traz o planeta para a história humana e o contrário também. Mas será que, pela primeira vez na história humana, estamos todos no “mesmo barco”? Há, entretanto, muitas desigualdades e não cabe tratar esse “nós” como algo abstrato. Em uma dimensão, estamos totalmente inseridos no Antropoceno, mas em outra dimensão esse conceito simplesmente não cabe, levando-nos a questionar se um melhor termo seria Capitaloceno (PÁDUA, 2017). Tal termo advém do fato de que é preciso reconhecer as diferenças e entender que o consumo se dá de formas diferentes pelo planeta, do mesmo modo que as injustiças ambientais para com grupos que não participam do consumo em si, mas sofrem com suas consequências.

Ao longo desta tese, tecerei conexões entre Paleontologia, as questões socioambientais nos sítios paleontológicos que podem ser pensadas sob o olhar da Ecologia Política, da Justiça Ambiental, bem como a relação da Educação Ambiental para uma abordagem crítica, emancipatória e transformadora dessa ciência na gestão de geossítios, geoparques e em atividades de geoconservação, visando integrar a comunidade dos arredores desses locais, garantindo a elas o direito ao seu patrimônio e à sua memória. Isso, no sentido de auxiliar na construção de um novo paradigma capaz de desconstruir a racionalidade insustentável que objetifica o conhecimento e as relações nesses locais. Para tal, é fundamental entender, desvelar, desnaturalizar e desarticular as crenças que reforçam as estruturas de dominação, as relações entre poder e linguagem e os discursos hegemônicos em prol do sistema capitalista.

Como apresentarei no capítulo 3, as comunidades que residem em sítios de importância paleontológica encontram-se em um contexto de diversidade cultural, em que saberes tradicionais são invisibilizados em prol de atividades voltadas ao turismo. Entretanto, não podem ser consideradas como um produto, uma vontade particular do capitalismo (SANTOS, 2006). É preciso entender em que medida pode-se criar uma forma de pensar alternativas, decolonizando o saber, legitimando outros saberes, por modos outros de compreensão da realidade, das questões locais, da natureza, da vida e das relações sociais, trazendo sempre uma reflexão crítica tanto de custos ambientais quanto sociais que se dão na sociedade capitalista.

Procuro, em cada uma dessas tessituras, trazer a importância de uma visão crítica de processos que se dão em um contexto caracterizado pela emergência climática global²⁹, pela injustiça ambiental e a ameaça de retrocessos ambientais e negacionismo da ciência. Enquanto o lado antrópico tem ficado relegado ao papel de destruidor de forma homogênea, como se todos esses humanos tivessem a mesma quantidade de culpa ou sofressem as mesmas consequências, creio ser necessário aprofundar o debate sobre o Antropoceno, sua validade e suas implicações.

Se pode parecer que as ciências naturais “conseguiram” explicar os perigos que o planeta Terra enfrenta, não está claro ainda se essas mesmas ciências entendem corretamente como as sociedades humanas funcionam, não sendo uma unidade, uma espécie homogênea em seus aspectos históricos, políticos, sociais. Aí que se encontram os des-encontros entre Ciências Naturais, Ciências Humanas e Ciências Sociais. E é aí que surge o desafio de superar as limitações de cada uma, isoladamente, em um encontro entre Terra e Mundo. Essa intersecção pode possibilitar um olhar às questões ambientais, além da reflexão, permitindo, também, o debate por parte do público geral.

Nesse sentido, acredito ser importante abordar as definições de Antropoceno, a importância desse conceito frente à questão ambiental, bem como as críticas a ele concernentes. No contexto da pandemia da COVID-19, entender e perceber de forma crítica essas relações é, mais do que nunca, uma poderosa arma contra o avanço da crise, seja ela climática, civilizatória e/ou do conhecimento. Ademais, a problematização que se encontra no centro das representações discursivas acerca do Antropoceno é fundamental para as discussões que trago ao longo de toda a minha conjuntura (neste e nos próximos capítulos). Destarte, pretendo enunciar aqui algo inédito: o papel da linguagem nessas discussões.

²⁹ Utilizo-me do termo emergência climática sempre que busco ressaltar a ação humana (desigual). Isso porque, segundo Sato (2020b), o termo “mudança climática” traz uma ideia de algo natural, enquanto “emergência climática” enfatiza a característica política do processo.

2.1 ANTROPOCENO: UMA (GEO)HISTÓRIA QUE NÃO É PARA TODOS/AS

Grandes taxas de extinção de espécies que, segundo alguns autores, podem indicar uma sexta extinção em massa³⁰ (KOLBERT, 2015), maior do que todas as outras que a precederam e que se deram antes da existência humana no planeta. Aceleração do desmatamento em prol do agronegócio, homogeneizando ambientes pela agricultura e criação de animais, suplantando a biota natural local. Aumento da temperatura global e elevação do nível do mar. Acidificação dos oceanos. Componentes químicos inéditos no solo e em camadas de sedimentos. Esses são alguns dos indicativos de que estamos em um novo momento da história da Terra, um novo tempo geológico, conforme propõe o ecologista e limnólogo Eugene Stoermer, da Universidade de Michigan, desde a década de 1980 em seus trabalhos (HARAWAY, 2016; TRISCHLER, 2017). Embora usasse o termo informalmente, foi o químico atmosférico Paul Crutzen, vencedor do prêmio Nobel, que garantiu sua popularização, usando o termo independentemente e fazendo com que aparecesse nos discursos globais a partir dos anos 2000.

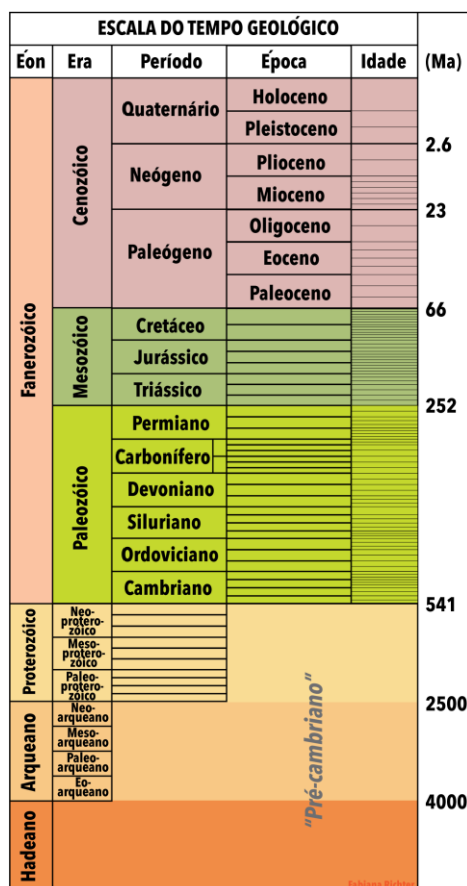
Paul Crutzen trouxe o termo e seu significado como “Era do Humano”, um “novo humano” (anthropo- (ἄνθρωπος) = "humano" e -ceno = "novo"), mais recente do que todas as outras épocas da chamada era Cenozóica (nessa era, que significa “vida recente”, “ceno” é a terminação de todas as suas épocas). Isso em referência aos marcadores que levam ao quadro de crise climática, como grande crescimento das indústrias no ambiente urbano, o uso expressivo de máquinas pela agricultura no ambiente rural, o alto consumo de energia e as elevações nas taxas de liberação de CO₂, bem como dos demais gases de efeito estufa (SATO, 2020a). Para Crutzen, seria absurdo continuarmos a nos referir à época geológica atual como Holoceno e, contactando Stoermer, propôs ao mesmo uma publicação conjunta como reflexo da co-criação do termo Antropoceno (CRUTZEN; STOERMER, 2000).

Para Zalasiewicz (2016), mudanças tão grandes em escala planetária desviam a Terra das condições de referência para o Holoceno (Figura 3) e a nova época geológica emergente é marcada pela transformação de grande parte da Terra em matéria prima para nossa espécie,

³⁰ Ao contrário das chamadas extinções de fundo, eventos comuns que se dão ao longo do tempo, as extinções em massa causam grande perda da biodiversidade (vários grupos biológicos) em um curto intervalo de tempo geológico. No registro geológico, a extinção em massa faz com que várias famílias e espécies encontradas em uma camada de rocha não existam mais na camada imediatamente acima. Há pelo menos cinco extinções em massa registradas nas camadas estratigráficas: as extinções dos períodos Ordoviciano, Devoniano e Permiano (todos da era Paleozóica), e dos períodos Triássico e Cretáceo, ambos da era Mesozóica (CARVALHO, 2010).

configurando uma nova relação ser humano-natureza. Segundo o autor, a ideia do Antropoceno foi se propagando entre os debates sobre mudanças globais, inclusive para o público em geral, mas demorou bastante tempo até que a comunidade geológica apresentasse algum posicionamento/parecer sobre o termo. Até então, considerar o ser humano como uma força geológica era algo bastante refutável, embora Trischler (2017) defenda que o debate sobre o Antropoceno venha se dando desde muito antes, por volta de fins do século XVIII, o período proposto por Crutzen e Stoermer como o marco inicial dessa nova época. Trischler (2017) cita o famoso naturalista francês conhecido como Conde de Buffon, o qual observou, em 1775, as diferenças entre as forças da natureza e da civilização. Desde então, ao longo dos próximos séculos, vários outros trabalhos trazem o ser humano como um agente geológico, ideia principal para o Antropoceno.

Figura 3 - Escala do Tempo Geológico, em milhões de anos (m.a.), baseada no quadro estratigráfico internacional, versão 2004, da Comissão Estratigráfica Internacional.



Fonte: Fabirichter, 2018³¹.

³¹ Disponível em:

<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Escala_do_tempo_geologico_em_portugues_-_Frichter.png>. Acesso em: 20 jan. 2022.

Voltando aos anos 2000, finalmente após anos de estudo e debate, a comunidade geológica começou a posicionar-se quanto ao termo. Isso decorre do fato de que os termos geológicos necessitam de décadas de estudo, por meio da estratigrafia e, mais precisamente, da cronoestratigrafia das rochas³² (Figura 4), para que sejam incluídos em uma escala na qual as divisões apresentam-se na ordem de milhões de anos, escala muito maior do que a humana, a social e a política (ZALASIEWICZ, 2016). A partir de discussões iniciais pela Sociedade Geológica de Londres, formou-se um parecer favorável ao termo e uma proposta de trabalho por meio de um órgão internacional a ser formado, o Grupo de Trabalho do Antropoceno (AWG), que tem como objetivo analisar a relevância do termo quanto à sua empregabilidade na Escala do Tempo Geológico (ETG).

Figura 4 - Rocha sedimentar ilustrando as possibilidades de estudo de seus estratos e suas camadas diferentes, para a datação de distintos momentos da história da Terra, em escalas de milhões de anos



Fonte: L'angolo della Geologia, 2019³³.

³² Corpos rochosos que se formam em intervalos diferentes de tempo, sob variadas condições climáticas e geológicas, por exemplo, têm cores, texturas e estruturas distintas entre si, dentre outros aspectos (a exemplo de fósseis, que podem variar em diversidade e variedade, conforme a camada), o que ajuda a definir a idade geológica de cada estrato, bem como as condições ambientais em tal momento, por meio da estratigrafia, da cronoestratigrafia, dentre outras abordagens (CARVALHO, 2010).

³³ Disponível em: <<http://www.langolodellageologia.com/2016/06/la-legge-della-sovrapposizione.html>> Acesso em: 22 fev. 2022.

A agência acima mencionada, entretanto, não tem o poder de decisão final quanto ao uso ou não do termo, pois isso cabe aos níveis hierarquicamente superiores a ela (em aspectos burocráticos e técnico-científicos), tais como: a Subcomissão de Estratigrafia Quaternária, a Comissão Internacional de Estratigrafia e a União Internacional de Ciências Geológicas. É preciso que o termo passe por todos esses níveis hierárquicos para que seja formalmente reconhecido, e o próprio termo e suas implicações levam os/as geólogos/as para um novo campo, em que precisam lidar com fatores (e consequências) sociais, econômicas, industriais, políticas, militares, etc. (ZALASIEWICZ, 2016).

No Congresso Geológico Internacional de 2016, a comunidade científica assumiu que a definição do Antropoceno tem potencial para ser formalizada dentro da ETG, devido aos seus marcadores estratigráficos (substâncias, elementos e compostos químicos encontrados nas rochas, como alumínio, concreto, plástico, partículas esféricas carbonáceas, elementos radioativos por meio da fusão do quartzo, dentre outros) (TRISCHLER, 2017; ZALASIEWICZ, 2016), embora o termo ainda não tenha sido aceito formalmente. O fato que se assume é que se trata de uma potencial nova época dentro da Escala do Tempo Geológico, situada na era mais recente, a era Cenozoica, conforme já mencionado. Entretanto, diferentemente dos momentos anteriores da Terra, não será um estado estável ou previsível, como se deram aqueles que precederam o Holoceno, mas sim um alvo móvel, rumo a uma trajetória totalmente diferente, como pontua Zalasiewicz (2016).

Mas sua consideração dentro de uma escala geológica envolve, ainda, a decisão sobre quando e onde o Antropoceno deve se situar. São muitas as discussões sobre as possibilidades, mas pairam em torno, principalmente, de três momentos: I) o surgimento da agricultura, com marcadores/indicadores nos paleossolos, que revelam a alteração da paisagem, do acervo genético das plantas, além do processo de domesticação dos animais; II) a Revolução Industrial, com marcadores na forma de carvão; e III) a “grande aceleração” global, que envolveu um *boom* do crescimento populacional mundial e a intensificação do processo de globalização após os testes com bombas atômicas, fazendo com que radionuclídeos artificiais advindos desses testes, bem como plásticos e os elementos anteriormente mencionados, além dos pesticidas (associados à Revolução Verde) e os subprodutos da queima de hidrocarbonetos sejam os principais marcadores (TRISCHLER, 2017; ARAÚJO-JÚNIOR, 2019).

Para Crutzen e Stoermer (TRISCHLER, 2017), o início do processo de industrialização, que contou com o desenvolvimento da máquina a vapor de Watt, no final do século XVIII, parece ser o momento ideal para marcar o início da nova época. Além da mecanização da mão de obra, da produção em grande escala, o intenso uso de carvão e ferro, tomaram parte desse

momento (assim como nos séculos que se seguiram) conflitos relacionados à distribuição dos recursos naturais, a exemplo da água, da madeira, da terra e, até mesmo, do ar (TRISCHLER, 2017). Menegat (2017) também é da mesma opinião, defendendo que a Revolução Industrial trouxe como novidade a nossa “capacidade” de alterarmos nosso próprio tempo, deixando registros geológicos por meio de nossas atividades. Em um domínio da humanidade sobre o planeta e também sobre a própria sociedade, fomos nos tornando essencialmente urbanos/as, lançando “carvão nas caldeiras de um trem desgovernado”, segundo Löwy (2017), com o crescimento baseado em energias fósseis, levando à destruição ecológica.

Hoje, entretanto, a maioria das discussões tende a situar o Antropoceno em torno de 1950, quando as mudanças em fauna e flora, que já vinham se dando por interferência antrópica desde a Pré-História, tiveram imensa aceleração. Há quem considere, inclusive, que muitos dos organismos por nós modificados serão os futuros fósseis, mais um dos sinais de extraordinárias mudanças no sistema terrestre (ZALASIEWICZ, 2016). O ar atmosférico, preservado em camadas de gelo, vem revelando aumentos notáveis de dióxido de carbono, especialmente em meados do século XX, em níveis superiores aos analisados para mudanças climáticas pretéritas do planeta, tais como as Idades do Gelo e seus respectivos estágios interglaciais.

Edgeworth (2014) defende a importância de haver uma colaboração ainda maior entre especialistas de distintas áreas, a exemplo de antropólogos/as, biólogos/as, historiadores/as, economistas, geólogos/as climatologistas e arqueólogos/as, para o aprimoramento da datação do início do Antropoceno. Para ele, em especial, é importante que os/as arqueólogos/as possam trabalhar conjuntamente com geólogos/as, pois a procura desses/as por sedimentos artificiais, rochas e solos de origem antrópica, pode ter um importante aporte da estratigrafia arqueológica. Tendo o Antropoceno implicações também para o patrimônio (a nova época global tem dimensões sociais, políticas e econômicas que nunca poderão ser apreendidas por completo pelos métodos das ciências naturais isoladamente), a Arqueologia pode ajudar a datar ainda mais precisamente esse novo momento. Afinal, ela pode fornecer uma boa aproximação entre métodos de datação, estando na interface dos métodos quantitativos e qualitativos de investigação (EDGEWORTH, 2014).

Graves-Brown (2014) pontua, entretanto, que talvez as tentativas de datar, periodizar o início do Antropoceno estejam mais criando do que resolvendo problemas. Afinal, segundo ele, os próprios Crutzen e Stoermer admitem que essa periodização é algo em grande parte das vezes arbitrário. Para o autor, a periodização tem consequências perigosas, pois cria fronteiras no pensamento onde não existem rupturas, de fato. Pode, ainda, mascarar significativos processos espaciais e temporais de longa duração.

De todo modo, para Maldonado-Torres (2018), a cosmovisão civilizatória moderna tem efeitos tão destrutivos para a vida no planeta, que não é possível comparar com nenhuma outra civilização do passado. De modo semelhante, para Zalasiewicz (2016), embora a existência humana seja marcada, em sua trajetória, por crescimento e decaimento de civilizações, por milênios essa existência não alterou o caráter fundamental do sistema terrestre. Entretanto, as mudanças recentes, em sua própria natureza, são tão agudas que tornam o Antropoceno funcional enquanto unidade geológica. Löwy (2017), ao concordar com a datação da nova época global para meados do século XX, defende que tal época, agora que se encontra iniciada, não pode mais ser revertida, ou seja, não podemos voltar ao Holoceno, o que implica em dizer que o fim da civilização humana é uma possibilidade real.

Waters et al. (2016) dizem-nos sobre os “tecnofóseis”, assim denominados por serem resultantes das tecnologias das quais usufruímos, a partir dos anos 1950. Esses marcadores, pelos autores chamados de assinaturas geoquímicas, incluem, ainda, a dispersão de nucleotídeos como o ^{239}Pu , advindo da explosão das bombas atômicas, bem como o chumbo ($^{207}/^{206}\text{Pb}$), resultante da combustão da gasolina. Além desses, também constam nas assinaturas geoquímicas traços característicos dos pesticidas, como o nitrogênio e os fosfatos, utilizados nos solos. Inclusive, é esse uso do solo pela agricultura o responsável por grande parcela das assinaturas geoquímicas, estando entre as mais avassaladoras delas, por afetar o transporte de sedimentos e modificar os cursos de rios para a construção de barragens ou devido ao assoreamento, dentre outros fatores. As grandes mudanças no nível do mar (que vêm afetando os litorais dos continentes), as alterações da composição química da atmosfera e da temperatura global, a disseminação de espécies invasoras e os processos de extinção são também inequívocas assinaturas (sejam elas geológicas ou biológicas) dessa nova época (WATERS et al., 2016).

Deixando marcas profundas no tempo geológico, o Antropoceno, segundo Waters et al. (2016), mostra que precisamos estar preparados/as para incorporar em nosso cotidiano as mudanças planetárias em decorrência das mudanças climáticas, tais como os ciclos das águas, as mudanças nos litorais, a variação dos períodos de seca e inundação, bem como climas mais severos, alastramento de pragas biológicas e de pandemias (a exemplo da pandemia da COVID-19), deterioração dos solos, dentre outros. Devemos, cada vez mais, nos preparar para o crescimento urbano, tanto no sentido da densidade populacional, quanto na escassez de bens básicos, a exemplo da água, do ar e dos alimentos. A privatização desses elementos vitais e a ideia de um consumo ilimitado dos bens da Terra não são mais cabíveis (MENEGAT, 2017).

Do mesmo modo, não são mais cabíveis os discursos baseados no mito do progresso tecnológico. Ocultando a possibilidade de finitude dos recursos naturais, a crença em um progresso científico e técnico enquanto sinônimo de evolução visa negar a irreversibilidade de muitos dos danos ambientais característicos do Antropoceno, na defesa de que esse progresso será naturalmente a solução para tais problemas (SILVA et al., 2019). Mas essa noção de progresso é excludente, advinda do discurso hegemônico que o trata como fenômeno democrático, principalmente por parte de governos progressistas, alinhados com o sistema capitalista de produção globalizado (LAYRARGUES, 2018; SILVA et al., 2019). É na modernidade tardia (e na modernidade/colonialidade) que o discurso do progresso contribui para a reprodução do pensamento hegemônico e a invisibilização dos ambientes e sujeitos que se encontram em vulnerabilidade (socio)ambiental, em prol de uma necropolítica ecocida.

Mas o planeta está em uma nova trajetória, com mudanças já em processo, que afetarão todas as comunidades biológicas, inclusive as humanas. E a causa desse processo parece estar, segundo Zalasiewicz (2016), na intersecção entre política, sociedade, economia e desenvolvimento e evolução das tecnologias, em uma chamada “tecnosfera”, um sistema terrestre com sua própria dinâmica e que tem os seres humanos cada vez mais como componentes do que propulsores. Assim, é preciso um trabalho conjunto entre diversas áreas (das ciências biológicas, humanas e sociais) para compreender melhor o processo e sua evolução, além dos possíveis meios para modificar seu curso.

Segundo o que vem sendo posto sobre o Antropoceno, parece que os seres humanos vêm tentando produzir novos (e muitos) fósseis, rapidamente, por meio da queima de combustíveis e de toda a devastação da biosfera. Esse humano que queima é o mais conhecido ícone do Antropoceno (HARAWAY, 2016). Mas será que a era do petróleo, que hoje substitui a era do carvão, não será agora substituída pela “era dos renováveis”? E quem trará essa era? Também todos os seres humanos, de modo uniforme? Como uma espécie? Talvez, antes de apontarmos o que é ou não necessário que façamos para impedir que o pior dos cenários previstos pelo Antropoceno se torne real, é necessário entender que a responsabilidade por esse cenário não é a mesma para todos os indivíduos, de modo homogêneo (CÓZAR, 2019).

As perguntas acima mencionadas fazem parte de muitas das discussões acerca das implicações do Antropoceno e de suas perspectivas futuras. Longe de tentar respondê-las aqui, apresento-as como modo de reflexão sobre os principais discursos que circulam em torno dessa temática. Como apontei no capítulo 1, é importante situar a linguagem nessa problematização, compreendendo como ela ajuda a relacionar a modernidade (seja ela a modernidade trazida por Benjamin ou a modernidade tardia, conceito apropriado por Fairclough, ou ainda, a

modernidade/colonialidade proposta por Maldonado-Torres) ao atual momento. Se para Benjamin o discurso e o modo de operação das grandes mídias levam à perda de experiência pelo excesso de informações, em uma aproximação de pensamento, na modernidade tardia, segundo Fairclough, as novas condições de conhecimento e informação levam os atores a revisarem sua atividade social e suas relações materiais com a natureza. Para Maldonado-Torres (2018), por sua vez, o discurso ocidental moderno pautado nas tecnologias do capitalismo é o grande destruidor da vida em escala planetária, em uma cosmovisão dualista, que coisifica a natureza, trazendo o ser humano como forma de vida superior.

É no sentido discursivo que alguns autores, inclusive, defendem que o Antropoceno é uma espécie de cortina de fumaça para ocultar os fatores socioambientais do sistema capitalista hegemônico, justamente por distribuir as responsabilidades entre todos/as, igualmente (CÓZAR, 2019). Afinal, o projeto colonial faz com que as pessoas mais afetadas pela exploração da biodiversidade e da geodiversidade sejam justamente as que mais dependem diretamente dos bens naturais, vindo a sofrer massacres simbólicos pela colonialidade do poder. Sob a forma de uma necroeconomia, o projeto colonizador produz morte e cria uma divisão da natureza, fazendo com que surjam as chamadas zonas de sacrifício, com suas populações de sacrifício, consistindo nas áreas e nas pessoas, respectivamente, mais afetadas pelo sistema-mundo-moderno-colonial capitalista (SALGADO; MENEZES; SÁNCHEZ, 2019; SÁNCHEZ; PELACANI; ACCIOLY, 2020). Um sistema que extermina os modos não destrutivos de convívio com a natureza, negando memórias e saberes ancestrais e, assim, outros modos de ser, de saber e de poder (WALSH, 2013).

A problematização do termo Antropoceno é também um movimento no sentido da decolonialidade, tanto do ser, quanto do saber e do poder, já que envolve a luta contra a colonialidade da natureza, por vezes revelada em formas de dominação advindas de uma episteme eurocêntrica reducionista. A colonialidade da natureza revela as disputas assimétricas decorrentes da visão dos bens ambientais enquanto recursos naturais no sistema-mundo-moderno-colonial capitalista, o qual multiplica as violências que nele se retroalimentam. Desse modo, não só a natureza, como os povos que dela dependem, são penalizados pelo Antropoceno e pela colonialidade, como discuto ao longo desta tese.

Discussões como essa fizeram com que, nos últimos anos, vários artigos venham trazendo diferentes propostas, contextos e nomenclaturas para essa nova época global, dentre os quais destaco o termo Capitaloceno, por remeter aos grandes impactos causados pelo sistema capitalista. Enquanto não há tempo de evitar uma emergência climática catastrófica no cenário capitalistas mundial (LÖWY, 2017), o sistema capitalista excludente busca renovar-se e

reinventar-se por meio de discursos que pregam uma noção de progresso baseada no desenvolvimento sustentável, típico da doutrina neoliberal (LAYRARGUES, 2020b).

Essa *armadilha* discursiva do desenvolvimento sustentável enquanto solução simplista da crise ambiental será novamente discutida a partir do capítulo 5 desta tese. Por ora, resalto aqui a relação entre tal armadilha e as metas internacionais que visam a redução de poluentes, as quais advêm de decisões dos países do norte, com objetivos que muitas vezes não são compatíveis com a realidade dos países do sul. Mais uma faceta do projeto colonial, beneficiado com o domínio e a dependência das antigas colônias e de seus povos subjugados e inferiorizados pelos chamados *países desenvolvidos*.

Além do Capitaloceno, múltiplos discursos, com base em diferentes enfoques sociais, históricos e culturais, vêm ganhando espaço na forma de termos como: Cosmoceno, como uma alternativa ao horizonte do Antropoceno, por apresentar possibilidades de dinâmicas relacionais entre seres vivos e não vivos mais equilibradas e naturais, de modo a enfrentar a crise ambiental e a crise civilizatória, as quais geram desesperança e medo (PEREIRA, 2019); Ecoceno, o qual, segundo Boff (2020), trata-se também de uma verdadeira esperança para além do Antropoceno, uma sociedade sustentável voltada à vida e aberta a (com)vivências múltiplas; Necroceno, que segundo Alves (2020), é uma nova era geológica que se dá como Era da Morte Necrótica, graças a políticas ecocidas e genocidas que vêm promovendo não uma sexta extinção em massa, mas o primeiro extermínio em massa. Há várias outras denominações, inclusive “Idiotaceno”, uma era em que pessoas incompetentes e ecocidas são eleitas (SATO, 2020a).

Recentemente, James Lovelock lançou o livro “Novaceno” (ou Novacene, em inglês) (LOVELOCK, 2020), no qual traz proposições e reflexões para uma nova época global. Autor da Hipótese de Gaia³⁴, que propõe que o planeta e sua biosfera contêm um sistema autorregulador único, Lovelock defende que a superação da humanidade, em inteligência, pelos computadores, pode garantir o fim do chamado Antropoceno, dando início ao Novaceno. Segundo ele, essa nova época será marcada por verdadeiras maravilhas conduzidas por robôs, os quais podem pensar até 10 mil vezes mais rápido que nós. Esses robôs, por sua vez, poderão programar a si mesmos e aos seus descendentes de modos além da compreensão humana.

³⁴ Para a Hipótese de Gaia, do mesmo modo que a vida altera o habitat ao longo do tempo, algo que aconteceu quando as plantas dominaram o ambiente terrestre, por exemplo, o habitat também provoca mudanças na vida, algo que pode ser visto claramente na teoria da Evolução de Darwin (POOLE, 2019). É importante lembrar que, segundo Lovelock, Gaia não é a natureza em si, é um sistema autorregulador sofisticado que integra biosfera, geosfera, antroposfera e tecnosfera. Assim, para o autor, a natureza é uma noção sócio construída (PETRONIO, 2021).

Mesmo que essas máquinas possam assumir o controle de tudo (ou de quase tudo), Lovelock mostra-se otimista, já que para ele esses robôs irão perceber que precisam da vida orgânica para manter o planeta habitável, especialmente em termos de temperatura. Seu pensamento segue essa linha porque, segundo ele, é preciso que abandonemos a ideia que o Antropoceno é um crime contra a natureza. Para o autor, essa é uma ideia politicamente e psicologicamente influenciada, enquanto que, segundo ele, o Antropoceno é meramente a consequência da vida na Terra, um produto da evolução da natureza. Em seu livro, tece reflexões sobre essa potencialidade da vida robótica e assume que está ciente das ameaças que enfrentamos, mas sobretudo otimista em relação à expansão do conhecimento (POOLE, 2019).

Assim, é possível perceber que há sentidos tanto negativos quanto positivos sendo construídos nesses múltiplos discursos sobre essa nova fase na história do planeta Terra. Alguns mais otimistas quanto à solução dos problemas correlatos, outros nem tanto, apresentando-nos cenários verdadeiramente catastróficos.

Ressalto aqui o termo Capitaloceno, o mais usado dentre os termos que trazem a crítica ao Antropoceno enquanto uma nova época gerada pela natureza humana, a mesma natureza para todos/as (e a mesma responsabilidade para todos/as). Presente em várias discussões recentes, esse conceito que enseja discursos agrega as contribuições do Antropoceno enquanto termo necessário para o registro de uma mudança geológica na história da Terra causada pela espécie humana, mas trata essas interferências de uma forma mais precisa, evitando a manipulação de tal termo para justificar algo que seja mais do mesmo (RAMÍREZ, 2017). Ou seja, o Capitaloceno visa evitar a propagação da ideia de que as mudanças climáticas podem ser resolvidas/revertidas simplesmente pela tecnologia, em uma falsa visão progressista de que nos adaptaremos aos novos cenários, quais sejam eles (RAMÍREZ, 2017). Essa visão ingênua, consonante com governos e empresas que responsabilizam a todos/as pela crise atual e que prometem gerar sempre mais riqueza e mais consumo, é advinda de um sistema econômico desigual e excludente.

Na tentativa de entender melhor as relações entre o Capitaloceno e a não visibilidade das comunidades que vivem em sítios de interesse paleontológico (capítulo 3), a relação ainda frágil entre propostas de Educação Ambiental e a Paleontologia (capítulos 4 e 5), e a importância de um novo olhar para essa ciência, frente a um quadro de negacionismo e ameaça de retrocessos, proponho dar sequência, a seguir, às discussões acerca dessa nova época global tão influenciada pelo sistema econômico capitalista.

2.2 O CAPITALOCENO SELVAGEM

Grandes mamutes pastando pela Sibéria, na região acima do Círculo Polar Ártico e recuperando a vegetação típica de pradaria enquanto os/as moradores/as locais executam suas atividades de pesca de baleia, armazenando grandes quantidades de carne de cetáceos em seus compartimentos congelados naturais abaixo do solo. Parece um cenário de ficção científica, mas na verdade trata-se de um projeto audacioso que visa não apenas frear como reverter os impactos ambientais causados por nossa espécie desde que caminhávamos lado a lado com mamutes lanosos, preguiças gigantes, tigres-dentes-de-sabre e outros mamíferos de grandes proporções, representando-os em nossa arte nas cavernas porque tinham grande impacto em nossa psique e nossa espiritualidade, até chegarmos em um Antropoceno ameaçado pelas mudanças ecossistêmicas que nós mesmos viemos promovendo ao longo dessa trajetória.

O exposto acima se trata de um dos projetos de restauração das funções ecossistêmicas pré *Homo sapiens*, desenvolvido pelo ecologista Sergey Zimov e seu filho, Nikita, que administram uma estação de pesquisa no Ártico, em Cherskiy, na Rússia, conforme relata Welch (2018) à National Geographic. A dupla objetiva a retomada das pradarias na vegetação da região, de modo a frear o degelo da camada de solo permanentemente congelada, o permafrost, evitando, com isso, a liberação de enormes quantidades de CO₂ para a atmosfera e o colapso da economia de subsistência no local, que ocorreria com o alagamento das propriedades.

Essas associações feitas baseiam-se, primariamente, nos muitos estudos que buscam correlacionar o declínio de grandes herbívoros e carnívoros conhecidos como megafauna (animais com peso corporal acima de 400 Kg), desde o Pleistoceno³⁵, sua causa (se antrópica ou pelas intensas mudanças climáticas da época geológica) e, em especial, suas consequências, como mudanças físicas e tróficas nos ecossistemas, na composição das espécies, nas interações planta-animal, na biogeoquímica, no clima, dentre outras (MONTES; ZOTANO; COBO, 2017). Em um espaço de tempo considerado, em termos geológicos, um piscar de olhos, a

³⁵ Especificamente, essa época do período Quaternário da era Cenozoica, no éon Fanerozóico, essa divisão do tempo geológico está compreendida entre 2,588 milhões e 11,7 mil anos (quando se considera a entrada do Holoceno, descrito como “idade atual” antes da proposição do termo Antropoceno). A época é caracterizada por consecutivas aridificações e glaciações, sendo também caracterizada pela típica fauna de grandes vertebrados (também conhecida como megafauna quaternária), cuja dieta dependia, principalmente, dos ambientes de pastagem. Os mastodontes, megatérios e toxodontes são exemplos de representantes da fauna pleistocênica (BIGARELLA; BELTRÃO; TÖTH, 1984).

biosfera foi extremamente modificada e mudanças dramáticas deram-se no planeta, a exemplo da extinção da megafauna em várias áreas. Mas no contexto da conservação, pesquisas recentes vêm somando esforços para mostrarem que o reflorestamento e o retorno da fauna “original” das diferentes regiões podem evitar as nefastas consequências do Antropoceno.

O chamado Parque do Pleistoceno (em uma talvez estranha alusão ao Parque dos Dinossauros, de Spielberg), já conta com cavalos selvagens reintroduzidos na Sibéria, mostrando-se eficazes em recuperar a estepe que, ao longo de milhares de anos, teve a vegetação de pradaria substituída por tundra úmida. A clonagem de mamutes é o próximo passo, que terá como ponto de partida o DNA (ou o que restou dele) de mamutes muito bem preservados encontrados congelados em território siberiano. Ao fertilizar o solo com seus dejetos, compactando, pisoteando os musgos e arrancando mudas de árvores, essa megafauna permite o retorno às características vegetacionais que garantem a manutenção do permafrost, um verdadeiro “freezer de Pandora” (WELCH, 2018).

Tal solo congelado contém muito material resultante da decomposição de plantas e animais mortos e, portanto, armazena enormes quantidades de carbono. Entretanto, vem descongelando em um ritmo extremamente rápido devido às mudanças climáticas. Em contrapartida, o próprio degelo do permafrost pode influenciar enormemente o aquecimento global, justamente pela quantidade de CO₂ que armazena. Seu rápido degelo vêm levando à migração de muitos/as moradores/as locais, pois já vem se dando a destruição das casas ribeirinhas pelo alagamento, bem como os deslizamentos de terra, com as verdadeiras crateras abertas por desmoronamentos violentos, e pela alteração da paisagem (Figura 5) (WELCH, 2018; SMEDLEY, 2020).

Figura 5 - Cratera aberta no leste da Sibéria, em um processo que se dá pelo derretimento do permafrost, alterando toda a estabilidade do solo e levando ao seu colapso (desmoronamento)



Fonte: National Geographic Brasil (Foto de Katie Orlinski), 2020.

Devido à quantidade de matéria orgânica presente no permafrost (derivada de milhares de anos da decomposição microbiana de plantas e animais), ele apresenta duas vezes mais carbono do que há na atmosfera e três vezes mais do que há em toda a cobertura vegetal mundial, o que faz com que ele seja visto pela comunidade científica como uma verdadeira “bomba de carbono”. Ou seja, está longe de ser uma liberação lenta na escala de tempo geológico (SMEDLEY, 2020; NATALI et al., 2021).

Pesquisas mais recentes vêm mostrando que, além do carbono, o gelo derretido também vem liberando metano, mercúrio tóxico, microplásticos (os quais não se deterioram e, ainda, acumulam-se no Ártico, para onde são levados pelas correntes, entrando na cadeia alimentar por meio dos peixes) e, talvez o mais inusitado (e ao mesmo tempo assustador, frente ao atual quadro pandêmico): vírus e bactérias responsáveis pela transmissão de doenças milenares, como um vírus³⁶ de 30 mil anos, reaquecido em laboratório em 2014, voltando a se tornar funcional durante o experimento (SMEDLEY, 2020). Além disso, algumas doenças que até então se consideravam erradicadas, como a gripe espanhola e a varíola, podem estar retidas no permafrost (SMEDLEY, 2020).

³⁶ O autor não especifica o tipo de vírus.

No último ano, em trabalho publicado na revista *Nature Climate Change*, Finnev (2021) alerta-nos para o aumento na incidência de raios no Ártico enquanto fator de aceleração do processo de desaparecimento do permafrost. Segundo o autor, o aumento da ocorrência de raios, por si próprio, pode estar associado a uma resposta às mudanças climáticas, o que é condizente com previsões anteriores, ainda que não quantificadas. Afinal, as emissões de CO₂ no Ártico não têm sido sequer contabilizadas nos acordos internacionais quanto às metas de redução que objetivam frear a crise climática global (NATALI et al., 2021).

É sabido que, em oposição aos trópicos, os polos têm as menores incidências de relâmpagos. Entretanto, essa incidência vem aumentando no Ártico devido à emergência climática. O aumento desses raios é preocupante em termos de permafrost porque eles são os responsáveis pela maior parte dos incêndios florestais. Tais incêndios levam à formação das nuvens causadoras da maior parte desses raios, as *pirocumulunimbus*, reiniciando o ciclo (FINNEV, 2021).

Um dado alarmante e que pode acelerar esses processos correlatos é o rápido aquecimento do Ártico, intensificando os incêndios florestais no norte. Segundo Natali et al. (2021), em 2020 houve um recorde de onda de calor na Sibéria, durante a qual as temperaturas atingiram 38°C, a maior já registrada dentro do Círculo Ártico.

Pode parecer genial a ideia da reintrodução da fauna e do salvamento da vegetação e do gelo. Mas não seria algo muito ingênuo e simplista (tirando a parte nada simples de clonagem de mamutes)? Esperar que as alterações do clima e de toda a crise ambiental mundial sejam revertidas apenas por mudanças de ordem tecnológica (a exemplo da tecnologia para clonagem), enquanto o sistema econômico dominante no mundo é altamente excludente, desigual, destruidor e injusto, parece não ser uma ideia tão genial assim. E se o Parque do Pleistoceno, por fim, tornar-se apenas um atrativo turístico com pouca relação com as comunidades do entorno e de seu bem estar? Talvez seja algo semelhante ao que acontece nos geossítios e sítios paleontológicos brasileiros, os quais recebem grandes fluxos de turistas, mas cujos ganhos/benefícios são tão minimamente revertidos para as comunidades locais, como mostrarei no próximo capítulo. Sem falar, como discutirei no quinto capítulo, nas propostas de Educação Ambiental que se dão nesses locais, tão apartadas de sua realidade social, econômica e cultural.

Isso é o que resulta quando enxergamos o Antropoceno apartado de um sistema econômico desigual e excludente. Mas essa nova época deu-se, por outro lado, não por acaso, no que Ramírez (2017) considera uma união infernal entre fossilismo e capitalismo, e não em um vazio social. Do mesmo modo deve ser o olhar para essa época, um “não vazio” social.

Afinal, não somos todos/as responsáveis pela crise atual, mas sim a sociedade capitalista e, nesse sentido, Löwy (2017), considera urgente desacelerar o caminho que vem sendo traçado por esse sistema, combatendo tanto a emergência climática global quanto o capitalismo fóssil, pois nenhum dos governos capitalistas intenciona cometer suicídio econômico e, portanto, solucionar tal crise.

O crescimento econômico característico do projeto colonial é baseado em energias fósseis, em uma exploração característica do domínio ocidental a nível mundial. Mas não há mais como crer no consumo ilimitado dos elementos vitais, dos muitos bens ambientais que vêm sendo privatizados, como os alimentos, a água e o ar. As assinaturas geoquímicas que citei neste capítulo, bem como os tecnofósseis, perdurarão aqui na terra, em uma tecnosfera que por muitos milhões de anos irá retratar o que hoje está se processando no planeta.

Sato (2020a) defende que Paul Crutzen teve seu mérito, ao cunhar e popularizar o termo Antropoceno, mas que seu uso é complicado, pois os discursos associados a esse termo podem levar à falsa ideia de que somos todos/as iguais nesse processo. Mas quem elimina mais gases causadores do efeito estufa são os/as grandes empresários/as do capitalismo, a exemplo daqueles/as do ramo do agronegócio, de mineradoras e indústrias diversas. Assim, Sato (2020a) explica que o Capitaloceno é formado por uma minoria (os/as mais ricos/as), mas uma minoria com poder e vontade, enquanto aqueles/as que lidam com as injustiças, os/as chamados/as desprivilegiados/as, são os/as principais afetados/as por suas consequências nocivas. Ameaçada pela colonialidade do ser, do saber e do poder, a natureza (e seus seres constituintes) sofre com a exploração e a expropriação de seus bens naturais. Enquanto não rompermos completamente com esse sistema capitalista, não poderemos frear a emergência climática (LÖWY, 2017).

Enquanto não enxergarmos como os discursos em torno do Antropoceno estão inseridos na luta hegemônica e como eles tomam parte da articulação, desarticulação ou mesmo rearticulação de processos ideológicos³⁷ (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999), e enquanto não olharmos criticamente para a o discurso hegemônico acerca do tempo e do progresso (BENJAMIN, 1985), não conseguiremos perceber o quanto o limiar da modernidade (tardia) mina as identidades individuais e coletivas. As vidas humanas continuarão sendo

³⁷ Se a articulação entre os elementos sociais e a permanência desses serve à hegemonia, então é possível que haja uma desarticulação seguida de rearticulação de tais elementos. Mas essa possibilidade é dependente da ação humana enquanto elemento da ação individual, a qual, por sua vez, tem a possibilidade de superar relações assimétricas partindo de uma reflexividade crítica (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999).

sacrificadas em prol de uma necropolítica que invisibiliza os/as condenados/as do clima, da pandemia e da ideologia capitalista (LAYRARGUES, 2020a; SATO, 2020a).

Crer que o ser humano (e seu determinismo) produziu o Antropoceno e que, portanto, é capaz de revertê-lo por meio das tecnologias, é um discurso que diminui nossa capacidade de imaginar e criar outros mundos, outros modos, e, justamente por isso, Haraway (2016) cita algumas objeções em relação ao Antropoceno enquanto época, termo, ou modo de pensar. Segundo a autora, não é a espécie humana enquanto unidade que faz a história, pois ela se dá de modos diferentes por grupos diferentes e, inclusive para ela, a História deve dar lugar a geohistórias. Logo, colocar uma data para o início do Antropoceno, seja ela o desenvolvimento da agricultura, a Revolução Industrial ou mesmo a Grande Aceleração, é defender uma História hegemônica. Ainda para Haraway (2016), as discussões sobre “A Era do Homem” apoiam-se muito em teorias individualistas, com um termo (Antropoceno) mais facilmente significativo e utilizável pelos/as intelectuais em classes e regiões mais ricas, não tendo nenhum significado para povos indígenas, por exemplo.

A crise da nova época é gerada, em maior parte, pelo modelo de desenvolvimento capitalista, no qual, como aponta SATO (2020a), o abismo econômico é nefasto, exibindo desigualdades, injustiças e preconceitos. Ricardo Iglesias-Ríos, em seu livro *Capitaloceno: a era da barbárie* (2019), mostra o porquê de não concordar totalmente com a associação entre destruição ambiental e ser humano enquanto espécie, lembrando-nos de que nós, *Homo sapiens*, e nossos primos, o *Homo neanderthalensis*, vivemos por milhares de anos na Terra sem causarmos grandes destruições ao meio ambiente. Mas nos últimos 250 anos, graças ao novo sistema econômico que nossa espécie criou (bem depois do *H. neanderthalensis* ter desaparecido do planeta), as destruições foram inúmeras. O autor assim justifica que a destruição do meio ambiente deva ser atribuída ao sistema econômico capitalista, creditando à Haraway o termo Capitaloceno, embora posteriormente (e independentemente) Jason Moore também tenha utilizado esse novo termo.

Iglesias-Ríos (2019), ao longo de seu livro, mostra-nos seu posicionamento quanto ao funcionamento dos ecossistemas, criticando o que muitas vezes ele considera como um olhar científico hegemônico, influenciado pelo capitalismo. Esse é o caso do modo como tendemos a olhar para as relações competitivas, supervalorizando-as em detrimento das relações colaborativas, tais como o mutualismo. E é também sob o olhar desse sistema econômico que podemos, erroneamente, enxergar os ecossistemas como se tivessem uma capacidade de suporte ilimitada, cujas crises serão naturalmente suportadas e superadas. Assim, o autor

considera mais pertinente a denominação Capitaloceno, época caracterizada também pelo aumento das taxas de crescimento de refugiados de todas as espécies.

Sato (2020c) aponta que embora a crise climática seja antiga e que migrações tenham acontecido ao longo dos outros momentos da história, o contexto atual de migração é diferente, incluindo um *boom* de pessoas migrando, refugiados do clima que não têm mais condições de garantirem sua manutenção em suas terras natais. Hoje existem cerca de 75 milhões de pessoas que estão incluídas como refugiados de algum tipo de guerra, perdendo empregos, moradia e esperança (IGLESIAS-RÍOS, 2019). Isso, sem contar todas as espécies não humanas que também vêm perdendo seus refúgios.

Mas embora o termo (e seu significado) Capitaloceno venha sendo defendido entre as Ciências Sociais, por considerar que essas forças geológicas humanas são desiguais e diversificadas, de modo a direcionar o olhar para uma compreensão mais crítica do problema (PALACIO; VARGAS; HENNESSY, 2017), ligada à decolonização (enquanto interrupção do processo de dominação material e das relações entre os sujeitos) e a uma reapropriação social da natureza, esse próprio termo também merece críticas. Para Haraway (2016), as histórias e definições do Antropoceno e do Capitaloceno oscilam constantemente à beira de se tornarem grandes demais, em um comprometimento sombrio e sedutor com discursos sobre progresso e modernização, mas é preciso desafazer relacionalmente o Capitaloceno, na busca por padrões e histórias mais habitáveis. Propõe, como alternativa, o termo Chthuluceno, por meio do qual faz a crítica (e o combate) ao capitalismo, o racismo e o colonialismo, propondo uma união entre cultura e natureza, trazendo a vida selvagem, nessa visão, para próximo das vidas humanas.

Com base em um conto de Lovecraft de 1934, em que um deus chamado Cthulhu, aparentemente uma mistura de polvo e dragão, com traços humanos, tem o poder de alterar o sistema nervoso dos humanos que o cultuam, deteriorando sua capacidade de ver e compreender a realidade do seu entorno, a nova época geológica recebe por Haraway (2016) esse nome por envolver uma nova temporalidade. Nesta, encontram-se emaranhados (como nos braços de um polvo gigante) passado, presente e futuro. A autora associa, ainda, essa criatura mitológica a uma aranha chamada *Pimoides cthulhu*, valorizando invertebrados no diálogo com saberes literários e mitológicos. Assim, propõe a construção de uma nova divisão da escala geológica pautada em um modo de vida sobre o que ela chama de ruínas do capitalismo (SATO, 2020a), em que se tornam visíveis as diversas existências que esse sistema hegemônico mantém invisibilizadas.

Trata-se de aceitar a continuidade sinuosa do mundo, no seu passado, presente e futuro. Entretanto, essa continuidade implica em assumir que existe um problema muito grande e que ele precisa ser enfrentado. Devemos lamentar o que aconteceu, pois não deveria ter ocorrido. Mas não temos que continuar no mesmo caminho. (HARAWAY, 2015 apud IGLESIAS-RÍOS, 2019, p. 268).

Faço aqui um paralelo com o pensamento de Walter Benjamin, em suas Teses sobre o Conceito de História (BENJAMIN, 1985), mais especificamente, a de número IX, citada no primeiro capítulo deste trabalho. Em uma alegoria entre sagrado e profano, teologia e política, relaciona o progresso e a condenação ao inferno, interpretando o quadro de Paul Klee e o relacionando ao que deveria ser o anjo da história: com olhos assustados voltados ao passado e suas catástrofes, as quais somam-lhe aos pés, sendo arrastado para o futuro pelos ventos do progresso sem, entretanto, tirar os olhos do passado. Na medida em que é, passivamente, “jogado” para o futuro, distancia-se de um paraíso perdido, sempre com o desejo de parar para acordar os mortos e restituí-los de tudo o que foi perdido. E o anjo vai se afastando na direção do progresso enquanto as ruínas do passado vão ficando cada vez maiores.

Löwy (2005), ao tentar compreender as teses de Benjamin, analisando-as, retoma a essência do pensamento benjaminiano enquanto pensamento filosófico na busca de uma nova compreensão da história humana, defendendo, apaixonadamente, a descontinuidade histórica, em uma nostalgia do passado como método revolucionário de crítica do presente (um presente capitalista e industrial). Revela-nos a crítica de Benjamin a essas ruínas, a toda uma destruição, enquanto etapas necessárias ao progresso (que o próprio Benjamin critica) e ao triunfo da razão. Esse progresso que tenta nos afastar de nossos mortos, passivamente, fazendo com que percamos de vista a essência de nossa própria história, levando a retrocessos sociais, é o mesmo progresso que precisamos interromper em sua progressão fatal (LWY, 2005). Assim como Haraway defende, é preciso que tracemos outro caminho, mas sem que nos esqueçamos dos erros pretéritos.

Benjamin nos propõe (especialmente em sua tese XI), assim, um futuro formado por uma sociedade sem classes. Antecipando as preocupações ecológicas que emergiram na segunda metade do século XX, sonha com um novo pacto, uma reinvenção da relação ser humano-meio ambiente, propondo um salto para fora do progresso. Löwy (2005) nos lembra, entretanto, que o que Benjamin propõe não é uma simples volta ao passado, à pré-história, mas uma sociedade que contenha em si todo o passado da humanidade, em uma síntese dialética, retomando a experiência autêntica, ao paraíso perdido do qual o progresso nos distancia cada vez mais.

Do mesmo modo, em devaneios paleontológicos, proponho, nesta tese, um olhar para o passado que permita pensar outros futuros. Na Paleontologia, extraio o passado porque no presente tenho as ferramentas necessárias. Ao mesmo tempo, é esse olhar do presente que me permite enxergar o passado, e o conhecimento do passado me permite entender o presente. É preciso perceber que nem a história da humanidade, nem a história do planeta são simplesmente fatos, mas ambas se conjugam, mesclam-se sob o olhar humano. Assim, as geo-histórias não são sobre fatos, mas sim sobre a produção de discursos para os fatos. De posse dessa percepção, é urgente evitar que o vento do progresso nos jogue, passivamente, no Antropoceno/Capitaloceno.

Dentro de uma espécie do que Rufino (2019) chama de carrego colonial (pois as amarras coloniais foram e são impactantes no novo cenário global), as orientações internacionais para o enfrentamento da crise ambiental por vezes mascaram as regionalidades e a dinâmica particular dos problemas socioambientais, da exposição a riscos e os conflitos que emergem e que permeiam a realidade dos territórios do sul. O próprio campo da Educação Ambiental, como apresento mais à frente nesta tese, nos ajuda a desconfiarmos de modelos importados dos países do norte, de receitas prontas para o enfrentamento da crise sistêmica planetária, em uma transferência descontextualizada e acrítica desses modelos. Layrargues (2020a) nos lembra que precisamos nos colocar como sujeitos ecológicos, voltados para o desenvolvimento de atitudes e capacidades ambientais de uma forma urgente e coerente. Sob a ótica de uma prática (e um pensamento) decolonial insurgente, tornam-se possíveis outros modos de ser, de pensar, de sentir e de estar no mundo (WALSH, 2013).

Torna-se uma alternativa que nos orientemos pelas encruzilhadas, caminhado em busca daquilo que permanece vivo, ainda que em meio aos escombros, expondo as contradições desse mundo desigual que é tomado pela escassez e pelo desencanto, o qual nada mais é do que a perda da força de vida, em uma perspectiva contrária à diversidade. O desencanto reifica as raízes coloniais, podando as possibilidades de liberdade. Mas as possibilidades que nascem dos cruzos, ou seja, dos novos caminhos, são chamadas para combater o esquecimento, uma das mais importantes estratégias contra esse desencantamento do mundo. Que possamos seguir no fortalecimento de seres livres e atuantes no combate ao poder colonial, em um re-encantamento do mundo, uma afirmação da vida.

Talvez seja no Cthuluceno que possamos olhar para as ruínas do passado, resignificando-as. Ou talvez não seja tão necessário nomear essa nova época. A ela, proponho um olhar sob outra perspectiva de tempo. Aquela mesma defendida por Benjamin, que acreditava na ruptura com o dogma de uma temporalidade homogênea e vazia, propondo, como

alternativa, um tempo qualitativo, heterogêneo e pleno (LÖWY, 2005). Talvez o tempo de Kairós³⁸, não-linear, o tempo oportuno e cotidiano dos afetos do agora, o momento fugidio do qual advêm a mudança e a felicidade. Sim, proponho o tempo do acontecimento e da plenitude dos eventos únicos e raros.

Proponho, entretanto, não abandonar o olhar para o passado e o futuro, olhar típico do deus romano Janus (ou Jano) (Figura 6), a quem, segundo Löwy (2005), Benjamin comparava-se. Considerado o deus das mudanças e transições, é também o deus das escolhas. Tem duas faces: uma voltada para frente, para o futuro, e a outra, para trás, apreciando o que já passou e permitindo novos inícios (daí o mês de janeiro levar o seu nome). Leodoro (2005) lembra-nos da imagem desse Jano bifronte enquanto referência para caracterizar os limites da ciência contemporânea que, estabelecendo “as fronteiras de um universo de discurso dado, abrem novas possibilidades para a construção de novos universos de discurso” (LEODORO, 2005, p. 184).

Figura 6 - Janus bifronte representado em escultura



Fonte: Disponível no acervo de imagens do Museu Chiaramonti (Vaticano)³⁹.

³⁸ Enquanto Chronos, considerado o deus do tempo na mitologia grega, relaciona-se ao tempo linear, quantitativo, que vai consumindo o indivíduo até sua morte (sendo, portanto, um deus cruel e exigente), Kairós, embora seja simbolizado como um deus menor, inferior, representa a distensão temporal, o tempo qualitativo (PREVEDELLO, 2018).

³⁹ Disponível em: < <https://www.pinterest.it/NucciCristina/mv-museo-chiaramonti/> > Acesso em: 27 jan. 2021.

Em um contexto de pandemia, em que discursos sobre o “novo normal” condenam vidas há muito invisibilizadas pelo sonho da globalização, vemos um alargamento dos abismos entre classes, cor, crença religiosa, dentre outros. Várias vidas são excluídas e desassistidas, o que Sato (2020a) chama de comorbidade ligada a questões sociais e condições socioeconômicas (incluindo a precariedade das moradias e das condições alimentares), gerando maior vulnerabilidade. Isso em meio a uma política da morte, uma necropolítica, que remove direitos fundamentais e desmonta as políticas ambientais, empurrando-nos nessa nova época e tentando fazer com que esqueçamos de nossos mortos, que naturalizemos essa crise sistêmica. Mas tanto a crise climática quanto a pandemia do coronavírus não são fenômenos naturais, e sim antrópicos, intensificados pelo contexto da necropolítica (SATO, 2020a).

Soma-se a esse quadro a aceleração da devastação ambiental no cenário pandêmico brasileiro. Enquanto discursos e práticas contrárias ao ecologismo já vinham se mostrando uma ameaça crescente e real, os discursos negacionistas do potencial mortal do novo coronavírus suscitaram acalorados debates que “desviaram” olhares para longe de toda a destruição ambiental que se processa (LAYRARGUES, 2018; LAYRARGUES, 2020a). Agora, no cenário ambiental brasileiro, não há “apenas” a devastação dos ecossistemas propriamente dita, mas também uma devastação institucional, advinda do desmonte de instrumentos públicos da gestão ambiental (LAYRARGUES, 2020a).

Mas não podemos esquecer que mesmo antes da pandemia da COVID-19 já não mais vivíamos em um contexto de normalidade socioambiental. Precisamos recorrer a Janus e ao Anjo da História, olhando para “o período que mais promoveu as desigualdades e os preconceitos, além da destruição de animais silvestres, florestas, matas, rios, oceanos e ares, gerando uma crise sem precedentes” (SATO, 2020a, pág. 18), para que possamos reinventar nosso futuro, na esperança de permitir novos inícios.

Não basta um retorno ao que era antes, uma retomada ingênua de modos de existir. Assim como Löwy nos alertava ainda em 2013 (LÖWY, 2013), que a crise ecológica, a crise capitalista e a crise civilizatória resultam de uma dinâmica na qual humanos e recursos naturais são nada mais do que mercadorias necessárias à acumulação de lucros e que é uma ilusão acreditar que estamos em uma crise final do capitalismo, este mesmo capitalismo se reinventará em um Capitaloceno doente, seja pela guerra, seja pelo fascismo (ou mesmo por enfermidades, propriamente ditas).

Não estamos discutindo mais um futuro a longo prazo, pois está mais claro do que nunca que as mudanças podem ser abruptas e desastrosas, não lentas e graduais (LÖWY, 2017), e a crise ambiental trará ainda várias outras pandemias ao longo deste século. Löwy (2013) deixa

claro que precisamos de uma alternativa radical ao sistema, já que as alternativas moderadas têm se revelado incapazes de refrear esse processo catastrófico.

É também nos sítios de importância paleontológica que mudanças em direção a um futuro contra hegemônico devem se dar. Em comunidades ainda tão invisibilizadas em relação ao uso de seus territórios, a dicotomia sociedade e natureza reforça a desigualdade ambiental e a disputa entre conhecimentos rivais (SANTOS, 2009). Em meio a um desenvolvimento científico e tecnológico apartado das comunidades locais, proponho um olhar para elas, para suas memórias e a ressignificação de seu patrimônio. Proponho, ainda, escovar a história desses locais e seus/suas moradores/as a contrapelo, desvelando significados, vulnerabilidades, injustiças e relações de poder, por meio do discurso. Mergulhando mais a fundo no papel da linguagem na modernidade e no Antropoceno, pretendo abrir espaço para que se amplie a discussão que busca situar esse novo momento histórico.

Ao caminhar por grutas onde, como trouxe na Introdução, há diversas temporalidades coexistindo (mares de 500 milhões de anos, fósseis de 12 mil anos, pinturas de 5 mil anos atrás, em locais por onde Lund passou há quase 200 anos), creio ser importante me colocar também como uma defensora apaixonada da descontinuidade histórica. Ressignifico minha história nesse caminho, para que possa ressignificar outras histórias, chamando os mortos para que a eles seja restituído seu valor.

Se Benjamin percebia, nas evoluções históricas, nada mais do que a repetição mítica do mesmo, sem enxergar progresso, penso ser possível, talvez, uma escala geológico-histórica que inclua um pacto entre humanos e não humanos entre morte e vida juntas. Passado e futuro em comunhão. Olho para o deus Janus na busca por inspiração e a encontro. Em um momento histórico em que olhar ao mesmo tempo para passado e futuro é garantir a sobrevivência no e do presente, permito-me uma ousadia: criar minha própria época geo-histórica. Que o Janoceno me traga esperança.

3 PALEONTOLOGIA E JUSTIÇA AMBIENTAL: TECENDO CONEXÕES POR MEIO DA ECOLOGIA POLÍTICA

Neste capítulo busco discutir possíveis relações entre a Paleontologia e a Justiça Ambiental por meio do campo da Ecologia Política. Na tentativa de compreender questões-chave ligadas a conflitos ambientais nos sítios de interesse paleontológico em Minas Gerais, a exemplo do modo como os discursos das comunidades locais podem insinuar relações socioambientais, parto das vulnerabilidades existentes nesses sítios para tecer conexões que acredito serem essenciais a toda a conjuntura desta tese. Conhecer as relações socioambientais que emergem nesses sítios ajuda a que compreendamos esses territórios patrimoniais em termos de significância científica, cotidiana, educativa, em relação a conflitos, vulnerabilidades e injustiças. Tal tessitura mostrou-se fundamental desde as etapas iniciais de meu trabalho, até a análise dos segmentos discursivos (e discussões associadas), como ficará evidente a partir do capítulo 7, pois por meio desse olhar para as questões que se estabelecem em meus locais de estudo, vi-me mais apta a entender como os discursos das comunidades locais insinuam essas relações. Ademais, tecer essas conexões é também uma importante estratégia de resistência e enfrentamento à mercantilização desses sítios e a desigualdade socioambiental neles encontrada.

Antes de dar sequência ao capítulo, destaco aqui que, em grande parte, ele consiste no texto do artigo que, em conjunto com minha orientadora, publiquei no ano de 2021 na Revista Ambiente & Sociedade (SILVA; COSENZA, 2021). Paralelamente ao texto da qualificação, durante o ano de 2020 dei início à escrita de textos diretamente ligados à minha pesquisa, já que dispunha de muitos dados advindos do levantamento bibliográfico. Destarte, preparei um texto que contemplava as conexões feitas entre os campos e temas de meu trabalho e, após as adequações feitas conjuntamente com minha orientadora, o submetemos para publicação na referida revista. Enquanto aguardávamos o parecer, incorporei o texto em meu material para o exame de qualificação. Após a aprovação e publicação do artigo, considerei importante mantê-lo nesta tese por ele ser essencial à conjuntura que apresento, e da qual partem as análises críticas discursivamente situadas. Mudanças foram feitas apenas objetivando o adensamento de alguns temas, como a colonialidade e a Ecologia Política, bem como a atualização de alguns conflitos, que tomaram novos rumos no segundo semestre de 2021 (assinatura do termo de concessão das Unidades de Conservação da Rota das Grutas Peter Lund; a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI do Pó Preto, em Matozinhos; e a demarcação do Quilombo Pimentel, em Pedro Leopoldo), como mostrarei neste capítulo.

Irrompendo em meados do séc. XX, a crise ambiental surgiu pelo modo insustentável de vida em que a racionalidade da modernidade enxerga (e trata) o meio ambiente como obstáculo ao desenvolvimento (GODINHO et al., 2016; LEFF, 2016). Degradações ambientais multiplicam-se, trazendo a necessidade (urgente) de se repensar o modo de vida das sociedades humanas em relação à natureza, relações de poder, ações sociais e valores éticos (LEFF, 2016), conforme discutido no capítulo anterior. Junto à degradação ambiental, acentuam-se problemas sociais em escala planetária, com recursos naturais e seres humanos sendo vistos como mercadorias necessárias à acumulação dos lucros. A crise ecológica atrela-se, assim, a uma crise capitalista, com a qual compartilha a mesma dinâmica, em uma crise de um modo de vida (LÖWY, 2013).

Nesse contexto de degradação, seu caráter global faz com que se torne também uma crise civilizatória, crise do conhecimento, como defende Leff (2016). Para o autor, mais do que identificar suas causas, é preciso uma mudança de pensamento para construir uma nova racionalidade social, uma nova ordem ecológica capaz de interligar processos naturais à complexidade socioambiental, em uma união entre Ciências Naturais e Ciências Sociais. Como trazido no capítulo anterior, um encontro entre essas ciências permite o olhar e a reflexão para com as questões ambientais, além de seu debate, tão necessário ao entendimento dos discursos que revelam problematizações típicas do Antropoceno. Discuto, portanto, neste capítulo, como a Paleontologia pode tomar parte desse encontro.

Considerando sua etimologia, a Paleontologia ocupa-se da história dos fósseis (do latim *fossilis* = extraído da terra), por meio de restos ou vestígios de seres pretéritos, geralmente preservados em rochas (CARVALHO, 2010), o que será melhor detalhado no próximo capítulo. A busca constante do registro desses seres, que podem ser usados para datar os estratos rochosos onde estão contidos, permite a reconstituição da história geológica da Terra, o entendimento da evolução e dos processos de surgimento e extinção das espécies, bem como a percepção das mudanças ocorridas ao longo do tempo no planeta. Mas essa ciência vai mais além, ao possibilitar entender eventos, como alterações climáticas e movimentações de placas tectônicas, que continuam se processando ainda hoje (CARVALHO, 2010).

Por tratar também da indústria emergente do turismo sustentável⁴⁰ (incluindo o geoturismo), de estudos associados à indústria dos hidrocarbonetos, dentre outros assuntos, a Paleontologia é uma ciência localizada na interface entre Geociências e Biologia, podendo ser

⁴⁰Esse segmento do mercado turístico engloba, segundo Moura-Fé (2015), o turismo de aventura, o turismo rural, ecoturismo e, o mais recentemente criado, geoturismo, um ramo relacionado ao ecoturismo, mas com ênfase no meio físico/abiótico.

considerada uma ciência interdisciplinar, que conecta as Ciências da Natureza às Ciências Humanas (CARVALHO, 2010). Ademais, está também inserida na vida de muitos/as brasileiros/as que residem em áreas fossilíferas, para os/as quais esses mesmos fósseis podem contribuir com sua noção de pertencimento ao meio e com a constituição de possibilidades para o turismo de base comunitária (SCHOBENHAUS, 2002), discussão que será aprofundada no sétimo capítulo.

Ao relacionar-se às Ciências Ambientais, a Paleontologia não pode ser vista apartada do debate ecológico. Isso porque, enquanto podem ocorrer mudanças positivas nas relações entre sítios paleontológicos e as comunidades de seu entorno, também há possíveis mudanças negativas, a exemplo da exclusão dessas comunidades em relação ao lucro da atividade turística (órgãos gestores e empresas são o destino da maior parte do capital), ou distanciamento de suas práticas tradicionais, havendo também danos físicos/ambientais, pelo fluxo de visitantes, e perda do sentimento de pertencimento por parte dos/as moradores/as locais (LOPES, 2008), algo que ficará bastante evidente a partir do sétimo capítulo desta tese.

Embora o pertencimento possua muitas definições possíveis, considero aqui esse termo segundo o viés da geografia cultural, para a qual ele envolve, em primeira instância, o lugar, mas também a esfera comunitária e o sentimento de apego, mantendo a coesão de uma comunidade (CARDOSO et al., 2017). O sentimento de pertencimento é o “olhar e reconhecer-se” enquanto parte de uma sociedade com características culturais próprias, incluindo símbolos, valores morais e éticos (CARDOSO et al., 2017, p.89). Por estar relacionado à cultura e às singularidades vividas em determinado lugar, o pertencimento pode envolver também relações conflituosas, quando há destruição dos elementos que ligam determinada comunidade ao seu lugar, seu enraizamento (CARDOSO et al., 2017).

Outra questão de importância social que se dá nos sítios de importância paleontológica consiste na atividade mineradora, comumente associada a essas áreas pelo fato de as mesmas rochas onde se encontram os fósseis, em geral, possuírem valor comercial. Impactos ambientais oriundos das técnicas mecanizadas de extração incluem assoreamento e lançamento de resíduos nos corpos d'água, destruição dos fósseis, conflitos com atividades locais e áreas de proteção ambiental e acabam gerando degradações e problemas de ordem social como remoção e insatisfação dos/as moradores/as locais (SANTOS; CARVALHO; FERNANDES, 2010). Esses/as podem, ainda, vivenciar destruição de seus modos de vida, em um processo que, segundo Cardoso et al. (2017) pode ser denominado desterritorialização, e que promove uma ruptura do sentimento de pertencimento com o lugar (discuto outras implicações do termo logo a seguir) Além disso, pode ser criada uma dependência da atividade mineradora enquanto

oportunidade de trabalho, o que é visível na análise de conflito socioambiental no PESU feita por Faria et al. (2015). Instalam-se, assim, conflitos nessas áreas (SANTOS; CARVALHO; FERNANDES, 2010)

Ademais, áreas de interesse paleontológico estão susceptíveis a problemas sociais gerados pela coleta e comercialização ilegais de seus fósseis, o que alimenta o contrabando e os riscos a ele associados (SANTOS; CARVALHO; FERNANDES, 2010). No Brasil, não há legislação específica para proteger esse patrimônio (MARTINS, 2016), embora o comércio de fósseis seja proibido desde 1942 (BRASIL, 1942), quando as extrações passaram a ser permitidas apenas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, hoje Agência Nacional de Mineração - ANM (BRASIL, 2017). Desde a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216 (BRASIL, 1988), os fósseis são considerados Patrimônio Cultural, Educacional e Científico (assunto que será retomado no quinto capítulo), mas contam com o apoio de leis ou decretos ainda frágeis.

Os conflitos ambientais nessas áreas se dão, portanto, a partir da denúncia de uma desigualdade ambiental por sujeitos sociais co-presentes, com percepção ambiental e exposição a riscos distintos. Questões de origem nos campos da Justiça Ambiental e da Ecologia Política ajudam a pensar em como esse cenário é representativo em uma conjuntura na qual a crise ambiental contemporânea está ligada a danos relacionados ao modelo hegemônico de sociedade, anunciando injustiças ambientais (SANTOS, 2006; LEFF, 2016), muitas vezes reforçadas pelos discursos ecocidas, como expus nos capítulos 1 e 2. É urgente pensar nessas relações frente a um sistema econômico capitalista baseado no modelo (colonial) produtivo predatório e ecocida, que busca silenciar denúncias de degradação ambiental e injustiças ambientais (LAYRARGUES, 2018; LAYRARGUES, 2020a).

Quando pensamos em injustiça ambiental, remetermo-nos ao movimento por Justiça Ambiental. Iniciado nos Estados Unidos (enquanto movimento ligado ao Racismo Ambiental, como já mencionado nesta tese), ele trouxe à tona discussões sobre a inseparabilidade entre sociedade e ambiente, problematizando disputas em meio a situações de vulnerabilidade associadas a riscos ambientais (BULLARD, 2005). Em 1991 ocorreu a Conferência Nacional das Lideranças Ambientistas de cor nos Estados Unidos (em Washington, DC), na qual foram definidos 17 princípios da Justiça Ambiental a serem seguidos, os quais tiveram o objetivo de serem um guia para favorecer a organização e articulação de redes e Organizações Não Governamentais – ONGs (PUGGIAN, 2021).

O movimento pela Justiça Ambiental traz reflexões sobre as decisões políticas tomadas na questão ambiental e o ônus que muitas vezes sofrem os grupos socialmente vulnerabilizados

(BULLARD, 2005), a exemplo do que ocorre em sítios paleontológicos/geológicos/espeleológicos nos quais se fazem presentes disputas desiguais envolvendo o uso e ocupação do território.

No contexto das injustiças, a dominação e o controle da natureza vêm levando à objetificação das comunidades dos arredores desses sítios. Como a crise ambiental está inserida em um contexto de crise civilizatória, é importante pensar na defesa do que Escobar (2017) denomina como “decolonialidade”, no sentido da necessidade de uma libertação real da colonização intelectual (do saber) e do poder de um sistema-mundo-moderno-colonial capitalista (legado epistemológico do eurocentrismo), por meio da busca de novas alternativas, outros modos de conhecimento (contra hegemônico) e poder.

Como já trouxe anteriormente, os estudos da decolonialidade apontam para a existência de um projeto capitalista hegemônico, que se orienta pelo discurso desenvolvimentista em prol do capitalismo colonial moderno. Nesse contexto, a expansão do capital transnacional vem transformando a América Latina em um dos principais (senão o principal) focos de interesse da privatização e da mercantilização pelas empresas multinacionais, as quais exploram e expropriam os nossos bens naturais (STORTTI; SÁNCHEZ, 2017). Afinal, a colonização, permitiu a invenção das Américas, a racialização da população mundial, que cria “identidades geopolíticas hierarquicamente superiores – europeus brancos – e identidades subalternizadas – índios e negros; latinos e africanos” (SALGADO; MENEZES; SÁNCHEZ, 2019, p. 599).

Como o projeto da colonialidade continua se dando, se processando por meio do controle do modelo econômico globalizado, não há emancipação político-econômica, ou mesmo cultural, dos países periféricos. Procurando denunciar e superar esse quadro, a decolonialidade, entretanto, propõe a subversão, a contestação dos mecanismos de controle, algo que se relaciona intimamente à proposta da Ecologia Política. Desconstruir o poder e o conhecimento, provocando um posicionamento contínuo por meio do diálogo crítico, é um dos objetivos da Ecologia Política, campo que para Alimonda (2017), embora seja recente e ramificado, tem características próprias, partindo de um olhar da América Latina na busca por uma identidade. Tal olhar parte da multiplicidade de nações que lutam pela decolonização, pelo fim da dominação de uma episteme eurocêntrica, reducionista, que traz a Europa enquanto lugar ativo e lugares do Sul Global, como a América, como passivos (LANDER, 2005; SANTOS,

2006). É também um giro eco-político⁴¹, ao estudar conflitos socioambientais e a contribuição de movimentos sociais pela justiça ambiental (MARTÍNEZ-ALIER, 2015).

A Ecologia Política não propõe a negação ou mesmo a superação das diferenças existentes, mas sim compreendê-las por meio de um novo olhar, que busque a emancipação e leve à reidentificação e ao reposicionamento quanto ao estar no mundo. Nas décadas de 1960 e 1970, estabeleceu-se como um novo campo de investigação de conflitos socioambientais. Ao focar o conflito social relacionado aos modos de apropriação da natureza, configura “o campo discursivo de um ecologismo politizado, impulsionado pela irrupção da crise ambiental” (LEFF, 2016, p. 221). Assim, embora se origine de um campo teórico-epistemológico-disciplinar, a Ecologia Política também se manifesta em um território político, que envolve os conflitos e a luta pela reapropriação da natureza.

Como muitos sítios paleontológicos e espeleológicos (geossítios de importância paleontológica) encontram-se em situações de injustiça e conflitos ambientais, principalmente devido à disputa (desigual) por território, que se dá entre diferentes atores (SILVA; COSENZA, 2019b), é importante apontar os riscos aos quais essas populações estão submetidas, mesmo que muitas vezes o sentimento de pertencimento a territórios caracterizados pela presença de fósseis esteja apartado dessas populações (OLIVEIRA, 2018). Assim, defendo pensar a Paleontologia por meio de questões socioambientais locais, em conexão com os temas mencionados.

Para tal, parto da discussão sobre os dados produzidos a partir do levantamento que realizei para os sítios paleontológicos de Minas Gerais - MG (SILVA; COSENZA, 2019a) e das relações que se dão nesses locais, além da busca pela fonte de artigos que trazem conflitos ambientais nesses sítios, utilizados durante meu levantamento. A escolha pelo estado mineiro deu-se pelo meu próprio pertencimento, além da grande visibilidade de alguns desses locais tanto no cenário científico quanto no cenário turístico, bem como pela quantidade de sítios paleontológicos existentes no estado, pois dos 42 sítios reconhecidos e tombados pela Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP), 4 estão localizados em MG.

Buscando compreender e refletir sobre as questões ambientais que se dão nesses sítios, realizei um levantamento sobre locais de ocorrência fóssil para o estado, a partir de uma revisão

⁴¹ Para Alimonda (2017), o giro eco-político é uma resposta ou uma recomposição intelectual para a formulação de respostas, frente à presença de novos sujeitos sociopolíticos, os quais assumiram posições críticas e ativas quanto a questões cruciais, a exemplo do pacifismo durante a Guerra Fria, a crítica ao consumismo, dentre outros aspectos. Esse giro trouxe, ainda, a possibilidade da releitura da tradição disciplinar por meio de novas chaves, bem como o estabelecimento de novos diálogos interdisciplinares.

de artigos publicados sobre os sítios de MG, consultas ao Serviço Geológico do Brasil - CPRM, a páginas virtuais das prefeituras dos municípios, e ao Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado de Minas Gerais (publicado pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais - MCAMG (GESTA/UFMG), em parceria com o Núcleo de Investigação em Justiça Ambiental da Universidade Federal de São João del-Rei - NINJA/UFSJ, e o Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental da Universidade Estadual de Montes Claros - NIISA/UNIMONTES).

Tal levantamento foi fundamental para que pudessem vir à tona relações conflitivas, de pertencimento ou de valorização dos sítios paleontológicos. Assim, encontro-me mais aberta e atenta ao que o campo pode me mostrar em relação aos modos de significação das comunidades que vivem nos arredores dos sítios de interesse paleontológico sobre seu pertencimento e sua cotidianidade nesses espaços, em suas relações com a Ecologia Política e como tais significações contribuem para modos hegemônicos e contra hegemônicas de pensar o território.

A resignificação desse olhar para as comunidades tem também, como objetivo, agir em contraponto às interpretações e representações discursivas hegemônicas que a Paleontologia recebe quando essa ciência é associada à questão ambiental. Nesse aspecto, inclusive, encontram-se muitas das discussões sobre o Antropoceno, como exposto no capítulo anterior, enquanto explicação para as mudanças climáticas, geológicas, biológicas, dentre outras, pelas quais o planeta vem passando, com uma espécie (*Homo sapiens*) sendo, pela primeira vez, responsável ativamente por uma nova época na escala do tempo geológico. Como discutido, é preciso desvelar o significado dessas representações discursivas, atentando-nos ao fato de que o próprio termo (e sua definição) merecem críticas (HARAWAY, 2016).

Coloco-me, assim, neste capítulo, ao exercício reflexivo de analisar criticamente as possíveis (e necessárias) relações entre Paleontologia, Justiça Ambiental e Ecologia Política. Espero que tal tessitura contribua para um novo olhar, voltado a modos alternativos de pensar a Paleontologia, bem como as relações que se estabelecem em sítios paleontológicos, contribuindo para a visibilidade de seus conflitos, vulnerabilidades e injustiças ambientais, além do direito de suas comunidades aos territórios, aliado à conservação da natureza. Essas ligações objetivaram, também, preparar-me para a etapa da coleta de dados e, posteriormente, análise crítica discursiva. Ademais, também objetivam preparar o/a leitor/a para as discussões acerca da forma como a Educação Ambiental pode atravessar e ser atravessada por essas questões, em relação mais próxima com a Paleontologia (como será tratado no capítulo 5). Vejamos como essas relações podem ser feitas.

3.1 SÍTIOS PALEONTOLÓGICOS EM MINAS GERAIS: PENSANDO AS VULNERABILIDADES E OS CONFLITOS AMBIENTAIS COM BASE NOS PRESSUPOSTOS DA ECOLOGIA POLÍTICA E DA JUSTIÇA AMBIENTAL

Há grande diversidade de sítios paleontológicos no estado de Minas Gerais, em diferentes condições. Um sítio paleontológico é uma localidade fossilífera que reúne características que merecem ações de salvaguarda, em geral pelo poder público (SCHOBENHAUS et al., 2002). O fato de uma região se constituir em um sítio não significa que ela está automaticamente protegida, mas que merece ser preservada, pois a salvaguarda só se dá por uma lei específica (municipal, estadual ou federal). Para geoparques⁴², o status é dado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), assunto sobre o qual discutirei mais detalhadamente no quinto capítulo.

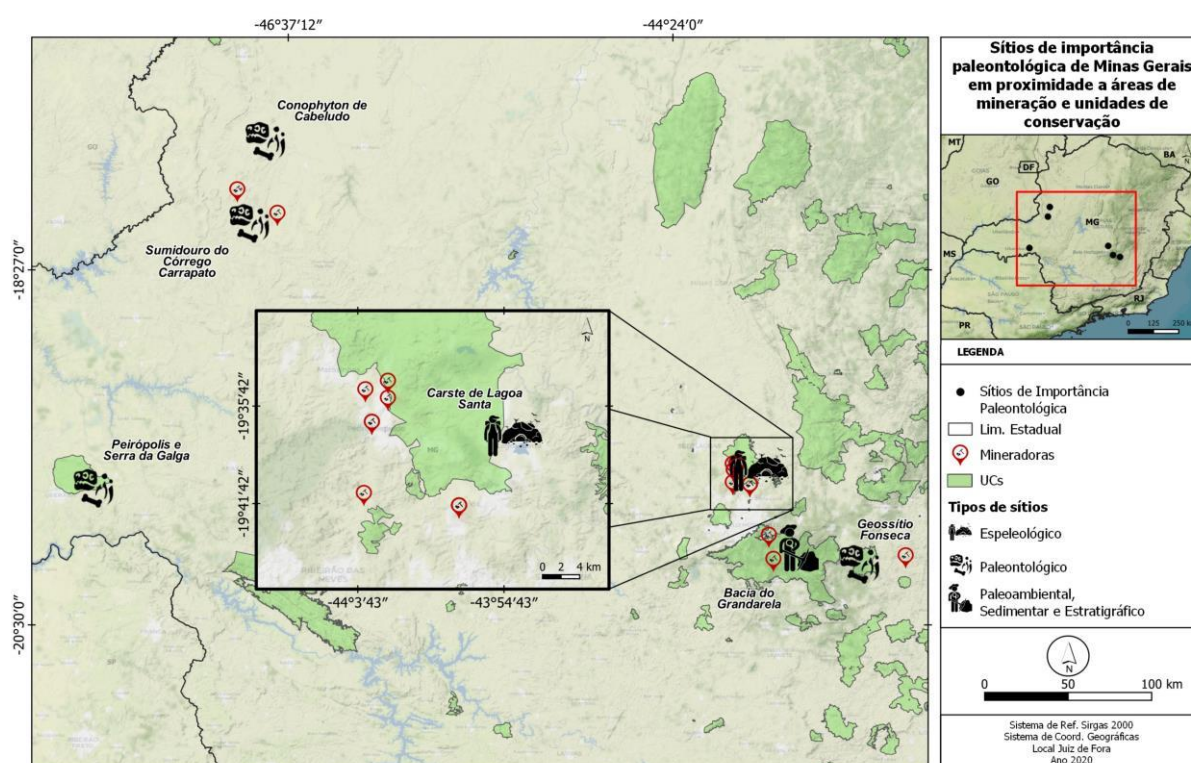
Ao realizar o levantamento sobre a ocorrência de fósseis em Minas Gerais (SILVA; COSENZA, 2019a), durante a definição de meu projeto de pesquisa, conforme mencionei na Introdução desta tese, encontrei cinco sítios paleontológicos e um sítio espeleológico de importância paleontológica, já tombados e publicados pela Comissão Brasileira de Sítios Paleontológicos – SIGEP. Vale ressaltar que um dos sítios, localizado na Bacia do Gandarela (município de Rio Acima), ainda não se encontra tombado, mas o inseri na análise por estar protegido por lei municipal e por estar incluído na área do Geoparque Quadrilátero Ferrífero, candidato da UNESCO a Geopark Global. O sítio espeleológico foi incluído tanto por minha relação afetiva para com ele, por meio das memórias de infância que citei anteriormente, quanto principalmente por sua grande relevância no cenário paleontológico brasileiro (BARBOSA et al., 2014) e pelo significativo número de trabalhos relacionados a conflitos ambientais publicados para a área (DEUS; FERREIRA; RODRIGUES, 1997; PADOAN; SOUZA, 2013; FARIA et al., 2015; ARAUJO, 2019), fatores que influenciaram em minha escolha quanto ao local para incursão prévia a campo.

Os sítios levantados (Figura 7) foram: 1) Bacia do Gandarela; 2) Geossítio Fonseca, na Bacia de Fonseca; 3) *Conophyton* de Cabeludo, na Formação Vazante; 4) Sítio Sumidouro do Córrego do Carrapato; 5) Peirópolis e Serra da Galga, na Formação Marília (Bacia Bauru); e 6) Sítio Espeleológico Carste de Lagoa Santa, na Formação Sete Lagoas (Grupo Bambuí). Enquanto alguns são pontos turísticos, como os dois últimos, também associados a centros de

⁴² Segundo Brilha (2009), geoparque é um território com limite geográfico bem delimitado, e estratégia de desenvolvimento baseada na conservação do patrimônio geológico, incluindo os demais elementos do patrimônio natural e cultural. Esse conceito será melhor discutido no capítulo 5.

ensino e pesquisa, outro, como o sítio Paleontológico de Fonseca, também conta com a possibilidade de se tornar um ponto de interesse turístico devido à proposta de criação do Geoparque do Quadrilátero Ferrífero, ainda não aprovada. Dos sítios analisados, 4 encontram-se em área de mineração: Bacia do Gandarela, *Conophyton* de Cabeludo, Sumidouro do Córrego do Carrapato e Carste de Lagoa Santa. Todos os seis sítios são de interesse para a comunidade científica enquanto locais de coleta de material geológico e paleontológico.

Figura 7 - Mapa de localização dos sítios de importância paleontológica de Minas Gerais em proximidade a áreas de mineração e Unidades de Conservação



Fonte: Elaborado por Francisco Carlos Moreira Gomes, 2021.

Há questões em comum entre os dados levantados, como descaracterização das tradições locais após os sítios de Peirópolis e o Carste de Lagoa Santa terem sido abertos ao turismo, infraestrutura deficiente para a própria comunidade do entorno (pavimentação e iluminação de estradas, transporte coletivo, fossas sépticas mal planejadas e áreas irregulares de disposição de resíduos) e disputa entre mineradoras, moradores/as locais e gestores/as de Unidades de Conservação – UCs (as quais podem ser visualizadas na Figura 7). Também há problemas relativos ao desemprego e êxodo de jovens, contaminação de águas e solo e moradia

em áreas de risco (DEUS; FERREIRA; RODRIGUES, 1997; LOPES, 2008; SANTOS; CARVALHO; FERNANDES, 2010; PADOAN; SOUZA, 2013; SILVA; COSENZA, 2019a).

A Bacia do Gandarela, no município de Rio Acima, cujos principais fósseis são vegetais e estromatólitos com idades entre 53 a 23 milhões de anos – m.a., vive conflitos resultantes da divergência de interesses de uso e apropriação do ambiente natural entre mineração, sociedade e UCs. Enquanto isso, o sítio de Peirópolis, em Uberaba (Triângulo Mineiro), onde podem ser encontrados dinossauros, crocodilomorfos, peixes, invertebrados, dentre outros, com idades em torno de 90 a 70 m.a., após longa disputa judicial pelo uso e ocupação do território entre mineração, população e cientistas, está hoje em uma estável situação em que não há mais mineradoras em atividade. Entretanto, Peirópolis enfrenta questões como a carência de infraestrutura em urbanização, saneamento, limpeza, segurança, e profissionais da saúde, além de mudanças na cultura local, hoje essencialmente voltada ao turismo paleontológico (LOPES, 2008; SANTOS; CARVALHO; FERNANDES, 2010).

A Formação Vazante, onde se encontra o sítio *Conophyton* de Cabeludo, no noroeste do estado, com idade entre 1,6 bilhões de anos – b.a. e 950 m.a., é importante para o estudo dos estromatólitos *Conophyton* em escala mundial. O município de Vazante vivencia diretamente questões de ordem física causadas pela exploração mineral, tais como rachaduras nas casas, abertura de crateras, destruição das grutas pela contaminação das águas, contaminação por metais pesados, desertificação dos solos e poluição em geral. Problemas similares são os de Lagamar (vizinho ao município de Vazante), onde se encontra o sítio Sumidouro do Córrego do Carrapato, com estromatólitos da mesma idade de Vazante (SILVA; COSENZA, 2019a) e também em área de mineração.

Na bacia de Fonseca há diversas angiospermas fósseis com idades entre 65 a 33 m.a. No município de Alvinópolis, no Geossítio Fonseca, centro-leste do estado, os impactos da expansão agrícola e da urbanização desordenada podem ser exemplificados pelas frequentes enchentes e o extrativismo predatório de madeira. Há interesse econômico pela área devido aos depósitos de canga e linhito (SILVA; COSENZA, 2019a).

Já o sítio espeleológico inserido na APA Carste de Lagoa Santa, no centro-sul de Minas Gerais, apresenta problemas muito semelhantes aos descritos acima, nos municípios nos quais suas grutas estão inseridas: Lagoa Santa, Pedro Leopoldo e Matozinhos⁴³. Além desses, o

⁴³ Vale ressaltar que há outros dois municípios componentes da APA: Confins e Funilândia. Entretanto, tais municípios não foram incluídos neste momento por não estarem dentro da área do Parque Estadual do Sumidouro (foco maior de minha análise), propriamente dito, e por não serem locais de origem de nenhum dos sujeitos entrevistados, como ficará mais claro a partir do capítulo 7.

município de Cordisburgo, embora não inserido na APA, encontra-se como parte integrante da Rota das Grutas Peter Lund, revelando problemas semelhantes aos municípios os quais a APA abrange. Essas localidades são conhecidas pelos inúmeros fósseis encontrados na região, como mamíferos da megafauna brasileira com pelo menos 10 mil anos (conforme será apresentado no capítulo 6, incluindo homínídeos, como Luzia.

Em Lagoa Santa, o problema é semelhante ao da Bacia do Gandarela, com conflitos entre a UC e as comunidades do entorno, cujo livre acesso foi proibido (PADOAN; SOUZA, 2013; SILVA; COSENZA, 2019a), havendo também conflitos gerados pela ocupação desordenada do solo, com destruição de locais de interesse arqueológico e paleontológico. Assim como também acontece em Cordisburgo, há a migração de jovens pelo fato de os pontos turísticos não favorecerem o emprego da população local em suas atividades (SILVA; COSENZA, 2019a).

Em Pedro Leopoldo e Matozinhos, por sua vez, os principais problemas consistem na poluição e contaminação, no primeiro município, devido à mineração e, no segundo, pela atividade siderúrgica. Segundo encontrei em levantamento feito no Mapa dos Conflitos Ambientais no Estado de Minas Gerais - MCAMG (GESTA/UFMG), em Matozinhos há um histórico de disposição irregular de lixo, sem quaisquer tratamentos, durante anos (atualmente, há aterro sanitário para o município), problema que tem como agravante o fato de que a maior parte da água para abastecimento da região origina-se no subsolo.

Também em Matozinhos, o problema com poluição e contaminação advindas da atividade industrial em metalurgia/siderurgia vem perdurando por décadas. Recentemente, em 28 de dezembro de 2021, foi aberta a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI do Pó Preto de Matozinhos (CÂMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS, 2021), prevista para ocorrer nos próximos 120 dias (podendo ser prorrogável por mais 60 dias) após sua abertura. A CPI investiga as consequências do lançamento do chamado pó preto, uma poluição atmosférica causada pela queima de carvão mineral que por muitos anos vem levando ao adoecimento da população de seus arredores, por problemas respiratórios. Há denúncias por parte dos/as moradores/as do bairro Estação desde 2003, conforme o MCAMG.

Em Pedro Leopoldo há disposição irregular de lixo e conflitos entre fazendeiros/as e quilombolas, que pedem há anos o seu reconhecimento, a implementação de infraestrutura urbana básica, e serviços básicos de saúde, conforme também encontrei no levantamento por meio do MCAMG (SILVA; COSENZA, 2019a). Recentemente, em agosto de 2021, foi veiculada pela mídia a notícia de que o Quilombo Pimentel, em Pedro Leopoldo, recebeu a demarcação após 12 anos na justiça. Segundo a reportagem, publicada no jornal Estado de

Minas Gerais (MACHADO, 2021), o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação foi aprovado após ação ajuizada pelo Ministério Público Federal, pelo Comitê de Decisão Regional do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/MG. Foram reconhecidas oito fazendas dentro dos limites preliminarmente estabelecidos para o território de mais de 222 hectares, devendo o processo ainda tramitar após as contestações dos/as detentores/as dos títulos de domínio das áreas limítrofes ao quilombo (MACHADO, 2021).

Ressalto, ainda, uma importante e atual questão que envolve as três Unidades de Conservação inseridas na RGPL, sendo elas: Monumento Natural Estadual Peter Lund (que contempla a Gruta do Maquiné), em Cordisburgo, o Monumento Natural Estadual Gruta Rei do Mato (que contempla a gruta homônima), em Sete Lagoas, e o Parque Estadual do Sumidouro, em Lagoa Santa e Pedro Leopoldo. Gerenciado pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, esse conjunto de UCs está envolvido no Programa de Concessão de Parques Estaduais – Parc – do Governo de Minas Gerais. Um dos programas prioritários do governo Zema, o Parc envolve a transferência da gestão da visitação para a iniciativa privada, o que, nos dizeres de Antônio Malard, diretor geral do IEF, faz com que o turismo seja atraído para a região, a economia local movimente e que o IEF possa se concentrar na questão ambiental (NASCIMENTO, 2020).

No início de 2020 ainda faltavam doze anos para vencer uma concessão já existente. Entretanto, a prorrogação (por 30 anos) da cessão da Gruta da Lapinha pela Prefeitura de Lagoa Santa ao estado, por meio do IEF, pela assinatura do Termo Aditivo de Cessão da Gruta da Lapinha para esse ano, era um dos requisitos para o lançamento do edital da Rota Peter Lund dentro do Parc. O edital de licitação foi, então, lançado, e em agosto de 2021 foi assinado o contrato com a concessionária vencedora. Segundo o atual ministro do turismo, Marcelo Álvaro Antônio, com o Parc “todos ganham, porque o governo estadual vai ser desonerado, ao conceder o parque; a iniciativa privada vai exercer uma função para gerar emprego e renda para a população; os turistas terão muito mais conforto e estrutura” (NASCIMENTO, 2020). Ainda para o ministro, no pós-pandemia a retomada do turismo muito provavelmente se dará pelo turismo de natureza e viagens regionais. Ele defende também que o caminho da concessão é o modelo mais moderno para o desenvolvimento dos parques brasileiros.

Os discursos acima, veiculados pela mídia, alertam-nos para a representação de discursos hegemônicos atrelados à conjuntura na qual se insere a terceirização administrativa do Programa de Concessão de Parques Estaduais. É importante que questionemos, como defendem Benjamin e Fairclough, a quem servem esses discursos pautados nos conceitos de modernização e desenvolvimento. Questionar sobre os reais benefícios às comunidades locais

(já que, como apresento neste capítulo, o turismo muitas vezes pode não favorecer essas comunidades) e sobre sua participação no processo decisório é algo necessário à promoção de Justiça Ambiental, em ambientes onde já se dá a exclusão dos/as moradores/as locais em relação às UCs.

Entender que é inadmissível a utilização da concessão como instrumento para a obtenção de receitas (RODRIGUES; GODOY, 2013) é também compreender que as discussões e a participação popular evitam a violação dos princípios constitucionais, em especial aqueles concernentes ao respeito à cultura, ao meio ambiente e ao direito agrário (BENATTI, 1998). Afinal, expulsão das comunidades de suas áreas e das tomadas de decisão, sob a justificativa de áreas de proteção, é negativa em termos sociais e agrários, resultando em sequelas. Como o tema das concessões aparece fortemente em minhas entrevistas aos/às moradores/as locais nesta tese, volto a discorrer sobre ele no capítulo 5, para contextualizar melhor o surgimento de tal programa, para depois discutir o que os discursos da comunidade insinuam sobre as possibilidades, os receios e os desafios surgidos com o Parc, no capítulo 7.

Os conflitos ambientais evidenciados ajudam a compreender como se dão o uso e a apropriação dos recursos naturais em regiões de importância paleontológica, nas quais as relações sociais são protagonistas, trazendo a urgência por uma democracia participativa, processo distante do que tem se dado nesses sítios. É o que ocorre, por exemplo, no PESU, na APA Carste de Lagoa Santa, onde os interesses da conservação por parte dos/as gestores/as do parque são diferentes das dinâmicas sociais e da percepção da comunidade sobre essa gestão (PADOAN; SOUZA, 2013). Há a proibição do uso e livre acesso à área da UC pelos/as moradores/as locais, que antes utilizavam-na para lazer, manifestações religiosas e coleta de lenha, mas que não foram consultados/as quanto à sua criação. Isso revela, em grande parte, a ineficácia do processo de gestão que comumente ocorre em ambientes naturais (PADOAN; SOUZA, 2013), discussão que retornará fortemente a partir do sétimo capítulo da tese, quando trago os segmentos discursivos dos sujeitos da pesquisa.

Para que eu possa trazer aqui uma discussão mais acurada das relações envolvidas nos sítios paleontológicos em questão, é necessário explicitar melhor a abrangência de termos como território e conflito ambiental, aqui recorrentes.

Definindo-se por meio de uma abordagem sobre o espaço, o termo território envolve relações de poder, sendo resultado de identidades compartilhadas e relações de pertencimento, únicas desse espaço. Segundo a definição de território defendida por Rogério Haesbaert (2003), a integração de dimensões diversas do território possibilita uma perspectiva integradora desse conceito, tais como as dimensões política, cultural, econômica e naturalista, a qual parte das

relações (e não do dualismo) entre sociedade e natureza. Para Haesbaert (2003), ao definir o território, é importante que o consideremos como um instrumento de poder e um valor que também perpassa o simbólico, em uma valorização identitário-existencial.

Pode-se dizer, entretanto, que as relações (inclusive as conflitivas) concernentes a um mesmo território não se dão de modo uniforme para as sociedades humanas que ocupam/ocuparam esses espaços. Em paleoterritórios, por exemplo, encontramos características distintas de uso e ocupação do mesmo território em momentos diferentes ao longo do tempo (SOLÓRZANO; OLIVEIRA; GUEDES-BRUNI, 2009). A investigação dos processos de transformação ocasionados por usos sobrepostos do território, e de sua utilização por populações pretéritas permite compreender impactos e o efeito desses na paisagem atual (SOLÓRZANO; OLIVEIRA; GUEDES-BRUNI, 2009).

A análise dos Paleoterritórios possibilita entender o contexto social em que as alterações no território ocorreram e compreender a importância dos saberes de populações pretéritas sobre determinado ambiente, em busca de sua sobrevivência (OLIVEIRA, 2018), em diferentes escalas de tempo e espaço. Os paleoterritórios, assim, sobrepõem-se, formando uma realidade única e, ao mesmo tempo, múltipla (OLIVEIRA, 2018).

As comunidades que vivem em sítios paleontológicos ocupam, assim, territórios não neutros, configurados por elementos históricos, naturais, econômicos, culturais e políticos. Assim, ligada à assimilação de múltiplas práticas que afirmem o lugar, a concepção de territórios envolve significados com base em tais elementos, embora os sentidos atribuídos possam ser alterados pela globalização, com grupos sendo invisibilizados pelo modelo hegemônico capitalista (GODINHO et al., 2016). E é justamente nessa defesa do lugar enquanto questão social, política e ecológica, que a luta pelo direito de existir encontra-se ligada à noção de conflitos.

Ainda que o termo conflito possa ter diferentes significados, os conflitos ambientais consistem em uma luta contra o que Acsehrad (2010) define como modernização ecológica imposta pelo capitalismo. Projetos desenvolvimentistas geradores de conflitos ambientais envolvem expropriação ou impactos ambientais que impedem a manutenção de aspectos socioculturais e socioambientais, no caso das comunidades excluídas dos projetos (GODINHO et al., 2016). Os conflitos evidenciam situações de injustiça ambiental, tendo o conflito ambiental como um elemento impulsionador para a defesa do lugar (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

Embora haja uma tendência de que diferentes tipos de conflitos sejam unificados quando se discute a problemática ambiental, Zhouri e Laschefski (2010) propõem três

modalidades sob as quais esses conflitos podem ser investigados. São elas: 1) conflitos distributivos, que surgem por meio de desigualdades sociais tanto no acesso quanto no uso de bens ambientais, como água e energia; 2) conflitos espaciais, que se dão pelos impactos ambientais e seus efeitos, quando esses ultrapassam os limites entre territórios de agentes ou grupos sociais distintos, sendo conflitos que não necessariamente surgem associados a disputas territoriais (por exemplo, emissão de poluentes); e 3) conflitos territoriais, que ocorrem pela apropriação capitalista da base territorial de grupos sociais e caracterizam-se por envolver grupos com distintos modos de produção de seus territórios. Muitas vezes esse tipo de conflito dá-se pela divergência de interesses entre a sociedade urbano-industrial-capitalista-hegemônica e as comunidades locais, as quais têm no território sua identidade e a garantia de produção e reprodução dos seus modos de vida.

Tal categorização ajuda-nos a olhar para os conflitos que se dão pelas vulnerabilidades socioambientais destacadas para os sítios paleontológicos/espeleológicos mineiros. Certamente, esse tipo de classificação tem seus limites, como destacado por Zhouri e Laschefski (2010), mas permite visualizar as melhores estratégias de enfrentamento e resolução desses conflitos. Além disso, há também a possibilidade de vários tipos de conflito estarem acontecendo ao mesmo tempo, em determinada localidade, o que parece ser comum para nossos sítios paleontológicos/espeleológicos. Vejamos, a seguir, uma possibilidade de categorização dos conflitos que localizei no levantamento.

Por estarem em áreas onde ocorre a disputa entre mineração e sociedade, a Bacia do Gandarela e o Sítio Espeleológico Carste de Lagoa Santa podem ser agrupados na modalidade de conflitos territoriais. Ambos também apresentam relações conflitivas entre UCs e moradores/as do entorno. Não se pode esquecer, entretanto, que na APA Carste de Lagoa Santa, os municípios de Pedro Leopoldo e Matozinhos, ao serem alvos de problemas como poluição e contaminação de solo, água e ar, podem ser também atribuídos à categoria de conflitos espaciais.

Pedro Leopoldo, ainda, devido às desigualdades sociais no acesso e no uso de bens naturais por parte dos/das quilombolas, pode também fazer parte da categoria de conflitos distributivos. Isso porque, além da luta pelo reconhecimento do Quilombo de Pimentel, seus/suas moradores/as defendem a conservação dos mananciais de sua área, o acesso à energia e pavimentação, e a efetivação das Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial no município.

O Geossítio de Fonseca, por sua vez, devido à expansão agrícola e urbana desordenadas, sofre com as enchentes, que se dão não necessariamente diretamente na área de lançamento de

resíduos. Desse modo, opto aqui por atribuir esse conflito à modalidade dos conflitos espaciais. Também podem ser espaciais os conflitos em *Conophyton* de Cabeludo e no Sítio Sumidouro do Córrego do Carrapato, que, vizinhos um do outro, têm problemas em comum, como poluição e contaminação de águas, solo e ar. Por estarem em áreas onde ocorre a disputa pelo território entre sociedade e mineradoras, podem ser ainda enquadrados na categoria de conflitos territoriais.

Por fim, Peirópolis não tem, hoje, problemas com a atividade mineradora, mas faltam infraestrutura urbana e serviços básicos de saúde, o que me leva a classificar a área dentro de conflitos *distributivos*, embora a memória e a identidade locais possam ter sido prejudicadas pelos conflitos territoriais pretéritos.

Percebo, aqui, que embora tenham as singularidades descritas, os conflitos territoriais nesses sítios paleontológicos em geral envolvem processos de desterritorialização e reterritorialização, comuns a conflitos territoriais. Segundo Zhouri e Laschefski (2010), o processo de desterritorialização diz respeito ao deslocamento ou remoção de grupos, havendo perda da terra, o que desestrutura a comunidade, prejudicando, dentre outros aspectos, sua memória e identidade. Para Haesbaert (2003), essa desterritorialização, que deve ser considerada em seu sentido social, na verdade pode ser vista como um processo de intensificação da territorialização, pois o ato de territorializar é, primeiramente, criar mediações espaciais que confirmam poder em relação a determinados indivíduos e grupos sociais. Ou seja, o processo envolve criação e destruição de territórios em suas várias escalas, podendo prejudicar ou mesmo impedir a retomada dos modos de vida (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

Tais apontamentos ajudam a problematizar as relações existentes entre esses territórios e os saberes que neles tomam parte, fazendo emergir novas epistemologias por meio das diferenças (PORTO-GONÇALVES, 2008). Os conflitos ambientais servem como fonte de inspiração para teorizar sobre modos de superar problemas socioambientais, o que Santos (2006) considera um desafio em um quadro de crise ambiental. É por isso que, no sentido de permitir outras significações, é preciso discutir a Ecologia Política enquanto campo que tensiona a discursividade sobre a questão ambiental e que denuncia as relações de poder envolvidas na intervenção humana no meio ambiente (LEFF, 2016).

É também na ótica do anúncio de possibilidades para a superação da crise ambiental, civilizatória e de conhecimento, que a “Ecologia Política é o campo de encontro, confronto e convivência entre diferentes modos de construir a vida humana no planeta, onde se embasa a desconstrução teórica na área política” (LEFF, 2016, p. 222). Mostrando-nos a importância dos

movimentos socioambientais pautados pelos princípios da identidade cultural e da autonomia política, em busca da reapropriação da natureza e da reinvenção de territórios, a Ecologia Política na América Latina revela a multiplicidade de estratégias em choque entre exploração da natureza e reapropriação desse espaço e do patrimônio ecológico.

Nesse choque de estratégias é possível perceber que, muitas vezes sob a ótica conservacionista, o uso público em áreas protegidas pode restringir a conservação a uma perspectiva mercadológica, que considera como público apenas os/as visitantes, excluindo as comunidades locais (VALLEJO, 2013). Inclusive, é por meio dessa mesma perspectiva que se dão muitos projetos em Educação Ambiental realizados nessas áreas, mais uma vez incorporando apenas os/as turistas, como discutirei no quinto capítulo, e como é insinuado pelos discursos dos sujeitos desta pesquisa, a partir do sétimo capítulo. Mas uma área protegida, como um sítio paleontológico, não é apenas um espaço delimitado geograficamente, que inclui visitantes, gestores/as e prestadores/as de serviço, pois é preciso tratar a territorialidade enquanto construção social, considerando o conflito como tema central (VALLEJO, 2013).

Construindo-se também como uma geografia histórica dos conflitos pelo território, a Ecologia Política traz o olhar para a “descolonização⁴⁴ da vida de povos e de suas culturas – de suas diversas territorialidades -, abre uma nova perspectiva teórica da história e do espaço como uma ‘acumulação desigual dos tempos’, das diferentes temporalidades que coabitam no espaço geográfico” (LEFF, 2016, pág. 234). Reconhecendo a luta ambiental como luta pelo bem comum, a Ecologia Política da América Latina assume como lugar de enunciação a busca pela nossa identidade e a desconfiança em relação às racionalidades convencionais, já que o conhecimento é uma forma de regulação historicamente pautada por estratégias de poder. Ao buscar problematizar os saberes considerados “subalternos”, esse campo constantemente nos convida a assumirmos posicionamentos e práticas no sentido da decolonização do saber. Para tal, Santos (2006) defende ser necessário legitimar outros modos de compreensão da realidade, das relações socioambientais, bem como outros saberes, algo muito caro à busca pela decolonialidade.

Quando os saberes locais são valorizados, ou seja, há diálogo entre os diferentes tipos de saberes, permite-se aproximar a realidade local das discussões concernentes à Ecologia Política, à decolonização, à Justiça Ambiental e à Educação Ambiental libertadora (como será melhor discutido ao longo da tese). Os próprios conflitos ambientais, ao terem início pela luta

⁴⁴ Embora aqui o autor não esteja suprimindo o “s”, considero que o significado de sua colocação esteja, de fato, voltado à decolonialidade, já que ele aponta a resistência e a possibilidade de transgressão a esse sistema colonial.

contra a opressão e a favor de uma retomada de territórios, de uma reapropriação da natureza, consistem em modos de resistência e de produção de epistemologias, por meio das memórias e da valorização dos saberes locais. Essas “epistemologias do Sul” que compõem toda uma ecologia de saberes são a chave para a construção de Pedagogias Decoloniais (SALGADO; MENEZES; SÁNCHEZ, 2019).

De acordo com Santos (2009), legitimar um modo de saber, enquanto se exclui outros modos, é algo advindo de nossa história colonial. Assim, ao defender a decolonialidade do saber, propõe a ecologia de saberes enquanto modo de interligar saberes científicos e populares, informando o mundo e experiências sociais no mundo, rompendo as barreiras construídas historicamente entre o científico e o popular, entre o campo e a cidade, entre povos tradicionais e urbanos, dentre outros aspectos. Por sua vez, a colonialidade do saber, como já apontado, juntamente com a colonialidade do poder e do ser, relacionam-se também com o que Walsh (2012) chama de colonialidade da natureza, para cuja compreensão os conflitos ambientais são uma importante chave de leitura, já que revelam não apenas as disputas assimétricas, mas também os potenciais emancipatórios.

Além da grande biodiversidade e, como será destacado no quinto capítulo, da geodiversidade, a América Latina tem uma enorme sociobiodiversidade, que Stortti e Sánchez (2017) apontam como sendo a diversidade de tradições, culturas e cosmovisões, as quais entram em choque com o projeto hegemônico, choque esse mais visível por meio dos conflitos ambientais. Nesses conflitos, pode haver a expulsão de comunidades tradicionais, as quais veem sendo alteradas suas relações com o território, com a natureza e com seus modos de vida. As comunidades ficam mais expostas a riscos, podendo perder, inclusive, sua segurança alimentar.

Muitos empreendimentos, a exemplo daqueles do ramo da mineração, muito comumente encontrados em território de importância paleontológica, vêm aumentando a exploração da geodiversidade brasileira, gerando impactos socioambientais, conflitos e injustiças. Os/as afetados/as ficam, então, privados do uso dos recursos naturais, mas também sofrem massacres culturais e simbólicos. Para Stortti e Sánchez (2017), essas pessoas afetadas podem ser consideradas os novos sujeitos históricos do capitalismo contemporâneo. Essa é a colonialidade do poder, relacionada às relações de exploração, dominação e conflito.

Segundo Simas e Rufino (2020) a colonialidade cria seres descartáveis, *sobras viventes*, que não se enquadram na lógica capitalista colonial, hipermercantilizada. Nessa lógica normativa do sistema, consumo e escassez são duas faces da mesma moeda, resultando também em extermínio e subalternização de grupos. Para os autores, alguns desses acabam se tornando sobreviventes. Esses, por sua vez, podem tornar-se supraviventes, quando conseguem superar

as condições de exclusão, afirmando seu espaço e sua vida enquanto formada por conexões múltiplas entre ancestralidade e futuro, humano e natureza, temporalidade e permanência, etc. Mas essa passagem da sobrevivência para a supravivência demanda uma série de estratégias para o encantamento (ou re-encantamento, como trouxe no capítulo anterior) do mundo. A vida, tal como praticada cotidianamente, está em constante ameaça (SIMAS; RUFINO, 2020).

A natureza e os povos que dela dependem são penalizados pela colonialidade, a exemplo das atividades de mineradoras, hidrelétricas, implantação de monoculturas, dentre outras atividades em que a natureza é vista como um mero objeto. Mas, para a Ecologia Política, ela (a natureza) é constitutiva dos sujeitos, não algo alheio, não sinônimo de recursos naturais, como na visão do sistema-mundo-moderno-colonial capitalista (e nas violências que nele se retroalimentam). Assim, as discussões relacionadas à decolonialidade são também questões caras ao campo da Ecologia Política, da Justiça Ambiental e do Racismo Ambiental, visto que entender a colonialidade, afinal, é importante para se compreender a guerra pela dominação estabelecida entre diferentes mundos (SIMAS; RUFINO, 2020). Ademais, as teorias decoloniais direcionam o olhar para os territórios do sul. Este, que não é o sul geográfico, o espaço abaixo da linha do Equador, mas sim o sul geopolítico, que abrange os países subdesenvolvidos, historicamente dominados pelo colonialismo e pela colonialidade, os quais surgiram com a invenção das Américas e a racialização das populações mundiais (SALGADO; MENEZES; SÁNCHEZ, 2019).

Até a territorialidade foi imposta pelos colonizadores, os quais foram delimitando fronteiras em prol de um projeto cristianizador colonizador na América Latina, a qual, para Rufino (2019), está “submetida às raízes mais profundas do sistema mundo racista/capitalista/cristão/patriarcal/moderno europeu e às suas formas de perpetuação de violências e lógicas produzidas na dominação do ser, saber e poder” (RUFINO, 2019, p. 8). Ainda para o autor, é na narrativa do mundo moderno ocidental, na perspectiva de uma “história oficial”, que se investe no esquecimento e na invisibilização da diversidade de existências. “Somos ‘oficialmente’ paridos para o mundo a partir da empreitada colonial, do projeto de dominação exercido pelo ocidente Europeu⁴⁵” (RUFINO, 2019, p. 10).

⁴⁵ É importante pontuar aqui que não devemos nos esquecer de que há também culturas e grupos periféricos dentro da Europa, em uma cultura fragmentada internamente, em que o próprio povo é refém de sua política (DUSSEL, 2016). Nisso implica que nesta tese, sempre que trago a proposta da luta pela decolonialidade, não excluo as experiências e contribuições ocidentais. A decolonialidade, afinal, preza pela alteridade e a coexistência. O que se quer é a ruptura e a transgressão de contratualidades hétero-patriarcais, raciais, teológico-políticas e antropocenas (SIMAS; RUFINO, 2020).

Esse projeto colonizador, que é também um projeto genocida, ecocida e epistemicida, continua se processando ainda hoje na forma de uma necroeconomia, criando as zonas e populações de sacrifício, como trouxe no capítulo anterior. Também como já apontado anteriormente, tal projeto mata, ainda, as memórias e os saberes ancestrais, assim como os modos não destrutivos de conviver com a natureza, gerando opressão em forma de negação do ser, do saber e do poder (WALSH, 2013)

Nos territórios mais afetados pelas atividades características desse sistema econômico, há saberes coletivos, a memória coletiva, donde faz-se necessária a troca de saberes, a participação dos/as moradores/as nos processos de tomada de decisão, no sentido da ambientalização das lutas pelos seus direitos e seus territórios (STORTTI; SÁNCHEZ, 2017). Afinal, resistências vêm se formando, o que fica evidenciado nos protestos contra empreendimentos de grande impacto (socio)ambiental e os riscos a eles associados. Como o projeto colonial opera também nos modos de ser e de saber (há colonialidade nos âmbitos político, econômico, cultural e ambiental), a Educação Ambiental faz-se uma importante aliada às questões que envolvem as comunidades afetadas. Afinal, produzir estratégias pedagógicas que mobilizem as comunidades locais é atuar no sentido da superação dos modos de opressão contra os/as afetados/as, controlados/as, discriminados/as (no quinto capítulo, discutirei melhor como o conceito de EA Crítica dialoga com o conceito de decolonialidade) (STORTTI; SÁNCHEZ, 2017).

Nesse sentido, é necessário que haja também mais incentivo à participação popular na salvaguarda das riquezas naturais, sob a ótica de uma pedagogia decolonial enquanto prática insurgente, que atravesse as gretas, as fraturas da modernidade colonial, tornando possíveis outros modos de estar no mundo, de pensar, de ser e de sentir (Walsh, 2013), tudo isso contextualizado ao território. Para Vallejo (2013), um dos impactos negativos mais marcantes nessas áreas consiste em limitações de acesso que se impõem sobre moradores/as antigos/as pelos órgãos ambientais, enquanto muitas vezes tais sujeitos necessitam dessas áreas para sua subsistência, que pode estar ligada ao extrativismo da pequena agricultura, dentro e fora de seus limites legais em Unidades de Conservação. Para as áreas levantadas neste trabalho que se encontram associadas a UCs, nem mesmo o uso para lazer dos moradores locais fica permitido (PADOAN; SOUSA, 2013; SILVA; COSENZA, 2019a), o que é fortemente evidenciado nos segmentos discursivos dos sujeitos desta pesquisa.

Há um desafio em conciliar a conservação de riquezas naturais e a geração de renda e melhoria de vida, com baixo impacto ambiental, para elaboração de políticas públicas. Vallejo (2013) ressalta que desde o início do histórico de visitação de áreas naturais para atividades

recreativas, os/as moradores/as dessas áreas vêm sendo excluídos/as. A organização comunitária é, entretanto, um fator determinante para a permanência e resistência dos grupos em seus territórios, sobre os quais detêm o conhecimento autóctone (LEFF, 2016).

A própria noção de pertencimento ao meio deveria estar intimamente ligada à Paleontologia. Esse é, inclusive, o interesse principal no campo de estudo da Paleontologia Social, área recente que procura entender a realidade formada pela relação entre evolução da paisagem em aspectos humanos, ecológicos e geográficos, fazendo intervenções junto às comunidades que vivem em sítios paleontológicos. Ou seja, busca a leitura do mundo social a partir do que é exposto nele (GONZÁLEZ et al., 2011).

Ao despertar memórias e saberes, ela pode contribuir para uma participação mais reflexiva, que estimule o sentimento de pertencimento ao patrimônio natural e cultural, por meio da sucessão de (paleo)territórios que formam uma realidade única, com mecanismos, estratégias e ações de enfrentamento, rebeldia, insurgência, ruptura e transgressão ante condições que Walsh (2017) chama de silenciamento. Esses silêncios, impostos ou estratégicos, advindos do sistema capitalista hegemônico, que destrói e expropria a natureza, reprime, criminaliza e violenta sujeitos e saberes, também estão contidos nos gritos, os quais apontam para rachaduras e rupturas nos padrões de poder, trazendo a possibilidade da decolonização, ou, ao menos, apontando para ela (WALSH, 2017).

Além dos silêncios, pode haver nesses territórios o que Miranda (2007) chama de valorização social do esquecimento, a qual é caracterizada por uma recusa dos/as moradores/as locais em relação ao passado e que pode se apresentar como um contraponto à falta de perspectivas do lugar. Segundo a autora, essa perda de identidade prejudica o processo de construção da identidade coletiva, mas ajuda a esconder a memória da dor e, ao mesmo tempo, mostra uma postura de resistência, já que é uma espécie de revolta contra o passado. “Ao não considerarem o passado, aqueles sujeitos perdem, de certo modo, os laços que os unem como comunidade e o passado coletivo com todas as experiências sociais nele compartilhadas” (MIRANDA, 2007, p. 125). Assim, a “história” oficial dos lugares está entremeada, maquiada pelo silêncio, que busca esconder as misérias da sociedade.

Penso, portanto, que os conflitos evidenciados aqui consistem em relações mais complexas do que em um primeiro momento aparentam. É importante, pois, pensar esses lugares como espaços de memória que permitem a reflexão sobre a experiência humana no tempo. Há, nesses locais, políticas que objetivem enriquecer a relação da sociedade com seus bens culturais, sua memória coletiva e seu patrimônio? O que é legitimado nessas localidades, em ambientes como museus, centros de pesquisa, escolas, etc., é o que as comunidades locais

realmente desejam legitimar sobre seu passado? O que seus discursos insinuam? Em minha busca pelas significações que partem dos discursos dos/as monitores/as ambientais e dos/as moradores/as locais, busquei aproximar-me de boa parte dessas respostas.

Para Santos (2002), o patrimônio comum da comunidade acaba fazendo parte de uma globalização contra hegemônica, por permitir que novas identidades locais, regionais e nacionais surjam, clamando pelo direito às suas raízes, envolvendo relações sociais e de poder produtoras de conhecimentos locais e situados. É preciso, então, desviar o olhar daquilo que se entende por Paleontologia, ou mesmo dos discursos dominantes sobre essa ciência, como apresentarei nos próximos capítulos. Se hoje os problemas das Ciências Sociais são compartilhados com as Ciências Naturais (SANTOS, 2006), é necessário reverter a mercantilização e a objetificação das populações nos sítios paleontológicos. De que modo podemos, de fato, compreender a Paleontologia de um modo atual e contextualizado, se mantivermos um olhar apartado das questões socioambientais a ela relacionadas?

Nesse sentido, proponho pensar a Paleontologia por meio de questionamentos e reflexões que fomentem ações coletivas nesses espaços, que não podem ser vistos apenas como espaços de contemplação da beleza e dos registros fósseis de um passado distante, apartado das comunidades e de suas manifestações culturais. Os movimentos sociais locais podem contribuir para a gestão desses sítios, em uma luta pelo fortalecimento da gestão participativa e integrada da população e do uso de sua terra, contra o processo de desterritorialização e reterritorialização. Luta ambiental como luta pelo bem comum.

Nos sítios paleontológicos e espeleológicos abertos ao turismo, por exemplo, pensar um turismo de base comunitária, que incorpore o modo de viver e de representar o mundo da comunidade, enraizado na participação e no protagonismo social das populações locais (BURGOS; MERTENS, 2015), pode ser uma estratégia frente à perspectiva mercadológica que desestrutura a cultura local, descaracteriza ambientes naturais, eleva as desigualdades sociais e estimula a especulação imobiliária.

A Ecologia Política ajuda a que desconfiemos de modos acalentados de construção e legitimação das ciências convencionais, partindo de uma busca pela identidade do pensamento crítico latinoamericano, que só pode encontrar respostas recorrendo à análise de nosso passado (ALIMONDA, 2017; OLIVEIRA, 2018). Ainda para Alimonda (2017), se temos uma realidade geo-histórica comum, enquanto América Latina, precisamos que o pensamento crítico, anti-positivista, coloque-nos em uma posição fronteira em relação aos sistemas de conhecimento estabelecidos.

Em se tratando de realidade geo-histórica, a possibilidade de estarmos em uma nova época geológica, o Antropoceno, traz a emergência climática como uma das muitas preocupações que devemos ter em relação à crise ambiental, em um momento em que a ameaça do fascismo e de pandemias são um perigo atual e real. A pandemia da COVID-19 evidencia as diferenças quanto ao nível de exposição ao risco e as possibilidades de enfrentamento ao mesmo, expondo a divisão de classes e as vulnerabilidades existentes nesse modelo econômico (HARVEY, 2020). É por isso que para HARVEY (2020, p. 15), não existe um verdadeiro desastre natural. “Os vírus mudam o tempo todo. Mas as circunstâncias nas quais uma mutação torna-se uma ameaça à vida, dependem das ações humanas”.

Em meio a essa conjuntura atual e catastrófica, em um encontro entre Terra e Mundo, as Ciências Sociais ajudam a pensar, de forma crítica, no Capitaloceno (ou Chthuluceno, Idiotaceno, Necroceno, Ecoceno, Novoceno, Janoceno, etc.). Este toma o espaço-tempo constituído por histórias e práticas de convivência de multiespécies que caminham juntas, ainda que em contextos diferentes, em meio a um complexo quadro de processos globais. Em cada sítio, pessoas com culturas distintas, enfrentamentos diferentes para questões socioambientais que se dão na relação entre o meio, turistas, empresários/as, geocientistas, gestores/as e comunidade local. Mas é preciso gritar pelos pequenos espaços, pelas gretas, dando visibilidade às injustiças e lutas (WALSH, 2017), semeando novas conexões, novas possibilidades, novas formas alternativas de pensar alternativas.

Partindo da identificação dos conflitos socioambientais encontrados nos sítios paleontológicos/espeleológicos de Minas Gerais, foi possível, portanto, tecer conexões com a Ecologia Política e a Justiça Ambiental, no sentido de contribuir para a visibilidade das questões que se colocam nas comunidades detentoras de um rico patrimônio natural e cultural, a ser destacado no quinto capítulo. Ao trazer à tona relações conflituosas, de pertencimento ou de valorização dos (paleo)territórios, essas conexões são referenciais para a luta contra a desigualdade social nesses sítios e a inclusão de suas comunidades em uma gestão participativa.

Considero urgente uma mudança nos modos de olhar para os sítios paleontológicos/espeleológicos brasileiros e as relações que neles se estabelecem com as comunidades de seu entorno. Essa é também uma tentativa de superar a fragmentação entre as Ciências Naturais e Ciências Sociais (e Humanas), o determinismo tecnológico e a invisibilização das comunidades constituintes desses sítios. Mais do que a superação da neutralidade, é importante que a Paleontologia seja um espaço de resistência socioambiental, buscando transformar o indivíduo e a sociedade.

Em um contexto de crise ambiental e crise civilizatória, olhar para questões socioambientais é também olhar para a participação comunitária, dar poder à luta das comunidades detentoras desse patrimônio. Tentar compreender a problemática socioambiental e relações conflitivas por meio dos discursos que emergem desses espaços, agrupando-os e mostrando suas singularidades, é um importante caminho no sentido da decolonização de territórios e paleoterritórios que historicamente são palcos de desigualdades sociais e injustiças ambientais.

Nesse sentido, a Ecologia Política e a Justiça Ambiental são necessárias em um momento em que questões sem precedentes, como o impacto global da COVID-19 e o negacionismo da ciência, pedem estratégias urgentes de resistência e enfrentamento. Em meio a fósseis que são provas incontestáveis de um planeta Terra em constante evolução, a contextualização e a crítica permitem que nos coloquemos aptos a analisarmos a correlação de interesses e forças econômicas, políticas e sociais que se vinculam por meio das relações de poder por trás da negação (ou da fuga) desses conhecimentos. Do mesmo modo, tornamo-nos mais cautelosos quanto a discursos tanto antiecológicos (que se opõem ao ideário do ecologismo), quanto “politicamente corretos”, que dissimulam o respeito ao meio ambiente enquanto estratégia para manutenção da competitividade no setor econômico (LAYRARGUES, 2018), mas que desconsideram o fator social como parte do meio ambiente.

Espero que a luta por esses territórios possa um dia transcender o recurso que se defende, e que o patrimônio paleontológico seja uma verdadeira força propulsora para a luta por vários direitos. Como diria Ecléa Bosi (2003), que o vínculo com o passado nos ajude a extrair a força para a formação de nossa identidade. Afinal, “o presente é marcado pelo sopro do ar que foi respirado antes e pelos ecos das vozes que emudeceram” (BENJAMIN, 1994, p. 223).

É preciso entender, também, como se dá a Educação Ambiental nesses espaços. Se, por exemplo, além da carência de projetos sociais que contribuem para o reconhecimento, a participação, a inclusão e a transformação social das comunidades do entorno dos sítios paleontológicos/espeleológicos, há também ausência (ou déficit) de projetos educacionais que problematizem a integração entre população, problemas e potencial dos fósseis para beneficiar as comunidades no contexto da crise ambiental contemporânea (SILVA; COSENZA, 2019b). Identificar se a EA proposta nesses sítios segue a tendência da subserviência ao capital para manter sua hegemonia (LAYRARGUES, 2018), ou seja, um conservadorismo dinâmico por meio de “artifícios ideológicos de refuncionalização capitalista das bandeiras e discursos ambientais contestatórios” (ALCANTARA; LEITE, 2018, p. 103), favorecendo a

mercantilização da questão ambiental, parece um bom ponto de partida para entender como a EA atravessa ou pode atravessar as questões socioambientais evidenciadas nesses locais.

É importante atrelar a questão ambiental aos aspectos político-econômicos e socioculturais, pois sob o viés da Ecologia Política e da Justiça Ambiental articuladas à EA (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013), pode-se ir em busca de estratégias para a resolução de problemas ambientais, partindo da discussão de temas socialmente relevantes, formando sujeitos críticos, atuantes e intelectualmente independentes (AULER, 2007), algo necessário à construção de um futuro esperançoso.

Entretanto, embora a Paleontologia e a EA devam constituir resistência a práticas desprovidas de conteúdos sociocríticos, unindo a pauta de desfavorecidos/as e permitindo a criação de inteligibilidade recíproca entre diferentes lutas locais, criando alianças e capacidades para que possam ter lugar e prosperar, mostrarei, nos capítulos seguintes, que essa ligação entre ambas as áreas é ainda frágil, comumente voltada a projetos político-pedagógicos desatualizados, focados nos “bons comportamentos” e em ações individuais.

Por isso, é preciso que a problemática da realidade local seja sempre discutida, diagnosticada participativamente, junto às comunidades que vivem nos sítios paleontológicos/espeleológicos. Ao mostrar-se atual, nos meios acadêmico e social, a Paleontologia une passado e presente, em espaços onde tempos distintos convivem, e em um tempo onde distintos espaços são disputados. Tudo em um mesmo tempo e em um mesmo espaço, e tudo em um espaço-tempo diferenciado, onde lutas e disputas se colocam.

Espero que as conexões aqui tecidas possam se fortalecer, ainda que minha caminhada em torno da articulação entre os temas e os campos que trago nesta esteja apenas começando. Pretendo, com tais conexões, mostrar novas possibilidades. Que as pegadas hoje postas aqui deixem suas marcas em caminhadas vindouras.

4 SITUANDO A PALEONTOLOGIA NO CENÁRIO BRASILEIRO E NA EDUCAÇÃO

Dinossauros “importados”. Arqueólogos/as com seus pincéis, coletando fósseis gigantescos. Museus. Esse é o resultado de uma rápida busca na internet por imagens relacionadas à palavra Paleontologia. Confusões tanto de termos quanto dos campos de atuação do/a paleontólogo/a, do/a arqueólogo/a e do/a geólogo/a são bastante comuns entre o público em geral e, até mesmo, entre notícias veiculadas pela mídia. Não é incomum encontrarmos a chamada para uma nova “descoberta arqueológica” que, na verdade, consiste em um novo registro de fósseis de determinado grupo para certa região. Em minha própria prática profissional, inclusive, é comum que os/as alunos/as, nas primeiras semanas de aula, façam-me perguntas sobre egiptologia, arqueologia indígena ou, ainda, métodos de datação comumente utilizados por arqueólogos/as ou geólogos/as. Mas o quê, afinal, cada um/a desses/as profissionais faz?

O/A geólogo/a, formado/a em um curso que oferece bacharelado na área, pode ser considerado/a um/a cientista sensorial e empírico/a que, imerso/a em uma área resultante da união conflitante entre História Natural e Filosofia Natural (LAUDAN, 1982), produz conhecimento observando e interpretando processos e fenômenos da Natureza, do mesmo modo como o faziam os primeiros filósofos (WUNDER, 2018). Por meio de suas capacidades sensoriais, o/a geólogo/a investiga a origem, a composição e a estrutura da Terra, os processos pelos quais o planeta passou ao longo do tempo geológico, integrando o chamado tempo profundo, bem como alterações ambientais recentes, de origem natural e antrópica (TEIXEIRA et al., 2000; GROTZINGER; JORDAN, 2013; POPP, 2017). Investigando desde o micro ao planetário (WUNDER, 2018), o/a geólogo/a pode realizar levantamentos geofísicos e geológicos, atuar na análise de minerais e fósseis (nesse caso, principalmente em estudos voltados à datação de rochas ou prospecção de recursos minerais, como petróleo), ou na análise de possíveis impactos ambientais em obras de infraestrutura tal que possa envolver impactos significativos ao meio ambiente (TEIXEIRA et al., 2000; GROTZINGER; JORDAN, 2013; CHIOSSI, 2013; POPP, 2017).

Já o/a arqueólogo/a, cuja profissão foi regulamentada apenas em 2018 pela Lei 13.653/2018 (BRASIL, 2018), tem um papel que pode variar conforme o país ou a instituição universitária à qual vincula sua pesquisa, podendo voltar-se à pré-história, antiguidade clássica, Idade Média, antropologia, história da arte, dentre outros campos (FUNARI, 2000; CURY, 2006). Entretanto, de modo geral, cabe ao/a arqueólogo/a: identificar, registrar e estudar sítios arqueológicos em seu contexto de tempo e espaço; realizar escavações e fazer o levantamento

dos objetos encontrados, classificando e interpretando os achados, de modo a reconstruir antigos modos de vida; estudar processos culturais e suas mudanças; e produzir (e divulgar) informação científica. Tudo isso sem deixar de analisar os artefatos sob três dimensões: forma, espaço e tempo (HILBERT, 2006).

De acordo com a lei supracitada, no Brasil são considerados arqueólogos aqueles: com graduação na área (no país há, hoje, 14 cursos de bacharelado na área, de acordo com minha busca pela internet); mestrado ou doutorado cuja dissertação/tese seja resultado de pesquisa arqueológica, mais 2 anos de atividades comprovadas na área; ou, ainda, profissionais que concluíram sua formação em Curso de Especialização em Arqueologia reconhecido pelo MEC antes de 2018, com mais de 3 anos de experiência comprovada (ou aqueles profissionais que comprovaram 10 anos de experiência antes de 2018).

Diferentemente da Geologia e da Arqueologia, a Paleontologia não se constitui como curso de graduação no país, mas apenas como especialização (seja *lato* ou *stricto sensu*) (CARVALHO, 2010). Dedicando-se à ciência que tem como principal objeto de estudo os fósseis, o/a paleontólogo/a geralmente tem formação em biologia, geologia ou, ainda, geografia, embora nada impeça que tenha graduação em quaisquer áreas que não as mencionadas. Independentemente, porém, de sua formação, a profissão exige que o/a paleontólogo/a busque compreender como os fósseis, que consistem em restos ou vestígios (evidências de seres ou de suas atividades no passado geológico do planeta, respectivamente), ajudam a reconstruir a história geológica da Terra, possibilitando o entendimento da evolução e dos processos de surgimento e extinção das espécies. Isso tudo por meio da busca constante do registro de seres pretéritos, que podem ser usados para a datação relativa dos estratos rochosos onde estão contidos, o que leva à percepção das mudanças ocorridas ao longo do tempo no planeta (CARVALHO, 2010).

Tal busca pelo registro desses seres ajuda a datar os estratos geológicos onde estão contidos, e o contrário também é verdadeiro, ou seja, é possível também datar os fósseis partindo das características (físicas e químicas) dos estratos rochosos. Isso acontece porque as rochas sedimentares, nas quais os fósseis são na maioria das vezes encontrados, são formadas por fragmentos de outras rochas, os quais após erodidos são transportados, depositando-se em certo local e passando por fatores físicos e químicos (e também biológicos, quando seres vivos são agentes do transporte e depósito desses sedimentos) os quais, juntos, consistem na diagênese das rochas sedimentares. Ou seja, seu processo de formação. Concomitantemente a esse processo, restos de animais ou plantas podem ficar contidos entre esses sedimentos (Figura 8), passando por similares processos de modificação e, sob a pressão das camadas de

sedimentos, também acabam passando pela diagênese, ou, mais especificamente nesse caso, o processo de fossilização. Por depender de fatores ambientais agentes dessa transformação da matéria e dos organismos em rochas e fósseis, respectivamente, as camadas (ou estratos) das rochas assim formadas, ao possuírem cores, texturas e estruturas diferentes, dizem muito a respeito do clima, do nível da água, dos períodos de estiagem, dentre outros fatores chave para se visualizar como era determinado local em determinado momento da história do planeta (CARVALHO, 2010).

Figura 8 - Estratos sedimentares nos quais podem ser encontrados fósseis de diferentes idades. Pintura em aquarela



Fonte: Arte de Mirelle Santos, 2022.

Assim, pode-se reconstituir a história geológica da Terra, entender a evolução e os processos de surgimento e extinção das espécies, e visualizar as mudanças ocorridas ao longo do tempo. É importante ressaltar, entretanto, que como o planeta é um sistema dinâmico, essa leitura e interpretação das rochas e seus fósseis não é uma ciência exata. Afinal, pode haver também o que paleontólogos/as e geólogos/as chamam de mistura temporal (CARVALHO, 2010), quando por fatores ambientais como a erosão, ou até mesmo a movimentação de alguns organismos sobre determinados sedimentos, acabam sendo encontrados fósseis de idades diferentes em uma mesma camada, ou estrato de rocha. Ou seja, a leitura das sequências sedimentares não necessariamente é linear, homogênea. Muito pelo contrário, é complexa,

heterogênea, envolvendo aspectos de uma temporalidade muito distinta da qual estamos habituados/as.

É por isso que se faz necessário que o/a paleontólogo/a conheça a geologia dos locais onde determinados fósseis foram extraídos, bem como as relações com os organismos que lhes deram origem. A metodologia de trabalho do/ paleontólogo/a pode variar de acordo com o grupo com o qual trabalha, bem como suas divisões, como por exemplo: paleobotânica ou paleozoologia, com macrofósseis ou microfósseis; icnofósseis, que consistem em vestígios da presença de um organismo, sem que haja restos do mesmo; quimiofósseis, os quais são remanescentes químicos resultantes de atividade biológica de microorganismos pretéritos enquanto vivos; dentre outros (GROTZINGER; JORDAN, 2013). Entretanto, geralmente as etapas básicas são: trabalho de campo, com a prospecção de fósseis, análise dos afloramentos e da geologia e estratigrafia do local; coleta, a qual não deve ser feita sem autorização, ou acompanhamento de pessoal com experiência/formação na área, garantindo o bom estado dos exemplares, bem como a correta coleta de informações em seu próprio local de ocorrência; preparação do fóssil, que inclui a extração da rocha matriz, quando pertinente/necessário, por meio da atividade mecânica ou do uso de ácidos e outros compostos; tombamento e catalogação, atividades importantes para assegurar tanto a preservação dos espécimes, quanto seu acesso para o público (seja ele restrito a estudantes e pesquisadores/as, ou aberto à visitação, no caso de coleções museológicas, por exemplo) (CARVALHO, 2010). Também é papel do/ paleontólogo/a a divulgação dessa ciência, inclusive por meio da publicação de trabalhos.

Fato é que, por ser uma ciência ampla, de base interdisciplinar, nem sempre o/a paleontólogo/a trabalha com a prospecção e coleta de fósseis, podendo atuar, também, apenas com a curadoria de peças em laboratórios ou museus; com a divulgação e o ensino de paleontologia, em espaços formais ou não formais; com o resgate de fósseis em caso de empreendimentos que requerem licenciamento; na indústria petrolífera, dentre outros (CARVALHO, 2010). O/A paleontólogo/a pode, ainda, estudar fósseis humanos (pois se preocupa com todas as formas de vida extintas), mas sob um ponto de vista paleobiológico, diferentemente do/a arqueólogo/a, que estuda evidências da presença humana no planeta por meio de artefatos de sua cultura, embora ambos/as possam desenvolver trabalhos em conjunto.

Confusões de termos e competências à parte, considerando seus limites etimológicos, a Paleontologia, como estudo dos seres antigos (do grego *palaios* = “antigo”; *onto* = “ser”; *logos* = estudo), ocupa-se da história dos fósseis (do latim *fossilis* = extraído da terra), por meio de restos ou vestígios de seres pretéritos, geralmente preservados em rochas. Ciência considerada recente (CARVALHO, 2010), já que o termo Paleontologia foi cunhado apenas em 1825, por

Blainville, e incorporado na literatura geológica em 1834, por Waldheim, permite a compreensão integrada da biota e dos eventos e fenômenos que impulsionaram mudanças ambientais durante a história geológica da Terra. Mas nem sempre a compreensão da Paleontologia deu-se desse modo. A história dessa ciência está intimamente ligada à história da Geologia e do desenvolvimento das teorias acerca das Ciências Naturais, de modo geral. Reservo aqui, portanto, espaço para um histórico da Paleontologia, com destaque também para o cenário brasileiro.

Não se pode dizer ao certo quando começou o fascínio dos seres humanos pelos fósseis, talvez vistos como objetos deixados nas rochas por forças divinas, bem antes de essa ideia se tornar predominante durante a Idade Média. Desde a Antiguidade Clássica, podemos encontrar registros de que as aparentes “estruturas petrificadas” começaram a chamar a atenção dos gregos que, por falta de experimentação, limitavam-se a suas observações para fazerem conjecturas a respeito de suas origens e dos processos de formação envolvidos, sendo os primeiros a associarem os fósseis a formas de vida pretéritas (POPP, 2017).

E foram várias as explicações, durante vários séculos. Heródoto, no século V a.C., observando os calcários das pirâmides do Egito, concluiu que neles havia lentilhas petrificadas, resultantes dos restos de alimentos jogados pelos trabalhadores que atuavam nas construções das pirâmides. Tratava-se da primeira menção a foraminíferos, seres unicelulares do reino dos protistas, com estruturas de proteção na forma de teca ou concha (PETRÓ, 2018).

Pitágoras, no séc. IV a.C., após passar 20 anos viajando pelo Egito, adquiriu diversos conhecimentos geológicos, concluindo, após observar fósseis marinhos no alto de montanhas, que a terra se convertia em mar e vice-versa (POPP, 2017). Para Aristóteles, também no século IV a.C., considerado o pai da teoria da geração espontânea (abiogênese), os fósseis eram experimentos fracassados, testes feitos pela natureza e que não deram certo, transformando-se em solos ou rochas (ou seja, petrificados). Segundo a chamada escola Platônico-Aristotélica, um sopro vindo da terra, juntamente aos raios solares, seriam responsáveis por petrificar os organismos vivos. Além disso, seria possível que existisse a intervenção de uma chamada *vis plastica* ou *virtus formativa*, uma virtude/força plástica responsável por formar os fósseis na terra, por meio de algo como uma semente (ou seja, seria uma força modeladora que criaria os fósseis).

Mas foi antes, ainda no séc. V a.C., que Empédocles, filósofo e pensador pré-socrático grego, formulou as atualmente consideradas primeiras ideias sobre seleção natural. Ao encontrar fósseis de seres que àquela época não eram conhecidos e que pareciam formados por pedaços de diferentes animais misturados, considerou que os animais atuais eram resultantes

de uma série de tentativas e erros por meio dos quais as plantas, formadas pela interação entre fogo, água, terra e ar, davam origem aos animais. Para ele, esses últimos se atraíam por combinações casuais de elementos (partes do corpo), e as combinações mais impraticáveis, mais desarmônicas, se extinguíam, enquanto as mais viáveis sobreviviam (CARVALHO, 2010; POPP, 2017).

Entretanto, foi a ideia aristotélica da geração espontânea, com a *vis plastica*, que se tornou difundida na Europa, influenciando negativamente o entendimento sobre os fósseis durante vários séculos seguintes, até meados do séc. XVIII. Durante toda a era cristã, acreditava-se também que pudessem ser rejeitos do Criador, ou resultantes de poderes do mal, ou, ainda, restos do Dilúvio (principalmente pela grande quantidade de fósseis de peixes e moluscos encontrados em altas montanhas) (POPP, 2017).

Em meio a todo o obscurantismo científico medieval, o médico árabe Avicenna (séc. X), conhecedor da filosofia aristotélica, retoma a *vis plastica*. Entretanto, usa essa ideia para explicar que não seria possível que essa força gerasse vida, apenas dando às pedras formas semelhantes à dos seres vivos. Por outro lado, na Renascença, durante os séculos XV e XVI, enquanto alguns pensadores mantêm a ideia aristotélica sobre fósseis, como Georgius Agricola, considerado o pai da geologia como ciência, tendo produzido o primeiro manual de mineralogia (para ele, os fósseis eram o resultado de seres vivos que petrificavam por ações da natureza), outros, como Leonardo da Vinci, retomam ideias pitagóricas para explicar corretamente a origem dos fósseis marinhos em terrenos que hoje não são ocupados pelo mar (POPP, 2017).

No séc. XVII, Nicolas Steno, ao dissecar a cabeça de um tubarão branco, descobriu que objetos conhecidos até então como línguas de serpente petrificadas (*Glossopetrae*) eram nada mais do que dentes fossilizados de antigos tubarões, depositados e enterrados no fundo de mares primitivos (Figura 9). Tem-se início a interpretação biológica dos fósseis, impulsionada também pela descoberta de vários ossos de mamíferos primitivos, embora a ideia do Dilúvio Bíblico ainda fosse bastante forte à época (MENDES, 1988; CARVALHO, 2010).

Figura 9 - Fósseis de dentes de tubarão, conhecidos até o século XVII como Glossopetrae, nome que significa *Língua de Pedra*

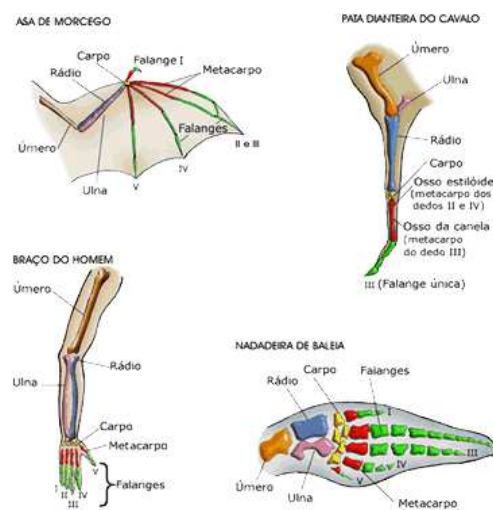


Fonte: Blog PaleoMundo, Unicamp⁴⁶.

Foi apenas no séc. XVIII que a Paleontologia começou a constituir-se efetivamente como ciência, tendo na sistemática biológica de Carl von Linné e nos estudos zoológicos de Georges-Louis Leclerc, o chamado conde de Buffon, um importante momento transitório que possibilitou análises baseadas em morfologia e anatomia. E é justamente por meio da chamada Anatomia Comparada (Figura 10), que Georges Cuvier, conhecido como fundador da Paleontologia moderna, começa a situar os então denominados fósseis em determinados espaços de tempo geológico, com o auxílio das ideias estratigráficas de William Smith (considerado pai da Paleontologia Estratigráfica) e James Hutton (pai da Geologia moderna) (CARVALHO, 2010; GROTZINGER; JORDAN, 2013; POPP, 2017).

⁴⁶ Disponível em: < <https://www.blogs.unicamp.br/paleoblog/2018/05/22/glossopetras-controversia/>>
Acesso em 20 jan. 2022.

Figura 10 - Evidências evolutivas por meio da anatomia comparada



Fonte: Curso Neurocompatíveis⁴⁷.

Propondo que a Terra passava por momentos periódicos de extinção e surgimento de novas espécies, buscou explicar o desaparecimento de vertebrados com dimensões extraordinárias. Entretanto, ao contrário de Jean-Baptiste Lamarck, propunha uma visão fixista e catastrófica da História da Terra, com períodos de colapso interpostos por períodos de calma. Lamarck, por outro lado, focando seus estudos em Invertebrados, lançou a primeira teoria sobre a evolução dos seres vivos, com o mérito de ter destacado a influência do meio no processo seletivo (CARVALHO, 2010).

A partir do séc. XIX, período considerado evolucionista, estabeleceram-se os principais ramos da Paleontologia graças, principalmente, às ideias do geólogo Charles Lyell e do naturalista Charles Darwin. Enquanto o primeiro desenvolveu suas ideias baseando-se nos princípios huttonianos (James Hutton) do uniformitarismo, ou seja, pensando nas leis da natureza como constantes e nos processos geológicos como repetitivos (no passado, ocorriam com a mesma intensidade e seguindo as mesmas leis que atualmente), o segundo pôde ter as bases físicas para o desenvolvimento de sua teoria acerca dos processos biológicos que levam à evolução, de forma lenta, gradual e contínua (CARVALHO, 2010; GROTZINGER; JORDAN, 2013; POPP, 2017).

Para Darwin, a evolução é o processo por meio do qual novas formas viventes se originam das pré-existentes, de modo que todos os seres vivos são aparentados uns com os outros. As observações desse famoso naturalista permitiram que ele formulasse sua célebre

⁴⁷ Disponível em: <<https://cursoneurocompativel.com.br/wp-content/uploads/2020/07/apostila-2-curso-pais.pdf>> Acesso em 22 jan. 2022.

Teoria da Evolução com base no conhecimento de diferentes áreas, tais como: biogeografia (o estudo da distribuição geográfica dos organismos), anatomia comparada, embriologia (estudo do desenvolvimento embrionário dos seres) e, finalmente, a própria Paleontologia, por fornecer evidências para o processo evolutivo (MEYER; EL-HANI, 2005).

Os principais legados do trabalho de Darwin consistiram em: a ideia da evolução enquanto mecanismo real de transformação/mudança das espécies ao longo do tempo; e a Seleção Natural como modo de operação da mudança evolutiva (MEYER; EL-HANI, 2005). Embora hoje em dia haja ainda mais ferramentas do que no tempo de Darwin, para dar suporte às evidências evolutivas (como é o caso da genética, que permite o sequenciamento de genomas), seu pensamento inovador acerca do processo evolutivo permitiu um maior suporte ao estudo dos fósseis, embora também tenha sido favorecido por ele (ou seja, há uma relação mútua de suporte entre estudos paleontológicos e evolutivos).

É importante ressaltar, entretanto, que a teoria da evolução pela seleção natural também foi proposta por Alfred Russel Wallace de modo paralelo, porém de certo modo independente aos trabalhos de Darwin, embora este tenha lido um artigo publicado pelo primeiro em 1855. Wallace também tinha conhecimento sobre os estudos de Darwin, pois foi informado por este em carta. Assim, a elaboração teórica em simultâneo por ambos não se deu de modo totalmente independente (COSTA, 2019).

Mas fato é que, desde então, teve início a correlação dos fósseis com as camadas de rochas, associando-se esses testemunhos do processo evolutivo a diferentes níveis estratigráficos, possibilitando uma visão clara sobre a evolução dos organismos. Tal visão/associação permitiu o desenvolvimento de diferentes ramos da Paleontologia, tais como a Bioestratigrafia (reconhecimento de diferentes organismos que, em um processo evolutivo e sucessional de deposição de camadas de rocha, podem ser encontrados em diferentes níveis estratigráficos), a Paleoecologia (reconhecimento dos ambientes de deposição dos organismos fossilizados), Paleobiogeografia (distinção de antigas províncias faunísticas ou florísticas), a Paleoantropologia (campo de estudo que combina Arqueologia, Paleontologia e evolução humana), e todos os ramos derivados da Paleozoologia, Paleobotânica e Micropaleontologia (CARVALHO, 2010)

No Brasil, a história da Paleontologia tem início no século XIX, contando com naturalistas/pesquisadores em um contexto científico que permitia o entendimento dos fósseis com base em conceitos “modernos” de Geologia e Paleontologia. A primeira citação bibliográfica em Paleontologia para o Brasil data do ano de 1817, no século em que se estabeleceram as primeiras sociedades científicas paleontológicas. No ano seguinte, o

atualmente chamado Museu Nacional, então denominado Museu Real, torna-se a primeira instituição brasileira com caráter científico, recebendo peças de coleções diversas, inclusive as paleontológicas. Ao longo de todo o séc. XIX, o museu passou a investir de forma mais significativa nas áreas de antropologia, paleontologia e arqueologia, devido tanto aos gostos pessoais de D. Pedro II, quanto ao interesse do público europeu (PIRES, 2017). A partir de 1946, o museu torna-se vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Em 1875 é criada a Comissão Geológica do Império, dando início a uma expedição que se prolongou até 1878, visando a coleta de acervo geológico pelo Brasil, que posteriormente foi incorporado ao Museu Nacional, com grande quantidade de amostras fósseis (FERNANDES; SCHEFFLER, 2014). Já em 1907, é fundado o primeiro núcleo de paleontólogos brasileiros, o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, com o objetivo de conhecer e estudar a geologia, a mineralogia e os recursos minerais do país (FERNANDES; SCHEFFLER, 2014).

Após a Segunda Guerra Mundial, com a maior demanda por geólogos, são criadas diversas Escolas de Geologia no país, com o estudo dos fósseis incluído em seus currículos, a exemplo da Escola Nacional de Minas e Metalurgia de Ouro Preto (ALKMIN; MENEZES, 2008). Também seguindo a demanda pela prospecção de recursos minerais no pós-guerra, é criada, em 1953, a Petróleo Brasileiro S.A., Petrobras (FIGUEIREDO, 2009).

Os estudos e as pesquisas paleontológicas foram avançando e hoje o país conta com diversas pesquisas de caráter regional. Mas em toda essa trajetória, naturalistas, geólogos/as e paleontólogos/as foram fundamentais para o desenvolvimento da Paleontologia brasileira. Gostaria de destacar aqui algumas dessas contribuições, começando pelos naturalistas alemães Spix e Martius (o primeiro, zoólogo e Doutor em Medicina, e o segundo, médico, botânico e naturalista), que chegaram ao Brasil em 1817, no Rio de Janeiro, junto à missão austríaca que acompanhou aquela que se tornaria esposa de D. Pedro I, a imperatriz Leopoldina. Pelos próximos 3 anos, percorreram diversas regiões do país, interior e litoral, com o objetivo de catalogar, classificar e entender fauna e flora brasileiras, além dos minerais, fenômenos climáticos, geográficos e astronômicos (LISBOA, 2009). Dentre suas inúmeras coletas ressaltam-se um peixe fóssil do Araripe e um osso de mamífero pleistocênico, possivelmente de um mastodonte (SILVA; BAPTISTA, 2019).

Ainda no século XIX, o naturalista dinamarquês Peter Wilhelm Lund, considerado o pai da Paleontologia brasileira, muda-se definitivamente para o Brasil em 1833, passando a viajar por vários estados, com o objetivo de coletar material botânico (principalmente) e zoológico (DA GLORIA; NEVES; HUBBE, 2017). Diplomado em Medicina pela Universidade de

Copenhague, era um estudioso de botânica, zoologia, estratigrafia, paleontologia e anatomia comparada (frequentou cursos de Georges Cuvier). A partir de 1836, dá início a uma longa jornada de quase uma década, em que passa a explorar cavernas calcárias da região de Lagoa Santa, com o objetivo de pesquisar a fauna de grandes mamíferos extintos (os mamíferos pleistocênicos), descrevendo mais de 115 espécies e encontrando os primeiros vestígios de homens pré-históricos para a região. A maioria dos espécimes por ele coletados foram enviados à Dinamarca, para que houvesse mais possibilidades de estudos/análises (MARCHESOTTI, 2011).

Outro grande nome da Paleontologia Brasileira, já na segunda metade do século XX, Llewellyn Ivor Price, trabalhando com o objetivo de contribuir para a ciência dos fósseis no Brasil (e construir o mapa geológico brasileiro), teve participação na criação da Sociedade Brasileira de Paleontologia e foi responsável pela coleção de vertebrados mais completa do país (CASSAB; MELO 2016). Filho de norte-americanos, mas nascido em Santa Maria, RS, encontrou o primeiro dinossauro brasileiro, *Staurikosaurus pricei*, localizado próximo à Santa Maria. Atuou em diversos projetos, dentre eles, os estudos no sítio paleontológico de Peirópolis, Uberaba, MG, tendo sido o primeiro paleontólogo a estudar a região (CARVALHO, 2010).

Em todo o mundo, hoje, a Paleontologia tem relação com várias áreas do conhecimento, permitindo-nos sempre compreender o presente como a chave do passado, como diria James Hutton, bem como todos os processos envolvidos nas modificações ocorridas ao longo da história do planeta. Tais eventos, como alterações climáticas e movimentações de placas tectônicas, continuam se processando ainda hoje, haja vista que nosso planeta é um sistema complexo e dinâmico (CARVALHO, 2010; GROTZINGER; JORDAN 2013). Ademais, para além de processos naturais complexos, a Paleontologia leva a nos inserirmos na história do planeta, como constituintes do meio ambiente, sem deixar de considerar a evolução humana em relação com os ambientes em que essa evolução se deu, o que permite que compreendamos as características que nos definem como populações biológicas e como grupos sociais (MATA, 1992).

É importante termos em mente, entretanto, que as pesquisas paleontológicas encontram obstáculos tanto em termos de verbas (para coleta, pesquisa, coleções, etc.), qualidade do registro fóssil (em geral, apenas os elementos mais resistentes são preservados, o que faz com que o registro dos seres e seus processos evolutivos sejam muito fragmentários) (CARVALHO, 2010), conflitos com empreendimentos que geram impacto ambiental em áreas de ocorrência de fósseis, tais como as mineradoras (CARVALHO, 2010; SANTOS; CARVALHO; FERNANDES, 2010), ou mesmo por controvérsias em abordagens científicas. Na

Paleontologia não é incomum que as paixões e os preconceitos pessoais confundam-se às teorias que pretendem explicar o significado da evidência empírica (MATA, 1992). Segundo esse mesmo autor, muitas vezes, nessa ciência, a evolução humana é reduzida a seus aspectos biológicos, resultando em explicações limitadas a poucas variáveis, como clima e comportamento, perdendo de vista a estreita correlação entre evolução biológica (nossos antepassados) e social (sua identificação entre si e com o entorno).

Mas uma disciplina é incapaz de avançar sobre a reconstrução de processos sem a ajuda de outras (MATA, 1992). Por tratar de temas como alterações do clima registradas nas rochas, indústria emergente do turismo sustentável (incluindo o geoturismo, abordado nos capítulos 3 e 5 desta tese), estudos associados à indústria dos hidrocarbonetos, extinções em massa, dentre outros, a Paleontologia é uma ciência localizada na interface entre o ensino de Geociências e de Biologia, sendo considerada uma ciência interdisciplinar, fazendo a ponte entre as Ciências da Natureza e as Ciências Humanas (CARVALHO, 2010), como foi apontado no capítulo anterior.

Essa ciência vem ganhando espaço no cenário brasileiro por meio de diversos centros de ensino e pesquisa, museus e pontos turísticos, pois uma de suas atuais preocupações consiste na conservação do patrimônio fossilífero. Entretanto, poucas são as instituições com acervos de fósseis adequadamente acondicionados, ou em número significativo, conforme pontuam Pássaro, Hessel e Neto (2014). Os mesmos autores defendem que o potencial dos acervos nacionais é ínfimo quando comparado a instituições internacionais que possuem em suas coleções fósseis brasileiros (embora o país possua importantes jazigos fossilíferos). Isso porque, desde a chegada dos europeus, o Brasil vive uma cultura de exploração cujas riquezas são enviadas ao exterior, não sendo diferente com os fósseis.

Diferentes regiões brasileiras apresentam distintas ocorrências de grupos biológicos (há idades e organismos predominantes para cada área de ocorrência), havendo desde os dinossauros mais antigos (répteis triássicos, em geral) na região do Rio Grande do Sul; os grandes mamíferos (megafauna cenozoica) na Bahia, em Minas Gerais e no Acre; peixes, insetos e pterossauros na Chapada do Araripe (localizada na divisa dos estados Ceará, Pernambuco e Piauí, a área é também considerada um *Lagerstätten*, local de preservação excepcional), dentre outros. Além de sua rica e ímpar biodiversidade, o Brasil tem grande diversidade de elementos geológicos, como afloramentos rochosos, cachoeiras, cavernas, sítios paleontológicos, dentre outros, de modo que muitos estudos vêm focando no potencial dessas áreas para estratégias de geoconservação e geoturismo (COVELLO, 2011; PALHARES; GUERRA, 2016), como será discutido no próximo capítulo.

Mas a Paleontologia ainda é pouco/mal divulgada no país (DUARTE et al., 2016), tanto em relação ao ensino formal, quanto em espaços não formais de ensino. Para a próxima sessão, trago uma contextualização da Paleontologia na educação, revelando os principais obstáculos e a importância da relação com a questão ambiental, justificando para o/a leitor/a a necessidade do próximo capítulo, dedicado especificamente à relação entre Paleontologia e Educação Ambiental. Em um cenário de crise ambiental, para o qual essa ciência tem provas concretas de alterações significativas, como se dá em termos de taxas de extinção e da emergência climática, por exemplo (CARVALHO, 2010), é urgente discutir como os discursos vêm insinuando essas relações no cenário paleontológico nacional.

4.1 A PALEONTOLOGIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: AS DIRETRIZES, OS LIVROS DIDÁTICOS E SUA RELAÇÃO COM A QUESTÃO AMBIENTAL

No campo da Educação, é de se esperar que a Paleontologia tenha um papel significativo, por integrar diferentes áreas do conhecimento e permitir nossa contextualização na história do planeta. Ao mostrar-se de extrema importância para a relação do ser humano com a dinâmica do meio natural, no ano de 1997 a Paleontologia passou a ser recomendada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN como tema em Ciências para o ensino básico brasileiro (BRASIL, 1997), auxiliando na compreensão de processos na abordagem sistêmica do planeta. Como esclareci na parte introdutória desta tese, embora a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2018) possa ter superado os PCN enquanto política curricular, esse documento vem sendo criticado por estudiosos/as de diversas áreas, apontando o risco de retrocessos, o que não é diferente para a área das Geociências (incluindo-se a Geologia e a Paleontologia), algo que trouxe em artigo publicado na Revista Brasileira de Paleontologia (SILVA et al., 2021), como desdobramento de meu trabalho (à época, junto às minhas orientandas em iniciação científica, como dito na Introdução da tese) apresentado no XXV Congresso Brasileiro de Paleontologia (SILVA et al., 2017).

Ainda assim, o ensino da Paleontologia permite a compreensão de processos naturais operantes há bilhões de anos no planeta, sendo geológicos e/ou biológicos, tornando as pessoas mais preparadas para desmistificar conceitos de cunho religioso, ou ideias negacionistas que possam circular pelos meios midiáticos, despertando, também, para a conscientização em relação à importância dos sítios e bens paleontológicos do país (DUARTE et al., 2016). Devido à importância da Paleontologia enquanto ciência, em uma conjuntura política na qual o negacionismo científico paira como constante ameaça, além das possibilidades de retrocesso

no campo da Educação, devido à BNCC, faço aqui uma explanação sobre as relações que se dão na Paleontologia tanto no ambiente formal quanto em ambientes não-formais de ensino, tecendo um breve paralelo entre PCN e BNCC.

É comum que o conhecimento paleontológico seja visto como restrito a centros de pesquisa e universidades, mantendo-se distante das escolas e da comunidade em geral. Segundo Mello; Mello; Torello (2005), a deficiência na formação de aluno/as, professores/as e educadores/as, aliada a um distanciamento entre universidades e sociedade, bem como deficiências no material didático e paradidático, formam um ciclo que reforça o mito da Paleontologia como algo complexo. Por isso, muitas vezes as informações básicas sobre o tema são desconhecidas, podendo não haver tanta divulgação e demanda por visitas a museus. Para os autores, embora livros paradidáticos em Paleontologia sejam produzidos no Brasil (sendo, inclusive, uma boa alternativa para incremento das informações sobre dados relativos à área), o livro didático é, na maioria dos casos, o material mais diretamente ligado a alunos/as e professores/as no ambiente escolar.

Para Alvim e Miranda (2008), o livro didático consiste em um produto complexo, cujo processo de produção inclui vários agentes e diversos fatores, tais como saberes, valores e perspectivas teóricas. Esse material consiste em conjuntos de conteúdos ligados a saberes múltiplos e relacionados ao conhecimento científico. Além disso, é preciso considerar que várias perspectivas interagem nos espaços da educação formal e que, no caso dos livros didáticos, há a interação de autores, editores/as, avaliadores/as, professores/as e alunos/as (ALVIM; MIRANDA, 2008).

Importante artefato cultural, o livro precisa ser visto também sob suas dimensões discursivas, históricas, políticas e econômicas (MARTINS, 2006). Seus textos são atravessados por várias formações discursivas sobre ciência, mediando, assim, as interações entre os sujeitos, os autores e os leitores. Além disso, ideologias variadas podem ser veiculadas por esse que é o suporte mais utilizado para a comunicação dos saberes escolares. Para Martins (2006), o livro didático tem função na

democratização de saberes socialmente legitimados e relacionados a diferentes campos de conhecimento, pela polêmica acerca do seu papel como estruturador da atividade docente, pelos interesses econômicos em torno da sua produção e comercialização, e pelos investimentos de governos em programas de avaliação. (MARTINS, 2006, p. 118).

Foi com o objetivo de entender o que é comunicado e legitimado enquanto saberes paleontológicos no ensino básico que, como relatei na Introdução desta tese, busquei analisar a

presença da Paleontologia nos livros didáticos de acordo com as diretrizes dos PCN (SILVA et al., 2017; SILVA et al., 2021). De modo semelhante, diversos outros estudos vêm tentando analisar a presença de conteúdos ligados a essa ciência nos livros didáticos do ensino básico, com base nos tópicos sugeridos pelos PCN (MORAES; SANTOS; BRITO, 2007; DIAS; BORTOLOZZI, 2009; DUARTE et al., 2016; ALMEIDA; CARVALHO; ORIOLI, 2017; CRUZ; MORAES; CHAVES, 2019; OLIVEIRA et al., 2019). Isso porque, no ambiente escolar, o livro didático ainda é considerado uma das principais ferramentas para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, sendo geralmente o principal meio de informação para os conteúdos a serem ensinados (ALMEIDA; CARVALHO, ORIOLI, 2017) e um roteiro para o/a professor/a e para os/as alunos/as, o que leva os/as professores/as a, muitas vezes, adaptarem suas aulas ao currículo, não sendo diferente para a Paleontologia (SANDRIN; PUORTO; NARDI, 2016).

Entretanto, geralmente, o currículo escolar exige um cronograma tal que permita a adequação ao conteúdo programático de vestibulares e cursos preparatórios para diferentes áreas profissionalizantes, além das demais avaliações em larga escala. Isso faz com que a ciência dos fósseis muitas vezes não chegue aos/as estudantes da escola básica (especialmente no que diz respeito aos principais conceitos) (DUARTE et al., 2016), ou que chegue de modo distorcido, por meio de notícias de jornais e revistas, bem como mídias digitais, resultando em uma visão limitada, muitas vezes cinematográfica e distante da realidade. A isso, soma-se a escassez de informações nos livros didáticos, geralmente levando a associações errôneas entre seres do passado e grupos atuais, por exemplo (ABRANCHES; BERNARDES-DE-OLIVEIRA, 2017).

Além disso, há autores que defendem que a formação dos/as professores/as é comumente deficitária no que diz respeito ao conteúdo de Paleontologia, além de haver outro fator envolvido: a premissa de que essa ciência é um assunto complexo, já que integra distintos ramos do conhecimento científico para a solução de questões que envolvem formas de vida pretéritas (MELLO; MELLO; TORELLO, 2005).

Há autores/as que defendem que esses conteúdos encontrados nos livros didáticos não se apresentam de forma clara e abrangente, algo que poderia ser evitado com diretrizes mais claras e mais adequadas ao tema (DUARTE et al., 2016). Como os PCN apresentam essa ciência ligada a diferentes disciplinas, mas não como um item de estudos, um conteúdo específico de uma área apenas, ela não é descrita explicitamente como a ciência dos fósseis, dos seres antigos, mas aparece no eixo temático Terra e Universo, com o reconhecimento de que os fósseis são importantes para entender as formas de vida pretéritas, as atuais e os

processos que levaram a essas transformações (OLIVEIRA et al., 2019). Para Oliveira et al. (2019), é preciso que a Paleontologia seja repensada tanto para as diretrizes, quanto para os livros didáticos, deixando de ser apenas uma ferramenta e tornando-se um importante eixo que auxilie na abordagem sobre a origem da vida e a evolução da vida na Terra.

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018), cuja versão final já foi homologada, traz a proposta de uma sistematização do ensino nas escolas brasileiras, por meio de um conjunto progressivo de aprendizagens essenciais que todos/as alunos/as devem desenvolver. O documento lista as metas de ensino para cada uma das áreas, sendo elas: linguagens, matemática, ciências humanas e da natureza. Gerando opiniões controversas e, principalmente, apontamentos críticos (MACEDO, 2016; MACEDO; FRANGELLA, 2016; COSTA, et al., 2019), devido à uniformização das condições e formas de produção de conhecimento, além da padronização do currículo, o documento prevê exames de larga escala, com objetivos enumerados e subseqüências, atendendo aos interesses de mercado, sem considerar as minorias sociais e os sujeitos em seus meios, o que parece algo anacrônico em um momento em que a educação necessita caminhar para uma direção emancipatória e contra hegemônica (COSTA et al., 2019).

Uma breve análise do documento da BNCC nos permite perceber certas características que geram estranhamento quanto à presença da Paleontologia. O termo (Paleontologia) está ausente do documento, enquanto o termo “fósseis” aparece em apenas três momentos: na Unidade Temática Terra e Universo, do sexto ano, como uma habilidade dentro do item Objetos de Conhecimento, que consiste em saber identificar diferentes tipos de rocha, relacionando as sedimentares à formação de fósseis em distintos períodos geológicos (BRASIL, 2018); na competência específica 2 (em Ciências da Natureza e suas Tecnologias no Ensino Médio), em que se sugere a mobilização de conhecimentos conceituais, como evolução biológica e registro fóssil; e, por último, ao trazer discussões sobre o efeito estufa, levantando a questão da queima de combustíveis fósseis. Para além desses, a Paleontologia não se encontra relacionada a nenhum outro conteúdo presente na nova BNCC, havendo uma supressão de assuntos geocientíficos e paleontológicos, em especial no Ensino Médio, pois a maior ênfase à Paleontologia permanece no 6º ano do Ensino Fundamental (nesse quesito, similar aos PCN).

Entretanto, como a nova Base está ainda entrando em vigor, muitos livros utilizados no ensino de base ainda seguem as diretrizes dos PCN, embora os estudos anteriormente mencionados defendam haver uma defasagem tanto no modo como a Paleontologia aparece nas diretrizes, tanto como aparece nos livros. Mas se essa ciência é recomendada pelas diretrizes dos PCN como tema em Ciências para o ensino básico brasileiro (BRASIL, 1997), auxiliando

o entendimento de processos naturais complexos, bem como dando robustez ao debate interdisciplinar na Educação Ambiental (uma das novidades dos PCN foi apresentar os temas transversais, nos quais se inclui o meio ambiente⁴⁸), ela contribui, desse modo, para a formação de cidadãos/ãs mais críticos/as, com uma visão integrada de mundo, distante da dicotomia entre natureza e cultura/sociedade (MORAES, 2004).

Enquanto isso, além da supressão de temas geocientíficos e paleontológicos na BNCC e da padronização do currículo escolar em seu caráter hegemônico, o documento pode, ainda, desqualificar certos conhecimentos científicos e a autonomia de cátedra dos/as professores/as (COSTA; FARIAS; SOUSA, 2019). Daí decorre o fato de que compreender o currículo enquanto projeto de memória e, portanto, de poder, permite também enxergá-lo como um território não neutro, voltado tanto à construção quanto à manutenção de determinado projeto de poder, alinhado a interesses hegemônicos. É por isso que na atual conjuntura política a BNCC pode ser vista, também, como um documento à serviço da barbárie, como ressalta Almeida (2021).

Além disso, enquanto tema integrador das diversas áreas, a Educação Ambiental perde espaço na BNCC, em detrimento da compartimentalização das disciplinas, perdendo também em seu aspecto crítico no que diz respeito ao debate socioambiental (ANDRADE; PICCININI, 2017). Mais do que nunca, portanto, em meio a essas ameaças de retrocesso que a BNCC traz (MACEDO, 2016; MACEDO; FRANGELLA, 2016; COSTA, et al., 2019), é preciso repensar a Paleontologia tanto nos livros didáticos, como defendem Alonço e Boelter (2016), quanto por meio de outros recursos didáticos, no ensino formal e também em ambientes não formais de ensino.

⁴⁸ Por meio dos PCN, foi incentivado que os/as professores/as de diferentes disciplinas assumissem, de modo transdisciplinar, temáticas como ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural, trabalho e consumo. Especificamente quanto ao meio ambiente, o documento trata dos problemas ambientais sob a ótica da responsabilidade antrópica, problematizando o uso de recursos não-renováveis, as questões relacionadas às Unidades de Conservação, os problemas ambientais enquanto problemas também sociais, discutindo, ainda, as controvérsias existentes acerca das políticas ambientais e das concepções quanto à relação seres humanos-natureza. Trazendo vários autores da área da Educação Ambiental, seu texto aborda a EA de um modo mais crítico, indo além de questões como reciclagem e separação e tratamento de resíduos, discutindo as questões ambientais nos âmbitos ecológico, filosófico, econômico, geopolítico, bem como sob a ótica do direito. Entretanto, o documento não está isento de críticas, como ressaltam Bomfim et al. (2013). Para os autores, falta maior aproximação do texto-base com o docente, em especial no que tange à aplicabilidade das questões ambientais nas diferentes áreas do conhecimento e ao não apontamento de possibilidades para se trabalhar com a temática. Há também a dificuldade de proposição de ações coletivas e de enfrentamento político e a não problematização sobre como os diferentes grupos sociais lidam com diferentes riscos frente à degradação ambiental.

Com o objetivo de entender melhor como essa ciência tem feito parte do cotidiano das pessoas, seja no ambiente escolar ou fora dele, diferentes estudos têm sido feitos com abordagens perceptivas, de modo a compreender como alunos/as, educadores/as, professores/as e o público leigo apropriam-se dela (MELLO; MELLO; TORELLO, 2005). Para Duarte et al. (2016), diferentes déficits e confusões existem no conhecimento das pessoas acerca de processos e conceitos ligados à Paleontologia, o que pode estar associado não apenas a uma carência do material didático, mas também às confusões conceituais reproduzidas pela mídia, a deficiência na formação dos professores/as (inclusive quanto à formação continuada), e a falta de integração de diferentes ambientes educativos entre si, sejam formais ou não-formais, tais como escolas, museus, sítios paleontológicos e os próprios profissionais da área.

Pensando na integração entre esses ambientes, os autores Oliveira et al. (2019) realizaram uma análise perceptiva buscando avaliar a relação entre a proximidade de um parque paleontológico e o estímulo ao conhecimento sobre a área, para estudantes da educação básica brasileira, comparando aqueles que moram próximos ao local e aqueles que moram distantes a ele. Segundo esse mesmo trabalho, houve uma diferença significativa entre os dois grupos, com o primeiro sendo bastante favorecido pela ligação com o espaço educativo não-formal. Para Almeida et al. (2013), a educação não-formal diverge da educação formal pelo fato de a primeira obedecer a uma estrutura e uma organização diferentes das escolas, com estabelecimento de horários e locais mais flexíveis e adaptáveis a públicos distintos (diferentes públicos podem beneficiar-se de modos distintos). Assim, abrange várias possibilidades educativas em diferentes momentos de vida de um indivíduo (ALMEIDA et al., 2013).

Instituições tais como laboratórios e museus são espaços distintos das escolas, por apresentarem histórias, linguagens e propostas educativas e pedagógicas distintas, ainda que todos eles sejam espaços sociais interligados e que podem se complementar para a formação de cidadãos/ãs cientificamente alfabetizados/as (ALMEIDA et al., 2013). Os saberes produzidos fora da sala de aula podem se tornar acessíveis de um modo mais lúdico, suprimindo carências de saberes e possibilitando o empoderamento cultural e científico (ALMEIDA et al., 2013). Ao mesmo tempo, o conhecimento produzido dentro de espaços formais pode também estimular a utilização e a produção de conhecimento em espaços não-formais, colaborando com a divulgação científica em museus, sítios paleontológicos, laboratórios e universidades (por meio de projetos de extensão), por exemplo.

É também em ambos os espaços que a Paleontologia encontra possibilidades para se aproximar da questão ambiental. Em um quadro de decréscimo da disponibilidade de recursos fósseis, alteração da paisagem, aumento da taxa de extinção de espécies e incorporação em

estratos rochosos de altas concentrações de CO₂, além de outros materiais, essa ciência abre espaço para muitos questionamentos e discussões. Em uma conjuntura de ameaças de retorno a um conservadorismo extremo, com discursos hegemônicos, conservadores, ecocidas e negacionistas, que insinuam a defesa do terraplanismo e o negacionismo científico (presente inclusive nas estratégias do governo brasileiro quanto ao enfrentamento da pandemia), abordagens paleontológicas fazem-se cruciais como estratégia de resistência e enfrentamento.

Como os fósseis são provas incontestáveis de um planeta Terra em constante evolução e modificações ao longo de 4,6 bilhões de anos por mudanças geológicas advindas de sua própria estrutura (CARVALHO, 2010), um conhecimento contextualizado e crítico permite que nos coloquemos aptos/as a analisarmos a correlação de interesses e forças econômicas, políticas e sociais que se vinculam pelas relações de poder por trás da negação desses conhecimentos. Ademais, permite que possamos compreender e refletir sobre o potencial dos discursos negacionistas em gerar práticas nocivas, tais como a do desmatamento, dentro da atual conjuntura. Entender problemas atuais sob a luz dos discursos possibilita também uma reflexão acerca das práticas educativas, percebendo o quão contextualizada a problemas locais elas são.

Como o discurso é um dos momentos da prática social, conforme elucidei no capítulo 1 e volto a trazer no capítulo 6, sua análise possibilita refletir sobre a potencialidade de práticas educativas emancipatórias em meio às mudanças sociais contemporâneas que se apresentam em escala global. Isso porque há uma característica dualidade do discurso, ou seja, ele pode contribuir tanto para a reprodução quanto para a transformação das sociedades (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2001). Nesse aspecto, é fundamental entender quais discursos são legitimados com as abordagens científicas (aqui, em especial as abordagens paleontológicas).

Para Alonço e Boelter (2016), é preciso que a Paleontologia e o conhecimento a ela associado deixem de ser simplesmente uma ferramenta, tornando-se um importante eixo guia para a abordagem da origem e evolução da vida na Terra, integrando, também, processos atuais e questões relacionadas à Educação Ambiental (assunto sobre o qual me debruçarei no próximo capítulo). A Paleontologia não pode ser vista apartada do debate ambiental, tampouco de uma visão crítica dos discursos associados, sendo importante identificar aspectos ideológicos e hegemônicos do momento discursivo que toma parte nas conexões entre os campos (ambiental e paleontológico).

Embora na bibliografia específica da área seja sempre colocada em discussão a importância de maior ligação entre Paleontologia e Educação (SCHWANKE; SILVA, 2004), pouca luz é ainda lançada sobre a relação entre essa ciência e a Educação Ambiental. Quando

esta última é citada, percebe-se a associação com discursos hegemônicos que se voltam a práticas individuais de bons comportamentos por parte dos/as cidadãos/ãs. Embora insinuem atitudes necessárias à preservação e à conservação da natureza para as futuras gerações, esses discursos abstêm-se de críticas ao sistema econômico de produção capitalista como principal causa dos danos socioambientais que se dão de forma desigual, ligando-se, assim, a uma EA mais conservadora (LAYRARGUES; LIMA, 2014), o que será discutido no capítulo 5 desta tese.

Não objetivo aqui dizer que as atitudes individuais apresentadas como necessárias nesse material bibliográfico não sejam importantes, mas enuncio a carência de um olhar mais crítico à relação Paleontologia e Educação Ambiental, o que se tornará mais evidente no capítulo supramencionado. Se a educação contemporânea no Brasil, não encontra respostas em soluções disciplinares e reducionistas (LAYRARGUES; LIMA, 2011), o ensino da Paleontologia mostra-se ainda conservacionista, ignorando a existência dos mitos em Ciência e Tecnologia (CT). Para Auler (2007) tais mitos consistem na perspectiva salvacionista sobre CT (associada a concepção de neutralidade de ambas), no determinismo tecnológico e na superioridade do modelo de decisões tecnocráticas. É preciso, assim, que a educação em ciências (e incluo aqui a ligação entre Paleontologia e Educação Ambiental) problematize essa construção histórica, mostrando que o progresso científico não necessariamente coincide com o progresso social, que CT não é superior, tampouco salvacionista, e que há relações sociais nas quais ciência e tecnologia são concebidas, não sendo, portanto, neutras (AULER, 2007).

Nesse sentido, é preciso superar a neutralidade, o modelo de decisões tecnocráticas (que visa eliminar o sujeito do processo científico-tecnológico) e a perspectiva salvacionista atribuída à CT (AULER; DELIZOICOV, 2001). Discursos voltados à crença no desenvolvimento científico, tecnológico e econômico enquanto condutores automáticos e lineares do desenvolvimento do bem estar social devem ser vistos com um olhar crítico, o mesmo proposto por Walter Benjamin em sua crítica ao progresso. Em meio à crise ambiental da qual a pandemia é uma de suas muitas consequências, é preciso enxergar a ciência enquanto produtora de verdades discutíveis, que precisam incorporar experiências outras que as modernas, na busca pela potência das conexões entre questões sociais e ambientais (LATOUR, 2020).

Embora o histórico das discussões sobre a EA mostre que há certo consenso sobre a importância da pauta das questões ambientais nos ambientes formais e não formais de ensino, essas discussões têm se dado de modo a secundarizar as vivências e incertezas mais radicais, mais agudas, sem reconhecer os coletivos populares como produtores de saberes (ARROYO, 2011). Mas é preciso que essa EA (em ligação com a Paleontologia) incorpore a luta por uma

nova sociedade, por meio de uma educação libertadora, emancipatória e democrática, o que se dá por meio da dialogicidade, problematização e conscientização, considerando a realidade dos indivíduos, contribuindo com sua consciência crítica e sua participação no mundo em que vivem (FREIRE, 1987).

Como apontei no capítulo anterior e neste capítulo, é possível dizer que a Paleontologia ainda parece estar apartada de práticas educativas escolares e não escolares que a contextualizem ao cotidiano dos sujeitos e a vinculem a questões atuais de cunho socioambiental (ABRANCHES; BERNARDES-DE-OLIVEIRA, 2017). Nesse contexto, enquanto muitos sítios de interesse paleontológico encontram-se em situações de injustiça e conflitos ambientais (conforme apontado no capítulo anterior), questões no campo da Justiça Ambiental e da Ecologia política podem ajudar a pensar em como esse “estudo dos seres antigos” pode envolver uma EA mais crítica.

Pode ser importante entender de que modo uma leitura crítica da realidade por meio da Paleontologia e da EA pode contribuir não apenas com a superação da lógica interna das disciplinas no ambiente escolar, mas com transformação social nos sítios paleontológicos. O conhecimento paleontológico é ainda subutilizado na educação brasileira, distante da sala de aula e dos espaços não formais de ensino (SCHWANKE; SILVA, 2004), com falta de relação entre o currículo escolar e as experiências vivenciadas pelos/as alunos/as, falta de decodificação da linguagem científica para estudantes e leigos, enquanto essa ciência aparenta “fugir” do pertencimento de comunidades em geral (até mesmo aquelas que vivem em sítios paleontológicos, como trouxe no capítulo anterior). Pretendo, portanto, discutir, no próximo capítulo, as relações existentes, bem como as possíveis conexões entre a Paleontologia e a Educação Ambiental.

Considero oportuna uma aproximação entre os dois campos no contexto da atual crise ambiental, como estratégia de enfrentamento diante de um cenário ameaçado pelo conservadorismo e pela negação da ciência. Considero urgente uma mudança da concepção de Paleontologia no Brasil, na tentativa de buscar a interdisciplinaridade e superar a fragmentação entre Ciências Naturais e Ciências Humanas, superando-se também o determinismo tecnológico e a objetivação dos sujeitos nos ambientes formais e não formais de ensino. Mais do que a superação da neutralidade, é importante que a Paleontologia seja espaço de resistência, buscando transformar o indivíduo e a sociedade, estando ligada a situações locais.

No próximo capítulo, busco tecer essas conexões, sem deixar de me atentar aos discursos que são produzidos quando se trata das possibilidades educativas que se dão entre

Paleontologia e meio ambiente. Por meio da crítica, intento compreender a realidade, deslocando questões estritamente disciplinares.

5 NADA É NEUTRO: RELAÇÕES ENTRE A PALEONTOLOGIA E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA

Nos capítulos anteriores, busquei apresentar a conjuntura que toma parte de minha pesquisa no que tange aos discursos que comumente encontram-se associados à Paleontologia no cenário das questões sobre o Antropoceno, sobre as relações que se estabelecem entre os sítios de importância paleontológica e os/as moradores/as de seu entorno, bem como no cenário científico e educativo brasileiros.

Defendi que a gestão dos sítios paleontológicos e espeleológicos de Minas Gerais, aparentemente vem se dando de forma apartada da população, mantendo-se a hegemonia do capital quanto aos benefícios do turismo, que não são revertidos aos/às moradores/as locais, especialmente no que tange ao seu reconhecimento, sua participação nos processos decisórios, sua inclusão também nos benefícios econômicos, bem como a transformação social (SILVA; COSENZA, 2021). Para além do levantamento bibliográfico e das tessituras conjunturais, minha pesquisa por meio da análise discursiva do MEI Rota das Grutas, das respostas aos questionários enviados aos/às monitores/as ambientais do PESU, e das entrevistas com os/as moradores/as locais, ajudou a capturar o contexto com mais propriedade, e então pude entender melhor essa relação entre as comunidades e seu patrimônio paleontológico.

De todo modo, em meio à crise ambiental que se dá pela disjunção entre natureza e sociedade, torna-se urgente a superação de uma externalização do ambiente, com a questão ambiental sendo necessária enquanto vinculada à questão social, em um momento em que é grande a disputa entre o conhecimento tecnológico e o conhecimento autóctone, tradicional, sendo o primeiro muitas vezes considerado como salvador, em relação íntima com o capitalismo (LEFF, 2016; SILVA; COSENZA, 2019b). Enquanto isso, em uma possível transição entre modernidade tardia e o Antropoceno, múltiplos discursos circulam, insinuando por vezes visões hegemônicas da relação sociedade-natureza, culpabilizando a espécie humana enquanto força geológica uniforme e invisibilizando lutas locais em contextos de injustiça ambiental.

Uma questão que vem se colocando cada vez mais em evidência e que também envolve a preocupação quanto à dualidade entre seres humanos e natureza, mais especificamente quanto à objetificação (e mercantilização) da segunda, consiste na proposta da concessão de parques à iniciativa privada por meio do Programa de Concessão de Parques Estaduais - Parc, do Governo de Minas Gerais, sobre o qual teci considerações iniciais no capítulo 3 desta tese. É necessário

que nos questionemos sobre os possíveis impactos e conflitos socioambientais em que tal proposta poderá resultar.

Em meio à pandemia da COVID-19, pode ser importante perceber como os discursos vêm conduzindo as mudanças sociais que se dão na vida social moderna, como os modos de agir dão-se por meio de rearranjos e recontextualização de discursos (FAIRCLOUGH, 2006), a exemplo dos discursos ecocidas, com potencial para gerar práticas de mercantilização da natureza, de desterritorialização de populações, de desmatamento, ou mesmo práticas para facilitar a propagação do vírus, ao negar a importância do uso de máscaras (SILVA; PIRES; PEREIRA, 2020). Da mesma forma, é importante compreender como a mídia pode contribuir com os discursos hegemônicos, reforçando a ideia salvacionista da tecnologia e do progresso enquanto soluções para os principais problemas da modernidade apontados por Norman Fairclough e Walter Benjamin.

É possível, ainda, pensar que o contexto das diferentes globalizações (SANTOS, 2002) pode estar favorecendo um modo de reprodução midiática da Paleontologia que não condiz com as realidades dos sítios paleontológicos/espeleológicos brasileiros, ficando invisibilizadas as lutas locais de cunho socioambiental e saberes outros, próprios a esses ambientes. Talvez por isso essa ciência esteja ainda distante do cotidiano das pessoas em geral, faltando uma maior relação com questões ambientais de cunho crítico, o que seria facilitado pela aproximação entre a Paleontologia e a Educação Ambiental Crítica. A partir daí, novos discursos podem ser construídos e, como os discursos contribuem tanto para a reprodução quanto para a transformação das sociedades (FAIRCLOUGH, 2001), novas relações e resistências contra hegemônicas podem emergir.

A educação pode auxiliar na construção contra hegemônica, trazendo mais do que a aquisição de conhecimentos científicos. Uma EA de viés crítico, emancipatório, democrático e transformador (LAYRARGUES; LIMA, 2011) pode colaborar com a luta por uma nova sociedade, por meio da dialogicidade, problematização e conscientização (FREIRE, 1987), contribuindo tanto para a consciência crítica dos sujeitos, quanto para sua participação no mundo em que vivem (SILVA; COSENZA, 2019b). Essa educação libertadora tem também um papel decolonial, já que dá visibilidade aos povos oprimidos, cujas vozes foram silenciadas pela “narrativa moderno-colonial capitalista” (SALGADO; MENEZES; SÁNCHEZ, 2019, p. 599).

A articulação do desenho teórico desta tese está em tecer relações entre Paleontologia, Ecologia Política, Justiça Ambiental e Educação Ambiental, mostrando a importância de se partir da problemática socioambiental local e de uma lente que foque o giro decolonial, em uma

EA desde o sul, comprometida com as realidades socioambientais historicamente resultantes dos processos de colonização e comprometida com a produção de epistemologias populares (chaves para a construção de Pedagogias Decoloniais) (SALGADO; MENEZES; SÁNCHEZ, 2019).

A Paleontologia e a EA podem constituir, em conjunto, resistência a práticas desprovidas de conteúdos sociocríticos, permitindo a criação de inteligibilidade recíproca entre diferentes lutas sociais. Desse modo, é possível que contribuam na formação de indivíduos atuantes nas comunidades, fomentando a ação coletiva na esfera pública e possibilitando que os cidadãos se tornem aptos a participarem de debates dos mais variados, tais como os que envolvem problemas ambientais (como emergência climática, pandemias e redução da biodiversidade).

Quando ambos os campos (Paleontologia e Educação Ambiental) são associados em estudos sobre geossítios (termo apresentado anteriormente e melhor detalhado a seguir) brasileiros, geralmente envolvem questões como geodiversidade, geoconservação e geoturismo. Fósseis, rochas onde eles estão contidos, minerais que formam o substrato rochoso, solo originado por meio de um longo tempo de exposição dessas rochas e desses minerais aos agentes intempéricos, fenômenos e processos que modelam esses elementos e dão origem às paisagens, formam um conjunto de componentes abióticos da natureza que tem sido comumente abordado nesses estudos, em associação a estratégias de Educação Ambiental (COVELLO, 2011; GESIKI, SANTUCCI, 2011; LOPES, ARAÚJO, CASTRO, 2011; QUARESMA, CISNEROS, 2013; ONARY-ALVES et al., 2015; MEIRA, BRITO, MORAIS, 2016; PALHARES; GUERRA, 2016).

O conceito de geodiversidade é relativamente recente e foi utilizado pela primeira vez em 1940 para se referir à diversidade geográfica, ou seja, diversas representações socioespaciais possíveis para determinado recorte. Entretanto, nas últimas décadas o conceito tem sido usado em referência à associação dos elementos abióticos que compõem a natureza e aos quais são atribuídos diversos valores e interesses (MEIRA, BRITO, MORAIS, 2016), como será discutido neste capítulo. Mas esses elementos ainda são pouco estudados de uma forma sistêmica e, embora se fale da necessidade da geoconservação como uma estratégia que garanta tanto a proteção da geodiversidade quanto do registro da história geológica da Terra, essa fica muitas vezes relegada a um papel secundário em relação à proteção/conservação da biodiversidade (COVELLO, 2011; MEIRA; BRITO; MORAIS, 2016).

Há autores/as que defendem que a pouca atenção à geoconservação pode se dar porque talvez ainda haja uma falta de conhecimento quanto à estrutura da paisagem por parte da

sociedade em geral e, como o que é mais fácil de compreender normalmente é priorizado, há mais mobilização para ações em prol da fauna e da flora. Além disso, Meira; Brito; Morais (2016) também alertam para o marketing ambiental, o qual consideram como a lógica ambiental associada à lógica capitalista pautada na consciência ambiental, no desenvolvimento sustentável, dentre outros aspectos, e que valoriza a busca por uma natureza focada em sua biodiversidade, seus elementos bióticos, em detrimento dos elementos abióticos.

A geoconservação conta, assim, com programas e estudos ainda incipientes. Além de serem considerados Patrimônio Cultural brasileiro, sendo passíveis de preservação e proteção, sítios paleontológicos/espeleológicos e os fósseis propriamente ditos são também objetos da geoconservação. São considerados Patrimônio Geológico, sendo os sítios, Patrimônio Geológico *in situ* e os fósseis coletados, que passam a compor coleções científicas, Patrimônio Geológico *ex situ* (VIANA, CARVALHO, 2019). De todo modo, a definição como Patrimônio Geológico dá-se quando um elemento da geodiversidade ganha valor excepcional para a ciência, para o ensino e/ou para a cultura (por ter relevância local, regional, nacional ou internacional). Patrimônio Geológico e Geodiversidade não são, portanto, sinônimos, mas ambos são de grande importância no contexto da geoconservação (MEIRA, BRITO, MORAIS, 2016). Mas, por serem usados como recursos pela sociedade, Covello (2011) defende que é difícil assegurar a proteção de todos os elementos da geodiversidade.

No sentido de garantir que o Patrimônio Geológico brasileiro seja resguardado e que a geoconservação seja promovida tanto por meio de medidas governamentais quanto pela educação (em especial, a Educação Ambiental), foi assinada, em 2006, a Declaração de Aracaju, durante o Congresso Brasileiro de Geologia (VIANA; CARVALHO, 2019). Além de considerar a vulnerabilidade de tal patrimônio como um bem não renovável que vem sofrendo ameaças de diversos tipos, o documento indicou, dentre outras estratégias, a adoção do programa de Geoparques da UNESCO e a promoção de programas de geoturismo como um modo de inclusão social. A UNESCO também recomenda a participação e integração da comunidade nas áreas de inserção de geoparques, de modo que ela possa receber informação científica em uma linguagem acessível. Ainda nessa proposta, indica que as empresas que se utilizem dos georrecursos responsabilizem-se por programas de Educação Ambiental e responsabilidade social no que concerne às áreas destinadas à geoconservação (VIANA, CARVALHO, 2019).

Segundo Brilha (2005), os geoparques podem estimular a sustentabilidade das comunidades locais, combinando conservação do patrimônio geológico, educação e desenvolvimento sustentável (termo, por sua vez, criticado pela Educação Ambiental, como

será destacado mais à frente). Desse modo, possibilitam o fortalecimento da identidade regional e do patrimônio cultural, em um novo modelo de gestão territorial, que visa o bem-estar das comunidades locais e a integridade física dos ambientes (LOPES; ARAÚJO; CASTRO, 2011). Mas no Brasil alguns estudos têm mostrado a dificuldade de se estruturar modos eficazes para atingir a geoconservação, incluindo o envolvimento com a comunidade local, nesses ambientes, bem como nos sítios de importância geológica e paleontológica em geral, especialmente devido à natureza recente desses esforços no país (COVELLO, 2011; QUARESMA; CISNEROS, 2013; ONARY-ALVES et al., 2015; PALHARES; GUERRA, 2016).

Para alguns/mas autores/as, entretanto, o geoturismo, ramo turístico associado a essas áreas, embora tenha características importantes para a conservação do patrimônio geológico, sendo também fundamental para divulgar a geodiversidade do país, deve ser considerado com cuidado (LOPES; ARAÚJO; CASTRO, 2011; PALHARES; GUERRA, 2016). Embora possa colaborar com o desenvolvimento econômico local das comunidades onde se faz presente, é necessário que vários fatores considerem essa mesma comunidade para que se beneficie dele, a exemplo de seu envolvimento na tomada de decisões (LOPES; ARAÚJO; CASTRO, 2011). Entretanto, como apontei no capítulo 3 desta tese, quando o geoturismo é mal planejado pode gerar impactos negativos de cunho ambiental, social e econômico. Pode haver vandalismo, remoção ilegal de fragmentos minerais, rochosos ou mesmo de fósseis, utilização incorreta e fluxo de visitantes maior do que o ambiente pode suportar, além da geração limitada de benefícios econômicos quando a renda obtida com o turismo não vai para a comunidade local, o que ocorre, por exemplo, quando não há empregabilidade de pessoas dessa comunidade (SANTOS; CARVALHO, 2011; PALHARES; GUERRA, 2016).

Onary-Alves et al. (2015) defendem que os geoparques (o que pode ser estendido também para geossítios, como sítios paleontológicos e os demais ambientes onde se faz presente o geoturismo), segundo um dos pressupostos da UNESCO, devem assegurar que as comunidades humanas sob sua influência possuam pleno conhecimento a respeito da proposta. A geodiversidade e a geoconservação devem ter significado cultural para comunidades locais, de modo que o “uso” desse conhecimento não fique restrito apenas a valores científicos, educacionais e/ou turísticos, mas que esteja disponível para toda a sociedade (VIANA; CARVALHO, 2019). Nesse sentido, ainda segundo critérios da UNESCO, essas áreas devem envolver Educação Patrimonial e Educação Ambiental (ONARY-ALVES et al., 2015).

A Educação Patrimonial refere-se ao conjunto de processos educativos, sendo eles formais ou não formais, que enfoquem o patrimônio cultural, importante à compreensão sócio-histórica das manifestações culturais, visando contribuir com seu reconhecimento e sua

valorização. Isso deve se dar, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (VIANA; CARVALHO, 2019), por meio de um processo coletivo e democrático de construção do conhecimento, devendo incluir a participação das comunidades que detêm e produzem essas referências culturais. Assim, ainda para Viana e Carvalho (2019), a Educação Patrimonial é importante tanto no que tange à salvaguarda do patrimônio geológico, quanto ao compromisso social do/a cientista. Ao se considerar o patrimônio como fonte de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo, por meio da inclusão das comunidades que vivem nesses ambientes em projetos de Educação Patrimonial e de geoturismo, tem-se uma alternativa mais viável para a geoconservação e a difusão do conhecimento científico (GRUNBERG, 2000; VIANA; CARVALHO; 2019).

Já em relação à Educação Ambiental, quando esta é trazida em trabalhos que envolvem geodiversidade, geoconservação e sítios de interesse geológico/paleontológico, frequentemente ela aparece como uma ferramenta importante à manutenção de geossítios, em especial no que diz respeito ao seu uso turístico e educativo (educação formal e não formal), bem como sua divulgação, por meio de um esforço no sentido de tornar a linguagem das Ciências da Terra mais acessível e prazerosa ao grande público (HENRIQUES, 2010; COVELLO, 2011; LOPES; ARAÚJO; CASTRO, 2011; QUARESMA; CISNEROS, 2013; MEIRA; BRITO; MORAIS, 2016; PALHARES; GUERRA, 2016). Entretanto, quando tais discussões emergem, frequentemente, trazem esse público na figura dos/as visitantes, dos/as turistas que frequentam essas áreas. As relações com a comunidade local ficam pouco explícitas, em geral focadas apenas no processo de tomada de decisões concernente ao uso turístico, o que é visível nos trabalhos aqui apontados.

Mas pode ser importante refletir sobre o quão eficazes são tais ações educativas quando os/as próprios moradores/as das áreas de interesse geológico e paleontológico não têm sua identidade cultural e ambiental incluída no processo. A própria Interpretação Ambiental, tida como um processo de Educação Ambiental cujo “objetivo final é a mudança de atitude diante da conservação do patrimônio natural/cultural” por meio do conhecimento sobre o tema, por uma ligação emocional (MEIRA; BRITO; MORAIS, 2016, p. 13), considera a importância de se trazer uma experiência para o público visitante, a partir do conhecimento sobre o perfil desse público que consiste, majoritariamente, nos/as turistas. Segundo a literatura específica, o processo de Interpretação Ambiental visa, ainda auxiliar na compreensão do ambiente natural, com a comunicação por uma linguagem acessível, com termos não científicos, possibilitando que se aprofunde tanto o conhecimento quanto a apreciação da natureza (MEIRA; BRITO; MORAIS, 2016).

Ao defender a necessidade de novas conexões entre Paleontologia e Educação Ambiental, proponho, neste capítulo, apresentar mais detalhadamente como vem se dando a EA associada aos geossítios brasileiros de interesse paleontológico e quais discursos vêm emergindo dessas relações. Parto desse cenário para, posteriormente, apresentar um breve histórico da EA no Brasil, apontando reflexões sobre as possíveis tessituras entre EA e Paleontologia. Desse modo, teço tais discussões nas sessões abaixo.

5.1 GEODIVERSIDADE, GEOCONSERVAÇÃO E GEOTURISMO: POSSIBILIDADES PARA NOVOS HORIZONTES (SOCIO)AMBIENTAIS E EDUCATIVOS

Ao ser associada ao conjunto dos elementos abióticos, a geodiversidade inclui toda a “variedade de ambientes geológicos, fenômenos e processos ativos que dão origem a paisagens, rochas, minerais, fósseis, solos e outros depósitos superficiais que são suporte para a vida na Terra” (BRILHA, 2005, p. 57).

A esses elementos da geodiversidade são atribuídos os seguintes valores, segundo Gray (2004): I) intrínseco, que é o valor por si só; II) cultural, devido às relações existentes entre sociedade e meio ambiente natural ao qual ela pertence e no qual está inserida; III) econômico, voltado à manutenção das relações sociais, tais como a mineração, o uso do solo, a demanda de combustíveis, etc.; IV) estético, pelo valor subjetivo dado pelo observador; V) funcional, de acordo com a possibilidade de determinado elemento contribuir com o bem-estar humano; e VI) científico e educativo, pois o estudo de seus elementos é essencial à investigação científica no campo das Ciências da Terra. Segundo o autor, esses valores em conjunto justificam, portanto, o estudo e a conservação dos elementos da geodiversidade.

O conceito vem sendo empregado principalmente em estudos de geoconservação, com o objetivo de se evitar mudanças irreversíveis a esse patrimônio natural (COVELLO, 2011; QUARESMA; CISNEROS, 2013). Além disso, por consistir em recursos naturais não renováveis, a geodiversidade é de extrema importância em ações de conservação, tornando indispensável o conhecimento geológico em associação ao conhecimento biológico, de modo a permitir que se entenda a biodiversidade atual por meio dos estudos geológicos e paleontológicos da biodiversidade do passado, o que é possível graças aos fósseis, grandes motivadores da geoconservação (QUARESMA; CISNEROS, 2013).

O Brasil tem uma geodiversidade muito rica, com importantes e diversos testemunhos da história geológica da Terra, de praticamente toda a escala do tempo geológico (QUAREMA; CISNEROS, 2013). Nosso relevo é formado por morros, picos, serras, chapadas e cachoeiras,

guardando também um rico e diversificado registro fóssil. Aqueles locais para os quais foram/são atribuídos valores singulares, como científico, pedagógico, intrínseco, econômico, cultural, estético, turístico, dentre outros, por meio da “presença de formações rochosas específicas, processos geológicos ou geomorfológicos peculiares e representativos, e a ocorrência única de fósseis, são denominados de geossítios ou geótopos” (COVELLO, 2011, p. 40).

Segundo Covello (2011), o patrimônio geológico, ao ser o conjunto de geossítios de determinada região, englobando também o patrimônio paleontológico, mineralógico e geomorfológico, deve ser valorizado e preservado. Para a autora, os geossítios são uma possibilidade tanto para o turismo quanto para a EA, já que permitem a divulgação do conhecimento científico, em especial dos processos que levam às mudanças geológicas e geomorfológicas do planeta, bem como dos elementos constituintes da geodiversidade. Assim, valoriza-se também a importância da preservação de ambientes testemunhos da evolução geológica da Terra.

A palavra patrimônio é geralmente associada a questões do campo da memória. Enquanto o patrimônio está relacionado a uma herança do passado, deixada para distintas culturas no presente, que poderão transferi-la para a futuras gerações, a memória pode ser definida como uma construção social de diferentes identidades e patrimônios a serem revelados e preservados (VIANA; CARVALHO, 2019). A memória, enquanto caráter individual e também coletivo, pode facilitar a reconstrução do passado em conjunto com fragmentos materiais e ambos podem transformar a herança em patrimônio, seja ele cultural, natural, mundial ou da humanidade (VIANA; CARVALHO, 2019). Os fósseis são considerados patrimônio cultural, educacional e científico, como prescrito na Constituição Federal Brasileira:

Patrimônio Cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I- as formas de expressão; II- os modos de criar, fazer e viver; III- as criações científicas e tecnológicas; IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, Art. 216).

A Portaria nº. 542 do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM (BRASIL, 2014), hoje Agência Nacional de Mineração - ANM (BRASIL, 2017), especifica o que são fósseis, onde podem ser encontrados, e define também os procedimentos para autorização de

extrações. Traz o conceito de salvamento paleontológico, que prevê a interrupção de atividades como construções ou a mineração, quando da descoberta de fósseis no local. A portaria também prevê pena de 1 a 5 anos de detenção e multa, no caso do transporte de fósseis para o exterior, e 1 a 3 anos, além da multa, para quem adquirir, transportar ou reter fósseis. O intercâmbio científico, teoricamente, está assegurado.

Há um Projeto de Lei, de nº. 7420/2010 (BRASIL, 2010), que pretende incluir entre os bens da União todos os fósseis, trazendo conceitos e expressões como depósito fossilífero, sítio fossilífero e patrimônio fossilífero. Tem como marcos a proposta de definição de Monumento Nacional Fossilífero (como uma unidade territorial de Conservação Ambiental que visa preservar o patrimônio) e a inclusão de crimes contra esse patrimônio como crimes ambientais.

Tanto os sítios paleontológicos/geológicos/espeleológicos (dentre outros) quanto os fósseis podem, portanto, ser considerados Patrimônio Cultural e Patrimônio Geológico, passíveis de preservação, proteção e objetos da conservação. Os locais com ocorrência de materiais importantes para o estudo dos fósseis e os aspectos relacionados, tais como evolução dos organismos, variações ambientais e mudanças climáticas, catástrofes e extinções, passíveis de tombamento como monumentos naturais podem, ainda, ser denominados sítios paleontológicos. Estes últimos fazem parte do Patrimônio Mundial, nosso legado do passado, a memória da Terra, a qual deve ser protegida e preservada a nível de humanidade, como parte de sua herança (VIANA; CARVALHO, 2019).

De acordo com a Declaração Internacional dos Direitos à Memória da Terra, elaborada e assinada em 1991 durante o I Simpósio Internacional sobre Patrimônio Geológico, que ocorreu na França, a Terra, como berço da vida, tem sua história intimamente ligada à história humana, uma herança compartilhada (VIANA; CARVALHO, 2019). Assim, a memória da Terra registrada na paisagem, nas rochas (sejam elas em profundidade ou na superfície) e nos fósseis, antecede a memória humana e traz consigo a memória da vida, que transcende ao tempo. A Declaração fala, ainda, da importância de se manter a memória na forma do patrimônio cultural, natural e geológico, especialmente no que tange à preservação contra ações que possam promover a perda irremediável da memória geológica, afirmando que o “desenvolvimento”, em todas as suas formas, não pode desconsiderar o valor e a singularidade de tal patrimônio.

Enquanto Patrimônio Cultural, alguns autores defendem que o Patrimônio Paleontológico depende, para sua valorização e preservação, da consciência e da relação de pertencimento (enquanto elemento da própria identidade) dos grupos sociais a eles relacionados, bem como de seus aspectos culturais (VIANA; CARVALHO, 2019). Afinal,

como mostra Chauí (2006), o Patrimônio Cultural (ou Histórico-Cultural) é constituído por coisas ou acontecimentos que têm um valor que não é medido por sua materialidade, mas sim por sua força simbólica, estabelecendo a mediação, por exemplo, entre vivos e mortos, passado e presente. Ou seja, significações simbólicas que dão sentido para determinada coletividade, denominadas semióforos (e são justamente esses semióforos que dão origem às coleções).

A maior associação entre o Patrimônio Paleontológico e os moradores das áreas de importância paleontológica é necessária até mesmo devido à insuficiência de instrumentos legais para proteção e salvaguarda dos fósseis, como foi dito no capítulo 3. Por esse motivo, Viana e Carvalho (2019), defendem a gestão compartilhada desse patrimônio, integrando e articulando a coletividade aos órgãos do Poder Público.

Os discursos associados a textos sobre Patrimônio Paleontológico envolvem a defesa de sua preservação para as futuras gerações, bem como a importância de trabalhos de campo para pesquisas na área que envolvam ações educacionais, visando a geoconservação e o respeito à geodiversidade, por meio de ações sustentáveis, que respeitem as tradições locais e mantenham a população informada (VIANA; CARVALHO, 2019). Tendo potencial para representar importância social e econômica para as regiões onde se encontram, os sítios de importância paleontológica podem permitir, ainda, “viagens no tempo”, ao mostrarem testemunhos da transformação da paisagem, possibilitando construção de conhecimento e interesse público, fortalecendo a identidade cultural e a educação em ciência e meio ambiente (CARVALHO, 2010; VIANA; CARVALHO, 2019).

Com vistas ao entendimento público do patrimônio e o aprofundamento de sua relação com a sociedade, BRILHA (2016) ressalta a importância da geodiversidade para usos pela sociedade tanto em valores educacionais quanto turísticos, devendo ter um significado cultural para as comunidades locais, cujo patrimônio precisa ser inventariado por meio de consulta a pesquisadores/as e especialistas em cultura, educação e turismo. Para entender como essas relações podem se dar, explanarei, aqui, as principais estratégias em geoconservação que se dão em geossítios (inclusive sítios paleontológicos) e geoparques, bem como as implicações do geoturismo.

Com o objetivo de manter a integridade física dos geossítios, possibilitando o acesso do público geral a esses locais, as estratégias de geoconservação precisam contemplar proteção contra a degradação dos elementos da geodiversidade, valorização do patrimônio, divulgação, ações educativas e monitoramento (BRILHA, 2005). Entretanto, como os pressupostos dessas ações são ainda recentes, tendo se tornado formalizados e reconhecidos apenas no final do século XX, de acordo com contextos europeus (ONARY-ALVES et al., 2015), a efetivação de

tais ações encontra, ainda obstáculos. Alguns desses consistem na falta de ações efetivas em EA e Educação Patrimonial (abordada mais à frente), desconexão entre essas ações e a comunidade, falta de estruturação de métodos eficazes, deficiências na comunicação entre conhecimento científico e público leigo, disputa, pelo mesmo território, entre o que é considerado crescimento econômico e a conservação, dentre outros (GESIKI; SANTUCCI, 2011; ONARY-ALVES et al., 2015).

Viana e Carvalho (2019) defendem que a geoconservação precisa contar com planos e ações no sentido da preservação, conservação e sustentabilidade de geossítios e elementos neles encontrados, como se faz necessário em sítios paleontológicos e respectivas coleções de fósseis. Para Henriques; Tavares; Bala (2011) a geoconservação, ainda, deve ter uma significativa inter-relação social, que não perca de vista o entendimento público acerca desse patrimônio, por meio do planejamento e gestão adequados, conhecimento científico, interpretação e divulgação, tendo importância para a sociedade em geral, especialmente para as comunidades locais.

No Brasil, a criação de Unidades de Conservação e o tombamento de áreas cujos elementos têm apelo cultural, paisagístico e turístico podem colaborar no sentido da salvaguarda de rochas, minerais, fósseis, solos e da geomorfologia local (o que inclui as formas do terreno e seus processos constituintes). Também com o objetivo de proteger essa paisagem natural, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, prevê, em seu artigo 4^o, incisos VII e VIII, a proteção dos elementos componentes da geodiversidade, sejam eles de natureza geológica, paleontológica, arqueológica, espeleológica, geomorfológica e cultural (BRASIL, 2000). Nessa Lei do SNUC, unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável são dois grupos aos quais são atribuídas as categorias dessas áreas protegidas (sendo possível, no segundo grupo, compatibilizar certas atividades à conservação dos recursos naturais, como será discutido nesta tese, ao longo das análises críticas discursivas) (GESIKI; SANTUCCI, 2011).

Como uma alternativa voltada à geoconservação, surge a proposta dos geoparques. Uma “estratégia territorial com limites definidos, destinados a práticas de geoconservação e desenvolvimento econômico sustentável das cidades envolvidas” (ONARY-ALVES et al., 2015, p. 94), o geoparque, embora não seja caracterizado como uma área de proteção ambiental legal, é um geossítio de amplo interesse geológico, paleontológico ou arqueológico, representativo da evolução geológica da região onde se encontra e que tenha também significativa biodiversidade e potencial turístico (ONARY-ALVES et al., 2015; VIANA; CARVALHO, 2019).

Embora o conceito possa ser usado da forma acima mencionada, por pesquisas e órgãos distintos, tais como a Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP), há também o termo geoparque relacionado ao Programa de Geoparques, como mencionei na introdução deste capítulo, e que vem sendo apoiado desde 1999 pela UNESCO. Esta criou uma rede global de geossítios com importância geológica significativa e estratégicos para a sustentabilidade, a Global Geoparks Network - GGN (ONARY-ALVES et al., 2015; VIANA; CARVALHO, 2019). Para ter o selo de Geoparque da UNESCO, entretanto, é fundamental que a área proporcione a oportunidade de uma fonte de renda para as comunidades locais, não sem assegurar que essas mesmas comunidades sob sua influência possuam pleno conhecimento a respeito da proposta (ONARY-ALVES et al., 2015).

(...) Um geoparque deve assegurar o desenvolvimento sustentável através do geoturismo, reforçando a identificação da população com sua região, promovendo o respeito ao meio ambiente e estimulando a atividade socioeconômica com a criação de empreendimentos locais, pequenos negócios, indústrias de hospedagem e novos empregos. Dessa forma, deve também gerar novas fontes de renda para a população local e atrair capital privado, estimulando o empreendedorismo. (VIANA; CARVALHO, 2019, p. 33).

O único com selo da UNESCO no Brasil é o GeoPark Araripe, localizado no Ceará. Conhecido internacionalmente por sua grande diversidade de fósseis de diferentes idades geológicas e o excelente estado de preservação dos exemplares fossilizados, é considerado um *Lagerstätten* (o termo, em alemão, refere-se a jazidas fossilíferas com condições de excepcional preservação) (CARVALHO, 2010; VIANA; CARVALHO, 2019). Outras áreas também são potenciais geoparques e muitas localidades brasileiras contam com projetos de geoparque. Entretanto, não puderam ainda obter o selo da UNESCO, por motivos tais como: falta de intercâmbio entre o conhecimento científico e o público leigo; falta de atividades socioeducativas entre pesquisadores/as e moradores/as das comunidades do entorno (falta de expansão educativa); não consideração/conservação da identidade cultural e ambiental da região na proposta; ausência ou ineficácia de projetos em Educação Ambiental e Educação Patrimonial, dentre outros (ONARY-ALVES et al., 2015).

A UNESCO incentiva, dentro de um geoparque, o geoturismo, a divulgação e a pesquisa científica, a Educação Ambiental e a valorização da cultura e dos costumes locais (GESIKI; SANTUCCI, 2011). Mas embora os geoparques possam gerar benefícios para os/as moradores/as locais, como o incentivo ao setor hoteleiro, a exemplo de todo tipo de atividade turística, esse geoturismo também pode trazer problemas, como a falta de expansão educativa,

o tráfico de fósseis e a falta de desenvolvimento regional. Por sua vez, “o tráfico de fósseis e a falta de engajamento da população com o geoparque estão intimamente relacionados com a ineficácia da prática educativa” (ONARY-ALVES et al., 2015, p. 99).

Segundo o Ministério do Turismo, as visitas a ambientes geológicos, geomorfológicos ou paleontológicos, com uma geodiversidade que possua características estéticas ou não, e por meio da sensibilização das pessoas (tornando esse patrimônio acessível ao público leigo), permitem a contemplação de ambientes que evoquem sensações de paz, tranquilidade, pertencimento (PALHARES; GUERRA, 2016). Além disso, possibilitam a interpretação do patrimônio por meio do entendimento da história geológica, da formação e os tipos de relevo locais e processos evolutivos do e no planeta Terra (PALHARES; GUERRA, 2016).

O discurso dos documentos oficiais (Ministério do Turismo) aponta o geoturismo também como alternativa para economias locais estagnadas, bem como para as áreas do entorno, podendo gerar na comunidade local o desejo, a iniciativa em conservar essas áreas. Para isso, entretanto, Palhares e Guerra (2016) defendem que é preciso envolver a Educação Ambiental e gerar maior consciência da comunidade local e dos/as turistas sobre o próprio patrimônio. Esses autores defendem, ainda, que o geoturismo pode ser a solução para a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades e que, por meio da EA aliada ao turismo, é possível a visitação sustentável ao ambiente natural sem impactos negativos.

Para Covello (2011), essa vertente do ecoturismo deve gerar valores e benefícios sociais à comunidade onde está inserido tal patrimônio, além de assegurar sua conservação. Assim, o geoturismo não deve apenas focar na geodiversidade, mas precisa integrar as características culturais, biológicas e geológicas, garantindo uma experiência ao/à visitante. Para Covello (2011), é importante tornar esse tipo de atrativo interessante ao/à turista, levando o conhecimento geológico/paleontológico de uma forma acessível. O patrimônio geológico, dessa forma, poderá ser apreciado por diversos tipos de geoturistas, o que permite sensibilizar o público em geral, além das comunidades locais para a importância desses ambientes e de sua conservação.

Divulgando o turismo sustentável ao invés do mercadológico, o geoturismo é importante até mesmo como uma discussão concernente à atualidade, por tratar da relação ser humano-meio ambiente (PALHARES; GUERRA, 2016). Se as rochas do local possuem fósseis, as antigas paisagens e sua biodiversidade são também incrementadas ao cenário, permitindo que se explore o local por meio de uma experiência mais rica, que transforme as pessoas e multiplique a divulgação do lugar (VIANA; CARVALHO, 2019). Entretanto,

conforme já dito (e abordado no capítulo 3), se não for bem planejado, o geoturismo pode se transformar em um modo de degradação e geração de conflitos.

Para Lopes; Araújo; Castro (2011), para o geoturismo se dar de uma forma benéfica, devem haver os seguintes princípios-chave: a) base no patrimônio geológico, focando em formas e processos que podem se dar, inclusive, em ambiente urbano; b) ser sustentável, promovendo a melhoria de vida das comunidades locais, concomitantemente à geoconservação; c) fornecer informação geológica por meios interpretativos⁴⁹ e educativos, pois é preciso tratar a Educação como base para o Geoturismo; d) beneficiar as comunidades locais, o meio ambiente e a experiência turística; e) garantir a satisfação dos/as turistas. É importante destacar que os dois últimos princípios são desejáveis em quaisquer formas de turismo, mas os três primeiros são essenciais para que a atividade seja considerada geoturística.

O Brasil tem grande potencial para o geoturismo, tanto pela diversidade de elementos geológicos, quanto pelo tamanho de seu território. Mas para que haja a consciência e o reconhecimento sobre a relevância desse patrimônio, a área e seu entorno devem contar com práticas em Educação Ambiental e interpretação do patrimônio, possibilitando o acesso do público em geral ao conhecimento científico (VIANA; CARVALHO, 2019). Não se pode perder de vista, entretanto, a parceria com a comunidade, estimulando a troca de saberes, ampliando o diálogo entre os saberes científicos e populares (o que, como discuto, é também uma alternativa de resistência), buscando-se a vocação turística e o interesse do lugar (VIANA; CARVALHO, 2019).

Mas a nova forma de gestão de parques estaduais (e, conseqüentemente, de geossítios neles inseridos) por meio das concessões, na figura do Parc, ameaça a possibilidade desse diálogo de saberes, bem como de uma maior participação por parte das comunidades locais, conforme discutido brevemente no capítulo 3 para a área de estudo. Ademais, o foco na rentabilidade econômica da esfera privada pode fragilizar a formação educativa que se dá nesses ambientes, ao limitar muitas de suas áreas enquanto serviços atrativos acessíveis apenas a determinados grupos (GEA, 2022). A exploração econômica desses parques sob a forma do ecoturismo (e, mais especificamente, do geoturismo) pode vir a ser feita de acordo com o modelo hegemônico dos grupos dominantes, em um caráter essencialmente antiecológico e mercantilista. Frente ao risco de prejuízos à geodiversidade, à biodiversidade e à

⁴⁹ Aqui refiro-me à Interpretação Ambiental, importante ferramenta para revelar aos visitantes, em uma linguagem acessível, o legado natural e cultural desses ambientes, *in situ*, pois permite a experiência do visitante no local, sensibilizando-o para a importância da geoconservação (LOPES; ARAÚJO; CASTRO, 2011).

sociobiodiversidade desses geossítios englobados na proposta do Parc, a exemplo daqueles inseridos na RGPL, dedico a subseção a seguir a uma abordagem mais detalhada de como se dá tal programa, bem como suas implicações.

5.1.1 A Concessão de Parques Estaduais a entidades privadas: histórico, o Programa de Concessão de Parques Estaduais do Governo de Minas Gerais e possíveis implicações

Os primeiros espaços protegidos pela humanidade surgiram enquanto locais sagrados, locais de cultos religiosos, enquanto suposta morada física de certas entidades espirituais. Eram, portanto, protegidos de um uso humano agressivo, como ocorria no Monte Olimpo, na Grécia. Ainda hoje, diferentes religiões mantêm a característica do encontro com suas divindades, com sua espiritualidade, em ambientes naturais, o que ocorre nas religiões de matriz africana, as quais buscam muitas vezes seus contatos com a espiritualidade em áreas naturais, até mesmo protegidas (HERRERA, 2021).

Ao longo da história da humanidade houve uma ressignificação desses espaços protegidos. Na Idade Média, por exemplo, para além da perspectiva espiritual, tornaram-se espaços de reserva de madeira e caça, para determinado grupo social (nobreza). Assim, esses espaços eram protegidos contra uso dos plebeus, que não tinham direito ao acesso.

Posteriormente, vão surgindo os primeiros parques enquanto espaços para a recreação de populações humanas, também com o objetivo da melhoria da qualidade de vida, a exemplo do Hyde Park em Londres (criado em 1637) e do Central Park em Nova Iorque (criado 1857). Esses parques urbanos nos séculos XVII, XVIII e XIX foram surgindo enquanto espaços onde os cidadãos podiam se refugiar da industrialização que estava ocupando as grandes cidades, criando-se áreas aprazíveis para a utilização desses/as moradores/as cidadãos/as (HERRERA, 2021).

De modo similar, surgem os primeiros parques nacionais, para os quais as pessoas começam a viajar a lazer, sendo considerados filhos ideológicos dos primeiros parques urbanos (HERRERA, 2021). É criado, desse modo, o Yellowstone National Park (1872), tido como o marco inicial da delimitação de áreas protegias na modernidade, sendo resultado da articulação entre escritores/as, paisagistas e defensores/as de ambientes selvagens na América do Norte, que consideravam tal monumento natural importante também enquanto afirmação da identidade e da cultura norte-americanas. Consolidando-se na recém-liberta colônia estadunidense, o Yellowstone National Park tornou-se modelo para a criação de diversos outros parques do mundo (FRANCO; SCHITTINI; BRAZ, 2015).

Entretanto, esse processo levou a um genocídio étnico, matando-se indígenas e expulsando-se populações locais em prol do uso turístico e da abordagem preservacionista dessas áreas (HERRERA, 2021), em uma reprodução (ou manutenção) dos moldes coloniais. Afinal, a justificativa para a criação de áreas protegidas nesse momento consistia na busca pela qualidade de vida “do homem civilizado” (FRANCO; SCHITTINI; BRAZ, 2015, p. 237), e esses espaços deviam ser “preparados” para a utilização das populações urbanas (HERRERA, 2021).

Já no século XX, em moldes conservacionistas, surge uma outra interpretação do que devem ser essas áreas. Passam, então, a servir ao uso racional (incluindo o uso de seus recursos naturais), de acordo com o manejo adequado, e a serem protegidas para fins de pesquisa e promoção de bem estar (FRANCO; SCHITTINI; BRAZ, 2015). Segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), em seu Sistema de Categorias de Gestão de Áreas Protegidas, o objetivo de tais áreas é proteger e manter a diversidade dos organismos e dos recursos naturais e culturais associados, os quais devem ser manejados por meio de instrumentos legais (IUCN, 1994).

No Brasil, surge uma nova interpretação dessas áreas por meio do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei Federal N° 9.985, de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2000), a qual define normas e critérios para a criação, implementação e gestão dessas áreas naturais protegidas. Para o SNUC, uma Unidade de Conservação é um:

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, 2000, Artigo 2º, Inciso I).

De acordo com esse instrumento, as UCs podem ser divididas em dois grupos: UC de proteção integral, mais restritiva quanto ao uso (apenas uso indireto de seus bens ambientais), e UC de uso sustentável, onde é permitida a utilização do ambiente de um modo socialmente justo e economicamente viável (maior grau de interferência humana). O primeiro grupo é exemplificado por: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre. Já a segunda categoria engloba: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural (PELLIZZARO et al., 2015).

No século XXI, inaugura-se um novo modo de interpretar qual seria o papel desses espaços, essas reservas, pois passam a ser vistos enquanto áreas a facilitarem o desenvolvimento econômico em geral (na interface entre conservação e desenvolvimento). Ou seja, os benefícios ultrapassam a área em si, possibilitando o desenvolvimento socioeconômico regional (HERRERA, 2021).

Mais recentemente, vemos surgir a fase contemporânea do histórico de gestão das Unidades de Conservação, na qual assistimos a uma ressignificação do papel desses parques, fortemente influenciada pela conferência da Rio + 20, abordada também neste capítulo. Muito marcada pelos conceitos da Economia Verde e do Desenvolvimento Sustentável, os quais serão também discutidos a seguir, essa conferência discutiu principalmente o potencial dos parques enquanto áreas para negócios, de onde é possível extrair lucros privados. Ou seja, essa seria uma fase neoliberal do entendimento dos objetivos dessas áreas protegidas (HERRERA, 2021), já que a natureza passa a ser pensada enquanto insumo econômico.

Nessa última fase, neoliberal, podemos perceber que o olhar para essas áreas, nitidamente, não é exclusivamente ecológico ou ambiental, pois há um crescimento da visão de mundo do neoliberalismo, no sentido de interpretar esses espaços como oportunidades de negócio, delegando a entidades privadas funções originariamente públicas, como a gestão das áreas protegidas (HERRERA, 2021). Os parques são, desse modo, encarados como possibilidade de lucro, indo além dos outros objetivos para áreas protegidas vistos até hoje na história, surgindo os programas de concessão (ou privatização) dos mesmos.

A questão dos parques e das reservas sai, desse modo, de uma esfera exclusivamente ambiental, ecológica, científica, e toma parte dos discursos políticos e dos veículos midiáticos. No âmbito do governo federal surgem, mais recentemente, as Parcerias Ambientais Público-Privadas. Essas consistem em um projeto de levantamento do potencial econômico para parcerias com o setor privado, desde que compatíveis com os requisitos e objetivos de gestão das Unidades de Conservação. Ainda mais recentemente, como uma evolução desse processo de parcerias público-privadas, é lançado, pelo governo federal, o programa Adote um Parque, especificamente para a região amazônica, visando a contribuição do setor privado por meio da adoção de parques e reservas por empresas (HERRERA, 2021). Tal projeto, entretanto, vem sofrendo críticas por aqueles/as que dependem diretamente dessas áreas, a exemplo do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (antigo Conselho Nacional dos Seringueiros), advindo da categoria criada por Chico Mendes, a favor da gestão de recursos pelas populações locais (HERRERA, 2021).

Difundindo-se no meio midiático, a percepção de que o ente privado oferece um melhor gerenciamento de parques e reservas do que o ente público mostra-se muito ligada à visão de mundo voltada à desestatização, ao estado mínimo, que reduz o papel do setor público, transferindo-o para o setor privado, algo típico do sistema-mundo-moderno-colonial capitalista neoliberal. Mas, para entender melhor a diferença entre as parcerias que vem sendo feitas entre setor público e setor privado, é necessário saber distinguir alguns conceitos, como defende Herrera (2021). Segundo ele, embora a imprensa denomine grande parte dessas parcerias de “privatização”, os órgãos ambientais vêm usando o termo “concessão”. O autor defende que privatização remete a entrega para empresas privadas, podendo ser visto como um termo sociológico, já que está dentro da lógica do lucro. Embora um parque público possa operar sem lucro, pois é dever do Estado mantê-lo em determinada área, quando o setor ambiental é transposto para o setor privado, há uma lógica lucrativa em tal parceria, associada à lógica conservacionista, decorrendo daí a possibilidade de Privatização ser considerado um termo sociológico. Afinal, antes da consolidação dessa parceria, há todo um estudo de viabilidade econômica para que possa ser efetivada. Entretanto, o termo jurídico correto é Concessão, sendo o termo utilizado pelos órgãos ambientais.

Ainda para Herrera (2021) o modelo de concessão tem sido o mais frequente no Brasil, embora haja outros modelos. Especificamente para a concessão, esta é firmada por meio de licitação (na modalidade de concorrência), consistindo em serviços amplos e por contratos mais longos (geralmente, mais de dez anos, não podendo ser cancelado antes da hora). Tais contratos são efetivados entre a administração pública e uma empresa particular, havendo transferência do governo a essa, quanto à execução de um serviço público que ela deverá exercer em seu próprio nome, por sua conta e risco, mediante tarifa paga pelo usuário em regime de monopólio ou não. A concessão é, então, formalizada por um contrato administrativo (BRASIL, 1995).

Muito tem sido discutido em torno das concessões, quanto a possíveis vantagens ou mesmo prejuízos de tais parcerias. Herrera (2021) traz um compilado de trabalhos que visam analisar esses aspectos, trabalhos aos quais busquei acesso para tecer as relações que apresento no capítulo 7, no eixo de análise da problemática socioambiental.

Para Rodrigues e Abrucio (2019), embora os processos de concessão de parques públicos tanto no Brasil quanto no mundo seja parte de um novo e amplo modelo de governança, que envolve a participação conjunta dos setores governamental, empresarial e organizações sociais, para uma efetiva relação conjunta há desafios. Para os autores, o primeiro deles é a necessidade de uma governança transparente, com um poder público forte e qualificado quanto ao monitoramento e a gestão (até mesmo para viabilizar um modelo não

estatal de provisionamento). O segundo desafio consiste na deficiência, geralmente percebida, de controle do Estado, enquanto as concessões, pelo viés neoliberal da proposta, tendem a gerar dependência e comprometimento das funções públicas dos parques. Ainda enquanto desafio, para Rodrigues e Abrucio (2019), é necessário que a responsabilização esteja na base da concessão, voltando à necessidade da transparência, mas também de uma eficaz comunicação entre os setores envolvidos, bem como a participação social, de modo a garantir a legitimidade do processo. Ou seja, vemos aqui que para os autores o fundamental é que haja um governo estruturado enquanto base para garantir a regulação dos entes privados, além da compreensão dos possíveis impactos à sociedade e à conservação do patrimônio natural e cultural.

Para Botelho e Rodrigues (2016), que defendem a importância do fortalecimento do turismo de base comunitária no Brasil, é necessário que as iniciativas de concessão estejam atreladas à qualificação da inserção da mão de obra local (de modo que os rendimentos, em termos financeiros, possam abarcar a comunidade), para que haja incremento na qualidade de vida e fortalecimento de iniciativas que partam dos/as próprios/as moradores/as locais, ainda que em associação com empreendedores externos (mas contanto que esses estejam a par do contexto socioeconômico local). Para as autoras, um aspecto negativo e comum das concessões é o fato de elas estarem sendo priorizadas para empreendimentos de maior porte, em parques nacionais com maior fluxo de visitação, algo ligado a tarifas mais altas após firmado o processo de concessão, o que por sua vez acaba selecionando o público visitante, gerando uma elitização.

Além da priorização de concessões para empresas de grande porte, também pode haver uma concentração de contratos nas mãos de poucas e grandes empresas, que passam a deter as concessões mais lucrativas. Enquanto isso, o setor público vai se tornando cada vez mais dependente do financiamento da iniciativa privada, gerando no setor privado o compromisso de desempenhar serviços tipicamente do setor público (RODRIGUES; ABRUCIO, 2019).

Embora as concessões venham sendo divulgadas enquanto forma de captar melhorias e investimentos nesses espaços, especialmente no que diz respeito ao aprimoramento do turismo em parques e à conservação do ambiente natural (RODRIGUES; ABRUCIO, 2019), podendo haver a regulação por uma ampla gama de arranjos institucionais, Herrera (2021) defende que há várias outras possibilidades de parcerias entre setor público e setor privado, que não sejam as concessões. O autor exemplifica com: a contratação, por parte do Estado, de brigadistas que morem nos arredores, podendo gerar renda local; e a efetivação de projetos de turismo de base comunitária, parcerias nas quais o poder público pode fomentar, capacitar e instruir associações de moradores e cooperativas locais, por exemplo, para que possam operar de modo alternativo ao turismo de massa. Neste caso, Herrera (2021) pontua para a possibilidade de a própria casa

do/a condutor/a ou monitor/a ambiental poder servir como pousada, ou mesmo como restaurante. Faço, aqui, um paralelo com o que vem sendo possível por meio da Rota das Doceiras, presente no discurso dos/as entrevistados/as, como será apresentado no capítulo 7, no eixo de análise da problemática socioambiental na RGPL. Exemplificando vantagens da gestão das áreas naturais pelos seus povos nativos, Herrera (2021) afirma que, afinal, os/as moradores/as locais são os melhores guardiões desses espaços.

Herrera (2021) nos lembra, ainda, que há várias possibilidades de os atores locais participarem efetivamente da gestão dessas áreas, beneficiando-se delas. O próprio Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (BRASIL, 2000), assegura a participação efetiva das populações locais tanto na criação quanto na implantação e gestão das UCs. Ademais, o SNUC também garante que os processos de criação e gestão das UCs sejam conduzidos de modo a integrar políticas de administração dos bens naturais às condições e necessidades sociais e econômicas locais, algo que os discursos dos/as entrevistados mostram não ter sido respeitado, tanto quando da criação e efetivação do PESU, quanto atualmente.

Mas não pode haver desconforto das populações ou comunidades locais, sendo garantida, por lei, a importância das figuras dos conselhos consultivos das Unidades de Conservação enquanto importante canal para o diálogo entre o órgão gestor e a sociedade civil. Entretanto, muita coisa não é repassada pela gestão dessas áreas aos conselhos consultivos, descumprindo os direitos que esses têm (HERRERA, 2021), algo também corroborado por meio dos segmentos discursivos dos/as entrevistados/as (capítulo 7).

É importante, portanto, que a questão das parcerias entre setores público e privado, em especial as concessões, sejam sempre analisadas e discutidas com cautela, evitando as armadilhas do *ethos* público no domínio da natureza enquanto aposta de futuro do capital, as quais tentam ressignificar nosso entendimento da natureza sob influência dos ideais de desenvolvimento sustentável e economia verde.

Em 01 de dezembro de 2021 foi publicado no Diário Oficial da União o aviso de licitação para a concorrência de n. 01/2020, cujo objeto consistiu na seleção de

Proposta mais vantajosa para celebração de contrato de concessão de uso de bem público para fins de exploração econômica de atividades de ecoturismo e visitação, bem como serviços de gestão e operação dos atrativos existentes e a serem implantados, na Rota de Grutas Peter Lund, incluindo áreas específicas localizadas no Parque Estadual do Sumidouro, no Monumento Natural Estadual Gruta Rei do Mato, no Monumento Natural Estadual Peter Lund e outras extensões. (BRASIL, 2020).

O processo teve andamento, com publicação de inúmeros anexos, concernentes a: o projeto básico, os modelos do edital, os bens transferidos, o inventário de acervo do Museu do Castelinho (será apresentado no capítulo 7), o detalhamento das intervenções no PESU, no Monumento Natural Estadual Gruta Rei do Mato e no Monumento Natural Estadual Peter Lund, as normas de visitação e uso pela concessionária, o Plano de Manejo de todas as áreas, à ata de sessão da concorrência, dentre vários outros (incluindo o extrato de contrato). Todos esses documentos estão disponíveis no site do IEF (2022), inclusive o Comunicado de Prorrogação da Etapa de Transição do Contrato Administrativo, passando essa a ser realizada em 03 de janeiro de 2022 (o contrato com a empresa vencedora da licitação foi assinado em agosto de 2021, como dito anteriormente).

Buscando embasar melhor as análises que trarei no sétimo capítulo, procurei também informar-me sobre a situação dos processos de concessão pelo Observatório de Parcerias em Áreas Protegidas – OPAP (2022), onde pude ter acesso às informações mais recentes para a RGPL, além de uma ampla gama de artigos.

Segundo o OPAP (2022), o órgão responsável, que é o IEF, está dando andamento à concessão para a instituição responsável, Consórcio Grutas Peter Lund S.A., na esfera estadual, às áreas: Monumento Natural Estadual Peter Lund (A Gruta do Maquiné), com 72,74 hectares, e Monumento Natural Estadual Gruta Rei do Mato, com 141 hectares. De acordo com o observatório, está em fase de planejamento a concessão da área de 2.001,94 hectares da Área de Proteção Estadual Parque Fernão Dias, a ser concedida para a mesma instituição, visto que no Anexo IV do documento de Concorrência Pública fica explícito que a área de concessão consiste no somatório das áreas de Unidades de Conservação, além da Casa Fernão Dias, em área contígua ao Parque Estadual do Sumidouro (IEF, 2022). Todos esses pontos da RGPL serão melhor detalhados no capítulo 6.

Ainda segundo o OPAP (2022), o objeto de concessão de tais áreas consiste na concessão de uso público para as atividades de ecoturismo e visitação, serviços de gestão, operação e aprimoramento de atrativos. Mas como os discursos associados à concessão podem invisibilizar necessidades, receios e opressões que sofrem certos grupos, em detrimento da priorização dos interesses (principalmente em termos econômicos) de outros grupos, é urgente analisar as consequências que o Parc pode trazer para as comunidades do entorno dessas áreas. É importante, pois, que nos atentemos a discursos conservacionistas atrelados essencialmente a interesses econômicos da hegemonia dominante, para a qual a lucratividade vale mais do que a efetiva defesa do meio ambiente e da vida.

Os discursos veiculados pela mídia alertam-nos para a representação de discursos hegemônicos atrelados à conjuntura na qual se insere a terceirização administrativa do Programa de Concessão de Parques Estaduais. É importante que questionemos, como defendem Benjamin e Fairclough, a quem servem esses discursos pautados nos conceitos de modernização e desenvolvimento. Questionar sobre os reais benefícios às comunidades locais (já que, como venho apresentando, o turismo muitas vezes pode não favorecer essas comunidades) e sobre sua participação no processo decisório é algo necessário à promoção de Justiça Ambiental, em ambientes onde já se dá a exclusão dos/as moradores/as locais em relação às UCs.

Entender que é inadmissível a utilização da concessão como instrumento para a obtenção de receitas (RODRIGUES; GODOY, 2013) é também compreender que as discussões e a participação popular evitam a violação dos princípios constitucionais, em especial aqueles concernentes ao respeito à cultura, ao meio ambiente e ao direito agrário (BENATTI, 1998). Afinal, a expulsão das comunidades de suas áreas e das tomadas de decisão, sob a justificativa de áreas de proteção, é negativa em termos sociais e agrários, resultando em sequelas.

Nesse cenário, é importante que possamos perceber a Educação Ambiental enquanto defesa da vida, da natureza e de seus povos. Contribuindo para a garantia do direito ao ambiente, a EA ajuda a construir e fortalecer a participação a participação social das comunidades nos processos decisórios concernentes aos seus territórios, aos seus saberes, seus fazeres, seus afetos e seus interesses.

Entretanto, em muitos trabalhos que relacionam Educação Ambiental, geossítios, eco (ou geo) turismo, podemos perceber a ênfase que é dada ao fator natural desassociado do fator humano, ou mesmo a visão do fator humano enquanto uniforme, homogêneo. Em vários trabalhos que trazem tais associações é possível encontrar, também, a grande prioridade que se dá, quando é discutido o uso dessas áreas, ao público na forma do/a “turista”.

Para compreender melhor como se dão essas ações educativas voltadas ao patrimônio paleontológico e as relações com o público, trarei, a seguir, as conexões que vêm sendo tecidas pela literatura especializada, entre Paleontologia e Educação Ambiental, para em seguida, apresentar um histórico da Educação Ambiental no cenário brasileiro, de modo a poder situar a EA que defendo neste trabalho, bem como as possibilidades que teço para novas conexões entre Paleontologia e Educação Ambiental.

5.2 PALEONTOLOGIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ASSOCIAÇÕES REFERENCIADAS PELA LITERATURA GEOLÓGICA/PALEONTOLÓGICA

Quando se procura por trabalhos publicados que envolvam Paleontologia e Educação, geralmente chega-se a artigos sobre o ensino de Paleontologia, principalmente em espaços formais (tais como os citados para o capítulo anterior), ou mesmo sobre visitas a museus e outros ambientes onde seja possível encontrar fósseis, de modo a enriquecer o ensino dessa ciência para crianças e adolescentes (SCHWANKE; SILVA, 2004; ABRANCHES; BERNARDES-DE-OLIVEIRA, 2017; CRUZ; MORAIS; CHAVES, 2019). Ao realizar uma busca mais específica pela Educação Ambiental, encontra-se a prioridade dada também ao espaço escolar (CARVALHO, 2004; QUARESMA; CISNEROS, 2013), embora a sua relação com o turismo seja um tema muito recorrente, como fica claro por meio deste capítulo.

A relação mais frequente que se faz com a EA na Paleontologia consiste na importância de uma educação voltada para a sustentabilidade (CARVALHO, 2010; QUARESMA; CISNEROS, 2013). Para Carvalho (2010), por exemplo, a Paleontologia, enquanto disciplina na área das Geociências, ajuda a prever o futuro da vida na Terra. Desse modo, os/as paleontólogos/as podem auxiliar no sentido da mitigação de problemas ambientais presentes hoje nas sociedades, em especial em um quadro de crise ambiental global (como discutido nos capítulos 2 e 3), em que lidamos com acaloradas discussões acerca das alterações climáticas. Nesse aspecto, análises paleoclimáticas têm sido essenciais na formação de teorias sobre possíveis quadros futuros (CARVALHO, 2010).

Se o ambiente está em permanente mudança, pode ser importante que entendamos a conservação como um processo dinâmico, sem focar em seus elementos isoladamente, em um processo estático. A Paleontologia atua, então, como um “catalisador cronológico” (SILVA; CACHÃO, 1998, p. 3), permitindo visualizar a característica mutável do ambiente por meio da decodificação do registro paleoambiental, o que desvela as grandes diferenças entre escala geológica e escala cronológica humana (SILVA; CACHÃO, 1998).

Focada nessa mudança de valores e atitudes individuais, por parte dos/as cidadãos/ãs, essa educação para a sustentabilidade (CARVALHO, 2010) volta-se a uma responsabilidade da sociedade a partir de uma sensibilização que permita a participação mais consciente na construção de qualidade para o ambiente (SILVA; CACHÃO, 1998; CARVALHO, 2010). Segundo Quaresma e Cisneros (2013), na busca por uma nova sociedade, pautada em novas atitudes para com o ambiente, a EA, então, “exige” nessa relação o respeito ao meio ambiente,

ficando a cargo da escola a responsabilidade principal em incentivar essa mudança, permitindo a divulgação e formação de consciência quanto aos problemas ambientais.

Segundo os autores acima mencionados, as escolas ficam, assim, com o papel de despertar o interesse para a preservação desse patrimônio. Para tal, defendem ser necessário, além da EA, abordar a Educação Patrimonial, para que o patrimônio geológico/paleontológico colabore com o desenvolvimento sustentável (termo que será melhor discutido ao longo do capítulo) e se transforme em uma memória viva, ativa. Por meio desse olhar e dessa mudança comportamental desenvolvidos na escola, pode-se, segundo Quaresma e Cisneros (2013), ampliar os horizontes e levar o conhecimento acerca dos problemas ambientais para toda a sociedade, que poderá passar a atuar de forma mais consciente, no sentido de minimizar os impactos.

Mas é em relação ao que nesse contexto se considera como desenvolvimento sustentável, que pesquisas que incluem tanto escola quanto ambientes não formais de ensino, apontam para a importância da formação de cidadãos comprometidos com essa prática.

Educar cidadãos numa perspectiva de desenvolvimento sustentável refere-se, entre outros propósitos, a aprender sobre avaliar, cuidar e recuperar o estado do planeta, articulando conceitos e ferramentas analíticas de várias disciplinas e, assim, ajudar as pessoas a compreenderem melhor o mundo em que vivem. (CARVALHO, 2010, p. 694).

Para este autor, o ensino (formal e não formal), por meio de uma educação contextualizada, deve agregar respeito às necessidades humanas, o uso sustentável dos recursos naturais e o equilíbrio das condições/necessidades do planeta.

Carvalho (2010) defende, ainda, que é preciso inovar as ações educativas que integrem, principalmente, questões sociais por meio de múltiplos saberes, rompendo com os modelos tradicionais de ensino. Entretanto, não se problematiza, na bibliografia da área, o que vem a ser o desenvolvimento sustentável. O conceito frequentemente aparece associado à mitigação de problemas como mudanças climáticas e esgotamento dos recursos fósseis. Nada se diz, porém, sobre a quem serve, a quem favorece o chamado “desenvolvimento” e em que medida ele pode ser “sustentável”. Ao considerar a mitigação dos problemas ambientais como responsabilidade de todos os cidadãos, é reforçada uma visão hegemônica sobre a força antrópica, vista como nociva, independentemente dos modos de produção do capital.

O desenvolvimento sustentável, conforme mencionei no início desta tese, é visto pela EA Crítica como um discurso que reproduz o senso comum ambientalista típico da vertente conservadora da EA (melhor explanada a seguir) (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Disseminado por um pensamento advindo da perspectiva econômica, o discurso do desenvolvimento sustentável pode ser considerado uma ideologia capitalista, em uma fórmula que busca unir forças antagônicas na forma do desenvolvimento economicista e da sustentabilidade (NUNES, 2019; LAYRARGUES, 2020b). Advinda do contexto neoliberal, a versão capitalista da sustentabilidade é baseada na crença de que basta adequar o atual padrão de produção e consumo ao bem estar ambiental por meio de tecnologias limpas, economia verde e demais maquiagens verdes da economia de mercado (LAYRARGUES, 2020b).

A distópica união entre ganhos econômicos, ecológicos e modernização por meio de discursos que insinuam o desenvolvimento sustentável pode ainda ser vista sob a ótica da crítica de Benjamin (1985) ao progresso. Como apresentei nos primeiros capítulos (e volto a abordar no próximo capítulo), o filósofo alerta-nos que o discurso em nome do progresso envolve o risco do conformismo social e político, lembrando-nos que o progresso científico não vem naturalmente acompanhado do progresso da humanidade, e que a barbárie que é comumente promovida em nome do progresso tenta desviar nosso olhar das ruínas do passado. Do mesmo modo, a noção de um desenvolvimento sustentável construído por sobre as desigualdades e injustiças ambientais lembra-nos do alerta dado por Fairclough (2001) ao defender que o discurso hegemônico busca neutralizar situações de desequilíbrio. Assim, é possível pensar em como a propaganda da sustentabilidade aliada ao desenvolvimento econômico é subserviente ao interesse do capital, em um sistema que sacrifica vidas humanas em seu nome (LAYRARGUES, 2020b).

Enquanto isso, a bibliografia especializada em Paleontologia argumenta que cabe ao/à paleontólogo/a e ao/à educador/a o papel social de promover, por meio do ensino e da divulgação dos conceitos e do pensamento crítico (necessário à mudança de comportamento), uma educação que estimule percepções mais adequadas sobre a natureza. Para tal, defende-se que é preciso trazer para a esfera pública a controvérsia científica e a incerteza como característica do conhecimento científico, mutável e sujeito a novas descobertas, e que a educação pela Paleontologia deve se dar no sentido de uma educação para o desenvolvimento sustentável. Segundo Carvalho (2010), esta é fundamental à compreensão de problemas ambientais atuais, permitindo abordagens educativas que passem pelo cotidiano dos cidadãos, contextualizadas e holísticas, principalmente no que diz respeito ao que é tido como desenvolvimento sustentável.

A ligação com o cotidiano dos/as cidadãos/ãs, de fato, deve se dar, já que, embora os fósseis sejam objetos de interesse social, despertando fascínio (por meio da divulgação midiática) no/ cidadão/ã comum, muitas vezes se desconhece a relação da Paleontologia com

as vivências do cotidiano. Como agravante, falta essa percepção também aos decisores políticos, havendo carência de investimento público em pesquisa e ensino dessa ciência, em especial quanto à relevância social do conhecimento paleontológico. Enquanto isso, em áreas de interesse geológico/paleontológico, os trabalhos que unem essas ciências e a EA em geral voltam-se ao turismo, como visto no início deste capítulo.

Meira; Brito; Morais (2016) defendem a importância dos painéis interpretativos como uma das principais estratégias que devem ser usadas na interpretação ambiental. Esta, por sua vez, é trazida como um dos processos de EA, que visa auxiliar na compreensão do ambiente com a comunicação por meio de uma linguagem acessível, com termos não-científicos, possibilitando tanto a difusão do conhecimento (facilitando a comunicação entre cientista e natureza), quanto a apreciação da natureza. Segundo Meira; Brito; Morais (2016), os painéis interpretativos são uma atividade educativa que se utiliza de objetos originais, ou pelo próprio recurso, ou pela ilustração do mesmo (imagens, a exemplo dos painéis interpretativos). Esses, que têm como público-alvo o/a visitante na forma do/a “turista tradicional” (que visita o ambiente para lazer e contemplação da natureza), com a intenção de divulgar o conhecimento sobre o local e despertar sua consciência ambiental.

Esses painéis interpretativos são também recomendados por Palhares e Guerra (2016) que, ao discutirem as potencialidades para o geoturismo em Oiapoque, no Amapá, defendem a importância do envolvimento com a comunidade e a valorização do meio onde se vive, desenvolvendo, por meio do geoturismo, valores históricos, ecológicos e culturais. Mas ao afirmarem o turismo enquanto estratégia de desenvolvimento da cultura local, do desenvolvimento social, da educação e valorização do potencial da cidade, trazendo melhoria à qualidade de vida dessas comunidades locais, não apontam de que forma elas se inserem, efetivamente, no processo.

A Interpretação Ambiental na forma da Interpretação do Patrimônio Paleontológico, segundo Viana e Carvalho (2019), permite uma comunicação, por meio do entretenimento, com os/as visitantes, em uma atividade pedagógica que busca ampliar o conhecimento desses/as turistas, revelando conceitos importantes. Mas, segundo os autores, é preciso que a preservação dos fósseis e a cultura das comunidades locais dialoguem com o turismo. Entretanto, não deixam claro como esse diálogo pode se dar, embora ressaltem a Interpretação do Patrimônio Paleontológico como importante para o geoturismo e o desenvolvimento local sustentável (também não abordado de modo mais aprofundado).

Viana e Carvalho (2019), apontam que textos, vídeos, painéis, placas, exposições, meios animados, dentre outras estratégias interpretativas, que busquem facilitar a comunicação com

o/a visitante, devem garantir uma diversidade de descobertas para os/as turistas e moradores/as locais, o que amplia os horizontes para propostas de novos projetos turísticos e culturais. Os autores ressaltam, ainda, que o patrimônio da comunidade de um local deve ser fonte de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Assim, a difusão desse conhecimento para os/as moradores/as do local onde são coletados, bem como sua inclusão em projetos voltados à educação patrimonial e ao geoturismo, favorecem a geoconservação e a valorização da diversidade cultural (VIANA; CARVALHO, 2019).

Justamente nesse sentido, deve haver a identificação dos valores que caracterizam tal comunidade, na busca por um plano de interpretação ambiental que considere as características do território, o estilo de vida da comunidade e o uso do solo. Entretanto, esses autores não discutem meios de fazê-lo junto à comunidade. Por outro lado, Viana e Carvalho (2019), apontam a necessidade de metodologias educativas nos sítios paleontológicos, que incluam a identidade local, valorizando-se as relações entre o patrimônio fóssilífero (bem como a geodiversidade de modo geral) e o cotidiano das pessoas, seja em suas atividades agrícolas, na mineração, no uso da água, nas práticas religiosas e festas tradicionais, na culinária, dentre outros aspectos. Isso, segundo os autores, contribuiria para facilitar a relação entre comunidade e patrimônio científico, evitando conflitos entre atividades socioeconômicas locais e os usos de sua diversidade, como os que ocorrem em Santana do Cariri, Ceará.

Para Deus; Ferreira; Rodrigues (1997), devido à atividade mineradora, à agropecuária e às indústrias que são a base da economia da região de Lagoa Santa, ocorre a ocupação desordenada do solo, com depredação de locais de interesse paleontológico e arqueológico, a exemplo da Lapa Vermelha (onde foi encontrado o fóssil do chamado “Homem de Lagoa Santa” e também o crânio de Luzia, mais especificamente, na Lapa Vermelha IV) e da destruição de um arco calcário com inscrições rupestres em Matozinhos. Portanto, os autores defendem a necessidade da conscientização efetiva da população local e a formação do que consideram como “agentes multiplicadores”, exemplificados pelos/as visitantes e empresários/as. Com essa finalidade, incentivam a confecção de folders e programas digitais destinados aos diferentes públicos (moradores/as locais, turistas e empresários/as, em especial do ramo da mineração), para que entendam como se dão os processos de formação de cavernas, estalactites, estalagmites e a necessidade de se preservar esses ambientes e suas estruturas.

Também são recomendados folhetos, placas informativas, além de palestras, rodas de leitura e aplicação de questionários, por Quaresma e Cisneros (2013), como uma forma de estimular, à população, o reconhecimento dos elementos da geodiversidade, em especial os fósseis, como patrimônio da comunidade. Ao abordarem o Parque Floresta Fóssil do Rio Poti

em Teresina, Piauí, como ferramenta para o ensino da Paleontologia em relação com a EA, os autores defendem que a carência de investimentos no parque leva ao desinteresse por parte da população, já que não há infraestrutura básica para atender os/as visitantes. Consideram, ainda, que o uso inadequado de partes do Parque Floresta Fóssil do Rio Poti para um campo de futebol aberto à população, bem como dos jardins também instalados no local, contribui para a degradação do patrimônio fossilífero.

Mas a educação, segundo Quaresma e Cisneros (2013) deve envolver a população como um todo, o que também pode ser incentivado pela escola. Para os autores, a EA e a Educação Patrimonial incentivam os/as alunos/as e facilitam o entendimento de processos e conteúdos, bem como o interesse pela preservação, tornando o aprendizado mais dinâmico. Assim, reconhecem que há deficiências no ensino de Paleontologia e nos materiais didáticos e informativos, embora essa ciência tenha importante papel no ensino de base, ao permitir o conhecimento sobre a evolução, tanto do planeta, quanto dos seres vivos, bem como um melhor entendimento das mudanças ambientais e os eventos de extinção.

Segundo os autores acima, o livro didático deveria abordar mais sobre a riqueza cultural, histórica e ambiental da região, ainda que fosse por meio de um material de apoio. Para eles, a escola também tem o papel de difundir a identidade regional, levando ao/à aluno/a conhecimento sobre sua própria comunidade. Isso pode ser incentivado pelo estudo da geodiversidade (e do patrimônio) da própria região, estimulando a valorização desse patrimônio natural e cultural, visto que o conhecimento sobre ele permite que os sujeitos se tornem mais ativos e conscientes quanto ao seu pertencimento, contribuindo para uma mudança de comportamento. Mas há uma carência de pesquisas e propostas que diagnosticam deficiências de conhecimento e valores das comunidades (QUARESMA; CISNEROS, 2013).

Esse diagnóstico e uma maior aproximação com as comunidades possibilitam o trabalho com a EA e a Interpretação Ambiental sem deslocar o sujeito de seu ambiente (ex.: cidade) para uma realidade natural externa a ele, permitindo, assim, compreender as relações de interdependência entre ser humano, sua cultura e a natureza. Isso sensibiliza e permite uma participação mais consciente no sentido de construir qualidade para o ambiente (SILVA; CACHÃO, 1998).

É interessante, portanto, incorporar outras preocupações e dimensões às abordagens educativas relacionadas à Paleontologia, para além do que Henriques (2010) defende como sendo um incentivo para que os/as cidadãos/ãs desenvolvam atitudes e comportamentos que são indispensáveis à mitigação de problemas ambientais a exemplo das mudanças climáticas e da perda de biodiversidade. Quando se considera o papel social da Paleontologia, a qualidade

de vida dos/as cidadãos/ãs e a aproximação dos/as mesmos/as com essa ciência também em contextos não formais, a gestão de geoparques, e a valorização dos fósseis enquanto “georrecurso culturais” (já que são Patrimônio Natural e Cultural), bem como o enriquecimento do geoturismo de base comunitária, tornam-se questões cruciais.

Mas como tecer melhor as conexões entre uma Educação Ambiental que vise a inclusão das comunidades locais e a transformação social, em áreas de interesse paleontológico? Trouxe, até este capítulo, o papel da linguagem nas discussões sobre o Antropoceno e a modernidade, apresentando os pensamentos de Norman Fairclough e Walter Benjamin como guias para anunciar essa problematização. Revelei as possíveis tessituras entre Paleontologia, Ecologia Política e Justiça Ambiental, importantes para um olhar às comunidades viventes nessas áreas. Também apresentei a caracterização da Paleontologia enquanto ciência e mostrei sua conexão com a educação. Neste capítulo, após focar inicialmente em como os conceitos de geodiversidade, geoconservação e geoparques podem envolver a Educação Ambiental e o que a literatura específica traz em relação a esse tema, apresento, agora, um breve histórico que define a EA, em especial no cenário brasileiro. Deste modo, posso colocar-me na condição de defender a Educação Ambiental com a qual me identifico: crítica, emancipatória, transformadora e popular.

5.3 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO

Como aponta Loureiro (2019), quando se fala em Educação Ambiental, não há um modelo pronto, uma “receita de bolo”, que pode ser copiada e seguida, aplicada. Ao mesmo tempo, há pontos de partida que visam elaborar processos sociais de modo colaborativo, com finalidades educativas, permitindo uma EA baseada no diálogo, o qual leva a novas problematizações, novos aprendizados e alternativas para a transformação da realidade. Para Santos (2010), a EA tem uma dimensão heterogênea, não uma manifestação única, mas distintas ações voltadas ao enfrentamento de problemas ambientais, em conjunto. Entretanto, como a mesma autora aponta, ainda assim a EA é um campo, com orientações específicas, oriundo da aproximação entre o campo da educação e o campo ambiental (embora para o contexto brasileiro seja difícil dizer quando surge a EA), inicialmente mais ligado aos movimentos ecológicos, assim como ao debate ambientalista, apenas posteriormente inserindo-se no campo escolar enquanto prática educativa.

Embora distintos/as autores/as caracterizem diferentes (e inúmeras) correntes da EA, esta

(...) não é qualquer coisa que se quer fazer e nem pode tudo alcançar. Nem por isso perde seu encanto – e é indiscutivelmente prenhe de potencialidades que inspiram esperanças e a convicção de que devemos continuar lutando por seu reconhecimento como direito e obrigatoriedade como política pública universal. (LOUREIRO, 2019, p. 51).

Há toda uma explanação teórica que precisa ser conhecida pelos/as educadores/as ambientais, para que estejam cientes das propostas em EA que surgiram e se desenvolveram a partir de determinados momentos históricos, atendendo a objetivos diferentes (SANTOS, 2010).

Mesmo existindo o Clube de Roma desde 1968 (década considerada como a primeira fase da luta ambiental por Layrargues, 2018), fundado com o objetivo de debater assuntos relacionados principalmente ao meio ambiente, é durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo, em 1972, que se fala pela primeira vez em Educação Ambiental como um grande desafio ao combate da crise ambiental (MARTÍNEZ, 2009). Inaugura-se, nessa década (e na década seguinte), a segunda fase da luta ambiental (LAYRARGUES, 2018), conhecida como o início da era ambiental, na qual são criadas as institucionalidades ambientais públicas que dão suporte aos instrumentos de proteção ambiental, a exemplo da Lei brasileira no. 6.938 de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981).

Outro marco importante nessa segunda fase da luta ambiental é a Conferência de Tbilisi, o primeiro evento em Educação Ambiental, no qual foram definidos os princípios, objetivos e as estratégias para a EA, divulgados de forma mais ampla após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Eco-92/Rio-92, ocorrida no Rio de Janeiro em 1992. Inicia-se, assim, a terceira fase da luta ambiental, com a aparente tendência ao fim do antagonismo ecologia-economia, em nome de futuras gerações (LAYRARGUES, 2018). As orientações em EA definidas nesse encontro internacional são ainda hoje tidas como referenciais mundiais para práticas em EA (SANTOS, 2010).

A Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade, Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, que ocorreu em 1997 na Grécia (em Tessalônica), trouxe a perspectiva da EA voltada para a sustentabilidade e métodos e práticas interdisciplinares (JACOBI, 2003). Posteriormente a esse encontro, as Nações Unidas passam a incentivar, por meio de um plano internacional, a Educação voltada ao desenvolvimento sustentável, embora Layrargues (2012) considere que a Conferência realizada em Joanesburgo em 2002, conhecida como Rio+10, tenha revelado mais controvérsias para o contexto

latinoamericano do que mudanças na educação brasileira. Não tendo sido nada revolucionário ao processo educativo ligado à sustentabilidade, o encontro, por outro lado, trouxe à tona o questionamento sobre o conceito de desenvolvimento sustentável enquanto estratégia capitalista de desenvolvimento (LAYRARGUES, 2012), crítica essa que apresentei anteriormente, neste capítulo.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, ocorrida em 2012 no Rio de Janeiro, não deixou, segundo SANTOS (2013), muito legado para discussão. Tendo entre os pontos de debate a Economia Verde, termo incorporado e assumido pelo setor econômico, suscita discussões em torno da materialização de tais apropriações enquanto manobra publicitária por parte do mercado (SANTOS, 2013). O autor traz, ainda, a crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável, levantando o questionamento sobre a (im)possibilidade de sua existência em um sistema capitalista. Com uma definição ainda abstrata, o conceito, “fixado na moldura semântica dos ideais liberais da conscientização ambiental aprisionada ao modelo de capitalismo globalizado” (SANTOS, 2013, p. 37), favorece sua apropriação e seu uso por diversas instituições, incluindo exploradores de commodities, tais como a mineração, o setor petrolífero, o agronegócio, etc. (SANTOS, 2013).

Zhouri e Oliveira (2012) consideram o termo desenvolvimento sustentável como um verdadeiro “mantra”, repetido largamente, sem nenhuma problematização. Leroy; Acsehrad (2012) e Santos (2013) defendem, inclusive, que não é possível denominar desenvolvimento algo que se construa por meio do sacrifício de grupos sociais, tidos comumente como minorias, sob a justificativa de atender a um progresso. Assim, um falso desenvolvimento é marcado por uma grande injustiça ambiental, da qual esses grupos sociais estão sendo vítimas, em nome do progresso. Não é justo que os altos lucros das grandes empresas se façam às custas da miséria da maioria, pois o desenvolvimento com justiça ambiental requer uma combinação de atividades no espaço de modo a que a prosperidade de uns não provenha da expropriação dos demais. Mais do que isto, os propósitos da justiça ambiental não podem admitir que a prosperidade dos ricos se dê pela expropriação dos que já são pobres. Pois este tem sido o mecanismo pelo qual o Brasil tem ganho os recordes em desigualdade social no mundo: “concentra-se a renda e concentram-se também os espaços e recursos ambientais nas mãos dos poderosos” (LEROY; ACSELRAD, 2012, p. 13).

Layrargues (2012) lembra, entretanto, que o período entre a Rio 92 e a Rio+20 traz o surgimento e o fortalecimento da institucionalização pública da EA, inclusive com a migração de educadores/as ambientais, partindo de espaços como universidades e escolas, para espaços governamentais ligados à formulação de políticas públicas em EA. Nesse período houve

também uma significativa expansão da EA formal no ensino fundamental das escolas brasileiras. Para Layrargues (2018), a segunda e a terceira fases da luta ambiental representam a era de ouro do ecologismo, período no qual foram consolidadas as bases da proteção ambiental, ainda que tenha havido a redução do papel do Estado quanto à regulação do interesse público.

Para o contexto brasileiro, em 2006 dá-se início à quarta fase da luta ambiental, a qual traz o retorno da antiga hegemonia da economia sobre a ecologia, rompendo-se o pacto da sustentabilidade (LAYRARGUES, 2018). Nessa fase a legislação ambiental sofre retrocessos em vários aspectos, a exemplo da desqualificação do Licenciamento Ambiental frente ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, da alteração dos marcos regulatórios das Unidades de Conservação, as denúncias de sucateamento dos órgãos ambientais, dentre outros. O modelo hegemônico capitalista, na perspectiva neoliberal, leva a um quadro atual denominado Antiecológico, que o mesmo autor denomina como o resultado da tensão entre maximização da proteção ambiental de florestas e serviços ecossistêmicos, levando ao máximo a “rentabilidade do extrativismo predatório dos recursos naturais, sobretudo quando contextos de crise econômica sistêmica global impõem o aprofundamento da redução dos custos de produção” (LAYRARGUES, 2018, p. 33).

O contexto de crise sistêmica global apontado por Layrargues em 2018 pode ser hoje visualizado na grande crise socioecológica sob a forma da pandemia da COVID-19, que evidencia o quanto o modelo econômico dominante, injusto e desigual, não dá resultados positivos para grande parcela da população, revelando o quanto a vida precede (ou deve preceder) a economia (HARVEY, 2020; PEREIRA, 2020). O capital modifica a natureza quando altera as condições ambientais, e essa natureza não é alheia à cultura, à economia e ao cotidiano. O impacto econômico e demográfico da disseminação do vírus depende de fissuras e vulnerabilidades preexistentes nesse modelo econômico hegemônico (HARVEY, 2020), o que nos apresenta como um sinal para repensarmos a globalização e o sistema econômico vigente como frágeis, demandando questionamentos para evitar que se retome, no pós-crise, o antigo regime climático, no movimento que Latour (2020) nos coloca como imaginar gestos-barreiras.

Nessa conjuntura, Pereira (2020) defende a necessidade de Educações Ambientais múltiplas, com compreensões mais inteiras, refletindo-se em novas formas de pensar, sentir e fazer ciência, nas quais a vida assumam-se coletivamente. Para o autor, independentemente do tipo de EA que se assume, é necessário considerar sempre os mais excluídos e os mais vulneráveis como prioridade, recorrendo, no tempo presente, à ressignificação do existir. Mas

é preciso entender, então, quais as possíveis propostas em EA, retomando ao que é trazido no início desta sessão. Embora possa parecer que as diferentes propostas em EA defendam a vida e contestem o modo atual de viver no planeta, elas diferem na forma como o fazem, já que há distintos objetivos por trás dessas propostas.

Para Santos (2010), as propostas em Educação Ambiental poderiam ser divididas em dois grupos: a EA Conservadora, voltada à mudança de atitudes e comportamentos individuais, em que cada sujeito tem responsabilidade pela mudança, já que o ser humano, enquanto espécie, é visto como o grande mal da natureza; e a EA Crítica, transformadora e emancipatória, a qual consiste em um ato político que visa a transformação social, ao discutir as contradições do atual modelo (hegemônico) de civilização. Discursos distintos pautados em diferentes modos de anunciar (ou maquiar) a problemática ambiental, com base em diferentes estratégias para a solução desta.

Layrargues e Lima (2014), ao defenderem a necessidade de compreender as singularidades características ao campo da EA, colocam-se em uma posição semelhante à de Santos (2010), trazendo: I) a EA Conservacionista, que prioriza o afeto à natureza e uma mudança cultural que leve à relativização cultural do antropocentrismo, vincula a EA a uma “pauta verde” e não questiona a estrutura social vigente; II) a EA Pragmática, associada à Educação para o Desenvolvimento Sustentável e para o Consumo Sustentável, voltada à lógica neoliberal do ecologismo de mercado, sendo também chamada de “pauta-marrom”, pela sua característica urbano-industrial; III) e a EA Crítica, transformadora, emancipatória e popular. Para os autores, as duas primeiras vertentes podem ser consideradas como subsegmentos de uma EA Conservadora, enquanto a vertente crítica nutre-se dos pressupostos freireanos e encontra suporte da Ecologia Política, problematizando contextos sociais em interface com a natureza e, portanto, concebendo a crise ambiental enquanto problema que se manifesta na natureza, mas com origem no modelo capitalista hegemônico e excludente (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Nota-se que essas tendências (ou a percepção delas) correspondem aos momentos históricos da EA em seu desenvolvimento enquanto campo (em construção), embora para Layrargues e Lima (2014), não seja possível traçar um limite rigoroso sobre quando se deu início à percepção da existência de diferentes correntes político-pedagógicas em EA. Loureiro e Layrargues (2001); Layrargues e Lima (2014) discutem o afastamento de um perfil inicial majoritariamente conservacionista na EA a partir da década de 1990, quando passou a se reconhecer a dimensão social do ambiente. Nesse ponto, educadores ambientais brasileiros passam a diferenciar uma EA conservadora (conservacionista e pragmática) e uma EA

alternativa (crítica), termo este designado apenas por representar a construção de outra opção frente a uma crítica da EA em seu aspecto conservador. Considerando a opção conservadora limitada, esses educadores ambientais enxergavam-na como conteudista, apolítica e hegemônica, sem recorte social (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Ao mesmo tempo, é também na década de 1990 que a economia de mercado, ao impor sua lógica e seus valores, impõe também mecanismos de compensação pelos danos ambientais e, enquanto aumentam o consumo e a geração de resíduos devido à revolução tecnológica, aumentam as certificações e o apelo por mudanças superficiais, sejam elas tecnológicas ou comportamentais (LAYRARGUES; LIMA, 2014). Por outro lado, como dito anteriormente, é nessa década que, no contexto brasileiro, ocorre o amadurecimento da consciência ambiental, bem como de uma cultura socioambiental, na qual tornam-se evidentes as lutas frente a situações de injustiça ambiental e conflitos. Para os mesmos autores, esse momento coincide com a emergência da Ecologia Política enquanto modo de interpretação para o ambientalismo, por permitir que se repense os limites sociedade-natureza, entendendo o modo de vida que hoje se dá como não viável.

A partir do início dos anos 2000 e também em sua segunda década, a EA brasileira mostrava-se cada vez mais desideologizada, em uma crise de identidade que, segundo Layrargues (2018), esteve ligada a fatores como a contradição entre teoria e prática, devido à fraqueza teórica existente no campo, e a dificuldade de superação de um conservadorismo pedagógico na EA. Como consequência, afastou-se a EA da crítica anticapitalista, um dos sinais de que ela estaria prestando-se ao papel de aparelho ideológico de Estado. Muitas vezes manipulada, a EA é um lugar estratégico que permite que o modo de produção capitalista reproduza suas condições sociais, servindo, assim, ao interesse econômico pautado nos valores neoliberais (LAYRARGUES, 2018). Desse modo, a EA pode carregar em si uma intencionalidade persuasiva e domesticadora dos indivíduos. E, assim, “(...) disseminar ampla e irrestritamente, as ideias que convém ao capital, apresentando o contorno da problemática ambiental segundo a ótica do ambientalismo (...)” (LAYRARGUES, 2018, p. 36).

Loureiro (2019) alerta para a redução e flexibilização de políticas ambientais, aumento do desmatamento, do uso de agrotóxicos na agricultura, os impactos causados por empreendimentos do ramo da mineração, dentre outros problemas que vêm se intensificando em um ritmo cada vez mais acelerado. Enquanto isso, o discurso hegemônico que serve ao neoliberalismo coloca a responsabilização do quadro destrutivo nos indivíduos, igualmente, ao mesmo tempo em que a meritocracia é institucionalizada pela lógica da ideologia do progresso e do desenvolvimento, que associam a qualidade de vida ao padrão das

classes dominantes. O Estado, controlado por frações dessas classes, legitima esse ideal, com seu discurso, “radicalizado com a posse do novo governo brasileiro em 2019, que defende que o crescimento econômico traz prosperidade e qualidade de vida, e que os impactos ambientais podem ser regulados pela racionalidade do mercado” (LOUREIRO, 2019, p. 41). Mas a questão ambiental no capitalismo torna comum a idealização de uma EA que, sofrendo uma crise de identidade, torna-se suscetível a prestar o papel de tratar o ser humano, genericamente, como causa da destruição ambiental (LOUREIRO, 2019).

Essa crise identitária anuncia a necessidade de se revolucionar a EA, instituindo um novo paradigma condutor do campo, abandonando a ideia desenvolvimentista e assumindo a perspectiva do oprimido, aquele/a que tem seu modo de vida e seu território constantemente atacados pela hegemonia do capital (LAYRARGUES, 2018). “Assim, ou a Educação Ambiental se torna Crítica ou será apenas adestramento ambiental” (LAYRARGUES, 2018, p. 42). Cabe, a essa EA Crítica, denunciar modos insustentáveis de vida e anunciar modos sustentáveis, na tentativa de impedir o avanço do antiecológico (LAYRARGUES, 2018). É preciso desenvolver conhecimentos, competências e habilidades, mas de modo que permitam agir politicamente na luta democrática contra discursos, políticas e práticas antiecológicas e ecocidas (LAYRARGUES, 2020a; LAYRARGUES, 2020b).

Frente a uma conjuntura atual pandêmica e de constante ameaça de retrocessos, é preciso perceber a EA como um território instável que, nascido da intersecção de saberes na busca por novos modos de pensar, ser, conhecer e fazer pesquisa, deve superar a dicotomia entre teoria e prática, dentro de suas inúmeras possibilidades (SATO; CARVALHO, 2005; SATO, 2020a).

Ainda muito polissêmico, o campo da EA contempla diferentes correntes que são distintas maneiras de conceber e praticar a EA, permitindo a escolha de variados caminhos pelos/as educadores/as ambientais de acordo com suas experiências. Portanto, para Sato (2001); Sato e Carvalho (2005), a perspectiva crítica da EA se dá a partir da confrontação de diversos olhares em EA, que garantam sua reinvenção por meio de novas formas de pensar e agir dentro de contextos plurais, mas sendo sempre necessário cumprir o papel social para o enriquecimento desses caminhos.

Não se vincular a uma vertente, uma definição específica em EA, entretanto, não significa estar apartado da crítica. Pelo contrário, a EA não é um campo neutro, é ideológico, e deve estar sempre atrelado aos aspectos político-econômicos e socioculturais (LAYRARGUES, 1999). Como um contraponto à educação reprodutivista das formas capitalistas de uma sociedade burguesa, hegemônica, a EA deve ser condição para a transformação social,

indissociável de movimentos transformadores em um processo livre, de relação entre pessoas e grupos (LOUREIRO, 2019). Justamente por isso, a EA precisa acontecer entre sujeitos, coletivamente, não dentro de um sujeito e deste para o mundo, pois como defendem Sato e Carvalho (2005), a questão coletiva é a chave para se promover as mudanças e os espaços coletivos são importantes no sentido de mobilizarem, atingirem mais do que o individual.

Uma EA que seja crítica deve possibilitar diálogos entre saberes populares e conhecimentos científicos, diálogos esses produzidos por meio de saberes que são independentes dos discursos dominantes. Floriani (2019) ressalta que a ciência é apenas um modo de saber, pois os saberes não se restringem ao conhecimento científico. Enquanto isso, a ciência pode tentar instaurar regimes de verdade dentro de certos limites, como os políticos, jurídicos, culturais, práticos, dentre outros. Já o saber, para o autor, não se reduz a conhecimento, nem à ciência, e muitas vezes os saberes são ocultados pelas ciências modernas. Entretanto, podem permitir a retomada de identidades culturais, inclusive aquelas desvalorizadas e condenadas à extinção, quando se dá o choque de racionalidades advindos de sistemas discursivos hegemônicos, os quais disputam o monopólio do conhecimento (FLORIANI, 2019).

Os saberes locais são muitas vezes subjugados e não incluídos em práticas ambientais, o que Santos e Sato (2006) acreditam ser um déficit na interlocução dos avanços científicos com outros segmentos da sociedade, ao não se levar em conta a pergunta: “- Para quem pesquisar?”. Para esses autores, a racionalidade científica pode dificultar que se perceba modos alternativos de valorização do mundo que nos cerca, negligenciando outras vozes e a tomada de decisão em conjunto com a população. A EA precisa interrogar as ciências, encontrar novas articulações, inventar novos caminhos, que permitam concretizar as interpretações científicas para a construção da cidadania (SANTOS; SATO, 2006).

Mas para a EA, uma importante diretriz se dá em aceitar que os mesmos sujeitos a serem incluídos no processo educativo são aqueles diretamente inseridos na “(...) base material das contradições sociais e que encarnam a negação do que está posto como sociedade. É com eles que aprendemos e produzimos alternativas concretas e nos constituímos como novos seres humanos”. (LOUREIRO, 2019, p. 44). Tratar a dimensão conflitiva, politizar a EA no sentido de exigir um posicionamento quanto aos projetos de sociedade e sustentabilidade que assumem e almejam: esse é o papel do/a educador/a ambiental, seja em práticas educativas em escolas, em ambientes não-formais, em movimentos sociais, na execução de projetos em gestão ambiental, enfim, é preciso que se oriente as práticas em EA nesse sentido, ampliando sempre

a consciência crítica dos indivíduos em sua atuação coletiva, indo muito além do que se entende por comportamentos, boas práticas (GUIMARÃES; PINTO, 2017; LOUREIRO, 2019).

Uma EA que não é neutra nem homogênea trata a degradação ambiental em suas causas econômicas e políticas, discutindo não apenas os efeitos do processo produtivo, mas também as relações no interior desse processo, as quais comumente levam à mercantilização da natureza (GUIMARÃES; PINTO, 2017). Portanto, não se deve olhar para a EA como um processo secundário, mas um estruturador da gestão atual. Tampouco deve ser considerada sinônimo de Divulgação Científica ou um conjunto de comportamentos que não podem ser aceitos em uma Unidade de Conservação, ou, ainda, práticas ditas sustentáveis, sem que se tenha uma definição conceitual acerca da sustentabilidade, bem como a interpelação entre teoria e prática, reflexão que Loureiro (2019) considera fundamental enquanto fazer educativo.

Vemos, aqui, que diferentes perspectivas da EA podem trazer diferentes contributos, embora a história desse campo seja relativamente recente e ainda dominada pela discussão sobre seus aspectos principais e objetivos (SANTOS; SATO, 2006). Associada a uma educação socialmente crítica, a EA pode permitir o desenvolvimento de um senso de pertencimento às suas questões, encorajando um comportamento ambiental de fato responsável, pois não basta a inocente ideia da mudança de atitudes, é interessante ir além (SANTOS; SATO, 2006). Para uma EA transformadora, devemos levar em conta as diferentes estruturas políticas, econômicas, sociais, culturais e educacionais de diferentes lugares, sem, entretanto, isolá-los como espaços únicos. É importante relacionar as questões ambientais às várias escalas espaciais e temporais, sendo que estas podem abarcar processos naturais em escalas milenares (SANSOLO; CAVALHEIRO, 2006), tais como aqueles que se dão nos geossítios em geral, como sítios paleontológicos e geoparques. Ao mesmo tempo, é importante considerarmos os processos da natureza diante das diversas transformações causadas pela(s) sociedade(s), proporcionando um desvelamento das relações espaciais entre natureza e sociedade (SANSOLO; CAVALHEIRO, 2006).

Se levarmos em consideração os trabalhos mencionados neste capítulo, ao interligarmos geossítios, geoparques e Paleontologia à EA, ou mesmo ao consultarmos a bibliografia específica em Paleontologia, percebemos que ainda há o predomínio de uma visão ingênua, em que os problemas ambientais são tratados como problemas da humanidade de uma forma homogênea, diluindo o cenário da esfera social na questão ambiental. Pouco ligada a uma EA Crítica, a Paleontologia, entretanto, poderia contribuir, em um contexto de crise ambiental global, para a visibilidade de conflitos e vulnerabilidades ambientais e o direito das comunidades aos territórios, aliado à conservação da natureza (SILVA; COSENZA, 2019a).

Mas para tal, é importante que as abordagens dos temas em Paleontologia não visem apenas à resolução pontual de determinado problema ambiental, mas possam contribuir como instrumentos, temas-geradores (LAYRARGUES, 1999), para a formação de indivíduos atuantes nas comunidades, em ações que fomentem a atuação coletiva na esfera pública, numa concepção comprometida com a compreensão e transformação da realidade.

É importante associar questão ambiental aos aspectos político-econômicos e socioculturais, vinculando os processos educativos à realidade cotidiana dos/as educandos/as. Ao ligar-se a memórias e saberes locais, as geociências podem contribuir para uma educação mais reflexiva, que estimule o sentimento de pertencimento com aspectos culturais do patrimônio. Por meio dessas possíveis relações, novos questionamentos vêm à tona, levando-me a pensar se uma contribuição para o debate entre Paleontologia e Educação Ambiental Crítica (emancipatória, transformadora e popular), articulada à Justiça Ambiental e à Ecologia Política (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013), seria um caminho para contribuir com a reversão da atual mercantilização dos sítios paleontológicos no Brasil, bem como combater o risco iminente de um conservadorismo em práticas educativas, que se dá em meio à atual conjuntura política que favorece discursos e práticas ecocidas, bem como discussões sobre Terra plana e o negacionismo da Evolução.

Conforme discutido no capítulo 3, questões de origem histórica no campo da Justiça Ambiental, da Ecologia Política e da Decolonialidade ajudam a pensar em como os espaços onde a Paleontologia se faz presente podem envolver uma EA Crítica, haja vista que muitos geossítios de interesse paleontológico encontram-se em situações de injustiça ou mesmo conflitos ambientais relacionados à disputa por territórios entre mineradoras, populações locais, cientistas e empreendimentos do ramo do turismo, como é o caso dos sítios em Minas Gerais. Nestes, os problemas ambientais recaem sobre a parcela dos menos favorecidos economicamente, que enfrentam questões como contaminação de águas e solo, êxodo de jovens, moradia em áreas de risco, perda de tradições locais ao abrirem-se para o turismo, dentre outros, ficando fora dos processos de tomada de decisões relativos ao turismo e medidas de conservação (DEUS; FERREIRA; RODRIGUES, 1997; LOPES, 2008; SANTOS; CARVALHO; FERNANDES, 2010; PADOAN; SOUZA, 2013).

As rochas, os fósseis nelas contidos, os minerais, as cavernas e os demais elementos da geodiversidade, muitas vezes podem não estar associados às comunidades viventes nos geossítios no que tange à sua noção de pertencimento (SILVA, COSENZA, 2019b) algo que voltará à tona mais à frente, nesta tese. A percepção sobre o território permite que o ser humano exerça e desenvolva sua cultura local, o que confere a ele o sentido de pertencimento e permite

compreender os processos naturais e antrópicos envolvidos na transformação da paisagem e da cultura a ela associada (OLIVEIRA, 2018). Percebemos, entretanto, que ao tratar o público em relação aos sentimentos, à interpretação ambiental (incluindo a decodificação da linguagem científica nos processos educativos), às conexões com a história geológica do local, os trabalhos relacionam, em sua maioria, esse “público” aos/às visitantes, na forma de turistas. Pouco é considerado sobre a relação com os/as moradores/as locais, menos ainda, no que concerne aos seus saberes, sua conexão com esse ambiente ancestral que é também parte de seu cotidiano.

Mas uma educação contextualizada ao território é a proposta fundamental da pedagogia decolonial. Afinal, a EA trabalha no sentido da construção de epistemologias populares, epistemologias do sul, evidenciadas nos modos de resistência aos conflitos ambientais, os quais se dão pela luta contra a opressão e a favor da reapropriação da natureza ou, ainda, do reconhecimento do lugar da natureza na constituição dos sujeitos e de muitos povos. Nesse aspecto, os saberes e as memórias locais podem aproximar a realidade local das discussões caras à EA, em um trabalho educativo que emerge **da** comunidade, como nos dizem Salgado, Menezes e Sánchez (2019). Os autores defendem, ainda, que a perspectiva decolonial e a EA Crítica podem ajudar a “recuperar as heranças bioculturais da América Latina” (pág. 616).

Afinal, um pensamento pedagógico emancipatório que é pautado pela visão de sujeitos historicamente subalternizados, e que geram outras pedagogias, partindo das experiências sociais, tem um peso na formação de resistências diversas. O entrelaçamento de práticas coletivas de resistência reflete-se na resistência aos processos brutais de subalternização, construindo saberes, pedagogias e aprendizados de reações concretas contra o racismo ambiental, o despojo de comunidades em relação às suas terras, seus territórios, seus bens ambientais, suas identidades e suas culturas (GOMES, 2018). Nesse movimento emancipatório produzem-se outros sujeitos políticos, ou melhor, os sujeitos que Layrargues (2020a) chama de eapolíticos.

É importante trazer o diálogo da EA para outros campos, reforçando seu caráter amplo, transdisciplinar, mas por meio da indisciplina, ou seja, rompendo com a ordem conservadora e domesticada (SÁNCHEZ; PELACANI; ACCIOLY, 2020). Afinal, é pelos gritos que se dão frente ao espanto que causa esse sistema capitalista/colonial/patriarcal, o qual gera desesperança e morte, que agimos na procura por novos contornos, novas estratégias, não só de resistência, mas de desobediência e insurgência. É preciso, pois, que voltemos aos gritos que Walsh (2017) nos aponta, para encontrarmos as gretas e as fissuras enquanto modos de transgredir e gerar as sementes de vida, em uma perspectiva que privilegie o fator humano antes do econômico (COSENZA et al., 2020).

Sob o domínio do atual governo, que promove políticas antiecológicas, torna-se ainda mais urgente que o ambientalismo, frequentemente atacado pelos discursos ecocidas e negacionistas, lute também por uma reparação histórica, que ajude a recompor os cacos do passado, para que não sejamos empurrados para um futuro devastador. Pois é importante lutarmos, também, por uma reparação histórica, por condições de construção de vida, afirmando pedagogias outras, como a pedagogia da resistência e a pedagogia da insurgência, que partem das comunidades enquanto herança viva de seus antepassados (SATO; SANTOS; SILVA, 2021).

Historicamente, a educação brasileira (assim como em outros países da América Latina) vem promovendo uma homogeneização cultural, silenciando e invisibilizando saberes, crenças, vozes e cores, soterrando, devido à colonialidade do saber (que está ligada à chamada Revolução Científica do século XVII), epistemologias populares que se propagavam por meio da oralidade, por exemplo. Isso porque o saber científico passou a ser tudo como uma forma de conhecimento superior, o único conhecimento válido. Assim, a educação brasileira (em especial, as escolas brasileiras), passou a assumir-se enquanto modo de reforçar a colonialidade e as desigualdades (SATO; SANTOS; SILVA, 2021).

Mas grupos historicamente marginalizados, como os quilombos, têm sido resistência frente à colonialidade, afirmando-se e exigindo reparação em termos de políticas (SATO; SANTOS; SILVA, 2021), como mostrei no capítulo 3 em relação ao Quilombo Pimentel, em Pedro Leopoldo. Vemos, portanto, a possibilidade da construção de outros mundos, pela articulação entre EA e estudos decoloniais, produzindo o que Paulo Freire Paulo Freire chamou de inéditos viáveis, por meio do Esperançar (FREIRE, 2014).

A luta por uma nova sociedade e uma EA alternativa (LAYRARGUES; LIMA, 2011), dentre muitas tendências, nutre-se do pensamento freireano e, portanto, deve incorporar uma educação libertadora, emancipatória e democrática por meio da dialogicidade, problematização e conscientização, a serem articuladas em torno de temas geradores (FREIRE, 1987). Estes devem extraídos de uma problematização e considerando a realidade dos indivíduos, de modo a contribuir com a consciência crítica dos sujeitos e sua consequente participação no mundo em que vivem. De que modo, então, a EA poderia se constituir nesses espaços e, superando a lógica interna das geociências enquanto conteúdo científico, levar a uma leitura crítica da realidade por meio da Paleontologia?

Buscando contribuir com essa discussão, trago a relação entre a Paleontologia, a Educação Ambiental e a práxis educativa em Paulo Freire, no sentido de defender que um pensar criticamente está associado à percepção (e reflexão) sobre realidades múltiplas,

indissociadas da vida social em determinado contexto histórico. Assim como Loureiro (2019, p. 27), acredito que “a prática não reflexiva facilita a reincidência de comportamentos racistas, sexistas, intolerantes (...), e o reforço de ideologias que concebem o indivíduo como um eu sem o outro, que se basta e que concebe, representa, significa e age sem o outro”.

Se o que se deseja é uma educação problematizadora, baseada no diálogo, então a ação e a reflexão devem pronunciar o mundo. Tem-se, assim, a práxis. Transforma-se o mundo, em um ato de criação. “Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar” (FREIRE, 2019, p.108). O que Paulo Freire nos traz é uma teoria do conhecimento, uma filosofia da educação que tem o diálogo como ato de criação e recriação, que se faz por meio do amor, da fé nos homens, da humildade, solidariedade e confiança, em uma relação horizontal de crença na capacidade do outro.

Se a “Educação é a devolução organizada, sistematizada e acrescentada ao povo, daqueles elementos que este lhe entregou de forma desestruturada” (FREIRE, 2019, p.116), o diálogo começa, então, por meio da busca do universo temático. É preciso ir até os geossítios, sejam geoparques, sítios paleontológicos, sítios espeleológicos, dentre outros, e investigar os saberes, os silêncios, para que haja a possibilidade de uma educação crítica próxima da realidade dos/as educandos/as, envolvendo a tomada de decisões em questões de aspectos ambientais e sociais.

Para o/a educador/a humanista ou o/a revolucionário/a autêntico, o que se pretende investigar são os níveis de percepção da realidade do povo, na busca por seu universo temático ou o conjunto de seus temas geradores, os quais podem ser localizados em círculos concêntricos, partindo do mais geral para o mais particular. Essa busca pelo universo temático envolve a escolha de situações significativas, situações-limite nas quais os sujeitos imersos não apresentam julgamento crítico a respeito da problemática. E é por isso que não se faz possível um programa a ser doado ao povo, a partir de pontos prefixados por investigadores/as ou educadores/as que se julgam a si mesmos/as os sujeitos únicos da investigação.

Em uma leitura do mundo, a etapa da curiosidade epistemológica, na qual se descobre no sujeito o que ele já sabe, partindo do que ele sabe, conhecendo melhor o que se sabe e mais do que já sabe, é possível se ter uma análise preliminar baseada no reconhecimento local da comunidade, por meio de conversas com essa. O/a educador/a deve fazer visitas às áreas escolhidas, coletando os dados por meio de sua imersão. É importante que se tenha em mente que, para uma educação problematizadora, não se pode desejar coletar dados apenas por meio de questionários fixos, estruturados. É preciso ouvir o povo e aquilo que se abre à investigação,

o que propus nesta tese como referencial para minha própria pesquisa, conforme anunciei na Introdução e no capítulo 1, e detalharei no próximo capítulo.

Assim será possível analisar as contradições vivenciadas pelos/as envolvidos/as, produzindo um intercâmbio de diferentes leituras de mundo. Como trouxe na Introdução desta tese, entender como os discursos das comunidades locais insinuam as relações socioambientais que se dão nesses territórios permite anunciá-los em termos de significância científica, cotidiana, educativa, dentre outros aspectos. Por sua vez, compreender os modos de significação das comunidades sobre seu patrimônio geopaleontológico possibilita visualizar como essas significações contribuem para modos hegemônicos e contra hegemônicos de pensar o território. Isso permite o delineamento de potencialidades para se desenvolver projetos que incluam a comunidade, objetivando a conscientização e uma Educação Ambiental Crítica, que permita aos sujeitos entenderem as complexas relações envolvidas em questões como: alterações climáticas (em especial, a emergência climática em um cenário onde se dão as discussões sobre o Antropoceno), tempo geológico - tempo biológico - tempo antrópico, injustiças ambientais, racismo ambiental, dentre outros.

Nesse movimento, é importante, como venho mencionando em diferentes momentos ao longo desta tese, pensar na importância desse patrimônio paleontológico (e, portanto, cultural) no âmbito social, envolvendo saberes e práticas que partem da memória, o que Pádua; Risério; Correia (2017) chamam de conjunto material e imaterial. Afinal, esses ambientes são também locais de conhecimento ecológico, de memória e de experiências. Para os autores, o patrimônio cultural é uma categoria capaz de mediar, de forma sensível a relação entre passado e presente, permitindo que se revise as memórias de uma localidade e favorecendo tanto a identificação quanto a proteção das comunidades que produzem/são ligadas a saberes singulares, específicos e únicos.

Essa abordagem freireana (FREIRE, 1987) que proponho é um importante ponto de partida para trabalhos que visem contextualizar a geodiversidade e promover uma EA crítico-reflexiva junto aos geossítios. Mas ficam, ainda, perguntas: e se os indivíduos dessas áreas não enxergam problemas? Será que esses problemas, então, não existem? Talvez seja isso o que Paulo Freire, em sua pedagogia problematizadora e libertária, coloque como “silêncio”. O fato de que indivíduos de uma área não captem um tema gerador, uma questão socioambiental a ser problematizada, só aparentemente oculta, ou o fato de captá-la de forma distorcida, pode significar, já, a existência de uma “situação-limite” de opressão em que homens e mulheres se encontram mais imersos que emersos, em uma adaptação frente a essa situação (FREIRE, 2019).

Firme na busca de possibilidades transformadoras, proponho-me a seguir na luta contra uma necropedagogia⁵⁰ (CAMPOS; BEVILAQUA; SÁNCHEZ, 2020) que se reproduz no silêncio e na pedagogia da hegemonia, docilizando os corpos para a morte em vida e a produção de mortos vivos. Que eu consiga aproximar prática e referenciais do campo, refletindo, nesta pesquisa, as demandas epistêmicas e culturais das comunidades viventes nesses sítios de interesse paleontológico.

Visando entender quais as características, carências e perspectivas da EA que toma parte nos locais de minha pesquisa, ou seja, como vem se apresentando a EA no contexto dos sítios de interesse paleontológico em Lagoa Santa, MG, e arredores, proponho-me, nesta tese, a analisar (dentre outros grupos de dados, como apresento detalhadamente nos capítulos 6 e 7) os materiais que recebi em minha visita à área de estudo (lembrando que para o MEI incluí os folders, livretos e panfletos que recolhi em diferentes pontos da Rota das Grutas, e não apenas no PESU). Afinal, é considerado que tal material pode contribuir tanto com a divulgação do conhecimento paleontológico, quanto para uma Educação Ambiental Crítica além de, certamente, colaborar com o geoturismo e com a proteção do patrimônio espeleológico, como defende Araujo (2019). A divulgação desse patrimônio pelo MEI, pode, assim, aproximar a população em geral da riqueza geológica/paleontológica de seu território, em um ambiente não formal de ensino-aprendizagem (PAULA, 2012). A ação comunicativa no campo da EA permite, ainda, segundo Costa (2008), a aproximação com sujeitos (e grupos) fora do ambiente acadêmico, fortalecendo a ação educadora coletiva, por meio de uma interação dialógica e participativa

Entender como é a EA que toma parte dos discursos que formam tal material é muito importante no âmbito deste trabalho. Pois, por meio do que apresentei neste capítulo, penso que a EA que se faz nos sítios paleontológicos/geológicos/espeleológicos brasileiros é ainda incipiente, em sua maioria voltada para atividades que não problematizam a integração entre população, problemas e potencial dos fósseis para beneficiar as comunidades no contexto da crise ambiental contemporânea. Enquanto isso, há uma carência de projetos sociais e educacionais que contribuam com o reconhecimento, participação, inclusão e transformação social das comunidades do entorno dos sítios de interesse paleontológico.

⁵⁰ Necropedagogia, para Campos; Bevilaqua; Sánchez (2020), é a estratégia do projeto político-pedagógico da necropolítica, que nega a humanidade do outro e ensina a aceitar, banalizar e neutralizar a morte. A necropedagogia, assim, estrutura a necropolítica, fundamentando relações colonizadoras, dominadoras.

Em meio à crise ambiental resultante da disjunção entre natureza e sociedade no modelo de desenvolvimento capitalista, o desafio ambiental envolve a busca pela superação da externalização do ambiente, no momento em que se dá a disputa entre o conhecimento tecnológico e o conhecimento autóctone, tradicional, sendo o conhecimento tecnológico muitas vezes considerado como salvador, em íntima relação com o capitalismo (LEFF, 2016).

Sob a perspectiva da EA Crítica articulada à Ecologia Política e à Justiça Ambiental, associar os aspectos político-econômicos e socioculturais à questão ambiental (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013), pode permitir a criação de estratégias para a resolução de problemas ambientais, por meio da discussão de temas de relevância social, formando cidadãos/ãs críticos/as e intelectualmente independentes que, como defendi na Introdução desta tese, possam tomar decisões partindo de processos democráticos, contribuindo com o interesse e a construção de futuros alternativos (AULER, 2007).

Paleontologia e EA podem constituir resistência a práticas desprovidas de conteúdos sociocríticos, unindo a pauta de desfavorecidos/as e favorecendo a criação de inteligibilidade recíproca entre diferentes lutas locais, o que pode permitir a criação alianças e capacidades para que possam ter lugar e prosperar. Em um contexto de crise ambiental, é importante ampliar a consciência crítica dos indivíduos em sua ação coletiva, superando propostas de práticas “corretas” para com o meio ambiente, de “bons comportamentos”, voltados a projetos político-pedagógicos desatualizados (GUIMARÃES E PINTO, 2017). Para uma EA Crítica, não basta uma temática transversal. É importante discutir a problemática da realidade local, diagnosticada participativamente.

Nesse contexto, a EA Crítica permite conhecer a realidade histórico-cultural humana, repensando os limites sociedade-natureza e entendendo o atual modo de vida que hoje se dá pelo capitalismo como não viável. A Paleontologia, ao envolver discussões sobre alterações do planeta em tempos e espaços desiguais, expulsão de comunidades locais com a chegada de empreendimentos desenvolvimentistas, contrabando de recursos naturais e outras desigualdades socioambientais, favorece o trabalho com a EA em ambientes formais e não formais, como um processo estruturador de gestão, e não como um processo secundário, sinônimo de Divulgação Científica.

A Paleontologia, quando tomada em práticas de EA, pode ainda contribuir para um raciocínio interdisciplinar, científico e ético, em uma reflexividade sócio-epistemológica no processo de produção do conhecimento e nas condições sociais em que ele emerge (SIMONNEAUX; LEGARDEZ, 2010). Por meio dela, é possível trabalhar com a complexidade dos eventos atuais, incentivando a participação em debates públicos e o

posicionamento em questões sociais, desenvolvendo alfabetização em ciência social e permitindo o empoderamento sobre tópicos controversos.

É ainda nesse sentido que, neste momento, a conexão entre Paleontologia e EA pode permitir também o entendimento crítico e a participação popular no processo de concessão das três UCs da RGPL. Embora a assinatura da empresa vencedora da licitação já tenha sido efetivada, entender do que se trata a concessão e quais as possíveis implicações desse modo de delegar funções públicas para a esfera privada ajuda a que desconfiemos de notícias midiáticas, discursos políticos, propagandas do próprio Programa de Concessão (Parc), dentre outros. Afinal, também é papel da EA contribuir para que haja a garantia do direito ao meio ambiente, reconhecendo na ecologia de saberes a possibilidade de tessituras em prol do respeito a saberes e fazeres que tomam parte nos territórios. Assim, a EA garante o movimento no sentido da garantia de participação social, do fortalecimento de identidades e territórios, bem como do direito à Natureza e o direito da Natureza (sobre os quais falarei no capítulo 7), em um processo de formação de alianças entre espécies, pautado em distintos sujeitos e interesses (GEA, 2022).

Além das questões locais, importantes e urgentes, é possível também pensar em como a Paleontologia pode ajudar a reverter o atual conservadorismo, ameaça que se coloca por meio de discursos como terraplanismo e negação da teoria da evolução. Como apresentei neste capítulo (e também no capítulo anterior), um exemplar fóssil é um testemunho de um evento da história da Terra, do qual também fazemos parte. A informação contida no registro fóssil permite identificar os múltiplos fatores que controlam os mecanismos da vida, por meio de processos evolutivos e variação da diversidade biológica ao longo do tempo. Em um ano assolado pela pandemia do novo coronavírus, perceber a indisociabilidade entre sociedade e natureza permite um olhar mais atento a discursos ecocidas e negacionistas.

Pode ser valioso, portanto, pensar a Paleontologia e a EA dentro de um processo educativo contextualizado. Não basta a transferência acrítica de modelos de outros países. É preciso uma mudança das concepções dos papéis de ambas. Como nos lembra Layrargues (2020a), não basta mais que sejamos apenas sujeitos ecológicos. É preciso que nos coloquemos com sujeitos ecopolíticos, engajados na luta política, na causa em si, movidos pelo desejo de intervir para além da contribuição individual para a sustentabilidade. É necessário que desenvolvamos capacidades e atitudes para enfrentar, de modo coerente e urgente, os novos desafios.

6 ESCOLHAS METODOLÓGICAS: O CONTEXTO SOCIAL DE PRODUÇÃO DISCURSIVA E O DESENHO DA PESQUISA

Escavar e Recordar

A linguagem fez-nos perceber, de forma inconfundível, como a memória (*Gedächtnis*) não é um instrumento, mas um meio, para a exploração do passado. É o meio através do qual chegamos ao vivido (*das Erlebte*), do mesmo modo que a terra é o meio no qual estão soterradas as cidades antigas. Quem procura aproximar-se do seu próprio passado soterrado tem de se comportar como um homem que escava. Fundamental é que ele não receie regressar repetidas vezes à mesma matéria (*Sachverhalt*) – espalhá-la, tal como se espalha terra, revolvê-la, tal como se revolve o solo. Porque essas “matérias” mais não são do que estratos do quais só a mais cuidadosa investigação consegue extrair aquelas coisas que justificam o esforço da escavação (...) (BENJAMIN, 2013, p. 101).

As palavras de Walter Benjamin, acima expressas, despertam em mim sentimentos múltiplos sobre a linguagem, a memória e a pesquisa pela busca de novos sentidos, novos olhares à Paleontologia em sua conexão com a Educação Ambiental, como em um ato de escavar, revolver, espalhar e extrair. Verbos que, para além de ações, são carregados de modos de ver e sentir. Assim situo-me enquanto pesquisadora, atenta a um olhar que, mais do que na busca pela produção de conhecimento científico, deixa-se afetar pelo próprio campo, em um movimento contínuo de “escavação” de saberes, relações conflitivas, memórias, significações, experiências e a sensibilidade de perceber as pequenezas que compõem os estratos dessa investigação.

Seria impossível visualizar, nesse processo, uma neutralidade por minha parte, enquanto pesquisadora. Como nos lembra Cosenza (2014), não é possível imaginar uma neutralidade científica e uma oposição entre o/a pesquisador/a, na forma do/a cientista, e o seu objeto, na forma da sociedade.

Ilusório, também, querer tratar dos fenômenos sociais como se fossem fatos, passíveis de serem previstos e controlados. Semelhante entendimento de ciência que nasce da crítica aos ideais de neutralidade e de objetividade da ciência positivista, sustenta um tipo particular de compreender e fazer ciência: o viés qualitativo de pesquisa. (COSENZA, 2014, p. 33).

Assim, utilizo-me, nesta pesquisa, de uma abordagem de investigação qualitativa em diálogo com os referenciais teórico metodológicos relacionados a uma perspectiva linguística e inspirados na Análise Crítica de Discurso (ACD) de Norman Fairclough e em Walter

Benjamin. Como apresentei anteriormente (em especial, no capítulo 1), a linguagem é um aspecto chave para entender a conjuntura que trago nesta tese. Olhar para os discursos que compõem o Material Educativo Informativo - MEI distribuído em sítios de importância paleontológica, que emergem dos/as monitores/as ambientais envolvidos/as e, principalmente os discursos das comunidades locais sobre território, seu pertencimento e sua cotidianidade, seus modos de significação em relação à ciência e como essas significações contribuem para modos hegemônicos e contra hegemônicos de pensar o território, dentre outros aspectos, permite colocar em pauta as relações de poder das quais o discurso se constitui, inclusive em relação ao atual momento. O papel da linguagem e dos diferentes discursos é central tanto para o entendimento sobre as áreas que trago na conjuntura, quanto na problemática que liga a modernidade/colonialidade ao Antropoceno.

Ademais, pela linguagem pode-se também acessar os mecanismos que tomam parte na construção da memória, bem como as configurações identitárias relacionadas, pois é possível abordar a memória pelos estudos da linguagem (OLIVEIRA; ORRICO, 2005; FERREIRA, 2005). Nas palavras de Anthony Giddens

Virtualmente toda experiência humana é mediada – pela socialização e em particular pela aquisição da linguagem. A linguagem e a memória estão intrinsecamente ligadas, tanto no nível da lembrança individual quanto no da institucionalização da experiência coletiva. (FERREIRA, 2005, p. 105).

Quanto à investigação qualitativa, Bogdan e Biklen (1994), consideram o termo genérico, já que agrupa diferentes estratégias de investigação e abordagens que, entretanto, possuem certas características em comum, sendo a principal delas a presença de dados qualitativos, ricos em detalhes descritivos, relativos a sujeitos, locais e conversas. Denzin e Lincoln (2006) defendem que a pesquisa qualitativa é um conjunto de práticas que dão visibilidade ao mundo, transformando-o em representações variadas, por meio de uma multiplicidade de metodologias. Assumindo múltiplas formas e sendo conduzida em diversos contextos, a pesquisa qualitativa em Educação frequentemente envolve a interação com os objetos da pesquisa, por meio dos atos de conversar, observar, visitar, dentre outros (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Nesse tipo de pesquisa, com métodos e teorias próprios e distintos daqueles exigidos historicamente pelas abordagens metodológicas da pesquisa quantitativa, a exemplo das pesquisas típicas em ciências da natureza, o objeto de estudo é fator determinante para a escolha do método, e não o contrário (CHIZZOTTI, 2003; FLICK, 2004;). Assim, os objetos são

estudados em sua complexidade e totalidade, em seu contexto diário, de modo que a pesquisa se baseie em descobrir o novo, desenvolvendo a partir daí teorias empiricamente embasadas, partindo das perspectivas dos participantes e de sua diversidade, da reflexividade do pesquisador e da pesquisa e da variedade de abordagens e métodos possíveis (FLICK, 2004).

Mais uma vez em contraste com as pesquisas quantitativas, a abordagem qualitativa, rompendo com a pretensa neutralidade da ciência, tem na comunicação/relação do/a pesquisador/a com o seu campo de estudo (e seus sujeitos constituintes), a produção de conhecimento, contrariamente à exclusão dessas relações. Tal abordagem baseia-se, portanto, na reflexividade, pois as subjetividades envolvidas nas relações são parte fundamental do processo de pesquisa. “As reflexões dos pesquisadores sobre suas ações e observações no campo, suas impressões, irritações, sentimentos, (...) tornam-se dados em si mesmos, constituindo parte da interpretação (...)” (FLICK, 2004, p. 22).

Além de tais aspectos pessoais, implicações à pesquisa surgem também por meio do próprio campo social, pois, conforme ressalta Cosenza (2014), para a ACD

os sujeitos são, ao mesmo tempo, constituintes e constituidores do mundo social. Como pesquisadores, agimos sobre o mundo social, não apenas para reproduzi-lo, mas para modificá-lo. Nessa direção, a reflexividade do pesquisador se torna importante para questionar continuamente a pesquisa, colocá-la sob constante escrutínio e exercitar a possibilidade de refazer sua lógica. (COSENZA, 2013, p. 35.).

A ACD pode consistir em um forte subsídio para pesquisas qualitativas, pois é vinculada a um paradigma interpretativo crítico que pode auxiliar esse tipo de pesquisa (RAMALHO; RESENDE, 2011). Ao dar ênfase a um problema social que tenha aspecto semiótico, para Fairclough (2012) a ACD pode ser vista como um método a ser utilizado na pesquisa social científica.

Oscilando entre a ênfase na estrutura, ou seja, nas ordens do discurso⁵¹, e a ênfase na ação (ou seja, no trabalho semiótico que se dá nos textos e nas interações), a ACD permite uma análise baseada em problemas sociais com aspecto semiótico, conforme será melhor detalhado

⁵¹ As ordens do discurso são certas combinações de gêneros, discursos e estilos particulares (do campo ou da atividade social), as quais formam o aspecto discursivo das redes de práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2003a). Para Ramalho e Resende (2011), quando consideramos não apenas a importância do semiótico, mas também do social na manutenção do potencial da linguagem em criar significados, reconhecemos as ordens do discurso (ou as redes de ordens do discurso) como um sistema, ou seja, um “potencial semiótico estruturado que possibilita e regula nossas ações discursivas, tal como as práticas sociais possibilitam e regulam nossas ações sociais” (RAMALHO, RESENDE, 2011, p. 45).

no item 6.1 deste capítulo. A ACD é, assim, uma “ciência social crítica, projetada para mostrar problemas enfrentados pelas pessoas em razão das formas particulares de vida social, fornecendo recursos para que se chegue a uma solução” (FAIRCLOUGH, 2012, p. 312).

Para o referencial teórico-metodológico da ACD, selecionei estratégias metodológicas típicas da pesquisa qualitativa e, mais especificamente, as categorias de análise da própria ACD, as quais se encontram especificadas (e explicadas) mais à frente. É importante ressaltar, novamente, que a escolha das categorias analíticas foi feita após a coleta de dados, como sugere Resende (2017), respeitando a observação das necessidades que os dados apresentarem, e não o contrário.

Especificamente quanto à coleta dos dados, desejava, inicialmente, concentrar-me nos pontos de vista, nos discursos dos sujeitos, imersa em seus ambientes cotidianos, olhando para os significados que eles atribuem tanto às experiências quanto aos eventos, procurando pela constituição de um verdadeiro contexto de interação, orientado localmente em relação ao significado dos objetos, das atividades e dos eventos (FLICK, 2004). Visando articular a produção da realidade social das pessoas ao processo interativo e por meio deste, havia pensado (e proposto até o momento do exame de qualificação desta tese) na conexão entre etnografia e ACD enquanto referenciais teórico-metodológicos para o estudo.

Como havia apresentado, a etnografia poderia ajudar a capturar o contexto, do qual a análise discurso é dependente, já que não há discurso sem contexto (FAIRCLOUGH, 2001). Como a análise do discurso se situa grandemente nos textos, quer sejam textos falados ou escritos, a singularidade dos caminhos, das pessoas, de suas casas e de seus lugares de origem, captada pela etnografia, forneceria uma descrição densa, resultando em uma costura de estratégias de ambos referenciais para a interpretação dos dados em uma visualização mais detalhada da área de estudo.

Entretanto, com o prolongamento da pandemia da COVID-19, conforme mencionei na Introdução e no Capítulo 1, precisei alterar meus percursos metodológicos, atentando-me sempre para que o trabalho não perdesse a qualidade em relação ao que havia sido inicialmente proposto. Preocupe-me também em não me desviar do problema social que move esta investigação, ou seja, a invisibilização das comunidades dos arredores de alguns pontos da Rota das Grutas, em especial os que integram o PESU (parque Estadual do Sumidouro) quanto aos seus saberes, suas relações afetivas com seu território, os conflitos ou problemáticas ambientais percebidos e a significância de seu patrimônio paleontológico em suas vidas e memórias. Tampouco me desviei da questão de pesquisa que me propus a perseguir, ou seja, mantive-me firme na busca por entender como os discursos das comunidades locais insinuam as relações

socioambientais que emergem nos sítios de importância paleontológica em MG, podendo anunciar esses territórios patrimoniais, em termos de significância científica, cotidiana, educativa, de seus problemas, vulnerabilidades, injustiças e conflitos ou problemas socioambientais.

Destarte, alterei o *corpus* de dados que precisaria acessar para o desenvolvimento frutífero e satisfatório de minha investigação, passando de uma análise que se basearia em discursos dos/as moradores/as mais antigos dos arredores de Cordisburgo e Lagoa Santa, para uma análise mais restrita em termos locais, porém incluindo um número mais diverso de textos, que seriam advindos de três corpora diferentes de dados, como apresentarei a seguir.

As etapas metodológicas desta pesquisa deram-se de modo subordinado às características da pesquisa qualitativa, cujos aspectos devem ser sempre considerados com base no tema em investigação. A coleta de dados, especificamente, subordinou-se, de um modo mais consistente, tanto à questão de pesquisa definida, quanto às circunstâncias do próprio campo, algo também característico da pesquisa qualitativa, como defende Flick (2004).

Como os métodos definem quais aspectos da pesquisa merecem especial atenção, o que fornece uma orientação à prática do/a pesquisador/a, foi importante relativizar “a abertura e a flexibilidade programáticas quanto às determinações metodológicas e à pluralidade de métodos” (FLICK, 2004, p. 160).

Além disso, foi preciso selecionar as categorias às quais pertenceriam os sujeitos a investigar, pois é sempre importante pensar em quais atores trarão perspectivas necessárias ao trabalho. Portanto, dedico a sessão seguinte a uma descrição da área de estudo, para que eu possa apresentar a escolha que fiz quanto aos sujeitos da pesquisa. Posteriormente, dou sequência ao detalhamento de minhas estratégias metodológicas para coleta e análise dos dados, pautadas na ACD de Norman Fairclough.

6.1 O CONTEXTO SOCIAL DE PRODUÇÃO DISCURSIVA E O DESENHO DA PESQUISA: A COLETA DE DADOS PELA ROTA DAS GRUTAS PETER LUND

Como mencionei na Introdução desta tese, meu encontro com os locais de estudo deu-se a partir de um levantamento de sítios paleontológicos e espeleológicos existentes em Minas Gerais, bem como os problemas socioambientais neles encontrados, levantamento esse abordado no capítulo 3. Por meio desse encontro com os dados, decidi ir a um dos sítios, especificamente começando pela Gruta do Maquiné, em Cordisburgo, pela qual sempre tive grande interesse em decorrência do fato de já tê-la visitado quando muito criança, por volta dos

meus 2 anos de idade. Como já não consigo alcançar as memórias de uma idade tão distante, ansiava rever o lugar, agora com o olhar de uma pesquisadora interessada em escavar passados e memórias mais antigas do que minhas próprias lembranças. Afinal, o objeto de pesquisa é captado a partir do desejo de conhecê-lo, passando por nossa significação, a qual consiste em um processo (social) de conhecimento e de produção de realidade (MIRANDA, 2007).

Iniciando-se em Belo Horizonte e passando por Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Sete Lagoas e Cordisburgo, todos municípios mineiros, a Rota das Grutas Peter Lund (RGPL) faz parte do Circuito das Grutas de MG (Figura 11), com três grandes grutas abertas à visitação, além de uma variedade de grutas de menor tamanho, bem como grutas (ou trechos das grutas) de acesso exclusivo a pesquisadores. Tal rota surgiu com o objetivo de impulsionar o turismo e o desenvolvimento econômico local, de modo a fortalecer a identidade mineira por meio do legado do naturalista dinamarquês Peter Lund, que percorreu na região (onde viveu durante várias décadas, até sua morte, em 1880), e cuja contribuição na coleta de fósseis e nos estudos paleontológicos, no século XIX, tornaram-no conhecido como “o pai da Paleontologia brasileira” (BARBOSA et al., 2014).

Lund também desenvolveu estudos que questionavam a teoria da geração espontânea e a teoria do catastrofismo, então dominantes em sua época. Tendo sido o primeiro a localizar e pesquisar mais de 800 grutas da região, o dinamarquês era também um sujeito de muita integração com a comunidade dos arredores de Lagoa Santa (Figura 12). Além de conhecer todos/as os/as moradores/as, locais, Lund ministrava aulas e era um médico que atuava gratuitamente, fornecendo consultas no arraial local. Como se não bastasse, era um ótimo pianista, tendo fundado uma banda de música e financiado os estudos de um jovem músico local. Assim, o naturalista dinamarquês citado por Darwin em sua mais célebre obra, *A Origem das Espécies*, deixou marcas duradouras nas memórias que tomam parte na história da cidade de Lagoa Santa (e arredores), onde viveu por mais de 40 anos e onde faleceu, em 25 de maio de 1880 (HOLTEN; STERLL, 2011).

Vários pesquisadores inspiraram-se e se inspiram no trabalho do dinamarquês, percorrendo seus caminhos e buscando evidências que constantemente recontam a história do passado da Terra e de seus habitantes, a exemplo do biólogo, arqueólogo e antropólogo Walter Neves, e do paleontólogo Castor Cartelle, especialista em fauna pleistocênica (BARBOSA et al., 2014). É importante mencionar que o traçado da RGPL também foi definido sob influência de Cartelle, um dos maiores incentivadores e idealizadores de seu projeto (BARBOSA et al., 2014).

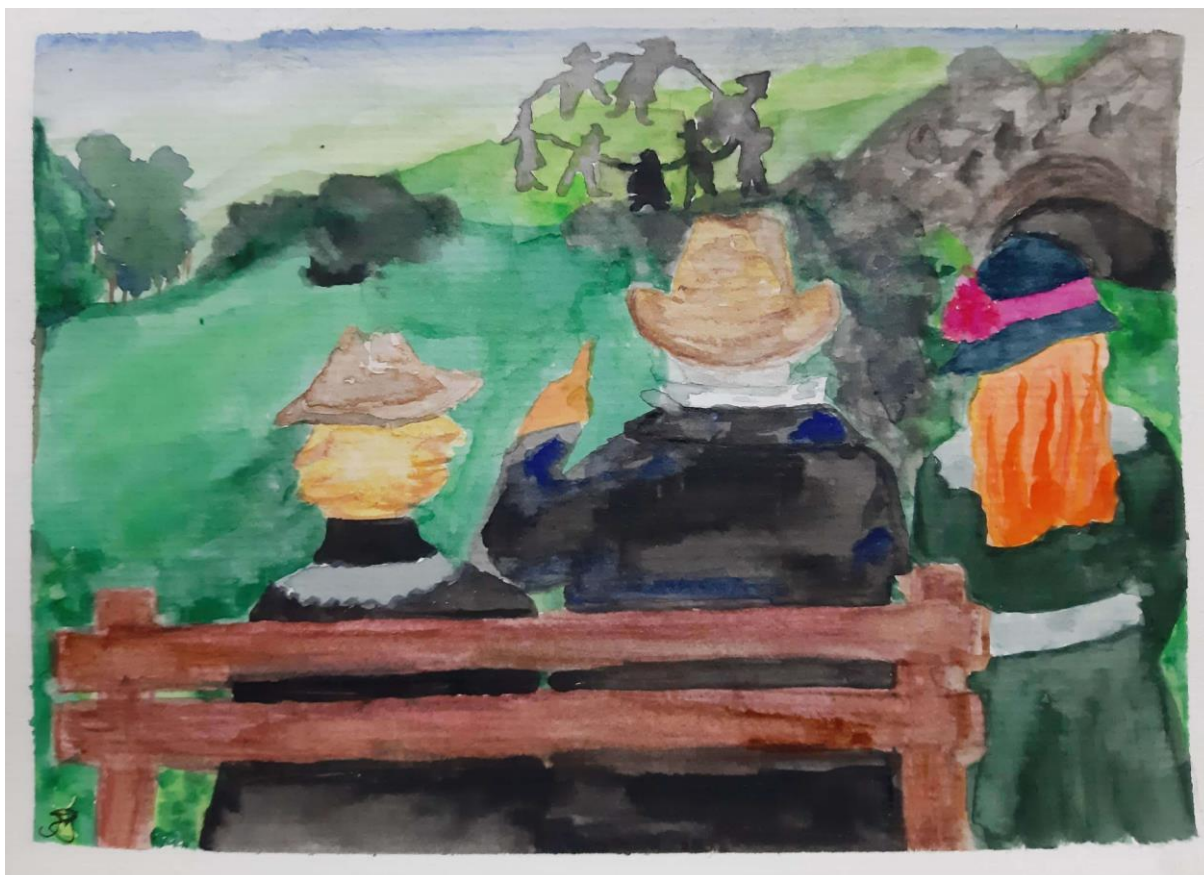
Figura 11 - Mapa turístico do Circuito das Grutas de Minas Gerais, onde se insere a Rota das Grutas Peter Lund



Fonte: Página eletrônica do Circuito das Grutas de Minas Gerais⁵².

⁵² Disponível em: <<https://circuitodasgrutas.com.br/circuito-turistico/>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

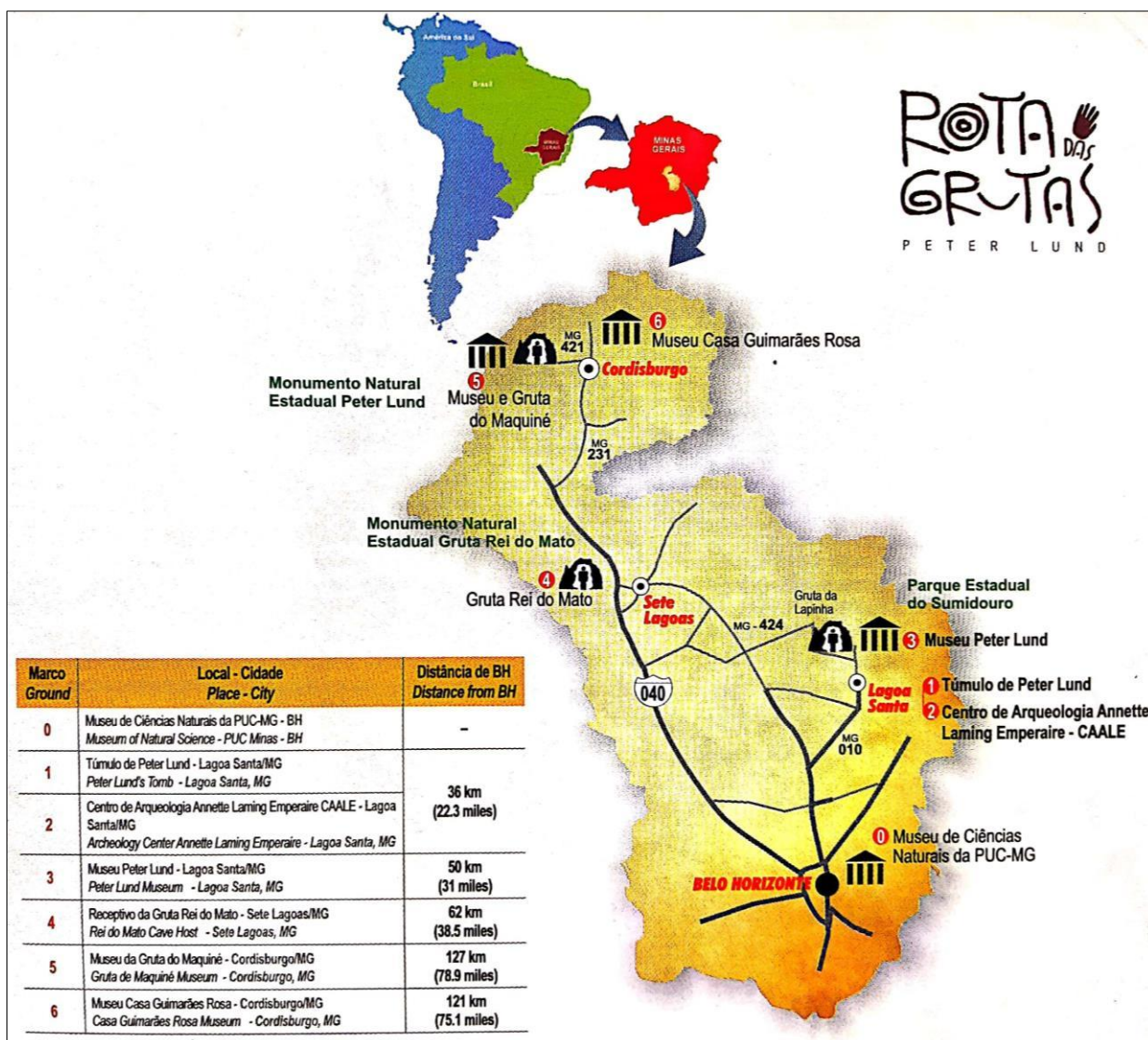
Figura 72 - Peter Lund interagindo com a comunidade local. Pintura em aquarela



Fonte: Arte de Mirelle Santos, 2022.

Em uma parceria entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD/MG), o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF/MG) e o Departamento de Obras Públicas (DEOP), foi estruturado o projeto da Rota das Grutas Peter Lund (Figura 13), com as obras de adequação necessárias à infraestrutura das Unidades de Conservação (UCs). São elas: Parque Estadual do Sumidouro, que se localiza nos municípios de Lagoa Santa e Pedro Leopoldo; o Monumento Estadual Gruta do Rei do Mato, em Sete Lagoas; e o Monumento Natural Estadual Peter Lund, em Cordisburgo (BARBOSA et al., 2014). Embora o marco zero da Rota seja o Museu de Ciências Naturais da PUC, em Belo Horizonte, é nas cidades acima mencionadas que estão, respectivamente, três grandes grutas abertas à visitação: a Gruta da Lapinha, a Gruta Rei do Mato e a Gruta do Maquiné (MAGALHÃES; SUYAMA; FARIA, 2017), esta última sendo justamente o Monumento Natural Estadual Peter Lund.

Figura 13 - Mapa turístico da Rota das Grutas Peter Lund



Fonte: Extraído de Material Educativo Informativo – MEI distribuído na entrada do Museu Peter Lund, em Lagoa Santa, 2018.

À exceção de Belo Horizonte, as pequenas cidades, ainda que recebendo um grande fluxo de visitantes, passam por problemas socioeconômicos, conforme pode constatar em meu levantamento de dados sobre conflitos socioambientais, apresentado no capítulo 3 desta tese, e também em minha incursão prévia a campo (que acabou se mostrando a única, em função da pandemia), na qual pude ouvir alguns/mas moradores/as. Assim como apresentado por Barbosa et al. (2014), os destinos da Rota Lund (para as pequenas cidades, grifo meu) não refletem para a região os benefícios, especialmente os econômicos, que podem ser gerados pelo turismo.

Nessa minha incursão a campo, antes da escrita do projeto de doutorado, percebi que as três grutas e as cidades onde estão inseridas (bem como seus arredores), apresentam interessantes possibilidades de investigação quanto aos significados dessas para moradores/as,

guias turísticos/as e visitantes. Em Lagoa Santa, trecho 2 da Rota, o túmulo de Peter Lund (marco 1) e o centro de Arqueologia Annete Laming Emperaire (CAALE) (marco 2) são pontos turísticos que contam a história da região e de seus achados e preparam os visitantes para entenderem o contexto da Gruta da Lapinha (Figura 13) (marco 3), no terceiro trecho da Rota, entre os municípios de Lagoa Santa e Pedro Leopoldo (BARBOSA et al., 2014). Também no trecho 3 se encontram o Museu Arqueológico da Lapinha, conhecido como Castelinho, e o Museu Peter Lund, ambos muito próximos à entrada da Gruta da Lapinha (Figura 14). Há décadas visitada por turistas, essa gruta tem uma histórica relação com os/as moradores/as locais que nela vendiam seus produtos, a exemplo das doceiras e dos/as artesãos/ãs, antes da regulamentação do PESU, área onde se insere e cuja criação se deu sem a participação dos/as mesmos/as no processo de decisões (FARIA et al., 2015).

Frente à proibição da venda espontânea de seus produtos na Gruta da Lapinha, as doceiras organizaram-se no projeto da chamada Rota das Doceiras, o qual, segundo a prefeitura de Lagoa Santa, é uma importante atração turística da cidade. Após a cessão da administração da gruta ao PESU (Figuras 15 e 16), em 2012, as produtoras de doces do bairro da Lapinha organizaram-se para incentivar a manutenção da tradição da região em produzir e comercializar seus doces, muitos deles de frutas típicas do cerrado. O projeto teve apoio da Secretaria Municipal de Bem Estar Social – Diretoria de Turismo e Cultura, e possibilitou que a produção de doces fosse inventariada e registrada enquanto patrimônio imaterial da cidade, em 2017 (PREFEITURA DE LAGOA SANTA, 2019). Essa centenária tradição regional envolve a partilha de saberes entre as gerações, ao longo do tempo, sendo conduzida, principalmente, por mulheres. Com o mapeamento das residências das/dos produtoras/es locais, tornou-se possível a produção de um roteiro em que se pode visitá-las, mediante agendamento. A Rota das Doceiras também tem entre seus objetivos a proposição de feiras e outros eventos culturais, de modo a auxiliar na divulgação de seus produtos (Figura 17). O site da Prefeitura de Lagoa Santa disponibiliza um link de acesso direto à localização, no *Google Maps*, de muitas dessas doceiras (PREFEITURA DE LAGOA SANTA, 2019) (Figura 18).

Figura 14 - Entrada (à esquerda) e interior (à direita) da Gruta da Lapinha



Fonte das imagens: acervo pessoal, 2018.

Figura 15 - Pontos da Rota das Grutas Peter Lund contextualizados em relação ao Parque Estadual do Sumidouro



Fonte: MEI coletado na entrada do Museu Peter Lund, Parque Estadual do Sumidouro, em 2018. Acervo pessoal.

Figura 16 - Mirante do Parque Estadual do Sumidouro



Fonte: Extraído de Material Educativo Informativo – MEI distribuído no Parque Estadual do Sumidouro.

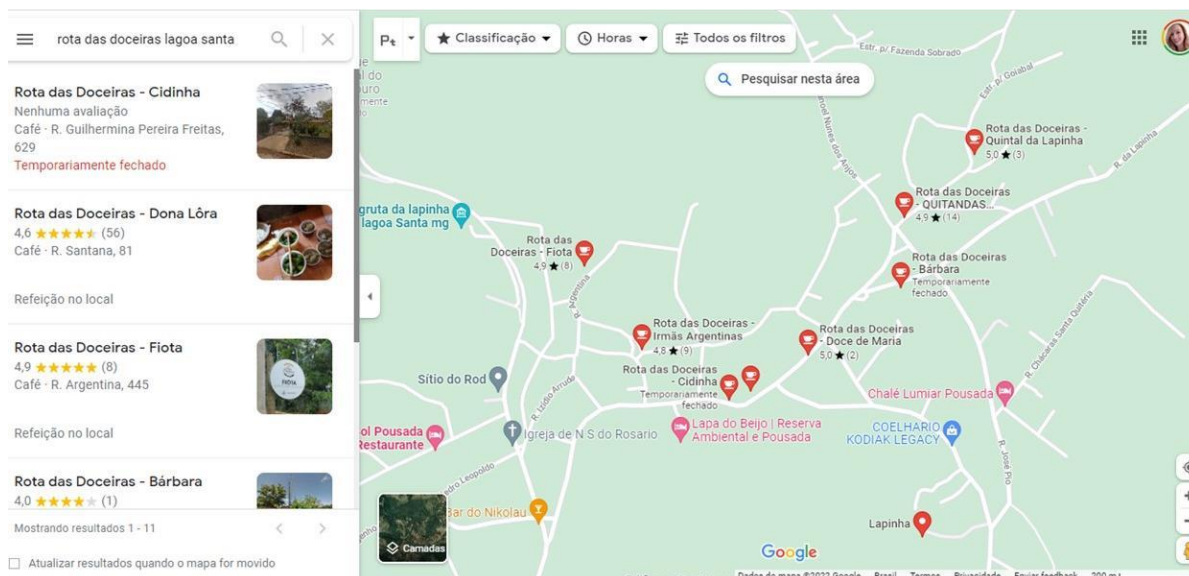
Figura 17 - Doces típicos da região, vendidos na Rota das Doceiras



Fonte: site da Prefeitura de Lagoa Santa, MG⁵³.

⁵³ Disponível em: < <https://www.lagoasanta.mg.gov.br/turismo-cultura-o-que-conhecer/rota-das-doceiras?showall=1> > Acesso em 05 fev. 2022.

Figura 18 - Mapa da Rota das Doceiras, acessado por meio do site da Prefeitura de Lagoa Santa, MG



Fonte: site da Prefeitura de Lagoa Santa, MG⁵⁴.

Voltando à RGPL, propriamente dita, no trecho 4, há o Monumento Natural Estadual Gruta Rei do Mato (Figura 19) (marco 4), em Sete Lagoas. Considerado uma das maiores grutas de Minas Gerais, tem seu nome escolhido devido às histórias contadas pelos/as moradores/as da região sobre um eremita (ou fugitivo da Revolução Gaúcha, ou Revolução de 30), que teria percorrido a localidade, escondendo-se nas grutas, segundo informações fornecidas pelos/as guias turísticos/as do local.

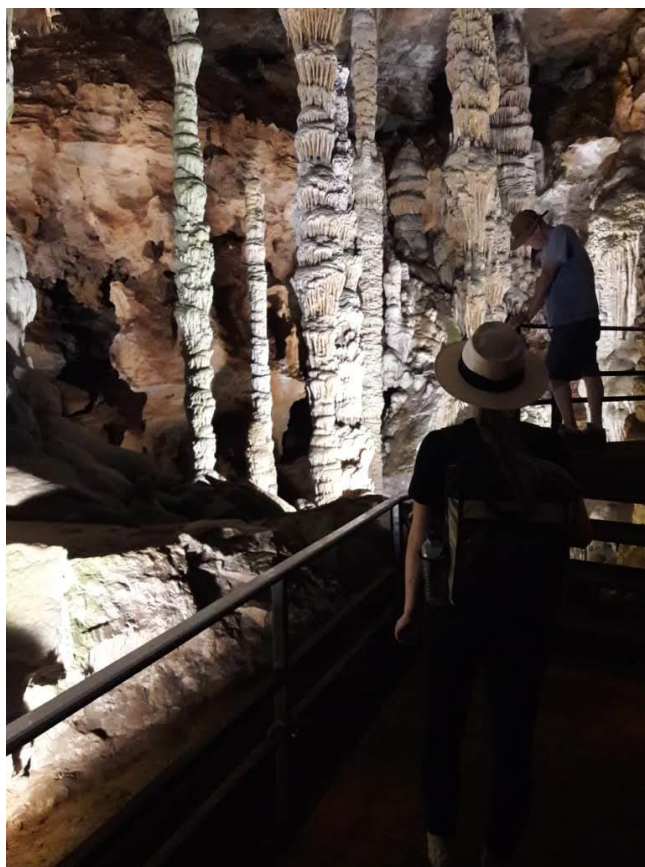
Já em Cordisburgo, a Gruta do Maquiné (Figura 20) (marco 5), onde Lund realizou boa parte de suas descobertas, pertencente ao trecho 6, representa um dos pontos turísticos da cidade que mais atraem visitantes, talvez em uma visibilidade tão grande quanto o Museu Casa Guimarães Rosa (Figura 21) (marco 6), que também faz parte dos pontos que compõem a Rota. Além de famosa por seu Zoológico de Pedras, uma exposição a céu aberto de esculturas dos fósseis mais representativos para a região (Figura 22), a cidade, conhecida por ser a terra natal de um dos maiores escritores brasileiros, Guimarães Rosa, é palco de eventos voltados ao turismo patrimonial e ao turismo literário, tais como a Semana Roseana, a qual objetiva divulgar, por meio de estudos e atividades culturais, a obra do escritor. Outro objetivo da Semana consiste em fortalecer os laços entre a comunidade local e o Museu, no qual trabalham muitos/as moradores/as locais, como voluntários/as (em especial, crianças e adolescentes do

⁵⁴ Disponível em: < <https://www.lagoasanta.mg.gov.br/turismo-cultura-o-que-conhecer/rota-das-doceiras?showall=1> > Acesso em 05 fev. 2022

Projeto Miguilim) (MAGALHÃES; SUYAMA; FARIA, 2017). Com minha ida ao local, pude constatar vivo o legado do escritor por meio do cotidiano, do artesanato, do folclore e até mesmo das atividades voltadas à própria comunidade, como um grupo de teatro que se dedica à encenação de obras de Guimarães Rosa.

O trajeto entre o marco 0 e o marco 6 tem cerca de 169 Km, com mais 121 Km para o retorno do Museu Casa Guimarães Rosa até Belo Horizonte. A região também atrai cicloturistas e turistas interessados/as em uma imersão, por caminhada, com vários percursos possíveis, no universo construído por Guimarães Rosa em suas obras literárias⁵⁵. Esses chamados Caminhos de Rosa contemplam atualmente vários percursos possíveis, com diferentes durações e níveis de dificuldade (FERREIRA, 2021).

Figura 19 - Interior da Gruta Rei do Mato



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

⁵⁵ Segundo os registros documentais, em 19 de maio de 1952 Rosa deu início a uma caminhada que durou 10 dias, acompanhando de vaqueiros que tocavam um rebanho. Foram 250 Km no total, partindo de Três Marias e indo até Araçá (mais especificamente, a Fazenda São Francisco). Toda a viagem documentada deu origem, posteriormente, ao seu livro “A Boiada” (FERREIRA, 2021).

Figura 20 - Entrada da Gruta do Maquiné



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

Figura 21 - Museu Casa Guimarães Rosa



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

Figura 22 - Esculturas de fósseis representativos da região da Rota das Grutas: tigre-dente-de-sabre do gênero *Smilodon* (à esquerda) e uma preguiça gigante (à direita), do Zoológico de Pedras Peter Wilhelm Lund, na cidade de Cordisburgo



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

Os cenários são, portanto, marcados por distintas práticas sociais relacionadas à memória, e os diferentes ícones que constituem esses locais representam o que Miranda (2007) chama de multiplicidade da natureza humana. As características dessas cidades levam-me a pensar em aspectos como seu elo com o passado, aquilo que seria possível encontrar nos discursos dos/as cidadãos/ãs comuns, as rotinas que foram naturalizadas pela cidade e as tradições que foram inventadas, reelaboradas e/ou fixadas como costumes na constituição de marcas culturais. Além disso, também seguindo o pensamento da autora, questiono-me sobre aspectos que envolvem a memória dos/as moradores/as locais e em como suas memórias pessoais relacionam-se a aspectos históricos, se há um sentimento de pertencimento (cujo significado é discutido por diversas vezes ao longo desta tese), espaço para manifestações culturais que não as dominantes, dentre outros.

Sentindo-me encantada pela atmosfera de Cordisburgo e da região da Gruta da Lapinha, locais onde conheci pessoas ímpares, que conversaram comigo sobre a história de suas vidas na região, mostrando-me um quadro de mudanças na paisagem e em seu cotidiano, vivenciando-os ao longo das décadas, decidi, inicialmente, estabelecer minha pesquisa de campo nesses mesmos locais. Pretendia procurar pelos/as monitores/as ambientais locais, tanto da Gruta do Maquiné quanto dos arredores da Gruta da Lapinha. Por meio de entrevistas, pensava que esses sujeitos seriam fundamentais para localizar discursos que informassem os aspectos conjunturais e da prática social, por meio de seus modos de significação das relações

de pertencimento aos locais, memórias, experiências e cotidianidade. Além de permitir entender como olham para seus próprios ambientes, essa investigação poderia me mostrar como os saberes sobre esses sítios (incluindo os saberes ambientais), sua significância e as relações socioambientais tomam parte dos/as entrevistados/as, por meio de seus discursos.

Ademais, acreditava que os/as monitores/as ambientais seriam fundamentais para indicarem-me os/as moradores/as mais antigos/as das comunidades. Esses/as, por sua vez, fundamentais para as tessituras entre memória, pertencimento e os modos de significação das comunidades frente às principais questões da modernidade (tanto a modernidade tardia quanto a modernidade em Benjamin, além da modernidade/colonialidade) apontadas anteriormente.

Entretanto, com as mudanças metodológicas, acabei optando por realizar análise dos três seguintes grupos de textos: Material Educativo Informativo – MEI que coletei nessa incursão prévia a campo, em todas as três grandes grutas pelas quais passei; questionários enviados a monitores/as ambientais via *Google Forms* (detalhados mais à frente) e entrevistas a moradores/as locais por videochamada (explicadas no próximo capítulo).

Como precisava concentrar meus esforços de coleta de dados em um tempo reduzido, já que esperava há meses pela possibilidade de ir a campo assim que a situação pandêmica estivesse mais segura (o que acabou não se concretizando no tempo em que eu dispunha), optei por selecionar apenas uma localidade em que os sujeitos de pesquisa, tanto monitores/as quanto moradores/as, se encontrariam: o Parque Estadual do Sumidouro – PESU - e suas áreas contíguas.

Inserido na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte (e também em sua microrregião), na Zona Metalúrgica de Minas Gerais, e ocupando 2.003,57 hectares de área rural, o PESU localiza-se entre os municípios de Lagoa Santa (53,75% de sua área se insere nesse município) e Pedro Leopoldo (44,27%), segundo o Plano de Manejo do Parque Estadual do Sumidouro (IEF, 2010). Embora criado pelo Decreto 20.375, de 3 de janeiro de 1980, com o nome de Parque Ecológico Vale do Sumidouro, sua efetivação se deu por meio do Decreto nº. 44.935 de 2008, que redefiniu os limites da Unidade de Conservação. Seu nome passou, então, a ser Parque Estadual do Sumidouro (IEF, 2010).

O PESU encontra-se dentro da Área de Proteção Ambiental – APA Carste de Lagoa Santa (Figuras 23 e 24), a qual se localiza a cerca de 30Km do município de Belo Horizonte. Caracterizada como um local de grande beleza cênica, incluindo suas feições geomorfológicas em rochas calcárias, bem como a peculiar vegetação, foi palco de estudos de Peter Lund no século XVIII. Contendo rico patrimônio paleontológico, arqueológico, espeleológico e cultural, a região de abrangência da APA é também foco de ameaças a todo esse patrimônio, devido à

expansão urbana, a exploração mineral e a utilização incorreta dos recursos hídricos, bem como a expansão de áreas para pastagem e agricultura (FARIA et al., 2015). Afinal, o sistema cárstico (desse tipo de rochas calcárias), em si, já é frágil por natureza.

Figura 23 - Contextualização territorial da APA Carste de Lagoa Santa



Fonte: Barbosa; Carvalho; Rena (2020).

desordenada da região, justificou-se sua efetivação (e sua ampliação em relação à área inicialmente proposta) por sua importância enquanto patrimônio natural, histórico e cultural, incluindo os bens materiais e imateriais.

Ainda de acordo com o Plano, a missão do PESU é ser guardião de memórias pretéritas, tendo como principal desafio fazer com que as memórias contidas nos registros pré-históricos e históricos da região do Carste de Lagoa Santa tornem-se acessíveis à população. O Plano também chama atenção para a importância de se desenvolver uma boa relação com os vizinhos à Unidade de Conservação, sendo preciso administrar os conflitos no sentido de reduzir as vulnerabilidades e os riscos de ações contra o patrimônio. Destaca, ainda, ser importante cativar as comunidades do entorno, criando ambientes de convívio cotidiano. Isso pode favorecer as pessoas a desenvolverem o sentimento de pertencimento, ajudando a mitigar os impactos gerados a essas pessoas quando da implantação do parque e fazendo com que retomem o convívio com os lugares com os quais se relacionaram no passado (IEF, 2010).

Entretanto, como percebi durante o levantamento bibliográfico e, principalmente com as entrevistas à comunidade local, tal relacionamento amistoso não tem se dado efetivamente (algo que ficará mais evidente ao longo desta tese), até mesmo em função dos vetores de expansão urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH. De acordo com Barbosa; Carvalho; Rena (2020), um de seus maiores vetores de expansão consiste no Vetor Norte, território abrangido pela APA Carste de Lagoa Santa, envolvendo onze municípios (quatro deles estando no interior da APA). Esse vetor avança especialmente em função do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, o qual também se encontra na APA. Por outro lado, o Vetor Sul de expansão, segundo as autoras, encontra-se ligado aos maiores impactos ambientais, nos quais se tornaram ainda mais evidentes as desigualdades socioambientais regionais, em função do avanço da urbanização segundo uma racionalidade essencialmente capitalista.

Desse modo, toda a região dos arredores da APA Carste de Lagoa Santa e, conseqüentemente, do PESU, enfrenta hoje problemas relacionados a impactos sobre os bens ambientais, como água e solo; impactos sociais, pela falta de empregos, desigualdade econômica, e no acesso de infraestrutura sanitária, de locomoção e de habitação (BARBOSA; CARVALHO; RENA, 2020). Daí podem emergir questões conflitivas e a problemática ambiental intensifica-se, tal como discutido no capítulo 3 desta tese.

Por toda a sua significância histórica, ambiental, cultural, patrimonial, dentre outras, além da problemática socioambiental e das relações conflitivas como chaves de leitura do problema social e da questão de pesquisa a que me propus neste trabalho, optei, então, por focar

minha análise, em discursos que emergem, além do MEI distribuídos nas três grandes grutas da RGPL, dos sujeitos localizados nos arredores do PESU e, conseqüentemente, da APA Carste de Lagoa Santa⁵⁶. Sujeitos esses que têm em sua cotidianidade, seu trabalho e suas memórias, relações muito próximas com sítios de importância paleontológica que se inserem nesses espaços. Nesse contexto social de produção discursiva, tais sujeitos são a chave para o entendimento das relações que me propus a investigar nesta tese. Por toda a sua relevância, trago, no início do próximo capítulo, linhas dedicadas à descrição de cada um desses sujeitos, de modo a apresentá-los logo antes de revelar seus discursos (trazendo uma proximidade entre os sujeitos e os discursos por eles enunciados).

Assim, volto minha atenção para os discursos que partem desses locais. Pelo olhar da ACD, voltado a amostras discursivamente situadas, foco nos materiais que consistem em: os próprios MEI; as respostas por escrito dos/as monitores, ao questionário enviado; e as entrevistas por videochamadas, as quais foram devidamente transcritas. Assim, tal análise multidimensional articula dados de diferentes naturezas, porém homogêneos entre si enquanto *corpus*, formando um *corpora* (conjunto composto por cada *corpus*) selecionado para corresponder à questão de pesquisa desta tese, partindo de excertos ou segmentos discursivos analíticos, apresentados e discutidos enquanto resultados de pesquisa. Afinal, como nos dizem Resende e Regis (2017), após o levantamento dos possíveis dados para o acercamento do problema, é preciso definir o modo de análise do *corpus* ou do *corpora* (neste segundo caso, configurando uma análise multidimensional) da pesquisa para sua exploração. A organização dos dados é crucial para o sucesso de sua análise, pois quando se opera com um grande volume de dados, é importante organizá-los por meio de determinadas estratégias, definindo os elementos pertinentes à investigação (RESENDE; REGIS, 2017).

Prossigo, desse modo, apresentando meu desenho de pesquisa, que parte do paradigma da pesquisa qualitativa voltada ao arcabouço teórico-metodológico da ACD.

Como primeira etapa, reuni todos os folders, livretos e panfletos – MEI distribuídos nas entradas dos pontos turísticos que acessei tanto no PESU (especialmente a Gruta da Lapinha), quanto na Gruta do Maquiné e da Gruta Rei do Mato, em minha única incursão a campo, totalizando dez materiais. Fiz a leitura de todos eles na íntegra e, partindo dos discursos, privilegiei a análise lexical (ou seja, os processos de escolha envolvendo o universo vocabular)

⁵⁶ Em grande parte da tese, refiro-me à área de estudo como sendo o Parque Estadual do Sumidouro, devido à sua representatividade no cenário turístico. Entretanto, entende-se que as questões que trato ao longo do trabalho são também concernentes à toda a área da APA Carste de Lagoa Santa, na qual o PESU se insere, bem como aos demais pontos da Rota das Grutas Peter Lund onde coletei o MEI.

e da intertextualidade. Conceito trazido por Bakhtin (1997), a intertextualidade permite identificar, dentro dos textos, fragmentos oriundos de outros textos, ou seja, a expressão de certas visões, certas vozes, que insinuam diferentes concepções ideológicas dentro do texto. Ao desvelar a intertextualidade é possível, assim, desvelar o posicionamento discursivo nas lutas hegemônicas (havendo uma importante relação entre intertextualidade e hegemonia). Para Fairclough, todo enunciado é constituído por fragmentos de outros enunciados, em parte explícitos (FAIRCLOUGH, 2001). Assim, a intertextualidade é a capacidade de incorporar outros discursos, por uma motivação ideológica, que tenham o potencial de reestruturar, reafirmar ou mesmo contestar as estruturas discursivas. Mais à frente, explanarei de modo mais detalhado, a categoria linguístico-discursiva da intertextualidade, à qual recorri para a análise de todos os três grupos de materiais analisados nesta tese.

Como segunda etapa, devido aos desdobramentos da pandemia, consegui uma autorização do Instituto Estadual de Florestas – IEF, para a aplicação de questionários online aos/às monitores/as ambientais do PESU (oito sujeitos, como descrevo no próximo capítulo desta tese). A esses sujeitos enviei, via e-mail, um questionário *Google Forms*, ferramenta gratuita para a elaboração de formulários on-line que se encontra disponível para quaisquer usuários de conta *Google* (integrada ao gmail), podendo ser acessado em plataformas distintas, inclusive por smartphones. Esse formulário também tem a vantagem de mostrar as respostas rapidamente, de modo individual (resposta de cada um/a dos/as participantes), ou mesmo coletivo, resumindo a coleta de dados em gráficos e planilhas, o que pode facilitar a visualização e análise dos dados (MOTA, 2019). O formulário, conforme enviado, apresenta-se em anexo (ANEXO A)

Ou seja, essa etapa envolveu a condução de um questionário no qual as perguntas encontram-se divididas entre questões de assuntos mais concretos, deixando-se as respostas em aberto, mas também em questões mais direcionadas, fixas, as questões estruturadas, que no questionário por mim elaborado são principalmente representadas pelas perguntas de múltipla escolha. A vantagem da utilização desse tipo de questionário consiste na facilidade de aplicação, já que não depende de agendamento de horário com o sujeito, no caso do questionário online, e também na possibilidade de comparação baseada no mesmo conjunto de perguntas. O questionário permite, também, maior velocidade na etapa da coleta de dados (FLICK, 2004). Entretanto, é mais limitado quanto à possibilidade de interação entre os sujeitos da pesquisa e o/a investigador/a, algo geralmente importante na pesquisa qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Assim, a utilização desse recurso não visou a substituição de entrevistas focais (explicadas a seguir) com os/as moradores locais, como mostrarei, mas sim uma visão mais integrada dos sujeitos que tomam parte em toda uma teia de interações sociais que envolvem o parque, de modo a contextualizar melhor a área de estudo. Ademais, acreditava que esses/as monitores/as também seriam, como no projeto inicial, pontos-chave na obtenção de contato dos/as moradores/as mais antigos do entorno do parque.

Como terceira etapa da coleta de dados, contactei os/as moradores/as do entorno do parque (e da APA), por meio de um caminho indiretamente influenciado pela minha incursão prévia a campo, como descrevo no capítulo seguinte. Agendei entrevistas por videochamada (todas gravadas) com um total de dez sujeitos, que mediante a leitura e o aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO B), concordaram em participar da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas com auxílio de um roteiro de entrevista semiestruturada, feito em moldes muito similares aos do questionário via *Google Forms*, porém agora por temas, os quais incluíram: **História de Vida**, consistindo no local de onde veio, onde mora e qual a formação; **Relação com o Parque Estadual do Sumidouro** (ou a APA Carste de Lagoa Santa); **Significação da Paleontologia** (ou dos fósseis da região) para o/a entrevistado e também para os/as moradores/as locais; **Turismo e suas implicações**, incluindo aspectos positivos e negativos; **Relação entre Moradores/as e a tomada de decisões relativas ao Parque ou à APA**; **Mineração e Impactos**; **Relação entre os/as Moradores/as, sua cultura, suas memórias e afetos**; e demais assuntos pertinentes que surgissem durante as conversas, que seriam fluidas, porém direcionadas pelo roteiro.

Essas entrevistas, por terem sido realizadas individualmente, ainda que em modo online, consistem em entrevistas individuais focalizadas. Para Gaskell (2002), esse tipo de entrevista, enquanto técnica ou método, permite descobrir sobre determinados fatos/perspectivas para além daquelas do/a entrevistador/a, possibilitando, assim, o mapeamento e a compreensão do mundo da vida dos sujeitos. Esse é um importante ponto de partida para se introduzir e estruturar esquemas interpretativos que permitam compreender as narrativas (e os discursos) dos atores em contextos sociais específicos, em uma partilha/negociação de realidades (GASKELL, 2002). Para o mesmo autor, as entrevistas individuais permitem que se obtenham detalhes mais ricos sobre experiências pessoais, tomadas de decisões e sequência das ações, o que pode ser aqui muito importante para investigar a memória dos sujeitos que vivem nos locais de estudo. Além disso, a maneira como a entrevista se dá e como o entrevistado diz durante entrevistas individuais, podem relacionar-se a características relevantes que não são tão facilmente observadas em entrevistas grupais, por exemplo (GASKELL, 2002).

As entrevistas individuais focalizadas são caracterizadas por deixarem os/as participantes mais livres para relatarem sobre o que consideram mais importante/significativo sobre o tema abordado. Com foco na participação do/a entrevistado/a, e não do/a entrevistador/a, não há, assim, uma lista de perguntas prontas a serem feitas, mas temas a serem abordados em um tópico-guia (além, é claro, de uma seleção de quem será entrevistado/a). Assim, as entrevistas podem dar-se por meio de diálogos informais, com partilha de conhecimento e experiências (RAMALHO; RESENDE, 2011).

O não direcionamento desse tipo de entrevista consiste, em um primeiro momento, fazer perguntas não estruturadas, deixando-se as perguntas mais objetivas (mais “fixas”) para uma etapa mais tardia da entrevista, de modo que o sistema de referência do/a entrevistador/a não interfira nos pontos de vista do/entrevistado/a. O/a entrevistador/a deve se abster, sempre que possível, de avaliações precoces, de modo a conduzir uma conversa não diretiva, evitando-se, assim, que sejam feitas perguntas no momento errado, ou mesmo que o/a entrevistado/a não consiga apresentar seu ponto de vista (FLICK, 2004).

Portanto, é preciso que não se perca de vista os tópicos-guia durante a condução das entrevistas, criando referências para as discussões (RAMALHO; RESENDE, 2011). Parte essencial do processo de pesquisa, o tópico-guia evita que sejam feitas perguntas inadequadas ou mesmo que se desperdice tempo tanto do/a entrevistado/a quanto do/a entrevistador/a. Idealmente, ele deve se fundamentar na combinação da leitura crítica da literatura apropriada ao estudo, o reconhecimento do campo, em especial partindo de conversas prévias com os sujeitos, dentre outros meios, criando um referencial fácil e confortável para as discussões, em uma progressão lógica e plausível dos temas. Mas é preciso lembrar que os tópicos-guias podem sofrer algumas alterações devido aos interesses dos/as próprios/as participantes, e o/a entrevistador/a deve estar atento/a à necessidade de reestruturação desses tópicos, documentando tudo (GASKELL, 2002).

Minha escolha por utilizar diferentes abordagens em distintas etapas da coleta de dados mostrou-se de acordo com a perspectiva de Bogdan e Biklen (1994), segundo os quais em uma mesma pesquisa não é necessário optarmos por um único tipo de abordagem. Afinal, a escolha do modo de investigação deve recair no objetivo dessa investigação. Assim, como precisei recorrer aos/às monitores/as para chegar até os/as moradores (como no capítulo seguinte), e como optei por analisar amostras discursivamente situadas de diferentes grupos sociais no contexto do PESU, surgiu a necessidade de um momento para entrevistas com um caráter mais não-estruturado, com maior profundidade e contexto pessoal revelados pelos/as entrevistados/as (FLICK, 2004).

Como tive de alterar os percursos metodológicos, pode-se pensar que a entrevista online poderia trazer alguma perda para meu trabalho. Entretanto, esse tipo de entrevista tem se tornado muito comum. Como trazem Mann e Stewart (2001), para um/a pesquisador/a tradicional, a transição do momento da entrevista para o modo online poderia parecer falha. Afinal, são entrevistas feitas de certo modo à distância, com menos contato “cara a cara”. Além disso, pode-se perder muitos aspectos contextuais que emergiriam na pesquisa etnográfica, por exemplo. A falta de nitidez desses aspectos pode, inclusive, levar a uma visão de certa forma distorcida, confundindo as fronteiras do texto, da identidade, etc. Entretanto, esse tipo de entrevista permite um longo alcance, superando obstáculos de ordem espacial e temporal e, de certo modo, permite sim um senso de presença entre entrevistado/a e entrevistador/a, ainda que por meio de cabros de fibra ótica (MANN; STEWART, 2001).

Optei, portanto, por essa alternativa mantendo, sempre que possíveis, aspectos próximos aos de minha proposta inicial. E sempre me guiando, durante a coleta de dados, pelos tópicos-guia. Afinal, para Gaskell (2002), é importante que antes da entrevista o/a pesquisador/a já tenha os tópicos-guia definidos e que a própria entrevista se inicie com comentários introdutórios sobre a pesquisa, bem como um pedido para gravar a sessão. Assim o fiz, coletando todos os dados necessários às minhas análises, as quais se deram no processo descrito a seguir.

6.2 A ANÁLISE DOS DADOS PELA PERSPECTIVA DOS ESTUDOS CRÍTICOS DO DISCURSO

Após a coleta de dados, dei início ao processo de transcrição dos mesmos. Para Poland (2001), a transcrição é, por si mesma, um método que, primeiro, permite a codificação, para então tornar os dados disponíveis à análise. Esse processo se deu com atenção e cuidado, de modo que permitiu uma posterior leitura cuidadosa, com grifos, seleção de recortes a serem posteriormente analisados, dentre outros aspectos. Ramalho e Resende (2011) atentam para o fato de que, segundo os métodos da ACD, há uma impossibilidade de analisar todos os dados integralmente, daí a importância da produção de recortes para a análise textual, com textos significativos em seu conjunto, mas não enunciados isolados.

Assim, segui para a etapa de análise dos dados. Para o/a pesquisador/a,

A análise dos dados é o processo de busca e de organização sistemático de transcrição de entrevistas, de notas de campo e de outros materiais que foram

sendo acumulados, com o objetivo de aumentar a sua própria compreensão desses mesmos materiais e de lhe permitir apresentar aos outros aquilo que encontrou. (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 205)

Assim, foi organizando, dividindo e procurando por padrões, que dei sequência às várias fases ou etapas do processo de análise. Seguindo uma abordagem mais flexível, a leitura de tais dados influenciou a descrição, a interpretação e, posteriormente, a **codificação**. Para Bardin (1977, p. 103), “Tratar o material é codificá-lo”, ou seja, transformar os dados brutos, recortando, enumerando, classificando e agregando, para que se chegue em uma representação ou expressão do conteúdo que se analisa. Assim, codifiquei segmentos discursivos em cores, de modo que fosse possível uma leitura agrupando-os por aspectos semelhantes, o que posteriormente me permitiu definir os eixos temáticos para análise. Segundo defende Resende (2017), uma boa organização dos dados influencia diretamente em uma boa análise.

Continuando com a análise das respostas ao questionário e das entrevistas, mas também do MEI Rota das Grutas, após cuidadosa leitura e codificação (no mesmo esquema de cores que as entrevistas transcritas), dei sequência à **abordagem crítica para o estudo da linguagem**. De acordo com a proposta teórico-metodológica da ACD, têm-se ferramentas analíticas para mapear as conexões entre aspectos semióticos e não-semióticos do social, os quais têm por objetivos investigar os mecanismos causais dos discursos, bem como seus efeitos potencialmente ideológicos, além de refletir sobre possíveis formas de superar as relações de poder assimétricas as quais são em parte sustentadas pelos (sentidos dos) textos (RAMALHO; RESENDE, 2011).

Não propus para este trabalho uma análise completa, definitiva ou imparcial, pois ressalto que toda análise textual é, inevitavelmente, seletiva, representando escolhas do/a pesquisador/a. O que proponho é uma análise discursiva que parta da procura, no texto, por conexões entre mecanismos discursivos e o problema que se encontra em foco, envolvendo compreensão e explanação. Abaixo, apresento o arcabouço proposto por Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 60) para as investigações dos mecanismos discursivos e os efeitos ideológicos potenciais em práticas sociais particulares:

Quadro 1: Arcabouço teórico-metodológico da ACD (adaptado de Ramalho e Resende, 2011, p. 106)

Percepção de um problema social com aspectos semióticos
Identificação de obstáculos para a superação do problema: - Análise da Conjuntura; - Análise da prática particular; - Análise do Discurso
Identificação da função do problema na prática
Investigação dos possíveis modos de ultrapassar os obstáculos
Reflexão sobre a análise

Explicando mais detalhadamente essa sequência, busquei, por meio da ACD, criar um quadro analítico por meio do qual eu pudesse mapear conexões entre os recursos discursivos, e suas materializações nos eventos discursivos, e as relações de poder envolvidas. Inspirando-me em Chouliaraki e Fairclough (1998), busco refletir sobre a mudança social nessa modernidade (ou modernidade tardia, ou modernidade/colonialidade), como possíveis práticas emancipatórias. Para tal, parto da percepção do problema social de minha pesquisa (como é típico das pesquisas em ACD), que consiste na invisibilização das comunidades dos arredores de alguns pontos da Rota das Grutas, em especial os que integram o PESU, quanto aos seus saberes, suas relações afetivas com seu território, os conflitos ou problemáticas ambientais percebidos e a significância de seu patrimônio paleontológico em suas vidas e memórias.

A partir daí, pensei e identifiquei os obstáculos os quais deveriam ser superados para que houvesse a superação de tal problema, ou seja, aspectos hegemônicos insinuados em discursos, que sustentem esse problema. Isso se tornou possível especialmente com a análise da conjuntura anteriormente apresentada, que me permitiu entender as práticas associadas ao problema. Além disso, foi importante, conjuntamente à análise de conjuntura, analisar discurso é articulado a outros momentos da prática, ou seja, análise da prática particular, além da análise de discurso propriamente dita.

Em seguida, dei continuidade à identificação dos interesses envolvidos na prática particular e seus problemas, pensando em quais possibilidades para mudança e superação dos problemas identificados. Ou seja, recorrendo ao realismo crítico para, então, pensar modos de ultrapassar os obstáculos (RESENDE, 2017).

A reflexão sobre a análise tomou parte de toda a pesquisa, incluindo uma autorreflexão quanto ao meu engajamento enquanto analista. Inspirei-me, portanto, no mapa ontológico

proposto acima, para uma ACD baseada em decisões ontológicas, epistemológicas e metodológicas.

Assim, teço relações a partir dessa sequência. Destaco que a conjuntura, elaborada nos capítulos 2, 3, 4, e 5, e a prática particular levam à contextualização da análise discursiva, relacionando causas mais amplas e contextos particulares. A partir daí, a análise discursiva é orientada para a estrutura e a interação discursiva, ou seja, as ordens do discurso, já que os textos são parte de eventos específicos (RAMALHO; RESENDE, 2011).

Conjugando teoria e material empírico, proponho, em seguida, a investigação sobre as funções do problema na prática, além das possíveis maneiras de superar os obstáculos, com a reflexão sobre a análise e a contribuição para a emancipação social. Ressalto que durante o processo da interpretação e análise dos dados, o papel da linguagem nos diferentes discursos, por meio das contribuições de Norman Fairclough e Walter Benjamin acerca das questões da modernidade, atravessou meu olhar para as representações discursivas dos entendimentos dos sujeitos da pesquisa acerca do que trago na conjuntura. Minha própria experiência enquanto pesquisadora foi também atravessada por tais conexões.

Retomando a análise dos textos (enquanto análise textual aplicada) dos MEI, dos questionários e das entrevistas, por meio de categorias analíticas da ACD, foi possível escolher uma variedade de categorias de análise, com base na reflexão sobre as possibilidades e os limites dos dados coletados. Como trabalhei com dados de diferentes naturezas, precisei atentar-me para a homogeneidade na composição de cada *corpus* da pesquisa, de modo a formar um corpora consistente. Isso me exigiu uma cuidadosa organização desses diferentes corpora que envolveram a mesma questão de pesquisa. Portanto, realizei o que Resende (2017) denomina como análise multidimensional.

Além disso, como a macroanálise de meu trabalho foi pautada em um número extenso de dados (além de dez MEI, seis monitores/as ambientais e dez moradores/as locais, sendo que uma moradora também participou da etapa do questionário, como monitora ambiental. Apresentarei todos esses sujeitos no capítulo seguinte), isso me exigiu uma seleção cuidadosa dos segmentos discursivos que iriam para a microanálise, ou seja, uma análise mais fina. Só então pude escolher as categorias analíticas que dirigiriam, assim, a microanálise discursiva. Afinal, é importante lembrar que cada categoria na ACD contempla subcategorias, mas que não é possível definir estas *a priori*, como já mencionei anteriormente, pois essa escolha “é sempre uma consequência do próprio texto e das questões/preocupações de pesquisa” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 113).

Com o olhar analítico e o esforço de investigação, trago neste trabalho uma tentativa de compreensão da linguagem dentro da prática social, e, portanto, como os sujeitos se colocam no mundo, identificando-se, relacionando-se entre si, e identificando outros sujeitos e aspectos do mundo (RAMALHO; RESENDE, 2011). Assim, optei por privilegiar a análise lexical (ou seja, os processos de escolha envolvendo o universo vocabular), análise da intertextualidade (incluindo representação discursiva) e os modos de operação da ideologia.

A análise lexical permite identificar como as práticas sociais são materializadas no texto, já que as escolhas/opções lexicais são feitas para que determinadas representações de mundo possam ser transmitidas. Para Fairclough (2001), as palavras têm vários significados, e esses são “lexicalizados tipicamente de várias maneiras” (embora isso seja um tanto enganoso, porque lexicalizações diferentes mudam o sentido) (FAIRCLOUGH, 2001, p. 230). Assim, para o autor, enquanto produtores/as, nós estamos diante de escolhas para usar as palavras e expressar significados. Enquanto intérpretes, confrontamo-nos com decisões acerca de como interpretar as escolhas feitas por quem produziu. Tais escolhas não se dão individualmente, pois os significados das palavras e sua lexicalização são questões socialmente variáveis e socialmente contestadas, tomando parte de processos sociais e culturais mais amplos (FAIRCLOUGH, 2001).

A intertextualidade, por sua vez, é um conceito trazido por Bakhtin (1997), e que permite identificar, nos textos, fragmentos de outros textos, explorando as várias vozes envolvidas e desvelando o posicionamento discursivo em lutas hegemônicas.

Para Bakhtin, todos os enunciados, tanto na forma oral quanto na escrita, do mais breve turno de uma conversa a um artigo científico ou romance, são demarcados por uma mudança de falante (ou de quem escreve) e são orientados retrospectivamente para enunciados de falantes anteriores (sejam eles turnos, artigos científicos ou romances) e prospectivamente para enunciados antecipados de falantes seguintes. Desse modo, “cada enunciado é um elo na cadeia da comunicação”. Todos os enunciados são povoados e, na verdade, constituídos por pedaços de enunciados de outros, mais ou menos explícitos ou completos. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 124).

Portanto, para Fairclough (2001), há uma importante relação entre intertextualidade e hegemonia, já que essa possibilidade de transformação e reestruturação de textos e convenções (gêneros, discursos) não é disponível ilimitadamente, para todas as pessoas. Ao contrário, é socialmente limitada conforme restrições e condições das relações de poder. Para Resende (2019), a categoria linguístico-discursiva da intertextualidade pode ser também uma

manifestação de dinâmicas da colonialidade (ou decolonialidade)⁵⁷ do poder. Isso porque, segundo a autora, ela pode lançar luz sobre questões relacionadas a modos de agir e interagir, com seleções e articulações de vozes que mostram posicionamentos particulares, ou subjetivos, revelando distanciamento ou proximidade com outras vozes e posicionamentos, como será discutido ao longo do próximo capítulo. Segundo a mesma autora, há ainda a possibilidade da intertextualidade de resistência, a qual relaciona a produção de textos e o conhecimento à busca de sujeitos (e nomes e relações) invisibilizados, apagados historicamente pela lógica elitista, conectando-os em rede crítica a diversos contextos políticos e culturais.

Nesta tese exploro a intertextualidade por meio das seguintes categorias pelas quais ela pode ser representada: representação de atores sociais/representação discursiva, pressuposição, negação, metadiscorso e ironia (FAIRCLOUGH, 2001). Além da intertextualidade, também me utilizei de outras categorias de análise, como a lexical e os modos de operação da ideologia de Thompson, os quais explanarei mais à frente.

Quanto às categorias da intertextualidade, **A representação discursiva**, ou **representação de atores sociais**, consiste na relação entre o significado representacional dos atores e discursos particulares, o que revela as distintas maneiras como os atores envolvem-se nas práticas, podendo mostrar-se excluídos dos textos, incluídos, mas ofuscados, dentre outras possibilidades (RAMALHO; RESENDE, 2011). Os modos de representação dos discursos devem ser considerados em conexão com as várias atividades sociais e sua análise permite identificar significações, valores e relações sociais nos discursos e nas interações (FAIRCLOUGH, 2001).

As **pressuposições** “são proposições tomadas pelo/a produtor/a do texto como já estabelecidas ou ‘dadas’, e há várias pistas formais na organização de superfície do texto para mostrar isso” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 155). Estão relacionadas a certas crenças que fazem parte das atividades humanas e que têm importante papel tanto na produção quanto na interpretação dos enunciados. Relaciona-se, assim, à noção desenvolvida por Pêcheux (1975) do pré-construído, o qual refere-se à marca de um discurso anterior que existe no enunciado; aquilo que é percebido como dado, como já conhecido, já dito. Ainda para Fairclough (2001), é comum que na pressuposição esse outro texto não seja um texto identificável, ele é nebuloso e corresponde ao que as pessoas costumam dizer, ou seja, a opinião geral.

⁵⁷ Já que a intertextualidade também carrega um potencial para ser tida como ferramenta na luta contra hegemônica.

Já a **negação** está presente no discurso quando outros textos são incorporados para, então, serem rejeitados. Ou seja, remete a um discurso anterior para negá-lo, refutá-lo (FAIRCLOUGH, 2001). O **metadiscurso**, por sua vez, propicia a apreensão da intertextualidade chamada de manifesta ou horizontal. Esta relaciona-se a intertextos mais diretos, algo mais dialógico em relação a discursos anteriores e textos futuros. Essa intertextualidade manifesta pode, por exemplo, envolver o uso de aspas e a enunciação de quem é o/a autor/a da fala, já que em tal intertextualidade é visível a presença de outros textos no discurso. O metadiscurso, aqui, permite que observemos o posicionamento do sujeito em relação ao seu próprio discurso e ao discurso do outro, ao se situar, controlar e manipular esse discurso. Para Fairclough, ele é “uma forma peculiar de intertextualidade manifesta em que o/a produtor/a do texto distingue níveis diferentes dentro de seu próprio texto e distancia a si próprio/a de alguns níveis do texto, tratando o nível distanciado como se fosse um outro texto, externo” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 157).

Por fim, a **ironia** implica no uso de um discurso para atribuir a ele outro sentido, requerendo uma interpretação. Esta pode se dar por pressupostos do intérprete, sendo baseada em seus valores e suas crenças, o contexto, o tom de voz, etc. (FAIRCLOUGH, 2001).

Utilizar a categoria analítica da intertextualidade aqui é importante para que eu possa melhor entender o contexto social de produção discursiva, que envolve moradores/as, monitores/as ambientais, gestores/as, patrocinadores/as e parceiros/as na gestão das Unidades de Conservação e dos monumentos naturais envolvidos, bem como agentes/as do turismo (neste caso, principalmente no que diz respeito ao MEI). Por meio das categorias mencionadas para a intertextualidade, a análise permite compreender como ocorrem as representações discursivas, como se materializam discursos hegemônicos e contra hegemônicos, e como operam os processos ideológicos no texto.

Como mencionei anteriormente, para Fairclough a ideologia é um conceito negativo. Assim também o é também para Thompson (1995), o qual postula, em sua perspectiva crítica, que a ideologia é um dos modos de assegurar de modo temporário a hegemonia por meio de uma representação de mundo tratada como a única possível e legítima. Este autor elenca o que chama de modos de operação da ideologia, muito válidos enquanto categorias para a análise crítica de discurso (RAMALHO; RESENDE, 2011). Inspirando-me em Thompson (1995), procurei identificar processos ideológicos presentes nos discursos por meio dos cinco modos pelos quais a ideologia pode operar (de acordo com o autor): Dissimulação, Unificação, Fragmentação, Reificação e Legitimação.

A Dissimulação refere-se ao ocultamento ou à negação da relação de dominação, estratégia típica da construção simbólica. Para Thompson (2002), há 3 estratégias ligadas a esse modo de operação da ideologia: o deslocamento, quando há uma mudança de expressões e termos no contexto, ou seja, quando “termos geralmente ligados a um campo particular são usados como referência a outro, de forma que o segundo agrega as conotações positivas ou negativas do primeiro” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 28); a eufemização, que consiste na positiva valoração de relações, ações ou instituições, sendo os aspectos problemáticos obscurecidos; e o tropo, que se refere ao uso de figuras de linguagem, metáforas, para obscurecer relações de poder assimétricas.

A Unificação é a construção simbólica de uma identidade coletiva, que envolve padronização, na qual determinado padrão é colocado como um fundamento partilhado; e simbolização da unidade, que se refere à construção de símbolos de identificação coletiva (RAMALHO; RESENDE, 2011).

Quanto à Fragmentação, esta é a segmentação de grupos e indivíduos que possam ser vistos como ameaça ao grupo dominante. Suas estratégias de construção simbólica se dão por meio da diferenciação, a qual enfatiza características que desunem, que criam uma separação entre grupos sociais; e o expurgo do outro, estratégia de construção simbólica de um inimigo. Já a Reificação retrata uma situação transitória como natural e permanente, agindo por meio da eternalização, na qual os fenômenos históricos são tidos como permanentes; e nominalização ou passivação, que consiste na atenção dada a certos temas em detrimento de outros, apagando-se atores e ações.

A Legitimação, por sua vez, é o modo de operação da ideologia por meio do qual as relações de dominação são colocadas como legítimas. Suas estratégias envolvem: a racionalização, que diz da tentativa de justificar uma série de relações por meio de determinada cadeia de raciocínio; a universalização, que é a apresentação de interesses específicos como sendo interesses gerais; e a narrativização está relacionada à inserção de exigências de legitimação em histórias do passado as quais legitimam o presente.

Para explorar todas essas análises, dividi os segmentos dos discursos em quatro eixos temáticos, que determinei a partir do conjunto de dados. São eles: 1) **Sentidos sobre a Paleontologia**, em que abordo a construção discursiva em torno da Paleontologia para diferentes segmentos da sociedade, a exemplo como dos/das moradores/as locais, turistas, estudantes, professores/as, monitores/as ambientais, gestores/as do parque enfim, o público em geral, em suas diversas faixas etárias. Ou seja, busco olhar para como a Paleontologia apresentou-se (caso presente nos discursos) ao/à leitor/a (para os MEI) e a mim, nos

questionários e durante as entrevistas; 2) **Sentidos sobre o pertencimento em relação ao patrimônio geológico/paleontológico/espeleológico e cultural**, no qual busco avaliar, na esfera comunitária, o sentimento/a noção de apego, que proporciona a manutenção da coesão de uma comunidade, e, por outro lado, o quão dissimulado encontra-se esse pertencimento; 3) **Sentidos sobre a problemática socioambiental na região da Rota das Grutas Peter Lund**, em que olhei para textos que possam insinuar a existência de uma desigualdade ambiental relacionada a sujeitos sociais co-presentes, com distintas percepções ambientais e exposições a riscos, subdividindo tal eixo de análise por discursos que enunciassem problemas ou relações conflitivas sobre: o território; o não reconhecimento das comunidades locais em processos decisórios relacionados à UC; o turismo; o Programa de Concessão de Parques Estaduais; a mineração; e questões étnico-raciais e religiosas; 4) **Sentidos sobre a Educação Ambiental**, no qual investigo em que aspectos a Educação Ambiental toma parte nesses espaços. Nesse último eixo, ecoam os sentidos que trago nos quatro eixos anteriores.

Nessa busca, meu caminho foi atravessado pelos referenciais teóricos conjunturais da Educação Ambiental, da Ecologia Política e da Justiça Ambiental, bem como pelas experiências que se apresentaram a mim. As escolhas metodológicas, sob a perspectiva da reflexividade, têm como objetivo produzir uma proximidade com os sujeitos da pesquisa (respeitando seus territórios de domínio e as experiências próprias) e seus modos de ver as questões associadas à conjuntura apresentada nos capítulos anteriores. No próximo capítulo, apresento como se deram as etapas de investigação, quem foram os sujeitos participantes da pesquisa, os segmentos discursivos que se mostraram mais significativos à investigação, bem como a própria análise crítica dos mesmos, além das discussões pertinentes, partindo do arcabouço teórico informado na conjuntura.

7 CAMINHOS E DISCURSOS: CONDUZINDO AS ANÁLISES E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Como expliquei anteriormente, devido aos imprevistos de longo prazo gerados pela pandemia da COVID-19, e a consequente alteração de boa parte de meus percursos metodológicos, optei por uma abordagem que incluísse: o Material Educativo Informativo - MEI que havia coletado na Rota das Grutas em outubro de 2018, questionários via *Google Forms* com os/as monitores/as ambientais do PESU, e entrevistas por videochamada com os/as moradores/as da região dos arredores do parque.

No âmbito deste trabalho, a compreensão crítica da linguagem, por meio da ACD, em meio a sujeitos ligados, mais especificamente, a áreas de importância paleontológica, permite a busca pelo entendimento de estruturas sociais, relações de poder e injustiças, bem como de saberes, no intento de se pensar possibilidades transformadoras da significação desse patrimônio, em especial para as comunidades em que se inserem, valorizando suas próprias características, suas relações com o território, suas vidas e suas memórias.

Com o objetivo de compreender melhor tais relações, proponho, com este capítulo, analisar segmentos discursivos desse conjunto de dados, todos pelo olhar da ACD, ou seja, amostras discursivamente situadas nesses materiais (sendo os próprios MEI; as respostas por escrito dos/as monitores ao formulário; e as entrevistas transcritas após as videochamadas).

Assim, tal análise multidimensional articula dados de diferentes naturezas, porém homogêneos entre si enquanto *corpus*, formando um *corpora* (conjunto composto por cada *corpus*, como explicado no capítulo anterior) selecionado para corresponder à questão de pesquisa desta tese, por meio dos segmentos discursivos analíticos, aqui apresentados e discutidos como resultados de pesquisa. Após definido o modo de análise, ou seja, as categorias analíticas, em uma análise multidimensional, dei sequência à organização dos dados e de sua análise, propriamente dita.

A seguir, tecerei algumas linhas sobre especificidades obtidas com a coleta de cada um dos grupos de dados que foram aqui analisados, para, em seguida, dar início às análises, por meio de categorias escolhidas após observar as necessidades que os dados apresentaram, como apontado no capítulo anterior. Embora algumas categorias analíticas já tenham se mostrado centrais desde o princípio, como trazido anteriormente, optei por seguir as orientações de Ramalho e Resende (2011) e Resende e Regis (2017), e não impor de antemão todas as categorias analíticas, mas sim construí-las conforme as necessidades fossem aparecendo nos dados.

Quanto ao material distribuído nos pontos turísticos da RGPL, em Minas Gerais (excetuando-se o marco 0 da Rota, o Museu de Ciências Naturais da PUC Minas, em Belo Horizonte, local não incorporado nesta pesquisa) (Figura 25), propus-me, inicialmente, a analisar o MEI quanto aos quesitos “divulgação da Paleontologia” e “ligações com a EA”. Para tal, baseei-me no trabalho de Stahnke e Costa (2011), que analisaram folhetos distribuídos em parque naturais (estudo de caso sobre os parques de Canela, RS) enquanto ferramenta de educomunicação socioambiental. Esses autores trazem o conceito de educomunicação socioambiental como “conjunto de ações e valores que correspondem à dimensão pedagógica dos processos comunicativos ambientais, marcados pelo dialogismo, pela participação e pelo trabalho coletivo” (STAHNKE; COSTA, 2001, p. 259). Os autores analisaram os folhetos comparativamente, com base em critérios enquadrados a três categorias de análise: Informações Gerais, Design e Educação Ambiental.

Figura 25 Material Educativo Informativo - MEI adquirido nos locais de acesso às grutas na Rota das Grutas Peter Lund, MG



Fonte: Elaborada pela autora.

Adaptando os critérios a uma análise que busca associar Paleontologia e a perspectiva Crítica da EA, analisei os folders, panfletos e livretos adquiridos Gruta do Maquiné, em Cordisburgo; na Gruta do Rei do Mato, em Sete Lagoas; e na Gruta da Lapinha, em Lagoa Santa, por meio de uma tabela de presença e ausência, que incluiu os quesitos: I) Informações Específicas sobre o Sítio; II) Informações sobre geodiversidade e biodiversidade; III) Informações sobre os fósseis encontrados no local; IV) Educação Ambiental; V) Orientações comportamentais; VI) Interação com o/a leitor/a (ex.: proposição de jogos); VII) Fotos/Imagens/Ilustrações do ambiente; VIII) Fotos/Imagens/Ilustrações dos fósseis da região; IX) Endereço e contato; X) Mapa; XI) Sítio eletrônico (site, facebook, instragram, etc.). Como critérios qualitativos, considerei: a linguagem utilizada, incluindo a adequação dos termos ao público; a atratividade à leitura e outros aspectos que se destacam no material

Utilizando essa adaptação dos critérios, fiz uma leitura cuidadosa dos 10 materiais coletados. Por meio dessa leitura percebi, principalmente, a pouca presença da Paleontologia e a ausência de uma integração, especificamente, entre essa ciência e a Educação Ambiental (a qual se mostra presente segundo um viés ainda extremamente conservador, algo que ficará bastante evidente a partir do sétimo capítulo).

Apenas um dos materiais tinha uma imagem de um fóssil da região (em um guia turístico), enquanto outros quatro apresentaram informações superficiais sobre esses fósseis, dois deles com conteúdo dedicado à história de Peter Lund. Quanto à EA, seis materiais abordaram o assunto por meio das macrotendências político-pedagógicas (LAYRARGUES; LIMA, 2014) conservacionista (destinação do lixo e como evitar incêndios) e pragmática (desenvolvimento e consumo sustentáveis).

Isso revela a importância de se ampliar não apenas a discussão sobre a divulgação e popularização da paleontologia, mas o potencial da EA para fazê-lo, em especial em sua vertente crítica, que poderia incorporar saberes populares, facilitar a abordagem científica para as comunidades que vivem nesses locais e integrar Paleontologia e problemática ambiental. Para tal, é fundamental compreender, de modo mais minucioso, quais discursos estão em questão, quais os diferentes modos de representar algo atrelado a conjunturas e práticas sociais distintas que estão em jogo e em disputa. Ou seja, entender como esses discursos levam (e revelam) a diferentes visões sobre a Paleontologia, a EA e os geossítios/geoparques.

Para tal, dei início à análise pela perspectiva da ACD. Em primeira instância, observei que tal MEI tem como realizadores entidades/órgãos/institutos que vão desde o Circuito das Grutas de Minas Gerais, o Governo de Minas, o Instituto Estadual de Florestas e até mesmo

pessoa física, como no caso de um deles, de autoria de uma professora e engenheira. Como patrocinadores e parceiros, há novamente a presença do Governo de Minas e do Instituto Estadual de Florestas, além da participação da Polícia Militar de Minas Gerais, do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM, da Diretoria de Extensão e Educação Ambiental do Parque Estadual do Sumidouro, do Centro Universitário de Sete Lagoas – UNIFEMM, e até mesmo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG.

Todo o material distribuído nesses pontos consiste em textos multimodais, ou seja, compostos por mais de uma forma de representação, combinando diferentes modalidades semióticas (FAIRCLOUGH, 2003a). Textos multimodais são formados por palavras, mas também elementos não verbais, tais como imagens, fotos, gráficos, tabelas, além de outras formas comunicativas, as quais interferem na mensagem a ser passada. Os MEI coletados consistem, portanto, em textos que são verbais e imagéticos.

De posse dos materiais (dez, no total⁵⁸), fiz a leitura de todos eles na íntegra e, partindo dos discursos, privilegiei a análise lexical (ou seja, os processos de escolha envolvendo o universo vocabular) e da intertextualidade, como apresentei no capítulo anterior.

Como já dito anteriormente, é importante ressaltar que embora eu tenha utilizado o MEI que recolhi em diversos pontos da RGL, não especifico nas análises a qual ponto da Rota cada material pertence, visto que meu objetivo não é fazer uma comparação entre MEI de diferentes locais/grutas, mas uma análise do conjunto de materiais distribuídos na região.

Após realizada a análise de todo o MEI da Rota das Grutas (cujos resultados serão apresentados dentro de cada um dos eixos de análise), percebendo que a situação da pandemia da COVID-19 ainda se prolongava e que não seria possível minha imersão em campo, decidi contactar, remotamente, os/as monitores/as ambientais do PESU o quanto antes, para que por meio deles/as eu pudesse chegar nos/as moradores/as mais antigos da região, mantendo algo de certa maneira próximo da proposta inicial.

Com tal objetivo, em 29 de abril de 2021 contactei o Parque Estadual do Sumidouro, graças a um cartão que recebi durante minha visita à área em 2018, e procurei pelo/a responsável pelo gerenciamento das pesquisas envolvendo o parque. A gerente do Monumento Natural Estadual Lapa Vermelha, ao me atender, instruiu-me, dizendo que eu precisaria de uma

⁵⁸ Ao longo deste capítulo apresento, no decorrer das análises, imagens mais direcionadas dos mesmos.

autorização expedida pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, para que eu pudesse realizar minha pesquisa entrevistando os/as monitores/as da referida Unidade de Conservação.

Após dar início ao processo burocrático, em 21 de junho de 2021 obtive minha “Autorização para Pesquisa Científica no Estado de Minas Gerais”, emitida pela Gerência de Criação e Manejo de Unidades de Conservação, autorização esta que permite (até 21/06/2022) a aplicação de questionários, anexados ao pedido de autorização e agendados com o/a responsável pela Unidade de Conservação. Voltando a contactar a referida gerente, obtive o contato dos/as monitores/as ambientais então atuantes no parque, em um total de oito sujeitos.

Partindo do envio do formulário a oito pessoas, obtive seis respostas, as quais foram importantes para que eu pudesse visualizar o contexto local, entendendo melhor as relações de pertencimento, as relações conflitivas e os anseios e expectativas, em relação ao parque, de sujeitos que ocupam diferentes posições. Isso porque, dentre os/as monitores/as ambientais, metade é composta por sujeitos do gênero masculino, advindos de outras localidades, e a outra metade é composta por três mulheres, nascidas e criadas na região. Enquanto uma delas (**A**, 52 anos) é da Lapinha (bairro de Lagoa Santa), as outras duas são do município de Pedro Leopoldo, sendo uma (**D**, 26 anos) do distrito de Fidalgo e outra (**F**, 41 anos), do bairro Quinta do Sumidouro. Quanto aos monitores vindos de fora, em busca oportunidade de emprego no parque, dois deles são advindos da metrópole de Belo Horizonte (**B**, 52 anos, e **C**, 38 anos) e um terceiro informou apenas que não é da região, mas optou por não especificar de onde vem (**E**, 24 anos).

É importante ressaltar que, ao longo das análises, mais à frente, esses sujeitos estão identificados por letras, garantindo o anonimato dos mesmos. Optei por não utilizar outros nomes, visto já haver um grande número de nomes escolhidos para a identificação dos sujeitos das entrevistas por videochamada, como mostro a seguir. Para não gerar um excesso de cognomes, considerei utilizar letras para sujeitos com quem tive muito pouco contato, priorizando os cognomes para os/as entrevistados/as que pude ver e com os/as quais pude conversar.

Como parte final do questionário via *Google Forms*, perguntei aos sujeitos se conheciam os/as moradores/as mais antigos/as da região, ao que metade respondeu que sim. Entretanto, ao pedir o contato de tais moradores, apenas uma monitora me passou o telefone, após contactar o morador e informá-lo sobre a minha pesquisa. Embora tenha tentado entrevistar também por videochamada os mesmos sujeitos que responderam ao questionário, para que pudéssemos conversar mais profundamente sobre os aspectos abordados, além de suas memórias, seus afetos com a área, dentre outras questões, apenas uma das pessoas concordou

em participar. Esta (a mesma que me passou o contato do morador local) mostrou-se não apenas receptiva, mas também muito disposta a colaborar com possíveis outros momentos da pesquisa.

Determinada a encontrar mais sujeitos dispostos a colaborar, lembrei-me de um e-mail que havia recebido dias após minha incursão prévia (e única) aos locais de pesquisa, mais especificamente em 18 de outubro de 2018. Nesse e-mail, uma moradora local, historiadora atuante no Museu da Lapinha, na ONG Associação dos Amigos do Museu Arqueológico da Região de Lagoa Santa – AMAR, e integrante dos Conselhos do Parque Estadual do Sumidouro, da APA Carste de Lagoa Santa, dentre outros, procurava-me após ter sido informada por outro morador local, de que eu estava realizando um estudo na região. Segundo ela, havia se interessado muito sobre o tema de meu trabalho (já que eu havia feito uma entrevista prévia, mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para ter uma primeira visão das questões e do problema que eu traria para minha pesquisa), por ser conselheira atuante na APA há 10 anos, além de ser nascida na região, importando-se com todas as questões paleontológicas, arqueológicas, ambientais e sociais caras a ela. Assim, colocou-se à disposição para contribuir com a pesquisa, encaminhando o e-mail também para outras sete pessoas.

Revisitando tal e-mail, tive a ideia de contactar todos os sujeitos aos quais ele foi encaminhado, incluindo a própria conselheira e moradora local que o enviou. Explicando um pouco sobre a minha pesquisa e as intercorrências geradas em função da pandemia, elaborei um e-mail no qual perguntava sobre a disponibilidade e o interesse de os sujeitos colaborarem com a pesquisa, em entrevistas por videochamadas. Alguns responderam prontamente, agendando horários comigo. Embora não tenha obtido respostas de todos/as esses sujeitos, aqueles que responderam ao meu contato foram fundamentais, durante e após as entrevistas, em me indicarem nomes (e contatos) de outros sujeitos que poderiam trazer dados importantes ao meu trabalho. Nesse movimento, consegui, partindo de tal e-mail, entrevistar oito sujeitos, todos moradores da região há anos (ainda que alguns sejam oriundos de Belo Horizonte, como mostrarei ao longo deste capítulo), e mais dois sujeitos a partir das entrevistas via formulário do Google (como já explicado mais acima).

Assim, dei sequência com a etapa das entrevistas, as quais foram realizadas com auxílio de um roteiro de entrevista semiestruturada, como já mostrado no capítulo anterior.

Com um total de dez entrevistas gravadas, parti então para o movimento de transcrevê-las, tarefa importante por ser, em si mesma, um momento de análise, no qual pude marcar segmentos das entrevistas que traziam pontos chave para minha questão de pesquisa. Tarefa minuciosa e muitas vezes exaustiva, já que algumas entrevistas tiveram a duração de quase três

horas (pois em alguns casos, os/as entrevistados/as contavam-me histórias muito importantes para o entendimento da base de certas relações), essa etapa do trabalho levou semanas para ser concluída, embora fosse feita paralelamente às entrevistas (enquanto eu aguardava o dia agendado para uma próxima entrevista, já transcrevia a entrevista feita anteriormente).

Paralelamente, também, ao processo de transcrição e entrevista a novos sujeitos, realizei a busca por cognomes os quais pudesse atribuir aos sujeitos entrevistados, de modo a me referir a eles ao longo das discussões, sem implicar em sua identificação. Minha intenção era utilizar nomes que pudessem ter alguma ligação com a pesquisa, para que eu pudesse alcançar uma maior proximidade em relação a esses sujeitos, já que não pude realizar a pesquisa etnográfica. Assim, substituí os nomes verdadeiros por nomes fictícios inspirados em plantas típicas do cerrado mineiro que aparecem na obra de Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas* (TATAGIBA, 2009). Essa escolha se deu pela importância e representatividade da obra Roseana em Cordisburgo, cidade integrante da RGPL. Embora, com a mudança metodológica do trabalho, a cidade não tenha sido incluída nas etapas de questionários e entrevistas, inspiro-me nela e em suas histórias por ter sido um local que marcou profundamente minha passagem pela região, como já mencionei anteriormente. Ademais, muitas dessas plantas foram identificadas e listadas por Eugen Warming, botânico dinamarquês que esteve na região de Lagoa Santa entre 1863 e 1866, a convite de Peter Lund, tendo sido considerado pioneiro nos estudos de Ecologia Vegetal no Brasil (CAVASSAN; WEISER, 2020). Dedico, a seguir, um espaço à apresentação breve desses sujeitos. Volto a trazer algumas informações mais à frente, ao longo as análises, quando for pertinente às mesmas.

Nascida e criada em Fidalgo, distrito de Pedro Leopoldo, Jatobá trabalha no PESU desde 2013, tendo sido contratada aos 18 anos. Gostando muito de residir na região e trabalhar no Parque, não tem intenção de se mudar de lá. Jatobá foi a única monitora que respondeu ao questionário, que aceitou participar da entrevista, tendo também me indicado que entrevistasse um vizinho seu, ex-monitor do Parque, Buriti. Este, atualmente com 64 anos, também é nascido na região, tendo dedicado dez anos de trabalho ao Parque. Ingressou como voluntário em 2008, ajudando na formatação da nova estrutura do PESU (quando de sua efetiva implementação), posteriormente ingressando no cargo de monitor ambiental. Buriti considera-se um bom conhecedor da região, tendo feito cursos para entender mais à fundo as pesquisas paleontológicas, arqueológicas, históricas, etc. Atualmente, faz queijo e doce de leite em sua propriedade. Sua esposa é quitandeira.

Macaúba é oriunda de Belo Horizonte, mas frequenta a região de Lagoa Santa desde pequena devido às excursões escolares e, posteriormente, em função de aulas práticas do curso

de Geografia, área em que se formou. Retornou à região após alguns anos, em função de seu trabalho como analista ambiental no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (e hoje, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio), sendo alocada para APA Carste de Lagoa Santa e passando a residir na cidade homônima. Considerando que desde que passou a trabalhar na região, tomou mais conhecimento sobre sua realidade não apenas histórica, paleontológica e arqueológica, mas principalmente cultural, Macaúba anseia desenvolver parcerias para produções acadêmicas que tenham bons desdobramentos para os/as moradores/as locais.

Jenipapo também é natural de Belo Horizonte, mas mudou-se, com sua esposa, há 30 anos para a Lapinha, com quem tem uma pousada (também restaurante). Considera que ambos estão envolvidos, desde a sua chegada na Lapinha, com a efetivação do parque, atuando junto com a população, os órgãos ambientais e as equipes gestoras. Sua esposa é atuante em vários conselhos, como de saúde, educação e, principalmente, o Conselho Consultivo do Parque. Segundo Jenipapo, ela também faz parte de uma ONG relacionada à Gruta da Lapinha. Atualmente, ele é voluntário no PESU, exercendo algumas funções diversas, em especial de auxílio aos visitantes, informando-os quanto a certas particularidades do local.

Nascida na região meses após a inauguração, conduzida por seu pai, do Museu da Lapinha (sobre o qual falo melhor ao longo das análises), em 1972, Copaíba é filha de um arqueólogo (também muito interessado em Paleontologia) sem formação acadêmica na área. Foi com seu pai, extremamente apaixonado pelos estudos arqueológicos, com quem começou a participar de incursões pela área da APA Carste de Lagoa Santa a partir de seus quatro anos de idade. Reside ainda hoje na Lapinha, fazendo parte de ONGs, realizando palestras em Educação Ambiental nas escolas (até alguns anos atrás, participava também das atividades durante as visitas ao Museu da Lapinha, antes de sua desapropriação) e também artesanatos, os quais incluem representações das pinturas rupestres encontradas nas cavernas da região.

Pequi, atualmente morador do município de Matozinhos, na região metropolitana de Belo Horizonte, é de Marliéria, município localizado no Vale do Rio Doce, mas também morou na cidade de Belo Horizonte durante 22 anos. Já está na região da APA Carste de Lagoa Santa há quase 20 anos, para onde se mudou em busca de qualidade de vida. É artista, com curso em gestão ambiental, atuando no Conselho da APA e como parceiro em projetos de ensino e pesquisa junto a professores/as do ensino básico e do ensino superior na região (inclusive com o professor Cástor Cartelle, mencionado no capítulo anterior). Afirma que seus estudos sobre as várias questões locais, sua participação a favor das comunidades e também junto à academia, criaram para ele uma grande sensibilidade pela região.

Nascida e criada em Fidalgo, Imburana passou a infância e a adolescência às margens da Lagoa do Sumidouro, que atualmente é área do parque. Considera que sempre foi muito feliz e que, embora não resida atualmente em Fidalgo (não deixa explícito onde mora, mas seu discurso insinua ser na região), ainda é presença constante no distrito, onde sua mãe reside. Professora da rede pública de ensino, publicou um livro de memórias sobre a região do Sumidouro, cujo interesse partiu de um projeto de extensão do qual participou em sua graduação em História. É amiga próxima de Tamboril, ex-gestor do PESU. Este é nascido e criado em Pedro Leopoldo, onde sua família tem um sítio (mais especificamente, na Quinta do Sumidouro). Considera ter um vínculo muito forte com a região, onde desde a adolescência participava de movimentos locais a favor das questões ambientais (interesse surgido, segundo ele, com a Eco-92). Defende que sua história de vida é também um pouco a história do próprio PESU, e vice-versa.

Outro ex-gestor, nesse caso, da APA Carste de Lagoa Santa, Ingá era integrante do ICMBio. Vindo de Belo Horizonte, porém já na região há muitos anos (especificamente, encontra-se residindo na área da APA desde 2002), defende ter um senso crítico que foi importante para o processo de zoneamento da APA, objetivando cumprir o Plano de Gestão. Segundo ele, sua aposentadoria se deu contra a sua vontade e, caso fosse possível, estaria até hoje trabalhando na área (não detalhou o ocorrido).

Por fim, Arnica do Campo, 31 anos, nascida e criada na Quinta do Sumidouro, em Pedro Leopoldo, foi monitora bilíngue e ilustradora no PESU durante sete anos. Suscinta e objetiva, Arnica aparece muito pouco em minha análise crítica discursiva, mas é uma figura importante na região, tendo um projeto pessoal de ilustrações do patrimônio local (considera-se desenhista por paixão), no qual ela divulga registros autorais de construções antigas de Pedro Leopoldo e arredores.

Voltando ao processo de análise, findadas as transcrições e feita uma (re)leitura cuidadosa das entrevistas, pude decidir quais categorias de análise utilizaria, partindo do olhar da Análise Crítica do Discurso de Norman Fairclough, categorias essas detalhadas no capítulo anterior. Como a ACD parte do pressuposto de que os textos que formulamos fazem parte de conjunturas sociais mais amplas, pensei ser uma boa estratégia entender como os discursos presentes nos MEI, nas respostas dos/as monitores/as ambientais e nas entrevistas por videochamada conversam entre si, no sentido do desvelamento de relações socioambientais que emergem em áreas de interesse paleontológico, podendo anunciar tais territórios em termos de relevância científica, educativa, cotidiana, de suas vulnerabilidades e seus conflitos socioambientais, bem como de injustiças ambientais.

Para explorar essas análises, dou sequência por meio dos eixos propostos, apresentados anteriormente. Assim, tais análises estão apresentadas em segmentos textuais que se mostraram mais relevantes à pesquisa, por sua vez divididos entre as seguintes sessões: 1) **Sentidos sobre a Paleontologia**; 2) **Sentidos sobre o pertencimento em relação ao patrimônio geológico/paleontológico/espeleológico e cultural**; 3) **Sentidos sobre a problemática socioambiental na região da Rota das grutas Peter Lund**, o qual está subdividido em tópicos respectivamente sobre os discursos acerca: da problemática territorial; da questão do não reconhecimento e da não participação das comunidades em processos decisórios; das questões relacionadas ao turismo; das incertezas e controvérsias quanto ao Programa de Concessão de Parques Estaduais; problemas ligados à mineração à mineração; e das questões étnico-raciais e religiosas; 4) **Sentidos sobre a Educação Ambiental**.

Para facilitar a leitura e interpretação dos segmentos discursivos analisados, portanto, apresento as análises por eixo/sessão, em textos fluidos, que incorporam análise das entrevistas, dos questionários e do MEI sem subdividi-los em sessões, o que poderia deixar o texto cansativo ao/à leitor/a. Portanto, ainda que a sequência metodológica deste trabalho tenha levado a uma análise primeiramente do MEI, em segundo lugar dos questionários e só depois das entrevistas, não apresento essa sequência fixa nos eixos a seguir, pois entrelaço as análises de forma a facilitar sua leitura e compreensão, de acordo com a complexidade dos temas discutidos.

7.1 EIXO 1: SENTIDOS SOBRE A PALEONTOLOGIA

O patrimônio paleontológico, muito divulgado por meio do turismo, permite a expansão do conhecimento científico, de saberes diversos e a aproximação com segmentos da sociedade que não se encontram no ambiente acadêmico. Muitas vezes, até mesmo os materiais produzidos/distribuídos nesses locais possibilitam não apenas sua divulgação, como também a aproximação com a população em geral e a visão completa desse ambiente, ou seja, não somente em seus aspectos ambientais, como também sociais. Frequentemente, tomam parte desse processo os veículos de caráter educativo, como é o caso do MEI, o qual possibilita a aproximação entre a população em geral e a riqueza natural de seu território, em um ambiente educativo não formal (PAULA, 2012).

Para Ferreira; Gomes; Silva (2008), a própria experiência turística em cavernas pode ser otimizada por meio de planos de visitação que incluam materiais de informação, divulgação e educação, sendo essencial a participação da comunidade para um processo educativo

criticamente consciente. Assim, os autores defendem também ser importante que veículos informais, como folders, panfletos, livretos (ou seja, o MEI) tragam os temas geológicos, paleontológicos, biológicos, dentre outros, em uma linguagem acessível. Dessa forma, o conhecimento pode ser difundido nas comunidades, tornando-se acessível a todos os públicos.

Ademais, quando consideramos a importância da ecologia de saberes, os saberes oriundos das comunidades detentoras desse patrimônio são cruciais para se entender os sentidos para diferentes segmentos da sociedade (como moradores/as, monitores/as ambientais, professores/as, ex gestores/as ambientais, etc.) construídos em torno da Paleontologia, e como o poder hegemônico pode se beneficiar da invisibilização de muitos desses saberes e sentidos (assim como as forças contra hegemônicas podem contestar seu lugar de pertencimento). Afinal, a legitimação de alguns saberes em detrimento da exclusão de outros é algo típico da colonialidade do saber (SANTOS, 2009), enquanto o movimento pela decolonialidade, por outro lado, propõe a ecologia de saberes como modo de relacionar saberes populares e científicos, informando tanto o mundo quanto as experiências sociais nesse mundo, o que permite romper barreiras historicamente construídas entre popular e científico.

A ecologia de saberes possibilita a recuperação de saberes e práticas sociais de distintos grupos, os quais, devido aos processos coloniais e ao capitalismo, foram historicamente atribuídos a condições de simples objetos, ou até mesmo como base para saberes considerados “válidos” ou “superiores”, componentes da epistemologia do Norte (SANTOS, 2009). Ainda para Boaventura de Sousa Santos, ela inclui toda uma diversidade de conhecimentos e experiências de mundo, já que cada saber se faz possível em meio a outros saberes, tomando-os como referência.

Entretanto, na lógica do sistema-mundo-moderno-colonial capitalista, muitas vezes vemos um afastamento gerado pela representação discursiva hegemônica de certos modos de se fazer ciência, o que pode ser comumente visto para a Paleontologia. Vejamos nos segmentos a seguir como os saberes científicos, do modo como são apresentados, podem excluir o público leigo em relação ao seu entendimento. Portanto, faz-se muito importante, aqui, perceber a representação dos atores sociais/representação discursiva, dentro da intertextualidade (assim como as demais categorias de análise), e quais vozes insinuam a Paleontologia nos segmentos discursivos apresentados.

Primeiramente, mostro aqui discursos que apresentam tanto uma certa proximidade da Paleontologia com histórias e memórias da comunidade local, quanto discursos que revelam um certo distanciamento, em grande parte pela colonialidade e pela falta de incentivos em

termos de representatividade dos achados fósseis e de sua relevância para os/as moradores/as dos arredores do parque.

Vejamos nos dois segmentos abaixo como os sujeitos Buriti e Jenipapo significam os achados de Peter Lund, quando abordados sobre a importância da Paleontologia tanto para eles quanto para a região:

*Na Gruta (...) tem história. Inclusive, né, foi onde que começou a história, que o **Peter Lund conheceu o Peter Claussen**, aquelas coisas todas e aí vem desenvolvendo a nossa história, até chegar aqui na região. (...). É, começou lá (fazendo referência à região de Cordisburgo). O interessante é que lá ele conheceu outro dinamarquês, que tinha andado por Goiás, chegou em Minas. Chegou lá na cidade, tinha outro cara lá falando dinamarquês e foi conhecer o cara, né, acho que o Peter Claussen. E mostrou sua proposta, aí começou com esse interesse, né? Não combinaram muito e acabou que não avançaram. E foram descobrindo muita coisa, mais de 2 mil peças. **A história é fantástica, do Peter Lund na nossa região.** E tem um conhecido, a gente até encontrava há um tempo atrás, que tá fazendo a antiga Rota do Peter Lund, entendeu? Ano passado, ele descobriu uma caverna que o Peter Lund tinha explorado, mas que ninguém nunca mais tinha visto ela. Ele descobriu essa caverna. Estava pesquisando e aí descobriu. (Buriti).*

*Olha, é... mais ou menos dentro do que eu comentei aí sobre a minha vida com o parque. Esses fósseis são um orgulho, sabe? É um orgulho saber que eles foram descobertos aqui, que eu tô pisando num terreno onde tudo isso aconteceu há algumas centenas ou milhares de anos aí, então, assim, é... **uma coisa muito boa**, sabe? Uma coisa muito boa quando você chega ali no museu: “- Olha, **Peter Lund esteve aqui**, andou aqui há 380 anos atrás, encontrou esse fóssil aqui. Nossa, hoje é a casa de Fulano que tá lá!”. Entendeu? Então, assim, mesmo que você não tenha vivido há 380 anos atrás, parece que **você se remete ao tempo**. Então, “- Pô, o cara acendeu uma fogueira, dormiu aqui e hoje é a casa do meu amigo, do pessoal que tá aqui há anos aqui, o pessoal tá plantando milho ali, esse aqui era o palco dessa cena toda”. Então a Paleontologia nessa hora **ela tem um significado muito grande, porque ela remete você a essa história**, ela te traz assim... uma coisa que você não viveu, que realmente não teve jeito de você viver. É como se você tivesse estado lá, quando você vê a história, quando você vê... **você pode ver a peça, às vezes até tocar nela**, sabe? Então isso... a paleontologia **tem essa magia**, de fazer isso, remeter as pessoas a isso. **Pra nós aqui isso é maior ainda, porque você está dentro do contexto, você está aqui, né?** Você entra numa mata e acha que **pode se surpreender**: “- Nossa, verifiquei ali um crânio, uma ossada de animal aí, de 500 anos atrás”. Entendeu? Da pré-história... então, assim, é interessante, **é muito bonito**. A Paleontologia, **ela significa MUITO (ênfase). Quando se fala do Parque Estadual do Sumidouro, é quase impossível não pensar na Paleontologia.** (Jenipapo).*

Vemos, aqui, que os dois sujeitos demonstram conhecimento tanto acerca da Paleontologia quanto da história da mesma na região, com ênfase nos achados de Lund. Buriti destaca uma parte histórica importante que muitas vezes não é mencionada quando se fala em Paleontologia na RGPL: os estudos de Peter Claussen, outro naturalista dinamarquês que Lund conheceu quando na cidade de Curvelo, MG. Claussen teve um grande significado para Lund, embora tenha desenvolvido um relacionamento conflituoso com este (acredita-se que tenha vendido a museus europeus algumas peças coletadas por Lund) (HOLTEN; STERLL, 2011). Além disso, Buriti destaca achar “*fantástica*” a história do pai da Paleontologia brasileira na

região, mostrando também conhecimento sobre pesquisas mais recentes que vêm sendo realizadas.

Jenipapo, ao associar sua visão sobre a significância da Paleontologia à sua própria relação com o parque, remete bastante ao sentimento de pertencimento (que será melhor abordado no eixo 2) a toda essa história da região. Utilizando-se duas vezes do substantivo “*orgulho*” para se referir aos achados fósseis, embora se confunda cronologicamente quanto à passagem de Lund pela região (que foi durante o século XIX, e não há 380 anos, como relata), demonstra conhecer e sentir a conexão entre história e memória da Terra, e nosso próprio passado. Afinal, a escolha de “*muito boa*”, “*remete ao tempo*” e “*história*”, no segmento, é feita em associação a “*lembranças*” daquilo que não foi vivido, e ao sentimento de “*magia*”, substantivo escolhido por ele para expressar aquilo que “*surpreende*” ao estar “*dentro do contexto*” (mais uma vez, remetendo ao pertencimento). Assim, é possível aqui fazer uma associação com o pensamento de Benjamin, pois para ele “a memória não é um instrumento para a exploração do passado, é, antes, o meio. É o meio onde se deu a vivência, assim como o solo é o meio no qual as antigas cidades estão soterradas” (BENJAMIN, 1996, p. 239).

Em sua defesa pela descontinuidade histórica, Benjamin também nos mostra como o presente é marcado pelos ecos do passado, em um tempo e uma memória que se sobrepõem em um passar de tempo heterogêneo, qualitativo, pleno e não linear. Assim, Benjamin nos mostra que nossa própria sociedade contém, em si, uma síntese dialética de todo o passado da humanidade (LÖWY, 2005). Toda essa significância do passado da região é ainda ressaltada, segundo Jenipapo, bela possibilidade de “*tocar*” nas peças fósseis, pela beleza daquilo que faz a “*pré-história*”, segundo ele, nos surpreender. A questão das sensações, das emoções que o passado traz fica, portanto, evidente nesse segmento (assim como no segmento de Buriti). Isso pode estar ligado a uma relação muito próxima que os dois sujeitos têm com o parque, visto que o primeiro, Buriti, além de ser nascido na região (e morador de Fidalgo), também trabalhou durante muitos anos como monitor ambiental. Jenipapo, embora advindo de Belo Horizonte, já mora há 30 anos na Lapinha, trabalhando como voluntário no parque também há muitos anos.

Entretanto, parece não haver tanta conectividade entre moradores/as locais e os saberes construídos em torno da Paleontologia, quando tais moradores/as não têm uma ligação de trabalho com o parque, o que fica evidente no segmento abaixo, extraído de entrevista com moradora (e nascida na região de Fidalgo, Pedro Leopoldo) e também monitora do PESU. Quando perguntada sobre a importância da Paleontologia para a comunidade:

Olha, da comunidade não. Tem gente que nem sabe o que que é. Porque, assim, na comunidade tem muitas pessoas simples, sabe? Muitas pessoas simples. E como tem essa questão do controle, muitos não gostam, então muitos às vezes nem visitam, então a gente recebe mais gente de Belo Horizonte, até de fora do país, de outros estados, do que daqui mesmo da comunidade. Então, assim, questão de conhecimento disso, pouquíssimas pessoas, pouquíssimas mesmo. (Jatobá).

Antes de me deter à análise desse segmento, trarei aqui outros segmentos similares, advindos de respostas sobre a importância da Paleontologia tanto para o/a entrevistado/a, quanto para a comunidade local:

Olha, aí eu vou misturar paleontologia com arqueologia de uma vez só. É muito curioso você ter uma possibilidade de em uma região você ter esse encontro de Paleontologia, de Arqueologia, com a questão da pintura rupestre, que difere apenas do fóssil, você ter um documentário desses povos antigos, e aqui na região isso aqui é muito marcante pro Sumidouro com o seu paredão, Maquiné, que também tem suas pinturas... Então é muito, é muito interessante, de repente você ter essa forma de contato. E isso, na minha forma de ver, permite uma leitura do passado como nunca, inclusive identificação de quando tanto os povos quanto os animais se extinguíram. (...) Então pra mim, a significância é essa, você ter a possibilidade de ter isso tudo num local só. (...) Mas o que que lembra pra pessoa no seu dia a dia que aqui é uma região cárstica? (...) As pessoas não têm uma vivência com isso, não têm contato. Está muito longe. “Ouvi falar que aqui tinha uma preguiça gigante.”, “Como é que é essa preguiça?”. Alguns viram, conviveram com essas preguiças durante uma época. Mas nada (ênfase) tem continuidade. Aí alunos botam uma preguiça lá, ela tá morta, ela não mexe, ela não fala, ela não se explica. “-Ah, que bicho é esse? Isso é uma escultura ou um Pokémon?”. Eu acho que quando eu falo essas gozações assim é porque elas traduzem melhor do que meia hora dentro de, de tratado de filosofia. (...) Mas, assim, (...) os achados paleontológicos da região não estão aqui. (...) Então e isso que eu tô falando: não tem PESSOALIDADE (ênfase) com o visitante e com o morador, então é uma distância muito grande. Agora, isso é um problema muito antigo. (...) Por exemplo, a questão dos dinossauros. Durante muitos anos, eu acreditei piamente que só existia dinossauros na Europa e nos Estados Unidos. Hoje eu sei que os dinossauros mais antigos, inclusive a possibilidade dos primeiros dinossauros realmente serem daqui do sul do Brasil. Argentina, sul do Brasil. (...) As pessoas não conseguem ter essa percepção, está muito longe da realidade. Então, assim, por exemplo, e o que faz as pessoas vivenciarem aquilo? Paleontologia dificilmente vai entrar no dia a dia das pessoas, mas ela pode fazer parte. (Pequi).

Então são coisas, assim, que vai surpreendendo a gente, né? Agora, como traduzir isso pra um, pra um nativo? Né? E dizer pra ele que isso, por exemplo, é um assunto de interesse nacional e internacional, enquanto um patrimônio assim, a ser protegido, e que isso vale mais que o cavalo e o boi dele, que ele corta a cerca pra por lá dentro. Ou o cara, dependendo assim, o jipeiro e o hoteleiro que quer passar com a moto ali naquele local, né? Enfim, então vêm todas essas questões, sabe? (Tamboril).

Os três segmentos acima trazem aspectos ao mesmo tempo interessantes e peculiares, porquê advêm de sujeitos que ocupam diferentes funções/posições, mas cujas ideias têm certas aproximações (mas também importantes distanciamentos entre si).

Quando Jatobá justifica que a comunidade não conhece os registros fósseis da região porque são muitas pessoas “*simples*” (adjetivo que utiliza duas vezes no mesmo segmento), pode-se notar a representação de atores sociais em um processo ideológico de Fragmentação

(revelando haver um certo elitismo em relação ao conhecimento), ainda que a entrevistada não esteja ciente de tal diferenciação entre pessoas que podem ter acesso ao conhecimento, e pessoas simples, que não conseguem assimilá-lo. Essa provavelmente é uma ideia inculcada por parte do grupo hegemônico dominante, que talvez justifique relações conflitivas e de afastamento por uma suposta impossibilidade de determinado segmento da sociedade compreender conhecimentos científicos. Mas a entrevistada também nos lembra de que o próprio afastamento gerado quando da implementação do parque, com cobrança de entrada (algo que será melhor abordado no eixo 3), pode gerar um desinteresse por parte da comunidade. Assim, ela percebe que há mais interesse de pessoas “*de fora*”.

É semelhante a visão de Pequi, sobre distância da comunidade local, por uma percepção longe de sua realidade. Embora oriundo de Marliéria, esse entrevistado que é ambientalista vive há muitos anos na região de Matozinhos, estando imerso também em questões educacionais, políticas e artísticas relativas à área. Ao defender a importância da área em termos científicos e históricos, que permitem, segundo ele, “*uma leitura do passado*”, ele nos lembra que essa é uma realidade distante dos/as moradores/as locais, não havendo incentivo para que haja vivência, contato. Por meio do metadiscurso em “*Ouvi falar que aqui tinha uma preguiça gigante.*”; “*Como é que é essa preguiça?*”, revela haver certa curiosidade por parte dos sujeitos em geral, embora tal curiosidade não seja incentivada, algo colocado pela ênfase do substantivo “*nada*” ao dizer que não há continuidade (possivelmente em projetos locais). Também faz uso da ironia ao representar sujeitos apartados desses saberes científicos, em: “*-Ah, que bicho é esse? Isso é uma escultura ou um Pokémon?*”. Fazendo, portanto, uma comparação com as peculiares e inexistentes criaturas da série de jogos eletrônicos, Pequi considera estar traduzindo a realidade local, a qual, em muitos aspectos, mostra-se fragmentada, com certos grupos sendo excluídos, também, de atividades/processos educativos (ainda que no ambiente não-formal).

Por fim, Pequi traz também a dificuldade de integração com os saberes e o pertencimento locais, quando a maioria dos fósseis se encontram fora do país, o que impede uma “*pessoalidade*”, palavra cujo significado aqui foi alterado para o sentido de pertencimento. Segundo o entrevistado, ele mesmo “*durante muitos anos*”, acreditava haver dinossauros fósseis só nos países do Norte global, mas ignorava o fato de os mais antigos representantes desse grupo de répteis serem oriundos do Sul global. Finaliza dizendo que isso se dá pela falta de percepção, por parte das pessoas, de sua realidade, embora fosse possível que tais saberes tomassem parte de suas vidas.

É também no sentido da dificuldade de os saberes paleontológicos estarem no dia a dia da comunidade local, que Tamboril, ex gestor do parque que é nascido na região, distingue-se

dos “*nativos*”, mas aqui, diferentemente dos outros segmentos discursivos, para se colocar numa posição hierarquicamente superior em termos de conhecimento. Isso porque aqui a Fragmentação não se dá por diferenciação, mas sim pelo expurgo do outro, já que ele cria, simbolicamente, um inimigo sob a forma dos sujeitos que criam animais às margens do parque, dizendo que o “*patrimônio*” a ser protegido “*vale mais que o cavalo e o boi*” criados. Ou seja, além de hierarquizar e desvalorizar os saberes locais, em detrimento de saberes e valores que considera superiores, age no sentido de fortalecer processos de origem colonial.

Essa hierarquia dos saberes, privilegiando o conhecimento científico, em detrimento de outros saberes, pode nos mostrar uma noção de desenvolvimento científico e tecnológico que é apartada do contexto local. Assim, embora não diretamente, é possível identificar neste texto vozes de outros textos, provavelmente técnicos e/ou científicos, já que a possibilidade de interpretação, de entendimento desse tipo de texto, é socialmente limitada. Chamada por Fairclough (2001) de intertextualidade vertical, já que trata das relações discursivas não de um modo muito direto, imediato, mas por meio de relações temporais e históricas, essa relação é também chamada de interdiscursividade, por ser mais implícita.

Enquanto significado representacional do discurso, vemos na interdiscursividade aqui trazida, a seleção lexical como restrição para as interações sociais, levando a um distanciamento em relação a outras vozes. Como a colonialidade do saber implica na colonialidade do ser, discursos estritamente científicos podem fazer com que boa parte da população não se perceba como parte do patrimônio, como potência local de saberes/conhecimentos. Aqui, portanto, relaciono a representação da Paleontologia enquanto conhecimento estritamente científico e de fora da comunidade local (ou seja, que não parte de seus saberes e suas memórias), já que o texto materializa um discurso com potencial efeito de fragmentação sobre a sociedade.

Como modo de operação da ideologia, penso que a universalização seria uma estratégia que aqui também poderia explicar a escolha dos interesses, partindo de ideias e conceitos já inculcados, de que há conhecimentos específicos (científicos) que deveriam ser incorporados ao contexto local, ou seja, sob a forma de interesses gerais. Assim, as escolhas discursivas nos segmentos podem estar associadas à colonialidade do saber, aspecto para o qual Resende (2019) defende que hoje precisamos nos atentar ao analisarmos o discurso criticamente. Ligada à reprodução de modos de produzir conhecimento e modos de pensar coloniais, a colonialidade do saber impede nossa compreensão do mundo partindo de experiências locais, experiências e epistemes do mundo em que vivemos (RESENDE, 2019), o que será melhor discutido ao longo deste capítulo.

É justamente por meio das experiências locais, que Copaíba, nascida na região e criada por um pai arqueólogo (e paleontólogo) por paixão, relata ter havido perda da integração entre saberes científicos e populares, com um afastamento cada vez maior entre cientistas e moradores/as locais, o que acabou abrindo margem até mesmo para a venda de fósseis para turistas, pela falta de incentivo local:

(...) Para eles, vinha um monte aí, de cientista, pesquisador, escava-osso. Houve uma cultura aqui muito disseminada, (...) que pagava por peças, por ossos que o pessoal escavava. E eu creio que essa cultura (...) foi assim, uma coisa que ficou muito notória na história, trouxe pra comunidade esse hábito da venda das peças arqueológicas também. (Copaíba).

Ou seja, com o afastamento entre “eles” (os sujeitos da terra) e a figura do “cientista, pesquisador, escava-osso”, substantivos que são aqui utilizados para adjetivar sujeitos de fora, distantes da realidade dos/as moradores/as locais, novos sentidos foram sendo construídos na comunidade para os fósseis ou as peças arqueológicas, sob a forma da possibilidade de lucro com a venda dos mesmos.

É também em relação à construção de novos sentidos para os achados paleontológicos da região, que é possível perceber no discurso de alguns/mas monitores/as ambientais do PESU uma associação muito marcante entre a Paleontologia e o Potencial turístico da região, principal associação feita por esse grupo de sujeitos. Inclusive, quando questionados/as sobre a importância da Paleontologia para a região, dois monitores ambientais (ambos oriundos de Belo Horizonte) responderam como sendo, primeiramente, importante para o turismo:

*Talvez a mais significativa seja o **fomento do turismo** e a implantação da importância histórica da paleontologia na região para a população em geral e os alunos de escolas que nos visitam. (Sujeito B).*

*Ajudar a **fomentar** o turismo quando é bem explorado. (Sujeito C).*

Aqui chama atenção a escolha lexical desses dois entrevistados, que talvez tenham uma visão mais mercadológica do turismo, possivelmente por terem chegado de uma metrópole, sem a relação íntima de pertencimento ao seu local de trabalho (o que ficou evidente quando, em outro momento, trouxe no questionário a pergunta sobre sua relação com o parque, ao que os mesmos indivíduos não assinalaram a opção de Afeto/Pertencimento). Ao utilizarem o substantivo masculino “fomento” para se referirem ao turismo como algo vantajoso à região, a intertextualidade é tida a partir de sua representação pela Pressuposição. Isso porque ambos pressupõem o turismo como algo positivo, o que pode estar de acordo com o que é comumente considerado pelo que Fairclough (2001) chama de “opinião geral”. Ou seja, aquilo que Pêcheux

(1975) denomina como pré-construído, a marca de um discurso anterior que existe no enunciado.

Entretanto, como se pode observar acima, um dos sujeitos ressalta a positividade do turismo quando é “*bem explorado*” (C). Isso talvez nos diga um pouco a respeito de seu maior entendimento acerca dos problemas e das relações conflitivas que possam envolver essa atividade (assunto melhor abordado no eixo 3 da análise), revelando uma intertextualidade por meio da negação (nega o discurso comumente veiculado pela mídia de que o turismo é sempre vantajoso, algo que também abordarei melhor ao longo do capítulo), já que insinua seu posicionamento sobre o fato de que em algum momento a atividade turística pode não ser tão bem explorada.

Considerando, por outro lado, uma visão mais simplista do turismo, o segmento do sujeito B, que o coloca como mais significativa para a região, pode estar relacionado ao processo ideológico da eufemização, estratégia da Dissimulação. Tal ideia pode ser amparada pelo fato de o turismo ser colocado apenas em seu aspecto positivo, enquanto os problemas que são a eles associados são obscurecidos. Inclusive, no mesmo segmento, o turismo é colocado como importante para a “*população em geral*” (do mesmo modo que a importância histórica da Paleontologia). Assim, os aspectos não positivos (antagônicos ou mesmo conflitivos) do turismo são obscurecidos, embora tais aspectos existam, podendo ser encontrados em diferentes artigos que tratam da área em questão (como o de Xavier; Ribas; Braz, 2017, que abordam os impactos do turismo na Gruta da Lapinha), além de serem discutidos ao longo desta tese.

Voltando às respostas dos sujeitos quanto à importância da Paleontologia para a região, outros quatro (sendo três moradoras da região, referentes aos segmentos das respostas dos sujeitos A, D e F abaixo) citaram as descobertas de Peter Lund, patrono da Paleontologia brasileira, e seu grande valor:

“*Através da paleontologia, Lagoa Santa é conhecida internacionalmente. Pelos estudos e achados na região*” (Sujeito A).

“*É de extrema importância! Nossa região ficou conhecida pelas pesquisas paleontológicas feitas por Peter Lund. Isso traz reconhecimento da importância da região e de sua conservação*” (Sujeito D).

“*Muito importante para a região. Através dos achados de Peter Lund Lagoa Santa ficou conhecida mundialmente*” (Sujeito E).

“*Muito importante, pois foi a partir dos estudos e achados de Lund, que a região recebeu o devido reconhecimento e valor, o que resultou em investimentos e maior divulgação*” (Sujeito F).

É possível perceber que esses sujeitos se utilizaram de: locução adverbial de intensidade, “*de extrema*”, a qual foi seguida pelo substantivo adjetivado “*importante*”; e o adjunto adverbial de intensidade “*muito*”, seguido pelo adjetivo “*importante*” (no caso dos segmentos de E e F). Essas escolhas foram feitas para caracterizarem a relevância da Paleontologia por meio dos achados e das pesquisas feitas por Lund. Isso, em si, foi o que trouxe o reconhecimento, até mesmo mundial, como mencionaram dois sujeitos (A e E), dos quais um que, mesmo não sendo oriundo da região (E), citou o naturalista dinamarquês.

Os três sujeitos que trouxeram Lund, além da moradora local que citou sua relevância internacional (A), trouxeram também palavras como o substantivo masculino “*reconhecimento*” e o adjetivo “*conhecido*”, que remetem à maior evidenciação e valorização da região no cenário paleontológico.

Todas essas escolhas lexicais (“*de extrema*”, “*muito*”, “*reconhecimento*”, “*conhecido*”) estão relacionadas ao que Fairclough (2001) chama de modalidade, ou modalização, a qual atua na construção de sentidos em um enunciado. Ou seja, é uma estratégia semântico discursiva que permite deixar, em um discurso, a marca da subjetividade do/a locutor/a, influenciando a leitura/interpretação desse mesmo discurso. Isso significa dizer que o enunciado posiciona os sujeitos, tanto em relação à sua produção (deixando a marca do sujeito do discurso), quanto em sua leitura/interpretação (influenciando aqueles/as a quem o discurso é dirigido) (FAIRCLOUGH, 2001).

Tais escolhas lexicais feitas por esses sujeitos podem estar associadas a uma intertextualidade vertical ou interdiscursividade, que talvez tenha origem nos discursos trazidos a esses sujeitos durante os cursos/treinamentos para receberem os/as visitantes do parque. Algo que, por sua vez, pode estar de certo modo associado à colonialidade do saber, ao envolver conjuntos específicos de saberes que esses/as monitores/as devem “transmitir” aos/às visitantes do parque, dentro de um roteiro estabelecido pelos/as gestores/as da área. Tal aspecto pode, ainda, se dar pela representação discursiva hegemônica do modo de se fazer ciência, tão comum para a Paleontologia, como ressaltado diversas vezes ao longo desta tese. Essas escolhas, portanto, podem revelar a representação dos atores sociais envolvidos, por meio de significações e valores (FAIRCLOUGH, 2001). Novamente, mostra-se presente a eufemização, com a valoração positiva sendo diretamente influenciada pela modalização.

Por outro lado, e como parte de meus objetivos de investigação nesta tese, perceber a presença de Peter Lund nas respostas revelou-me que a Paleontologia e os aspectos a ela relacionados não estão totalmente apartados dos saberes locais, tanto no que diz respeito aos/às monitores/as do parque, quanto aos/as moradores/as, assim como há potencial para essa

aproximação no próprio MEI (embora nem sempre aproveitado), como mostrarei mais à frente. Essa presença ajuda a manter viva a memória de um sujeito singular que, mais do que o pai da Paleontologia Brasileira, foi o pai da Paleontologia de toda América, tendo sido pioneiro nos estudos de Sistemática, Espeleologia, Arqueologia e Paleontologia em todo o continente, com registros e resultados inéditos e originais. O primeiro a localizar e pesquisar mais de 800 grutas da região, Peter Lund, para além de médico e cientista, tinha uma sensível capacidade de interagir cotidianamente, de modo simples, com a sociedade que formava as comunidades onde se inseriam seus locais de estudo e pesquisa, onde viveu e morreu (HOLTEN; STERLL, 2011).

Embora aparecendo brevemente em alguns dos MEI, em outros, esse sujeito ímpar recebe considerável atenção, como é possível ver nos segmentos abaixo:

Nessas cavidades, Lund encontrou vários fósseis humanos e de mamíferos extintos que viviam na região, dentre eles o tigre-dente-de-sabre e a preguiça gigante, animais que provavelmente conviveram com o homem na região do carste, conforme estudos recentes. Lund explorou mais de 200 cavernas, visitando localidades como Maquiné, Lapinha e Cerca Grande, e enviou para a Europa cerca de 50 volumes enormes repletos de ossadas. Religioso convicto, Lund queria por meio de seus estudos descobrir o plano criador de Deus. Em 1843 encontrou na região vestígios de homens pré-históricos, cujos estudos definiram as características daquele que ficaria conhecido como o Homem de Lagoa Santa. Após isso, alegando falta de apoio e verbas, Lund parou de escavar. Morou por muitos anos em Lagoa Santa, onde morreu e foi sepultado. Suas descobertas foram citadas no livro “A Origem das Espécies” (1859), de Charles Darwin, e fizeram fama internacional da região. (Segmento 1 - Jogo “desvendando a região cárstica de Lagoa Santa”)

Neste segmento, é possível ver a presença da intertextualidade por meio do metadiscorso, já que são citados “*estudos recentes*” para reforçar cientificamente as descobertas de Lund na região, algo marcado pela preposição “*conforme*”. Ou seja, aqui o/a produtor/a do texto diferencia níveis distintos dentro de seu próprio texto, distanciando-se do mesmo (FAIRCLOUGH, 2001). Mais à frente, a menção à intenção primeira de Lund, apresentada pelo verbo transitivo direto *querer*, no passado (“*queria*”), apresenta-nos seu intuito de pesquisa baseado na crença religiosa do naturalista. Posteriormente, volta-se ao verbo transitivo direto, neste caso *alegar*, para remeter novamente a um nível textual referente a Peter Lund, situando-o.

Considero que esse segmento traz de uma forma mais potente, em termos de ecologia de saberes, a divulgação da Paleontologia, dos achados da região e de seu significado, em uma linguagem facilmente acessível a públicos diversos, inclusive para o público infantil. Ao trazer visões científicas, religiosas, nomes populares dos animais encontrados pelo naturalista e críticas à sua impossibilidade de continuidade dos estudos, devido à falta de verbas, penso que

este texto ajuda a problematizar a Paleontologia, em um convite no sentido da decolonização do saber.

Também trazendo uma breve história de Lund e seus achados, o segmento 2 traz, entretanto, uma certa diferença, em relação ao segmento 1, quanto à sua acessibilidade por grupos diversos da população:

*Foi nessa região que Lund fez sua maior descoberta. Em 1840, encontrou ossadas do homínido mais antigo que viveu na América Latina, batizado como o “Homem de Lagoa Santa”. A ossada foi encontrada nos mesmos **estratos geológicos** onde foram descobertos fósseis de seres extintos e atuais, como preguiça gigante, tigre-dente-de-sabre, lhama, cavalo, dentre outros. Isso colocou em xeque uma série de **pressupostos** aceitos pela paleontologia da época, entre eles, o de que a raça humana não poderia coexistir na mesma época em que viveram animais definitivamente extintos, exemplares da denominada “megafauna”. (Segmento 2 - Livreto “Rota das Grutas Peter Lund”).*

Mais uma vez é possível ver sendo apresentada a informação sobre a mudança de uma visão dominante na época, partindo de um novo olhar evolucionista para os achados na região. Embora traga os nomes populares das espécies, e o texto seja claro e coeso, considero que a linguagem que nele se apresenta não é tão facilmente acessível para o público em geral quanto a do segmento 1 apresentado. Isso fica evidente com a relação intertextual do segmento com textos de cunho mais científico, reforçado por “*estratos geológicos*”, expressão não explicada ao/à leitor/a, e pelo substantivo masculino “*pressuposto*”, que remete a um conhecimento paleontológico previamente acessado, embora seja exemplificado logo a seguir, no mesmo segmento.

É também em relação a uma linguagem não tão acessível ao público em geral, que trago o segmento 3 a seguir, constante em outro material:

*Considerada uma das 50 maiores cavernas de Minas Gerais pela Sociedade Brasileira de Espeleologia, a Gruta Rei do Mato possui quatro salões cujas pinturas rupestres, datam de seis mil anos e mostram predominância de figuras **monocrômicas** e de temática **zoomórfica** e **antropomórfica**. (Segmento 3 - Folder do Monumento Natural Estadual Gruta Rei do Mato)*

Neste terceiro segmento, vemos que há uma visão positiva acerca da Gruta Rei do Mato, em relação à sua representatividade científica, em especial no que diz respeito às pinturas rupestres. Mas, ao utilizar os adjetivos acima evidenciados, sem explicá-los, leitores/as que não estejam familiarizados com tais termos científicos, podem sentir-se excluídos. Ao considerar os saberes científicos, mas não os populares e tradicionais, este discurso encontrado no segmento pode acabar por reforçar a dicotomia entre ciência e população em geral (e entre sociedade e natureza), além de desigualdades socioambientais que possam existir na região (já que a comunidade local também fica apartada desse discurso científico).

Isso apesar de o próprio nome da gruta representar saberes locais que poderiam ser melhor explorados em tal material, embora a menção a esses saberes seja feita apenas brevemente durante a visita guiada à gruta. Embora essa questão, especificamente, não tenha sido explorada durante as entrevistas realizadas no ano de 2021, segundo dito pela monitora na ocasião de minha visita à área, em 2018, a gruta pode ter sido habitada por um homem cuja identidade se desconhece, mas que rodava pela região atravessando a vegetação e chegando até a cidade, frequentemente, tendo sido chamado pelos/as locais de Rei do Mato. Especula-se que pode ter sido até mesmo um fugitivo da Revolução de 1930. Ou seja, a utilização desse saber tradicional local, por meio do nome da gruta, é invisibilizada no próprio MEI.

Isso me faz retomar a discussão sobre o potencial para a ecologia de saberes nessas áreas, embora ainda seja necessária uma superação da hierarquização desses saberes, já que, por vezes, o conhecimento científico tem sido privilegiado em detrimento de outros saberes. Essa hierarquização desvaloriza os saberes locais e favorece a colonialidade do saber e do ser, já que, como pôde ser visto nos segmentos acima, parece ter havido a perda da integração entre saberes científicos e populares, com um afastamento crescente entre cientistas e moradores locais.

Retomando os MEI, ressalto, ainda, que neles há pouquíssimas informações sobre os fósseis encontrados na região. Não há fotos/imagens/ilustrações desses mesmos fósseis, apenas ilustrações da figura do naturalista dinamarquês. Em todo o material analisado, somente cinco trazem informações paleontológicas, havendo em um deles (um Guia Turístico da série “Parques Estaduais de Minas”), apenas, a foto de um fóssil encontrado na região, um tatu gigante, mas sem informações sobre o mesmo (Figura 26). Ou seja, há pouca representação do patrimônio fóssil local nos MEI e quando se faz presente, isso ocorre de forma descontextualizada, sem maiores explicações.

Figura 26 - Tatu gigante representado em MEI



Fonte: Extraído em 2018 do Guia de Turismo Ecológico do Parque Estadual do Sumidouro, Série Guias de Turismo dos Parques Estaduais de Minas.

Essa pequena representação do patrimônio fóssil, a falta de diálogo entre os saberes, bem como uma certa hierarquização desses saberes, além de uma aparente mudança da significação da Paleontologia para a região, foram, portanto, visíveis nos segmentos discursivos dos três diferentes grupos de dados (corpora).

Se na apropriação do conhecimento também estão imersas as estratégias do poder e do saber, é importante que possamos desvelar opressões, libertar saberes subjugados, recuperando saberes desconhecidos, memórias esquecidas, bem como de tudo aquilo que se encontra ofuscado nos discursos atuais das comunidades locais, dos/as monitores/as ambientais e dos MEI. É olhando para o invisível, para as rachaduras no solo, que podemos evitar que os saberes e os valores locais caiam no esquecimento, em uma modernidade que, segundo Leff (2015), destrói natureza e cultura quando essas não têm valor no mercado, desarticulando as práticas cotidianas, desintegrando tradição e história dos saberes das comunidades, as quais acabam por se tornarem alheias ao seu próprio patrimônio.

Vejamos agora no eixo 2 como o pertencimento ao patrimônio, com muitas interseções com o eixo 1, toma parte das relações existentes nesses locais.

7.2 EIXO 2: SENTIDOS SOBRE O PERTENCIMENTO EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO GEOLÓGICO/PALEONTOLÓGICO/ESPELEOLÓGICO E CULTURAL

Neste eixo discuto sentidos que insinuam conexões entre sentimentos de afeto e pertencimento ao local, inclusive em sua relação com o turismo e ao que por ele é incentivado. Os discursos que aqui encontrei, tanto nas entrevistas com os/as moradores/as locais, quanto nos questionários enviados aos/às monitores/as e também nos MEI, por vezes revelaram-me perspectivas essencialmente mercadológicas, como voltarei a discutir no capítulo.

Muito ligado à questão afetiva e ao autorreconhecimento enquanto parte do meio, o pertencimento aparece não apenas no discurso dos/as entrevistados/as que são oriundos/as da região, mas também no daqueles/as que nela residem há muitos anos (como é o caso de Jenipapo, há 3 décadas na Lapinha), travando relações profissionais e de militância pela questão socioambiental.

Como dito anteriormente nesta tese, pertencimento é um termo com diferentes definições possíveis. Quando o consideramos sob o viés da geografia cultural, temos a relação com o lugar, com a comunidade, e com o sentimento de apego, o qual mantém essa comunidade coesa. Para Cardoso et al. (2017, p. 89), pertencimento é “olhar e reconhecer-se” como parte de determinada sociedade que tenha características culturais próprias, incluindo valores (morais e éticos) e símbolos. Relaciona-se à cultura e às experiências singulares vividas em certo lugar, podendo, portanto, envolver também as relações conflituosas, quando os elementos que ligam uma comunidade ao seu lugar são destruídos (CARDOSO et al., 2017).

Vejam, nos segmentos a seguir, a expressividade com que surge o pertencimento, em grande parte das vezes aqui ligado ao afeto:

A minha relação com o parque começou também desde a minha chegada aqui. A gente ficou muito infiltrado com todas as pessoas aqui, com toda a população, minha esposa é uma pessoa que é muito participativa, socialmente participativa (...) que procura ajudar muito as pessoas aqui da comunidade. Ela se entrega muito, entende? (...) Enfim, então a gente participou desde a formação do Parque Estadual do Sumidouro. (...) E nós ficamos junto com o pessoal, participando de cursos que eram dados pelo pessoal do IEF, é... da Rota Lund. (...) Uma série de coisas que estavam contemplando para atuar dentro do parque, né? Nós fizemos parte dessa realidade. Então nós viemos caminhando junto com ele. (...) A gente abraçou essa causa e estamos até o momento dessa forma. (...) Estamos juntos em tudo isso. (...) Ficamos engajados direto com eles, né? Então, é... nós praticamente nos tornamos uma certa referência para eles, tá? (...) Ficamos sendo uma referência. (Jenipapo).

O entrevistado mostra, aqui, ter uma relação muito próxima com o parque e os sujeitos envolvidos em sua constituição. Isso fica bastante claro quando se utiliza do substantivo “infiltrado” para se referir a uma ampla gama de atores da sociedade, incluindo órgãos gestores

do parque, já que ele traz o adjetivo “*junto*” (duas vezes) para caracterizar a forma como se encontra participando do parque, “*desde a formação*” do mesmo. Além disso, ao usar o adjetivo “*participativa*”, duas vezes, para se referir ao posicionamento de sua esposa em relação a questões que envolvem a comunidade, Jenipapo coloca a ela e a si mesmo (como pode ser visto no mesmo segmento) como sujeitos ecológicos. Ou seja, sujeitos que conseguem desenvolver atitudes para além da ideia conservadora do “conhecer para preservar” (melhor discutida mais à frente), e que possam desenvolver capacidades ambientais e atitudes de modo coerente e urgente. Afinal, para Layrargues (2020a), o sujeito ecológico não é um cidadão apenas ecológico conservador, voltado à contribuição individual no sentido da sustentabilidade, por exemplo, mas sim um sujeito engajado na luta política, integrante de movimentos (políticos) e movido por anseios a favor da intervenção pela causa ambiental. Isso quer dizer que é no sujeito ecológico que reside a possibilidade da mudança (LAYRARGUES, 2020a; 2020b). Como consequência de sua participação enquanto sujeito ecológico, conjuntamente ao parque, acaba sendo uma “*referência*” para o mesmo, substantivo que utilizou duas vezes para se referir à forma como também se beneficia do PESU.

Essa relação amistosa, sem aspectos negativos evidenciados, também está presente em outro segmento do mesmo entrevistado, apresentado abaixo:

O parque, para mim, significa uma coisa maravilhosa. É um aprendizado muito grande que eu tenho lá dentro, não apenas com as pessoas, os turistas que lá surgem a todo o momento, mas com pessoas de diversas culturas, tá? Não só da região, mas de todo o país, de várias partes do mundo. Então o parque mostra que ele tem uma representação muito grande, que ele consegue atrair várias pessoas que gostam da natureza, gostam da arqueologia, da paleontologia, da espeleologia, porque o parque atrai tudo isso. E eu me sinto muito honrado de estar dentro desse contexto, porque apreciar toda aquela beleza, saber que tá aqui tão ao meu alcance, né? E poder, é... oferecer, falar pras pessoas sobre esse espaço, é... pras pessoas contemplarem aquilo, isso pra mim é de muita importância, muito grande mesmo. Fico muito feliz, eu tento estar lá com o pessoal (...) participando, ver a chegada e a saída das pessoas, os seus momentos, que eles ficam tão, tão felizes com tudo aquilo que eles... porque eles entram lá pensando numa coisa e saem de lá com uma história, uma história da idade da pré-história nossa, então é muito bacana. Então você vê que isso é algo que dá uma satisfação muito grande pra mim. Então hoje eu não consigo imaginar a Lapinha sem o parque. Não tem jeito. Não tem como, não tem como. (Jenipapo).

É bastante visível aqui a relação positiva desse sujeito com sua imersão no parque, enquanto sujeito atuante no mesmo (além de sujeito ecológico, como trouxe acima, já que ele volta a ressaltar sua participação nos processos). Sentimentos que remetem ao afeto, como “*gostam da natureza*”; “*pras pessoas contemplarem*”; “*fico muito feliz*”; “*algo que dá uma satisfação muito grande pra mim*”, emergem por meio de verbos associados à atividade de recepção de turistas, o que é ratificado pela própria participação que o sujeito afirma ter neste

segmento (em “*participando, ver a chegada e saída das pessoas*”) e também em outros momentos da entrevista, quando se autodenomina voluntário dentro da área da Gruta da Lapinha (por meio de convite formalmente recebido em 2017, embora atue há mais tempo na mesma). Ao mencionar a história, a “*pré-história*”, citar o substantivo “*aprendizado*” e o verbo “*oferecer*”, fica ainda mais evidente sua participação no turismo, por meio de treinamentos, cursos e diretrizes dos órgãos gestores (como mencionado no segmento anterior).

Ambos os segmentos discursivos do mesmo sujeito levam-nos a crer, portanto, em uma relação intertextual que parte da representação de atores sociais intimamente envolvidos com a efetivação do PESU. Com a pressuposição de que o parque permite sempre o aprendizado, beleza, boas experiências e até mesmo a diversidade de culturas, entendo também tal discurso como influenciado pela eufemização, em uma Dissimulação de possíveis relações conflitivas com a UC. Além do mais, há aqui a legitimação por meio da universalização, como se os interesses do parque e de Jenipapo fossem naturalmente os mesmos, já que, segundo a visão deste, vêm caminhando juntos. Esses modos de operação da ideologia, juntamente a essa identidade coletiva (ou seja, também há aqui o processo de unificação) aqui criada, podem estar agindo no sentido da inculcação desses novos valores, novos discursos na população. Afinal, para Fairclough (2010, p.280), inculcar é “fazer com que as pessoas assumam discursos, posicionando-se dentro deles, agindo, pensando, falando e se vendo nos novos termos dos novos discursos”.

Essa universalização de “verdades” toma parte em um processo em que a colonialidade do poder (tipicamente presente no discurso de órgãos gestores) e colonialidade do saber (que determina um “aprendizado” específico que se deve ter nesses ambientes) impactam na colonialidade do ser, nas representações de tais atores sociais. É importante, portanto, investigar os processos sociodiscursivos ideológicos que tenham potencial para reproduzir as relações de dominação fundadas em pressupostos característicos do sistema colonial-moderno de discurso social (VIEIRA, 2020). Nesse sentido, apresento, a seguir, segmentos discursivos que tendem a fragmentar, separar em grupos aqueles/as que valorizam o parque e se percebem enquanto parte do mesmo (geralmente envolvidos profissionalmente com ele) e aqueles que não valorizam, que não se interessam, que não sentem pertencer a eles.

Quando perguntada sobre a relação das pessoas locais com os achados da região, se elas sentem que pertencem a elas, Jatobá coloca:

Infelizmente não. *Porque, por exemplo, quando a gente faz a visitação, a gente fala, né? A gente fala do Lund, a gente fala de Luzia, a gente fala dos animais da megafauna, a gente fala de tudo, tudo*

mesmo. Mas, assim, **tem que visitar para conhecer, porque o pessoal da comunidade realmente não visita. São pouquíssimas as pessoas que vêm.** (Jatobá).

Quando perguntada especificamente sobre o seu sentimento para com o parque, a mesma entrevistada diz:

Nossa, pra mim, eu acho que o parque é muito importante, sabe? Questão de preservação a gente sabe, a gente tem cavernas, a gente tem vegetação. Assim, eu acho maravilhosa. Hoje mesmo estava observando os ipês, que estão florescendo. Tá lindo, tá muito bonito. Então, assim, pra mim, eu sei a importância que o parque tem, eu vejo a importância. (Jatobá).

É também associando o valor da região ao conhecimento sobre ela, que Buriti diz:

Eu conheço toda a região. Ajudei o pessoal da arqueologia, paleontologia, trilhas, ajudei bastante nessa nova documentação do parque. Então nisso eu fui interagindo, né, sobre o valor que tem, e comecei a aprofundar mais, através de cursos, pesquisas, a história, né, a pré-história. (...) A minha vida então, praticamente dez anos, praticamente dedicados ao parque, nossa história e pré-história local. Um bom conhecedor da região. (Buriti).

Mas ainda segundo Buriti, poucas são as pessoas da região que conhecem o parque e que o valorizam: *Mas o parque, por exemplo, são pouquíssimas pessoas aqui na nossa região que conhecem o parque, que sabem o valor que o parque tem. E nós estamos aonde, né? No entorno do parque, na área de amortecimento.* (...). (Buriti).

Isso porque, segundo esse mesmo entrevistado, não há incentivo para que as pessoas conheçam a área, elas não são incluídas porque não há reconhecimento, talvez até mesmo pelo turismo, a seu ver, não ser satisfatoriamente desenvolvido, como ele insinua em outro segmento:

*O que a gente tem no parque e no entorno ele, o valor é imenso. Por que? O mundo depende da gente, dependeu da gente. Porque tudo o que aconteceu, por exemplo, arqueologia e paleontologia, humanos com animais, a coexistência, onde que aconteceu? Aqui, dentro do parque. A Luzia tá aonde? Aqui na nossa região. Aqui na área do parque. Na Lapa Vermelha, onde que foi encontrada a Luzia, **tem toda uma cultura ali também.** Olha pra você ver: quem tem isso? O crânio mais antigo das Américas? A gente. A coexistência do homem com os animais? **A gente.** Um dos primeiros povoados de Minas, pelos Bandeirantes? **A gente.** Deu pra você entender? **Olha a importância que a gente tem! A gente só não é reconhecido, entendeu? Por isso que o turismo não tá no parque.** Porque o parque tem um sistema, a região nossa tem também, não é isso? Olha pra você ver a importância que tem aqui na região. Olha pra você ver. **Se tudo isso chegar onde tem que chegar, olha a importância que tem, nós somos privilegiados. Tem importância, mas não é reconhecida.** (...) **Vários trabalhos (...) pararam no tempo. Tudo parou no tempo.** (...) Tiveram projetos para todos os lados aqui na região (e então, o entrevistado traz o nome de alguns pesquisadores das áreas de Paleontologia e Arqueologia). **Então tudo parou.** (...) Nós somos privilegiados, então essa e a importância. (...) Como você vê, é fantástico. Então, **isso que a gente precisa, de reconhecimento. Pra chegar nesse topo aí. E não aconteceu até hoje.** (Buriti).*

Atraindo minha atenção para as questões que ele levanta, por meio de perguntas (“*Por que?*”; “*Onde aconteceu?*”; “*Quem tem isso?*”), fala de toda a importância do patrimônio local pertencer aos/às moradores/as da região. Afinal, ao utilizar o artigo “*a*” antes do substantivo “*gente*”, coloca-se lado a lado à comunidade, no pertencimento a um patrimônio de grande importância. Mas (o que é enfatizado pelo uso de “*só que*”) o sujeito defende que a região não é devidamente explorada e valorizada, tanto em termos turísticos quanto em termos de pesquisas, tendo vários trabalhos parado no tempo. Segundo ele, “*tudo parou*”, sendo necessário reconhecimento para que a região e seu valioso patrimônio (incluindo questões culturais, que ele menciona) cheguem a algum lugar, “*nesse topo aí*”.

Embora sua noção de maior valorização e mais investimentos na região possa estar associada a uma perspectiva mercadológica, já que o mesmo sujeito defende, em outro momento, as concessões na região (tema que será melhor abordado no eixo 3 deste capítulo), com base especificamente nesses segmentos apresentados vemos insinuações sobre uma separação entre aqueles/as que conhecem, participam e valorizam o parque, e aqueles/as que estão dele apartados. Não me debruçarei aqui sobre uma crítica mais aprofundada à ideia de “conhecer para preservar/conservar”, deixando esse tema para o eixo 4 (de Educação Ambiental), mas o farei de uma forma mais breve, trazendo também nas próximas linhas (e nos próximos segmentos) o quão diferenciados são o sentimento de pertencimento e a valorização da região por aqueles sujeitos que nela estão imersos, em suas histórias, memórias e projetos de vida, e os sujeitos dela apartados, seja por terem ficado de fora de processos decisórios, seja por terem vindo de outras regiões (devido ao processo intenso de urbanização, que também será discutido), seja por serem de uma geração sem tanto contato com a terra e suas riquezas, dentre outros aspectos.

Afinal, é possível que a não afetividade da população para com o parque, além dos problemas socioambientais (ou, em certos casos, conflitos ambientais) existentes nessa relação, deem-se em grande parte por um desconhecimento da comunidade local em relação ao próprio parque, seus objetivos e o patrimônio que nele se insere, mas que também é de toda a comunidade local. Tal hipótese pode ser reforçada pelos dois discursos que se seguem, extraídos do questionário, e ambos de monitoras ambientais que são moradoras locais. Quando questionadas se há o sentimento de pertencimento ou afeto da comunidade em relação ao seu patrimônio, respondem:

“Infelizmente não. Muitos moradores inclusive não conhecem a importância histórica da região e até mesmo do parque” (D).

“Bom, acho que até existe, mas está **adormecido**. Eu sou moradora da região, resido na *Quinta do Sumidouro*, **amo minha terra**, com suas tradições, cultura, paisagem natural e histórica, **sempre gostei muito daqui** mas confesso que depois que comecei a trabalhar no parque isso foi de certa forma **intensificado**. Trabalhar no parque me possibilitou o **acesso ao conhecimento**, pois tive a oportunidade de **crescimento**, e isso me levou a **valorizar** ainda mais a região” (F).

Os segmentos deixam claro que os sujeitos consideram também importante o desenvolvimento desse afeto por meio do conhecimento, o que fica evidente com o uso do advérbio “*infelizmente*” seguido pelo advérbio de negação “*não*” (D). No segmento discursivo de F, o adjetivo “*adormecido*” reforça essa ideia da importância do afeto, algo ainda mais fortemente evidenciado por “*amo minha terra*”, “*sempre gostei muito daqui*”, que revelam sentimentos muito próprios de uma moradora com laços estreitos com sua própria região. Essas orações, seguidas da conjunção coordenativa “*mas*” indicam o quanto essa monitora considera que o conhecimento ajudou a intensificar no sentido de seu afeto pela região, algo que fica claro com a escolha dos substantivos “*conhecimento*” e “*crescimento*”, além do verbo transitivo “*valorizar*”. Assim, ao associar seu trabalho no parque à intensificação de seu sentimento de afeto, a monitora apresentada no segmento F associa também a isso o seu acesso ao conhecimento. Por sua vez, ao conhecimento ela associou a possibilidade de “*crescimento*”, que, conseqüentemente, fez com que ela valorizasse ainda mais a região.

Tal discurso coincide muito com o pressuposto que discutirei no eixo 4, “Sentidos sobre a Educação Ambiental”, de que “valorizamos aquilo que conhecemos”, uma ideia muito discutida pela EA de vertente crítica. Isso porque, embora permeado pela questão da afetividade, tal discurso pode apresentar aproximações com a visão conservadora da EA que prega uma relação direta entre o conhecer e o preservar. Ou seja, uma prática educativa conservacionista muito característica do momento inicial da EA, em que esta buscava, em primeira instância, o despertar da sensibilidade humana para com a natureza, em uma base puramente ecológica (LAYRARGUES; LIMA, 2014), considerando-a (a natureza) externa à natureza humana.

Essa ideia pode estar, portanto, associada a uma representação discursiva advinda de diretrizes, materiais e sujeitos diversos, ainda ligados à visão conservacionista da EA. Assim, percebe-se a representação discursiva, que permite identificar os valores e as significações existentes entre a produtora do discurso do segmento F e as várias vozes existentes nesse mesmo discurso, no que Bakhtin (1997) denomina como polifonia, que é a propriedade que os textos têm de serem repletos de pedaços de outros textos.

Essa intertextualidade também se relaciona com a estratégia ideológica da Fragmentação, já que separa aqueles que detêm conhecimento sobre o parque, dos moradores

“comuns”. Portanto, ocorre a construção simbólica de um inimigo, sob a forma do desconhecido/desconhecimento.

Retomando os discursos que emergiram das entrevistas, segundo Imburana, entrevistada nascida e criada em Fidalgo, cuja família é toda oriunda da região, ela viveu, na infância um sentimento de apego ao local, embora tenha aprendido a valorizar a região apenas quando adulta:

Passei a minha infância naquela localidade ali, às margens da lagoa do Sumidouro (...). Mas quando eu era criança, eu não tinha noção dessa importância da região. Eu sempre gostei porque eu sempre amei a natureza, então eu sempre gostava de ir nadar na lagoa, aquela coisa. A minha infância foi muito FELIZ (ênfase) na região. (...) Mas, assim, nesse processo de estudar mais essa região, foi despertado em mim um interesse e um olhar que eu não tinha, com relação ao patrimônio histórico cultural, e que na verdade é algo característico da população, que às vezes tem ali um patrimônio enorme do seu lado, que não se dá conta disso e nem se apropria disso, né? (Imburana).

Associando seus sentimentos, suas memórias de infância ao patrimônio, a entrevistada expõe que seu amor pela região independia de seu conhecimento sobre a importância da mesma, já que este foi construído apenas na idade adulta. Entretanto, por meio desse conhecimento, pôde se apropriar melhor do próprio patrimônio que detém enquanto moradora da região. Isso talvez tenha aprimorado seu sentimento de pertencimento, ideia reforçada no segmento a seguir, quando fala da possibilidade de mudança desse sentimento por meio do incentivo nas escolas:

Isso é muito tímido, mas já existe sim. (...) Eu vejo que vem mudando sim. Hoje a escola (...) é dirigida por uma diretora que valoriza muito a região, então eu acho que as coisas têm caminhado sim. Eu só sinto que a administração do parque envolva hoje tantas questões, assim, burocráticas, e que não exista uma pessoa (na gestão) que realmente tenha vínculos com a comunidade. Assim, na medida em que se burocratiza demais o acesso também, isso também acaba distanciando. (...) Mas eu acho que pro tamanho do patrimônio que a gente tem na região, o trabalho ainda é muito tímido. Eu acho que a Secretaria de Educação e Cultura, elas exploram pouco isso nas escolas. (...) Acaba que são trabalhos isolados. (Imburana).

Aqui ficam marcantes as representações de atores sociais como professores/as, gestores/as e secretários/as de educação e cultura, com visões distintas entre si, do processo de valorização da região, de seu patrimônio e do acesso a ele. Com uma visão, digamos, mais esperançosa da possibilidade de aproximação entre patrimônio e comunidade local, a entrevistada não deixa de apresentar as ressalvas de uma administração burocrática e de trabalhos educativos isolados, insinuando que o incentivo à valorização do patrimônio ainda é tímido na região. Isso me leva a pensar que talvez os/as professores/as, educadores/as e gestores/as que valorizem essa questão sejam, em sua maioria, aqueles nativos do local, que se identifiquem com suas questões.

É nesse sentido que outra entrevistada, Macaúba, traz sua visão sobre diferentes níveis de pertencimento dos atores sociais:

*Então, assim, a gente tem níveis diferentes, eu acredito, de pertencimento. Algumas pessoas (...) têm **aversão**, entre aspas, ao patrimônio, por gerar esse impedimento. Então, é **independente, muitas vezes, do nível de escolaridade**, mas eu acho que tá relacionado com o nível de interferência que esse patrimônio tem no dia a dia dessas pessoas, especialmente em termos de **geração de renda**. (...) A própria comunidade da Lapinha, as doceiras, as quitandeiras, né? (...) A Rota das Doceiras. (...) Então elas tinham essa relação, a gruta trazia o **recurso**, né? (...) Uma coisa que eu percebi também: existem pessoas que têm uma relação religiosa com essas localidades, né? (...) Por exemplo, a **Gruta da Macumba** no parque, que tem uma questão da religiosidade, né? Os evangélicos que vão até o parque nos montes para fazerem os seus cultos, né? **Então tem uma questão**. Principalmente a umbanda, o candomblé, as pessoas que têm essas religiões de matriz africana, têm uma relação com essas localidades que é diferenciada, né? Só que, de uma maneira geral, (...) muitas vezes invisibilizadas num território que teve um peso muito grande da religião católica, que abafou e acabou no decorrer do tempo, invisibilizando e, de certa maneira afastando que outras formas de religiosidade fossem mais expressivas no território, né? **Então existe essa relação. Talvez não uma relação tão de pertencimento quanto a gente gostaria, mas ela existe**. E também tem essa questão mais da **aversão**, como eu te falei. **Não pelo patrimônio em si, mas pelos empecilhos que a existência desse patrimônio exerce sobre a geração de renda, né?** Então acho que são esses dois lados, né? Você tem um lado de pessoas que pertencem ao território da Lapinha, mas não diretamente a esse patrimônio que o território (seja da APA, com a questão dos recursos arqueológicos, paleontológicos, ou o parque), ele venha a proteger. Mas pelas histórias (...). Que as pessoas, assim, durante muito tempo, elas tiveram também uma relação de **maior proximidade, principalmente voltada para os cultos religiosos de matriz mais católica, propriamente dita**. (Macaúba).*

Embora aqui emergam também questões da problemática socioambiental (insinuando possíveis relações conflitivas), melhor abordadas no próximo eixo, é importante mencionar a relação apontada pela entrevistada, e que também aparece em discursos de outros entrevistados (e de monitores/as ambientais, como apresento no capítulo), entre o não sentimento de pertencimento e a aversão criada pelo parque devido a um processo de implantação (e a consequente gestão) não participativo, o que também ficará mais explícito eixo a seguir. Tal relação mostra como um processo não participativo de gestão gera discursos e sentimentos de fragmentação, em que alguns grupos são colocados como inimigos (tanto o parque, na visão de muitos/as moradores/as locais, quanto os/as próprios/as moradores/as, na visão de certos/as gestores/as, como também discutirei). Isso está intimamente relacionado à representação dos atores sociais no discurso, mostrando como atores diferentes envolvem-se de modos distintos na questão participativa da gestão do parque, o que ajuda a identificar as relações e interações sociais em conexão com o discurso (FAIRCLOUGH, 2001).

Aqui abro espaço para trazer uma análise de alguns segmentos discursivos extraídos dos questionários aos/às monitores/as ambientais, por trazerem a relação entre diferentes atores

sociais, sentimento de pertencimento/afeto e participação em processos decisórios, corroborando as relações que observei nas entrevistas.

Quando questionados/as sobre o que pensam da relação de afeto/sensação de fazer parte do local, por parte dos/as moradores/as do entorno, em relação às grutas, aos achados fósseis e demais aspectos comumente interessantes ao turismo, quanto ao seu cotidiano, seu passado e suas histórias, as respostas dos/as monitores/as foram diferentes e envolveram distintos aspectos. Todos os três sujeitos que não são moradores da região consideraram que há essa relação afetiva, mas enquanto um respondeu apenas “*sim*” (E), dois apresentaram ressalvas:

*“Sim, mas em uma parcela **menor do que o desejado**”* (B).

*“Da mesma forma que a relação de afeto e pertencimento ao local ocorre com **algumas pessoas**, o contrário também é **notável**, visto que algumas delas avaliam a criação do parque da forma como ocorreu, uma **violação de sua cultura**”* (C).

No segmento de B acima, ao dizer que é “*menor que o desejado*”, o sujeito deixa claro que o ideal para a região, a seu ver, seria uma relação maior entre moradores/as e os aspectos locais valorizados pelo turismo. Isso talvez represente também a intertextualidade a partir da representação discursiva em outras fontes, como discussões fomentadas tanto em trabalhos acadêmicos, como entre a própria população, embora eu considere a primeira hipótese mais plausível, já que esse não é oriundo da região e talvez não tenha relações tão próximas com os/as moradores/as locais. Por outro lado, a segunda hipótese (de haver certo conflito de interesses entre parque e moradores/as) é sustentada pelo outro sujeito (C) de Belo Horizonte, já que este defende que a relação positiva é encontrada para com “*algumas*” pessoas. Esse substantivo feminino no plural pode indicar que esse sujeito tem o conhecimento das insatisfações ou mesmo das relações conflitivas por parte de alguns/mas representantes da própria comunidade local.

Além da escolha lexical, o sujeito C deixa claro, no terceiro segmento discursivo acima, que a situação contrária também se dá de uma forma bastante evidente, algo ressaltado pela escolha lexical do adjetivo “*notável*”. Em seguida, isso também é reforçado pelo que no próximo eixo se mostrará um discurso constante/frequente entre a população: de que também houve prejuízos para os/as moradores/as em relação à criação do parque, o que é evidenciado pelo substantivo feminino “*violação*”, ao se referir à cultura desses/as moradores/as. Portanto, “*violação de sua cultura*” é uma representação discursiva que expõe uma faceta da problemática socioambiental dessa Unidade de Conservação. Essa faceta está presente em trabalhos que tratam dos conflitos socioambientais na região, nos discursos dos/moradores do

entorno do parque e até mesmo no próprio Plano de Manejo do Parque Estadual do Sumidouro (IEF, 2010).

No Plano (trazido no contexto social de produção discursiva deste trabalho), é chamada a atenção para a importância de se desenvolver uma boa relação com os vizinhos à UC. No documento há o discurso de que é preciso administrar os conflitos no sentido de reduzir as vulnerabilidades e os riscos de ações contra o patrimônio. Além disso, destaca ser importante cativar as comunidades do entorno, criando ambientes de convívio cotidiano, já que isso pode favorecer as pessoas a desenvolverem o sentimento de *topofilia*, que é quando se cria laços afetivos entre o lugar e as pessoas que o utilizam. Ainda segundo o Plano de Manejo, isso pode ajudar a mitigar os impactos gerados a essas pessoas quando da implantação do parque (impactos esses também evidentes nos segmentos discursivos/as dos moradores/as, como mostro), fazendo com que elas voltem ao convívio com os lugares com os quais se relacionaram no passado (IEF, 2010).

Ou seja, o documento, produzido por meio de uma empresa de consultoria ambiental, mostra uma questão conflitiva de um modo simplista, ao considerar que a população se sentiu impactada pelo parque e que, portanto, trabalhar o desenvolvimento da afetividade pelo PESU junto a ela evitará ações contra esse patrimônio. Isso quer dizer que o discurso aqui se constrói ideologicamente pela Dissimulação (especialmente a eufemização, ao supervalorizar a afetividade para com o parque, em detrimento de possíveis outros aspectos problemáticos); mas também pela Unificação, ao considerar que a relação de todos/as os/as moradores/as do entorno com o parque envolve os mesmos problemas e as mesmas possibilidades de mitigação, algo que não é o que de fato tem se dado na região. A ideologia aqui se põe ainda por meio da Fragmentação, ao significar pessoas insatisfeitas com a criação da UC como um risco a ela, e pela Legitimação, em especial a racionalização, ao tentar justificar os conflitos e suas possíveis soluções de um modo tão simplista.

A racionalização faz-se ainda mais evidente quando os órgãos ambientais e demais sujeitos envolvidos na criação do PESU (e em seu Plano de Manejo) utilizam-se do discurso de que a insatisfação e os conflitos podem ocorrer, inicialmente, após a efetivação do Parque, mas que são em prol de um bem maior (algo muito próximo do que a mim se revelou durante as entrevistas apresentadas no eixo 3, sobre a problemática socioambiental no entorno do parque).

Enquanto os atores sociais locais são historicamente marginalizados em relação aos processos decisórios, há também uma certa dificuldade desses grupos oprimidos identificarem seus próprios problemas e propor alternativas de um modo emancipatório, em assimetrias de

poder que permeiam cada grupo envolvido na gestão desse patrimônio (VIVACQUA; VIEIRA, 2005).

Ademais, a própria questão de renda/trabalho também está ligada à ideia da importância da inclusão das comunidades locais em uma gestão participativa. Como eu trouxe no início desta tese, isso envolve a luta a favor da consciência crítica dos sujeitos que se colocam nesses espaços, para que consigam participar, de fato, do mundo em que vivem. Para isso, é importante conhecer melhor as relações conflitivas (ou com potencial para a geração de conflitos) e as relações de pertencimento e valorização que permeiam esses territórios e paleoterritórios, algo que ficará mais evidente no próximo eixo. Por ora, é necessário ressaltar a relevância de projetos que problematizam a integração entre a comunidade local e o seu patrimônio, principalmente no que tange à inclusão de benefícios econômicos e sociais (SILVA; COSENZA, 2021).

Tais reflexões/relações vão ao encontro de um dos objetivos da UNESCO para o incremento/a promoção do Geoturismo (VIANA; CARVALHO, 2019), como mencionei no capítulo 5 desta tese. E, certamente, algo importante até mesmo para a geoconservação desse patrimônio, além da valorização da diversidade cultural a ele associada. Para tal, é necessária a prática reflexiva, inclusive no que diz respeito ao turismo, como mencionarei logo mais, evitando que se reproduzam formas de violência simbólica e a legitimação da dominação e da exclusão em prol do enquadramento aos padrões do capital (LOUREIRO, 2019), ou seja, em prol de um turismo nos moldes capitalistas.

É também no sentido da participação na geração de renda, que remeto aqui ao segmento discursivo de Jenipapo, no início deste eixo, quando se utilizou apenas de aspectos positivos para dizer sobre seu pertencimento ao parque (e o da comunidade local como um todo). É importante lembrar aqui que Jenipapo é de Lapinha, onde provavelmente as atividades econômicas desenvolvidas possam ter mais relação com o PESU, a exemplo da Rota das Doceiras. Isso, inclusive, está presente no discurso de um dos ex gestores ambientais (no caso, da APA Carste de Lagoa Santa), Ingá, quando diz:

Eu percebo esse sentimento de pertencimento muito na região da Lapinha. Da comunidade da Lapinha. Talvez outros lugares de Lagoa Santa não sejam tanto. Mas a comunidade local é muito... sentem aquilo como se fosse deles mesmo, certo? Então é um sentimento de pertencimento muito forte que eles têm. Eu até às vezes fico impressionado com isso. E às vezes, assim, cidadão, pessoa humilde, sem muita instrução escolar, essa coisa toda, sabe? Mas tem aquilo, um negócio, como se fosse deles mesmo, e se envolvem e tudo mais. Eu acho bacana isso lá. (Ingá).

Embora o segmento acima ajude a corroborar a importância da ligação econômica da comunidade para seu sentimento de pertencimento, ele também desvela algumas forças

hegemônicas atuantes na questão. Ao dizer “*sentem aquilo como se fosse deles*” e repetir ao final do segmento, o sujeito incorpora o discurso de pertencimento da comunidade para então, negá-lo, pois aqui a conjunção “*se*” traz um certo tom pejorativo à afirmação de que o patrimônio é da comunidade. Outro sentido pejorativo que o sujeito traz ao seu discurso é quando diz que “*cidadão, pessoa humilde, sem muita instrução escolar*” tem o sentimento de pertencimento. Ora, essa ideia vai exatamente no sentido oposto ao trazido no discurso de Macaúba, e revela o modo de operação da ideologia pela Fragmentação (em especial, diferenciação).

Esse pensamento hegemônico de que a comunidade não é de fato a detentora de seu patrimônio está ligado à mesma colonialidade do poder e do ser que colocam a religião católica em uma posição privilegiada, enquanto as demais religiões/crenças são subjugadas e discriminadas na região, desigualdade essa trazida no discurso de Macaúba, ao final do segmento anterior. Sem acesso aos seus locais de culto, sujeitos voltados principalmente para religiões de matriz africana são por vezes excluídos e discriminados.

A Gruta da Macumba, citada por Macaúba, consiste, juntamente à Gruta do Feitiço (localizada também na região de Lagoa Santa, mas não mencionada por nenhum/a entrevistado/a), nas únicas grutas brasileiras em que foi formalmente identificado o uso para rituais religiosos afro-brasileiros (GUIMARÃES et al., 2011) Embora em toda a APA Carste de Lagoa Santa sejam comuns as manifestações religiosas católicas (e até mesmo manifestações aceitas e incorporadas pelo catolicismo, mas que trazem elementos de origem afro, como mostrarei em outros segmentos à frente), na Gruta da Macumba não se pode formalmente realizar rituais. Isso remete à ideia de discriminação, já que indica a materialização de uma atitude arbitrária no plano das relações sociais, originada do preconceito. Segundo Rios (2007), esse termo designa atitudes capazes de violar direitos, em um processo que inferioriza indivíduos e grupos historicamente estigmatizados.

Tal discriminação tem origem ainda em seu nome, pois embora seja uma forma de culto afro-brasileiro a exus e Pombagiras, no país o termo é usado de modo generalizado para designar as religiões afro-brasileiras como um todo, estando muito associado a rituais que envolvem transe, culto a espíritos e sacrifício animal (GUIMARÃES et al., 2011). Entretanto, segundo alguns relatos orais locais (em especial, da monitora ambiental durante minha visitação à mesma), embora essa gruta tenha sido no passado utilizada para manifestações religiosas, antes da proibição dessa atividade dentro da APA, ela surgiu como um ponto de apoio a escravizados/as em fuga, onde esses/essas deixavam alimentos para auxiliar aqueles/as que estivessem fugindo sem suprimentos.

As hierarquias religiosas são resultantes do racismo enquanto princípio organizador da colonialidade, uma “lógica estruturante de todas as configurações sociais e relações de dominação da modernidade” (GROSFOGUEL, 2018, pág. 67). Na visão colonial brasileira, os padrões hegemônicos de estética e conhecimento, respectivamente branco-europeu e eurocentrado, levam à intolerância e à violência religiosa. Setores políticos e religiosos mais conservadores descartam até mesmo os locais de culto afro-brasileiros enquanto ambientes de produção de conhecimento e de memórias de toda uma culturalidade. Afinal, a história do Brasil

marcou de maneira decisiva as escolhas que determinaram a cidadania de uns e a desumanização de outros, a propriedade de uns e o desterro de outros, a religiosidade respeitável e os cultos bárbaros, o rosto representativo do poder e o corpo hipersexualizado e animalizado do criminoso e servil, a divisão entre público e privado, as políticas de urbanização para uns e as de higienização sobre outros, as narrativas oficiais “revolucionárias” e as ações políticas subterrâneas reduzidas a atos de violência irracional. (PIRES, 2018, pág. 330).

Por outro lado, práticas religiosas, ainda que incorporem elementos afros, mas que foram assimiladas pelo catolicismo, em um entrelaçamento de tradições e crenças, parecem ser bem vindas na APA, fazendo parte do sentimento de pertencimento, como pode ser visto no segmento abaixo:

*(...) a Festa do Congado, ela às vezes acontece ali, naquele espaço da casa do Fernão Dias. O gerente diversas vezes cede o espaço ali para eles fazerem, aí tem aquela parte onde fica a casa, que ficam os funcionários do parque, mas em volta, onde fica aquele fundo grande ali, **geralmente os gerentes disponibilizam para fazer a festa do Congado**. Para servir almoço ali. A festa é feita na Igreja (Nossa Senhora do Rosário), mas muitas vezes servem almoço ali. (Jatobá).*

No segmento discursivo acima, oriundo de entrevista com Jatobá, a qual disse não haver conflitos religiosos na região (embora Macaúba, mais acima, tenha dito que há, o que será discutido no eixo seguinte), aparece o Congado. Tradição muito forte na região (talvez a mais significativa), o Congado envolve culturalidade e religiosidade. Tradicional festa das comunidades dos bairros Quinta do Sumidouro e Fidalgo, acontece na região todos os anos no mês de setembro (MUSEU DA PESSOA, 2014), sendo uma marca viva enquanto tradição que une o sincretismo religioso e a valorização da memória coletiva (BARBOSA, 2021). Esse tesouro do patrimônio imaterial local é um entrelaçamento entre tradições de origem africana e um catolicismo negro (sendo, portanto, uma expressão afrocatólica), que em Minas Gerais apresenta-se como o culto aos antepassados, e que “presta devoção a Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e outros santos homenageados pelos negros” (ARAUJO; QUEIROZ, 2014, p.

13). O termo genérico Congado inclui os grupos ou guardas de candombe, Moçambique, congo, vilão, catopés, marujos e caboclos (ARAUJO; QUEIROZ, 2014).

Resistindo às novas culturas que chegaram à região e à Unidade de Conservação desde a sua criação, o Congado não apenas relaciona-se às expressões da cultura e religiosidade locais, presentes nas comunidades em suas histórias, memórias e seus saberes-fazer, como também é um conhecido atrativo turístico para a região. A Festa do Congado recebe visitantes de várias partes, atraídos pelos instrumentos e seus ritmos envolventes, os cantos sagrados e os verdadeiros banquetes organizados pela comunidade local (ARAUJO; QUEIROZ, 2014; MUSEU DA PESSOA, 2014; BARBOSA, 2021). E essa tradição tão forte na região pode ser um elo de pertencimento importante para as pessoas locais.

Entretanto, outras relações têm surgido na região até mesmo pelo processo de urbanização, e que se afastam desse sentimento de pertencimento, como traz Macaúba no segmento abaixo:

São várias coisas aqui na região que eu acredito que vão estar negando esse pertencimento, sabe? Então isso é algo, assim, relacionado ao passado. E ao presente. O que eu percebo? Que as pessoas querem urbanidade. (...) Na Lapinha, elas querem mais antenas de celular, elas querem asfalto, elas querem outras formas de vivência próximo à vivência que teriam na cidade. (...) Tanto os mais velhos, que têm uma história de certa maneira de vínculo com o lugar, mas não tanto de pertencimento a essas questões arqueológicas, paleontológicas. Só algumas famílias têm, né? (...) E os novos moradores, que chegam no lugar comprando suas “residências de campo”, de final de semana (...), mas que não têm nenhuma relação com o lugar. (...) Então eles também não vão pertencer. (...) Eles querem transformar o lugar. (...) São nomes importados, americanizados. A gente não tem mais, por exemplo, bar, restaurante. Tudo virou alguma coisa gourmet. (...) Então eu acredito que pras pessoas terem pertencimento ao lugar, primeiro elas têm que valorizar o território que elas habitam, né? Então talvez isso você vai perceber com os mais velhos. (...) Os novos moradores têm uma visão muito urbanoide. Querem retrabalhar o lugar para que se adequa a essas necessidades desse urbano, sabe? (Macaúba).

Ao relacionar passado e presente ao pertencimento, percebo no discurso de Macaúba uma aproximação com o pensamento de Benjamin, o qual apresentava a nostalgia do passado como um método revolucionário para elaborar sua crítica ao presente, em uma modernidade que é atravessada por promessas de transformações, as quais se dão por sobre os escombros do passado, ocultando situações de injustiça. Atacando a ideologia do progresso não em nome do conservadorismo passadista, mas sim em nome da revolução, Benjamin defende que a consciência histórica, enquanto esforço crítico para um olhar que exige a redenção, permite escovar a História à contrapelo, o que, por sua vez, abre a possibilidade da supressão de injustiças (LÖWY, 2005). E é justamente nesse sentido que Macaúba parece, como Janus, estar

se voltando para passado e futuro, temendo a perda de vínculo, pertencimento e valorização, em nome de transformações que visam um suposto progresso.

Mas em uma sociedade industrial em que os progressos tecnológicos vêm muitas vezes acompanhados de retrocessos sociais, as promessas (tais como a de urbanização, globalização, etc.) visam muitas vezes cobrir tipos de dominação, sob um suposto mito de coesão social, sendo o progresso econômico uma das principais falácias do trabalho ideológico (FAIRCLOUGH, 2003a). Em uma visão de mundo ligada à ideologia desenvolvimentista, enquanto processo para alcançar o capitalismo em sua forma mais completa, ou seja, como nos países centrais (visão inculcada pela colonialidade do ser), surge o distanciamento entre as realidades conhecidas, vividas, identificáveis, criando-se uma certa cultura para o local que é voltada essencialmente para aquilo que vem de fora, para padrões externos, aumentando a distância entre a intelectualidade e o povo (algo perceptível nos segmentos discursivos a seguir) (CHAUÍ, 2006).

Em meio ao ideal de desenvolvimento, a formação social capitalista nega as suas divisões, mas por reproduzir-se na (e para a) separação, não pode apresentar-se a si mesma um referencial de identidade. E em se tratando de divisões, é também considerando a natureza e seres humanos como *coisas* separadas, que a ideologia capitalista hegemônica tira os sujeitos de seus lugares, de sua conexão, sua origem, sua territorialidade (como acontece nos processos de territorialização discutidos no capítulo 3 desta tese), o que leva a processos de violência e desumanização, já que suas identidades, sua condição de existência, são atravessadas e violentadas, podendo fazer com que esses sujeitos não percam apenas sua terra e seus territórios, mas sua terexistência⁵⁹ (RUFINO; CAMARGO; SÁNCHEZ, 2020).

No sentido crítico aos processos de urbanização que visam esse suposto progresso econômico, Macaúba defende, em primeira instância, uma valorização do território, para que só então possa ser trabalhado o sentimento de pertencimento (“*eu acredito que pras pessoas terem pertencimento ao lugar, primeiro elas têm que valorizar o território que elas habitam*”).

Relacionando às conexões feitas por Macaúba, trago aproximações com as respostas que encontrei nos questionários, quando perguntei aos/às monitores/as sobre sua relação com o parque. Todos/as os/as nascidos/as e criados/as na região marcaram a opção “Afeto/Pertencimento”. Embora um/a deles/as tenha marcado apenas essa opção, outros/as dois/duas marcaram ela, mais a opção “Trabalho”. Já entre aqueles/as que não são oriundos/as

⁵⁹ Segundo Rufino; Camargo; Sánchez (2020), terexistência consiste na condição eco-ontológica dos sujeitos, ou seja, “a condição constitutiva ecológico-existencial, dos viventes capazes de compor sociedades com a natureza” (RUFINO; CAMARGO; SÁNCHEZ, 2020, p. 4).

da região, dois assinalaram apenas “Trabalho”, enquanto outro marcou esta opção mais “Qualidade de Vida”. Ou seja, são novas pessoas que chegam também em busca de trabalho, além da qualidade de vida, contribuindo para o processo de urbanização do espaço, apontado por Macaúba e corroborado por Barbosa (2021), sobre a chegada de novos/as moradores/as em Lagoa Santa e arredores.

Tais respostas também podem indicar, de fato, uma relação afetiva mais próxima entre moradores/as locais que cresceram usufruindo e valorizando o espaço do parque e que posteriormente tornaram-se monitores/as ambientais do mesmo. Uma relação envolvendo valor sentimental diferente daquela que é construída por motivos, em primeira instância, profissionais. Como mostro neste eixo, tal sentimento de afeto e pertencimento é corroborado por muitos outros sujeitos entrevistados que têm em suas histórias de vida diversos entrecruzamentos com a história do próprio parque (em vários casos, antes mesmo que se tornasse PESU, como se deu para Jenipapo e Copaíba). Nessa história, a cultura local, as memórias, a oralidade, o conjunto de saberes-fazeres, os marcos simbólicos, históricos e temporais de pertencimento social (e histórico), reforçam o sentido locacional e a manutenção (ou desenvolvimento) do sentimento de pertencimento, tanto pessoal, quanto coletivo, algo também observado por BARBOSA (2021) para a região da APA Carste de Lagoa Santa, onde o PESU se insere.

Retomando os segmentos discursivos das entrevistas, voltando a tratar do pertencimento como algo que pode ser construído (inclusive, diferenciando valorização e pertencimento mais uma vez), Macaúba acrescenta:

*Mas (...) pertencimento, ele também pode ser sugerido de certa maneira, a partir do momento em que as pessoas têm o conhecimento do que é o seu território. (...) Então você tem um dos maiores sítios arqueológicos e paleontológicos do mundo. **Como estabelecer esse novo pertencimento? Como estabelecer uma nova valorização do lugar?** Mas isso parte também, e aí tem o nosso “meia culpa”, **mas qual o papel do ICMBIO, do Ministério do Meio Ambiente nesse processo, né? Por que não valorizar essa região? Por que valorizar só os grandes parques? Por que não ter, de certa maneira, projetos mais específicos? (...) para gerar esse novo pertencimento, né? Ou para gerar de certa maneira valorização, porque o pertencimento demanda tempo, né?** (...) Pesquisas que tratam sobre essa relação das comunidades com as grutas (...), de valorização mesmo (...), são muito poucas. (...) Pesquisas que mencionam o candombe, né, que uma das marcas desse território, né? **Que é essa mistura de africanidade com essa questão mais europeizada da religiosidade de uma maneira geral, né, mas que também tá afeito ao pertencimento, ao território, são muito poucas, né?** (...) Então posso te falar, assim, que poucas pessoas na região metropolitana conhecem isso aqui. (...) Então meio que assim: **“vamos valorizar a Europa”; “Vamos valorizar os museus europeus”;** todo aquele conhecimento de séculos e séculos, mas não se valoriza o próprio território, né? (...) Então tudo isso (...) eu suscitei a partir dessa palavra sua, “pertencimento”. **Existem vários graus de pertencimento, existe também uma aversão a esse pertencimento. Que tem também graus diferenciados. E à medida que as gerações vão sucedendo aqui, cada vez menos pertencimento a gente vai tendo. Porque essas tradições acabam sendo esquecidas. E o novo que chega quer abafar. Porque essa tradição tá ligada ao arcaico,***

(...) nesse pensamento tosco de que a nossa tradição não tem que ser valorizada, **mas a tradição europeia é linda, o pessoal vai lá visitar, acha maravilhoso. Vão fazer as trilhas de Santiago de Compostela e não sabem das trilhas que existem aqui na região.** (...) E vêm pessoas de outras localidades pra cá, e as pessoas da região elas **desconhecem.** (...) O grande capital que vem, esse **processo de metropolização, ele vai abafar toda essa culturalidade.** (...) E esse apagamento interessa pra quem, né? São **silêncios** que a gente vai vendo, que você vai percebendo. Um povo que não tem pertencimento ao seu território é um **povo mais fácil de ser conduzido** (ênfase), né? De permitir que determinadas coisas aconteçam. Se você tem pertencimento ao lugar, você se torna de certa maneira uma **fortaleza** para a manutenção de várias questões, né? Sejam econômicas, sejam elas culturais, né? E de impedimento de algumas coisas que queiram estabelecer num dado território. Porque tudo tem um motivo. **Tanto motivo para se fazer lembrar, quanto tem um motivo também para se fazer esquecer, né?** (Macaúba).

Utilizando-se, no início do segmento, de perguntas para que pudesse atrair minha atenção para o tema, Macaúba faz uma crítica aos órgãos ambientais, ainda que ela mesma venha desse lugar. Deixando claro que para ela o processo de urbanização, de transformação do local, como tem se dado, tem um aspecto negativo (algo evidente na utilização do verbo “*abafar*”, o qual remete a ocultamento, dissimulação, para se referir a culturalidade local), em outros segmentos a entrevistada associa-o a questões conflitivas (o que será trazido no próximo eixo). Macaúba também se utiliza da ironia para criticar a colonialidade do saber, em que saberes advindos no norte global são supervalorizados, em detrimento dos saberes locais.

Fala-nos também dos “*silêncios*” produzidos, percebidos. Estratégia típica do sistema capitalista, essa produção de silêncios reflete o poder hegemônico na tentativa de docilizar os corpos, revelando uma possível situação-limite de opressão (FREIRE, 2019) e a valorização social do esquecimento (MIRANDA, 2007).

Relacionando a importância da pesquisa com o não esquecimento, com a manutenção das memórias vivas, a entrevistada também associa o pertencimento a uma força, uma resistência em prol da manutenção da cultura (“*Se você tem pertencimento ao lugar, você se torna de certa maneira uma fortaleza*”). Por outro lado, defende que um povo sem pertencimento, sem conexão com seu território, é mais facilmente “*conduzido*”, ou seja, remetendo a uma forma passiva, um modo de manipulação. Afinal, como volto a discutir para o eixo seguinte (sobre a problemática socioambiental local), os desvios que nos levam à perda de nossa territorialidade são também aqueles que nos tornam frágeis às mentiras coloniais (RUFINO; CAMARGO; SÁNCHEZ, 2020).

É também no sentido de comparar as antigas relações estabelecidas entre os/as moradores/as mais velhos/as da região e suas atividades, seu sustento, com os/as moradores/as mais jovens, já influenciados pelo processo de urbanização (embora não se utilize desse termo como Macaúba), Jenipapo coloca:

(...) *Quando eles entravam nas matas para buscar suas lenhas, **achavam pedras diferenciadas, que depois descobriram que eram fossilizações.** Então, realmente, a comunidade, de alguma maneira, por mais simples que fosse, participou. (...) Hoje em dia a juventude, **os mais novos, eles procuram outros campos, né? Não estão mais vindo com essa coisa dentro da natureza.** Naquela época as pessoas precisavam entrar nas matas pra buscar seu sustento ou a lenha, ou uma roça que eles preparavam, e tudo, e eles se deparavam com alguma coisa assim, né, ligada à arqueologia. **Então os mais jovens hoje estão na coisa teórica.** Então trabalhavam em comércio, estão trabalhando no aeroporto de Confins, nos grandes mercados, né? Então têm essa vocação, **não tem esse interesse não, então se perde aí essa história.** Ficou até onde esses, alguns já falecidos, outros já com a idade muito avançada, até onde eles conseguiram carregar. (Jenipapo).*

Essa relação entre os mais novos e a ausência do sentimento de pertencimento, em especial seu distanciamento em relação à natureza, também é visível no seguinte segmento, de Pequi:

(...) *A **desconectividade das pessoas com a natureza é muito (ênfase) maior do que parece.** É a ponto de achar que a água nasce de uma torneira no meio de uma parede. (...) É uma realidade muito mais presente. **Os jovens hoje, mesmo que morem na periferia, 99% ... tô exagerando, mas é porque tô querendo dizer que são muito poucos que têm conhecimento de como se faz uma horta, um pé de alface. Entendeu?** (Pequi).*

Tal desconectividade é bastante típica da produção de conhecimento advinda dos centros hegemônicos, no contexto da modernidade europeia, que separa natureza e humano, ambiental e social, mente e corpo, sujeito e objeto. E é justamente visando um olhar crítico a essas questões, almejando a reidentificação cultural em meio à complexidade ambiental, que a Ecologia Política emerge, em uma necessária

política da diferença enraizada nas condições ecológicas e culturais de seus povos, de suas estratégias de emancipação para a descolonização do conhecimento, a reinvenção de seus territórios de vida e a reapropriação de seu patrimônio biocultural. (LEFF, 2016, p. 227).

Assim, interessante aos grupos hegemônicos dominantes, essa dualidade construída entre natureza e humano gera um enfraquecimento, um apagamento do sentimento de pertencimento, do qual se beneficia a matriz colonial eurocêntrica que controla e objetifica os bens naturais, transformando-os em meros recursos, como será discutido também neste capítulo.

O enfraquecimento do pertencimento também presente no discurso de Copaíba, quando perguntada sobre o sentimento de pertencer ao local pela comunidade, em geral:

*Bom, com certeza isso **está se apagando com o tempo.** (...) Essa relação, assim, **física, forte,** é... **essas novas gerações praticamente perderam já, né? Bom, em relação aos seus antepassados, aos avós, né,***

*dessa geração que tá aqui. Os bisavós, **houve uma relação mais próxima porque eles trabalhavam nas cavernas, dinamitando (...)** para fazer o cal caseiro. Em relação aos sítios arqueológicos, (...) eles sempre estavam plantando em volta, então tinha uma conexão muito forte. Para eles, **a passagem de Lund, o pesquisador, estava muito recente.** (...) E o que é curioso é que **na memória oral dessas pessoas, eu não sei onde é que se perdeu essa notícia,** (...) onde é que se perdeu na memória da comunidade da Lapinha, especialmente, essa convivência com o Dr. Lund. (...) Olha a própria passagem de Dom Pedro II por aqui, **isso se perdeu totalmente na oralidade dessas pessoas.** (Copaíba).*

E complementa dizendo que pode ter havido um fator que influenciou nessa relação de pertencimento e na quebra da tradição, da memória oral relacionada à Paleontologia (ou melhor, a Lund, como ela deixa claro):

*(...) Tem uma outra coisa também **que quebrou a relação de um certo modo, com todo esse patrimônio ambiental, né, e aí o arqueológico e o paleontológico perdem bastante nessa história da relação com o meio ambiente, que é a questão das mudanças de cultura mesmo das pessoas.** Por que? (...) Quando eu era criança, **as crianças da comunidade iam passear nos maciços calcários, iam nadar no córrego, (...), andar no mato, comer fruta no mato.** (...) A gente andava de cavalo, andava a pé, (...) os rapazes, especialmente os meninos, iam pra lá andar nas cavernas. Isso era comum, né? **E culturalmente, isso é hoje contra o desenvolvimento (ênfase) da sociedade, né?** Então já houve uma quebra da forma de... dessa questão de proteger demais, de não deixar. (...) **Então houve uma quebra também por conta da forma, da estrutura da sociedade.** (Copaíba).*

Nesses dois segmentos chama especial atenção a relação que a entrevistada teceu entre apagamento do pertencimento, da memória e tradição orais, e a nova forma estrutural da sociedade. Segundo Wieviorka (2015), problemas sociais relacionados à memória podem indicar processos de violência contra a alteridade, ou seja, contra o outro, aquele/a que é distinto/a. Mas embora as forças coloniais possam agir no sentido da negação, invisibilização ou do apagamento dessas memórias, as sociedades precisam, têm necessidade de produzir um espaço de memória, pois essa sempre aparecerá como um mal estar persistente. É por isso que até mesmo o processo de produção de novas memórias, obscurecendo as mais antigas, pode ser um modo de dominação tipicamente capitalista colonial. A oralidade enquanto base da memória é falha, já que a memória oralmente construída é instável, não podendo ser permanentemente preservada como acontece na cultura, na memória que é escrita (RESENDE, 2019). E é justamente por isso que o poder hegemônico facilmente entra no jogo de forças entre o que deve ser esquecido e o que deve ser lembrado (GONDAR; DODEBEI, 2005).

Enquanto as memórias que favorecem a valorização do patrimônio e o sentimento de pertencimento a ele são enfraquecidas, já que são elementos de ação cultural, histórica e social (WIEVIORKA, 2015), as forças desenvolvimentistas em busca de um suposto progresso da sociedade são então em favorecidas. Afinal, um pensamento que se orienta por níveis de desenvolvimento pautados em indicadores econômicos, reduz o mundo a um único padrão ou

trajetória de progresso, ocultando e invisibilizando diversidades, diferenças, identidades, histórias e memórias. O desenvolvimento é, portanto, em si mesmo, uma construção ideológica e política, um discurso construído (CASTRO; PINTO, 2018).

Assim, as relações mais fortes eram travadas entre o espaço físico e os/s moradores/as locais, seja para utilização de bens ambientais, seja para lazer, as quais consistiam no que Benjamin chamaria de experiência autêntica, baseada na memória de uma tradição cultural. A perda dessa experiência autêntica seria, para ele, uma das características da pobreza da experiência na modernidade, impossibilitando-se tanto a elaboração quanto a comunicação da experiência coletiva formadora de mundo (BENJAMIN, 1996). De modo semelhante, no contexto da Modernidade Tardia, para Fairclough (2006), essas mudanças socioculturais estão instaurando novos modelos de práticas sociais, as quais, por sua vez, corroboram as mudanças discursivas que têm se dado em movimentos dialéticos, com discursos e valores grandemente influenciados pela ideologia mercadológica.

É importante lembrar também que o domínio patrimonial envolve riscos, e que o próprio patrimônio pode servir a interesses políticos (CHAGAS, 2005). Muitas vezes é justamente para servir a esses interesses que o sentimento de pertencimento é desvinculado ao patrimônio, ou seja, não ocorre um incentivo no sentido da conexão com fragmentos de problemas da atualidade, com a vida dos indivíduos, com seus sentimentos, etc.

Outro fator que pode, ainda, estar impactando no sentido de um maior distanciamento da comunidade local em relação aos seu próprio patrimônio é a distância que é colocada entre o que é produzido, em termos científicos, e as informações que chegam até os/as moradores/as. Não há, segundo os/as entrevistados/as, momentos para troca de saberes, para partilha de descobertas, discussão sobre os achados, tampouco uma gestão participativa do local, como será apontado no eixo seguinte. Essa visão aparece no discurso de vários/as entrevistados/as, embora de modo mais evidente para Pequi e Tamboril, como apresento logo abaixo:

*(...) Eu acho que há uma **distância muito grande entre o que acontece na região**, são pouquíssimas as exposições que aconteceram. **As publicações também são voltadas para um grupo... teoricamente, cartilhas com todo o entendimento de comunicação, marketing, e que já foi produzido, fica muito engavetado.** (...) **É uma distância muito grande.** Mas o que eu tô querendo dizer? Porque, por exemplo, (...) **essas linguagens com que são feitas, o que é a realidade do indivíduo?** Muitas vezes, na hora que a gente senta nessa mesa, todos os **especialistas** são especialistas em saber o que ele sabe. Mas ele não sabe nada (ênfase) do outro. Em hora nenhuma ele se colocou no **lugar do outro** pra conversar com o outro, pra passar a mensagem. **E já vi teorias e mais teorias, (...), tratados, citações, uma bibliografia de quarenta nomes, e assim, os especialistas em educação e educomunicação e não sei o quê.** Mas na pergunta, chega um **textão: Tudo o que você gostaria que as pessoas soubessem. Não o que elas gostariam de saber.** Então, assim, que hora que você despertou pra saber que a preguiça gigante ou o tigre-dente-de-sabre faz um barulhão danado? (...) Nós falamos de algo que você não conhece, e é um potencial que não existe, um design pronto. Mas isso precisaria de uma política muito maior. (...) A*

região tinha que educar para os patrimônios. (...) Então é essa história: como eu crio significância para as pessoas. Porque não é minha (ênfase) significância. (...) Por exemplo, os museus hoje viraram... você sai de lá assim: viu um monte de coisa, mas aquilo não tinha proximidade. Isso é a grande maioria dos museus. Aí hoje, depois criaram os museus modernos, interativos, digitais. Cheios (ênfase) de banner pra você ler. Mas a imersão não acontece. Então isso é um problema sério. (Pequi).

Eu comecei a fazer algumas buscas relacionadas a Lagoa Santa, Paleontologia, por aí vai. E aí saíram mais de cento e trinta títulos de publicações. Aquilo foi um impacto tão grande, que eu falei: “-O quê? No meu quintal? Lá em casa? Tem tanto conhecimento assim produzido sobre o nosso quintal, e a gente não sabe nada!”. E aí eu acho que vai de encontro também com o seu objetivo, que é essa relação de um nativo se deparando com um tesouro. Como que nossa região é estudada, como que tem tanta informação, e nós aqui não temos, de certa forma não nos apropriamos e não temos acesso a isso, né? (Tamboril).

Aqui vemos a importância, como defende Accioly (2020), de uma revolução na educação brasileira, a qual vem buscando formar um perfil ideologicamente doutrinado, submisso, pró-capitalista. É necessário que a educação se livre dos grilhões do mercado, criando vínculos de coletividade por meio da ancestralidade, da memória, em um movimento pela justiça histórica, dando voz aos mortos e juntando os destroços sob os quais foram esquecidos (BENJAMIN, 1985).

Nesse sentido, faz-se fundamental a ecologia de saberes enquanto um convite à escuta sensível e ao diálogo, trazendo à luz as narrativas e experiências dos subalternizados e invisibilizados pela lógica colonial (SÁNCHEZ; SALGADO; OLIVEIRA, 2020), furando a bolha da Academia e contextualizando as realidades locais em um contexto latino-americano, algo caro à Educação Ambiental Comunitária, como será apontado no eixo de análise dos Sentidos sobre Educação Ambiental.

Afinal, diferentes grupos da sociedade interagem de diferentes formas com a natureza, incluindo os elementos da geodiversidade, do patrimônio fóssil. Em meio ao Ecoetnogenocídio que se constitui a base da colonialidade da natureza, reescrever a história da América Latina pela reconstrução das relações entre natureza, sociedade e cultura, é lutar pelo direito de existir no território (SÁNCHEZ; SALGADO; OLIVEIRA, 2020). Lutar também pela reapropriação social de uma natureza que vem sendo transformada em recursos naturais para a Europa, alimentando seu desenvolvimento, algo que inclusive aconteceu e vem acontecendo com nossos fósseis, como pode ser percebido no discurso de Pequi, anteriormente neste capítulo, quando relata a problemática de nossos próprios fósseis não estarem aqui.

O processo colonial e toda a colonialidade dele resultante causou profundas rupturas na relação sociedade – natureza – cultura. Em uma educação colonizadora, afastam-se os conhecimentos acadêmicos e os comunitários. Sob influência da colonialidade do ser, do saber

e do poder, o ser humano se esqueceu de que também é natureza, passou a seguir um padrão de desencantamento, em um modelo civilizatório imposto a partir de um ideal de unicidade histórica e baseado na violência (SÁNCHEZ; SALGADO; OLIVEIRA, 2020). Em um mundo que, aceleradamente, preza o progresso a todo custo, temos também um mundo moderno que é inventado, marcado por dicotomias e desigualdades como as apresentadas no eixo a seguir.

Considerar o diálogo entre os saberes, valorizar as organizações sociais na participação em movimentos sociais para a construção de espaços democráticos é uma necessidade que aparece fortemente os segmentos desses dois sujeitos apresentados acima, mas que permeia, de certa forma, a totalidade dos discursos dos/as entrevistados/as nesta tese. Quando mencionam excesso de teorias, afastamento da realidade das pessoas, a importância de “*criar significância*” para essas mesmas pessoas, de permitir que elas se “*apropriem*”, que tenham “*acesso*” ao seu próprio patrimônio, Pequi e Tamboril apontam também a necessidade da construção de espaços democráticos que podem ser chaves para a valorização e o fortalecimento do sentimento de pertencimento (inclusive, Tamboril traz a representação de atores sociais sob a forma do que ele chama de “*nativo*”, em seu reconhecimento do próprio espaço).

Afinal, como defende Guimarães (2021), as relações que valorizam as trocas de saberes, as trocas pela interculturalidade, são a chave para reverter a atual crise ambiental, desvelando realidades e desfazendo armadilhas que mantêm fragmentações tais como as hierarquizações (inclusive hierarquizações de conhecimento). Essas, por sua vez, levam a processos opressores, os quais podem conduzir a injustiças, como as ambientais, por exemplo, as quais apresentarei no eixo a seguir, sob o olhar da problemática socioambiental.

Perceber a situação de enfraquecimento do pertencimento local traz, também, um compromisso ético que é importante de ser assumido na relação com o outro, para que haja o rompimento do padrão relacional que vem imperando até hoje, uma consciência que pode ser atingida com a ajuda da Educação, como discutirei no quarto eixo.

Ainda segundo Guimarães (2021), é necessário termos em mente que mais importante do que conhecer para preservar, é amar para cuidar. Para ele, há uma supervalorização do conhecimento (apontada por Pequi especialmente em “*E já vi teorias e mais teorias, (...). Tudo o que você gostaria que as pessoas soubessem. Não o que elas gostariam de saber.*”), especialmente o científico, em detrimento dos saberes locais/tradicionais, levando a exclusão e segregação. O problema não é a falta de informação, mas sim uma informação vinculada a um conhecimento que, por sua vez, é ligado a uma hierarquização de saberes (GUIMARÃES, 2021).

Por fim, retomando aqui, nos dizeres de Pequi: “*essas linguagens com que são feitas, o que é a realidade do indivíduo?*”, é importante pensarmos na linguagem enquanto aspecto fundamental para entendermos a dualidade instaurada entre natureza e cultura, a qual, segundo Leff (2007), advém da construção de uma natureza simbólica que representa e se identifica com o real, mas não é, por ela mesma, o real. Nesse sentido, manifesta-se a complexidade ambiental enquanto reflexo do conhecimento sobre o real, o que acaba levando à objetificação da natureza e à intervenção nela, tornando-a mais complexa por meio de um conhecimento que transforma o mundo com suas estratégias. A complexidade ambiental emerge, assim, de um mundo tocado pela ciência e por um conhecimento especializado, fragmentado e objetivo. Para Leff (2007, p., 12): “a fragmentação do conhecimento e a destruição ecológica são sintomas do mesmo mal civilizatório”, em uma crise ambiental que surge como consequência da coisificação do mundo, algo que discutirei com mais detalhes no próximo eixo, ao falar dos problemas socioambientais e das relações conflitivas evidenciados nos discursos.

De modo a encerrar as discussões deste eixo, trago, por fim, alguns aspectos discursivos relacionados ao pertencimento que emergem dos MEI e que representam possibilidades, espaços para uma (re)aproximação entre natureza, sociedade e cultura, incentivando o diálogo entre os saberes e a valorização do patrimônio, da realidade da comunidade local, criando significância. Uma valorização, também, por meio do turismo, mostrando possibilidades, caminhos por onde pode se dar a implementação de um turismo de base comunitária

Em grande parte das vezes, os folhetos e livretos distribuídos nas entradas das grutas trazem a valorização do patrimônio enquanto algo relacionado à sua divulgação e ao incremento do turismo, reforçando a ideia da importância da atividade turística enquanto algo que agrega o sentimento de pertencimento dos/as moradores/as locais à sua riqueza em termos de geodiversidade, biodiversidade e aspectos históricos e culturais, como pode ser visto nesses dois segmentos a seguir, encontrados no mesmo material:

*Encontre Municípios que foram marcados pela exploração no período colonial e que agora estão descobrindo no **turismo** uma forma de **valorizar e divulgar sua cultura**. (Segmento 1 - Folder distribuído na Gruta do Maquiné sobre o Monumento Natural Estadual Peter Lund).*

*Criada pelo Decreto 44.120, de 29 de setembro de 2005, a Unidade de Conservação Monumento Natural Estadual Peter Lund tem o objetivo de **conservar** os patrimônios arqueológico, paleontológico, histórico-cultural e natural-espeleológico da Gruta do Maquiné e arredores, **conciliando o uso público, a educação ambiental, patrimonial, a pesquisa e o relacionamento com a comunidade**. (Segmento 2 - Folder distribuído na Gruta do Maquiné sobre o Monumento Natural Estadual Peter Lund).*

No segmento 1 é possível encontrar a pressuposição enquanto marca da intertextualidade, já que o turismo é colocado como algo certamente positivo. Nessa relação intertextual o outro texto não é identificável, mas relacionado a uma opinião geral que se tem em relação aos benefícios do turismo para a economia, algo comumente presente no discurso hegemônico capitalista, relação que se torna mais visível pela presença do verbo “valorizar” na frase. Entretanto, aqui pode estar se dando simplesmente uma estratégia de valorização cultural comunitária, um espaço para a (re) aproximação que trago acima, muito embora o material do qual tal segmento foi extraído traga imagens apenas do meio ambiente natural, com apelo à beleza cênica da Gruta do Maquiné e da pintura rupestre lá encontrada (Figura 27).

Figura 27 - Os atrativos da Gruta do Maquiné, em folder



Fonte: Folder distribuído na Gruta do Maquiné, MG. Acervo pessoal, 2018.

É também no sentido de um possível espaço para maiores relações com a comunidade, associando esta ao uso público, às pesquisas e aos processos educacionais, que o segmento 2 apresenta intertextualidade manifesta com textos de sítios eletrônicos de turismo, de órgãos ambientais (a exemplo do IEF), e até mesmo de trabalhos de pós-graduação cujo tema relaciona-se à área. Esse segmento mostra aspectos da Pressuposição, em especial quanto ao objetivo do Monumento e as atividades que são conciliadas. Parte-se da pressuposição de que, ao contar com os objetivos descritos, pode-se conciliar uso público com Educação Ambiental e Patrimonial, pesquisa e as relações com a comunidade. Entretanto, ao abordar essas possíveis

conexões de forma muito superficial, sem explicitar como isso vem sendo feito (ou como pode ser feito), o texto também abre espaço para a apropriação pelos interesses de mercado, algo também relacionado ao chamado ambientalismo de mercado, muito ligado a uma Educação Ambiental pragmática, de cunho conservador (LAYRARGUES; LIMA, 2014), como volto a abordar logo mais, neste capítulo. Constante no mesmo MEI que o segmento 1, vemos, portanto, que essas ideias trazidas no texto não são acompanhadas por uma conexão com os elementos visuais, com as imagens encontradas no material.

A Pressuposição apresenta-se também no segmento a seguir, pertencente a outro ponto turístico:

*A administração do Parque **incentiva** programas de **valorização dos saberes e fazeres da comunidade do entorno**. A manipulação de moinhos de fubá e a produção artesanal de doces e artesanatos **integram-se** aos programas **de preservação da memória cultural e histórica**. (Segmento 3 - Guia de Turismo Ecológico – Parque Estadual do Sumidouro – Livreto “Série de Guias de Turismo Parques Estaduais de Minas”).*

A Pressuposição pode ser considerada presente porque o discurso emprega o verbo “*incentivar*” e o substantivo feminino “*valorização*” como qualidades intrínsecas à administração do parque em relação às comunidades do entorno. Essas, digamos, virtudes, no contexto de um texto produzido por um órgão que consiste em uma autarquia do governo, levam-me a refletir sobre o potencial do texto de tomar como verdade os benefícios do PESU para toda a comunidade do entorno, pressupondo sua condição benéfica e atuando como possível instrumento de manipulação do/a leitor/a. Entretanto, diferentemente dos dois outros segmentos trazidos mais acima, esse segmento 3 tem uma conexão muito maior com as imagens constantes no MEI (Figura 28), as quais trazem elementos culturais tradicionais da região, como a festa do Congado e os próprios moinhos de fubá, além de construções históricas, como a Casa Fernão Dias. Assim, considero haver maiores possibilidade de integração entre saberes e significados em tal material.

Figura 28 - Integração entre texto e imagem em MEI distribuído no Parque Estadual do Sumidouro, MG



Fonte: Guia de Turismo Ecológico – Parque Estadual do Sumidouro. Série Guias de Turismo, Parques Estaduais de Minas. Acervo pessoal, 2018.

Vejamos, agora, no segmento a seguir, e na Figura 29 abaixo, um caso em que o pertencimento aparece explicitamente no discurso:

*Você sabe o que é o sentimento de **pertencimento**? É quando a gente **ama a nossa terra**, o local em que nascemos e crescemos. **Faça a sua parte, ame a região do Carste de Lagoa Santa!** Avance 2 casas. (Segmento 4 - Desvendando a Região Cárstica de Lagoa Santa – Jogo elaborado a partir da cartilha “Região Cárstica de Lagoa Santa: potencialidades, impactos e principais desafios”).*

Como trouxe anteriormente, no capítulo 3 desta tese e no início deste eixo de análise (2), o pertencimento e o amor são dois sentimentos não necessariamente correspondentes, embora no texto eles sejam apresentados como tal. Além de vermos aqui, novamente, o apelo

individual ligado ao conservadorismo na Educação Ambiental (ideia semelhante à do “Conhecer para preservar”), que volto a discutir no eixo 4, penso ser esta uma escolha relacionada à representação de atores sociais. Isso porque há sujeitos excluídos do texto, aqueles sujeitos que não carregam consigo o sentimento positivo de amor pelo local, aqueles insatisfeitos ou mesmo em uma relação conflituosa com gestores/as da APA Carste de Lagoa Santa e, conseqüentemente, com a gestão do PESU, sujeitos esses que apareceram nos discursos dos/as entrevistados/as e dos/as monitores/as ambientais. Assim, também ocorre neste segmento 4 a Pressuposição, já que é posta em evidência a conjectura de que todos/as amam/devem amar o carste.

Figura 29 - Discurso encontrado em jogo distribuído no Parque Estadual do Sumidouro



Fonte: Jogo Desvendando a Região Cárstica de Lagoa Santa, elaborado por meio da cartilha “Região Cárstica de Lagoa Santa: potencialidades, impactos e principais desafios”. Acervo pessoal, 2018.

Por meio do sentimento de amor, identifico também a eufemização, partindo da Dissimulação, omitindo relações conflituosas. Também entendo que a mensagem de que todos/as devem nutrir o sentimento de amor pelo carste possa ser uma estratégia típica da

Unificação, fazendo alusão a um imaginário coletivo positivo, ligando habitantes e não habitantes (turistas, o/a leitor do material) do local, independentemente das diferenças que possam separá-los, diferenças essas muitas vezes encontradas na base dos problemas socioambientais e das relações conflitivas existentes na região, como mostro a seguir, no terceiro eixo de análise.

7.3 EIXO 3: SENTIDOS SOBRE A PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL NA REGIÃO DA ROTA DAS GRUTAS PETER LUND

Neste eixo opto por trazer à luz as conexões entre sítios de importância paleontológica, problemas socioambientais e relações conflitivas entre seus/as moradores/as, visitantes, gestores/as, bem como em relação a empreendimentos do ramo mineral, comuns nas localidades desses sítios pelo fato de as mesmas rochas onde se encontram fósseis serem, geralmente, rochas de valor comercial, a exemplo do calcário (CARVALHO, 2010). Ressalto aqui que a problemática socioambiental não necessariamente situa os sujeitos dessa pesquisa (ou mesmo a própria percepção desses sujeitos) em conflitos ambientais tais como Acselrad (2010) os define, e como trouxe no capítulo 3 desta tese, em uma prática social de luta, de ação e envolvimento pela defesa do lugar, frente a projetos desenvolvimentistas característicos da modernização ecológica imposta pelo capitalismo, em meio a situações de injustiça ambiental. O que discuto na maior parte desta sessão são discursos de sujeitos que enunciam conhecer os problemas socioambientais locais, embora em certos momentos relações conflitivas, discursos controversos e disputas de sentido possam vir à tona em seus enunciados.

Relações conflitivas que emergem em tais localidades podem envolver a remoção e insatisfação de moradores/as locais, incluindo a destruição de seus modos de vida, rompendo-se com o sentimento de pertencimento ao lugar (SANTOS; CARVALHO; FERNANDES, 2010). Ademais, há problemas locais pautados em situações nas quais certas religiosidades, culturas e alguns grupos parecem estar sendo ofuscados/silenciados pelos grupos hegemônicos no poder.

Muitos desses problemas socioambientais já eram previstos desde o momento inicial de escrita do projeto de pesquisa, quando do levantamento bibliográfico e da incursão prévia a campo (que se mostrou sendo a única incursão), e por isso aparecem enunciados desde o capítulo 3 desta tese. Encontrá-los aqui nos discursos dos/as moradores/as locais foi de certo modo gratificante, pois um de meus maiores receios era de que, por videochamada, eles/as se sentissem inibidos a se exporem quanto a essa questão.

Por outro lado, como poderia ser esperado, há poucas relações conflitivas evidenciadas pelos materiais distribuídos nas grutas, visto que um dos objetivos principais desse tipo de material é divulgar a região, atraindo turistas. Entretanto, há alguns aspectos insinuados no MEI que mostram, fortemente, a força opressora da hegemonia dominante, o que trarei neste eixo.

Ademais, a problemática socioambiental evidenciada tanto no MEI, quanto nos questionários por *Google Forms* e nas entrevistas, carrega um potencial transformador em si, algo a ser bastante discutido no eixo 4 de análise, um dos principais para as reflexões propostas nesta tese.

Como muitas foram as questões evidenciadas durante a coleta de dados, optei aqui por dividir o texto em subtópicos, de modo a agrupar problemas e relações conflitivas de origem similar. Como a questão que primeiro se tornou evidente foi a relação da comunidade com a implantação do PESU e o modo como ela se deu, rápida, sem consulta aos/as moradores/as locais, proibindo o uso para lazer e atividades econômicas, e gerando um sentimento de aversão ou revolta ao parque, decidi iniciar por tais discussões. Em seguida, trago a problemática da ausência de reconhecimento e participação da comunidade local em processos decisórios, para posteriormente falar das questões decorrentes da atividade turística, do Programa de Concessão em Parques Estaduais – Parc, das relações formadas devido à atividade mineradora e, por fim, trago as questões étnicas, raciais e religiosas evidenciadas nos discursos dos sujeitos locais e do próprio MEI distribuído nas grutas.

7.3.1 Os discursos sobre a problemática territorial: o acesso ao parque, ao patrimônio e à memória

Uma questão muito recorrente durante as entrevistas apresentou-se sob a forma da insatisfação dos/as moradores/as em relação ao modo como o PESU foi implantado, com insuficiente consulta à comunidade, desapropriação de moradores/as locais e, o que aparece de modo muito significativo aqui, com a proibição dos diversos tipos de uso da área que historicamente vinham se dando (para pasto, coleta de lenha, lazer, práticas religiosas, etc.), como mostro ao longo deste eixo. Muitos/as moradores/as não conseguem acessar o parque, o que causa indignação e desconforto (XAVIER; RIBAS; BRAZ, 2017). Em especial, os/as entrevistados/as relataram, em sua maioria, a problemática que para eles/elas se mostrou mais evidente: a impossibilidade de uso da Lagoa do Sumidouro após a implantação do parque.

Uma moradora local, Jatobá, que também é monitora ambiental do PESU, ao falar sobre as histórias de seu pai e avô, as quais mesclam-se às próprias histórias pessoais, e o sentimento por parte da comunidade, diz que:

*Na verdade, teve **muito conflito** pelo seguinte: **a gente usava a lagoa**, então, assim, **a gente pescava, a gente nadava, e o parque acabou fechando**, né, a lagoa foi fechada, então isso gerou **muito conflito com a comunidade, inicialmente**. Tanto é que eu, antes de entrar no parque, meu pai falava: “-Ah, esse parque veio pra acabar com a nossa lavoura” e tudo... Então, assim, eu cresci, cresci assim, **fui amadurecendo essa ideia mesmo, que o parque não era tão bom quanto o pessoal, os administradores falavam que era, né?** (Jatobá).*

Este segmento acima tem uma grande relevância ao mostrar como foi sendo construída pela comunidade local, e em contrapartida ao discurso dos/as gestores/as do parque, a visão do processo de implantação do mesmo. Algo desde o início caracterizado por insatisfações, com potencial para tornar conflituosas as relações entre comunidade local e gestores/s da UC. Isso é mostrado com o uso do advérbio de intensidade “*muito*”, utilizado antes do substantivo “*conflito*”, duas vezes nesse mesmo segmento. Tal situação de choque e antagonismo deu-se pelo uso que antes a comunidade fazia da lagoa localizada no local, tanto para lazer quanto para subsistência, o que é revelado pela escolha da utilização dos verbos na primeira pessoa do plural do pretérito imperfeito do indicativo: “*a gente usava*”, “*a gente pescava*”, “*a gente nadava*”, seguidos da afirmação de que o parque findou essas possibilidades, pois “*acabou fechando*” o acesso à comunidade.

Em seguida a entrevistada traz, por meio da intertextualidade horizontal, o discurso de seu pai, a respeito da interferência negativa do parque nos modos de vida da comunidade local. Embora tenha utilizado o substantivo feminino “*lavoura*”, que remete ao ato de cultivar, esse sujeito traz uma construção de significados que é facilmente associada às limitações em geral que o parque traz, já que o cultivo de alimentos diz sobre modos de sobrevivência, modos de ser e estar no território. Neste segmento vemos que a entrevistada concordava em certa medida com a visão de seu pai e dos/as demais moradores/as da região, associando essa visão crítica do parque a um “amadurecimento” de ideia, verbo que utiliza no gerúndio para expressar o modo contra hegemônico com o qual passou a ver o parque. Aqui refiro-me à visão estritamente positiva do PESU como um modo hegemônico de enxergá-lo devido ao fato de tal discurso ser associado aos/às administradores/as do local, algo que a moradora (e monitora) entrevistada deixa claro nas duas últimas linhas deste segmento.

Entretanto, logo após a crítica ao discurso dos/as gestores/as do parque, a entrevistada revela-nos a seguir:

Mas aí depois que eu entrei no parque eu entendi o porquê que tudo é da maneira que é no parque, entendeu? Então hoje eu tenho uma outra visão. Que nem eu falo, a lagoa é a principal, assim, causa do conflito mesmo, porque o pessoal quer pescar. O pessoal daqui sempre foi criado assim mesmo, sempre teve essa criação de pescar, de nadar, de usar mesmo a lagoa. Então, assim, o maior conflito é por causa disso mesmo. Acabou que coincidiu também na época de fechamento das pedreiras. Lá, na verdade, não é nem Estado, lá já é Federal, aí acabaram associando também essa questão do parque, que fechou as pedreiras por parte do parque, e tal e tal. Então, assim, isso gerou um pouco de conflito. A relação hoje já é mais tranquila se você comparar lá no início da implantação. (Jatobá).

Ou seja, nas duas primeiras linhas desse segmento, a entrevistada mostra aqui uma influência dos discursos que permeiam o ambiente de gestão do parque, talvez em um processo de inculcação de discursos. Para Fairclough (FAIRCLOUGH, 2003a) os efeitos ideológicos em inculcar e sustentar, ou mesmo mudar ideologias são alguns dos principais efeitos causais do texto em relação ao foco da ACD. Segundo o autor, os discursos, em seu significado representacional, são inculcados em estilos, em seu significado identificacional. Ainda para Fairclough, ao envolver os efeitos constitutivos do discurso, o processo de identificação deve ser visto como um processo dialético em que os discursos são inculcados em identidades. A inculcação é, assim, um modo de os sujeitos virem a apresentar novos discursos, posicionando-se dentro deles, pensando, agindo e falando por si mesmos em termos desses novos discursos. Portanto, a inculcação é um complexo processo no qual pode haver, inclusive, um desdobramento retórico: as pessoas podem tomar para si discursos aprendidos, utilizando-os com certos objetivos, ao mesmo tempo em que podem manter uma distância autoconsciente deles. Um dos questionamentos que podem surgir em relação a isso é quando um simples desdobramento retórico autoconsciente se torna uma espécie de propriedade do sujeito, ou seja, como as pessoas acabam se tornando posicionadas de uma forma inconsciente dentro de certo discurso. Os discursos podem, ainda, ser inculcados por meio de posturas, gestos, etc. (FAIRCLOUGH, 2003a).

Assim, penso que aqui de fato pode estar presente essa mudança discursiva sob a forma da inculcação, visto que a entrevistada relatou uma mudança de posicionamento quanto à visão da importância de o PESU ir além da insatisfação por ele gerada, algo bem claro ao fim do segmento, quando ela relata que hoje a relação entre a figura do parque (o qual é representado por seus/suas gestores/as) e os moradores do entorno é mais tranquila, utilizando-se do da conjunção “se” para apresentar a possibilidade de comparar o início da implantação do parque com a situação atual. Isso nos leva ainda a refletir sobre a possibilidade de o sentimento de insatisfação ter diminuído não porque os problemas ou as relações conflitivas foram resolvidos, mas porque discursos que envolvam a ideia de que os conflitos são necessários a um bem maior,

a um serviço ambiental que está acima deles em importância, possam talvez estar sendo inculcados em uma parcela significativa da comunidade local.

Há também uma possibilidade de que por trás da construção discursiva dessa moradora local esteja a estratégia da legitimação, em especial pela racionalização, quando ela menciona que os/as moradores/as da região sempre foram criados desse modo, com o costume de “*pesçar, de nadar, de usar mesmo a lagoa*”, o que tornaria o atrito natural e, talvez, inevitável, o que é reforçado pelo uso do advérbio “*mesmo*”, em “*o pessoal daqui sempre foi criado assim mesmo*”. Essa construção de uma cadeia de raciocínio para justificar as situações-problema ou relações conflitivas muito possivelmente tem origem em discursos advindos da gestão do parque, ainda que determinados/as gestores/as possam se apresentar na figura de moradores/as locais (o que de fato ocorreu nesta pesquisa).

A entrevistada, Jatobá, também menciona nesse segmento a questão resultante do fechamento das pedreiras, algo que é muito recorrente em discursos de outros sujeitos, e que será discutido em tópico específico mais à frente. Quando comenta sobre a questão da diferença entre gestão estadual e federal, ainda que concernente à problemática pela interrupção da atividade mineral, acaba por estar presente, em seu discurso, uma relação intertextual com o discurso de outra entrevistada, Macaúba. Esse aspecto da discordância/discrepância entre esfera estadual e federal (e, como traz a entrevistada, até mesmo a municipal), está presente em seu discurso como uma das causas, ou da intensificação, de relações conflitivas na região da APA:

Há toda uma mobilização dos atores sociais aqui, para que o parque fosse implementado de fato, para que tivesse servidores, pra que começasse a haver toda uma articulação para que ele viesse a ser uma Unidade de Conservação. De proteção integral no caso. E a partir do momento em que ele é implantado começam a ocorrer outros conflitos com as comunidades ao redor, né? Então parte desses conflitos a Unidade de Conservação que eu trabalho acompanhou, né? Porque essas comunidades que estão ao redor, elas habitam dentro da APA Carste de Lagoa Santa. Então são vários layers de... como diria? De gestão. Nem todos eles acabam sendo harmoniosos, né? Então você acaba tendo no mesmo território... isso que eu acho interessante, né? Que é parte também dos próprios discursos, né? Num território tão pequeno, a gente tem esses layers, que são o federal, o do estado e o municipal. Muitas vezes, assim, eles se conflituam, e não há um diálogo necessário para que ocorra uma gestão mais integrada, mais interinstitucional, sabe? É muitas vezes um discurso de disputa, muito mais de disputa do que de harmonia. É o que eu sinto, tá? (Macaúba).

Aqui a entrevistada levanta uma questão que fica clara também em outros discursos, como apresentarei ao longo deste capítulo. Em uma sequência temporal, de causa e efeito, a própria efetivação do PESU se deu a partir de mobilizações, manifestações diversas de diferentes sujeitos, para se desse o cumprimento das legalidades pertinentes à compensação ambiental pela implantação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves. Em “*há toda uma mobilização*”, “*toda*” apresenta a função de adjetivo, para dar o sentido de quantidade para o

substantivo feminino “*mobilização*”. Em seguida, a entrevistada revela-nos a problemática do surgimento de novos antagonismos a partir da implantação do parque, agora envolvendo as comunidades do entorno, especificamente. Ou seja, a conflitualidade levou à implantação do parque que, por sua vez, gerou novos problemas.

Surge, então, neste segmento, uma questão que tem influência sobre tal problemática: a falta ou insuficiente integração entre as diferentes esferas de gestão, algo suscitado no segmento anterior pela outra entrevistada, ainda que brevemente. Aqui, a desarmonia entre gestão federal, estadual e municipal é reforçada diversas vezes, tanto pela afirmação de uma falta de diálogo, quanto pelo uso do advérbio de negação antes do substantivo “*diálogo*” (o qual é caracterizado pelo adjetivo “*necessário*”). Segundo ela, tal diálogo seria necessário a uma gestão interinstitucional, mas o que ocorre, entretanto, é uma disputa, até mesmo em termos discursivos, ao caracterizar o substantivo “*discurso*” com o substantivo “*disputa*”. Porém, não deixa claro o que seriam esses discursos.

Essa sobreposição não harmoniosa e antagônica de gestões no mesmo território continua em foco no próximo segmento, também advindo do discurso dessa mesma entrevistada:

*Às vezes os planos diretores só citam o plano de manejo da APA, mas vão de confronto com algumas normativas. O próprio plano de manejo, ele não teve uma abordagem voltada pras comunidades, pra conflitualidade, né, e isso gerou impactos, né, e conflitos também. Foi um plano que na época foi estabelecido basicamente com **foco nas questões físicas, arqueológicas, paleontológicas, de proteção da biodiversidade, mas o humano** enquanto parte dessa biodiversidade, ou a **sociobiodiversidade**, ele praticamente **não foi considerado**, né? Então isso é uma **falha**, né? Mas que num processo de organização do plano de gestão de uma unidade de conservação, isso deve ser revisto. **É o que a gente espera**, mas é isso. (Macaúba).*

No segmento acima, a entrevistada deixa clara a sua opinião quanto a falhas nos planos que guiam a gestão da APA e do PESU, a exemplo do Plano de Manejo, que, segundo ela, desconsiderou as comunidades e as conflitualidades, o que acabou gerando novos conflitos (ou, simplesmente, novas insatisfações). Ao utilizar o substantivo “*foco*” para elencar os aspectos priorizados no parque, todos eles concernentes à geodiversidade e à biodiversidade, ela traz o conceito de sociobiodiversidade, associando-o ao advérbio de negação “*não*”, para informar que ele “*não foi considerado*” quando na elaboração do plano, o que é ratificado pelo emprego do substantivo “*falha*”. Para ela, entretanto, considerar o aspecto humano (que associa à sociobiodiversidade) deveria ser algo naturalmente feito durante a gestão de uma UC, já que finaliza o segmento com a frase: “- *É o que a gente espera*”.

Barbosa; Carvalho; Rena (2020) também alertam para a vulnerabilidade socioambiental associada, na região, ao planejamento urbano. Trazendo a informação de que o território da APA Carste de Lagoa Santa é uma das áreas de maior vulnerabilidade socioambiental do estado mineiro, as autoras mostram que o planejamento territorial da região (inclusive do vetor norte de toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte, território abrangido pela APA) envolve questões complexas de negociações e conflitos, com sobreposição de regulação territorial, inclusive de Unidades de Conservação estaduais. Sem a articulação entre as instâncias legislativas da região, há aumento da segregação espacial e da desigualdade socioeconômica, em um planejamento urbano desintegrado, havendo uma nítida desarticulação entre diferentes legislações e também entre os instrumentos de planejamento urbano, sejam eles municipais, metropolitanos ou de outras instâncias. Ademais, há disputas de poder até mesmo dentro das instituições (BARBOSA; CARVALHO; RENA, 2020).

Voltando à associação que a entrevistada faz, a valorização da sociobiodiversidade, como apontei no capítulo 3, entra em choque com o projeto hegemônico, algo evidenciado na própria problemática socioambiental. Afinal, considerar a diversidade dos saberes locais, ouvindo-os e atuando em conjunto com eles, com afeto, trabalho coletivo, dignidade e mobilização, é resistência frente a um sistema sustentado em sua base por injustiças socioambientais e onde se fazem crescentes os retrocessos nas políticas públicas (STORTTI; SÁNCHEZ, 2017). A exclusão das comunidades em seu acesso (seus usos e saberes) à biodiversidade em todos os seus âmbitos é algo típico do padrão de dominação colonial no capitalismo contemporâneo.

Quando a interculturalidade e a sociobiodiversidade tomam lugar nas discussões socioambientais que visam o enfrentamento das relações conflitivas, são reconhecidas e respeitadas as diversidades culturais de populações e comunidades que há muitos anos vêm tendo ignorados e silenciados os seus conhecimentos, muitas vezes também tidos como “atrasados” (SÁNCHEZ; PELACANI; ACCIOLY, 2020). Isso é algo que fortalece a luta daqueles sujeitos historicamente subalternizados e excluídos pelas injustiças ambientais, pelas desigualdades socioambientais e pela colonialidade como um todo, em busca do acesso igualitário aos bens naturais e aos conhecimentos tecnológicos e científicos (SÁNCHEZ; PELACANI; ACCIOLY, 2020).

É no sentido desse fortalecimento que Loureiro (2020) ressalta a importância do diálogo, enquanto ato educativo, entre sujeitos de diferentes grupos e classes sociais, como destacam (SÁNCHEZ; PELACANI; ACCIOLY, 2020), o que pode lançar luz sobre interesses e necessidades bem distintos entre si. Pois é em meio às especificidades do novo contexto

global, que traz à cidade e ao campo uma natureza segunda⁶⁰, formada pela humanidade enquanto resultado de processos biológicos e evolutivos, e os produtos de suas necessidades e anseios, que famílias, grupos e movimentos sociais, benzedeadas, etc., advindos/as de uma multiplicidade de realidades socioculturais, formam em conjunto o que Almada (2010, p. 45) chama de “farofa de sociobiodiversidade”.

Almada (2010) mostra-nos que, ainda que recente, há no Brasil um marco de possibilidade de fortalecimento para o potencial de inclusão de saberes ecológicos ligados à biodiversidade nas políticas públicas: a elaboração da Medida Provisória n. 2.186-16, de 23 de agosto de 2001 (BRASIL, 2001), que atualmente se encontra revogada pela Lei n. 13.123, de 20 de maio de 2015 (BRASIL, 2015), sob veto parcial. Em torno dessa proposta jurídica, há grupos populares que participam de debates, a exemplo do Grupo Semear, formado por conhecedores populares das plantas medicinais, o qual realiza extração de plantas em fragmentos florestais de Belo Horizonte. Para o autor:

A existência de práticas de extrativismo (...) também deveria ter implicações na elaboração dos planos diretores das cidades bem como para a criação de unidades de conservação. Isso demonstra a potencialidade dos saberes ecológicos (...) em contribuir para a conservação da sociobiodiversidade, tanto na cidade quanto no campo. (ALMADA, 2010, p. 55).

É também sonhando com um novo pacto entre seres humanos e seu meio ambiente, que Benjamin abomina a dominação da natureza em prol de um suposto progresso, defendendo um novo conceito de trabalho, no qual o ser humano não explora a natureza, mas, longe disso, cria e co-cria a partir de seu ventre (BENJAMIN, 1994). Afinal, é também em uma reapropriação social (e cultural) da natureza que reside a luta derivada daquilo que Leff (2015, p.69) chama de “conflitos de distribuição ecológica”, os quais surgem em consequência de um processo destrutivo de apropriação desigual dos bens ecológicos, em uma racionalidade produtiva *antinatura*, cuja origem assenta-se na dualidade historicamente construída entre humano e natureza, resultante do sonho iluminista de modernidade. Sonho este que, buscando a emancipação do homem (e da mulher) por meio da razão, levou a não mais do que sua alienação (LEFF, 2015).

⁶⁰ Segundo Almada (2010), para Milton Santos (2008), “natureza primeira” seria aquela existente antes da transformação do ser humano enquanto ser social por meio da produção social. Com o acréscimo de modificações, novas obras pelo ser humano, a natureza modificou-se, passando a constituir uma “natureza segunda”.

E é remetendo a essa alienação do ser humano em relação ao seu espaço e ao seu patrimônio, que volto à questão da exclusão da comunidade local quando da implantação do parque e, continuamente, pelo modo de gestão do espaço, trazendo o seguinte segmento discursivo de Copaíba: *“Ah, a comunidade tem gratuidade”. Mas a comunidade já foi afastada. A gente não sabe se chora ou se ri, né? Então essas coisas todas, sabe, afastaram totalmente essa relação da comunidade com o espaço.* (Copaíba).

Após esse seu discurso, que se inicia com a intertextualidade manifesta característica de discursos políticos e de gestão da área, Copaíba complementa relatando haver dificuldades de agendamento na Lapinha (e no PESU como um todo) para não pagantes. Ou seja, embora tenha havido a promessa de acesso, de integração da comunidade local, esta rapidamente foi afastada de seu patrimônio, em detrimento dos/as turistas pagantes, no que Copaíba chama de *“turismo de massa falseado”*, já que para ela consiste em um *“turismo de elite”*, algo a ser intensificado com a concessão, conforme será discutido em tópico específico.

Muito ligada à desapropriação, a não possibilidade do livre acesso pela implantação do parque, especialmente em seus primeiros anos, resultou em uma relação

Extremamente conflituosa. (...) Porque envolve a questão da desapropriação, e a gente sabe o quanto é injusto esse processo no Brasil, né? Então as pessoas, a princípio, elas não viram com bons olhos a questão do parque, né? Esse foi um processo de muita resistência. O (menciona nome de ex gestor) bem sabe disso, ele foi até perseguido lá, assim, pelos moradores, em função dessa questão. (...) Esse período então envolveu a relação do homem numa região basicamente agrícola e de grande uso. Por exemplo, a lagoa era um ícone para aquelas pessoas, né? As pessoas não só se divertiam na lagoa, mas tem muitos relatos (...), elas retiravam o sustento da vida delas naquela lagoa, pescando o peixe que vendia, e aquela coisa toda. Então, de repente, elas serem privadas de fazer um uso daquilo que fez parte da vida delas, uma vida inteira, né, isso trouxe um conflito muito grande pra comunidade. (Imburana).

No segmento acima, Imburana, professora nascida em Fidalgo, mostra as aproximações entre as relações de pertencimento e de dependência das pessoas da região para com a Lagoa do Sumidouro e arredores, agora partes do PESU. Já no início do segmento, o advérbio *“extremamente”*, para se referir à relação conflitiva, revela o grande impacto na vida social (e econômica) da chegada do parque em meio a uma deficitária consulta inicial aos moradores da região (como ficará ainda mais claro nos outros segmentos a seguir), os quais passaram a ter um olhar de muitas ressalvas à sua implantação. Os substantivos *“desapropriação”* e *“resistência”* ajudam a trazer à luz uma problemática socioambiental com potencial para a geração de conflitos territoriais e distributivos (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010), principalmente devido à diferença de objetivos entre gestores/as da UC e moradores/as do entorno, bem como a desigualdade no acesso a bens naturais, ratificando as discussões que teci

no capítulo 3, quando trouxe os conflitos próprios à região onde se localizam a APA Carste de Lagoa Santa e o PESU, segundo o levantamento bibliográfico. Afinal, são relações conflitivas advindas do desigual acesso ao território e à possibilidade de uso de bens naturais sob a forma da água (Lagoa do Sumidouro), da vegetação, das manifestações culturais (como mostrarei), e do uso do próprio espaço para plantio e criação de animais, etc.

Em um processo repentino, as pessoas ligadas à área passaram a serem privadas, desapossadas de seus bens socioambientais, o que gerou, novamente no discurso de Imburana, um “*conflito muito grande para a comunidade*”.

A própria Copaíba relaciona fortemente as desapropriações às relações conflitivas com os/as moradores/as locais: *O parque, apesar de todo o seu perfil positivo, **afastou muito** (ênfase no advérbio de intensidade) a comunidade daquele espaço da gruta, **trouxe muitos conflitos, por conta das desapropriações.** (...) Isso vai minando, em toda uma coisa no entorno desse desligamento.* (Copaíba).

Em uma intertextualidade manifesta com os discursos da comunidade local e dos/as responsáveis pela implantação e gestão do parque, com a qual tem relações muito próximas por sua criação, Copaíba traz, ainda:

*(...) **Dentro da comunidade** o parque trouxe um **impacto muito grande**, que é a **relação que as pessoas tinham aqui com suas terras**. Com seus espaços de **plantio, de criação de gado**, ou mesmo que não tivesse plantado nada, “**Mas a terra é minha, eu posso entrar lá a hora que eu quiser.** Vou lá fazer um piquenique, (...) vou lá colocar meu cavalinho”. (...) Então essa chegada do parque, ela veio muito radical, sabe? Já com o discurso de que o **Castelinho ia ser derrubado. Os mais antigos**, que ainda estavam vivos nesse período, (...) **tinham uma relação muito grande com o Museu, com a gruta, com as fazendas**, que eles bloquearam. (...) **Aí que eles vão perder a terra onde eles vão plantar. **Aí que vem com o discurso de que “é para todos, mas não é para TODOS”, né? Teve muitos conflitos.**** Ao mesmo tempo que foi importante a gente ter um gerente com mãos de ferro, por outro lado teve, sabe, **umas deficiências muito grandes dessa relação com a comunidade.** Muito assim, de **imposição**. Lá vai a pessoa empurrando o seu carrinho com a sua lenha, coisa que fez a vida inteira, aí do nada para o gerente do parque e fala com ela: “- Você tá trazendo essa lenha de onde?”, “- **Não pode entrar, não pode pegar**”. Eu entendo, claro, a gente sabe que são normas, mas assim, **veio de uma forma muito brusca. Brutal e brusca**, foi de repente: “-**Não pode, não pode**”.*

E, após denunciar a exclusão da comunidade local, o desrespeito aos seus modos de viver e conviver no parque, devido às imposições desde a implantação do PESU, ela complementa:

*Aí surgem situações igual aconteceram com a gente, que podem ter surgido com outras pessoas aqui da comunidade. **Teve uma época que um advogado do IEF falou que nós éramos, que o pessoal do Museu da Lapinha era POSSEIROS** (ênfase à palavra). (...) E aí vem uma **tentativa de desconstrução, né, daquilo que existia** (...). É gado, é área de plantio, é área de lazer, é da família, é herança da família que depois construiu... o que seja, né? Dentro da perspectiva de cada um deles, mas o tipo de pressão, o **nível de pressão maior ou menor**, eu imagino que deve ter existido, como existiu com a gente. (...) **Aí***

a pessoa tá lá com os documentos todos legalizados, mas não tem dinheiro. E aí não pode construir, não pode vender, quem é que vai querer vender? Isso tudo, sabe, foi criando... e os pais falando com os jovens, com as crianças dentro de casa. (Copaíba).

O segmento acima é potente para, mais uma vez, indicar as relações de dominação e o potencial para a geração de conflitos distributivos pela limitação do acesso a bens como lenha, pasto, área agricultável e até mesmo área para lazer, como citou a entrevistada, devido à chegada do PESU, além de conflitos territoriais, “relacionados à apropriação capitalista da base territorial de grupos sociais” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p.6). Esse segundo tipo de conflito geralmente está associado ao poder hegemônico por parte de uma sociedade capitalista urbano-industrial, em um modo de apropriação do espaço distinto de outros modos de apropriação da natureza. Assim, entendo essa “passagem”, como diria Walter Benjamin (2006), do capital por uma área rural, modificando e expropriando relações e pessoas, ao mesmo tempo em que se apropria do território físico, mantendo com ele uma relação diferente daquela construída pela comunidade local. Transformando os territórios dos/as moradores locais em propriedades avaliadas e valoradas segundo uma perspectiva de mercado (ou seja, não pelo seu valor de uso), a apropriação capitalista gera segregação e injustiças.

Chamo aqui de apropriação capitalista porque, como discutido na seção anterior, de fato o turismo que vem se estabelecendo na região tem características muito próprias de um turismo mercadológico, em que a natureza a ele incorporada vira um objeto de consumo e de desejo (algo também evidente no MEI Rota das Grutas). Segundo Valença (2015), no capitalismo em sua fase atual, as atividades ligadas ao turismo encontram-se inseridas em um contexto de criação de necessidades visando incitar o consumidor. Este, por sua vez, acaba sendo limitado na figura das classes mais abastadas, as quais conseguem ter acesso a esse “objeto” de desejo e artigo de luxo, os quais passam a ser alvo de programas de conservação em função da atividade turística. “Nestas condições, os lugares que apresentam determinados atributos naturais entram para a lógica de reprodução capitalista” (VALENÇA, 2015, p. 147), o que também é evidente em outro momento da entrevista de Copaíba, anteriormente mencionado, quando ela levanta a questão sobre quem consegue chegar a esse patrimônio, já que para ela, especialmente após a concessão, esse será um “*turismo pra elite*”.

Em um processo antagônico de uso, ocupação e apropriação do território, devido ao avanço do capitalismo, como já nos dizia Benjamin (2009), subtrai-se da moradia tanto o seu conteúdo permanente, quanto a liberdade do/a morador/a, graças a um verdadeiro mercado de troca, que também afeta o solo e a propriedade. No segmento acima, a entrevistada relata uma relação muito estreita entre a chegada do novo empreendimento, seu impacto dentro da

comunidade, caracterizado pelo advérbio de intensidade “*muito*” antes do adjetivo “*grande*”, e os problemas ou relações conflitivas que daí surgiram, cuja intensidade é explicitada pelo pronome indefinido “*muitos*”. Afetando as relações das pessoas com as suas terras, com o Museu do Castelinho⁶¹, relações travadas especialmente entre os sujeitos mais velhos (que Copaíba chama de “*mais antigos*”), os discursos que permearam a implantação do parque foram controversos entre si. De um lado, a defesa, por parte da comunidade local, do seu direito de uso da terra, que Copaíba traz na intertextualidade manifesta em “*Mas a terra é minha, eu posso entrar lá a hora que eu quiser (...)*”. De outro, o discurso hegemônico de “*derrubar*”, “*bloquear*” o patrimônio local, o acesso aos bens, aos objetos de memória.

Nessa desigualdade socioambiental evidente nas condições de acesso aos bens naturais, não há apenas disputa pelos recursos, mas também o choque entre linguagens de valoração (PELACANI et al., 2020). Já que é importante não separarmos natureza e sociedade, olhar para essa problemática socioambiental nos ajuda a direcionar o olhar para as opressões contra os sujeitos, para as desigualdades sociais (ou socioambientais), as quais se tornam invisibilizadas e silenciadas no discurso de que o PESU (ou a APA) “*é para todos*”. No discurso de Copaíba, vemos que seu olhar crítico permite que perceba esse discurso como uma estratégia da Dissimulação, em que a dominação é ocultada pela eufemização, a qual transmite a ideia do acesso e do benefício a todos/as. Também presente, a universalização legitima as relações de dominação, ao apresentar interesses específicos como de toda a comunidade local.

Criticando os modos de gestão da área que não tiveram uma boa relação com a comunidade, a entrevistada escolhe os substantivos “*deficiência*” e “*imposição*”, e os adjetivos “*brutal*” e “*brusca*”. Logo, uma gestão bastante agressiva, direta, sem diálogo e sem subterfúgios, gerando um sentimento de aversão, anteriormente visto no discurso de Macaúba. No trecho “*(...) falou que nós éramos posseiros (...)*”, a escolha (por parte do órgão ambiental) desse substantivo oriundo de um termo jurídico insinua o modo de operação da ideologia pelo expurgo do outro, estratégia de construção simbólica de um inimigo por meio da Fragmentação (FAIRCLOUGH, 2001). Essa Outrificação, oriunda da tentativa tipicamente colonial de quebrar a identidade de comunidades e de povos, a partir de narrativas totalizantes que geram um desencantamento, um desvio existencial, é também bastante característica das realidades socioambientais do sul global como um todo, as quais estão relacionadas a injustiças

⁶¹ Também conhecido como Museu do Castelinho, o Museu Arqueológico da Lapinha foi inaugurado em 1972 pelo arqueólogo húngaro Mihály Bánayai. Nos últimos anos, passou por um processo de tombamento e desapropriação, passando à gestão do IEF em 2018.

ambientais, por sua vez, ligadas à colonialidade em seus vários aspectos (RUFINO; CAMARGO, SÁNCHEZ, 2020).

Na desconstrução e na pressão contra a comunidade local, residem também a falta de diálogo e a construção, por outro lado, de um pensamento totalizador e ao mesmo tempo excludente, que favorece as estratégias de poder e de saber que levam à apropriação da natureza, inclusive em termos culturais e sociais (LEFF, 2007). Por sua vez, enfraquece o sentimento de pertencimento por parte dos/as moradores/as locais. Não o pertencimento enquanto sentimento de posse, mas sim de pertencer a um patrimônio (GUIMARÃES, 2021), como abordado anteriormente.

Os problemas relacionados à desigualdade de acesso ao território e aos bens naturais também podem ser encontrados nos seguintes segmentos discursivos:

*E na implantação também houve um **impacto muito grande**, do jeito que eles tentaram implantar o parque. A gente tem a lagoa, certo? E aquilo pertencia ao povo de Fidalgo. Então o pessoal tudo ali, é gado, porco, cavalo, cabrito, tudo foi criado ali. Chegou um certo ponto, tinha lá senhores mais antigos, aí levavam as vaquinhas pra beber água, **pastar** um pouquinho ali, chega o policiamento e dá uma multa no cara. Você sabia que não pode fazer isso? São senhores nascidos na terra. Multa. Quer ficar ali? Ih, olha o impacto que começou a ter, esse foi o primeiro impacto que teve na localidade. Aí **começou esse problema aí já nessa implantação**. Aí, igual eu tô te falando: o povo chega, cerca, ninguém entra mais, olha pra você ver. Se tem meu pai, que o pai dele levava ele pra lagoa: “-Vamos **pescar**, vamos pegar um peixinho ali, vamos comer e pá”. Chega um senhorzinho lá de 80, 90 anos com uma varinha: “infelizmente você não pode fazer isso mais. Você **não pode pescar mais**. Infelizmente você não pode passar daqui pra dentro”. (Buriti).*

*No parque do Sumidouro, a instalação do parque criou alguns **conflitos**, um deles é que a área era utilizada como **pasto**, como a **lagoa**, pro povo ir lá **pescar, nadar**, então houve essa ruptura. Com relação à Lapinha, existe uma série de discursos. Por exemplo, o museu lá do Bányai, do Castelinho, houve muito ataque. (Pequi).*

*O estabelecimento e a implantação do parque, teve que gerar um processo de **desapropriação**. E a desapropriação, ela tá **ainda em curso**. E ela demanda tempo. Então assim, as pessoas que antes podiam usar determinada área pra levar o **gado**, pra poder se **alimentar** no terreno, não podiam mais. As pessoas antes trabalhavam numa determinada fazenda, **de repente elas não podiam mais trabalhar** nela. Isso ao longo de anos, você entende? Então, as unidades de conservação, como elas foram implantadas, elas geraram esse outro lado, o **lado da aversão**. Porque aquele patrimônio, aquela cavidade, ela não é vista como algo... não que não seja importante, mas é algo que gera um **empecilho**. (Macaúba).*

Por meio desses segmentos acima é possível, portanto, ver a representatividade, nos discursos dos entrevistados que são moradores/as locais (ainda que dois deles sejam oriundos de Belo Horizonte, mas já estão há décadas envolvidos com a questão ambiental local), das questões concernentes à intensidade da percepção da problemática, e até mesmo das relações conflitivas, em expressões como “*impacto muito grande*”, “*muito conflito*”, “*aversão*”,

“ataque”, “desapropriação”, “aversão”, “empecilho”. De certo modo, afinal, todos esses aspectos aqui ressaltados consistem em empecilhos gerados pela apropriação capitalista do território, a quem interessa a desigualdade de acesso aos bens naturais e o afastamento entre natureza, seres e saberes. Além disso, todos/as mencionam a utilização da área para criação de animais, pesca (e muitos, para atividades de lazer como o nado) e plantio, com seu subsequente impedimento de continuidade pela implantação do parque.

É no sentido também do empecilho, que Macaúba, ao falar do processo de urbanização e metropolização da região (assunto trazido no eixo de pertencimento), defende que muitas disputas locais podem se dar pelo avanço de empreendimentos nesse território, o qual tem sido visto como entrave na visão capitalista hegemônica:

*E nos últimos anos alguns projetos, tanto **projetos imobiliários**, quanto **projetos de grandes empreendimentos**, como a ampliação da aerotrópolis, (...) podem, num futuro próximo, afetar o próprio território da APA. (...) Vários decretos foram estabelecidos no passado, por exemplo, alterando a gestão do território, alterando a formação de novas unidades de conservação (...). **Então isso tá trazendo novas conflitualidades pro território.** (...) Só pra pontuar, **como que um processo metropolizador, políticas públicas de governo, né, que acabam em alguns momentos tendo continuidade como políticas de estado, elas interferem no território.** E dentro da APA Carste existem unidades de proteção integral, como é o caso do Parque Estadual do Sumidouro. (Macaúba).*

Como Macaúba disse anteriormente sobre a ida para o campo e a modificação do espaço e de suas tradições, essa vinda dos empreendimentos diversos vem sendo também muito associada à intensificação do processo de urbanização na região, impulsionado pelo mercado imobiliário, incluindo sítios e condomínios (geralmente voltados para as classes média e alta), e as moradias por meio de programas de financiamento do governo (geralmente voltados para as classes populares). Muitos/as são também aqueles/as que vêm migrando para a área em busca de melhor qualidade de vida. Barbosa (2021) aponta em seu trabalho sobre o processo de metropolização na APA Carste de Lagoa Santa, a unanimidade quanto à qualidade de vida como sendo o motivo pelo qual os sujeitos que ela entrevistou se mudaram e estabeleceram-se em Lagoa Santa. Enquanto alguns buscavam melhores condições ambientais, outros consideravam maior qualidade de vida estar próximo ao trabalho, com maior facilidade de deslocamento.

Há um aspecto sobre a qualidade de vida que tem relação intertextual até mesmo com o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, em seu princípio XII (Brasil, 2006), no qual é ressaltada a importância do compartilhamento dos bens naturais para a melhoria da qualidade de vida, além de ajudar a reduzir desigualdades sociais e erradicar a pobreza. A intertextualidade em relação ao tema também tem estado presente em discussões durante ações educativas na região, como o Webinário Socioambiental realizado em 2020, que buscou

expandir os conhecimentos sobre a história e a importância do Carste de Lagoa Santa, além de ter objetivado tecer reflexões sobre o crescimento metropolitano, em especial com relação aos aspectos socioambientais do processo de urbanização. Este mesmo aspecto socioambiental também pode ser encontrado na Lei nº 9.985, de 2000, que traz em seu artigo 15 a definição de Área de Proteção Ambiental como sendo uma área com “atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem estar das populações humanas” (BRASIL, 2000).

Entretanto, como aponta Macaúba no segmento discursivo acima, esse processo gera novos tipos de antagonismos ou conflitualidades, até mesmo no que diz respeito às políticas públicas, que influenciam nos processos gestores das Unidades de Conservação.

Como exemplo de força dos órgãos gestores enquanto elementos com potencial para gerar relações conflitivas (advindas da disputa de sentidos), trago o segmento abaixo, presente no discurso de Copaíba e potente para mostrar o impacto dos processos de desterritorialização no local:

*É... houve situações em que o atendente do IEF, né, um funcionário que atendia lá naquele portão, era grosseiro com as pessoas. Teve muito disso. Eu tenho a foto de uma senhora segurando na grade: “-Mas meu marido trabalhou a vida inteira (ênfase) aqui, eu não vou poder entrar agora aqui?” Então, assim, aí eu tive que ir lá, falei assim: “-Olha, ela é da comunidade, deixa ela entrar”. Tinha ainda as doceiras no quiosque. O quiosque no projeto inicial era pra sair, fui eu que briguei pra ter o quiosque.... mostrei que lá era um espaço de exposição da comunidade, mas também foram empurrados pra fora. E a gota d’água, a gota d’água (falando pela segunda vez pausadamente), foi a **expulsão das doceiras de lá**. Num domingo, chegando com o pão quente, com as coisas que produziram durante a semana, aí o IEF disse: “-Não, pode voltar, porque **o gerente mandou vocês juntarem as coisas porque vocês não vão poder ficar aqui mais**”. Isso foi uma **ação DO gerente**. Em pleno domingo, o pessoal lá expondo, chegando com as coisas deles. Então **faltou sensibilidade**. (Copaíba).*

O discurso é muito forte em apresentar injustiças, por parte da gestão do parque, contra grupos que necessitavam da área para a realização de seu trabalho, para seu sustento. Por meio da intertextualidade manifesta, a entrevistada aponta o sentimento de exclusão de uma senhora que teve o livre acesso negado, ainda que seu marido tenha trabalhado “a vida inteira” (e dá ênfase ao substantivo “inteira”), ou seja, ainda que tivesse relações de pertencimento com a área. Também aponta sua participação trazendo intertextualidade manifesta com seu próprio discurso de defesa quando da proibição de entrada da pessoa mencionada e, posteriormente, volta a trazer o metadiscorso para trazer o posicionamento do órgão gestor (o qual, por sua vez, traz o posicionamento do gerente do parque). Utiliza-se do substantivo “expulsão” para mostrar a força como se deu o processo de exclusão das doceiras, um processo violento em que “faltou

sensibilidade”. Novamente, remeto a Benjamin (2009), pensando na subtração do conteúdo de uma casa, da liberdade do morador, tudo em nome do mercado de troca.

Por outro lado, para os dois ex gestores entrevistados, o discurso é um pouco diferente, pois embora envolva também a relação entre as atividades desenvolvidas pela comunidade local e a desapropriação (apenas um deles a menciona), o assunto se dá de um modo mais breve e superficial:

Só que quando o Estado começou a executar propriamente dito, né, a implantação do parque, criou um problema com a comunidade, porque a comunidade não estava acostumada àquilo. Tinha gente perdendo suas propriedades e tudo o mais, e isso provoca um caos, né? (Ingá).

(...) Quando a gente chegou a fazer um movimento também da questão da Lagoa do Sumidouro, era um local de muito pescador, era também igual é hoje, um pasto cheio de cavalo e boi, aquela coisa toda, e foi muito mutirão de recolhimento de lixo, de conscientização também junto ao pessoal que acampava, essa coisa toda. (Tamboril).

No primeiro segmento, a escolha do substantivo “*problema*” ao invés do uso de “*conflito*”, ou “*impacto*”, como utilizaram os/as demais entrevistados/as, diz-nos de uma ocultação de processos de dominação por meio da Dissimulação, em que a palavra “*problema*” aparece com certo deslocamento de significado, já que pode remeter a um assunto controverso, ou mesmo algo que não se possa solucionar. Em seguida, ao dizer que “*a comunidade não estava acostumada àquilo*”, também são invisibilizadas as pressões, as desapropriações e o sentimento de injustiça por parte dos/as excluídos do processo de implantação do parque, como se fosse natural que a comunidade inicialmente tivesse suas ressalvas, algo que seria resolvido com o tempo. E, mais uma vez, a estratégia da Dissimulação se faz presente quando ao invés de utilizar o termo “*desapropriação*”, o entrevistado escolhe construir seu discurso com “*tinha gente perdendo suas propriedades*”, e no lugar de utilizar o termo “*conflito*”, ele utiliza “*caos*”. Assim, além da estratégia da Passivação (relacionada à Reificação), por apresentar a questão conflitiva em seu discurso como natural, também é possível identificar a racionalização para legitimar a dominação (no caso, dos processos decisórios dos/as gestores/as sobre a vontade e a liberdade da comunidade).

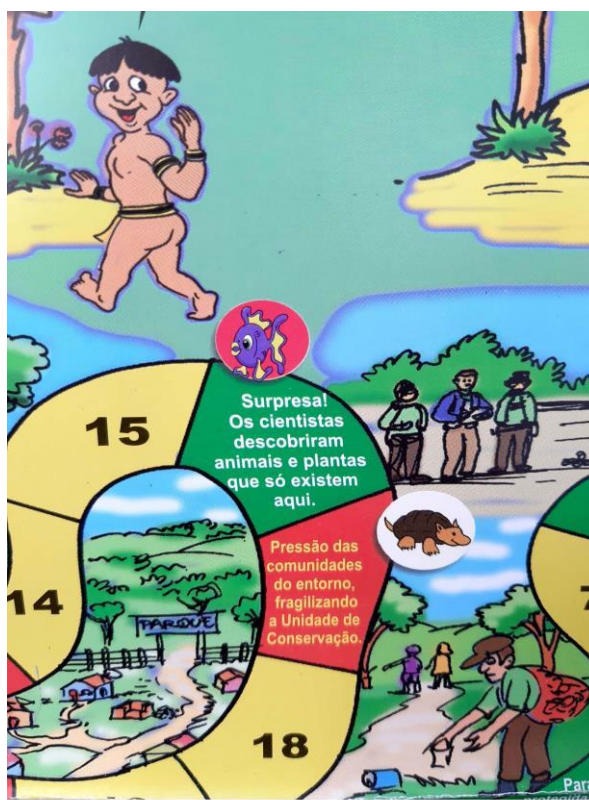
No segundo segmento, ainda para os ex gestores entrevistados, vemos a narrativização, quando o entrevistado apresenta aspectos passados para talvez justificar toda uma cadeia de pensamento que leve à necessidade de desapropriação dos/as moradores/as do entorno da UC. Ou seja, uma verdadeira construção de novos tempos, novos espaços e novas relações por sobre os escombros do passado (BENJAMIN, 1985).

Conforme percebido durante as entrevistas, os processos de desapropriação estão também muito ligados ao modo como os/as moradores/as locais conseguem (ou não) participar dos processos decisórios sobre a APA Carste de Lagoa Santa e o PESU, assunto discutido no tópico a seguir. Antes de encerrar este tópico, entretanto, apresento, abaixo, um discurso que encontrei no MEI e que muito chamou minha atenção em relação à sua potência para enunciar uma situação de injustiça ambiental que pode ser propulsora de um possível conflito ambiental territorial cuja origem está, justamente, relacionada à exclusão dos/as moradores/as do entorno do PESU em relação à sua implantação, seu funcionamento, sua gestão, etc.

Talvez esse tenha sido o discurso que considere mais forte em todo o MEI (não apenas no que tange a este eixo de análise), em relação ao poder hegemônico dominante. Em um jogo com casas em verde (aspectos positivos), em que o/a jogador/a avança certos números de casas; e com casas vermelhas (aspectos negativos), em que se retrocede casas, há a seguinte frase na casa vermelha de número 17 (Figura 30):

Pressão das comunidades do entorno, fragilizando a Unidade de Conservação. (Jogo Trilha Ecológica – Cauã, o indiozinho em: um passeio pelas Unidades de Conservação de Minas Gerais)

Figura 30 - Discurso presente em MEI sobre a comunidade local



Fonte: Jogo Trilha Ecológica – Cauã, o indiozinho em: Um passeio pelas unidades de conservação de Minas Gerais. Monumento Natural Estadual Gruta Rei do Mato – MNEGRM. Acervo pessoal, 2018.

Além de trazer uma imagem discriminatória da figura do indígena, no modo como ele está representado, bem como o termo “índio” no próprio nome do jogo, questões que criticarei fortemente mais à frente, este segmento coloca os/as moradores/as do entorno da UC em uma posição de *inimigos/as* da conservação do parque (fragilizadores/as do mesmo, algo ressaltado pelo substantivo “*pressão*” e pelo verbo transitivo direto e pronominal “*fragilizar*”). A comunidade é, então, representada como força ativa, na ação de tentar impedir seu pleno funcionamento. A intertextualidade em tal segmento revela, portanto, a presença de atores sociais ofuscados nas práticas sociais relacionadas ao parque. A ideologia opera aqui por meio da Fragmentação, já que a comunidade é colocada como ameaça à gestão do parque. Especificamente, o expurgo do outro, na construção simbólica de inimigos/as da UC.

O texto articula um discurso recorrente no contexto do *ambientalismo de mercado*, que serve aos interesses hegemônicos dos grupos dominantes no sistema-mundo-moderno-colonial capitalista: a visão do ser humano como vilão na história da degradação ambiental. O discurso desse tipo de ambientalismo e os discursos como seu princípio contextualizante, mediado(s) por ações e relações de poder entre governo, movimentos sociais, políticas conservadoras, etc., sendo representacionais da construção de conceitos negativos sobre a comunidade do entorno. Tais visões negativas encontram-se, assim, materializadas em documentos com certo poder de regulamentar gêneros discursivos e práticas discriminatórias.

Este segmento encontra-se após várias informações básicas sobre a Unidade de Conservação em questão, sua fauna e flora, sobre a presença de espécies ameaçadas de extinção na área, encontrando-se agora protegidas, sobre os perigos das queimadas, inclusive com o discurso em que responsabiliza o/a leitor/a, sobre a escolha entre o cinza da queimada e o verde da vegetação (também mesmo material onde se encontra o “índiozinho Cauã”), mas sem nenhuma informação específica sobre a gruta onde foi coletado o material, tampouco sobre a Paleontologia e os fósseis encontrados no local. Percebemos, portanto, como um mesmo texto

pode articular diferentes discursos, em relações de cooperação, negociação, silenciamento e competição, o que pode ser visto como um processo de interdiscursividade. As relações estabelecidas entre diferentes discursos podem ser de diversos tipos, a exemplo das relações estabelecidas entre pessoas (discursos podem complementar-se ou podem competir um com o outro, em relações de dominação), já que os discursos constituem parte do recurso utilizado por atores sociais ou grupos para se relacionarem, cooperando, competindo, negociando, contestando. (RESENDE, 2019, p. 103).

A visão aqui trazida por meio deste segmento sobre a comunidade local acaba reforçando a omissão do debate sobre as implicações da UC para os/as moradores do entorno. Como é característico do turismo mercadológico, é comum que comunidades do entorno de sítios de importância paleontológica sejam excluídas dos benefícios da atividade turística, tanto em termos monetários (já que a maior parte do capital tem como destino órgãos gestores e empresas parceiras/responsáveis pela área), quanto em relação à sua exclusão nos processos decisórios na gestão da área, o distanciamento de suas práticas tradicionais, possíveis danos físicos/ambientais/culturais pelo fluxo de visitantes, além da perda do sentimento de pertencimento (SILVA; COSENZA, 2021). Isso comumente leva a uma disputa de interesses, em um jogo de forças que geralmente pesa para o lado contrário às comunidades do entorno, cujo livre acesso pode ser proibido, limitando sua utilização para lazer, atividades de plantio e criação de animais, manifestações religiosas, dentre outros, algo já relatado para a região em outros estudos (PADOAN; SOUZA, 2013; BARBOSA, 2021).

Essa relação entre UC e comunidades do entorno representada no jogo também está relacionada à noção de representação discursiva de Fairclough (2001), já que para ele tais representações se dão a partir do que foi dito sobre certa questão e que merece ser mostrado como notícia, ou seja, o que precisa ser apresentado, evidenciado. Essa é uma dimensão da prática social, além de certamente ser um elemento da linguagem textual. Se as representações discursivas postas em evidência estão ligadas às diferentes significações, de acordo com valores que outros discursos, de outros sujeitos, possam ter (FAIRCLOUGH, 2001), então nesta situação do jogo, o que foi escolhido para ser colocado em evidência para os/as visitantes revela-se enquanto visão hegemônica por parte da gestão do parque, em detrimento do ocultamento das vozes dos/as moradores/as locais.

Vejamos, a seguir, como a não inclusão da comunidade local nos processos decisórios pode influenciar no sentido da intensificação do quadro visto até agora.

7.3.2 Os discursos relacionados à ausência de reconhecimento e participação da comunidade em processos decisórios

Começamos, aqui, com o discurso de Jatobá, entrevistada que é também monitora do parque:

*A gente tem o conselho consultivo, né? O conselho consultivo tava parado, teve uma nova eleição. Inclusive **dessa vez teve até mais demanda de moradores pra participar**. Teve alguns, se não me engano foram **oito moradores**, contando titular e suplente que estão no conselho de hoje, desse ano. E no conselho, assim, é que são discutidas essas questões. **Reuniões com comunidade mesmo**, assim,*

pra discutir algum assunto do parque é muito esporádico mesmo. Às vezes quando tem algum evento, alguma coisa, mas é muito esporádico. (...) Mas, assim, pra comunidade opinar nas decisões do parque, não. Geralmente essas decisões passam no conselho mesmo. (Jatobá).

Vemos, no discurso de acima, que embora haja a informação de que mais moradores/as têm podido participar do Conselho Consultivo do parque, a ideia geral é de que sua efetiva participação é ainda pequena. Isso porque, além de mencionar um valor numérico desses participantes (oito), ela utiliza o adjetivo “*esporádico*” duas vezes, precedido do advérbio de intensidade “*muito*”, transmitindo a ideia de que é algo que acontece poucas vezes, e espaçadamente. Ou seja, aqui está presente novamente a categoria da modalização, ou modalidade, proposta por Fairclough (2001), já que a entrevistada posiciona, em seu enunciado, a si mesma e aos sujeitos interpretantes, influenciando-os. Reuniões, efetivamente, com a comunidade (“com a *comunidade mesmo*”) são, portanto, poucas, não a incluindo nas questões concernentes ao parque, às decisões relativas a ele. Ao fim do segmento, a entrevistada traz a informação de que as questões decisórias cabem apenas ao “*conselho mesmo*”, o que levanta a dúvida de quais atores sociais estariam sendo representados nesse grupo. Talvez aqui ela esteja trazendo, ainda que de forma sutil, a intertextualidade sob a forma da Negação, já que apresenta o discurso da participação da comunidade para, ao final, negá-lo.

Outro entrevistado fala mais especificamente sobre o momento da implantação do parque, em que a não participação da comunidade local (talvez pela pouca ou nenhuma divulgação, por parte dos/as gestores, da possibilidade de participarem) trouxe elementos surpresas a essas pessoas:

Foram pegas de surpresa. Teve audiência pública, não participaram. Então, eles fizeram sem comunicação com o pessoal local. Então foi um impacto muito grande (...). Mas, eu te falo de cadeira, que eu participei disso, e... aí foi surgindo isso: “-Para e ninguém entra, ninguém põe criação mais tal, nada, não pode entrar. Caboclo não entra mais”. Nem às vezes a indenização, que é pagar ali, não tem. Entendeu? Conseguiu alguns, até hoje ali não terminou, o pessoal cria uma expectativa, mas “-Eu não posso fazer isso ali com o meu terreno, o parque não deixa”. Vamos lá, mas não é do parque, se o parque não pagou, não é dele. Entendeu? Então aí vai criando. Mas já melhorou muito. (Buriti).

Aqui Buriti expõe, por experiência própria, já que declara ter estado presente nesse processo de uma forma bem próxima, a não participação da comunidade em audiência pública, devido ao fato de não ter havido comunicação (o que reforça a suspeita surgida no discurso de Jatobá). Associa isso ao “*grande*” “*impacto*” inicial, trazendo a intertextualidade manifesta para apresentar o discurso da gestão do parque de que a comunidade não pode mais usar ou entrar livremente na área. Usa o termo “*caboclo*”, que além de significar filho/a da miscigenação entre branco/a e indígena, também tem uma definição enquanto tipo cultural, remetendo aos/às

habitantes de cidades de pequeno porte, do interior rural do Brasil, e que segundo Pace (2006), compartilham uma visão de mundo influenciada pela dominação colonial. Assim, o termo geralmente é empregue para indicar simplicidade, pobreza, rusticidade, e quando utilizado por alguém que se autodenomina “*caboclo*”, portanto, de um modo não pejorativo, costuma estar associado a uma incorporação do estereótipo que é atribuído a esse grupo, devido à sua identificação em uma condição desprivilegiada estruturalmente (PACE, 2006). Por fim, defende que a situação atualmente encontra-se melhor.

Quando perguntado mais especificamente sobre a participação da comunidade na audiência pública, Buriti expôs:

(...) Muito pouca gente. Talvez só convidados, entendeu? Pra participar de alguma reunião. Mas não é tanta gente que aparece não. São poucas as pessoas, entendeu, que têm realmente interesse nisso aí, pra que se resolva. Eu acho... igual, no início foi uma pressão muito grande, hoje já melhorou muito. Né? (...) Geralmente o parque, antigamente, eles chegavam e tomavam tudo. Hoje pelo menos tem indenização. Ne? Hoje tem indenização, antigamente não era assim. Isso é meu, isso aqui é da organização. Hoje também tá pra acabar de fechar a área do parque. A área, né, do projeto do parque. Ainda falta umas áreas ainda que vai entrar, pois é. (Buriti).

Ou seja, aqui houve uma certa mudança em seu discurso, com a culpabilização da pouca participação pela falta de interesse da comunidade local, ou mesmo pela falta de convite a certo grupo de pessoas, o que deixa sua resposta um tanto ambígua. Quando ele traz a falta de interesse dos/as moradores/as, pode-se fazer uma aproximação com o que Paulo Freire (2019) nos diz sobre a situação em que o oprimido, adaptado e acomodado, encontra-se imerso na engrenagem característica da estrutura dominadora, temendo a liberdade porque ainda não se considera capaz de enfrentar o risco de assumi-la.

Ademais, vejo nesse discurso de Buriti aspectos do racismo ambiental, por parte dos órgãos responsáveis pela criação do parque, quando nos diz que antes não havia indenização, já que certa parcela da comunidade local (possivelmente grupos mais vulneráveis) sofreu desproporcionalmente com essas desapropriações, com esses processos de desterritorialização.

Outra entrevistada, Macaúba, defende ser importante a ampliação de vagas no Conselho para que, então, mais pessoas possam participar dos processos decisórios, tomando parte na gestão do próprio PESU: *(...) vendo como é que podemos auxiliar a que essas pessoas, elas possam estar participando da gestão das unidades de conservação. Por que não? Por que não participar da gestão do Parque Estadual do Sumidouro? (Macaúba).*

Outros dois entrevistados, muito envolvidos na militância pela questão ambiental na região, também se manifestaram quanto à pouca participação popular nas audiências e nos processos decisórios:

(...) quando o governador acabou de anunciar, que bateu palmas, aquilo tudo, eu tava com o braço levantado: “-Gostaria de saber se os conselhos das devidas unidades serão ouvidos. **E seria muito importante a participação social, uma vez que as comunidades e seus representantes serão afetados por essa política.** Poderemos agendar a próxima reunião?”. O cara já de calça curta, desesperado, e nós saímos de lá já de um evento público com data marcada pra reunião. E isso foi uma série de reuniões com maior ou menor participação, porque **eles foram fechando o cerco, terminou a última reunião no centro administrativo, devia ter umas 50 pessoas, mas tinha outras que ficaram de fora, vamos dizer assim. Foram excluídas do processo de forma sutil, mas não desapercebida.** (Pequi).

(...) **Todos (ênfase) nós, inclusive os conselhos municipais, foram é... cerceados, separados, segregados, de toda essa negociação.** Quando a gente participava de alguma coisa, era **mínimo (ênfase) de alguma coisa, e sem contar, por exemplo, nesse processo das audiências públicas da concessionária. A cidade administrativa. Quem vai? O Sr. Miguel, o Sr. João, a Dona Maria... vai? Onde que eles tão também? - Ah, não, mas teve uma audiência pública no parque!**. **Quem de fato divulgou? Eu fiquei chamando as pessoas, mas sabe, não tem aquela coisa: Audiência pública na câmara municipal, no quintal da Igreja, na escola.... pra trazer realmente. (...) E assim, a gente é ouvido, a gente é escutado, mas não é ouvido. (...) “-Você é pessimista!”.** Não, não. Eu penso, eu raciocino, e por todas as experiências que eu passei, em todas as situações, eu não vislumbro um futuro de um envolvimento maior. (Copaíba).

Os dois segmentos permitem visualizar grandes aproximações acerca da visão dos dois entrevistados. Defendendo a importância da participação social manifestam a pouca divulgação e o pouco espaço para os/as moradores nos processos decisórios. Pequi, inclusive, traz o uso de figura de linguagem em “*eles foram fechando o cerco*” para expor essa pouca possibilidade de participação popular, devido aos sujeitos que promovem essa redução de espaço, sob a forma do pronome “*eles*”, os representantes do grupo hegemônico dominante (como os/as políticos/as envolvidos). Ao final do segmento, em “*foram excluídas do processo de forma sutil, mas não desapercebida*”, o entrevistado traz à tona o processo de Invisibilização dos grupos afetados, os quais, sob um olhar ambientalista, tornam-se percebidos, visíveis. Talvez uma estratégia de resistência à universalização (por sua vez, estratégia da Legitimação).

No segundo segmento acima, do discurso de Copaíba, chama especial atenção o emprego dos verbos “*cercear*”, “*separar*”, “*segregar*”, quando a entrevistada fala das negociações com o parque, até mesmo por parte dos conselhos municipais. Verbos esses que remetem a: restrição, limitação, desunião, etc., ou seja, que expressam a Fragmentação da sociedade local, entre aqueles/as que detêm o poder e aqueles/as que ficam à margem dos processos decisórios. Pela intertextualidade manifesta, a entrevistada traz um possível discurso dos órgãos de poder, de que a comunidade pôde participar, mas por meio da Negação, mostra que não é o que de fato acontece, devido à pouca divulgação das audiências. A situação de opressão em relação à comunidade local se torna ainda mais explícita em “*E assim, a gente é*

ouvido, a gente é escutado, mas não é ouvido”, o que leva a uma ideia de que os apelos e as necessidades da maior parte da sociedade não são atendidos.

Mas a participação dos/as moradores/as é fundamental para a minimização (ou a mitigação) de muitos problemas locais, como bem coloca a entrevistada Imburana:

(...) Eu já participei de reuniões que envolviam essas autoridades ambientais, muitas pessoas. Por isso eu digo que é importante ter na gestão dessas unidades de conservação pessoas da comunidade, porque eles chegavam e eles não queriam nem saber. Assim... Eu lembrei. Eu participei do Conselho do parque durante um período, representando associação, indicação da associação da comunidade lá. Em algumas vezes chegavam os engenheiros do IEF, os técnicos das questões técnicas ambientais, e as pessoas não querem nem saber! Tipo, “cumpra-se a lei”. “A lei é essa, determina isso”, sem ter nenhum tato com quem tá ali no entorno, quem é do local. Isso, se você tá num processo de implantação, você afasta uma comunidade inteira. E aí isso tem impacto direto. O que aconteceu muito lá, por exemplo: os incêndios no parque, porque aí o povo não quer proteger, eles querem detonar. (Imburana).

Ao ser nascida e criada na região, a entrevistada fornece a visão de conexões importantes associadas a relações antagônicas, as quais em seu discurso são enunciadas como relações com potencial para a geração de conflitos territoriais, como pode ser visto ao final do segmento. Vendo a necessidade da participação dos/as sujeitos locais, fala da imposição das medidas acima da vontade desses sujeitos (“chegavam e não queriam nem saber”), sem consultá-los ou considerá-los. Essa imposição, de certo modo agressiva, é ainda reforçada pelo uso da representação discursiva em “cumpra-se a lei”, discurso típico de grupos dominantes envolvidos politicamente na tomada de decisões. Ademais, ao dizer da ausência de diálogo, também expressa sua insatisfação no trato dos/as decisores/as políticos/as e gestores/as em relação à comunidade (“sem ter nenhum tato”), levando ao seu afastamento e até mesmo ao sentimento de revolta. Este sentimento, por sua vez, pode estar associado a depredações ao patrimônio como a exemplificada pela entrevistada, sob a forma dos incêndios, o que é algo muito sério. Afinal, como defende Chagas (2005), é justamente o patrimônio que permite a valorização e a institucionalização de acervos, de bens que podem afirmar sujeitos e grupos. Como vemos, é grande o desafio da conciliação dos diferentes objetivos, entre distintos grupos sociais.

Há, ainda, outros três segmentos discursivos, de entrevistados diferentes, que serão aqui apresentados, e que trazem uma visão bastante distinta da participação popular nos processos decisórios da UC:

Tem muita participação, sabe? Sempre tem... quando a gente fala assim: “Ah, decisões relativas, em relação ao parque do Sumidouro, à gruta da Lapinha”, há um interesse... muito grande, tá? As pessoas ficam interessadas, então eles colocam em ambientes maiores, o salão da igreja, da escola pública da

Lapinha, que tem um salão enorme lá... então a presença é muito boa, muito boa mesmo. Pessoas que são aí, conhecedoras de tudo, então todo mundo dá seu pitaco ali, é muito legal. (Jenipapo).

Por residir na Lapinha, pergunto-me se sua localização (mais ligada ao contexto propriamente da Gruta da Lapinha que do PESU como um todo) pode ter influência significativa em seu olhar sobre a participação comunitária, já que diferentemente dos/as outros/as entrevistados/as, ele diz haver “*muita participação*”, com um interesse “*muito grande*”. Ele utiliza o adjetivo “*interessadas*” para apontar o modo como as pessoas ficam frente à possibilidade de participação e, em seguida, menciona duas vezes que a presença é “*muito boa*” e que, portanto, todos/as opinam.

Além de sua localização, penso que pode haver uma certa aproximação do entrevistado com sujeitos envolvidos na gestão do parque, já que seu discurso é bastante semelhante ao discurso de um dos gestores (o único que se colocou quanto à participação comunitária):

Então eu fiz funcionar esse conselho, com a participação MUITO (ênfase) boa da sociedade. Certo? Sem excluir ninguém, tanto de um lado, de vários interesses, interesses antagônicos e tudo o mais, mas fazia, fiz todo mundo participar e foi muito bom esse período que eu tive na condução do conselho. Certo? (Ingá).

Por meio da eufemização, em dois momentos o entrevistado se coloca como o responsável por fazer o conselho consultivo funcionar, por fazer todos/as participarem. Enfatizando a participação da sociedade com o adjunto adverbial de intensidade “*muito*”, seguido do adjetivo “*boa*”, também se utiliza da universalização ao defender que nenhum sujeito foi excluído e que todos os interesses, ainda que “*antagônicos*”, ou seja, incompatíveis, contrários, opostos, foram atendidos. Finalizando o segmento com a eufemização, enfatiza que seu período na condução do Conselho foi um período “*muito bom*”, o que oculta possíveis exclusões e processos de invisibilização de grande parte dos/as moradores/as locais, processos esses que são mencionados pela grande maioria dos/as entrevistados.

Um outro fator que pode levar à ideia de que basta haver o Conselho Consultivo para que seja sempre possível a participação popular nos processos decisórios, pode ser a desconexão do sujeito em relação ao local, sem raízes que o levem a interagir com demais membros da comunidade em suas histórias, memórias, angústias, seus medos e suas insatisfações. Isso se tornou visível na resposta ao questionário por parte de um monitor ambiental que é oriundo de Belo Horizonte. Quando os/as monitores/as foram questionados/as se havia a participação das comunidades, este foi o único sujeito assertivo em dizer que “*Sim, pelo Conselho Consultivo do Parque*”. Os demais sujeitos apresentaram respostas que variaram

entre o desconhecimento sobre a questão (também de um entrevistado de Belo Horizonte), a simples negativa à pergunta, por parte de uma moradora local, e outros dois segmentos discursivos de duas moradoras locais que trago abaixo:

*“Geralmente **não**. As decisões são tomadas pelo gestor da UC ou pelo IEF” (D)*

*“Muito **pouco**. **Alguns** integram o conselho consultivo do parque, mas isso **não alcança muitas pessoas da região**” (F).*

Ou seja, o discurso dessas duas moradoras coincide em grande parte com discursos como os de Jatobá, Buriti, Copaíba e Pequi (este, como já dito, mesmo não sendo nativo da região, já está há décadas morando nos arredores do PESU, estando envolvido na militância ambiental), que defendem que, ainda que teoricamente seja possível que a comunidade local participe, na prática não é o que ocorre.

Essa diferença nas respostas entre pessoas nativas e não nativas da região pode ser relacionada à representação dos atores sociais no discurso, revelando o modo como atores diferentes envolvem-se de modos distintos nessa questão participativa da gestão do parque. Mais uma vez, a possibilidade de identificar as relações e interações sociais em conexão com o discurso (FAIRCLOUGH, 2001).

Aqui, nos segmentos acima, a resposta negativa associou-se ao fato de as decisões concentrarem-se nas mãos dos/as gestores/as do parque. Já a afirmativa esteve associada ao advérbio “*pouco*”, ou ao pronome indefinido “*alguns*”, o que pode ser um indicativo da pouca participação da comunidade nesses processos decisórios. O discurso de que a comunidade participa porque tem direito (por meio do Conselho Consultivo) e o discurso de que não há “*alcance*” o suficiente para participação dos/as moradores/as locais, mostram, nessa discrepância, a possível presença da estratégia de Legitimação, por meio da racionalização, na tentativa de se justificar a participação pela simples possibilidade de participação, em termos legais.

Mas, de um modo geral, não há como ser simples a solução dessa problemática relacionada aos processos decisórios e à gestão das comunidades em uma gestão participativa, quando são vários os fatores envolvidos, e que envolvem diferentes moradores/as locais de distintas formas. Faria et al. (2015), alertam-nos, por exemplo, para a colonialidade que existe na visão dos/as moradores como destruidores da natureza, já que esse pensamento tem também origem em um modo de criação de parques, no Brasil, seguindo o modelo norte-americano de Yellowstone, ou seja, desconsiderando anseios e necessidades das populações que se inserem

nesses locais. Os autores, ao tratarem da análise dos conflitos socioambientais no PESU e as possíveis relações da comunidade com o parque, para a efetiva gestão ambiental, defendem que é raro que esses/essas moradores/as sejam consultados e convidados a participarem, de fato, da gestão dessas áreas. Muitas vezes são simplesmente expulsos/as.

No contexto da globalização neoliberal, que tende a levar para segundo plano (ou mesmo desconsiderar) o cuidado com as variáveis socioculturais, algo endossado em grande parte pela comunidade científica, Vivacqua e Vieira (2005) apontam a urgência de uma mudança na concepção da gestão de tais áreas. Não negando a relevância das áreas protegidas, esses autores criticam o modo autoritário como se dá essa gestão no contexto brasileiro, em que “a complexidade embutida na problemática socioambiental costuma muitas vezes colocar em xeque a maneira pela qual as Unidades de Conservação são criadas, administradas e avaliadas”, com uma postura “avessa à participação das populações locais no processo de gestão” (VIVACQUA; VIEIRA, 2005, p. 140). Assim, acabam se instalando os conflitos socioambientais, que para os autores estão intimamente ligados ao esforço que é investido apenas (ou simplesmente) na prevenção e na reparação dos danos ambientais, como o que é reforçado pelo próprio Plano de Manejo do Parque Estadual do Sumidouro.

Também no que concerne à participação da comunidade local, pautam-se muitas críticas sobre a forma como tem se dado a atividade turística, que muitas vezes exclui os/as próprios/as moradores/as locais (como aconteceu com as doceiras, conforme relato de Copaíba no tópico anterior). Desse modo, discuto agora a problemática relacionada ao turismo, com o sentimento de insatisfação a ele associado emergindo em segmentos discursivos de muitos dos entrevistados.

7.3.3 Os discursos relacionados ao turismo

Um tipo de discurso muito difundido pela mídia e talvez também pelos/as gestores/as de Unidades de Conservação, como o PESU, consiste na ideia de que o turismo está em diálogo com a comunidade local, sendo benéfico para ela. Como apresento também nesta tese, o que de fato tem se dado é uma inclusão muito pequena da comunidade local no cenário turístico. Além da baixa oferta de trabalhos diretamente nos pontos turísticos e da pouca integração dos projetos vinculados ao parque com a comunidade, conforme também relatado por Xavier; Ribas; Braz (2017).

Ao dizer sobre aspectos da separação criada entre humano e natureza, ainda no início da entrevista que me concedeu, Macaúba produziu o seguinte discurso:

*Isso é algo que me perturba, porque essas comunidades estão dentro da APA. E a UC que eu trabalho, um dos objetivos dela é auxiliar na **conservação da culturalidade local**. Mas isso ficou, assim, meio que para trás. As pessoas que participaram da gestão, elas não tiveram, assim, acho que a **sensibilidade, ou por não ter mesmo um certo relacionamento com a temática**, de se apropriar disso. Então, uma das questões que parte disso me sugere é o próprio **perceber o que que é natureza**, o que é unidade de conservação, porque tem essa **separação entre homem e natureza**, né? A concepção do parque é uma concepção que inicialmente não tinha nada a ver com o que é parque hoje pelo sistema de unidades de conservação, mas de certa maneira qual é o objetivo do parque? Além de preservar os recursos biodiversos, né? Mas é também essa questão do incentivo ao turismo. **E não um turismo que é focado nas comunidades locais, é o turista que vem de fora**, entre outras, né? (Macaúba).*

Logo no início deste segmento, quando a entrevistada levanta a questão da conservação da culturalidade local, é possível fazer uma aproximação com o que traz Marilena Chauí em seu livro *Cidadania Cultural*, de 2006. Ao se criar uma certa cultura local, que é voltada essencialmente para o turismo, vemos também sendo criado um aumento da distância entre a intelectualidade e o povo. Assim, surge um distanciamento entre as realidades conhecidas, vividas, identificáveis, etc., em relação às suas interpretações pelo povo, pelos/as intelectuais, artistas e demais grupos (CHAUÍ, 2006).

Em um projeto contra hegemônico tal fato estaria longe do ideal, mas na visão de mundo hegemônica, a inserção da culturalidade local no projeto não é considerada, algo que é reforçado no segmento acima pelo uso da conjunção coordenativa “mas”, logo à frente seguida da preposição “para” e do advérbio de lugar “trás”. Esquecimento esse que é bastante ligado à ideologia de uma identidade nacional pautada, por sua vez, na ideologia do desenvolvimento como um processo que visa alcançar o capitalismo em sua forma completa, de acordo com uma visão inculcada pela colonialidade do poder, que se baseia em relações de dominação pautadas na diferença, relegando o outro para um espaço de subalternidade. Em meio a um ideal de desenvolvimento, a formação social capitalista nega as suas divisões, mas por reproduzir-se na (e para a) separação, não pode apresentar-se a si mesma como referencial de identidade (CHAUÍ, 2006).

Talvez devido a esse culto ao progresso, ao desenvolvimento, no que Benjamin chamaria de uma locomotiva desenfreada, tenha havido a separação entre os fatores “homem” e “natureza”, como coloca a entrevistada. Tal separação é algo presente, inclusive, em nossa própria legislação. Afinal, como lembram Barbosa; Carvalho; Rena (2020), a principal legislação pertinente para as UCs do país, a Lei do Sistema Nacional de Conservação - SNUC (BRASIL, 2000), baseia-se na dicotomia entre natureza e humano, ainda que de certa forma o SNUC traga um pouco da interface entre biodiversidade e sociobiodiversidade. Mas a racionalidade capitalista expande-se, e o mercado também pode ocupar o Estado, reformulando-

o para a expansão do capital (BARBOSA; CARVALHO; RENA, 2020). De fato, é tirando os sujeitos de seus lugares em prol da ideologia capitalista hegemônica, que se instauram processos de desumanização e violência, negando aos sujeitos sua própria terrexistência (RUFINO; CAMARGO; SÁNCHEZ, 2020).

Há, então, um desvio existencial, um desencantamento. Tornamo-nos, assim, frágeis às mentiras coloniais. Em um utilitarismo da natureza que visa o lucro e um suposto desenvolvimento, acabamos testemunhando um *des-envolvimento*, uma desconexão do fator humano com os demais seres vivos e todo o cosmos (RUFINO; CAMARGO; SÁNCHEZ, 2020). Tudo isso em prol de narrativas totalizantes, que levam ao desencantamento do mundo. Como colocado pela entrevistada, por meio do uso do substantivo “*sensibilidad*” após o advérbio de negação e o verbo “ter” no passado, além do uso do advérbio de negação para também remeter à falta de relacionamento da gestão da UC em relação à culturalidade local, afasta-se do sentimento, das emoções como centro do entendimento, algo que seria importante até mesmo como modo de enfrentamento da crise ambiental e civilizatória que atravessa o planeta.

O *sentipensar*⁶², enquanto intervenção voltada a uma vida com mais significado e amor fica, então, relegado ao esquecimento. Essa categoria de ação inclui, na construção do mundo, emoções e sentidos, para além da razão e da ciência, algo caro à sociologia sentimental voltada a uma educação para a justiça e a solidariedade. Essa categoria decolonial que incentiva olhar para além da racionalidade, chegando ao campo emocional, seria também importante como conscientização das perspectivas de sentido enquanto contribuição para a libertação (RODRÍGUEZ; FORTUNATO, 2021), frente à reducionista distinção entre natureza e cultura, que vem marcando o mundo de modo mais expressivo desde o século XVII (CHAUÍ, 2006).

Embora a natureza possa ser considerada a substância de todos os seres e tudo aquilo que existe no mundo sem que haja interferência advinda da ação e da vontade do ser humano, quando a olhamos pelo prisma da ciência contemporânea, a natureza passa a ser um conceito construído por nossa própria espécie, ou seja, torna-se um objeto cultural (CHAUÍ, 2006). Logo, a distinção que tem sido construída em torno desses conceitos advém, historicamente, do interesse hegemônico em separar, fragmentar (natureza e sociedade), mas também em unificar e universalizar, tornando a cultura, em um contexto ambiental, como algo uniforme, de interesse

⁶² O termo, criado por Torre em 1997, refere-se ao processo no qual empregamos conjuntamente o sentimento e o pensamento para interpretar a realidade (MORAES; TORRE, 2000).

geral para aspectos patrimoniais (incluindo ambientais), enquanto diferenças tipicamente locais são invisibilizadas.

De um lado (...), para a ciência contemporânea, a natureza é uma construção intelectual; de outro, para o marxismo, a natureza é uma mercadoria como outra qualquer. O fato de que paguemos por água ou para habitar um lugar que não esteja poluído, assim como a existência da indústria do turismo (que vende emoções para quem deseja usufruir de paisagens) são pequeninos sinais de que a natureza, como realidade externa e independente dos homens, tornou-se ficção. E (...) a expressão “patrimônio ambiental” indica claramente que a natureza tornou-se um fato cultural”. (CHAUÍ, 2006, p. 111).

Aqui Marilena Chauí traz uma chave de leitura importante para as últimas linhas do segmento acima, pois no discurso de Macaúba, surge a problematização do turismo enquanto estratégia mercadológica, ao explicitar o sujeito “*turista*” como alguém “*de fora*” da comunidade (algo que ela volta a ressaltar em outros segmentos apresentados)

Assim, é possível perceber que os discursos insinuam haver na região o que Chauí (2006) chama de disputa por semióforos, os quais consistem em significações simbólicas que dão sentido para determinada coletividade. O poder econômico passou a estimular a aquisição de objetos que pudessem se tornar semióforos, principalmente por meio de novos saberes que pudessem produzir novos semióforos, a exemplo da Arqueologia, da Paleontologia, da Etnologia e da História da Arte. O Estado-nação, por fim, acaba incorporando essa ideia sobre o patrimônio cultural da nação, trazendo-a para uma disputa de prestígio, poder e riqueza (CHAUÍ, 2006).

Talvez seja por meio de um certo mercado voltado ao turismo, que sejam mascarados os mecanismos de poder hegemônico, que se encontram também, segundo Fairclough (2001), implícitos em práticas sociais cotidianas universalmente distribuídas nos diversos níveis da vida social. Afinal, para ele, o poder, ao mascarar grande parte de si mesmo, torna-se tolerável. Assim opera o poder, moldando e reinstrumentalizando os sujeitos, modificando-os de acordo com as suas necessidades.

É possível que, nesse aspecto, esteja acontecendo o que Fairclough chamou de “Comodificação”. Para ele

Comodificação é o processo pelo qual os domínios e as instituições sociais, cujo propósito não seja produzir mercadorias no sentido econômico restrito de artigos para venda, vêm não obstante a ser organizados e definidos em termos de produção, distribuição e consumo de mercadorias. (...) Em termos de ordens de discurso, podemos entender a comodificação como a colonização de ordens de discurso institucionais e mais largamente da ordem de discurso

societária por tipos de discurso associados à produção de mercadoria”. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 255).

A forma como o turista é trazido por Macaúba, como alguém de fora, em busca de natureza, lembra-me também de Benjamin, quando em Passagens, apresenta-nos o homem condenado ao cativo da cidade, que volta seus desejos para o campo, para uma temporada de estadia. Para ele, os olhos do homem (e da mulher, adendo meu) da cidade

Aspiram se repousar sobre o verde, descansando das fadigas do escritório, ou da claridade ardente das lâmpadas do salão. Seu olfato, ferido incessantemente por emanações pestilentas, procura o perfume que exalam as flores. Um canteiro de violetas humildes e suaves o arrebataria em êxtase... Essa felicidade... sendo-lhe negada, ele vai querer ainda alimentar a ilusão (...). Assim é o homem da cidade, e essa é a fonte de sua paixão pelas flores e pelos campos. (BENJAMIN, 2006, p. 546).

Uma ideia idílica construída por aquele/a que vem de fora, quase uma mercadoria a ser vendida para a mulher e o homem da cidade. É até mesmo com essa visão que Macaúba menciona, logo em seguida, o turismo de mercado enquanto aspecto negativo da perspectiva de funcionamento da concessão na região, algo que será melhor discutido em tópico específico, ainda neste eixo. Mas, no que tange às percepções sobre a problemática aqui analisada, chamam atenção os segmentos a seguir:

*Mas muitas vezes esse **turismo com a comunidade local não vai ser o gerador da renda, né?** Porque a comunidade local, ela **não deve pagar pra entrar na UC, que é parte do território de vivência dela, né?** E uma coisa que **me preocupa muitas vezes é essa segregação, por exemplo, dos pacotes turísticos.** Então se você tem uma renda maior, você vai no restaurante X na unidade de conservação, você vai fazer o pacote Y na unidade de conservação, se você não tem a renda pra comprar aquele pacote, então você vai fazer um que seria menos atrativo, né? Essa própria segregação dentro das unidades que têm esse viés mais turístico, né? **Em termos do apelo de geração de renda, isso gera também conflitos, né?** Mas existem, por outro lado, unidades de conservação aonde o turismo, ele nem é evidenciado. (Macaúba).*

*Ao mesmo tempo que você tem essa **visão mercadológica, há uma desinformação muito grande dos próprios agentes de fomentação de um turismo que poderia ser um turismo bem direcionado.** Porque não significa também que trazer o turismo seja só negativo. A gente pode estar trazendo o turismo pra ele conhecer a região e tá **divulgando** isso lá fora, né? E tá trazendo até mesmo **novas pesquisas pra região.** Por que não? (Macaúba).*

Nesses dois segmentos, Macaúba apresenta claramente seu posicionamento em relação ao turismo e ao modo como tem sido efetivado na região, com exclusão da comunidade do seu próprio local de “vivência”, substantivo empregue pela própria entrevistada, e que remete à sensação, manifestação da vida, no caso, quanto ao território em questão. Ao empregar o

advérbio de negação “*não*” para fazer a relação entre “*turismo com a comunidade local*” e “*gerador de renda*”, ela defende a inexistência de benefícios socioeconômicos do turismo para os/as moradores/as locais. Ao utilizar o verbo “*preocupar*” para se referir a si mesma quanto à “*segregação*” (substantivo que remete a afastamento, separação), promovida pelos pacotes turísticos, ela remete a uma problemática que pode afetar tanto as comunidades locais quanto os/as próprios visitantes do parque (e da APA como um todo), já que separa o que cada um pode acessar de acordo com seu poder aquisitivo, limitando, portanto, o acesso a esse patrimônio.

Mas como nos lembra Fonseca (2003), em uma visão contra hegemônica, é importante que pensemos na produção de patrimônios culturais que não sejam apenas uma seleção do que pode ser visto ou visitado por determinados grupos, e que merecem a proteção especial do Estado, mas como narrativas, como uma formação discursiva que pode permitir o mapeamento de significados e identidades culturais. Afinal, nossas políticas de patrimônio estão atualmente estruturadas de um modo bem distante dos objetivos de uma sociedade que pretende ser democrática (FONSECA, 2003).

A estratégia da universalização, usada para a divulgação do turismo enquanto algo que beneficia a todos/as é muito comum em se tratando do turismo mercadológico, o qual, segundo Ferreira (2005), pode levar à construção de novas configurações identitárias e até mesmo novas memórias, com influência de aspectos políticos e éticos ligados a uma disputa de forças. Em tal disputa, é possível perceber que muitas vezes o turismo, enquanto estratégia mercadológica/capitalista, não reflete benefícios para os/as moradores/as locais, como insinuado nesses segmentos e já relatado para os destinos da RGPL por Barbosa et al. (2014).

Tal fato também está presente nos discursos dos/as monitores/as ambientais que responderam aos questionários, como pode ser visto a seguir, quando um monitor oriundo de Belo Horizonte, que já havia falado anteriormente sobre a importância do fomento ao turismo na pergunta sobre a importância da Paleontologia para a região, diz que enxerga o turismo positivamente: “*Pois é uma fonte cultural e financeira para a região*” (B).

O adjetivo “*cultural*” e o substantivo feminino “*financeira*” acima são palavras que, muitas vezes (especialmente “*financeira*”) são utilizadas para se referirem ao “*desenvolvimento*” nos moldes capitalistas. Como se o incremento financeiro fosse um benefício a envolver toda a população de um modo uniforme, uma ingrata visão que tende a associar a ideia de desenvolvimento a progresso, algo para o qual Benjamin e Fairclough já nos alertavam. O primeiro, ao atentar-nos para a ideia hegemônica (e falha) de que o progresso científico viria acompanhado do progresso da humanidade, algo que seria automático dentro de

uma temporalidade homogênea e vazia. Assim, Benjamin nos faz refletir que esse desenvolvimento trazido por um suposto progresso é algo que também traz desigualdade, exclusão, tudo isso sobre cacos e estilhaços, ruínas de uma modernidade que distingue cultura popular e cultura científica, em nome dos ideais de progresso técnico e material, em uma lógica mercadológica (BENJAMIN, 1985).

De modo semelhante, Fairclough aponta para a ambivalência política e ideológica do tal “desenvolvimento”, atentando-nos para o discurso econômico e seu papel no capitalismo, com seus típicos processos de apropriação do discurso. Assim, é possível, aqui, pensar em uma relação intertextual entre o segmento do sujeito B acima apresentado e a representação de atores sociais ligados aos setores econômicos regionais (a exemplo do setor turístico). Assim, o enunciado materializa-se em práticas institucionais específicas.

Tal segmento aproxima-se bastante ao que é colocado por outro sujeito: “*É uma forma de garantir **trabalho** para várias pessoas no local, além de ajudar a manter viva a **cultura local***” (C). Mais uma vez, parece que a intertextualidade aqui traz uma representação discursiva que pode estar associada a cursos (ou mesmo o processo seletivo) apresentados a moradores/as de outras localidades. Isso é reforçado pelo discurso de outro morador de Belo Horizonte, que defende que o turismo “*Mostra a importância da região para o mundo*” (E).

Mas, principalmente, a ideia dos benefícios econômicos parece estar ligada à partilha de determinado fundamento (capitalista), ou seja, o processo da Unificação. Essa construção de símbolos de identificação coletiva é algo muitas vezes ligado ao que é proposto pelos meios de comunicação, que definem interesses e a formação de grupos de consumidores (RAMALHO; RESENDE, 2011), algo que retomo mais à frente, quando um entrevistado explica como se deu a divulgação do projeto da Rota das Doceiras. Algo também muito ligado à colonialidade do ser em um contexto de globalização e homogeneização capitalista, em que tudo vale para a valorização do capital, incluindo novos modos culturais de subordinação, que aumentam a desigualdade de poder cultural. Afinal, como nos diz Resende (2019), as estruturas coloniais opressoras levam a uma competição não apenas econômica, “já que a lógica do capital coloniza outros campos da vida social e privada (...) e suas relações de exploração e opressão em todos os níveis, que colocam o lucro de alguns poucos acima da vida e do bem-estar social de muitos” (RESENDE, 2019, p. 87).

A geração de renda, trabalho e economia para a região também está presente no seguinte segmento, colocado por uma moradora da região: “*Porque é bom **economicamente** para os moradores do entorno. Em questão de **renda e trabalho** também*” (D).

Outra moradora da região, embora também tenha apresentado em seu discurso a importância econômica do turismo, trouxe uma visão mais completa/complexa do processo:

*“Acredito que o turismo explorado de forma **consciente**, tende a trazer **benefícios** como geração de **emprego e renda, valorização do patrimônio local e inclusão social**. Acredito que vai contribuir para que as **comunidades locais compreendam o grande valor da região em que vivem**” (F).*

A escolha lexical do adjetivo “*consciente*” para se referir ao substantivo “*turismo*” revela um aspecto interessante nesse segmento discursivo: aparentemente aqui há uma visão crítica do turismo mercadológico, que não inclui ou não representa os interesses da comunidade local, que tende a permanecer apartada de seus benefícios econômicos, sociais, culturais e até mesmo da valorização patrimonial. Essa ideia é reforçada pela escolha do substantivo masculino “*benefício*” associado aos substantivos “*emprego*” e “*renda*”, além do substantivo “*valorização*” usado para se referir ao “*patrimônio*” (substantivo) local e à “*inclusão*” (também substantivo) local.

As relações tecidas pelo sujeito que expôs esse segmento (F) trazem reflexões sobre o potencial para a identidade territorial nesses sítios de importância paleontológica (VIANA; CARVALHO, 2019), algo reforçado ainda por ele, já que associa o substantivo “*comunidades*” ao adjetivo “*grande*” para tratar do “*valor*” desses territórios, tudo isso associado ao conhecimento, aos saberes intercambiados (ideia remetida pelo uso do verbo “*compreender*”).

Para tal, é importante que haja uma Interpretação do Patrimônio Paleontológico e do Geoturismo, ou seja, a comunicação com o visitante, aliada a abordagens pedagógicas que incluam toda uma ecologia de saberes. Para Viana e Carvalho (2019, p.104), isso requer o diálogo entre Geopreservação, turismo e desenvolvimento cultural das comunidades do entorno desses geossítios:

O patrimônio paleontológico é plural e pode ter vários sentidos e identidades com a população de uma região. Por isso, é necessário que os valores comunitários, como mobilização social e territorial, estilo de vida e uso do solo, sejam identificados na construção de um plano interpretativo para um sítio fossilífero. (VIANA; CARVALHO, 2019, p. 104).

Assim, os autores defendem que é preciso haver estímulo à troca de conhecimentos e recursos com a comunidade. A geodiversidade não pode ser tratada como algo relativo apenas aos/às geocientistas. É importante envolver toda a comunidade, com a valorização da relação entre geodiversidade e cotidiano social, de modo que os/as moradores/as locais compreendam o grande valor do patrimônio que detêm.

É possível perceber, portanto, através da relação intertextual com escritos que envolvem mais criticidade em relação ao geoturismo, o olhar crítico da moradora local, imersa em um contexto em que é deficitária a integração entre turismo e comunidade, não havendo inclusão desses sujeitos em uma gestão participativa. Portanto, um ponto de partida importante para um olhar contra hegemônico aos “benefícios” turísticos tão grandemente difundido pelos discursos “oficiais”.

Afinal, as comunidades viventes em sítios de importância paleontológica estão imersas em um contexto de diversidade cultural, e é importante considerarmos que muitos saberes locais possam estar sendo invisibilizados em prol das atividades voltadas ao turismo. Nos dizeres de Santos (2006), fica claro que não podemos considerar comunidades como um produto, uma vontade do capitalismo, o que nos motiva a pensar em alternativas para decolonizar o saber e legitimar outros saberes, modos outros de compreender a realidade, algo que Schobbenhaus (2002) defende ser possível por meio do turismo de base comunitária. Incorporando o modo de viver e de representar o mundo por parte da comunidade, esse tipo de turismo, por outro lado, encontra-se enraizado no protagonismo social e na participação dos/as moradores/ locais, uma estratégia frente à estrutura mercadológica (BURGOS; MERTENS, 2015).

É em uma relação intertextual com o discurso de Macaúba, que Jenipapo, também oriundo de Belo Horizonte, mas morador de Lapinha há muitos anos, residindo e trabalhando no local ao lado das comunidades, apresenta-me duas ressalvas quanto ao turismo, como tem sido executado, na região, tanto inicialmente, logo após a criação do PESU, quanto após a retomada do seu projeto de efetivação, a partir dos anos 2000, e também após o início da gestão pelo IEF:

*Antes dessa retomada de criação do parque no início dos anos 2000 (...), quem administrava a gruta era a prefeitura local, a prefeitura de Lagoa Santa (...). Nessa época existia lá os quiosques das doceiras, das pessoas que vendiam suas quitandas, seus artesanatos, sim. Foram décadas daquele jeito. Essas pessoas **iam espontaneamente**. Não havia nenhuma regulamentação (...). Depois **foi criado os quiosques lá (...), foi uma reivindicação da época**. (...) Era um trabalho, eles **foram por direito (...)**. Com a reestruturação do parque, a prefeitura resolveu não continuar mais administrando a gruta (...), ia impactar muito no orçamento da prefeitura, e ela tava com estrutura, **tinha que colocar pessoas capacitadas (...)**. O IEF fez toda a **estruturação e a modernização**. E, com isso, aqueles quiosques que as doceiras ocupavam, eles foram desmanchados, e fizeram aquele (...) pequeno espaço lá, para que elas pudessem ocupar, mas seria de uma forma diferenciada. Eles tentaram algumas formas de agir, mas nada tava se encaixando. (...) Tava difícil, ia ter custos e tudo o mais. Então elas se afastaram e não deu continuidade, a gruta, aquele espaço, **PERDEU (ênfase) essa coisa bem pitoresca que existia lá**. (...) (Jenipapo).*

E complementa, dizendo que faltou investimento voltado à comunidade, faltou interesse por parte do órgão gestor, levando a um afastamento das pessoas que antes ocupavam o espaço

espontaneamente, por muitos anos, e que agora deveriam submeter-se a um processo extremamente burocrático e excludente, caso intentassem continuar a exercer suas práticas (de vida, de obtenção de renda) nesses espaços:

*Faltou eles investirem nisso, pra comunidade, sabe? Lutar mais pelo espaço, sabe? Ser mais... é... não ficar apenas pensando: “Ah, vai acontecer, vai melhorar, eles vão ter que fazer...” (...). E o projeto não cabia mais eles lá daquela forma. Então ficou por isso mesmo. Questão da lanchonete foi isso, eles criaram o espaço lá, que seria alugado para quem quisesse explorar a lanchonete lá. Só que era uma pista de mão dupla (...): “-Você não pode criar, você não pode produzir alimentos em área de proteção permanente (...)”. E estavam com um valor exorbitante para a pessoa ocupar, não fazia jus (...). É, a gente via, percebia que a administração do IEF não tinha, assim, uma lógica pras coisas que eles tavam querendo, sabe? Então é difícil julgar, mas... eu falo assim, “**não tem interesse para que isso funcione**”(…). O espaço foi criado, obrigatório por causa de legislação, ela fala que você tem que fazer isso, isso, isso, “então eu vou fazer”, mas haver interesse para que aquilo funcionasse, assim, que fosse, eu acredito que, **eu não vi boa vontade nessa época, sabe? Então... o que aconteceu foi isso.** (Jenipapo).*

Vemos que, para o entrevistado, antes da retomada do projeto de efetivação do parque a relação com a comunidade local era diferente. As pessoas iam “*espontaneamente*”, advérbio por ele escolhido para definir o modo sem regras, limites ou imposições como a comunidade local se utilizava do espaço, especificamente da Gruta da Lapinha. Ocupando um espaço pelo qual provavelmente nutriam um sentimento de pertencimento, algo que fica insinuado pela escolha do adjunto adverbial “*por direito*” logo após o verbo “*ir*” no passado, além da escolha do verbo “*reivindicar*” para relatar sobre a criação dos quiosques que permitiriam que os/as moradores/as da região que ocupassem esse lugar, tivessem um espaço mais adequado para realizarem seu trabalho.

Entretanto, pelo discurso de Jenipapo, vemos que o projeto de “*estruturação e a modernização*” conduzidos pelo IEF, ou seja, a nova administração do local, fez com que as pessoas que antes ocupavam o espaço da Gruta da Lapinha e seus arredores se afastassem do local, já que havia a necessidade (ideia transmitida pela escolha do verbo “*ter*” seguido pelo pronome relativo “*que*”) de colocar pessoas mais “*capacitadas*”, adjetivo escolhido pelo entrevistado. É possível perceber, desse modo, uma exclusão na participação da comunidade em seu próprio território de pertencimento. Algo bem típico de uma modernidade tal como já criticada por Benjamin, ao defender que esta oferece resistências ao natural ímpeto produtivo do homem, as quais mostram-se desproporcionais às suas forças (BENJAMIN, 2019). Assim, esse ímpeto vai enfraquecendo e buscando refúgio em sua morte (ou, como vemos aqui neste trabalho, em problemas ou mesmo relações conflitivas).

Transformando os seres humanos em verdadeiras máquinas de trabalho, a modernidade, ainda para Benjamin, leva à

degradação do trabalho a uma simples técnica, a submissão desesperadora das pessoas ao mecanismo social, a substituição dos “esforços heroico-revolucionários” do passado pela piedosa marcha (semelhante à do caranguejo) da evolução e do progresso. (LÖWY, 2005, p. 20).

Esta modernidade capitalista e industrial desapropria os sujeitos, fazendo surgir, em seu lugar, um único sujeito, apartado da imprevisibilidade e da heterogeneidade que lhe deram origem (PIRES, 2014), criando necessidades em prol de um suposto progresso, algo intimamente ligado à estratégia discursiva que Fairclough (2001) associa ao modo de operação da ideologia pela Legitimação, e que acaba sendo reproduzida, ou explicitada, aqui nesse segmento. Por meio dessa estratégia, opera a relação de dominação que consiste na exclusão de moradores/as locais detentores desse patrimônio, em prol da contratação, por um processo licitatório, de prestadores de serviços e fornecedores de bens sob a gestão de um órgão estadual. Tal relação, simplesmente colocada como legítima, pode ser vista mais especificamente sob o prisma da universalização, ao considerar interesses específicos (no caso, de órgãos gestores) como gerais, como se fosse importante para toda a região a modernização da Gruta (e do parque) e a consequente contratação de trabalhadores/as mais aptos/as a ela.

Ao tratar certo grupo de pessoas como mais “*capacitadas*”, um termo que pode, inclusive, ter sido muito utilizado até mesmo como estratégia propagandista da nova gestão do parque, vemos também a estratégia da Fragmentação e da diferenciação, já que os sujeitos menos “*capacitados*” da comunidade local acabaram sendo segmentados, colocados à parte do processo, talvez vistos como uma ameaça ao novo funcionamento da estrutura do local. O espaço “*perdeu*” (verbo ressaltado pelo entrevistado, em seu discurso), então, o que tinha de “*pitoresco*”, adjetivo que remete à singularidade das relações que antes tomavam parte da Gruta, e que lembra beleza, já que significa algo característico, que se sobressai por ser excêntrico, uma cena expressiva. Ou seja, temos aqui também uma certa perda, ou enfraquecimento, do sentimento de pertencimento e de afeto da comunidade para com a Gruta, em um processo de inculcação, que embora possa ter começado quando da mudança da gestão do parque, hoje provavelmente tem continuidade na vida social da comunidade local. Afinal, segundo Fairclough, o processo dialético não termina com a inculcação em si, já que a vida social é reflexiva, o que faz com que as pessoas não apenas hajam e interajam nas redes sociais, mas também que interpretem e representem a si mesmas e aos outros, algo que remodela o que as pessoas pensam e fazem. Além disso, quando pensamos em práticas econômicas na sociedade moderna, as atividades dos sujeitos estão sendo constantemente interpretadas e

representadas por outros sujeitos, o que pode contribuir para a produção de novos imaginários, os quais podem, por sua vez, ser encenados e inculcados (FAIRCLOUGH, 2003a).

Ao faltar um investimento “*para a comunidade*”, segundo o entrevistado, faltou também a implantação de um turismo de base comunitária, o qual poderia ser capaz de gerar benefícios socioeconômicos, ao mesmo tempo em que minimizasse impactos socioambientais, tais como os conflitos (BURGOS; MERTENS, 2015). Em uma gestão mais participativa, talvez não houvesse a necessidade de se “*lutar pelo espaço*”, algo que ficou aquém do necessário, segundo Jenipapo. Aqui, noto um ponto interessante por este ter sido o único entrevistado que conheci em um momento anterior, em 2018, quando fiz minha primeira incursão ao local para construir meu projeto de pesquisa: houve uma certa mudança discursiva quanto ao seu posicionamento sobre a nova gestão. Como o entrevistei na ocasião, pude observar que antes sua visão da gestão era uma visão de bastante opressão por parte dos/as gestores/as e exclusão da comunidade local. Entretanto, pela entrevista via videochamada, pude notar agora uma certa culpabilidade em relação aos/às próprios/as moradores/as locais por não buscarem seu direito de participação de um modo tão incisivo, algo que me leva a crer sobre a influência do processo de inculcação, inclusive no que diz respeito à chegada da concessão (assunto que será melhor abordado em item específico neste capítulo), à qual Jenipapo é favorável. Seu discurso de que “*o projeto não cabia mais eles lá daquela forma*”, reforça essa ideia de que a mudança de gestão foi/seria necessária.

Mas há outras escolhas lexicais que mostram que o entrevistado tem, ainda, ressalvas quanto à gestão atual no que diz respeito à exclusão da participação da comunidade local nas atividades turísticas. A escolha do adjetivo “*exorbitante*” para se referir ao alto valor que os sujeitos da comunidade local teriam que investir para ocuparem um espaço de trabalho, além do uso da expressão “*fazer jus*” após o advérbio de negação, são indicativos de sua visão do processo como injusta sob os novos moldes. Sua colocação sobre a falta de “*interesse*” e “*boa vontade*” da gestão à época da mudança vem ratificar essa hipótese. Faço aqui um paralelo com o artigo já citado de Xavier; Ribas; Braz (2017), que avaliaram, de modo qualitativo, impactos ambientais na Gruta da Lapinha, e consideraram que embora o turismo possa trazer benefícios para a região, colaborando com a geração de empregos e sua maior visibilidade no cenário natural, ele também pode gerar impactos negativos, principalmente relacionados à estrutura natural das cavernas (especialmente devido ao fluxo de visitantes e a iluminação artificial), à fauna e à flora, e à qualidade das águas. Ademais, há também impactos sociais negativos que os autores evidenciam, como o aumento da especulação imobiliária e a falta de envolvimento com a comunidade local. A lanchonete da Gruta da Lapinha, por exemplo, foi proibida pela

Vigilância Sanitária de trabalhar com o comércio de produtos caseiros, tão típicos da região, como aqueles comercializados na Rota das Doceiras. Ao oferecer apenas produtos que também podem ser encontrados nos supermercados da cidade, a lanchonete acaba não gerando renda para a comunidade, o que, para os autores, vai contra a proposta de sustentabilidade do ecoturismo na região.

Um avanço em relação à participação popular no turismo da região, por outro lado, pode ser observado no segmento a seguir, quanto Jenipapo conta como surgiu a Rota das Doceiras, implementada há cerca de 3 anos na região:

*A Rota das Doceiras veio como um projeto assim também, de **substituir aquilo que a Gruta fazia, tá?** (...) É porque a Lapinha tem uma tradição de doces aqui, das grutas do cerrado, da nossa região, que é, assim, fantástico, sabe? (...). Então **criou-se** a Rota das Doceiras, colocaram em ação esse projeto, que já estava engavetado lá na prefeitura. Ai com ele, veio muita qualidade, **com muita informação, muito empenho, investimento, tá?** E isso veio para agregar bastante mesmo. Então tivemos várias reuniões aqui, vários encontros, **divulgação em massa pela mídia**, o programa Terra de Minas, o programa lá da Viação Cipó, (...) jornais famosos aí, e a própria internet. Então a divulgação foi **MUITO** (ênfase) grande. (...) O projeto era assim: **O turista chegava na agência de turismo** (...), agendava com a Gruta lá com o receptivo da prefeitura (...) e as doceiras sabendo que eles vinham, elas se preparavam previamente (...), os doces são feitos nos quintais das casas. (...) **E, assim, como você tem as doceiras, você agregava a Rota das Doceiras, você agregava ao Parque do Sumidouro, à Lapinha e aos restaurantes, né? E a própria comunidade, toda a comunidade, né?** (...) O povoado mesmo, que somos nós que estamos atrás aqui da Gruta, é de pouco conhecimento dessas pessoas. Então as pessoas quando estão passando na estrada e veem aquelas casas ali na beirada da estrada, mais pro fundo e tal, não imaginam que aqui atrás tem toda uma vida, tá? Então quando eles vêm, como eu estou lá na gruta, estava lá na gruta fazendo aquele comercial lá, batia papo com o turista: “-Ah, tem alguma coisa aí pra trás?”, “-Ah, tem muita coisa!” (risos). **Então a Rota das Doceiras quebrou um pouco essa coisa, sabe? Do desconhecido.** Porque aí o turista já vinha com aquela rota e ele fazia tudo! Ele passava o dia na Lapinha. Não ia apenas na caverna, entrava na caverna e ia embora não. (...) **Então a Rota das Doceiras, né, só pra complementar, ela deu uma melhorada nessa, na perda lá do espaço da Gruta.** De repente, até que ficou mais prático. (Jenipapo).*

No início desse segmento é trazida a ideia de que embora tenha ficado apartada das atividades turísticas com a nova gestão responsável pelo espaço da Gruta da Lapinha, a comunidade local encontrou um modo de “*substituir*” (verbo escolhido pelo entrevistado) suas atividades na Rota das Grutas pelas suas atividades na Rota das Doceiras, embora esta última esteja incluída na primeira. O movimento, então, partindo de moradores/as locais, buscou desengavetar um antigo projeto que já tinha sido apresentado à prefeitura e, para tal, houve muito “*investimento*”, embora Jenipapo não deixe claro quais as formas de participação dos diferentes setores da sociedade nesse processo, algo que é reforçado pelo uso da conjugação do verbo “*criar*” juntamente à partícula apassivadora “*se*”, que acompanha esse verbo transitivo direto, desse modo indeterminando o sujeito.

Logo em seguida, vemos a grande atenção que o projeto, então criado, recebeu da mídia, chegando a diferentes meios de comunicação. Embora não seja possível dizer com propriedade se houve a busca pela mídia por parte da sociedade local (ou de agentes privados parceiros do projeto), ou se a mídia se apropriou dessa informação, divulgando-a. De todo modo, essa divulgação midiática tem relação muito próxima com o que Chouliaraki e Fairclough (1999) chamaram de Mercadoria Cultural, enquanto mercadoria produzida pela própria indústria da propaganda. Uma categoria de mercadoria que vem crescendo no capitalismo contemporâneo. Para os autores, essa mercadoria cultural consiste em signos, pois é semiótica, e com isso a própria linguagem da propaganda na mídia vem a se tornar uma mercadoria, algo esteticamente desenhado para vender.

Já em sua obra *Analysing Discourse*, Fairclough (2003a) nos diz de uma Cultura Promocional, relação entre ação estratégica e ação educativa, voltada ao consumo de cultura e à estetização da vida cotidiana. Talvez seja algo semelhante ao que se deu com a verdadeira explosão midiática da nova tradição local voltada ao turismo, principalmente via programas televisivos, o que Fairclough chama de mídia de massa. Segundo o autor, essa mídia é, geralmente, uma parte, um aparato da governança, já que um gênero midiático como as notícias televisivas transforma e recontextualiza outras práticas sociais que, por sua vez, são recontextualizadas em textos e interações entre distintas práticas, incluindo até mesmo a vida cotidiana. Isso acaba por influenciar na forma como vivemos e nos significados que criamos em nossas vidas (FAIRCLOUGH, 2003a).

A dúvida quanto ao fomento da divulgação da Rota das Doceiras por agentes públicos ou privados é colocada também mais a seguir no segmento, quando o entrevistado menciona a necessidade do/a turista agendar com a agência de turismo para ter acesso à Rota, o que insinua a existência de participação particular nesse fomento. Entretanto, Jenipapo também menciona, algumas linhas depois, que esse roteiro dos doces agrega ao parque, à Lapinha, aos restaurantes e a toda a comunidade. Aqui, a escolha do verbo “*agregar*” e do pronome “*toda*” para caracterizar o quão unida/ligada ao circuito turístico a comunidade local se tornou, insinuam um avanço positivo do turismo no local, mais voltado aos/às seus/suas moradores/as.

Esse incremento turístico é reforçado pela ideia de que o local ganhou mais evidência, mais visibilidade em “*Então a Rota das Doceiras quebrou um pouco essa coisa, sabe? Do desconhecido*”. Isso, seguido pela informação de que ela “*complementou*”, “*melhorou*” (verbos que remetem a aperfeiçoamento, incremento) uma questão que surgiu em detrimento da impossibilidade da comunidade local usar e ocupar o espaço da Gruta para suas atividades

econômicas, tendo ficado “*mais prático*” pela rota se estabelecer entre as próprias casas dos sujeitos envolvidos, o que incrementou o aspecto cultural do turismo na região.

Talvez o que estejamos vendo aqui seja um movimento local que Chauí (2006) chamaria de refazer a memória de um modo contrário ao da classe hegemônica. Uma retomada ao passado que não busca simplesmente a recuperação de tradições ou mesmo o culto à tradição, mas sim um movimento de desvelar (tornar conhecido o “*desconhecido*” acima realçado), de reapropriar as memórias locais aos seus sujeitos de direito. Algo, de fato, muito importante quando falamos de preservação do patrimônio cultural, já que, como nos lembram Pádua; Risério; Correia (2017, p. 68), a ação para essa preservação “precisa estar vinculada à transmissão, difusão e apropriação dos sentidos e valores atribuídos aos bens culturais por parte dos grupos sociais a eles relacionados”.

É também nesse sentido que o entrevistado diz ainda, após novamente trazer a venda dos doces locais como um fator que agrega, que

*Tem outros também, que vão aqui agregar, olha “a gente encomenda aqui, você faz, a gente vende pra você ou consignar”... faz tudo pra poder continuar dentro desse contexto, né? Não perder, **não deixar a coisa cair no esquecimento**, não ficar perdido, né? Então essa é nossa, é mais uma das participações que a gente tem com a comunidade, viu? (Jenipapo).*

Após trazer exemplos da participação local por meio da intertextualidade manifesta, Jenipapo nos traz a importância de não deixar que as tradições locais sejam esquecidas, o que permite aqui uma aproximação com o que trazem Pereira e Gomes (2002) em seu livro *Flor do Não Esquecimento: cultura popular e processos de transformação*. Ao discorrerem sobre cultura, lembram-nos da importância da preservação da multiplicidade da cultura popular de Minas Gerais, a qual varia grandemente entre áreas urbanas e rurais. Nestas, onde há articulação com uma gama enorme de atividades, os valores construídos sobre um mesmo objeto podem variar conforme o olhar a ele direcionado, bem como a experiência e os valores atribuídos por diferentes grupos. Assim, é possível perceber em diferentes locais a coexistência de marcas culturais distintas, casos em que não é incomum uma cultura (ou grupo) ser identificada e reconhecida, enquanto outra é desvalorizada, invisibilizada ou mesmo esquecida (FONSECA, 2003).

Possivelmente, o desvelamento do desconhecido, por parte da comunidade local, é algo que ainda não aconteceu em Fidalgo, onde mora o entrevistado Buriti, nascido na região. Para ele, há um grande potencial turístico na área, graças à importância (histórica, biológica, geológica, cultural, etc.) que ela tem, algo que será melhor abordado no eixo sobre Pertencimento. Porém, para Buriti:

*Não houve aquela, realmente aquela implantação assim do turismo, entendeu? (...) Hoje tá tudo parado. Como que o pessoal vai investir nisso? Por exemplo: tem vários cursos: artesanato (...), quitandas, coisas locais. Mas só que não houve a implantação do turismo. Então como é que nós vamos fazer isso, se o turista não tá vindo pra nossa região? Vai mostrar pra quem? Vai vender pra quem? Quer vir? Tá, eu vou ali pro sítio. O que eu faço na minha casa hoje? Minha esposa faz quitanda, eu faço queijo, doce de leite. Entendeu? **Mas pra quem que eu vou vender isso?** Vou vender isso aqui mesmo, porque eu tenho essa condição, porque a minha produção é pouca. Mas se for um grupo de pessoas? Pra quem eles vão vender? **Se o turista não tá na nossa região. Só espero, né, que essa firma que tá chegando aí realmente valorize a nossa região e o turismo também.** Que a função deles vai ser isso, **valorizar o turismo local.** Aí quem sabe, né? (...) **Vem o retorno econômico também pro pessoal local, pro pessoal valorizar isso também.** (Buriti).*

Neste segmento é possível perceber a insatisfação de Buriti enquanto morador da região envolvido na feitura de produtos locais. Segundo ele, o turismo não foi implementado de modo satisfatório, algo evidenciado, no início do segmento, pelo uso do advérbio de negação antes de se referir ao turismo, visão reforçada pelo uso dos advérbios “*realmente*” e “*assim*”. Em seguida, após levantar a questão sobre para quem seus produtos serão vendidos, se não há turistas o suficiente na região, ele traz sua visão sobre o processo da concessão, para o qual olha positivamente, com esperança quanto à valorização da região e do turismo (o que será melhor abordado em tópico específico). Reafirmando sua visão, volta a escolher o verbo “*valorizar*” e o substantivo “*turismo*” para seu discurso, ligado ao adjetivo “*local*” para enfatizar a participação da comunidade local. Ao final do segmento, “*valorizar*” volta a aparecer, além da questão do incremento econômico para os/as moradores/as locais.

Nesse discurso, portanto, aparece claramente o desejo por um turismo de base comunitária, que envolveria uma gestão participativa, enraizada no protagonismo social da comunidade local (BURGOS; MERTENS, 2015). Afinal o turismo é algo complexo, que vai muito além da mera prática de mercado, necessitando incorporar as dimensões sociocultural e ambiental e partindo de um relacionamento de interdependência entre elementos diversos que precisam estar alinhados para objetivos comuns. E como parte fundamental e estruturante dessas inter-relações, é que os sujeitos locais são os protagonistas (ainda que heterogêneos) na gestão dos serviços e dos recursos turísticos.

Na região é possível, por exemplo, fortalecer o turismo por meio das próprias trilhas que já existem, sejam elas de produção de doces, voltadas ao cicloturismo ou mesmo para caminhadas (como os Caminhos de Rosa, citados anteriormente nesta tese). Segundo Freire (2020) trilhas de longo curso associadas a produtos locais podem trazer benefícios sociais, econômicos e ambientais, pois também abarcam a conservação da paisagem rural e as práticas tradicionais das comunidades locais. Essa associação, que incentiva o turismo de base

comunitária, preserva a identidade cultural e os saberes, proporcionando empoderamento e fortalecimento da soberania alimentar, e contribuindo para a manutenção dos territórios e de suas populações.

Defende-se que mediante a participação comunitária no turismo é possível aumentar a probabilidade de respeito aos estilos de vida e valores locais, além da criação de melhores oportunidades para que as comunidades obtenham mais benefícios das atividades turísticas que ocorrem em suas localidades. Igualmente, considera-se que a abordagem participativa pode aumentar a capacidade de carga e o ciclo de vida de um destino turístico, reduzindo os impactos negativos da atividade e melhorando simultaneamente seus efeitos positivos (BURGOS; MERTENS, 2015, p. 67).

Assim, estar em diálogo com aqueles/as historicamente oprimidos nessas comunidades, que lutam pelo direito de existir em seu território, é buscar a autonomia desses sujeitos, para que se incorpore aqueles que Simas e Rufino (2020) chamam de *sobreviventes*, em uma verdadeira estratégia de batalha na busca pelo encantamento do mundo e contra a lógica colonial, voltada ao utilitarismo da natureza e que visa o lucro, unicamente.

O sentimento de que o parque não trouxe o incremento do turismo (o que teria sido feito, conforme o discurso “oficial” em sua implantação) e de que as comunidades não têm sido beneficiadas, algo distante do que se tinha inicialmente esperado, é também compartilhado por Pequi:

*(...) Desde o princípio, a gente via essa **possibilidade de um turismo, e não foi nada consolidado**. (...) A **possibilidade** de turismo aqui na região, a Rota Lund pode trazer isso. Aqui em Matozinhos ficou fora, com o Parque Cerca Grande, e os monumentos, os 3 monumentos naturais que são no entorno. E a Gruta do Ballet, que também é da RPPN, da Cimento Nacional agora, antiga LAFAB. Então isso pode ser a **possibilidade** de um **acerto futuro**. Entendeu? Pra gente ter novos momentos de negociações e conversas. Mas assim, **a região não tá preparada** e o Circuito das Grutas a gente vem trabalhando com isso acho que desde 2002, 2003, que acho que foi a época da fundação, então o circuito cresceu muito. (...) Eu acho **muito despreparada a região**. (Pequi).*

Ou seja, para Pequi, inicialmente houve um discurso que trazia a “*possibilidade*” (substantivo aqui utilizado três vezes por ele) do turismo, talvez pela estratégia ideológica da universalização (por sua vez, estratégia da Legitimação), colocando os interesses de grupos hegemônicos como sendo naturalmente benéficos a toda a comunidade local. Até mesmo porque ele coloca como possível uma futura reparação à exclusão de determinados grupos em relação aos benefícios turísticos pela implementação da Rota das Grutas, a exemplo dos/as moradores/as de Matozinhos.

Em seguida, o entrevistado comenta duas vezes sobre o despreparo da região quanto ao turismo, necessitando ainda mais investimentos para que ela se torne pronta a receber mais turistas. Quando perguntado sobre sua opinião quanto à possibilidade de um turismo partindo da comunidade, em uma gestão mais participativa, Pequi expôs o seguinte:

*(...) a expectativa que a gente tem quando visita um negócio é muito superestimada com a proximidade. E essa outra possibilidade, diferenciar um turismo de comunitário, farofeiro, comunitário, muito mais divertido, e outro, que é o de rendimento. Entende? Eu consigo entender perfeitamente que **o turismo pode ter uma cadeia econômica muito grande, mas raramente de valores. Porque normalmente as comunidades são expropriadas.** E isso acontece aqui, eu já vi ali no parque do Cipó, por exemplo. Isso se tornou uma realidade. Por exemplo, as pousadas, os hotéis, os bares, (...) 90% deles eram de pessoas de fora. Então (...) **sobra o sub emprego.** Vi isso em Chapada de Guimarães também. Uma outra coisa, quando se fala da linha de artesanato. Você chega ali hoje, praticamente se você rodar os parques brasileiros, você tem **identidades brasileiras com produtos “made in China”, em Taiwan.** (Pequi).*

Para ele, portanto, embora a chegada do turismo possa trazer certos benefícios, geralmente as comunidades locais são excluídas, ou até mesmo “*expropriadas*”, segundo ele, o que remete à perda da posse da terra, da propriedade, algo, inclusive, relacionado ao impacto da implantação do parque, como já discutido anteriormente. Ademais, esse turismo de mercado acaba se voltando a um modelo globalizado, ocidentalizado, que se apropria de tradições, patrimônios locais, para vender produtos que muitas vezes nem são feitos pelas mãos dos/as moradores/as locais, mas são importados e vendidos visando o lucro de um grupo bastante restrito, geralmente para pessoas de outras cidades, regiões. Essas participações de empresas de fora, por sua vez, controlam a participação social da comunidade, criando barreiras e mecanismos de controle local (BURGOS; MERTENS, 2015).

Relacionado tanto ao turismo quanto à problemática territorial decorrente da exclusão das comunidades locais em relação aos processos decisórios, e também com possíveis conexões com os demais problemas socioambientais tratados neste eixo de análise, encontra-se a questão das concessões (já mencionada aqui por meio de alguns segmentos discursivos que selecionei dos/as entrevistados/as). O Programa de Concessão pode ser visto, também, sob a ótica da preocupação quanto a entraves a uma EA Comunitária aliada à gestão participativa, como ficará mais claro no próximo eixo. Portanto, a seguir, abro espaço para trazer tal problemática enunciada nos discursos, para depois dar sequência aos discursos que insinuam problemas concernentes à mineração. Afinal, atraindo a atenção do turismo, a região também vem atraindo mais fiscalização. Como resultado, houve maior visibilidade de mineradoras que operavam fora dos padrões legalmente exigidos. Isso gerou encerramento das atividades de pedreiras e, conseqüentemente, muita insatisfação daqueles/as que delas dependiam.

Assim, no próximo tópico, trago as questões relacionadas ao Programa de Concessão em Parques Estaduais – Parc. Emergindo do discurso de todos os entrevistados por videochamada, a concessão não seria, inicialmente, um eixo de análise. Daí o fato de ela não ter sido analisada nos questionários, tampouco no MEI Rota das Grutas, onde ela, de fato, não aparece (até mesmo pelo material ter sido coletado em 2018 e produzido nos anos anteriores). Mas ao conversar com os/as moradores/as locais, notei sua necessidade em me dizerem o que pensam do tema, muitos/as deles/as estando bastante esperançosos, outros temerosos, com receio de que a concessão intensifique as desigualdades, os problemas relacionados ao turismo, à não participação comunitária, dentre outros aspectos. Dedico, portanto, o próximo eixo, a essa temática.

7.3.4 Os discursos relacionados ao Programa de Concessão em Parques Estaduais – Parc

Ao delegar funções a princípio públicas, para a esfera privada, colocando os parques estaduais enquanto espaços para o lucro, o Parc toma parte de discursos políticos, gerando incertezas e conflitos. Isso porque o modelo desse Programa de Concessão é feito nos moldes de políticas ambientais contemporâneas e do ideal desenvolvimentista dominante no país, os quais reforçam a mercantilização da natureza, transformando seus bens em recursos ambientais, a serviço do capitalismo. Enquanto a natureza é assim vista, comunidades e povos tradicionais vêm tendo negados seus direitos, seus modos de ser e estar no território, à medida que os empreendimentos os invisibilizam, fragilizam, calam e apagam, em nefastos processos de injustiça ambiental.

Em 27 de outubro de 2021 foi publicada no jornal Estado de Minas Gerais uma matéria sobre a primeira concessão pública de visitação e atividades de ecoturismo dentro do Programa de Concessão de Parques Estaduais – Parc: justamente a concessão da Rota das Grutas Peter Lund. A matéria jornalística traz a informação de que o projeto contará com um investimento de R\$960 mil, contemplando os municípios de Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Sete Lagoas e Cordisburgo, e incluindo a colocação de 124 placas informativas com o objetivo de valorizar a região (ALVES, 2021).

Ainda de acordo com a notícia midiática, o Parc, coordenado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad, e pelo IEF, com a cooperação das secretarias de Estado de Cultura e Turismo – Secult e de Infraestrutura e Mobilidade, objetiva a melhoria e a diversificação dos serviços turísticos que são contemplados pelas Unidades de Conservação estaduais, o que garante (segundo o próprio Parc) o aproveitamento sustentável

de potencialidades econômicas que já existam na área, além de uma maior eficiência na gestão e na conservação da biodiversidade.

Mas é preciso, como já discutido em toda esta tese, atentar-nos ao potencial da mídia tanto em inculcar ideias, quanto em abarcar uma ampla gama de possibilidades para os modos de operação da ideologia, a exemplo da Dissimulação (em especial, a eufemização), da Legitimação (por meio da racionalização e da universalização), dentre outros. Além disso, esses textos podem incorporar e serem incorporados intertextualmente por outros textos (como discursos políticos) e, ao terem sua distribuição a nível nacional, também podem ter um extenso e diverso grupo de leitores, com diferentes modos de construção de significado por meio de sua interpretação de tais notícias (FAIRCLOUGH, 2003a).

Essas redes ou cadeias de textos que envolvem uma mudança de significados entre práticas sociais, entre eventos ou entre textos, consistem, portanto, em um processo complexo no qual os artigos midiáticos lidos podem ser respondidos em uma variedade de outros textos ou conversas sobre as notícias, principalmente quando tais notícias têm um significado particular para o leitor, como nos aponta Fairclough (2003a). De modo similar, Benjamin também alertava para a mudança de percepção humana da realidade devido à reprodução midiática, já que para ele a nossa percepção muda de acordo com o nosso modo de vida, o que também pode afetar a aura da própria realidade ao nosso redor. Se para o filósofo alemão a reprodução em massa de uma obra afasta-a da sua aura, da sua tradição original, em prol de sua projeção apenas para sua reprodução (BENJAMIN, 2012a), similarmente, para Fairclough (2001) as mudanças discursivas nos textos também se relacionam a mudanças nos modos de racionalidade e de *ethos*, algo bem comum na publicidade governamental.

Assim, o convite para analisar e refletir sobre os discursos dos/as moradores/as locais a respeito das concessões é também um convite para pensar a grande influência das notícias veiculadas pela mídia, dos discursos políticos e propagandistas que permeiam a vida social. Afinal, certos grupos sociais detêm maior poder quando controlam as ações de outros grupos, tentando definir as bases para a ação social, “controlando instituições do aparato de governança ou (...) controlando instituições desenhadas para carregar discursos em formas genéricas de grande dispersão no espaço e no tempo, como é o caso dos meios massivos de comunicação” (RESENDE; REGIS, 2017, p. 16). Vejamos agora, no discurso da comunidade local, como é vista e percebida a concessão de tais áreas.

Início a análise crítica dos discursos que trazem a concessão com a transcrição de segmentos discursivos de três moradores/as locais que se mostraram mais esperançosos/as quanto à efetivação das concessões. Tais segmentos são referentes a Jatobá, que é também

monitora ambiental e participou da etapa dos questionários; Buriti, que já trabalhou como monitor durante muitos anos no PESU, mas atualmente não tem vínculos com o mesmo; e Jenipapo, voluntário na Gruta da Lapinha e cuja esposa atua no Conselho Consultivo do Parque Estadual do Sumidouro, em ONGs e também no ramo turístico. Vejamos os segmentos abaixo:

*(...) O Estado tá concedendo as áreas visitadas, né? Aí a empresa assinou nesse mês de agosto. Ela já assinou, eles já estão passando aí pelo processo de transição. Não sei exatamente quando vai entrar e como que vai ser a contratação, **mas eu acredito que deve priorizar também os moradores.** (Jatobá).*

*Eu acho que o que eu quero falar é o seguinte: que, chegando essa firma no parque agora, **espero que essa firma realmente traga pra nossa região o valor merecido. Né? E pelo que eu fiquei sabendo, o objetivo deles é tratar do turismo na região. A implantação realmente do turismo, fazer novas coisas pra tudo sair. Que realmente isso aconteça, então eu espero que essa firma seja um sucesso aqui no parque, pra nossa região, que traga economia pra nossa região também, que é importante essa economia nossa, e que passe a valorizar tudo isso que a gente tem. Da história, da pré-história, do Peter Lund, fósseis, Bandeirantes, entendeu? Então que eles consigam colocar isso no mundo. Que o pessoal venha conhecer nossa região e valorizar, eu espero isso.** (Buriti).*

*(...) O parque agora, Camila, ele está passando por um processo chamado concessão, tá? (...) Já está acontecendo no Parque Estadual do Sumidouro, tá? Foi um dos parques, foi se não me engano, ele tava na lista como o primeiro parque a receber essa concessão. (...) Mas **ele já está com um grupo, né, de empresários, obviamente, que tão vindo com uma, uma ideia fantástica, com muita estrutura.** (...) Minha esposa participou da reunião com eles, (...) e eu ouvia as falas das pessoas envolvidas e **fiquei, assim, bem esperançoso que as coisas vão ter assim, um crescimento muito grande, tá? Vai ser uma divulgação maior, vai ter... a estrutura vai ser melhorada, então uma série de coisas que vem pra agregar.** (...) Então a gente tá vivendo esse momento agora da concessão, (...) que já tá tudo engatilhado. (...) Penso eu, né, então **agora já que a concessão vai acontecer, deixar que ela entre, que ela entre aí como uma coisa definitiva.** (Jenipapo).*

*(...) Mas retomando o processo aí da Rota das Doceiras, principalmente a concessão vai fazer uma ligação muito grande entre Gruta da Lapinha e a Casa Fernão Dias, onde a Lapinha é o centro dos acontecimentos, no nosso povoado. Então quando isso acontecer, Camila, fatalmente a **interação entre turismo e população vai ser imensa. Então a gente vê que isso vai contribuir, isso vai mudar. Vão trazer novos experimentos, novidades na questão turística, na questão do meio ambiente, prometem engajar cada vez mais a comunidade, que eles vão precisar realmente porque você não consegue separar isso, né? Comunidade e economia, e o processo de desenvolvimento. Você tem que tá agregando tudo isso. Então, eles vão trazer. E trazendo isso, os cursos que virão, que eles vão promover junto à comunidade cursos que prometem ser de grande nível, tá? Então isso tudo vai transformar a comunidade, isso eu tenho certeza.** (Jenipapo).*

*(...) A concessão ainda tá muito concentrada nos envolvidos, tá? (...) **É um projeto que ainda tá caminhando, né? A comunidade por si já conhece, já sabe da história do que vai, do que tá acontecendo.** (...) Ainda não tá inteirada de tudo o que acontece no processo, nós também não temos **100% de certeza, sabe? Eu participei com a reunião do grupo em janeiro do ano passado e... fizeram toda a explanação pra nós, aí eu... me deram uma noção do que viria por aí. Claro, aí os processos vão mudando, nesse caminhar de tempo aí, é... as providências diferenciadas por causa do COVID também, então vai trazendo algumas coisas novas aí. A gente tá atento, então assim que vier coisa, na hora que eles colocarem o primeiro pezinho lá dentro da gruta, lá no Parque Estadual do Sumidouro, aí toda a comunidade de certa forma, será envolvida. Esperamos que isso traga, realmente, é... uma***

melhoria pro povo e pra comunidade em si, que as pessoas sejam participativas, então acho que é um direito e é justo, sabe, com a comunidade, que seja um... um agregado aí, com tudo isso. (Jenipapo).

Todos esses três sujeitos (assim como todos/as os/as demais entrevistados/as) tiveram a iniciativa de falarem sobre o tema da concessão, sem terem sequer sido questionados sobre ele. Isso, primeiramente, revela o quão recorrente no cotidiano dessas pessoas devem estar sendo a divulgação e as discussões sobre o processo de concessão. Todos os três, especialmente Buriti e Jenipapo, mostraram grandes expectativas quanto a ele, o que pode demonstrar uma relação intertextual com discursos propagandistas desse programa, que possivelmente vêm sendo direcionados para a inculcação de discursos (e ideias) na comunidade local.

A utilização de expressões como “*acredito que*” (por Jatobá), “*espero que*” (duas vezes utilizada por Buriti) e “*esperamos que*” (ao final do último segmento de Jenipapo), revelam essa visão positiva e esperançosa dos três sujeitos. Ao dizer que acredita que a contratação de novos funcionários para a área priorizará os/as moradores/as, embora afirme saber pouco sobre como se dará o processo, Jatobá revela sua opinião positiva quanto ao aumento da oferta de empregos para a comunidade dos arredores das Unidades de Conservação.

Buriti e Jenipapo, em seus discursos, demonstram uma intertextualidade mais forte com discursos propagandistas e discursos típicos de grupos políticos e empresariais. Isso porque os segmentos discursivos dos dois sujeitos revelam a potência da Pressuposição enquanto estratégia da intertextualidade, já que ambos consideram os benefícios, principalmente relacionados ao turismo, à economia e à visibilidade da região, como algo dado, como certo.

A utilização, por Buriti, do advérbio “*realmente*”, em “*que essa firma realmente traga*” e “*que realmente isso aconteça*”, mostra-nos que embora ele tenha uma esperança grande dos incrementos locais por meio da concessão, ele não está tão certo dos benefícios quanto Jenipapo, que se utiliza de expressões como “*vai ser melhorada*”, “*vai contribuir*”, “*vai mudar*”, “*vão promover*”, “*vai transformar*”, “*isso eu tenho certeza*”. Talvez essa diferença tenha relação com o papel que cada um vem exercendo junto ao parque, estando Buriti atualmente afastado, mas Jenipapo ainda atuante e dependente dele quanto a suas atividades profissionais.

Mesmo não estando diretamente ligado à atividade turística, Buriti destaca a importância de um turismo “*realmente*” efetivado, algo que ele havia defendido anteriormente, como já discuti para o eixo sobre pertencimento. Assim, percebe-se também a Pressuposição do turismo e seu incremento como algo positivo, vantajoso para a comunidade local, e que caminha junto à valorização da região e de seu patrimônio. Associando divulgação e melhoria

econômica, é possível perceber o modo de operação da ideologia por meio da universalização (estratégia da Legitimação), como se esses aspectos fossem do interesse de todos/as. Além disso, possivelmente opera a eufemização, dentro da Dissimulação, por parte de discursos políticos e propagandistas a favor da concessão, ocultando-se possíveis aspectos negativos do programa.

De modo similar, vemos no discurso de Jenipapo as mesmas estratégias e os mesmos modos de operação da ideologia dominante. Em especial, a eufemização aparece fortemente presente em: “*tão vindo com uma ideia fantástica, com muita estrutura*”, “*as coisas vão ter, assim, um crescimento muito grande*”, “*vai ser uma divulgação maior*”, “*a estrutura vai ser melhorada*”, “*coisas que vêm para agregar*”. Portanto, aqui há também uma intertextualidade com o discurso de Buriti, quando Jenipapo diz que vai haver uma maior divulgação para a região.

Quando Jenipapo menciona a Rota das Doceiras, vemos a esperança de que a concessão irá beneficiar até mesmo o turismo de base comunitária, por meio de um engajamento com a comunidade ao qual ele, posteriormente, associa à economia e ao desenvolvimento local. Percebo aqui, portanto, além da ideia de desenvolvimento econômico inculcada por um capitalismo verde, também o que Brumatti e Rozendo (2021) denominam como a prevalência da racionalidade econômica nas situações de tomada de decisões quanto às concessões. Segundo as autoras, isso muitas vezes leva à perpetuação dos históricos padrões de exclusão em prol do apelo a um suposto turismo sustentável que, na verdade, não tem conexões com as propostas que partam dos/as moradores/as (embora nas estratégias discursivas eles/as, aparentemente, estejam incluídos).

É com uma visão um pouco mais cautelosa, que Arnica do Campo, moradora da Quinta do Sumidouro, em Pedro Leopoldo, e monitora ambiental do PESU até o ano de 2020, mostra-se esperançosa quando à concessão, porém com ressalvas:

Pra comunidade eu não sei se vai ser tão bom, porque eu tenho a impressão que eles venham com a própria estrutura. Já venham com a ideia. Devem pesquisar e tal, mas devem vir com uma outra ideia. Não sei se vai ser lucrativo pra comunidade. Mas eu espero que seja melhor, porque o parque tá precisando muito de uma guinada, né? Porque tá muito precário, a estrutura, a própria unidade.
(Arnica do Campo).

Apresentando intertextualidade discursiva com Jenipapo, ao mencionar a estrutura que a concessionária trará, e com Buriti, ao defender que o parque precisa de mais valorização, Arnica do Campo traz ainda uma preocupação também apontada por Botelho e Rodrigues (2016) ao defenderem que a geração de emprego e renda divulgadas como modo de melhorar a

qualidade de vida das populações locais deva ser relativizada. Isso porque, segundo os autores, os resultados “econômicos positivos da visitação são argumentos utilizados pelas instituições responsáveis pela criação dos parques nacionais que tentam “compensar” a perda por parte das populações locais relacionada às atividades tradicionais praticadas no local” (BOTELHO; RODRIGUES, 2016, p. 288). Além disso, os autores apontam a dependência que é criada em relação às empresas concessionárias, ficando muitos/as moradores/as locais resignados a se empregarem nessas empresas, ao invés de serem incentivados/as a abrirem seus próprios negócios.

Há, ainda, para o segmento de Arnica do Campo, uma relação com discursos contra hegemônicos que vêm sendo construídos visando denunciar a desresponsabilização do Estado quanto à manutenção da estrutura física do espaço. Segundo Rodrigues e Abrucio (2019), há grupos que criticam as concessões enquanto parte de um projeto neoliberal de governo, que objetiva a transferência de grande parte das responsabilidades para a iniciativa privada, o que gera dúvida sobre a possibilidade de que a concessão também leve à elitização do acesso a essas estruturas, a esses bens públicos.

É nesse sentido que também encontro dúvidas quanto ao real benefício do Programa de Concessão nos discursos de Ingá, Pequi e Copaíba, abaixo:

(...) Você já deve ter ouvido dizer da concessão que foi feita agora das unidades, né, da Rota Lund, essa coisa toda. Quem sabe através disso aí (a gente tem um pé atrás com essas coisas, certo? Porque vai pra iniciativa privada, e lá é só lucro, lucro, lucro. Então, é, a gente fica com o pé atrás em relação a isso, né?), mas pode ser uma boa saída pra o incentivo e pra exploração disso aí. (Ingá).

(...) Uma incógnita muito grande. É a primeira vez que se faz isso (...) e pode ser algo que dê muito certo, mas que na realidade pode viabilizar, concretizar um sonho de mais de 180 anos, desde Lund. Então é uma grande possibilidade. Agora, qual é meu gargalo? Se você vira pra mim, fala que o empresário vai ser muito melhor, que vai ser milagre? (...) Eu olho isso com olhos muito duvidosos, vamos dizer assim. A mesma coisa, vou dar outro exemplo: as concessões de ônibus. Nós temos um serviço maravilhoso, né? Você vê aí, quando você vier na cidade, você vai perceber. Tem ar condicionado, um cafezinho. (...) Assim, a gente entra aqui em Matozinhos e vamos repletos de calor humano, assim, né? (...) Então, as concessões de ônibus. É a mesma coisa. E elas são eternizadas. Elas são eternizadas, você vê a casa que mora o dono da empresa e vê a casa que moram os clientes deles. Então a gente entende a diferença e a ação. Então, assim, não me conta, que essa história não cola. Entendeu? (...) Fico muito em dúvida com o processo. É o mesmo discurso que tá aí pra gestão do lixo e queima de resíduos da geração de energia. Me engana, que eu gosto. (...) (Pequi).

Papel aceita tudo. Eu quero ver isso na prática. “-Ah, não, mas é porque eles vão fazer um crédito de financiamento”. Crédito de financiamento é o que? Ah, então a pessoa controla um carrinho de pipoca, um carrinho de cachorro-quente... aí ele vai vender a pipoca aonde? Na porta da Gruta? Ele vai poder? Ele vai vender pipoca aqui dentro da comunidade pra quem e aonde? (...) ? Porque tem as comunidades direto com o patrimônio, com a concessão então... porque com o município era mais próximo, sabe, cada vez vai ficando mais distante da comunidade. E tanto pelas mudanças comportamentais da humanidade, da população, é claro que há uma tendência a distanciar, mas

quando é que a gente vai realmente conseguir ter um programa em que a gente resgate essa coisa que já existiu, e consiga resgatar esse distanciamento, pra que essas coisas não se percam mesmo? Tudo pra mim acaba virando cifra. (Copaíba).

Remetendo à preocupação quanto ao real benefício econômico para a comunidade local, os três segmentos discursivos acima revelam que os sujeitos têm muitas dúvidas em relação às vantagens da concessão. Embora Ingá acredite que a concessão possa ter vantagens, revelando uma visão mais pragmática enquanto ex gestor da APA, ao utilizar-se do substantivo “*exploração*”, ele também faz a crítica ao “*lucro*” enquanto objetivo principal da iniciativa privada. Em uma relação intertextual com o discurso de Ingá, Pequi também mostra muitas dúvidas ao expor: “*eu olho isso com olhos muito duvidosos*”, após ter se referido à concessão como uma “*incógnita muito grande*”, ainda que reconheça o processo como “*uma grande possibilidade*”.

Pequi também faz uso da ironia, em “*Nós temos um serviço maravilhoso, né?*” e “*Me engana, que eu gosto*”, como modo de fazer ecoar discursos tipicamente empresariais, para expor suas falhas. Ou seja, acontece aqui o que Fairclough denomina como sendo uma disparidade entre o significado a que o sujeito está dando a voz, ao ecoar seu enunciado, e a real função de seu enunciado, que é criticar tal enunciado (Fairclough, 2001). Desse modo, o sujeito faz uso da ironia para criticar projetos de concessionárias de modo geral, exemplificando com o que acontece em concessão de transporte público.

Ao dizer que as concessões tendem a ser “*eternizadas*”, pois basta-se olhar para as diferenças de moradias entre os proprietários das empresas e os funcionários (ou, no caso, seus usuários), Pequi mostra a aproximação de pensamento com o de Botelho e Rodrigues (2016), que também alertam para o fato de que “o modelo de desenvolvimento do turismo que vem sendo replicado em muitos destinos deixa transparecer uma relação de dependência das populações locais ante os empreendedores externos” (BOTELHO; RODRIGUES, 2016, p. 289). Assim, segundo os autores, a população local recebe uma quantia desproporcional dos lucros advindos do turismo, os quais ficam nas mãos dos grandes empresários.

Para Copaíba, que também faz uso da ironia em “*Ah, então a pessoa controla um carrinho de pipoca, um carrinho de cachorro-quente... aí ele vai vender a pipoca aonde? Na porta da Gruta? Ele vai poder? Ele vai vender pipoca aqui dentro da comunidade pra quem e aonde?*”, há também a preocupação com o real rendimento/benefício da comunidade local que, segundo Copaíba, vem se tornando historicamente muito afastada de seu patrimônio. Como colocam Botelho e Rodrigues (2016), embora muitas regiões tenham potencial para a compatibilização entre proteção dos recursos naturais, valorização do patrimônio cultural e

inserção econômica da comunidade local, de fato, o que costuma ser verificado é um serviço de apoio ao turismo ainda incipiente, bem longe daquele objetivado pelo turismo de base comunitária.

Ainda para Copaíba:

(...) Pode ter tentativa de resgate, que vai demorar, que agora é uma concessionária que vai tá ali. Então, se já era burocrático no IEF fazer a visita, imagina (...). Nos últimos anos então, foi terrível. E agora com a concessionária aí, como é que vai ficar? Eu acho que, sabe, pode ser que a comunidade imediata tenha talvez um acesso mais fácil, mas as escolas públicas de Lagoa Santa eu não sei. (...) “- Gente, como é que vai ser? Como é que vai ser?”. E a gente, como Conselheiro, fica muito insatisfeito, porque muita coisa não é trazida, é resolvida lá no âmbito, né? Por mais que eu tenha cansado (ênfase) de falar: “-São patrimônios históricos tombados. Além de ser público, mas são patrimônios tombados. A Lei de tombamento é clara sobre a participação da comunidade, né? A câmara municipal pra tá resolvendo isso!”. Mas não “- é prerrogativa do prefeito”. Mas pera aí! Então TODOS nós, inclusive os conselhos municipais, foram é... cerceado, separados, segregados, de toda essa negociação. Quando a gente participava de alguma coisa, era MÍNIMO de alguma coisa, e sem contar, por exemplo, nesse processo das audiências públicas da concessionária. A cidade administrativa. Quem vai? O Sr. Miguel, o Sr. João, a Dona Maria... vai? Onde que eles tão também? “- Ah, não, mas teve uma audiência pública no parque!”. Quem de fato divulgou? Eu fiquei chamando as pessoas, mas sabe, não tem aquela coisa: Audiência pública na câmara municipal, no quintal da Igreja, na escola.... pra trazer realmente. Não teve bem pra essa questão da cessão da Gruta, e não teve pra concessão. Né? Do parque para o Estado. Não teve, então não tem uma participação mesmo. (...). (Copaíba).

(...) Essa relação vai ficar difícil. Espero que eu esteja enganada, e com a parte de estudo científico também. Porque tem as “burocracias”. (...) Agora com uma concessionária, não sei como é que isso vai ficar também? Porque eu já tô preocupada, pensando em vocês, pesquisadores, né? (...) Eu fico triste porque esse grande patrimônio, na última reunião que teve online com a concessionária, a perspectiva deles é a reabertura do museu daqui a dois anos (ênfase). Mas é porque é burocracia demais! E nos anos anteriores o museu cumpriu as funções educativas dele com a comunidade, com os visitantes, com os pesquisadores. Isso prova que não tem necessidade de uma parafernália (...) (Copaíba).

Aqui Copaíba remete à questão da não participação (ou da pouca participação que é permitida) da comunidade local para expor sua preocupação quanto a um maior distanciamento dos/as moradores/as e os processos decisórios quando as burocracias aumentarem, nesse caso, sob a forma da concessionária. No segmento seguinte, volta a expor sua preocupação quanto à burocracia, por essa gerar sempre distanciamento. Inclusive, no que tange ao acesso para pesquisa. Criticando a demorada reabertura do museu (do Castelinho, no caso) em prol de readaptações pela concessionária, há aqui uma relação intertextual com o discurso de Jenipapo, quando este defende que juntamente à concessionária haverá um incremento estrutural do espaço. Entretanto, negando que isso será simplesmente um benefício, Copaíba teme que a nova estrutura física burocratize e distancie ainda mais diversos segmentos da sociedade.

Essa é também uma preocupação levantada por Rodrigues e Abrucio (2019), segundo os quais embora as concessões devessem partir de um modelo de articulação entre diferentes setores sempre com objetivos comuns, o que se vê é uma visão muitas vezes dualista e excludente. Assim, consideram importante a defesa de certos valores públicos, tais como a conservação do patrimônio tanto natural quanto cultural, bem como a legitimidade do processo possibilitando a justa participação das comunidades envolvidas nos processos de tomada de decisão quanto ao modelo de turismo que se pretende para os parques.

Também temendo um distanciamento maior entre sociedade civil, academia e espaços protegidos, Pequi expõe: (...) *Mas, assim, é muito difícil você fazer essa transição e o Estado é péssimo em fomento de modelos de mudança de negócio. Aí começam aqueles puxos acadêmicos cheios de verborreias, de nomenclaturas que estão totalmente longe das pessoas, totalmente fora da realidade.* (...) (Pequi).

Operando nesse âmbito, a colonialidade do saber (atrelada à colonialidade do poder), faz-se, assim, mais uma vez presente, pois aqui se vê a negação (ou o medo da negação) de outros modos de pensar, de outros modos de vida. É insuficiente, e pode se tornar ainda mais, uma leitura (ou releitura) pela ótica do lugar, dos modos de vida, dos saberes e dos modos de organização da vida. Ou seja, para Copaíba e Pequi há o medo do distanciamento, sendo este, para a primeira, um distanciamento que afaste até mesmo a academia desses espaços, enquanto que para o segundo é um medo de que a academia se feche ainda mais, aliando-se a esse “modelo de negócio”. Desse modo, Pequi faz uso substantivo “verborreia”, cujo significado (pejorativo) remete ao uso de palavras para expressar aspectos sem tanta importância.

Para finalizar as discussões desse eixo, trago, abaixo, dois discursos bastante diferentes entre si, embora advindos de sujeitos envolvidos na gestão ambiental, mesmo que de modos diferentes, já que Macaúba trabalha em órgão ambiental e Tamboril é ex gestor do parque. Seguem os segmentos discursivos:

*Nem todos nós achamos que estaria sendo pertinente no momento ter essa parceria público-privada. Foi uma discussão muito grande nos conselhos, não só do parque, mas dos monumentos que estavam envolvidos. **Pelo aporte de recurso, por que esse recurso não poderia ser utilizado no próprio Estado ou pelos próprios servidores?** Foi uma discussão muito grande, né? Mas agora foi finalizado o processo, então a empresa vai assumir daqui a alguns dias, né? **Principalmente a parte desse envolvimento do turismo e parte do envolvimento com as comunidades locais.** Então pelo que a gente pôde perceber, **eles também não conhecem muito a região, estão se apropriando, né, das informações.** (...) **As concessões de parque no Brasil hoje, de unidades de conservação, elas são muito focadas no mercado, né?** (Macaúba).*

Eu me sinto muito realizado com a concessão, que tá se iniciando. Com todas as restrições de questão do privado, dos interesses e tal, mas assim, eu acompanhei e pude aprender muito e tirar vários

preconceitos do ponto de vista de uma modelagem de uma concessão que você faz um contrato e estipula obrigações e aí o desafio vai ser o Estado ser um bom gestor desse contrato, né? E fica aqui também uma incógnita, que é o que caberá de ações a esse Estado enquanto gestor do parque que não é concedido, tem a parte que não é concedida. Enquanto agente público mesmo, que vai fazer esse, por exemplo, o papel de apoio a pesquisa e difusão do conhecimento, coisa que tava na nossa missão, previsto inclusive no plano de manejo do parque. Então tem uma cisão aí, e fica uma incógnita. Se o parque vai ser um bom gestor do contrato, e o contrato não é um contrato simples, é muito complexo, com muitas (ênfase) obrigações pro privado, e isso, quando te falo que sinto contemplado é no sentido seguinte: de trazer oportunidade também de gerar uma economia verde, uma economia ligada à questão da valorização do patrimônio, né? E que vai implicar também em dar visibilidade pra região, que do ponto de vista turístico sempre foi vista como potencial, mas um produto muito rudimentar quando era só as 3 grutas, né? (...) Então, assim, fica essa oportunidade de uma economia de um novo tempo, que pode ajudar a alavancar inclusive mais consciência acerca da importância desse patrimônio e, porque não, vai gerar também riqueza. E o que eu torço muito, é prosperidade, então o que que esse jovem ali da Quinta do Sumidouro e tal, tal, tal, tem de perspectiva de vida? (...) (Tamboril).

Embora representem opiniões divergentes, os segmentos discursivos têm interessantes relações intertextuais entre si, pois ambos tratam das comunidades locais e do papel do Estado para a gestão e o aporte de recursos. Entretanto, enquanto Macaúba mostra preocupação do não retorno dos benefícios do turismo via concessão aos/às moradores/as locais, Tamboril defende a concessão via emprego para a comunidade (em especial, os jovens), dando-lhe “*perspectiva de vida*”. Macaúba questiona se os recursos investidos não poderiam ser direcionados para o Estado, sendo utilizado pelos seus “*próprios servidores*”, enquanto Tamboril defende a necessidade de uma boa gestão, por parte do Estado, da concessão.

Ao citar a geração de economia verde, Tamboril vai justamente de encontro ao discurso de Macaúba, que critica a mercantilização da natureza enquanto foco comumente encontrado no Brasil para as concessões. Como venho discutindo nesta tese, a ideia da economia verde é intimamente associada a um capitalismo verde, uma ideia de desenvolvimento pautada em uma construção ideológica e política, um discurso produzido, não deixando de ser também um devaneio quanto ao progresso capitalista e a modernidade. Mas esse pensamento que se orienta segundo níveis de desenvolvimento pautados em indicadores econômicos reduz o mundo a um padrão único e homogêneo de progresso, classificado e caracterizado justamente pelos países mais ricos (CASTRO; PINTO, 2018). É nessa perspectiva que a colonialidade elege padrões para diferentes graus de desenvolvimento, ocultando e invisibilizando diferenças, diversidades e identidades, e gerando violência contra culturas e contra a natureza (CASTRO; PINTO, 2018).

A apropriação da cultura e das tradições locais pelo turismo de mercado é homogeneizadora, utilizando-se de instrumentos como estereótipos, propagandas, linguagem única, etc., que acabam sendo absorvidos pela própria cultura local, favorecendo a

colonialidade do poder enquanto discurso e prática que tanto defende uma natural inferioridade dos sujeitos, quanto a dominação da natureza. Isso porque ela caracteriza alguns sujeitos como dispensáveis e trata a natureza enquanto matéria-prima para a produção de bens para o mercado internacional (ou uma maior visibilidade do mercado nacional) (MALDONADO-TORRES, 2007).

Nesse Capitaloceno que Iglesias-Ríos (2019) chama de “a era da barbárie”, o sistema econômico dominante trata o ser humano enquanto um indivíduo apartado de sua comunidade, reificando-o e o tratando como uma mercadoria, um mero objeto. Como nos lembra o autor, muitas vezes a indústria cultural (além da indústria do turismo), as ciências e as artes dificultam ou mesmo impedem a formação de indivíduos conscientes e autônomos, o que abre espaço para verdadeiros campos de extermínio, que dizimam pessoas e suas culturas. Mais uma vez, a perda da autenticidade e da experiência original alertados por Benjamin (2019). Segundo o pensador alemão, “a autenticidade de uma coisa é a quintessência de tudo o que nela é originalmente transmissível, desde sua duração material até seu testemunho histórico” (BENJAMIN, 2019, p. 57). Assim, questiono-me, de fato quais serão os ganhos e as perdas com as concessões, também em termos culturais (de autenticidade), para as comunidades locais.

Em resumo, vimos aqui apontados nos segmentos discursivos dos/as entrevistados/as tanto a esperança pelas vantagens trazidas pela concessão, quanto os receios pelas ressalvas e os desafios que ela traz. Como trazido por Rodrigues e Abrucio (2019), esse novo modelo de governança para os parques públicos brasileiros por meio de parcerias traz ao palco o debate da dicotomia entre privado e público, mas vai além, fazendo-se refletir sobre questões como a conservação do patrimônio natural e cultural e seu usufruto pelos diversos setores, influenciando o tradicional paradigma de oferta de serviços para a sociedade e desafiando o governo em termos regulatórios. Afinal, um dos maiores desafios na adoção do modelo de concessões é a atuação de um governo estruturado que possa regular os entes privados, promovendo um claro entendimento sobre os possíveis impactos dessas concessões tanto para a sociedade quanto para a conservação do meio ambiente (RODRIGUES; ABRUCIO, 2019). Mas como, de fato, será?

As ideias são sempre influenciadas por posições ideológicas. E o discurso, enquanto prática de representação e significação do mundo, contribui para todas as dimensões da estrutura social, as quais, por sua vez, restringem e moldam o discurso, suas relações, convenções e normas (FAIRCLOUGH, 2001). Daí decorre a importância da análise de todos os eixos aqui apresentados. Afinal, a análise linguística é um potente método para entender a

mudança social (e cultural), já que mudanças na cultura são, significativamente, mudanças nas práticas discursivas (FAIRCLOUGH, 2001).

Enquanto efeitos construtivos, o discurso contribui para a formação das chamadas identidades sociais, para a construção de relações sociais entre os indivíduos, além da construção de sistemas de crença e de conhecimento. Fairclough (2001) chama esses de as três funções da linguagem, também sendo as dimensões de sentido que interagem em todo discurso. Este, por sua vez, está implicado em todas as orientações da prática social, tais como a ideológica, a política, a econômica e a cultural.

Mas é preciso lembrar que “nem todo discurso é irremediavelmente ideológico” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 121). Disso decorre o fato e termos visto aqui discursos tanto contra hegemônicos, bastante críticos e reticentes quanto à chegada das concessões (estando intertextualmente ligados à criticidade trazida com as questões apontadas para os sentidos sobre a Paleontologia, sobre o pertencimento das comunidades locais, as conflitualidades que emergem na região e em sua relação com as Unidades de Conservação, e os potenciais e os desafios à Educação Ambiental, apresentados no próximo eixo de análise), assim como discursos tipicamente atravessados pelo que Fairclough (2001) denomina de cultura empresarial. Para o autor, tais discursos são textos colonizados por significados, em cujas cadeias intertextuais há elementos usados com propósitos estratégicos, no caso, propósitos empresariais.

Como nos alerta Acosta (2017)

Em nossa sociedade, um mesmo dado da realidade, pode ser interpretado de inúmeras maneiras, sendo que concorrem e co-ocorrem um sem fim de versões elaboradas por diferentes grupos e atores sociais. No entanto, as pessoas não dispõem de aparatos sociais equivalentes, não participam das mesmas trocas sociais, não detêm os mesmos micropoderes. Assim, ao falarmos sobre um mesmo recorte do mundo social, entramos em disputas (mesmo sem nos darmos conta) de que significados prevalecerão. Essas disputas, quando postas em jogo num palco de profundas assimetrias, podem ter efeitos perversos sobre a realidade social, seja direta ou indiretamente. (ACOSTA, 2017, p. 53).

Assim, atentemo-nos para a forma como a cultura engendra, mas também é engendrada pelas representações de mundo. Se imbricações entre representação e identificação ajudam a evidenciar um verdadeiro nó cultural em que certos arranjos se mostram verdadeiros arcabouços para ressignificações identitárias e formação de outros arranjos representacionais (ACOSTA, 2017), espero que as análises aqui trazidas por meio dos segmentos discursivos

ajudem a tecer novas possibilidades, a traçar novos caminhos. Passemos, agora, aos discursos que enunciam a problemática socioambiental relacionada à mineração.

7.3.5 Os discursos relacionados à mineração

Quando da implantação do PESU, outra questão que gerou revolta por parte da sociedade, além do impedimento de livre acesso, de uso para agricultura, pecuária e lazer dos/as moradores/as, bem como os próprios processos de desapropriação, foi a questão da fiscalização e do encerramento das atividades de muitas pedreiras, até então responsáveis pelo emprego de boa parte da comunidade local. Embora não diretamente interditadas por conta do parque, em si, mas sim pela maior visibilidade que a região e a questão da regularização ambiental tiveram quando da implantação do mesmo, a comunidade local enxergou o processo como causado unicamente pela efetivação do PESU. Como resultado, muitos/as são os que associam a implantação do PESU ao desemprego, ainda que empregos com atuação no próprio parque tenham surgido.

A seguir, seguem alguns segmentos discursivos em que surgiu tal temática (embora parte do primeiro segmento tenha surgido no início das discussões do primeiro tópico deste eixo de análise, trago-o aqui novamente, para abordar outros aspectos sobre ele):

*Acabou que **coincidiu** também na época de **fechamento das pedreiras**. Lá na verdade não é nem Estado, lá já é Federal, aí **acabaram associando** também essa questão o parque, que fechou as pedreiras por parte do parque, e tal e tal. Então, assim, **isso gerou um pouco de conflito**. **A relação hoje já é mais tranquila** se você comparar lá no início da implantação (...) Pelo que eu ouvi, era ilegal, o pessoal tinha um prazo pra legalizar, **a maioria não legalizou**. Então, assim, acabou que eles não podiam mais extrair. Então **foi justamente na época de implantação do parque**, aí eles associaram o encerramento da extração de pedra com a implantação do parque, exatamente. (Jatobá).*

*(...) **Na implantação também teve o negócio das pedras, que era a principal economia local aqui**. Em Fidalgo tinha a Pedra de Água Santa, mas só que, lá, o parque veio e tal, veio essa fiscalização, eles **falaram que foi através do parque**. Até pode ser, mas não acredito não. Porque esse processo de regulamentação das pedreiras, das jazidas e, né, das serrarias, era um processo antigo. Dava mais 5 anos de caso, dava 10 anos, dava mais 5, mais 10 e ninguém regularizava, não dava nada. Aí chegou num ponto que fechou. **Quem é que é o culpado? O parque. Então o pessoal nunca quis regularizar. Entendeu?** (Buriti).*

Com esses dois segmentos, vemos o discurso de que embora as pedreiras não tenham sido fechadas diretamente pela chegada do PESU, a população assim associou inicialmente, o que gerou insatisfação pelo impacto no que “*era a principal economia local*”, segundo Buriti. Assim, com a maior fiscalização ambiental na região, houve necessidade de regularização das pedreiras que estavam com irregularidades, o que não foi feito pela “*maioria*”, segundo Jatobá.

Para Buriti, “o pessoal nunca quis regularizar”, o que pode ter sido não simplesmente em decorrência do não desejo de regularizar, mas talvez pela impossibilidade em termos financeiros. Em outros segmentos dos/as demais entrevistados (a seguir), aparecem os impactos ambientais propriamente ditos, em termos de poluição e contaminação, tendo sido esses dois entrevistados os únicos a mencionarem tais impactos:

*Então, assim, as pedreiras, muitas delas, elas não puderam operar, porque eram de uma forma mais, é... muitas delas eram pequenas e altamente impactantes. Então pra elas operarem dentro de um padrão menos impactante, isso gera recurso, isso gera muitas vezes deslocar dentro do território, né? **E isso dentro de muito tempo, e ainda de certa maneira, é lembrado como um processo negativo. Seja da implantação da APA, seja da implantação do Parque Estadual do Sumidouro. Por que? Também os pequenos têm que se adequar a determinadas regras, a determinadas normativas. E a exploração de pedra é muito impactante. Seja pro ar, né, pelos resíduos que gera, seja pro solo e subsolo. Então, assim, se adequar a isso gera recurso. E nem todos os pequenos têm esse recurso, né? Então, assim, ainda é um desafio aqui na região, né?** (Macaúba).*

*Olha, as pedreiras, quando o parque tomou esse corpo, a sua efetivação nos anos 2000, **uma das primeiras coisas que eles fizeram foi desativar toda a extração mineral da região, toda essa depredação que foram feitas aqui. Isso, isso é... com relação a essas 3 comunidades, né? Lapinha, Fidalgo e Quinta do Sumidouro, onde havia esse tipo de atividade, elas foram desativadas, tá? (...)** Quando eles desativaram, teve impacto financeiro, pior ainda também, porque as pessoas ficaram sem suas atividades. Famílias perderam seus ganhos, né, as pessoas em particular perderam seus ganhos, então o impacto nesse aspecto foi muito grande também, tá? **E num dá pra você... como é que fala, casar os dois, né? Exploração com preservação. É impossível. Ou você preserva ou você destrói, fica isso aí. Lamentável.** (Jenipapo).*

Macaúba aborda como, devido aos custos para que as pedreiras se adequassem aos requisitos ambientais, as empresas de pequeno porte não conseguiram fazê-lo, o que ainda consiste em um problema/desafio para a região. Ou seja, ambos ligaram a questão ambiental à questão econômica. Jenipapo comenta, inclusive, que apesar dos impactos ambientais terem gerado “depredação”, o pior impacto foi o financeiro, quando do fechamento das pedreiras. Ainda segundo ele, não é possível conciliar exploração com preservação, associando a primeira a destruição, algo que ao mesmo tempo remete ao discurso do desenvolvimento sustentável, mas que também o nega (torna a discutir mais aspecto do desenvolvimento sustentável no próximo eixo de análise, em que trago a Educação Ambiental).

Em relação às respostas ao questionário, entretanto, a degradação do meio ambiente natural aparece mais fortemente, quando os sujeitos são perguntados sobre os impactos das pedreiras. Na verdade, houve uma unanimidade, entre os/as monitores/as, os/as quais associaram as mineradoras a impactos estritamente ambientais. Quando os questionei sobre a existência de impactos pela mineração, quatro sujeitos (66,7%), sendo dois da região, um de

Belo Horizonte e um não morador local, relataram que há impactos. Uma (moradora local) pessoa respondeu que não há, e um morador de Belo Horizonte desconhece.

Entretanto, na hora de relatarem os tipos de impacto que ocorrem, as respostas foram de certo modo inespecíficas, com pouco detalhamento e pouca objetividade quanto aos mesmos, como mostrado a seguir:

*“Quando acontece a detonação de rochas, isso causa impactos no subsolo. Isso futuramente pode causar **tremores de terra inexplicáveis**”* (A - moradora local).

*“O mais importante é a degradação do **meio ambiente**, se não houver recuperação das áreas”* (B - morador de Belo Horizonte).

*“Impacto **ambiental**”* (E - morador de fora da região).

*“Impacto na **Paisagem**, que vem sofrendo alterações ao longo dos anos, acredito que também para **fauna e poluição**”* (F - moradora local).

Com esses segmentos, é possível perceber que a questão ambiental está sempre presente aqui, porém descolada da questão social. Todos os sujeitos citaram impactos ao meio natural, sendo elementos da biodiversidade ou da geodiversidade. O único segmento que traz ao menos uma possível relação com a questão humana é o último, por haver a presença do substantivo feminino “*poluição*” ao final.

Essa representação discursiva relacionada a uma natureza que não inclui o fator humano é basicamente reflexo de um discurso socialmente estruturado, que revela a visão hegemônica utilitarista do meio ambiente por grande parte das pessoas, algo intimamente relacionado à crise ambiental global. Advinda do dualismo ontológico sobre o qual erguem-se os sistemas patriarcais, o domínio da racionalidade científica e a marginalização e exploração socioambiental (LEFF, 2016), a crise ambiental é, segundo nos diz Boff (2016), uma crise civilizatória, pautada na “racionalidade técnica-científica-utilitarista e vontade de dominação de tudo: de territórios, de povos, de natureza e dos processos da vida” (BOFF, 2016). Nessa crise, os discursos hegemônicos encontram-se abrigados por uma ampla gama de atores sociais, o que também inclui a grande mídia.

Desse modo, percebo aqui a ação social ainda conformada pelas ações de outros atores, estruturadas e reforçadas por anos, sob influência do poder enquanto controle. Mais uma vez, a colonialidade do saber (e do ser e do poder) presente, fundada em dualismos que organizam valores segundo hierarquias, como humano/natureza, típicos de discursos ideológicos que constituem as estruturas opressoras e que são permeados pelo que Resende (2019) chama de

mitos do binarismo. Afinal, no controle da natureza e dos recursos naturais, a matriz colonial sustenta-se, fruto da racionalidade eurocêntrica que objetifica (dentre várias outras áreas da vida) a natureza.

Essa Unificação, que padroniza e simboliza a natureza como uma unidade (fauna, flora e elementos abióticos) é um modo de operação da ideologia em que o modo de representar o discurso tem como potencial efeito de significação a *des-humanização* do meio ambiente. Mas, se os discursos são modos de representar o mundo que permitem reconstruirmos discursivamente a nossa experiência nesse mundo, bem como nossa identificação com o mesmo,

os textos que produzimos e com que lidamos em nossas experiências de socialização são resultado das conjunturas e situações sociais em que se engendram, das práticas de que participam, das convenções semióticas, mas também têm efeitos sobre essas articulações, sempre temporárias, de elementos sociais e discursivos. (RESENDE, 2017, p. 20).

Assim, como a vida social é um sistema aberto, é partindo da pressão pela manutenção do estado das coisas que se torna possível a pressão por mudanças, acreditando-se em relações inovadoras, dentro de uma liberdade relativa (já que a ACD considera os limites impostos pelas pressões pela manutenção das configurações estruturantes).

Voltando às entrevistas por videochamada, outra entrevistada, ao discorrer sobre a problemática das pedreiras e a geração de renda, associa o desemprego ao aumento do consumo de álcool por parte dos/as mais velhos, e envolvimento com drogas por parte dos/as mais novos/as. Traz também a questão da participação do grupo da principal tradição cultural e religiosa da região, o Grupo do Congado, auxiliando as pessoas que antes trabalhavam nas pedreiras e que agora encontram-se em situação de necessidade:

(...) em Fidalgo o Grupo do Congado é muito forte, toda a cultura deles lá na comunidade tá envolvida nessa manifestação, então a rainha tava organizando cestas básicas para os membros, né, das guardas, e que trabalhavam nas pedreiras e não tinham mais trabalho. (...) O envolvimento no bar aumentou em termos de consumo de cachaça, nos bares de modo geral... no comércio, a parte de comida também teve uma queda. Porque muita gente às vezes vinha minerar e tal, e aí almoçavam no restaurante dela, e nos bares eu vi, começou a encher... passava constantemente e a quantidade de homens que antes estavam nas lavras e agora estavam na porta do boteco, né? (...) Os filhos, que antes iam trabalhar na mineradora, agora tavam envolvendo com drogas, na beirada de rua... Então assim, teve um impacto social muito grande e que não foi feito de fato nada. Não é pelo Estado, mas seria um trabalho conjunto, o Parque Estadual e a APA Carste como Federal. Programa de governo. Estadual e o Federal, pra que essas comunidades tivessem alternativas. (Copaíba).

É possível ver, portanto, que no discurso de Copaíba volta à tona a questão do envolvimento das diferentes esferas de poder, como se encontra deficitário, longe do ideal da comunidade local. Para ela, falta um trabalho “conjunto”, que integre essas esferas em um programa de governo voltado ao beneficiamento das comunidades.

Quanto ao discurso dos dois ex gestores, enquanto Ingá comenta unicamente sobre a melhoria da fiscalização da extração em sua gestão, não mencionando os problemas (com potencial para geração de conflitos) que se iniciaram com a implantação do PESU, Tamboril menciona apenas a pressão das mineradoras quando se iniciou o processo de zoneamento da APA.

Ao também dialogarem com a comunidade local, Faria et al. (2015) puderam associar a chegada do parque ao fechamento das pedreiras, na visão dos/as moradores/as (os/as quais se sentem enganados/as pelo parque, pela perda de seus empregos), embora isso tenha se dado apenas com aquelas pedreiras ilegalmente estabelecidas no local. Ao não terem suas expectativas atingidas pelas ações desenvolvidas pela UC, portanto, os/as moradores/as sentiram-se também enganados pela promessa do aumento de renda pelo turismo, o que seria adicionalmente garantido segundo o discurso trazido pelos/as gestores junto à criação do parque, de que este traria melhorias para a região. Soma-se a isso a restrição quanto ao uso do espaço para lazer, pesca, coleta de madeira, atividades religiosas, dentre outras (FARIA et al., 2015). Assim, um quadro de (grande) insatisfação é formado.

Retomando o segmento discursivo de Copaíba, acima, a qual traz a significância do Congado para a região, aproveito para tecer algumas linhas sobre uma problemática na região que, embora tenha surgido em poucos discursos dos/as entrevistados/as (ainda que tenha aparecido, de certa forma, no MEI Rota das Grutas), existe e precisa ser elucidada: a questão étnico-racial e religiosa. Embora não necessariamente situe os sujeitos locais em conflitos, em alguns casos essa questão toma parte de lutas pelo reconhecimento de alguns grupos e seu direito ao território, como poderá ser visto em determinados discursos apresentados a seguir

7.3.6 Os discursos sobre a questão étnico-racial e religiosa

Neste tópico trago aspectos encontrados, especialmente, em segmentos discursivos de moradores/as locais e do MEI Rota das Grutas, já que essa questão, em especial, não emergiu dos discursos dos/as monitores/as nos questionários. Apresento, a seguir, importantes questões que trazem as relações entre injustiça ambiental, racismo ambiental, desigualdade ambiental e hierarquias étnico-raciais e religiosas, relações essas que tomam parte de processos cruéis de

colonialidade do ser, do saber, do poder e da natureza (MALDONADO-TORRES, 2018). Vejamos tais segmentos.

Quando perguntada sobre a existência de conflitos religiosos na região, Jatobá diz que não há, inclusive em relação à Gruta da Macumba. Em seu discurso, como único exemplo de manifestação de religiosidade local, aparece a festa do Congado, a qual, como dito anteriormente, é uma expressão religiosa que envolve tanto a identidade católica (incluindo santos da devoção católica), quanto traços de religiosidade de matriz africana (ARAUJO; QUEIROZ, 2014). O Congado é, ainda, considerado um festejo folclórico brasileiro. Segundo Jatobá:

*(...) Inclusive a festa de Congado, ela às vezes ali naquele espaço da casa do Fernão Dias. **O gerente diversas vezes cede o espaço ali pra eles fazerem**, aí tem aquela parte onde fica a casa, que ficam os funcionários do parque, mas em volta, onde fica aquele fundo grande ali, **geralmente os gerentes disponibilizam pra fazer a festa de congado ali. Pra servir o almoço ali, a festa é feita na igreja, mas aí muitas vezes servem almoço ali.** (Jatobá).*

Vemos, aqui, uma relação expressa entre a gerência do parque, que cede o espaço, e essa festividade local, que se utiliza dele. Entretanto, no que diz respeito a outras expressões religiosas, sem ligação com o cristianismo, há uma invisibilização dessas no espaço do parque, como apontam Macaúba (segmento trazido no eixo de análise do pertencimento) e Copaíba. O segmento discursivo em que aparece a visão dessa segunda sobre o preconceito religioso na região encontra-se abaixo:

*Sim, dentro dessa oportunidade de ir nas cavernas, naquela época... eu tô falando de 40 anos atrás... né, eu tô com 48. Há 40 anos atrás ainda nós tínhamos muitas manifestações culturais afros, usando as cavernas da região. **E meu pai sempre me ensinava a respeitar e não ter medo. E isso também, ao longo desses 40 anos, foi uma questão que eu sempre tentei defender, sabe? Quando o cientista vem e fala assim: “-Não, mas aqui não é lugar de fazer despacho, aqui não é lugar de terreiro”. Né, o cientista mais, mais é... como é que fala? Mais técnico: “-Não, vamos separar os espaços”, né? Então o primeiro passo pra mim entender as culturas afros também foi através do meu pai, que quando a gente passava tinha os despachos... e sempre com muito respeito, embora ele fosse católico convicto, né? Ele falava: “-Não, isso aí você tem que respeitar, a expressão desse povo, meio primitivo”. Né, pra um homem europeu, ele achava aquilo ali, o conceito que ele tinha era de uma manifestação primitiva, né? Não deixa de ser, tem toda a sua carga histórica aí nas suas raízes africanas. Mas isso também é uma das coisas que eu vim fazendo ao longo dos 40 anos, dessa relação das comunidades, das populações, com esses espaços, né? E fico triste, porque eu vejo que hoje esses espaços não estão mais disponíveis para as suas práticas ritualísticas, né? E a própria população também aos pouquinhos, com as novas influências religiosas também, né, estão deixando de praticar essas tradições ancestrais. É... e a gente que tem, igual eu tive uma convivência muito forte, desde pequena, com as cavernas, com a história, né, dos pré-históricos envolvidos com aquilo, toda a ancestralidade que tá ali, toda a energia que tá ali, né? (Copaíba).***

Aqui, Copaíba conta-nos sobre sua visão muito próxima aos processos históricos que envolveram a invisibilização de práticas religiosas não cristãs, já que está imersa nessa realidade local desde criança. Falando sobre o preconceito religioso até por parte da comunidade científica (quando traz a representação discursiva e o metadiscurso em “(...) *aqui não é lugar de fazer despacho*”), defende o respeito a tradições de matriz africana, embora estas estejam sendo impedidas de serem realizadas em espaços nos quais há anos atrás eram comuns. A entrevistada também menciona a “*ancestralidade*” enquanto presente nesses ambientes, onde outras influências religiosas têm se tornado dominantes, como discutido anteriormente.

Afinal, em suas palavras, “*hoje esses espaços não estão mais disponíveis para as suas práticas ritualísticas, né? E a própria população também aos pouquinhos, com as novas influências religiosas também, né, estão deixando de praticar essas tradições ancestrais*”. Essa questão do abandono das práticas ancestrais devido à influência de religiões por ela consideradas mais novas, reflete a representação de atores sociais sob a forma da hegemonia dominante, que também se utiliza das estratégias da Unificação, ao construir uma identidade coletiva por sobre os destroços, fragmentos identitários da história local, ofuscando modos outros de ser, outras cosmovisões, em grande parte colonizando-os com narrativas eurocêntricas características da Modernidade Tardia, ou da Modernidade/Colonialidade (MALDONADO-TORRES, 2018).

Mas nesse sentido, Copaíba defende a importância do espaço para as práticas ritualísticas enquanto tradições carregadas de ancestralidade, de história. Assim, em seu discurso, mostra espaço para a resistência, para a subversão à colonialidade, pois como defende Maldonado-Torres:

A espiritualidade está em grande parte conectada à decolonialidade do ser e também ao abarcamento da unidade de saber, poder e ser. A estética decolonial tem também esse caráter: liga e interliga, conecta e reconecta o eu consigo mesmo, o conhecimento com as ideias, as ideias com as questões, as questões com os modos de ser. (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 56).

Em outros segmentos, outra entrevistada, Macaúba, traz aspectos não mencionados por nenhum/a outro/a entrevistado, como a ausência de quilombos em Lagoa Santa⁶³, a invisibilização dos/as ciganos, da questão racial e o apagamento dos/as indígenas:

⁶³ Ao procurar por quilombos na região, encontrei apenas o Quilombo Pimentel, em Pedro Leopoldo, somente reconhecido no último ano (após anos de luta pelo seu reconhecimento), como trouxe no capítulo 3.

(...) *Uma comunidade aonde, apesar do nome Mocambeiro, a gente não tem nenhum quilombo. Na APA inteira, na APA inteira, não existe nenhum quilombo. Embora seja uma das regiões com maior quantidade de escravos na época da existência do Sabarabuçu, né? De Sabará, que depois foi sendo desmembrada nos outros municípios locais. A gente tem um quilombo aqui, próximo à APA, que agora tá tendo certificação, que fica em Pedro Leopoldo, sabe? Mas na região de Matozinhos, na região de Lagoa Santa... não existe.* (Macaúba).

*Posso te falar uma outra coisa, assim? (...) Aqui a gente tem uma das maiores populações ciganas de Minas Gerais. E esses ciganos muitas vezes, eles não são vistos de uma maneira positiva, porque as pessoas desconhecem essa cultura cigana. Tem toda uma mística, né, de muitas vezes até desvalorizar essa cultura. Então, assim, como que há poucos estudos sobre isso. (...) Então você pode entrar, por exemplo, em algo como Ciganos em Pedro Leopoldo, Ciganos em Lagoa Santa... o que você vai ver são muitas vezes as histórias dos conflitos, sabe? E de alguns grupos, por exemplo, tentando mostrar: “olha, a minha cultura de ficar no território é diferente da sua cultura de ficar no território e de entender a posse da terra”, né? E as, é... a maneira, né, como essa cultura cigana é vista também ao longo dos anos, dos séculos, no território brasileiro, é também de **apagamento**, de **invisibilização** deles, de **geração de conflito**. E por que essa cultura, ela não é valorizada? Seja no entorno do parque, seja pela própria APA Carste de Lagoa Santa, né?* (Macaúba).

*Tem uma pesquisa antiga de uma pessoa aqui de Lagoa Santa sobre a comunidade negra, né? Algumas pesquisas que mencionam o candombe, né, que é uma das marcas desse território, né? Que é essa mistura da africanidade com essa questão mais europeizada da religiosidade de uma maneira geral, né, mas que também tá afeito ao pertencimento, ao território, são muito poucas, né? Então há esse **vazio acadêmico**, né?* (Macaúba).

*A cultura, por exemplo, indígena nessa região, ela foi totalmente esfacelada. Você não houve falar de descendentes indígenas aqui. Entendeu? Eles foram **dizimados**. E os seus descendentes, eles foram assim, praticamente **anulados**. A gente não tem, você não vai ver um **Museu do Índio** aqui na região. Entendeu? Então, assim, são coisas que pra mim, né, à medida que eu fui pesquisando, mais me perturbaram, né, em termos de “e aí, o que eu vou fazer com isso agora?”. (...)Essa visão que separa o homem da natureza e essa visão que queria mostrar que existem seres humanos que estão na natureza há milhares de anos e que têm uma relação não de simbiose, mas que tem uma relação muito mais próxima e diferenciada dessa nossa visão ocidental, né? E com muitas populações tradicionais. Não significa que são perfeitos, ou os indígenas, né? Mas são relações diferentes. São relações que não separam o que que é a natureza e o que que é humanidade. E aí advém várias outras consequências, até para a apropriação do território, de pertencimento mesmo, né, ou as tentativas de estabelecimento do bem viver enquanto política pública da América Latina, né?* (Macaúba).

Por meio dos substantivos “**apagamento**”, “**conflito**” e “**invisibilização**”, do advérbio de negação “**não**” precedendo “**valorizada**” (para remeter à “**cultura**”), e dos adjetivos “**esfacelada**”, “**dizimada**” e “**anulada**”, Macaúba apresenta-nos o cruel processo de reprodução (e perpetuação) do modelo colonial, pautado na “tragédia humanitária da escravidão” (CARVALHO, 2018, p. 105) e na exclusão étnico-racial. Há, ainda, duas forças estreitamente relacionadas a tais questões, as quais associam-se a práticas epistêmicas e legais de exclusão: a invisibilização que é condicionada por uma criminalização de muitos desses grupos (o que é bastante comum para grupos ciganos), e o efeito da privação de seus direitos (GORDON, 2018). Na própria tradição acadêmica do Brasil, o lugar de enunciação desses grupos vem sendo

invisibilizado, desconsiderando-se sua dimensão política, os movimentos sociais e até mesmo a intelectualidade que emerge desses grupos (GOMES, 2018), algo que coincide com o que Macaúba chama de “*vazio acadêmico*”.

Mas ao trazer à luz essas questões, Macaúba age, assim como Copaíba, no sentido da decolonialidade, abrindo caminho para processos de resistência e a luta pela re-existência de populações afrodiáspóricas (em especial, a população negra), das populações indígenas e dos grupos ciganos.

Esses caminhos são muito importantes quando se tem um cenário onde ainda se fazem presentes a discriminação e o preconceito religiosos, como pode ser visto até mesmo no MEI da Rota das Grutas. Mais uma vez por meio de casas verdes e amarelas, na casa vermelha de número 16 de um jogo, encontramos a seguinte frase: “*Manifestações religiosas em grutas são frequentes em todo o país, mas este tipo de uso é sempre nocivo ao ambiente natural, uma vez que há interferência nas formações originais*”. (Jogo Desvendando a região cárstica de Lagoa Santa).

O segmento tece a Legitimação da visão discriminatória de práticas religiosas. Embora não mencione nenhuma religião em especial, alguns aspectos que pude notar na região, em 2018, me levam a crer que não se trata da religião católica, por exemplo, já que na entrada da Gruta da Lapinha há uma imagem de Nossa Senhora (Figura 31). Ou seja, a manifestação da religiosidade cristã está, sim, sendo permitida em ambiente de gruta. Isso me leva a crer que esse discurso possa estar se referindo às religiões de matriz africana, as quais antigamente tinham maior representatividade no local, como se pode notar nos discursos de Copaíba e Macaúba. Por outro lado, há diversos segmentos, na variedade de materiais analisados, tratando da importância das igrejas e das festividades católicas da região. A questão religiosa nas grutas passa a ser recontextualizada como uma atividade/atitude nociva ao meio ambiente. Isso impede outras conexões e reforça a dicotomia ser humano/natureza. Nessa intertextualidade marcada pela pressuposição de que a atividade religiosa nas grutas é “*sempre nociva*”, como nos dizem o advérbio de tempo e o adjetivo escolhidos para o discurso, e aqui evidenciados, a ideologia opera pela universalização (Legitimação), partindo-se da generalização de atividades que podem ser nocivas em alguns contextos, para a totalidade de contextos possíveis.

Figura 31 - Entrada da Gruta da Lapinha, com imagem de Nossa Senhora (ao centro)



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

Esse processo de apagamento identitário (do mesmo modo que para a representação dos povos indígenas) e de silenciamento reforça a colonialidade do saber e do ser e o desconhecimento do lugar dos sujeitos na história e nas conquistas, algo também reforçado pela pouca presença de informações de cunho religioso para além do cristão, na totalidade do material analisado.

De modos semelhantes, na religião e na questão étnico-racial condicionam-se, sistematicamente, certos grupos a não se perceberem enquanto potência de ação e de

intervenção (positiva) em determinado lugar. São identificados apenas como pertencentes a certo estereótipo, podendo inclusive ser fetichizados. Assim, colonialidade do saber e do ser são concretizadas na colonialidade do poder (MALDONADO-TORRES, 2018).

Talvez na região esteja acontecendo, ainda, com os cultos, as festividades e as celebrações “permitidas” e valorizadas, o que Pereira e Gomes (2002) explicam como sendo o fato de que talvez a celebração de um ritual em um local não seja mais a principal função, mas sim uma representação dessa celebração, voltada a certo público. Ou seja, além dos silenciamentos e das invisibilizações, pode haver o que Benjamin chama de valor de exposição, à frente do valor de culto, o que está relacionado à perda da experiência autêntica. Novas memórias e configurações identitárias são então construídas (FERREIRA, 2005).

Sigamos, agora, com o próximo eixo de análise, “Sentidos sobre a Educação Ambiental”, no qual trago a relação com muitos aspectos trazidos aqui. Afinal, o próprio ambiente, em si, é um complexo sistema formado pelas múltiplas relações entre os seres consigo mesmos, com a sociedade como um todo e também com a natureza, em um momento e lugar determinados, nos quais influenciam, de modo positivo ou negativo, os aspectos políticos, culturais, sociais, estéticos, éticos, científicos e tecnológicos (SARRIA et al., 2018).

7.4 EIXO 4: SENTIDOS SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental é um campo de saberes, de conhecimento, de pesquisa, que abarca diferentes vertentes, correntes de pensamento, perspectivas, cosmovisões, discursos, etc., como já abordei anteriormente. Mas a EA por um olhar latino-americano é, sobretudo uma EA que nos distingue tanto de outras geografias e latitudes, quanto de outros discursos e outras práticas (SARRIA et al., 2018). Sendo, ainda, um campo de conhecimento com intencionalidade na formação cidadã em relação ao ambiente e à complexidade ambiental, a EA sob o olhar da Análise Crítica do Discurso, serve-se da linguagem para operar sua resistência e denunciar opressões e injustiças, por meio de outras ferramentas e em outras direções. Assim, a busca sensível por aspectos da EA nos discursos que emergem da RGPL pode ajudar a trazer viradas e apontar futuros singulares.

Afinal, como nos diz Resende (2017), quando acreditamos ser possível estabelecer relações inovadoras na nossa ação no mundo, assumimos também uma liberdade relativa, que reconhece a existência de pressões no sentido da manutenção das configurações estruturantes (o que, por sua vez, está ligado à noção de poder como controle). Não há, portanto, como ser neutra, imparcial na pesquisa. Há sempre uma posição discursiva que nos situa

Desse modo, foco criticamente, para este eixo, nos modos como diferentes visões da EA estão pautadas nos discursos. Como a EA é um campo heterogêneo (LOUREIRO, 2019), diferentes concepções da questão ambiental são possíveis, tornando-se também possíveis discursos relacionados a uma EA: mais conservadora, focada na necessidade de se proteger e conservar a natureza (como algo separado da natureza humana), em uma visão conservacionista, e de adotar um *consumo sustentável*, em prol de um *desenvolvimento sustentável*, por meio de atitudes e comportamentos individuais, em uma visão pragmática; ou uma EA com maior criticidade, que se nutre dos pressupostos freireanos, enquanto educação libertadora, emancipatória e transformadora, encontrando também suporte da Ecologia Política, já que problematiza contextos sociais em interface com a natureza, tratando da crise ambiental enquanto crise civilizatória (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Em um momento inédito na história, em que se colocam em evidência discursos antagonistas na luta ambiental, em uma disputa de forças entre ecologia e economia, o chamado Antiecológismo, assim definido por Layrargues (2018; 2019), coloca-nos no movimento de pensar a EA Crítica enquanto forma de denúncia contra modos insustentáveis de vida, bem como de anúncio de modos sustentáveis. Na tentativa de impedir o avanço do antiecológismo, torna-se importante que nos atentemos a discursos, práticas e políticas antiecológicas e ecocidas, para desenvolvermos formas de lutarmos democraticamente contra eles (LAYRARGUES, 2020b).

Em uma aproximação com a Educação Ambiental de vertente crítica, que busca denunciar desigualdades e injustiças ambientais, anunciando novas possibilidades de enfrentamento desses problemas, a ACD pode fortalecer o papel de denúncia e visar a transformação social. O seu ponto de partida ético é justamente uma análise visando a visibilidade das desvantagens sociais, desvelando os efeitos ideológicos que os textos podem ter sobre as práticas sociais (RESENDE; REGIS, 2017). Para ambientes voltados ao turismo de natureza, nos quais estão imersos importantes representantes do patrimônio geológico/paleontológico e, portanto, do patrimônio cultural, uma análise crítica do discurso pode ajudar a perceber como os conhecimentos rivais tomam parte destas comunidades, ou se os saberes das comunidades dos arredores se encontram visíveis ou invisíveis nos textos. Isso torna-se importante, também, para que possamos compreender como um suposto conhecimento científico e tecnológico é tratado em tal material, em relação a uma aproximação ou uma dicotomia entre sociedade e natureza, o que, no segundo caso, poderia reforçar possíveis desigualdades socioambientais existentes.

A seguir, apresento a análise discursiva sob o olhar da Educação Ambiental Crítica. Embora não tenha aparecido tão explicitamente nos discursos da comunidade local, a EA naturalmente permeia o discurso de todos os sujeitos, em diferentes momentos. Assim, optei por trazer segmentos onde ela apareceu de modo mais explícito, para evitar que o texto de análise se apresentasse muito extenso ou, ainda, repetitivo.

Começamos pelo segmento discursivo da entrevista a Jatobá, que também é monitora ambiental, nascida e criada na região, como já mencionei anteriormente. Quando questionada sobre o potencial educativo das visitas guiadas ao parque, ela explica:

*A gente mostra para as **crianças na imaginação**, gotinhas de estalactite, da estalagmite, inclusive tem **conchinhas** duas conchinhas numa sala lá na gruta. A gente mostra, explica, mas assim, **mais no lúdico** e mais direto assim pra eles entenderem. (...) **cada grupo é diferente**. Por exemplo, **grupo de faculdade a gente já tem uma explicação mais elaborada**. (...) Aqui na trilha a gente inicia, a gente fala na casa do **Fernão Dias**, fala da canoa, e depois a gente vai pra trilha e fala da **comunidade**, fala porquê a casa do Fernão Dias é longe da trilha, tem uma distância da casa do Fernão Dias e a guarita. A gente chega na guarita e fala do **Cruzeiro**. A gente entra, já fala da **vegetação**, **fala do carste**, **fala da lagoa** (...), das **cavernas** que a gente tem na região (...). Fala das **pinturas**, da importância e tal... então, assim, a gente tem um roteiro, só que aí cada um vai falando da sua maneira, **de acordo com o público também**. (...) **Então depende muito, mas a gente tem um roteiro pra seguir**. (Jatobá).*

E dá sequência, falando da relação do parque com as escolas do entorno, os tipos de visitação e atividades geralmente propostas:

*(...) **Sempre tem trabalho de Educação Ambiental com as escolas do entorno**. (...) Geralmente (...), a gente **segue o calendário anual de comemorações**. Então assim, **por exemplo, tem semana do meio ambiente**, aí é feita uma reunião com o pessoal que vai participar e aí naquela reunião é passado todas as atividades que vão ser feitas, como vão ser feitas, o pessoal entra em contato com as escolas do entorno. (...) O trabalho é bem bacana. **Principalmente Lapinha e Quinta do Sumidouro**. (...) Então assim, Educação Ambiental, realmente, eu gosto bastante, assim, de ver como que é feito. Leva o pessoal lá no parque... **dia da água**... sempre tem uma novidade, assim. É, são várias **brincadeiras**. Por exemplo, na casa Fernão Dias, que a gente chama de Centro de Difusão (...), em semana de férias a gente tem um tanque de escavação, (...) tem as réplicas que a gente enterra, (...) para as crianças irem escavando até encontrarem os fósseis. A gente tem **oficina de pintura rupestre**, **tem oficina de terrário às vezes**, **tem oficina de reciclagem**... então, assim, essas oficinas vão sendo **aplicadas de acordo com o calendário mesmo**, o calendário anual. (...) Já teve aquele joguinho de... você joga o dado e vai pulando as casinhas. Inclusive foi desenhado no chão da gruta (...). **Aí a própria criança ia pulando as casas**. **Chegava e tinha pergunta sobre Lund, sobre Luzia, sobre as grutas, sobre o parque**... Então, assim, **cada data tem uma atividade diferente**. Isso é muito bacana. (Jatobá).*

Trouxe, primeiramente, esses dois segmentos, por considerar importante perceber como a EA é vista por uma moradora local que é também atuante no PESU, enquanto monitora. No primeiro segmento, Jatobá conta como é basicamente um roteiro de visitação, variando de público para público. Antes, entretanto, de utilizar-me de algumas linhas para analisar os segmentos discursivos, destaco aqui um aspecto que atraiu minha atenção para o discurso de

Jatobá: o carinho e a desenvoltura que a entrevistada demonstrou ao falar sobre o tema, tendo dito, inclusive, que se identifica muito com a EA e gosta de trabalhá-la nas visitas. Considero importante trazer essa observação para mostrar que há potencial de trabalho, entre a comunidade local, na perspectiva de uma EA que parta do território, das relações de pertencimento com ele existentes.

Isso vai ao encontro do que foi discutido para o capítulo 3, para as relações dinâmicas e funcionais existentes no espaço, entre paisagem e sociedade. Afinal, a triplicidade do espaço para Lefebvre, envolvendo o espaço concebido (abstrato, advindo das práticas social e política), o espaço percebido (associado à realidade cotidiana) e o espaço vivido (ligado tanto à história de um povo quanto de cada indivíduo, com seus núcleos afetivos, lugares de situações vividas), é o que confere complexidade a esse espaço, fazendo com que possa ser conduzido pelos grandes movimentos e atravessado pelos pequenos movimentos (FILHO, 2013). Mas é justamente essa existência de vários espaços sociais que torna o espaço algo contraditório. Ou seja, pode consistir tanto em uma mercadoria, quanto ser sinônimo de viagem, de lazer, mas também é um instrumento político.

Assim, a visão da utilização e do pertencimento ao espaço segundo uma monitora que é oriunda da região, dá-nos uma ideia do potencial da área para uma EA que possibilite a incorporação do uso do território pela sociedade que nele se insere, reduzindo a distância entre os atores que decidem e aqueles aos quais não vem sendo permitida a possibilidade de decisão. Afinal, segundo Milton Santos, apenas a sociedade anima as formas espaciais, provendo conteúdo a elas (FILHO, 2013). Desse modo, ao trazer a questão lúdica, citar os fósseis (“*conchinhas*”), a vegetação, os animais, os elementos históricos, geológicos, mas citando também a “*comunidade*”, a entrevistada mostra a riqueza de possibilidades para uma EA que parta do território, contextualizada.

Entretanto, apesar dessa integração e ludicidade, vemos no segundo segmento da mesma entrevistada o foco de trabalho das escolas do entorno no que diz respeito à EA: com foco em datas comemorativas e ações generalizadas que seguem um padrão reprodutivista de uma EA conservadora. Ou seja, projetos temáticos e pontuais típicos das políticas educacionais alinhadas às políticas neoliberais que reproduzem uma visão da EA apartada da complexidade socioambiental. Algo que Sarria et al (2018) chamam de Disseminação de Consensos por meio de financiamentos públicos, pautados em uma EA “neutra” que, na verdade, apenas reproduz políticas que geram destruição tanto da natureza quanto de grupos sociais.

Apesar de incorporar temáticas paleontológicas, arqueológicas, históricas, culturais, os moldes da EA na região parecem, assim, muito focados ainda em diretrizes que fazem parte de

uma linha hegemônica que se articula com o sistema capitalista, com posicionamentos e valores coadunados com os do ambientalismo de mercado. A educação, nesse caso, é vista como uma transmissão de informações dentro de um sistema alienador, que não desenvolve potencialidades amorosas, espontâneas, naturais e intelectuais (SARRIA et al., 2018).

Isso coincide com o que surge nos discursos dos/as monitores/as nos questionários. Quando perguntados/as sobre seu trabalho no PESU, se o consideram educativo, e em que aspecto, esses sujeitos apresentaram as seguintes respostas:

*A teoria do **catastrofismo** foi mudada com as descobertas de **Peter Lund** na Gruta do Sumidouro, a **importância** e a beleza da mata decidual, como é feito o estudo dos espeleotemas* (A, moradora local).

*Sim. A **importância** da **história** e **preservação cultural** do acervo, bem como o **meio ambiente*** (B, morador de Belo Horizonte).

***História** do local, geologia, **fauna e flora** locais* (C, morador de Belo Horizonte).

*Sim, é muito educativo. Além dos viajantes saírem com muito **conhecimento**, ensinamos a **importância** da **preservação** e **conservação** da **natureza** e a **utilização** consciente de seus **recursos*** (D, moradora local).

*Sim. Mostra um pouco para as pessoas, principalmente para as crianças, a **importância** de **preservar** todo esse **patrimônio cultural*** (E, de fora da região).

*Sim, os monitores além de passarem o **conhecimento** que têm sobre a região e os temas abordados, eles reforçam a questão da **importância** da **preservação** do **meio ambiente**, do **patrimônio**, da **responsabilidade de cada um de nós** nesse **cuidado*** (F, moradora local).

Observando os segmentos acima, é possível ver que a ideia geral que permeou as respostas foi a de educação como uma “transmissão de conhecimentos”. No caso, conhecimentos científicos, característicos do sítio espeleológico/paleontológico/arqueológico em questão. Em dois segmentos, inclusive (D e F), essa ideia de transmissão do conhecimento esteve mais fortemente presente, por meio do uso do verbo “sair” e do substantivo “conhecimento”, para se referir ao modo como os/as visitantes deixam o local (reforçado pelo uso do pronome “muito”, associado a conhecimento); e por meio do verbo “passar”, referindo-se ao substantivo “conhecimento”.

Em cinco das seis respostas, é possível perceber a presença do substantivo “importância”, em quatro delas para se referir à “preservação” do meio ambiente natural e do patrimônio. Em um desses segmentos também aparece o substantivo “conservação”. De fato, a natureza como algo à parte do fator humano é presença marcante em todos eles. A escolha

dessas palavras aliada a ideias típicas de uma Educação Ambiental pragmática, tais como o uso “*consciente*” (adjetivo presente no segmento discursivo de D) dos recursos, e a “*responsabilidade* (substantivo presente no segmento de F) *de cada um (...) no cuidado*”, mostram uma intertextualidade com um discurso ainda conservador da Educação Ambiental. Mais uma vez, algo que pode fazer parte do próprio treinamento desses/dessas monitores/as ambientais.

Entre essas respostas, entretanto, surgiram dois pontos interessantes: a menção à “*beleza*” do local como algo concernente ao seu potencial educativo, em A, e a menção à cultura nos segmentos discursivos de B e E, por meio do adjetivo “*cultural*”, usado para caracterizar a “*preservação*” (B) e o “*patrimônio*” (E). Em relação ao substantivo “*beleza*”, sua escolha aqui me leva a pensar em possíveis aberturas para uma Educação Patrimonial ligada a uma Educação Ambiental Crítica, ambas partindo de um olhar decolonial e atravessado pelo *sentipensar* (PELACANI; MUNIZ; SÁNCHEZ, 2019), ou seja, a inter(ação) entre o sentimento e o pensamento. Essa mudança paradigmática na ciência consiste em um novo modo de interpretar a realidade, partindo do impacto emocional e da reflexão, para que possam convergir, em um mesmo ato de conhecimento, o sentir e o pensar. Para Rodrigues e Fortunato (2021), a retomada ao mundo das emoções enquanto centro de entendimento é algo necessário ao enfrentamento da crise planetária, pois as emoções permitem que estabeleçamos um especial domínio de ações. Para Pelacani; Muniz; Sánchez (2019), é *sentipensando* que também questionamos e rompemos a racionalidade colonial, ao valorizarmos o etnoconhecimento.

Isso revela também haver “rachaduras”, possíveis espaços por onde pode se construir uma ecologia de saberes, trazendo o direito à Natureza e o direito da Natureza. Reconhecer os direitos das comunidades que vivem **com** a natureza, e reconhecer essa natureza enquanto sujeito, com seus direitos, permite um giro epistêmico atrelado à Justiça Ambiental, à Ecologia Política e aos estudos decoloniais. Afinal, em meio a uma conjuntura de retrocessos advindos de uma política débil, autoritária e negacionista, vemos que na modernidade tardia, ou modernidade/colonialidade, as políticas ambientais têm sido ineficazes, por inserir a natureza e sua conservação em uma perspectiva mercadológica, dando a ela um preço, um valor de troca (GUDYNAS, 2020). Assim, se faz necessário repensar nossa relação com a Natureza, em um quadro catastrófico de crise ambiental global, buscando a efetiva restauração dessa Natureza enquanto seu direito, em uma Educação Ambiental que se pautem também em transformações partindo do biocentrismo, princípio democrático por essência, arraigado ao território e à construção de éticas ambientais, políticas e morais, territorializadas (GUDYNAS, 2020).

Voltando ao segmento discursivo propriamente dito, chamo atenção para o uso do adjetivo “*cultural*”. Encontrar essa dimensão aqui incorporada também lança luz a novas possibilidades, especialmente no que diz respeito à educação patrimonial. Para Pelacani; Muniz; Sánchez (2019), as áreas patrimonial e ambiental, quando em confluência, favorecem o giro teórico em direção a pedagogias decoloniais, evidenciando “lacunas que foram produzidas com fins de alienação e dominação dos conhecimentos das comunidades que habitam tais territórios em disputa” (PELACANI; MUNIZ, SÁNCHEZ, 2019, p. 134). Muitas vezes a desumanização e a reificação do ambiente natural, enquanto algo externo e isolado do fator humano, retiram a liberdade dos povos, apagando não apenas seu patrimônio ambiental, como também o patrimônio cultural de seus territórios.

Enquanto potente confluência, a união ente Educação Ambiental e Educação Patrimonial ajuda a despertar o interesse pelo conhecimento da identidade local, por meio de seu espaço e sua história. A partir daí, valorizando essas comunidades locais, torna-se possível desvelar suas raízes históricas ambientais e culturais, auxiliando em sua emancipação (PELACANI; MUNIZ, SÁNCHEZ, 2019). Isso vai ao encontro do que propõe Leff (2007), ao considerar que da crise ambiental nasce uma nova racionalidade ambiental, em que se abre uma nova compreensão do mundo, que repensa a realidade e requer sensibilidade para abrir novos caminhos e novos sentidos para a reapropriação da natureza e a reconstrução do mundo, incorporando valores e identidades culturais às potencialidades do real.

Mas como vemos, aqui, o espaço para a EA Crítica é ainda pequeno, tímido, necessitando forças para que ela passe pelas gretas e rachaduras. No MEI Rota das Grutas, em especial, é possível ver uma EA ainda muito conservadora, muito distante das possibilidades relação a uma virada de pensamento em direção aos pressupostos emancipatórios da EA. Vejamos no segmento abaixo, por exemplo.

Em um folder sobre o local, no qual não há informações sobre fósseis (tampouco sobre a Paleontologia para a região), mas somente mapas, fotos das cavernas e da vegetação local, após uma listagem das normas de visitação, composta por 7 itens seguidos sobre o que não é permitido que o/a visitante faça (Figura 32), observo o seguinte segmento: “***Sua colaboração é muito importante para a preservação desse patrimônio! Você faz parte da história e da natureza.*** (Monumento Natural Estadual Gruta Rei do Mato).

Após a lista, que responsabiliza os indivíduos pela preservação do monumento, na qual noto a presença da negação por meio do uso do advérbio *não* (na listagem acima do segmento, a qual pode ser vista na Figura abaixo), possivelmente criando um sentimento de intocabilidade do meio natural, de separação entre humano e natureza, que responsabiliza os/as visitantes pelo

bom estado do local (“*Sua colaboração é muito importante*”), a frase acima retratada remete à mesma dicotomia, embora traga a noção de pertencimento ao mundo natural. Algo bem característico da EA de vertente conservadora, o que é ressaltado pelo advérbio de intensidade “*muito*” na frase, que traz ainda maior responsabilidade ao público geral quanto ao bem-estar do ambiente.

Figura 32 - Folder distribuído na Gruta Rei do Mato, com as normas de visitação da mesma

Salão das Raridades

O Monumento Natural Estadual Gruta Rei do Mato (MNEGRM) é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral. Foi criado pela Lei Estadual nº 18.348, de 25 de Agosto de 2009, com o objetivo de proteger o sítio histórico Gruta Rei do Mato, seus ecossistemas cársticos de grande beleza cênica, sua flora e fauna, valorizando os patrimônios espeleológico, arqueológico e paleontológico. Está localizado no município de Sete Lagoas, Minas Gerais, cidade esta que faz parte do Circuito Turístico das Grutas.

Receptivo

O MNEGRM encontra-se inserido no bioma do cerrado. Na sua paisagem pode-se encontrar várias das fitofisionomias deste bioma, como os campos limpos, os campos sujos, os campos cerrados, o cerrado e os cerradões, inclusive remanescentes de mata seca.

Acervo Monumento

Normas de Visitação

- Horário de visitação: das 09:00h às 16:00h;
- Para visita de grupos acima de dez pessoas é preciso agendar previamente via telefone ou e-mail;
- Para visitar a gruta é obrigatório usar sapatos totalmente fechados e sem salto;
- A idade mínima para a entrada na gruta é de 6 anos, com apresentação de documentos;
- Cada grupo deve ter, no máximo, 20 pessoas;
- Mantenha-se nas trilhas e não use atalhos;
- Durante a visitação na gruta, não toque nos espeleotemas e siga as orientações do monitor;
- Não é permitida a entrada de animais domésticos no monumento;
- Não alimente os animais silvestres: os hábitos alimentares deles são diferentes dos nossos e sua alteração pode causar grandes prejuízos;
- Não jogue lixo no chão. Para descartar material ou alimento, utilize nossas lixeiras que estarão à sua disposição;
- É proibido fumar no interior da gruta e nas trilhas. Não jogue bituca de cigarro no chão;
- Evite fazer barulho, principalmente no interior da gruta;
- Leve com você apenas as lembranças das fotografias. Não retire nada do local para que outras pessoas possam apreciar também;
- Ao sair, deixe suas sugestões escritas. Queremos melhorar para você;

**Sua colaboração é muito importante para a preservação deste patrimônio!
Você faz parte da história e da natureza**

CS Digitalizado com CamScanner

Fonte: Folder – Monumento Natural Estadual Gruta Rei do Mato. Acervo pessoal, 2018.

Esse modo de representação materializa discursos característicos de uma educação ambiental de base conservadora, reproduzindo um senso comum ambientalista relacionado a mudanças de atitudes e comportamentos, responsabilizando cada sujeito, individualmente, pela solução de problemas ambientais. Pode-se associar, especialmente, a vertente conservacionista

da educação ambiental conservadora, a qual, para Layrargues e Lima (2014), prioriza o afeto à natureza, mas não considera a dimensão social do ambiente. É, portanto, apolítica, conteudista e hegemônica não apresentando recorte social.

Ainda quanto ao segmento acima, é importante aqui ressaltar o modo de operação da ideologia dando-se pela Unificação, já que o discurso no segmento remete à igualdade de todos/as em relação às suas responsabilidades e ao seu pertencimento em relação ao ambiente natural, criando um símbolo de identificação coletiva.

De modo semelhante, apresento, abaixo, outro segmento (no qual aparece explicitamente o termo Educação Ambiental) importante para discutir o conservadorismo na EA, em especial no que tange à ideia de levar, transmitir conhecimentos supostamente necessários.

*Você sabia? A Educação Ambiental pode contribuir para a **preservação** do Carste de Lagoa Santa, levando informação e mobilizando as pessoas sobre as riquezas culturais, científicas, históricas e naturais da região. Avance 3 casas. (Jogo Desvendando a região cárstica de Lagoa Santa).*

Neste jogo, em que casas verdes são fatores positivos e casas vermelhas são negativos, na casa verde de número 79 a EA é trazida como algo que contribui para preservar o ambiente, em uma visão mais conservadora, e que é responsável por levar informação às pessoas. Ou seja, a intertextualidade aqui traz a pressuposição de que a EA contribui para a natureza e, para as pessoas, o faz de modo verticalizado, algo que corresponde também a visões mais conservadoras do processo educativo como um todo. Essa visão ideológica da EA favorece o que Foucault (1979) denomina como projeto de hierarquização dos saberes dentro dos poderes característicos da ciência em portanto, caracteriza-se como um processo de dissimulação, ocultando relações de dominação entre seres, saberes e poderes. O papel da EA é aqui empobrecido, limitado, ficando de fora nessa representação toda a ecologia de saberes, a interrelação entre natureza e identidades culturais locais, dentre outros aspectos emancipatórios tão caros à EA Crítica.

É no sentido do ainda pequeno espaço para a EA Crítica (embora, como apontei mais acima, haja rachaduras por onde ela possa semear), que, voltando aos segmentos discursivos das entrevistas, trago a seguir o segmento de Macaúba:

*(...) Eu integrei durante muito tempo o grupo da **Educação Ambiental Crítica dentro do IBAMA e a gente sofreu demais** (...). Infelizmente ainda fica **muito restrito a alguns grupos e esses grupos não têm ressonância**, ou capilaridade. Que é algo que em função dos próprios **impedimentos, nos últimos anos especialmente** (ênfatisou), **a gente perdeu muito espaço** pra tá trazendo essa discussão, né? Porque muitas vezes eles imaginam que o que é crítico, aí vamos usar a terminologia, **“ah, porque você***

é crítico você é anarquista, você é comunista, você é socialista, então você não pode tá discutindo isso....” E essa não é a pegada, né? A questão não é essa de trazer uma discussão essencialmente ideológico-política, que também é. Mas de certa maneira mostrar que a natureza não pertence a um grupo, né? E não pode ser apropriada por um grupo e ser disseminada para todos os demais como se fosse a verdade, né? (Macaúba).

Ao falar de sua participação dentro do órgão ambiental, Macaúba traz a representação de atores sociais sob a forma daqueles/as que sofrem as pressões do grupo hegemônico dominante, que invisibiliza e silencia tentativas de trabalho com a EA Crítica. Ao utilizar o substantivo *ressonância* (que remete a repercussão), precedido pelo advérbio de negação, e em seguida dizer sobre a perda de espaço nos últimos anos (ênfase nessa informação), a entrevistada insinua, em seu discurso, forças político-ideológicas subservientes ao capital. Quando traz o metadiscurso em *“ah, porque você é crítico você é anarquista, você é comunista, você é socialista, então você não pode tá discutindo isso....”*, a entrevistada traz a intertextualidade, distanciando a si própria de tal texto. Ao mencionar as questões políticas e ideológicas, deixa claro seu posicionamento contra o que Layrargues (2018, p.28) chama de “aparelho ideológico de Estado a serviço de um modelo reprodutivista de educação, pautado pela pedagogia do consenso da ideologia do ambientalismo de mercado como estratégia da manutenção da hegemonia burguesa”, no qual se encontra convertido o campo da Educação Ambiental brasileira.

Para o autor, em um quadro de grande desregulação da política e também da gestão ambiental pública, em especial no continente americano, vivenciamos retrocessos ambientais, sucateamento de órgãos ambientais, com recuo de institucionalidades públicas de defesa ambiental, quadro esse que desqualifica o sujeito ecológico e atravessa a Educação Ambiental com o signo do Antiecológico. Ainda para Layrargues (2018), com a ampliação da fórmula neoliberal nos últimos anos, a EA vem assumindo o projeto capitalista, na lógica reprodutivista, consolidando o conservadorismo pedagógico que se destina a inculcar ideologicamente, invisibilizando e silenciando todo um quadro histórico-crítico que poderia contribuir para alimentar a subversão da ordem hegemônica.

Para a ACD é justamente o poder ideológico que reforça o domínio político, econômico e cultural sobre certo grupo ou sociedade. Assim, a ideologia traz vantagem para grupos específicos, ao contribuir para estabelecer sentidos e representações e, portanto, ajudando a sustentar relações de poder. É por meio da ideologia e do poder que se torna possível inculcar estilos, identidades, que vão influenciar nos desejos, nas crenças e nos valores, além do próprio modo de agir. Repetida e vivenciada em variadas práticas, a ideologia acaba se naturalizando, estabelecendo-se e universalizando a hegemonia (FAIRCLOUGH, 2001). É forte, nesse

segmento, a presença do modo de operação da ideologia por meio da Dissimulação, ocultando a relação de dominação por meio do deslocamento, já que os substantivos “*anarquista*”, “*socialista*” e “*comunista*” são utilizados aqui, para representar o discurso hegemônico que os coloca de modo pejorativo, criando também um inimigo por meio do expurgo do outro (estratégia da Fragmentação).

Ainda sob influência do projeto capitalista e, mais especificamente, da EA conservadora, trago, abaixo, um segmento do qual emergem aspectos pragmáticos voltados a um ambientalismo de mercado, como discuto a seguir:

Minas Gerais tem sido um dos estados mais ágeis na difusão e divulgação de suas áreas protegidas e unidades de conservação abertas à visitação pública. Próximo da capital, Belo Horizonte, encontra-se o Parque Estadual do Sumidouro, que recebe centenas de visitantes, graças ao precioso acervo natural, fauna e flora existentes em sua área. O ecoturismo no Parque Estadual do Sumidouro tem como missão sensibilizar os habitantes da metrópole e de outras localidades, quanto à necessidade do convívio com a natureza, respeitando as espécies encontradas nas unidades de conservação. (Guia de Turismo Ecológico do Parque Estadual do Sumidouro).

De posse da informação de que o texto foi executado por um órgão ambiental e patrocinado por uma mineradora, talvez como medida de compensação ambiental, direciono meu olhar para o uso discursivo dos adjetivos *ágeis* e *precioso*. O primeiro, ao ser utilizado para definir ações do estado (e, portanto, relacionado à dimensão política da gestão de áreas protegidas e Unidades de Conservação), consiste em uma escolha política que nos revela, ainda que de modo implícito, a representação dos atores sociais envolvidos. O adjetivo *precioso*, por sua vez, ao se relacionar ao ambiente natural, além da relação já observada para o adjetivo anterior, também remete ao caráter conservador da educação ambiental, algo reforçado pelo verbo *sensibilizar*, ligado ao substantivo feminino *missão*, o qual, por sua vez, é característico do discurso empresarial.

A intertextualidade por pressuposição, assim, parte de uma visão “propagandista” do estado de Minas Gerais, mostrando o quanto o acervo natural é precioso e o ecoturismo sensibiliza as pessoas (como se tivesse apenas pontos positivos). Além disso, traz a ideia de que, com o turismo, as pessoas vão respeitar mais as espécies.

Observo a eufemização como estratégia da Dissimulação, com uma valoração positiva da relação entre o turismo e o bem estar natural, e entre as ações da esfera governamental. A Unificação também se torna evidente ao ser apontada a necessidade de todos/as em relação ao convívio com a natureza, e a consequência, como tal, de que todos/as a respeitarão e admirarão. Isso legitima as relações de poder e dominação que envolvem a presença de uma mineradora

no discurso, trazendo a universalização, ideia do interesse de todos/as os/as habitantes da metrópole e de outras localidades pela preservação e conservação da natureza.

E nessa disputa de forças pelo poder, também problematizada pela entrevistada Macaúba, vemos o que Sarria (2018) aponta sendo um exemplo da transformação de tudo em mercadoria pelo sistema capitalista, fazendo com que a EA seja um serviço, um instrumento ao mercado financeiro: o capitalismo verde (ou economia verde).

*(...) A gente não pode pensar só no **progresso** (ênfatisa) imediato, mas como é o processo desse progresso a longo prazo, né? Mas a gente não tem uma política de longo prazo, as **nossas políticas são muito imediatistas**. É o que eu percebo. (...) Porque quando surge a terminologia, ela tem uma conotação. À medida que o capitalismo vai se apropriando, ou entre aspas, o “**capitalismo verde**”, vai se apropriando disso, ela vai deturpando o sentido, isso vai sendo (...) comprado, né? Até pelas **ideias que vão sendo disputadas**. E é um termo em disputa dentro da própria academia. Se você pegar uma pessoa da economia, vai analisar o que é **desenvolvimento sustentável**, uma pessoa da geografia, uma pessoa da arquitetura, vão ter concepções diferentes, né? Então, assim, as **disputas em termos do que é área protegida, do que é cultura, do que é desenvolvimento, do que é turismo, do que é pertencimento... tudo isso tá nesse balaio de gato** (...). (Macaúba).*

Trazendo a crítica ao progresso e em como ele é apropriado de modo imediato pelo capitalismo, Macaúba critica as políticas também imediatistas para a solução de problemas na verdade muito mais complexos, para os quais Benjamin propunha a necessidade de uma transformação social radical enquanto um salto para fora do progresso (LÖWY, 2005). E é justamente no sentido da ideologia do trabalho enquanto postura conformista da produção capitalista, que a entrevistada nos apresenta a crítica ao capitalismo verde, que deturpa o sentido ambiental, servindo à ideologia dominante, que prega um suposto desenvolvimento sustentável. Embora já tenha apresentado nesta tese a crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável, cabe aqui ressaltar a ideia também apresentada pela entrevistada, da ligação entre este e o capitalismo verde. Repetido como um mantra, o conceito de desenvolvimento sustentável mostra-se uma verdadeira estratégia neoliberal de conscientização ambiental que por sua vez serve ao modelo de capitalismo globalizado (SANTOS, 2013).

Segundo Löwy (2005), a economia verde, alinhada ao conceito de desenvolvimento sustentável, nada mais é do que uma manobra publicitária por parte do mercado, um novo domínio do mercado também associado ao que Fairclough (2001) chama de comodificação, conceito discutido anteriormente, visto que seu propósito não é o de produzir, literalmente, artigos para venda. Para Löwy (2005), nessa manobra publicitária o capitalismo verde nada mais é do que uma “iniciativa local equivalente a uma gota de água sobre o solo árido do deserto capitalista” (LÖWY, 2005, p. 50-51).

O desenvolvimento sustentável, desse modo, pode ser visto como uma estratégia para a reprodução de interesses hegemônicos, constituindo-se em uma política de desencantamento. De muitos modos, é também um aspecto da colonialidade, no sentido da manutenção de traumas coloniais. É por isso que as propostas de uma educação para o desenvolvimento sustentável são baseadas na construção de sociedades contra a natureza, ainda que o discurso seja envolvente e sedutor, pois ele leva ao fracasso da experiência de vida (RUFINO; CAMARGO; SÁNCHEZ, 2020).

Voltando propriamente ao segmento discursivo da entrevistada, ela levanta a problematização da disputa de sentidos e significados de termos como *área protegida*, *cultura*, *desenvolvimento*, *turismo* e *pertencimento*, para associar a disputa de poder ao discurso. Algo que vai ao encontro da ACD, pois para ela, os discursos não são apenas representações de práticas sociais, mas também têm efeitos de poder. Isso porque são, de certa forma, institucionalizados e regulados, sendo também acoplados a ações. A articulação entre poder e discurso é, ainda, multifacetada e complexa, pois enquanto o discurso é um campo de enunciados possíveis, outros possíveis enunciados (ou problemáticas e questionamentos), inversamente, podem estar ocultos, excluídos do mesmo discurso (RESENDE; REGIS, 2017).

É na relação entre discurso, poder, dominação, manipulação, etc., que também se encontra pautado esse outro segmento discursivo de Macaúba, abaixo, quando fala da interferência das mineradoras no local, além da própria ocupação pela agropecuária, nos momentos em que empresários tentam levar seus empreendimentos para áreas nos quais eles não são permitidos:

(...) Isso gera uma frase que é perturbadora: “Como que o meio ambiente atrapalha o desenvolvimento econômico!” Né? Eu já ouvi isso várias vezes. Mas várias vezes! E a APA é uma unidade que ela é pra uso. Seja uso industrial, seja uso agropecuário, seja pra moradia, ela é uma das unidades mais desafiadoras em termos de categoria, né? Porque você vai ter áreas com maior proteção e áreas que você praticamente só tem que ter um ordenamento territorial e seguir as regras básicas. Mas (...) as pessoas apostam na irregularidade, começam determinados empreendimentos e quando você tem uma fiscalização, quando você tem um processo de licenciamento, a atividade não pode ter continuidade. Porque aqui é uma região extremamente frágil. (...) Às vezes o dano não vai ser agora tão perceptível, mas futuramente esse acúmulo de empreendimentos no território, ele vai gerar a longo prazo muitos impactos. Mas de certa maneira, assim, é... isso é algo que precisa ser muito bem trabalhado. E às vezes trabalhado com o próprio Estado, que quer os investimentos. Ou com a própria prefeitura, que quer os investimentos. Então na maioria das vezes na mídia, e aí você vai ver várias reportagens, né, a gente é o impedidor do desenvolvimento local, a gente atrapalha a geração de emprego. (Macaúba).

Logo no início do segmento, Macaúba traz o metadiscorso típico da racionalidade econômica capitalista empresarial, que enxerga o meio ambiente enquanto entrave econômico. Para Layrargues (2018) esse discurso do desenvolvimento economicista que quebra a aliança

com o conceito de desenvolvimento sustentável pode ser encontrado até mesmo nos discursos políticos que emergem do cenário brasileiro nos últimos anos, no que o autor chama de quarta fase da luta ambiental. Discursos esses os quais vêm associando a institucionalidade ambiental a um suposto entrave ao progresso do país, narrativa que serve aos interesses da doutrina neoliberal

O que resulta como legado histórico desse processo é a disseminação da mensagem ideológica de que o ecologismo qualificado como radical e romântico foi longe demais com sua crítica intransigente e seu excessivo zelo preservacionista, por ter criado nas últimas décadas institucionalidades ambientais que acabaram bloqueando o crescimento econômico advindo da exploração dos recursos naturais, que ficaram impedidos de serem acessados em função desse preciosismo na proteção ambiental. (LAYRARGUES, 2018, p.33).

Isso também pode estar associado ao que Sarria et al (2018) chamam de promoção de invisibilidades enquanto parte de uma

Estratégia para legitimar ações de expropriação dos povos, com interesses nos chamados “recursos naturais” dos territórios, por parte de grandes empresas multinacionais ou grupos com poder político e econômico. Nesses casos, a Educação Ambiental de mercado se presta ao apoio da neutralidade da reflexão crítica, a promover a desmobilização social e frear as possibilidades de resistência das populações atingidas pelos conflitos ambientais. (SARRIA et al., 2018, p. 51).

Trabalhando, ela mesma, em um órgão ambiental, Macaúba também exprime sua visão de que a APA, enquanto uma unidade voltada ao uso, ainda que com certas restrições do território, apresenta desafios concernentes à sua gestão. Segundo ela, há apostas na irregularidade, já que os interesses políticos em jogo são a favor da chegada de empreendimentos, ainda que nocivos ao ambiente a longo prazo. Ao final do segmento traz, ainda, a relação entre a mídia e a difusão do expurgo do outro, ou seja, a construção de inimigos na forma dos órgãos ambientais reguladores, como entraves ao crescimento econômico e à geração de empregos locais. Esse aspecto relaciona-se ao controle social que é facilitado pela mídia, uma vez que, como já dito nesta tese, para Fairclough (2001), a mídia manipula os sujeitos que a interpretam, contribuindo para sua constituição ideológica.

A necessidade de regularização de empreendimentos, especialmente do setor minerário, encontra-se também no discurso de Ingá, ao justificar sua impossibilidade de trabalhar

devidamente com a EA, em função de sua urgência, enquanto gestor da UC, de regularizar tais empreendimentos:

(...) Eu diria que pouca coisa foi feita em termos, por exemplo, de Educação Ambiental. Exceto uma atividade ou outra que era feito com uma, uma associação. Ou às vezes até com a prefeitura, que tinha às vezes, boa aceitação, igual Confins foi feito alguns trabalhos, né? Então, é... a gente fez muito pouco no meu período de gestor da Unidade, nós fizemos muito pouco em termos de Educação Ambiental. Justamente porque foi um período, assim, de muito afinho no trabalho com essa regularização ambiental, né? Pra você ter uma ideia, empresa por exemplo, como a HOLCIM, que é a maior mineradora do mundo (ênfase), estava instalada aqui dentro da APA, e eu descobri que tinha 6 anos que ela não tinha licença ambiental. (...) Então eu diria pra você o seguinte: que foi um período pouco voltado para a Educação Ambiental por causa desses aspectos, que a gente trabalhou muito, muito (ênfase) com a regularização. Certo? E nesse período, é igual eu te falei, irregularidade você tinha de toda ordem. Patrimônio arqueológico, espeleológico, recursos hídricos, né? (...). (Ingá).

Dizendo que poucos trabalhos foram feitos, estes sendo limitados a exigências em função do licenciamento do aeroporto de Confins, por parte da prefeitura, Ingá justificou a necessidade da regularização ambiental na área, utilizando-se da racionalização para também trazer a eufemização ao usar o substantivo “afinho”, enquanto uma conduta firme para solucionar a problemática das irregularidades ambientais, inclusive da “maior mineradora do mundo”. Toda essa cadeia de raciocínio para justificar a quase inexistência de projetos em EA durante sua gestão.

Por outro lado, Tamboril, o outro ex gestor entrevistado, sendo nascido na região, traz um discurso diferente em torno de como a EA fez parte de sua gestão, envolvendo pertencimento, crítica à visão do meio ambiente enquanto fauna e flora, e uma certa insinuação dos retrocessos ambientais logo no início do segundo segmento abaixo (em “hoje essa visão voltou”). Inicia seu discurso sobre a EA ao falar sobre as atividades ambientais que propunha durante sua gestão:

(...) O último endure já foi um endure assim, com um viés, uma pegada ambiental e educativa. Então tinha os postos de controle e a ideia que o pessoal ganhava fichas por perguntas que eram respondidas corretamente. (...) Ao final tinha sorteio de prêmios.(...) Nessa última versão, tinha até uma travessia assim na Lagoa do Sumidouro, (...) aí tinha um barco do corpo de bombeiros que fazia a travessia das equipes de uma borda (a pessoa descia de um paredão, no patamar de um paredão, da água, encostava o barco e ela descia no patamar do paredão, no pé das pinturas, respondia uma pergunta e seguia)(...). Um evento, assim, nesse sentido de promover a importância da região, nesse viés educativo. E lembrei também essa outra questão que é essa nossa dificuldade, assim, já no parque do Sumidouro também, ao trabalhar aspectos relacionados à EA, à questão da própria mediação dos monitores, tem a ver com os conteúdos, sabe? De tentar destrinchar conteúdos palatáveis para o público, porque aquilo que é muito acadêmico, científico... sabe? Então esse também é um desafio da região, meio que como você traduzir um tesouro. (...). (Tamboril).

E complementa, apresentando o posicionamento o qual mencionei anteriormente, sobre o retrocesso relacionado à visão da EA e do meio ambiente por parte do órgão ambiental:

Havia também uma visão dentro do IEF, que hoje essa visão voltou, que é uma visão que o parque é fauna e flora. (...) E se você pensar bem, Instituto Estadual de Florestas, né? E daí quem cuida disso, né? Enquanto Unidade de Conservação. Então voltando nesse aspecto ainda, dessa necessidade de maturidade das instituições (...). (Tamboril).

Relatando sobre atividades lúdicas e educativas oferecidas em sua gestão, Tamboril termina o primeiro segmento falando da importância de os/as monitores/as do parque traduzirem os conteúdos para o público, de modo a aproximá-lo. Embora seu discurso pareça de certo modo conteudista e conservador (no sentido imperativo do conteúdo e da importância em transferi-lo), logo em seguida seu discurso aproxima-se da ideia de uma EA pautada na interação entre conhecimento científico e saberes populares ou cotidianos, os quais têm sido historicamente ignorados pelas comunidades científicas (SARRIA et al., 2018). Um verdadeiro diálogo de saberes que, para Leff (2009), consiste na diversidade cultural produzida no encontro de identidades coletivas, um olhar e um encontro na outridade, permitindo uma compreensão do mundo na relação entre humanos (inclusive dos humanos entre si) e natureza.

Considerando um “*desafio*” para a região, Tamboril mostra (assim como Jatobá, em seu primeiro segmento discursivo analisado nesta sessão) o potencial da área para a expansão de uma EA contra hegemônica enquanto perspectiva que produz aprendizagens pelas trocas, favorecendo a transformação do pensamento em direção a um pensamento complexo, reflexivo e crítico, tanto em nível individual quanto em nível comunitário.

Outra entrevistada, Imburana, também traz potencialidades da EA no entorno do parque, especialmente no que diz respeito à EA no ambiente escolar, já que, segundo ela, desconhece como tem se dado a EA especificamente no parque:

*Hoje eu não estou sabendo como está funcionando lá não (em relação ao parque). Porque houve muitas mudanças. Na rede estadual aqui, eu já fiz trabalho interdisciplinar com a disciplina de Ciências e Geografia. (...) Foi um **projeto totalmente interdisciplinar**. Já tinha ali previsto o que que cada disciplina ia trabalhar. (...) Tem uma professora que desenvolve um projeto de Educação Ambiental muito legal na região. (...) **Faz parte dessa ONG e ela trabalha com o pessoal também da reciclagem, ela desenvolve um trabalho bacana. E ela leva isso pra escola. Eu sei que ano passado, não, 2019, nós participamos aqui de um seminário, até Paleontologia e Educação Ambiental, foi um seminário amplo aqui, e ela levou os alunos dela, e que participam desse projeto de EA. Eles fizeram tipo um recital lá. Ela desenvolve sim, um trabalho considerável de Educação Ambiental.*** (Imburana).

Mais uma vez, vemos espaço para o trabalho de uma EA que parta do território, do patrimônio local. Aqui, inclusive, relacionada à Paleontologia. Embora Imburana não deixe

claro como se deu essa associação entre os dois campos, e talvez tenha sido induzida a pensar nessa associação pelo próprio tema de minha pesquisa, é interessante observar o espaço que vem se abrindo para essa construção. Considerando que ela mesma é nativa da região e que relata ter participado de um projeto interdisciplinar em EA, vemos a potência para uma EA Comunitária, já que um dos objetivos desta é mostrar às comunidades a interdisciplinaridade e a complexidade das questões ambientais por meio de um diálogo entre saber científico e saber popular, saber teórico e saber prático, tendo caráter epistemológico, pedagógico e político (SARRIA et al., 2018).

Entretanto, como defendem Sarria et al. (2018), tem havido insuficiente formação de educadores/as ambientais, estando a EA muitas vezes nas mãos de interesses particulares de empresas, organizações e entidades, a exemplo de mineradoras que ficam responsáveis por processos educativos como parte dos trâmites para obtenção de licença ambiental, o que talvez tenha sido o caso de projetos desenvolvidos na gestão de Tamboril. De modo similar, o processo de implantação do parque, da forma como se deu, sem uma gestão que envolvesse educadores/as ambientais e uma preocupação com a participação da comunidade local, ou seja, articulado por interesse de um grupo específico, também gerou dificuldades a uma EA contra hegemônica. Essa ideia pode ser reforçada pelo discurso de uma moradora local, Copaíba, imersa no contexto educacional devido à sua própria história de vida:

(...) Olha, você sabe que eu sou ambientalista de carteirinha, mas eu tenho um entendimento também de que certos espaços, não quer dizer que a gente vai detonar, mas certos espaços têm que abrir um pouco mais. Tem que ser usado. (...) Tem alguns espaços, que eles têm que ser abertos, tanto pro educativo, tanto pra curiosidade, né? O que que é uma caverna, o que que é isso, o que que é aquilo... (...) Se as pessoas não têm como chegar numa porta de uma gruta, ver o que que é uma gruta, igual eu vi criança: “- Só queria ver o que que é uma gruta, eu não posso ir nem na porta”. Como (ênfase) que a gente vai educar as gerações, gente? Tem (ênfase) que abrir um pouquinho sim, tem que... não é cortar árvore, mas é poder andar ali no meio da mata, porque tem que ter um mínimo, um mínimo. Porque quem mora aqui no mato, (...) até quem mora em Lagoa Santa, (...) logo vai virar uma metrópole, do jeito que lá vai... (...) Alguns espaços, eles precisam, sabe, desvincular um pouquinho do radicalismo, tá, pra que eles possam ser o máximo explorados como espaço ativo, preparativo, pra essas gerações novas, que vão herdar esses espaços que estão sendo realmente preservados, resguardados lá só pra cientista (ou têm alguns espaços que nem cientista pode ir mais, né). (...) E aí tem o turista que vai, e passa a ter acesso também aquele que pode pagar, porque chegar aqui não é fácil. (...). (Copaíba).

Esse discurso tem uma certa intertextualidade com o segmento discursivo de Macaúba, quando disse que a APA é um espaço para uso, e daí o desafio em sua gestão. Copaíba, além de defender uma maior abertura, fala da importância do uso desses espaços com finalidade educativa e também enquanto espaço para a curiosidade, o que, a meu ver, são duas faces da mesma moeda. Como a própria entrevistada traz por meio da intertextualidade manifesta em

“Só queria ver o que tem na gruta, eu não posso ir nem na porta”, se esses sujeitos (que ela exemplifica na figura das crianças, a quem atribui esse discurso) não tem acesso ao patrimônio, será dificultado o processo educativo das próximas gerações. Com palavras que remetem a sentimentos, sensações, como “chegar”, “ver”, “andar”, ela traz, ainda que não explicitamente, a ideia do *sentipensar* (MORAES; TORRE, 2000) para o contexto da EA.

Ao considerar a necessidade de esses espaços se tornarem espaços ativos, Copaíba mostra uma visão bastante diferente da que Sarria et al. (2018) consideram como concepção reducionista do ambiente enquanto algo externo, um objeto que pode ser dominado, mensurado, manipulado e explorado. Um outro exemplo de sua visão enquanto parte do meio e, portanto, de sua potência enquanto sujeito de uma Educação Ambiental de base comunitária consiste nos segmentos a seguir:

Também dentro dessa experiência de ir pros sítios, né, esse despertar para o meio ambiente. Meu pai, ele era muito ambientalista. (...) E uma das primeiras coisas que eu aprendi com meus cinco anos de idade, é que a gente não deveria usurpar. Ele falava assim. (...) Que a gente tinha que deixar tudo lá, no lugarzinho. (...) Então os primeiros, assim, entendimentos da importância da gente deixar intacto especialmente esses locais que naquele momento eram locais de interesse científico, mas em que outro momento eram locais sagrados, eram locais de vida de outros seres humanos que nos antecederam. (...). (Copaíba).

E complementa, falando também da sua visão quanto a respeitar as particularidades do ambiente, bem como do que aprendeu com sua mãe, em relação à reciclagem e ao reaproveitamento de resíduos:

(...) Então, assim, essa pegada começou desde muito pequenininha, esse entendimento da importância, né, da preservação, do respeito pela natureza, pelas aves (...). Aqui o meu quintal, o pessoal fala assim: “-você não vai fazer um gramado não?” É um cerrado, né? Eu falo assim: Deus me livre! Além do gasto que eu vou ter, mas é o ambiente, né? Eu tô tentando proteger aqui onde eu moro um fragmento do cerrado. E muitas pessoas não entendem porque que a gente não limpa tudo, né? Eu tento deixar o máximo preservado. Minha mãe também tem um perfil (...). Ela sempre teve uma pegada ambiental. Então anos atrás, quando ainda não se falava em reciclagem, ela já se preocupava em reaproveitar os materiais, em guardar o material pro ferro velho. (...) Num dos depósitos do museu, num cantinho lá, tinha sacos e mais sacos de tampinhas de refrigerante e cerveja, que ela falava que não aceitava jogar aqui no lixo, no fogo, né? E esse material foi todo reaproveitado. Então essas coisas também são muito importantes na composição do entendimento da gente, né? Da importância de tudo. (Copaíba).

Assim, nota-se fortemente sua conexão com o espaço, os valores compartilhados por meio de seus pais, da importância do uso do território pelos diversos grupos, e da manutenção das relações orgânicas enquanto espaço sagrado. Quando perguntada, ainda, sobre como eram as atividades em Educação Ambiental que desenvolvia enquanto atuante no Museu Arqueológico da Lapinha (conhecido como Museu do Castelinho):

(...) eu explicava pras crianças que eram animais que sempre existiram na região, que faziam parte da caça, né, da convivência dos primitivos. (...) Ai eu ia lá e mostrava na paleontologia: “-Olha, tem aqui os ossinhos do jacaré provando a antiguidade dele na região!”. Ai eu levantava essa questão (...). Que existiam há milhões de anos atrás na região... fez parte do cotidiano da vida dos pré-históricos, das cavernas, né, vamos usar esse termo, que não é politicamente correto, né? Mas, enfim, (...) depois os índios pré-históricos, depois a comunidade até certo tempo, até que um dia alguém descobriu os jacarés num poço lá do Castelinho e matou eles, né? Então eu costumava fazer esses links (...), fazia esse imaginário de que esses bichos já existiam há milhares de anos na região, que o Lund encontrou fósseis de vários, então comprovando que não eram só milhares de anos, na época do homem pré-histórico, né, mas há milhões (ênfase) de anos, quando existia a megafauna, quando já existiam os pequenos animais, e que eles foram vencendo todas as etapas de mudanças climáticas, por presença humana os grandes desapareceram e os pequenos foram ficando (...). E jogava pro futuro, a presença do parque, a expectativa de que esses animais, aos pouquinhos, né? Com o desenvolvimento humano todo, o vetor norte, e aí tá construindo, concretando, esses animais vêm chegando pra área de preservação do parque, e que de alguma forma, esses animais, né, têm uma nova vida ali. Então eu ia, eu dialogava muito pra lá e pra cá (...), antes da meninada entrar. (Copaíba).

Todas as conexões que Copaíba fez no segmento acima mostram as tessituras feitas a partir de saberes vários, incluindo conhecimentos históricos e científicos, seguindo uma linha temporal. De um modo bem interessante, apresenta a sucessão temporal das espécies, a convivência com os grupos humanos nos paleoterritórios, a competição pelo espaço (com extinção de algumas espécies), as mudanças climáticas e a pressão antrópica. Além disso, ao falar de presente e futuro, trazendo a problematização da expansão do vetor norte, do “desenvolvimento humano”, da mudança no modo de espécies animais coexistirem com os humanos, Copaíba tece conexões importantes para um conhecimento contextualizado ao território.

De modo semelhante, vejo em seu discurso uma aproximação com o olhar de Benjamin para a história, a qual considerava oriunda da imagem dialética que se forma no contato entre o agora da cognoscibilidade e as conjunturas ou momentos do passado (SARLO, 2013). O tempo para Copaíba, transcorrido em sua infância ao lado do pai arqueólogo, sua atuação no Museu do Castelinho, atuação também em ONG, em conselhos consultivos, no passado, no presente e com luta pelo direito ao território hoje e amanhã, remetem a um tempo qualitativo e heterogêneo, no qual, similarmente à tese XIV de Benjamin, busca salvar a herança dos oprimidos em um salto ao passado, para que nela possa se inspirar, interrompendo a catástrofe presente (LÖWY, 2005).

Pois o tempo da memória, da rememoração orgânica, que tem plenos e vazios, não é heterogêneo (LÖWY, 2005), é também um tempo aberto à reflexão crítica e ao exercício da memória. Afinal, se nem a história do planeta é linear, havendo, em certas camadas estratigráficas, misturas de fósseis e eventos que ocorreram em idades distintas e que sofreram

desgastes (intemperismo, erosão) distintos, ao mesmo tempo em que há camadas diferentes com aspectos muito similares, porque a história de um lugar deveria ser?

Nem o próprio Antropoceno (ou Capitaloceno, ou Idiotaceno, ou Chthuluceno, ou até mesmo Janoceno), é linear ou mesmo igual para todos/as! É considerando a memória e suas dobras, que vão levando a vários outros lugares, que alcançamos a revolução como um acontecimento garantido pelo curso natural da história. E que seja uma revolução que dê voz aos mortos e aos vivos, em meio às opacidades e aos silêncios produzidos pela modernidade, em busca de regimes de verdade alternativos, que identificam outras formas de conhecimento que vêm sendo suprimidas, marginalizadas e até mesmo desacreditadas pela ciência moderna.

No sentido, ainda, da denúncia (e da crítica) à marginalização de outros modos de ser (e de estar no mundo), em prol de uma ciência desenvolvimentista, de um suposto progresso da humanidade, trago, por fim, uma última análise discursiva, de um segmento pautado especialmente em uma imagem, já que imagens também são enunciados, os quais podem remeter a conhecimentos, saberes, que podem ser repetidos, reconstruídos e criticados. Ou seja, as imagens também têm a capacidade de remeter a um conhecimento, a certas proposições, rejeitando outras.

Desse modo, para o jogo “Trilha Ecológica – Cauã, o indiozinho em: um passeio pelas Unidades de Conservação de Minas Gerais” (do Monumento Natural Estadual Gruta Rei do Mato, e já mencionado anteriormente, no eixo sobre a problemática socioambiental), detive-me, em um momento inicial, a uma análise do discurso presente na imagem da capa (Figura 33), mas também no nome do jogo. Ao mostrar uma criança indígena nua, caracterizada tipicamente como o selvagem americano, o título apresenta Cauã, o “*indiozinho*”. Em tal discurso imagético, percebo, portanto, a representação discursiva de atores sociais historicamente inferiorizados (e muitas vezes invisibilizados) pela colonialidade do ser, do saber e do poder, algo intensificado pela construção ideológica da unificação da imagem e da cultura indígenas, reforçando o estereótipo ideologizado e a legitimação de um processo hegemônico que inferioriza esses povos.

Figura 33 - Inferiorização dos povos indígenas em imagem e título de jogo distribuído na Rota das Grutas Peter Lund



Fonte: MEI do Monumento Natural Estadual Gruta Rei do Mato. Acervo pessoal, 2018.

Como pontua Resende (2019), reconhecer discursos que sustentam o tripé colonialidade do ser, do saber e do poder, em seu trabalho ideológico, é importante tanto enquanto luta contra hegemônica, quanto como modo de apreender a realidade dos fenômenos latino-americanos do discurso e o uso situado da linguagem. Aqui, foco também na interseccionalidade entre a colonialidade, o capitalismo e o impacto estruturante de raça/etnia. Conceito elaborado por feministas negras, interseccionalidade é uma noção decolonial no sentido mais amplo, um ponto de vista que busca determinar as conexões entre os sistemas raciais, de gênero e de classe, por exemplo, com foco nas dinâmicas entre instituições e subjetividades, estrutura e ação. Ao reconhecer as consequências dos lugares de estigma e lugares de privilégio, a interseccionalidade aponta a necessidade da construção de reflexões para uma consciência

emancipatória, necessária para “denormalizar os quadros interpretativos que nos conduzem a identidades subalternas” (RESENDE, 2019, p. 36).

Voltando à representação do “*indiozinho*” do jogo, percebo que o termo *índio*, em si, já representa uma posição racista/hegemônica. A palavra reduz a existência das (muito) diversas etnias, com suas diferenças linguísticas, culturais, dentre outras, colocando-as na posição de povo colonizado. O termo “indígena”, por outro lado, remete a povos originários/nativos, sendo o termo correto para a identificação dos povos primeiros deste território. Nas palavras do doutor em Educação Daniel Mundukuru, sobre a palavra índio,

Quando leem minha biografia, dizem que não sou mais índio, que já sou ‘civilizado’. Eu não sou índio e não existem índios no Brasil. Essa palavra não diz o que eu sou, diz o que as pessoas acham que eu sou. Essa palavra não revela minha identidade, revela a imagem que as pessoas têm e que muitas vezes é negativa. (MUNDUKURU, 2017 *in* SEGANFREDO, 2017).

Ao observar também o discurso contido na imagem, vejo a postura ideológica predominante, que reforça a visão do indígena (no texto, *índio*) como uma excrescência arcaica de um período colonial, com vestes e atributos idealizados de um personagem “selvagem”, estereótipo advindo do olhar europeu. A imagem do *índio* impõe certas restrições ao modo de ser das populações indígenas, associando-as à pureza e ao contato harmônico com a natureza (LESSA, 2016).

Temos, assim, que o discurso que informa o segmento nos apresenta o mundo social relacionado à reprodução de um comportamento racista, e sua interseccionalidade. A noção decolonial da interseccionalidade permite, portanto, a percepção de como a estrutura (conceito diferente de prática social) ocupa vários campos, transcendendo as práticas sociais. Tem influência na semiose e nas esferas institucionais. Os modos de diferenciação humana servem à manutenção de sentidos e relações interseccionais coloniais, reforçando a violência constitutiva da nossa história colonial (RESENDE, 2019). Discursos que colonizam o saber e o ser, ao incentivarem a reprodução de padrões racistas.

Como nos lembra Resende (2019), é importante a consciência emancipatória para decolonizar o ser. Ela é necessária para “denormalizar os quadros interpretativos que nos conduzem a identidades subalternas” (RESENDE, 2019, p.36). Dualismos como esse (branco/indígena), assim como vários outros tipos (humano/não humano; cultura/natureza; humano/natureza), segundo Quijano (2000), têm sustentado as três colonialidades. A racionalidade capitalista hegemônica que se funda em valores organizados hierarquicamente mantém lógicas coloniais e imperialistas de exploração e dominação, como se dá a construção

ideológica do outro como selvagem. O discurso imagético no material em questão permite apenas a associação, a equivalência do *índio* ao *selvagem*, à natureza idílica. Como representado nesse material, as populações indígenas fazem parte dos grupos negativizados estrategicamente por uma elite opressora, reforçando a outrificação dos povos não ocidentais.

Embora também tenha discutido a questão étnico-racial no eixo anterior, considero importante tê-la trazido também aqui, visto que o material em questão – um jogo – é voltado essencialmente para atividades propostas enquanto educativas (em Educação Ambiental). Mas é sempre necessário entender como a colonialidade perpassa as mais variadas esferas do conhecimento, estando, de fato, muito presente nos modos de se fazer a EA em moldes principalmente conservadores e pragmáticos (e, portanto, acríticos). Afinal, é rompendo com a colonialidade do ser que se faz possível romper com a condição de subalternidade. Pois na América Latina vemos a colonialização não apenas do conhecimento, do ser e do poder, mas uma colonização estrutural. Precisamos criticar modos de usar a linguagem para criar e manter ideologias eurocêntricas, a exemplo dos modos de fazer e divulgar a ciência que têm predominado no Brasil, os quais são típicos do colonizador.

Nesse sentido, acredito que as reflexões tecidas por meio dos segmentos discursivos conversam entre si, até mesmo entre os eixos. A sequência escolhida para apresentá-las é importante enquanto modo de defender a estreita relação entre visibilidade da Paleontologia, o sentimento de pertencimento e a problemática socioambiental local, para uma conjuntura em que se mostra possível e necessária uma Educação Ambiental não apenas crítica, mas de base comunitária.

Para Barbosa; Carvalho; Rena (2020), as vulnerabilidades socioambientais presentes na área e as relações conflitivas que daí surgem, evidenciam a importância e a urgência da busca por melhorias sociais e ambientais, da redução das desigualdades socioeconômicas, promoção de justiça social e da valorização da participação social no processo de gestão ambiental. Adicionalmente, Faria et al. (2015), consideram a importância, para o local, da criação de espaços de diálogo pela EA, além de um maior investimento por parte do poder público, inclusive no que tange à implantação de áreas de recreação para a comunidade local.

Destarte, a EA de base comunitária (de modo semelhante ao turismo de base comunitária, cuja importância discuti no capítulo 3), é importante até mesmo para a reconstrução do mundo a partir das ruínas da pandemia, sem deixar que os ventos do progresso nos levem a um futuro acrítico. Construindo resistência e sobrevivência para combater as ameaças atuais, a EA Comunitária defende o acesso ao conhecimento por todos/as, estruturando-se pela integração entre os saberes, contrariamente a uma EA colonizadora e

hegemônica, que pregue o culto à preservação, ao silvestre e ao desenvolvimento sustentável (SÁNCHEZ; SALGADO; OLIVEIRA, 2020).

Defendendo, ainda, a possibilidade de uma EA em que promova justiça histórica e justiça ambiental, considero a região fértil e potente para a tessitura de novas possibilidades à EA, partindo das comunidades autóctones do território, com a luta ambiental compondo o campo político e se tornando um instrumento de ação coletiva e comunitária (PELACANI et al., 2020). Em um diálogo entre a EA Comunitária e a Ecologia Política, como propõem Pelacani et al (2020), também considero a participação popular enquanto importante à justiça socioambiental.

O próprio uso público de territórios que são UCs precisa ser discutido e problematizado, pois diversos são os atores que se relacionam nesse espaço público. Para Queiroz e Vallejo (2017), o próprio uso público pode ser interpretado como estratégia de valorização social de áreas protegidas. E para o uso público desejável, os autores trazem a importância de pesquisas que permitam o monitoramento socioambiental da área, a EA enquanto modo de fortalecimento o ordenamento territorial e ambiental, a compreensão da realidade no sentido da luta por sua transformação, o estímulo à criticidade, a relação com a comunidade e articulação (e diálogo) com o entorno, a minimização dos conflitos de interesse e as atividades para reflexão e ação sobre a importância do patrimônio social e ambiental.

Janoceno, etc. Poda, também a partilha de saberes **com** as comunidades detentoras de um rico e insubstituível patrimônio.

Afinal, é por meio de uma ecologia de saberes, contextualizada ao território, que se faz possível uma Educação Ambiental que não se limite a práticas individuais e comportamentais as quais podem ser facilmente apropriadas por um capitalismo verde, estratégia desse modelo econômico para que não seja tão facilmente contestado. Assim, a EA pode ir além, buscando mecanismos de contestação e mudança social.

Como os discursos informam significações importantes para as tessituras que trago aqui, recorro à linguística crítica de Fairclough e ao olhar benjaminiano para a linguagem. Assim, com o auxílio da ACD de Norman Fairclough e dos estudos de Benjamin sobre questões caras à modernidade, pude voltar meu olhar para discursos que partem desses sítios de importância paleontológica e seus arredores. Em especial, discursos que emergem da região da Rota das Grutas Peter Lund, em locais por onde o chamado “pai da Paleontologia” brasileira passou, descobrindo centenas de cavernas que continham ricos testemunhos da evolução da vida em sucessivos paleoterritórios.

Partindo de Belo Horizonte, no Museu de Ciências Naturais da PUC, passando por Lagoa Santa, onde estão o túmulo de Peter Lund, o Centro de Arqueologia Annette Laming Emperaire, o Museu Peter Lund e a Gruta da Lapinha, esses dois últimos no Parque Estadual do Sumidouro (o qual, por sua vez, se insere na APA Carste de Lagoa Santa, que se localiza entre os municípios de Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Matozinhos, Funilândia e Confins), a Rota segue também por Sete Lagoas, na Gruta Rei do Mato, chegando a Cordisburgo, onde a Gruta do Maquiné e o Museu Casa Guimarães Rosa atraem um sem número de turistas. Todo seu percurso conta com paisagens geográficas e culturais riquíssimas, além de tradições conhecidas, a exemplo dos doces e quitutes feitos pelas doceiras da região, bem como a famosa Festa do Congado.

Atravessada por memórias, afetos, problemas, conflitos, lutas e esperanças, a região é palco de uma grande diversidade de atores sociais, que participam da vida social local de diferentes formas, podendo estar envolvidos com o turismo, com as visitas ao parque ou a gestão do mesmo, com as tradições culturais locais, com diferentes graus de protagonismo na luta ambiental, etc.

Assim, foi olhando e analisando os segmentos discursivos extraídos de folders, panfletos, livretos (ou seja, do Material Educativo Informativo - MEI), os quais a princípio têm como objetivo anunciar o território em termos de significância científica, cultural e patrimonial, atraindo turistas; e também os segmentos discursivos obtidos com os questionários enviados a

monitores/as ambientais do Parque Estadual do Sumidouro – PESU, além de entrevistas gravadas com moradores/as de seus arredores, em toda a sua diversidade e variedade de sujeitos, que pude escolher as melhores estratégias de investigação para responder satisfatoriamente às questões que me geraram inquietações e que, portanto, conduziram a construção desta tese. Ou seja, pude decidir quais os melhores percursos para entender como os discursos das comunidades locais insinuam as relações socioambientais que emergem nesses sítios, e como os anunciam enquanto territórios patrimoniais, com importante significância científica, cotidiana, educativa. Ademais, também pude decidir o melhor modo de investigar discursos que insinuassem problemas e conflitos socioambientais, situações de vulnerabilidades e injustiças ambientais.

Tentando compreender os sentidos que insinuam saberes das comunidades desses sítios de importância paleontológica, e contribuem para seu pertencimento e sua cotidianidade, e como tais sentidos e significações contribuem também para modos contra hegemônicos de pensar o ambiente, a educação e o território, trouxe Norman Fairclough e Walter Benjamin para olhar atentamente para esses discursos.

E justamente pelos discursos informarem significações, pude dirigir meu olhar para os segmentos discursivos extraídos do material coletado em termos de: 1) Sentidos sobre a Paleontologia para os diferentes segmentos da sociedade, quais sejam os/as moradores/as, os/as turistas, os/as monitores/as ambientais do PESU, os/as professores/as, gestores/as do parque, etc.; 2) Sentidos sobre o pertencimento dos sujeitos locais com relação ao patrimônio geológico/paleontológico/espeleológico e cultural; 3) Sentidos sobre a problemática socioambiental na região da Rota das Grutas Peter Lund, com questões relacionadas ao território, à pouca participação das comunidades locais nos processos decisórios, ao turismo, ao Programa de Concessões de Parques Estaduais (Parc), à mineração, bem como aos aspectos étnicos, religiosos e culturais; 4) e os Sentidos sobre a Educação Ambiental.

Discutindo problemas, relações conflitivas, injustiças, mas também esperanças por meio das análises discursivas, reforço a tese de que os discursos hegemônicos muitas vezes encontrados aqui revelam a intertextualidade pela representação discursiva de atores ligados a posições de poder/privilégio, como grupos empresariais, órgãos gestores, representantes políticos, dentre outros. Assim, tais discursos contribuem para a manutenção das dicotomias entre sociedade e natureza, entre ciência e população, bem como para as colonialidades do ser, do saber, do poder e da natureza, em processos que tipicamente atingem os países do sul global.

Ou seja, minha busca pelos discursos que partem da realidade desses espaços ligados a tão rico patrimônio, embora tenha sofrido uma alteração de percurso, me levou justamente para

os lugares onde eu pretendia chegar. Se não foi em termos físicos, já que não consegui voltar (novamente) à região, ao menos cheguei em termos epistemológicos, filosóficos e até mesmo emocionais. Pois como pode uma pesquisadora social não se envolver com seu próprio estudo, se não é possível a pesquisa imparcial?

E é nas parcialidades e no afeto, na sensibilização com as questões trazidas pelos sujeitos de minha pesquisa, que vejo as possibilidades de transformação social (algo tão caro a analistas críticos/as do discurso), ainda que obstáculos se façam presentes. Pois ao emergirem discursos em que vemos claramente os modos de operação da ideologia, vemos também espaço para a contestar. Ou seja, espaços para uma luta contra hegemônica.

Com relação aos sentidos sobre a Paleontologia, vemos aqui que os saberes locais, muitas vezes caídos no esquecimento (ou simplesmente invisibilizados, silenciados, como nos diz Macaúba) ao longo das gerações, deram espaço à busca por um conhecimento mais científico, principalmente por necessidade daqueles/as que trabalham no parque (PESU) e precisam, portanto, estar a par da história da Paleontologia na região, em especial no que diz respeito aos achados de Lund. Entretanto, em uma relação intertextual provavelmente com materiais relacionados a cursos de treinamento desses/as monitores/as, ou material de apoio, muitas vezes se limitam aos aspectos estritamente científicos em seus discursos, enquanto os aspectos culturais e as memórias são postos de lado, em uma ideia muitas vezes segregadora. Enquanto isso, os sujeitos também consideram os aspectos paleontológicos associados apenas a conhecimentos sobre o meio ambiente natural, o que é bastante reforçado nos MEI distribuídos aos/às turistas, nos quais os fósseis locais quase nunca aparecem ilustrados e onde geralmente as informações paleontológicas ficam mais restritas ao naturalista dinamarquês, com pouca contextualização em relação à cultura local.

Por outro lado, há aqueles/as que, em suas memórias, guardam relatos dos/as que os antecederam, em uma relação com os fósseis locais de procura pelos mesmos (como o pai de Copaíba), de interesse, de curiosidade, às vezes até mesmo em função do valor comercial das peças. Hoje mais restrito àqueles que trabalham diretamente no PESU, o conhecimento paleontológico pode ter, ainda, seu interesse aguçado nos sujeitos, como é o caso de Buriti, que por ter se interessado pelos estudos locais, se considera um bom conhecedor da região. Aparecendo, também, muitas vezes relacionada à modalização (em “*muito importantes*, por exemplo), a relação afetiva de certos sujeitos para com a Paleontologia leva-nos a fazer associações com o pertencimento dos mesmos em relação ao seu patrimônio.

Esses sentidos sobre o pertencimento nos mostram como as raízes ancestrais na região têm o potencial para permitir que tais sujeitos sejam mais afeitos ao seu patrimônio

paleontológico/espeleológico/cultural e às possibilidades que esse patrimônio representa. Mas é possível, também, construir, desenvolver esse sentimento de pertencimento, como nos lembra Macaúba, mesmo em relação àqueles que não são oriundos da região, mas que nela estão imersos há muitos anos, desenvolvendo características típicas de sujeitos ecopolíticos, atuantes na defesa pelos direitos ambientais e direitos ao território, como é o caso de Jenipapo e Pequi, além da própria Macaúba. Todos esses três oriundos de fora da região, mas que parecem ter desenvolvido um sentimento de pertencimento e compromisso com as questões locais, mesmo quando interesses hegemônicos dos grupos dominantes tentam mantê-los apartados de seus tesouros locais, algo que acontece também com Copaíba, a qual tem uma relação de pertencimento muito forte com o local, pelo próprio legado de seu pai, e que vem lutando pelo direito da comunidade estar mais participativa junto a seu próprio patrimônio.

Assim, há aqui uma conexão forte entre esse eixo de análise e os sentidos sobre a problemática socioambiental na região da Rota das Grutas Peter Lund. Afinal, fica aqui também bastante evidente que os problemas ambientais (muitos deles com potencial para a geração de conflitos) percebidos em relação aos sítios de importância paleontológica afetam negativamente o senso de pertencimento da comunidade local. Tal conexão inaugura uma nova dimensão que passa a caracterizar as possibilidades de conflito socioambiental, em termos gerais, mostrando o quanto os processos conflitivos podem estar relacionados à ruptura do senso de pertencimento. Ademais, retomo Benjamin para relacionar também o não pertencimento ao limiar dessa modernidade, que mina as identidades individuais e coletivas. Esse lugar intermediário de experiências e discursos clama por uma transposição para um novo momento histórico, do mesmo modo que a problemática socioambiental (incluindo os conflitos) anuncia possibilidades de transformação e emancipação.

Com o pertencimento geralmente fortalecendo os atores sociais locais no enfrentamento de tais problemas, vieram à tona as vozes de muitos sujeitos oprimidos e que tiveram seu direito de participação dos processos locais violado, muitas vezes sendo desapropriados de seus territórios, suas histórias, seus afetos e memórias. Em uma representação discursiva desses atores sociais excluídos de processos decisórios, até mesmo quando da implantação do PESU, mas também dos benefícios do turismo, vemos que sofreram também com a perda de emprego pelo encerramento das atividades de muitas pedreiras (sem que novos empregos fossem ofertados para suprir as demandas da comunidade local). Ademais, desvelou-se a segregação promovida com a proibição de certas práticas, de modos de ser e de estar no território por parte de grupos étnicos, raciais e religiosos, e que lidaram com a perda de seus espaços e direitos,

vindo travando uma verdadeira luta, ao longo de décadas, pelo seu reconhecimento, como é o caso do Quilombo Pimentel.

Desse modo, esses sujeitos deram voz aos grupos sociais mais impactados pelos problemas socioambientais (e em alguns casos, pelas relações conflitivas) que se dão na região, e que geram sentimento de insatisfação e revolta desses sujeitos oprimidos em relação a espaços como o próprio PESU, onde se encontra boa parte do patrimônio paleontológico, espeleológico, histórico e cultural da região, tornando esses sujeitos ainda mais apartados de tais espaços. E isso se faz preocupante quando percebemos que o Parc já é uma realidade no local, podendo intensificar a problemática socioambiental, ou mesmo gerar conflitos, de uma forma dissimulada, já que no discurso de muitos/as entrevistados/as estão insinuadas estratégias como a eufemização, a Dissimulação, a Unificação, entre outras, já que há uma esperança de que “*a nova empresa*” traga muitas melhorias para a região, embora não saibam especificamente como isso se dará. Há aqui, fortemente, atores sociais em disputa, e dentre aqueles mais engajados na participação social, como Pequi, Copaíba e Macaúba, vemos sujeitos ecológicos com um pensamento crítico que os tem conduzido a uma resistência, um maior protagonismo frente à chegada de projetos que nada mais visam senão a mercantilização da natureza.

E é nesse protagonismo que a EA encontra frestas e rachaduras por onde pode semear e crescer, apesar de discursos ainda conservadores que limitam a natureza às possibilidades de sua preservação e conservação, excluindo-se as necessidades e potencialidades comunitárias, a sociobiodiversidade, e subalternizando saberes e modos de vida tradicionais. Tal EA ainda conservadora pôde ser bastante encontrada no MEI e nos discursos dos/as monitores/as ambientais. Entretanto, como mencionei, encontro nessas pessoas ligadas ao patrimônio local, por outro lado, possibilidades inovadoras e contra hegemônicas de uma EA de base comunitária, contextualizada em questões locais, em saberes, memórias, tradições e ancestralidades. Educabilidades que partam **da** comunidade, que sejam **para** a comunidade e que se desenvolvam **com** a comunidade. Decolonizando o saber, o ser e o poder em uma transformação social que tenha também como base o direito **à** Natureza e o direito **da** Natureza.

Assim, ainda que forças hegemônicas inculquem discursos e posicionamentos (já que os discursos são parte da prática social, ou seja, são também questões sociais, e vice-versa), vejo aqui possibilidades também muito caras à Paleontologia Social, a uma visão crítica da sucessão de paleoterritórios em um tempo heterogêneo, complexo e não-linear, em uma sobreposição de espaços influenciados, ao mesmo tempo, por eventos do passado (geológicos, biológicos, históricos e culturais) e do presente, como a disputa de forças e interesses de distintos atores sociais em um momento de incertezas em que paira o medo da morte, do

esquecimento, do retrocesso. Tudo isso sob a perspectiva de um cenário antropocêntrico catastrófico, quer seja devido ao capitalismo, ao deus *Cthulhu*, à morte necrótica, etc., mas que pode, nos próximos anos, trazer ainda mais destruição, embora não para todos/as. Mas o futuro também pode ser diferente, também há a esperança, outras possibilidades, outros cenários.

Pode não ser simples a solução dos problemas que aqui aponte, pois há diversos fatores limitantes, como o contexto social local, a chegada abrupta do PESU e, mais recentemente, das concessões, os processos históricos de injustiça ambiental, racismo ambiental, de desigualdade social, pautados em um discurso hegemônico que prega o “progresso”, o “desenvolvimento sustentável”, ainda que em uma locomotiva desenfreada e a todo o vapor. Mas há muitas possibilidades para relações transformadoras, para o saber popular politizado, o qual é construído por meio de práticas políticas participativas, que são verdadeiras ameaças aos grupos no poder. Aprendizagens individuais e coletivas que são estratégias de luta.

Mas todos/as sabemos que a construção de alternativas, de modos alternativos de se pensar essas alternativas, não se estabelece sem pressões. É por isso que Benjamin nos pede que puxemos o freio dessa locomotiva, que escovemos a história a contrapelo, chamando os mortos para restituir-lhes o seu valor. E por isso também que Fairclough atenta-nos para olharmos para as armadilhas presentes nos discursos propagandistas, políticos, empresariais e, indiretamente, convida-nos à subversão, a conduzir a locomotiva a outro caminho, em outra velocidade.

Acredito que a contribuição deste estudo está em apresentar caminhos para uma possível (e, ousado dizer, necessária) aproximação entre campos historicamente segregados, como as Ciências da Natureza, as Ciências Sociais e as Ciências Humanas, inovando as relações entre Paleontologia e Educação Ambiental.

Penso que isso pode favorecer a busca pela Justiça Ambiental, o giro epistêmico necessário ao movimento pela decolonialidade. Mas, ciente de que as análises aqui apresentadas não visam encerrar possibilidades, olho, como Janus, para os caminhos que percorri e para aqueles que ainda percorrerei. Mesmo que as dificuldades (em grande parte trazidas pela pandemia e por um governo negacionista) tenham desviado minha pesquisa da etnografia, conduzindo-me para um caminho essencialmente virtual, foi minha ida “prévia” a campo que me permitiu abrir caminho para as primeiras análises e para conhecer pessoas que seriam fundamentais a todo o processo de coleta de dados por questionários e entrevistas. Se eu não tivesse ido e me encantado por esses locais e conversado com sujeitos ímpares, com certeza o caminho teria sido muito mais tortuoso e íngreme.

E justamente por esse carinho, esse apego que criei em relação às diversas questões concernentes à Rota das Grutas Peter Lund, penso que esta pesquisa é só o início de uma nova jornada, pois quero lá voltar, outra vez, já que, em primeira instância, conheci a região quando muito criança, com meus pais. Assim, ir uma terceira vez seria um novo retorno, em uma nova aventura.

E aqui peço licença ao/à leitor/a, para fazer referência a mais um linguista que tem um (bom) espaço em minha memória e meu coração: J.R.R. Tolkien. Mesmo não sendo propriamente linguista crítico, esse fabuloso autor nascido ao final do século XIX criou um universo fantástico frente aos horrores de duas Guerras Mundiais (e estando nas trincheiras da primeira delas), não como uma mera forma de escape, mas como uma alternativa, um mundo de possibilidades pautado em novos acordos entre humanos e não humanos, em uma natureza que tem força e poder.

Acompanhando-me desde toda a minha adolescência e retornando com força durante o último ano, quando adquiri e comecei a ler sua biografia (como parte das leituras “pandêmicas” no intento de continuar cultivando meu bem estar psicológico, dentro do possível), Tolkien me levou a um mundo do qual jamais poderei sair. Tampouco se pudesse, sairia.

E, parafraseando seu personagem Bilbo Bolseiro, após findada o que seria apenas a etapa inicial de sua saga pela Terra Média, espero que minha história na Rota das Grutas seja também um

Lá e de Volta Outra vez.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, C.T.S.; BERNARDES-DE-OLIVEIRA, M.E.C. Contínuas intervenções sobre Paleontologia em uma comunidade escolar e impactos gerados. In: XXV CONGRESSO BRASILEIRO DE PALEONTOLOGIA, 2017, Ribeirão Preto, USP. **Anais...** Universidade de São Paulo – USP, Ribeirão Preto, SP: Sociedade Brasileira de Paleontologia, 2017.
- ACCIOLY, I. Pandemic, Genocide and Barbarism: Challenges for Critical Education in Brazil. **Journal of Critical Pedagogy**, n.65, 2020.
- ACOSTA, M. del P.T. (Con)textos de violação e resistência: um estudo em análise de discurso crítica sobre o caso Michele Maximino. In: RESENDE, V.M.; REGIS, J.F.S. (Orgs.). **Outras perspectivas em análise de discurso crítica**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017, p. 53-101.
- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.
- ADORNO, T.W. Caracterização de Walter Benjamin. In: **Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política**. (Trad. Maria Luz Moita, Maria Amélia Cruz e Manuel Alberto; Prefácio de Theodor Adorno), Lisboa: Antropos, 1992, p. 7-26.
- ALCANTARA, G.O de; LEITE, J.L. A mercantilização da Proteção Ambiental: a responsabilidade socioambiental e a sustentabilidade em questão. **O Social em Questão**. Ano XXI, n.40, p. 103–134, 2018.
- ALIMONDA, H. Em clave de sur: la Ecología Política Latinoamericana y el pensamiento crítico. In: ALIMONDA, H.; PÉREZ, C.T.; MARTÍN, F. (Coord.). **Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latino-americana y rearticulación espistémica**, v.2. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017, p. 33-50.
- ALKMIN, F.F.; MENEZES, M.G. O cinquentenário do curso de Geologia nos 131 anos da Escola de Minas de Ouro Preto. **Boletim de Geociências da Petrobrás**, v.16, n.2, p. 171-194, 2008.
- ALMADA, E.D. Sociobiodiversidade Urbana: por uma etnoecologia das cidades. In: SILVA, V.A.; ALMEIDA, A.L.S.; ALBUQUERQUE, U.P. (Org.). **Etnobiologia e Etnoecologia: Pessoas & Natureza na América Latina**. Recife: NUPEEA, 2010.
- ALMEIDA, C.M. DE; CARVALHO, A.S.T.DE; ORIOLI, A.R. Análise dos Conteúdos de Evolução e Geociências em Livros Didáticos do Ensino Médio adotados em Escolas Públicas de Anápolis, Goiás. In: IX CONGRESO IBEROAMERICANO DE INCLUSIÓN EDUCATIVA Y SOCIODIGITAL, 2017, 1 ed., Madrid, Espanha. **Anais...** Universidad de Alcalá: Servicio de Publicaciones Plaza de San Diego, 2017.
- ALMEIDA, F.R. **A anatomia de uma interdição: narrativas, apagamentos e silenciamentos na construção da BNCC de História**, 2021. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, PPGE/UFJF, Juiz de Fora, 2021.

ALMEIDA, L.F.; ZUCON, M.H.; SOUZA, J.F.; REIS, V.S.; VIEIRA, F.S. Ensino de Paleontologia: uma abordagem não-formal no Laboratório de Paleontologia da Universidade Federal de Sergipe. **Terrae Didática**, n.10, p. 14-21, 2013.

ALONÇO, M.; BOELTER, R. A. Paleontologia nos livros didáticos de biologia do Ensino Médio. In: VI ENEBIO E VIII EREBIO REGIONAL 3, 2016, Maringá. **Anais...** Maringá: Revista da SBEnBio, p. 7672-7682, 2016.

ALVES, J. Projeto quer sinalizar pontos da Rota das Grutas Peter Lund: Os municípios contemplados serão Lagoa Santa e Pedro Leopoldo, na Grande BH; e Sete Lagoas e Cordisburgo, na Região Central do estado. [Entrevista concedida ao] **Jornal Estado de Minas Gerais**, 27 out. 2021. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/10/27/interna_gerais,1317409/projeto-quer-sinalizar-pontos-da-rota-das-grutas-peter-lund.shtml> Acesso em 04 jan. 2022.

ALVES, J.E.D. Presidente quinta-coluna não combate a pandemia e instala o Necroceno no Brasil. [Entrevista concedida à] **IHU On-line**, 9 jun. 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/599784-presidente-quinta-coluna-nao-combate-a-pandemia-e-instala-o-necroceno-no-brasil-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves> > Acesso em: 18 set. 2020.

ALVIM, Y.C.; MIRANDA, S.R. Sobre a cultura do tempo e o livro didático de história. **História e Ensino**. Londrina, v.14, p. 115-132, 2008.

ANDRADE, M.C.P.; PICCININI, C.L. 2017. Educação Ambiental na Base Nacional Comum Curricular: retrocessos e contradições e o apagamento do debate socioambiental. In: IX EPEA – ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2017, Juiz de Fora, Minas Gerais. **Anais...** Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

ARAÚJO, H.R. **Propostas para o desenvolvimento sustentável do espeleoturismo no Brasil**. Estudo comparativo com a experiência portuguesa. 2019. Tese (Doutorado em Turismo) - Universidade de Lisboa, Portugal, 2019.

ARAÚJO, R.F.; QUEIROZ, S. Cantos dançados no ritual de abertura do Candombe da Lapinha. **Africanias.com**, n.6, 2014.

ARAÚJO-JÚNIOR, H.I. **Antropoceno: O Ser Humano como uma Força Geológica**. [Palestra concedida ao] Congresso Brasileiro de Paleontologia, 24 out. 2019, Uberlândia, Minas Gerais.

ARROYO, M.G. **Currículo, Território em Disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

AULER, D. Enfoque Ciência-Tecnologia-Sociedade: pressupostos para o contexto brasileiro. **Ciência & Ensino**, v.1, p. 1-20, 2007.

AULER, D.; DELIZOICOV, D. Alfabetização científico-tecnológica para quê? **Revista Ensaio – pesquisa em educação em ciências**, v. 3, n. 1, p.105-115, 2001.

BAKHTIN, M.M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. (Trad. Paulo Bezerra). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BARBOSA, C.S. **Gestão da paisagem cultural: desafios e perspectivas diante do processo de metropolização na APA Carste de Lagoa Santa/MG**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2021.

BARBOSA, C.S.; CARVALHO, N.L.; RENA, N.S.A. Vulnerabilidade socioambiental e planejamento urbano: rastreamentos no Carste de Lagoa Santa. **Revista Indisciplinar**, v.6, n.1, p. 142-165, 2020.

BARBOSA, M.F.P.; BRAGA, S.S.; REIS, G.C.; OLIVEIRA, A.P.G.S.; CAMPOS, G.V.M.; SANTOS, T.N.; ROCHA, M.A. 2014. Rota das Grutas de Peter Lund, patrimônio cultural e turismo: possibilidades e limitações. In: 3º COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO - DESAFIOS E PERSPECTIVAS, 2014, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, MG, 2014.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Curitiba: Persona, Edições 70, 1977.

BENATTI, J.H. A criação de Unidades de Conservação em áreas de apossamento de populações tradicionais: um problema agrário ou ambiental? **Novos Cadernos**, NAEA, n.1, v.2, p. 1-14, 1998.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 222-232.

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.197-221.

BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas I**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BENJAMIN, W. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BENJAMIN, W. **Ensaios escritos sobre Goethe**. Tradução de Mônica Krausz Bornebusch, Irene Aron e Sidney Camargo. Supervisão e notas de Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo: Duas Cidades, 2009.

BENJAMIN, W. **A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre: Zouk, 2012a.

BENJAMIN, W. **O Anjo da História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012b.

BENJAMIN, W. Escavar e Recordar. In: **Sobre o haxixe e outras drogas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BIGARELLA, J.J.; BELTRÃO, M.C.M.G.; TÖTH, E.M.R. Registro de fauna na arte rupestre. **Revista de Arqueologia**, v.2, n.1, 1984.

BOFF, L. **A Terra na palma da mão**: uma nova visão do planeta e da humanidade. Petrópolis: Vozes, 2016.

BOFF, L. A nova teologia do Ecoceno. [Entrevista concedida à] Annachiara Sacchi. **IHU Online**, 27 jan. 2020. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/595923-a-nova-teologia-do-ecoceno-entrevista-com-leonardo-boff>> Acesso em: 18 set. 2020.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.

BOLLE, W. A modernidade segundo Walter Benjamin. **Revista da Universidade de São Paulo**, São Paulo, n.5, p. 45-56, 1987.

BOMFIM, A.M.; ANJOS, M.B.; FLORIANO, MD.; FIGUEIREDO, C.S.M.; SANTOS, D.A.; SILVA, C.L.C. Parâmetros curriculares nacionais: uma revisita aos temas transversais meio ambiente e saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, 2013.

BOSI, E. 2003. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOTELHO, E.S.; RODRIGUES, C.G.O. Inserção das iniciativas de base comunitária no desenvolvimento do turismo em parques nacionais. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, n. 2, p. 280-295, 2016.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BRAIT, B. Análise e teoria do discurso. In: BRAIT, B. (Org.) **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2014.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4146, de 4 de março de 1942. Dispõe sobre a proteção dos depósitos fossilíferos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 mar. 1942. Seção 1, p. 3533.

BRASIL. 1981. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências. **Diário Oficial da União, Brasília**, DF, 02 set. 1981. Seção 1, p. 16509.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. 1995. Lei Federal n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. **Jusbrasil**. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11583012/artigo-4-da-lei-n-8987-de-13-de-fevereiro-de-1995>> Acesso em: 04 jan. 2022.

BRASIL. 1997. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias. Ensino Médio. Brasília, DF. MEC/SEF. 126 p.

BRASIL. 2000. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 set. 2000. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Medida provisória nº 2.186-16 de 23 de agosto de 2001. Regulamenta o inciso ii do par. 1. e o par. 4. do art. 225 da constituição, os arts. 1., 8., alínea "j", 10, alínea "c", 15 e 16, alíneas 3 e 4 da convenção sobre diversidade biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 mai. 2015, p.11.

BRASIL. 2010. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei PL 7420/2010. Dispõe sobre a proteção ao patrimônio fossilífero, em conformidade com o art. 216, inciso V da Constituição Federal, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=479254>. Acesso em 20 set. 2020. Texto Original.

BRASIL. 2014. Portaria n. 542 em 18/12/2014 do Diretor-Geral do DNPM. Revogada pela Portaria DNPM nº 155, de 12 de maio 2016. Estabelece os procedimentos para autorização e comunicação prévias para extração de fósseis, nos termos do Decreto-Lei nº 4.146, de 4 de março de 1942, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 dez. 2014. nº 247, Seção 1, p. 79.

BRASIL. Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015. Regulamenta o inciso ii do § 1º e o § 4º do art. 225 da constituição federal, o artigo 1, a alínea j do artigo 8, a alínea c do artigo 10, o artigo 15 e os §§ 3º e 4º do artigo 16 da convenção sobre diversidade biológica, promulgada pelo decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a medida provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 mai. 2015. Seção 1, p.1.

BRASIL. Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017. Cria a Agência Nacional de Mineração (ANM) em detrimento do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); altera as Leis nºs 11.046, de 27 de dezembro de 2004, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e revoga a Lei nº 8.876, de 2 de maio de 1994, e dispositivos do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 2017. Seção 1, p. 1.

BRASIL. 2018. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF. MEC/CNE/SE. Ed. 242, Seção 1. p. 120.

BRASIL, Lei nº 13.653, de 18 de abril de 2018. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 abr. 2018. Seção 1, p. 2.

BRASIL. 2020. Instituto Estadual de Florestas. Aviso de licitação concorrência npe/ief nº 01/2020. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Minas Gerais, 01 dez. 2020. Disponível em: http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/2020/PARC/Rota_Lund/publica%C3%A7%C3%A3o_DOE.pdf> Acesso em 03 jan. 2022.

BRILHA, J. **Patrimônio Geológico e Geoconservação**: a conservação da natureza na sua vertente geológica. Viseu: Palimage Editores, 2005.

BRILHA, J. A Importância dos Geoparques no Ensino e Divulgação das Geociências. **Revista do Instituto de Geociências - USP**. São Paulo, Publicação Especial, v.5, p. 27-33, 2009.

BRILHA J. Inventory and Quantitative Assessment of Geosites and Geodiversity Sites: a Review. **Geoheritage**, n. 8, v.2, p. 119-134, 2016.

BRUMATTI, P.N.M.; ROZENDO, C. Parques Naturais, turismo e governança: reflexões acerca das concessões de serviços turísticos no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 15, n.3, 2021.

BULLARD, R. Ética e racismo ambiental. **Revista Eco 21**, n. XV v. 98, 2005.

BURGOS, A.; MERTENS, F. Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do turismo de base comunitária. Pasos: **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v.13, n.1, p. 57-71, 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE MATOZINHOS. Reunião de Abertura da CPI do Pó Preto de Matozinhos. Disponível em: <
https://www.youtube.com/watch?v=C8mAvl_7tSw&list=UUus6FWvZHNBSUdzhjak6qxQ&t=523s> Acesso em 19 jan. 2022.

CAMPOS, B.F.; BEVILAQUA, P.M.; SÁNCHEZ, C. Aprender com as resistências, insistir com as esperanças: de uma herança colonial à construção da utopia. **Ensino, Saúde e Ambiente**, n. especial, p. 412-433, 2020.

CARDOSO, D. et al. Espacialidades e Ressonâncias do patrimônio cultural: reflexões sobre identidade e pertencimento. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, n.11. p. 83-98, 2017.

CARVALHO, I.S. **Paleontologia**. v.1. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2010.

CARVALHO, J.J. Encontro de Saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

CASSAB, R.C.T. Objetivos e princípios. In: CARVALHO, I.S. (ed.) **Paleontologia: conceitos e métodos**. Rio de Janeiro: Interciência, 2010, p. 3-11.

CASSAB, R.C.T.; MELLO, D.J. Atividades paleontológicas de Llewellyn Ivor Price (1905-1980) em Peirópolis, município de Uberaba (MG), de 1948 a 1960. In: VÁSQUEZ, M.F.; CAPONI, S.; SILVA, M.R.B da (Orgs.). 15º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 2016, Florianópolis, SC. **Anais...** Sociedade Brasileira de História da Ciência, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 2016, p. 1-14.

CASTRO, E.; PINTO, R.F. (Orgs.). **Decolonialidade e Sociologia da América Latina**. Belém: NAEA/ UFPA, 2018.

CAVASSAN, O.; WEISER, V.L. Eugen Warming: um dinamarquês desvenda o cerrado brasileiro. **Filosofia e História da Biologia**, v.15, n.2, p. 179-193, 2020.

CEIA, C. **Sobre o conceito de alegoria**. Matraga, 1998.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de Fazer. 15ª ed., Petrópolis: Vozes, 2008.

CHAGAS, M. S. Casas e portas da memória e do patrimônio. In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. (Org.) **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005, p. 115-132.

CHAUÍ, M. **Cidadania cultural**: o direito à cultura. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHIOSSI, N.J. **Geologia de Engenharia**. 3ª. ed., São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Universidade do Minho, Braga, Portugal, v. 16, n. 2, 2003.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in Late Modernity**: Rethinking Critical Discourse Analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

COSENZA, A. **Justiça Ambiental e Conflito Socioambiental na prática escolar docente**: significando limites e possibilidades. 2014. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e Saúde do Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2014.

COSENZA, A.; MARTINS, I. Controvérsias Socioambientais no Contexto da construção de sentidos sobre relações entre energia e ambiente na escola. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 13, n. 3, 2013.

COSENZA, A.; SÁNCHEZ, C.; MARCOMIN, F.E.; BARZANO, M.; GUIMARÃES, M.; SATO, M.; LAYRARGUES, P. Voos e pousos nas janelas existenciais da Educação Ambiental. **AmbientalMente Sustentable**, Revista Científica Galego-Lusófona de Educação Ambiental, v. 27, n.1, p. 7-19, 2020.

COSTA, F.A.M. (Org.). **Educomunicação socioambiental**: comunicação popular e educação. Brasília: MMA, 2008. Disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/txbase_educom_20.pdf>. Acesso em 11 jun. 2020.

COSTA, F.A.P.L. **O que é darwinismo?** Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

COSTA, M.C.S.; FARIAS, M.C.G; SOUZA, M.B. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a formação de professores no Brasil: retrocessos, precarização do trabalho e desintelectualização docente. **Movimento – Revista de Educação**, v.6, n. 10, p. 91-120, 2019.

COVELLO, C. **A Paisagem de Itapema**: Estudo da Geodiversidade para a Educação Ambiental e o Geoturismo. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

CÓZAR, J.M.C. Antropoceno, transumanismo e pós-humanismo. [Entrevista concedida à Mariana de Santa Ana. **IHU Online**, 22 out. 2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/593693-antropoceno-transumanismo-e-pos-humanismo-entrevista-com-jose-manuel-de-cozar>> Acesso em: 18 set. 2020.

CRUTZEN, P.J.; STOERMER, E.F. The Anthropocene. **IGBP Newsletter** 41, Stockholm: Royal Swedish Academy of Sciences, 2000.

CRUZ, L.C.O.; MORAES, S.S.; CHAVES, R.S. Importância dada à Paleontologia e Geologia no ensino de Ciências Naturais e Biologia: o que mudou? **Terræ Didática**, n.15, p. 1-13, 2019.

CURY, M.X. Para saber o que o público pensa sobre arqueologia. **Revista Arqueologia Pública**, São Paulo, n. 1, p. 31–48, 2006.

DA GLORIA, P.; NEVES, W.A.; HUBBE, M. História das pesquisas bioarqueológicas em Lagoa Santa, MG, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**. v. 12, n. 3, 2017.

DAVIS, M.; HARVEY, D.; BIHR, A.; ZIBECHI, R.; BADIOU, A.; ZIZEK, S. **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, 2020.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: ArtMed, 2006.

GESIKI, A.L.D.; SANTUCCI, R.M. Mineração e Geoconservação: o sítio paleontológico de Santa Rosa de Viterbo, SP. **Revista do Instituto Geológico**, v. 32, n.1-2, p. 41-53, 2011.

DEUS, J.A.S. de; FERREIRA, C.C.D.; RODRIGUES, R. S. Preservação da área cárstica de Lagoa Santa – MG, através da Educação Ambiental. **Revista Geonomos**, v. 2, n.5, p. 49-54, 1997.

DIAS, F.M.G; BORTOLOZZI, J. Como a evolução biológica é tratada nos livros didáticos do ensino médio. Anais do VII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS – VII ENPEC, 2009, Florianópolis, SC. **Anais...** Florianópolis, SC: Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências – ABRAPEC, 2009.

DUARTE, S.G.; ARAI, M.; PASSOS, N.Z.G.; WANDERLEY, M.D. Paleontologia no Ensino Básico das Escolas da Rede Estadual do Rio de Janeiro: uma avaliação crítica. **Anuário do Instituto de Geociências**, v.39, n.2, p. 124-132, 2016.

DUSSEL, E. Transmodernidade e Interculturalidade: Interpretação a partir da filosofia da libertação. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n.1, p. 51-73, 2016.

EDGEWORTH, M. Archaeology of the Anthropocene. **Journal of Contemporary Archaeology**. Equinox Publishing, v.1, n.1, p. 73-132, 2014.

ESCOBAR, A. Desde abajo, por la izquierda, y con la tierra: la diferencia de Abya Yala/ Afro/ Latino/ America. In: ALIMONDA, H.; PÉREZ, C.T.; MARTÍN, F. (Coord.). **Ecología política latino-americana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, v.1, 2017.

FAIRCLOUGH, N. *Language and Power*. London: Longman, 1989.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse: Textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003a.

FAIRCLOUGH, N. El análisis crítico del discurso como método para la investigación en ciencias sociales. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (Comp.). **Métodos de Análisis Crítico del Discurso**. Traducción de Tomás F. Aúz y Beatriz Eguibar. Barcelona: Gedisa, 2003b, p. 179-203.

FAIRCLOUGH, N. Semiosis, ideology and mediation: A dialectical view. In: LASSEN, I.; STRUNCK, J.; VESTERGAARD, T. (Ed.), **Discourse approaches to politics, society and culture**. Mediating ideology in text and image: Ten critical studies, Amsterdam: John Benjamins, 2006, p. 19–35.

FAIRCLOUGH, N. A dialética do discurso. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 225-234, 2010.

FAIRCLOUGH, N. Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. In: WODAK; MEYER (Org.). **Methods of critical discourse analysis**, 2 ed. Londres: Sage, 2012, p. 121-138.

FAIRCLOUGH, N. Semiose, mediação e ideologia: uma visão dialética. **Parágrafo**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 17-27, 2016.

FALCÃO, P.; SOUZA, A.B. Pandemia de desinformação: as *fake news* no contexto da COVID-19 no Brasil. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p. 55-71, 2021.

FARIA, S.P.; PEREIRA, A.F.; COSTA, M.H.O.; SANTOS, G.N. Análise do conflito socioambiental no Parque Estadual do Sumidouro em Minas Gerais: a importância da relação comunidade-parque para a gestão ambiental efetiva. In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL, 2015, Porto Alegre, RS. **Anais...** Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais – IBEAS, 2015.

FERNANDES, A. C. S.; SCHEFFLER, S. M. A Comissão Geológica do Império e os crinoides fósseis do Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil. **Filosofia e História da Biologia**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 121-139, 2014. Disponível em < http://www.abfhib.org/FHB/FHB-09-2/FHB-9-2-01-Antonio-Carlos-S-Fernandes_Sandro-M-Scheffler.pdf> Acesso em: 18 set. 2020.

FERREIRA, A. Caminhos de Rosa. **Minas**, 29 jun. 2021. Disponível em: < <https://www.minasgerais.com.br/pt>> Acesso em: 10 fev. 2022.

FERREIRA, L.M.A. As práticas discursivas e os (im)previsíveis caminhos da memória. In: In: GONDAR, J.; DODEBEI, V. (Orgs.) **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005, p.105-114.

FERREIRA, R.L.; GOMES, F.T.M.C.; SILVA, M.S. Uso da Cartilha “Aventura da Vida nas Cavernas” como ferramenta de educação nas atividades de turismo em paisagens cársticas. **Pesquisa em Turismo e Paisagens Cársticas**, v.1, n.2, p. 145-164, 2008.

FIGUEIREDO, M.C. **Da Memória dos Trabalhadores à Memória Petrobras: a história de um projeto**. 2009. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Rio de Janeiro, 2009.

FILHO, J.B.M.T. Espaço e Território: um debate em torno de conceitos-chave para a geografia crítica. **Revista Espinhaço**, v.2, n.1, p. 41-51, 2013.

FINNEV. D.L. Lightning threatens permafrost. **Nature Climate Change**, v.11, p. 349-380, 2021.

FLICK, U. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 2ª. ed., Porto Alegre: Bookman, 2004.

FLORIANI, D. Ciência, etnociências e saberes locais: apontamentos para refletir sobre o debate teórico e as práticas do socioambientalismo contemporâneas. In: NETO et al., (Org.). **Problema Ambiental: natureza e sujeitos em conflitos**. São Luís: EDUFMA, 2019, p. 25-47.

FONSECA, M.C.L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 56-76.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANCO, J.L.A.; SCHITTINI, G.M.; BRAZ, V.S. História da Conservação da Natureza e das Áreas Protegidas: panorama geral. **Historiae**, n.6, v.2, p. 233-270, 2015.

FREIRE, L.M.; VENTURA, G.; CÁCERES, M.A.M.; JULIANI, S.F. Entendendo processos de desigualdades socioambientais na sociedade contemporânea a partir da análise crítica do discurso: contribuições para a formação docente em ciências. In: IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ANÁLISE DO DISCURSO, 2016, Belo Horizonte, Minas Gerais. **Anais...** Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 67ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, T.B. As trilhas de longo curso e os produtos locais. **Eco-Jornalismo Ambiental**, 22 out. 2020. Disponível em: < <https://oeco.org.br/analises/as-trilhas-de-longo-curso-e-os-produtos-locais/>> Acesso em 10 fev. 2022.

FUNARI, P.P.A. Como se tornar arqueólogo no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p.74–85, 2000.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: GASKELL, G; BAUER, M.W. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 64-89.

GERHARDT, C.H. A invisibilização do outro nos discursos científicos sobre áreas naturais protegidas. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v.15, n.2, p. 268-309. 2007.

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002.

GIDDENS, A; BECK, U; LASH, S. **Modernização Reflexiva**. São Paulo: UNESP, 1997.

GODINHO, C.P. et al. Conflitos Ambientais e as contradições do desenvolvimento sustentável: o caso da mineração em Conceição do Mato Dentro – MG e suas consequências. In: XX ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDO POPULACIONAIS, 2016, Foz do Iguaçu, Paraná. **Anais...** Associação Brasileira de Estudo Populacionais – ABEP, 2016.

GOMES, N.L. O Movimento Negro e a Intelectualidade Negra descolonizando os currículos. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

GONDAR, J.; DODEBEI, V. (Orgs.) **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

GONZÁLEZ, E.; PINO, M.; RECABARREN, O.; CANALES, P.; SALVADORES, L.; CHÁVEZ, M.; BUSTOS, C.; RAMOS, P.; BUSQUETS, T.; VÁSQUEZ, F.; NAVARRO, X. Paleontología social: una experiencia educativa sobre ciência, patrimônio e identidade. **Calidad en la Educación**, Providencia, Santiago de Chile, n.34, 2011.

GORDON, L.R. Antropologia filosófica, raça e a economia política da privação de direito. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

GRAMSCI, A. **Selections for the Prison Notebooks**. London: Lawrence & Wishart, 1971.

GRAVES-BROWN, P. When was the Anthropocene? (and Why?) In: EDGEWORTH, M. Archaeology of the Anthropocene. **Journal of Contemporary Archaeology**. Equinox Publishing, v.1, n.1, p. 73-132, 2014.

GRAY, M. **Geodiversity: Valuing and conserving abiotic nature**. Londres: John Wiley & Sons Ltda, 2004.

GROSFUGUEL, R. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.;

GROSFUGUEL, R. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

GROTZINGER, J.; JORDAN, T. **Para Entender a Terra**. Porto Alegre: Bookman, 2013.

GRUNBERG, E. Educação Patrimonial: Utilização dos Bens Culturais como Recursos Educacionais. **Museologia Social**, Secretaria Municipal de Cultura, Porto Alegre, p. 95-110, 2000.

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL – GEA. **Nota do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental da Universidade Federal de Juiz de Fora - GEA/UFJF sobre a concessão do Parque Estadual do Ibitipoca - MG à iniciativa privada**, 2022. Disponível em: <<https://ufjfgea.wixsite.com/ufjfgea/nota-concess%C3%A3o-ibitipoca>> Acesso em: 05 fev. 2022.

GUDYNAS, E. **Direitos da Natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais**. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

GUIMARÃES, M. Educação e Saúde sob o olhar de populações tradicionais. In: GUIMARÃES, M.; ALMEIDA, A.B.; COSTA, F.H. **Curso Educação Ambiental de Base Comunitária e Ecologia Política na América Latina**. GEASUR, FIOCRUZ. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8Q5sr83DG1Y>> Acesso em 9 out. 2021.

GUIMARÃES, M.; PINTO, V.P.S. Alternativas para processos formativos de educação ambiental: a proposta da “(com) vivência pedagógica” diante de grandes e radicais desafios. **Revista Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, Edição Especial XVI Encontro Paranaense de Educação Ambiental, p. 118-131, 2017.

GUIMARÃES, R.S.; TRAVASSOS, L.E.P.; GÓIS, A.J.; VARELLA, I.D. Cavernas e religião: os rituais de matriz africana na Gruta da Macumba e na Gruta do Feitiço, Lagoa Santa, Minas Gerais. **Revista RA’E GA: O espaço geográfico em análise**, n.23, p. 263-288, 2011.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 29, p.11-24, 2003.

HARAWAY, D. **Staying with the Trouble**. Making Kin in the Chthulucene. Durham: Duke University Press, 2016.

HARVEY, D. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. In: DAVIS, M. et al: **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, 2020.

HENRIQUES, M.H.P. Paleontologia e educação para a sustentabilidade. In: CARVALHO, I.S. (Ed.) **Paleontologia: conceitos e métodos**. Rio de Janeiro: Interciência, 2010.

HENRIQUES, M.H.; TAVARES, A.O.; BALA, A.L.M. **Geoconservation as an emergin geosciences**. Berlin: Geoheritage, v.3, p. 117-128, 2011.

HERRERA, B. Controle Social de parcerias público-privadas em UC. [Entrevista concedida a] Fred Fonseca. **TV Ibitipoca Saberes e Afazeres**, 15 abril 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FJJqSjR5Kt0>> Acesso em 04 jan 2022.

HILBERT, K. Qual o compromisso social do arqueólogo brasileiro? **Revista de Arqueologia**, n. 19, p. 89–101, 2006.

HOLTEN, B.; STERLL, M. **P.W. Lund e as grutas com ossos em Lagoa Santa**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

IBAÑEZ, D.O. **Estratos Alternativos: Uma Cartografía Crítica sobre la Tierra, la Naturaleza y otros Lugares Discursivos**. 2019. Tese (Licenciatura em Artes) - Pontificia Universidad Católica del Perú, 2019.

IEF – Instituto Estadual de Florestas. **Portal Meio Ambiente MG**, 2022. Disponível em: <<http://www.ief.mg.gov.br/component/content/article/3306-nova-categoria/3231--edital-de-concessao-da-rota-das-grutas-peter-lund>> Acesso em 03 jan. 2022.

IGLESIAS-RÍOS, R. **Capitaloceno: a era da barbárie**. Rio de Janeiro: Yellow Carbo Design e Publishing, 2019.

IUCN – International Union for Conservation of Nature. Guidelines for protected areas: management categories. Gland: **International Union for Conservation of Nature – IUCN**, World Conservation Monitoring Centre – WCMC, 1994.

JACOBI, P. Educação Ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 189-205, 2003.

KOLBERT, E. 2015. **A sexta extinção: Uma história não natural**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Colección Sur Sur, Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LATOUR, B. Onde aterrar? Conversa com Bruno Latour sobre colapso climático e pandemia. [Entrevista concedida à] Alyne Costa. **Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ e Colégio Brasileiro de Altos Estudos**, 22 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LCqpoRNanMM>>. Acesso em: 17 set. 2020.

LAUDAN, R. Tensions in the concept of geology: natural history or natural philosophy? **Earth Sciences History**, v. 1, p. 7-13, 1982.

LAYRARGUES, P.P. A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema-gerador ou a atividade-fim da educação ambiental? In: REIGOTA, M. (Org.). **Verde Cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999, p. 131-148.

LAYRARGUES, P.P. Educação ambiental no Brasil: o que mudou nos vinte anos entre a Rio 92 e a Rio+20. In: **Revista Educação Ambiental em Ação**, n.39, 2012.

LAYRARGUES, P.P. Subserviência ao capital: Educação Ambiental sob o signo do antiecológico. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 13, n.1, p. 28-47, 2018.

LAYRARGUES, P.P. Pandemias, colapso climático, antiecológismo: Educação Ambiental entre as emergências de um ecocídio apocalíptico. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v.15, n.4, p. 1-30, 2020a.

LAYRARGUES, P.P. Manifesto por uma Educação Ambiental Indisciplinada. **Ensino, Saúde e Ambiente**, n. Especial, p. 44-88, 2020b.

LAYRARGUES, P.P.; LIMA, G.F.C. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da Educação Ambiental contemporânea no Brasil. In: VI ENCONTRO “PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL”, 2011, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: USP, 2011.

LAYRARGUES, P.P.; LIMA, G.F.C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n.1, 2014.

LEFF, E. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes: em direção a uma pedagogia ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 2007, n. 16, p. 11-19.

LEFF, E. **A aposta pela vida**: Imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do sul. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

LEODORO, M.P. Os olhares de Janus. In: **Pensamento, cultura científica e educação**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2005.

LEROY, J.P.; ACSELRAD, H. Apresentação. In: FASE; ETTERN; IPPUR (Org.). **Relatório-síntese**: Projeto Avaliação de Equidade Ambiental como instrumento de democratização dos procedimentos de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento, 2012. p. 11-15.

LIMA, S.; M. van D. João Guimarães Rosa: Cronologia de Vida e obra. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, SP, v. 41, p. 249–254, 1996.

LISBOA, K.M. O Brasil dos Naturalistas Spix e Martius: Taxonomia e Sentimento. **Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1. p. 179-194, 2009.

LOPES, L.A.M. **Os impactos socioculturais e o desenvolvimento do turismo paleontológico em Peirópolis – MG**. 2008. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Programa de Mestrado em Turismo e Meio Ambiente do Centro Universitário UMA, Belo Horizonte, 2008.

LOPES, L.S.O.; ARAÚJO, J.L.; CASTRO, A.J.F. Geoturismo: Estratégia de Geoconservação e de Desenvolvimento Local. **Caderno de Geografia**, v.21, n.35, 2011.

LOUREIRO, C.F.B. **Educação Ambiental**: questões de vida. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P. Educação Ambiental nos anos 90. Mudou, mas nem tanto. **Políticas Ambientais**, v. 9, n.5, p. 6-7, 2001.

LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n.1, 2013.

LOVELOCK, J. **Novacene**: The coming age of hyperintelligence. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2020.

LÖWY, M. **Walter Benjamin**: Aviso de Incêndio. São Paulo: Boitempo, 2005.

LÖWY, M. **Ideologias e Ciência Social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 2008.

LÖWY, M. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. **Caderno CRH**, Salvador. v. 26, n. 67, p. 79-86, 2013.

LÖWY, M. Antropoceno, capitalismo fóssil, capitalismo verde e ecossocialismo. **Revista Movimento**, 19 ago. 2017. Disponível em: <<https://movimentorevista.com.br/2017/08/antropoceno-capitalismo-verde-e-ecossocialismo-lowy/>> Acesso em: 20 set. 2020.

MACEDO, E. Base nacional curricular comum: a falsa oposição entre conhecimento para fazer algo e conhecimento em si. **Educação em Revista**, v. 32, n.2, p. 45-68, 2016.

MACEDO, E.; FRANGELLA, R.C.P. Apresentação – Políticas de currículo ou base nacional comum: debates e tensões. **Educação em Revista**, v. 32, n.2, p. 13-17, 2016.

MACHADO, N. Quilombo de Pedro Leopoldo recebe demarcação após 12 anos na justiça: Comitê do Incri-MG aprova relatório e reconhece, de forma preliminar, território de mais de 22 hectares. **Estado de Minas Gerais**, 2021. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/08/03/interna_gerais,1292477/quilombo-de-pedro-leopoldo-recebe-demarcacao-apos-12-anos-na-justica.shtml> Acesso em 19 jan. 2022.

MAGALHÃES, J. de S.; SUYAMA, E.; FARIA, D. M. C. P. Estimativa de uma função de demanda para os visitantes das Grutas da Rota Lund. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 17, n.2, p. 95-111, 2017. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=1154/115453781007>> Acesso em: 21 fev 2020.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Coord.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da Colonialidade e da Decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (Org.) **Decolonialidade e Pensamento afrodiáspórico**. Coleção Cultura Negra e Identidades. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

MANN, C.; STEWART, F. Internet Interviewing. In: GUBRIUM, J.F.; HOLSTEIN, J.A. **Handbook of Interview research: Context & Method**. London: Sage Publications, 2001.

MARCHESOTTI, A.P.A. **Peter Wilhelm Lund**: o naturalista que revelou ao mundo a pré-história brasileira. Rio de Janeiro: e-papers, 2011.

MARTÍNEZ-ALIER, J.M. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MARTÍNEZ, R.I.R. Por una educación ambiental. **Visión Docente Con-Ciencia**, n. 49, p. 31-39, 2009.

MARTINS, F.S.P. **A Arqueologia no Brasil - Direito e Aplicabilidade**. O Estudo de Caso do Sítio Arqueológico de Bisnau. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação Lato Sensu em Análise Ambiental e Desenvolvimento Sustentável) - Centro Universitário de Brasília - UNICEUB/IOPD, Brasília, 2016.

MARTINS, I. Analisando Livros didáticos na perspectiva dos Estudos do Discurso: compartilhando reflexões e sugerindo uma agenda para a pesquisa. **Pro-Posições**, v. 17, n.1 (49), 2006.

MATA, A.T. Bases para la elaboración de una teoría paleoantropológica. **Boletín de Antropología Americana**, México: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, n. 25. p. 5-18, 1992.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEIRA, S.A.; BRITO, D.S.; MORAIS, J.O. Interpretação ambiental e geodiversidade: proposta de um Painel Interpretativo sobre o Geossítio Pedra Furada, Parque Nacional de Jericoacoara, Ceará. **Revista Espaço Aberto**, PPGG-UFRJ, v. 6, n. 2, p.9-27, 2016.

MELLO, F.T.; MELLO, L.H.C.; TORELLO, M.B.F. A Paleontologia na Educação Infantil: Alfabetizando e construindo o conhecimento. **Ciência e Educação**, v. 11. n. 3. p. 395-410, 2005.

MENDES, J.C. **Paleontologia Básica**. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

MENEGAT, R. A Era do Antropoceno e o duplo impacto do *Sapiens sapiens urbis*. [Entrevista concedida ao] **IHU online**, 20 out. 2017. Disponível em: < <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/572820-a-era-do-antropoceno-e-duplo-impacto-do-sapiens-sapiens-urbis-entrevista-especial-com-rualdo-menegat> > Acesso em 18 set. 2020.

MEYER, D.; EL-HANI, C.N. **Evolução: o sentido da Biologia**. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

MIRANDA, S.R. **Sob o signo da memória: cultura escolar, saberes docentes e história ensinada**. São Paulo: Editora UNESP; Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007.

MIRANDA, S.R. Formação de professores e ensino de História em limiares de memórias, saberes e sensibilidades. **Revista História Hoje**, v. 2, n. 3, p. 149-167, 2013.

MONTES, J.L.S.; ZOTANO, J.G.; COBO, J.A.O. El resilvestramiento y el retorno de la fauna: enfoques, experiencias e implicaciones paisagísticas. **Cuadernos geográficos**, v. 56, n. 3, p. 136-161, 2017.

MORAES, E.C. Abordagem Relacional: uma estratégia pedagógica para a educação científica na construção de um conhecimento integrado. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 2004, Bauru. **Anais...** Belo Horizonte: ABRAPEC, 2004.

MORAES, M.C.; TORRE, S. de la. **Sentipensar**: Fundamentos e estratégias para reencantar a educação. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MORAES, S.S.; SANTOS, J.S.; BRITO, M.M.M. Importância dada à Paleontologia na Educação Brasileira: uma análise dos PCN e dos livros didáticos utilizados nos colégios públicos de Salvador – Bahia. In: Carvalho, I.S. et al. **Paleontologia**: Cenários de Vida. v.2. Rio de Janeiro, Interciência, 2007, p.71-75.

MOTA, J.S. Utilização do Google Forms na Pesquisa Acadêmica. **Humanidades e Inovação**, v.6, n.12, p. 371-380, 2019.

MOURA-FÉ, M.M. Geoturismo: uma proposta de turismo sustentável e conservacionista para a Região Nordeste do Brasil. **Sociedade e Natureza**. Uberlândia, MG, v. 27, n.1, p. 53-66, 2015.

MOURA JUNIOR, D.A., OLIVEIRA, F.A. de., CHIAVEGATTO, B., ALVES, Y.M. Boletim de Resumos do XXIII Congresso Brasileiro de Paleontologia. Gramado, Rio Grande do Sul. In: **Paleontologia em Destaque - Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Paleontologia**, Edição Especial, 2013.

MUSEU DA PESSOA. Coleção: **Quinta do Sumidouro na Memória e Vida de seus Moradores**. 2014. Disponível em: <<https://acervo.museudapessoa.org/pt/conteudo/colecao/quinta-do-sumidouro-na-memoria-e-vida-de-seus-moradores-93352>> Acesso em 13 out. 2021.

NASCIMENTO, L. **Ministro do Turismo anuncia investimentos para parques estaduais de Minas Gerais**. Reportagem publicada em 10 ag. 2020. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/13680-ministro-do-turismo-anuncia-investimentos-para-parques-estaduais-de-minas-gerais.html>> Acesso em 20 set. 2020.

NASCIMENTO, M.A.L. Diferentes ações a favor do patrimônio geológico brasileiro. **Estudos Geológicos**, Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Tecnologia e Geociências, Departamento de Geologia, v. 20, n.2, p. 81-92, 2010.

NATALI, S.M.; HOLDREN, J.P.; ROGERS, B.M.; TREHARNE, R.; DUFFY, P.B.; POMERANCE, R.; MACDONALD, E. Permafrost carbono feedbacks threaten global climate goals. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v.118, n. 21, 2021

NEIRA, H.; RUSSO; L.I.; SUBIABRE, B.A. Ecocídio. **Revista de Filosofia**, n. 76, p. 127-148, 2019.

NEVES, W.A.; PILÓ, L.B. O Povo de Luzia – em busca dos primeiros americanos. São Paulo, Editora Globo, 2008. Resenha de: TURATTI, M. C. M. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 17, p. 1-348, 2008.

NICHOLLS, C.I.; ALTIERI, M.A. A agroecologia em tempos de COVID-19. **Brasil de Fato**, São Paulo, SP, 01 abr. 2020. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/01/artigo-a-agroecologia-em-tempos-de-covid-19>> Acesso em 20 set. 2020

NUNES, L.R. **Trajetórias formativas docentes**: o que significam professoras em diálogos cogenerativos sobre hortas escolares. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019.

OLIVEIRA, C.I.C.; ORRICO, E.G.D. Memória e discurso: um diálogo promissor. In: GONDAR, J.; DODEBEL, V. (Orgs.) **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005, p. 73-87.

OLIVEIRA, G.C.G.; OLIVA, E.; BALBINO, A.C.; CASTRO, L.O.R.; RIBEIRO, F.S.N. A proximidade de um parque paleontológico estimulando o conhecimento entre estudantes da Educação Básica brasileira. **Terrae Didactica**, n. 15, p. 1-8, 2019.

OLIVEIRA, R. R. de. Mata Atlântica, paleoterritórios e história ambiental. **Ambiente & Sociedade**, v. 10, n. 2, p.11-23, 2007.

OLIVEIRA, R.R. Saberes tradicionais e a história da paisagem. In: SANTOS, M.G.; QUINTEIRO, M. (Org.). **Saberes Tradicionais e locais: reflexões etnobiológicas**. Rio de Janeiro: UERJ, 2018, p. 15-27

ONARY-ALVES, S.Y.; BECKER-KERBER, B.; VALENTIM, P.R.; PACHECO, M.L.A.F. O conceito de geoparque no Brasil: reflexões, perspectivas e propostas de divulgação. **Terrae Didactica**, v. 11, n. 2, p. 94-107, 2015.

OPAP – **Observatório de Parcerias em Áreas Protegidas**. RODRIGUES, C.G.O.; BOTELHO, E.S. (Coords.), 2022. Disponível em: < <https://www.opap.com.br/mapeamento-de-parcerias?offset=1587705480712>> Acesso em 04 jan. 2022.

ORTIZ, R. Walter Benjamin e Paris: individualidade e trabalho intelectual. **Tempo Social**. v.12, n.1, p. 11-28, 2000.

PACE, R. Abuso científico do termo ‘caboclo’? Dúvidas de representação e autoridade. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v.1, n.3, p. 79-92, 2006.

PADOAN, L. de L.F.; SOUZA, L. V. de. Contexto Socioambiental do Parque Estadual do Sumidouro, APA Carste de Lagoa Santa, MG. **Uso Público em Unidades de Conservação**, n. 1, v. 1, 2013.

PÁDUA, J.A. O Brasil na história do Antropoceno. [Palestra concedida ao] **Colóquio Brasileiro do Centro de Pesquisas Físicas**, 20 set. 2017. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=Wc1od0xKjZc>> Acesso em 18 set. 2020.

PÁDUA, K.C.; RISÉRIO, F.S.; CORREIA, R. Os quintais como patrimônio. In: SIMAN, L.M.C.; MIRANDA, S.R. (Org.). **Patrimônio no Plural**: Educação, Cidades e Mediações. Bel Horizonte: Fino Traço Editora, 2017.

PALACIO, G.; VARGAS, A.; HENNESSY, E. Antropoceno o Capitaloceno en fricción. Des-Encuentros entre Geociencias e Historia. In: ALIMONDA, H.; PÉREZ, C.T.; MARTÍN, F. (Coords.). **Ecología política latinoamericana: pensamento crítico, diferencia latino-americana y rearticulación espistémica**. v. 2., 1. Ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; México: Universidad Autónoma Metropolitana; Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ciccus, 2017.

PALHARES, J.M.; GUERRA, A.J.T. Potencialidades no município de Oiapoque, Amapá, para o desenvolvimento do Geoturismo. **Espaço Aberto**, PPGG, UFRJ, v. 6, n. 2, p. 51-72, 2016.

PÁSSARO, E.M.; HESSEL, M.H.; NETO, J.A.N. Principais acervos de paleontologia do Brasil. **Anuário do Instituto de Geociências da UFRJ**. v. 37-2. p. 48-59, 2014.

PAULA, F.A. de. **Folder Ambiental**: um suporte educativo à divulgação científica focado na conservação da biodiversidade. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PÊCHEAUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1975.

PELACANI, B.; MUNIZ, T.S.A.; SÁNCHEZ, C. Educação Ambiental Crítica e estudos de patrimônio crítico: intersecções e virada para pedagogias decoloniais. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v.14, n. 2, p. 133-151, 2019.

PELACANI, B.; PARRA, R.A.G.; RODRÍGUEZ, J.M.V.; SÁNCHEZ, C. Las luchas que educan: La Educación Ambiental de Base Comunitaria y las Consultas Populares em el conflicto minero em Colombia. **Ensino, Saúde e Ambiente**, n. Especial, p. 331-352, 2020.

PELLIZZARO, P.C.; HARDT, L.P.A.; HARDT, C.; HARDT, M.; SEHLI, D.A. Gestão e Manejo de Áreas Naturais Protegidas: Contexto Internacional. **Ambiente & Sociedade**, v.18, n.1, p. 21-40, 2015.

PEREIRA, E.A.; GOMES, N.P.M. **Flor do Não Esquecimento**: cultura popular e processos de transformação. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2002.

PEREIRA, V. Ecologia cosmocena: alternativas ao horizonte do Antropoceno. [Entrevista concedida à] **IHU Online**, 8 nov. 2019. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/594184-ecologia-cosmocena-alternativas-ao-horizonte-do-antropoceno-entrevista-especial-com-vilmar-pereira>> Acesso em: 18 set. 2020.

PEREIRA, V.A. Existências ameaçadas: A Educação Ambiental em tempos de COVID-19. [Entrevista concedida à] **IHU-Online**, 30 abr. 2020. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598491-existencias-ameacadas-a-educacao-ambiental-em-tempos-de-covid-19-artigo-de-vilmar-alves-pereira>> Acesso em: 20 set. 2020.

PETRÓ, S.M. **Introdução ao estudo dos foraminíferos**. Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2018.

PETRONIO, R. Gaia, Antropoceno e Natureza: 3 conceitos para compreender a transição em curso. [Entrevista concedida à] **IHU Online**, 18 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/611609-gaia-antropoceno-e-natureza>>

tres-conceitos-para-compreender-a-transicao-em-curso-entrevista-especial-com-rodrigo-petronio> Acesso em: 10 fev. 2022.

PIRANHA, J.M.; CARNEIRO, C.D.R. O ensino de geologia como instrumento formador de uma cultura de sustentabilidade. **Revista Brasileira de Geociências**, São Paulo, v. 39, n.1, 2009.

PIRES, E.G. Experiência e Linguagem em Walter Benjamin. **Educação e Pesquisa**, v. 40, n. 3, 2014.

PIRES, D.O (Org.). **200 Anos do Museu Nacional**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Associação Amigos do Museu Nacional, 2017.

PIRES, E.G. Modernidade, Infância e Linguagem em Walter Benjamin. **Conjectura: Filos**, v. 21, n. 2, p. 245-274, 2016.

PIRES, T. Por um constitucionalismo ladino-amefricano. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

POLAND, B.D. Transcription Quality. In: GUBRIUM, J.F.; HOLSTEIN, J.A. **Handbook of Interview research: Context & Method**. London: Sage Publications, 2001.

POOLE, S. Novacene by James Lovelock review: a big welcome for the AI takeover. **The Guardian**. 27 jun. 2019. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/books/2019/jun/27/novacene-by-james-lovelock-review>> Acesso em: 10 fev. 2022.

POPP, J.H. **Geologia Geral**. 7ª. Ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2017.

PORTO-GONÇALVES, C.W. De Saberes e de Territórios: Diversidade e Emancipação a partir da experiência latinoamericana. In: CECEÑA, A.E. (Coord.). **De los saberes de la emancipación y de la dominación**, 1 ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales: CLACSO, 2008, p. 37-52.

PREFEITURA DE LAGOA SANTA, MG. **Rota das Doceiras, 2019**. Disponível em: <<https://www.lagoasanta.mg.gov.br/turismo-cultura-o-que-conhecer/rota-das-doceiras?showall=1>> Acesso em 05 fev. 2022.

PREVEDELLO, T. Sob o signo de Chronos e Kairós: a narração do tempo em Lobo Antunes. **Revista de Estudos Literários**, v. 8, p. 275-299, 2018.

PUGGIAN, C. Justiça Ambiental e Educação Ambiental. [Palestra concedida ao] **O Jardim Botânico Educa: Diálogos Formativos**. Jardim Botânico da Universidade Federal de Juiz de Fora/UB-UFJF. Mediação: Angélica Cosenza (UFJF). Transmitida no youtube em 14 jan. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NPSnByJ4BEE&t=5856s>> Acesso em: 25 fev. 2022.

QUARESMA, R.L.S.; CISNEROS, J.C. O Parque Floresta Fossil do Rio Poti como ferramenta para o ensino de Paleontologia e Educação Ambiental. **Terrae Didactica**, v. 10, n. 1-2, p. 47-55, 2013.

QUEIROZ, E.D.; VALLEJO, L, R. Uso Público em Unidades de Conservação: entre o ideal e o real. **Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação**. v. 5, n. 9, 2017.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of World-Systems Research**, v.6, n.2, p. 342-386, 2000.

RAMALHO, V.; RESENDE, V.M. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. Coleção Linguagem e Sociedade, v.1, Campinas: Pontes Editores, 2011.

RAMÍREZ, O.E.C. Capitaloceno y adaptación elitista. *Ecología Política*. **Fundación ENT e Icaria Editorial**, 2017. Disponível em: < <https://www.ecologiapolitica.info/?p=9698>> Acesso em: 18 set. 2020.

RESENDE, V.M. Análise de Discurso Crítica: reflexões teóricas e epistemológicas quase excessivas de uma analista obstinada. In: RESENDE, V.M.; REGIS, J.F.S. (Org.). **Outras perspectivas em análise de discurso crítica**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017, p. 11-52.

RESENDE, V.M. **Decolonizar os estudos críticos do discurso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

RESENDE, V.M.; RAMALHO, V. **Análise de Discurso (para a) Crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

RESENDE, V.M.; REGIS, J.F.S. (Org.) **Outras Perspectivas em Análise de Discurso Crítica**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

RIBEIRO, D.M.; CAPANEMA, L.X.L. Limiares e Fronteiras na Arte: um estudo sobre a experiência estética em Walter Benjamin. **Interin**, Curitiba, v. 21, n. 2, p. 5-22, 2016.

RICKLEFS, R.E. **A Economia da Natureza**. 6ª. ed. Guanabara Kroogan, 2010.

RIOS, R.R. O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: POCAHY, F. **Rompendo o Silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea**. Políticas, teoria e atuação. Porto Alegre: Nuances, 2007, p.27-48.

RODRIGUES, C.G.O.; ABRUCIO, F.L. Parcerias e Concessões para o desenvolvimento do turismo nos parques brasileiros: possibilidades e limitações de um novo modelo de governança. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v.13, n.3, p. 105-12-, 2019.

RODRIGUES, C.G.O.; GODOY, L.R.C. Atuação pública e privada na gestão de Unidades de Conservação: aspectos socioeconômicos da prestação de serviços de apoio à visitação em parques nacionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 28, p. 75-88, 2013.

RODRIGUES, M.E.; FORTUNATO, I. Humberto Maturana e a humanidade na formação de professores: contribuições para um sentipensar na Educação. **Temas em Educação e Saúde**, v.17, n. 00, p. 1-9, 2021.

ROSA, G. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1980.

RUFINO, L. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

RUFINO, L.; CAMARGO, D.R.; SÁNCHEZ, C. Educação Ambiental desde El Sur: A perspectiva da Terexistência como Política e Poética Descolonial. **Revista Sergipana de Educação Ambiental**, v.7, Número Especial, 2020.

SACHS, I. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SALGADO, S. Di C.; MENEZES, A.K.; SÁNCHEZ, C. A colonialidade como projeto estruturante da crise ecológica e a educação ambiental desde el sur como possível caminho para a decolonialidade. **Revista do Programa de Pós-graduação em Educação da Unochapecó**, v.21, 2019.

SÁNCHEZ, C.; PELACANI, B.; ACCIOLY, I. Educação Ambiental: Insurgências, Re-Existências E Esperanças. **Ensino, Saúde e Ambiente**, Número Especial, p. 1-20, 2020.

SÁNCHEZ, C.; SALGADO, S.C.; OLIVEIRA, S.T. Aportes da Ecologia Política para a construção de uma Educação Ambiental de base comunitária no contexto latino-americano: narrando a experiência de um curso de extensão universitária. **Ambiente & Educação**, v. 25, n.1, 2020.

SANDRIN, M.; PUORTO, G.; NARDI, R. Serpentes e acidentes ofídicos: um estudo sobre erros conceituais em livros didáticos. **Investigações em ensino de ciências**, v. 10, n. 3, p. 281-298, 2016.

SANSOLO, D.G.; CAVALHEIRO, F. Geografia e Educação Ambiental. In: SANTOS, J.E. dos.; SATO, M. **A Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora**. São Carlos: RiMa, 2006, p. 109-131.

SANTOS, B.S. (Org.). **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, B.S. **Conocer desde El Sur: Para una cultura política emancipatória**. Lima, Peru: Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales – UNMSM, 2006.

SANTOS, B.S. **Uma epistemologia del Sur**. Clacso Coediciones, 2009.

SANTOS, C.F. Rio + 20: “política espetáculo”. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, PPGEA/FURG-RS. v. especial, p. 34-46, 2013.

SANTOS, J.E. dos.; SATO, M. **A Contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora**. São Carlos: RiMa, 2006.

SANTOS, L.M.F. **Discursos de Educação Ambiental na formação de educadores(as) ambientais**: uma abordagem a partir da Análise Crítica do Discurso. 2010. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e Saúde) - Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Saúde, NUTES/UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo; razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, W.F.S. dos; CARVALHO, I.deS.; FERNANDES, A.C.S. Mineração versus Paleontologia: Uso e Ocupação da Serra do Veado em Peirópolis – Uberaba, Estado de Minas Gerais (Brasil). **Anuário do Instituto de Geociências** – UFRJ, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 74-86, 2010.

SARLO, B. **Sete ensaios sobre Walter Benjamin e um Lampejo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

SARRIA, J.A.V.; PELACANI, B.; ESPINOSA, G.M.F.; RENAUD, D.; SÁNCHEZ, C. La Educación Comunitaria: Reflexiones, Problemáticas y Retos. In: KASSIADOU, A.; SÁNCHEZ, C.; CAMARGO, D.R.; STORTTI, M.A.; COSTA, R.N. **Educación Ambiental desde el Sur**. Macaé: UFJR e Nupem Editora, 2018.

SATO, M. Apaixonadamente pesquisadora em educação ambiental. **Educación Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 9, n. 16/17, p. 24-35, 2001.

SATO, M. (Coord.). **Os condenados da pandemia** (livro eletrônico). GPEA-UFMT & Editora Sustentável, 2020a. Disponível em: < <https://editorasustentavel.com.br/os-condenados-da-pandemia/>> Acesso em: 20 set. 2020.

SATO, M. 2020b. Educação Ambiental em tempos de pandemia. [Entrevista concedida à] **Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**, 09 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.instagram.com/tv/CBOAkTJAtl2/?igshid=6s5xwswz5a5c>>

SATO, M. 2020c. Número de imigrantes deve aumentar e brasileiro se tornará mais xenófobo, alerta pós-doutora da UFMT. [Entrevista concedida à] Isabela Mercuri. **Olhar Conceito**, 22 jan. 2020. Disponível em: < <https://www.olharconceito.com.br/noticias/exibir.asp?id=18906¬icia=numero-de-imigrantes-deve-aumentar-e-brasileiro-se-tornara-mais-xenofobo-alerta-pos-doutora-da-ufmt&edicao=2>> Acesso em: 18 set. 2020.

SATO, M.; CARVALHO, I. **Educación Ambiental**: pesquisa e desafios. Porto alegre: Artmed, 2005.

SATO, M.; SANTOS, D.L.M.; SILVA, R.A. Educação e território: a luta por uma construção decolonial no quilombo de Mata Cavallo. **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 16, p.1-16, 2021.

SCHOBENHAUS, C. et al. **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**. DNPM/CPRM – Brasília Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos (SIGEP), 2002

SCHWANKE, C.; SILVA, M.A.J. Educação e Paleontologia. In: CARVALHO, I.S. (Ed.) **Paleontologia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2004, p. 123-130.

SEGANFREDO, T. **Daniel Munduruku**: “Eu não sou índio, não existem índios no Brasil”. Nonada, 21 set. 2017. Disponível em: <https://www.nonada.com.br/2017/11/daniel-munduruku-eu-nao-sou-indio-nao-existem-indios-no-brasil/>

SILVA, A.K.L.S.; PARDO-ENRIQUEZ, D.; FILGUEIRAS, L.A.; TAVARES, R.B. Os recursos naturais na era do Antropoceno à luz da economia ecológica. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v.11, n.3, Especial, 2019.

SILVA, C.M.; CACHÃO, M. “Paleontologia Urbana”: Percursos Citadinos de Interpretação e Educação (paleo)ambiental. In: V CONGRESSO NACIONAL DE GEOLOGIA, 1998, Lisboa, Portugal. **Anais...** Lisboa, Portugal: Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro, 1998, v. 84, n. 2, 1998.

SILVA, C.N.; MENDES, M.A.F.; CARVALHO, M.M.; MACHADO, M.B.N.S. Paleontologia e Ensino Básico: Análise dos PCNs e livros didáticos em Juiz de Fora, MG. In: XXV CONGRESSO BRASILEIRO DE PALEONTOLOGIA, 2017, Ribeirão Preto, SP. **Anais...** Universidade de São Paulo – USP, Ribeirão Preto, SP: Sociedade Brasileira de Paleontologia, 2017.

SILVA, C.N.; COSENZA, A. A Paleontologia em Minas Gerais: turismo, conflitos socioambientais e Educação Ambiental. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS – XII ENPEC, 2019a, Natal, RN. **Anais...** Natal, RN: Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências – ABRAPEC, 2019a.

SILVA, C.N.; COSENZA, A. Paleontologia e Educação Ambiental: Possibilidades e desafios para o ensino e a justiça ambiental. In: X ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL - EPEA, 2019b, São Cristóvão, SE. **Anais...** Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE: UFJF, MG; UFF, RJ; FFCLRP/USP, SP, 2019b.

SILVA, C.N.; COSENZA, A.; STROPPIA, G.M. Pelos caminhos de Lund: Paleontologia e Educação Ambiental em material de divulgação da Rota das Grutas, MG. In: XXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE PALEONTOLOGIA, 2019, Uberlândia, MG. **Anais...** Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG: Sociedade Brasileira de Paleontologia, 2019.

SILVA, C.N.; COSENZA, A. Paleontologia e Justiça Ambiental: tecendo conexões através da Ecologia Política. **Revista Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 24, p. 1-18, 2021.

SILVA, C.N.; MENDES, M.A.; CARVALHO, M.M.; STROPPIA, G.M. Paleontologia e Ensino Básico: análise dos PCN e livros didáticos em Juiz de Fora, MG. **Revista Brasileira de Paleontologia**, v. 24, n.1, p 62-69, 2021.

SILVA, M.L.S.; BAPTISTA, G.C.S. A obra dos naturalistas Spix e Martius no contexto do ensino de Biologia na atualidade. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS – XII ENPEC – 2019, Natal, RN. **Anais...** Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE: Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciência, 2019.

SILVA, M.R.; PIRES, G.D.L.; PEREIRA, R.S. O necroliberalismo, bolsonaro 'vírus mental' e a pandemia da COVID-19 como casos de saúde pública: o real resiste? **Motrivivência**, Florianópolis, Universidade de Santa Catarina, v. 32, n. 61, p. 1-18, 2020.

SILVA, S.L.; PEDROSA, C.E.F.; DAMASCENO, T.M.S.S. Linguagem e Globalização: perspectiva da análise crítica da linguagem. **Cadernos do CNLF - CIFEFIL**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 34-47, 2011.

SIMAS, L.A.; RUFINO, L. **Encantamento**: sobre política de vida. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.

SIMONNEAUX, J.; LEGARDEZ, A. The Epistemological and Didactical Challenges involved in teaching Socially Acute Questions: The example of Globalization. **Journal of Social Science Education**, v. 9, n. 4, 2010.

SMEDLEY, T. De gases a vírus, o veneno que é espalhado pelo derretimento das geleiras. **BBC News Brasil**, 26 jul. 2020. Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/vert-fut-52971813?ocid=wsportuguese.chat-apps.in-app-msg.whatsapp.trial.link1_.auin> Acesso em 20 jan. 2022.

SOLÓRZANO, A; OLIVEIRA, R.R. de, GUEDES-BRUNI, R.R. Geografia, história e ecologia: criando pontes para a interpretação da paisagem. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v.12, n.1, p.49-66, 2009.

STAHNKE, L.F.; COSTA, V.M.F. Folhetos como ferramenta de educomunicação em parques naturais: estudo de caso sobre os parques de Canela/RS. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, UFSM, v. 2, n. 2, p. 257- 282, 2011.

STORTTI, M.A.; SÁNCHEZ, C. Educação Ambiental Decolonial de Base Comunitária: a Pedagogia dos Afetados pelo setor da Mineração. In: IX EPEA – ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2017, Juiz de Fora, Minas Gerais. **Anais...** Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

TATAGIBA, F. Etnobotânica literária: As plantas do livro Grande Sertão: Veredas na III Expedição Caminhos das Geraes. **Blog Biólogo**, 2009. Disponível em: < <https://biologo.com.br/bio/etnobotanica-literaria/>> Acesso em 27 dez. 2021.

TEIXEIRA, W.; TOLEDO, C.; FAIRCHILD, T.; TAIOLI, F. **Decifrando a Terra**. São Paulo: Oficina de Textos, 2000.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

TRISCHLER, H. El Antropoceno, ¿un concepto geológico o cultural, o ambos? **Desacatos**, n.54, p. 40-57, 2017.

VALE, A.L.R. do. **Literatura e Museu**: Estudo dos museus literários Casa Guilherme de Almeida (SP) e Museu Casa Guimarães Rosa (MG). 2016. Dissertação (Mestrado em Museologia). Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia. Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, Brasil, 2016.

VALENÇA, M.R. A apropriação mercadológica da natureza na produção do espaço pelo turismo de segunda residência em Gravatá-PE. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v.4, n.1, 2015.

VALLEJO, L.R. Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão. **Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação**. Niterói, RJ. v.1, n.1, p. 13-26, 2013.

VIANA, M.S.S.; CARVALHO, I.S. **Patrimônio Paleontológico**. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2019.

VIEIRA, J.A.; MACEDO, D.S. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. In: BATISTA JR.; SATO, D.T.B; MELO, I.F. (Org.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

VIEIRA, V. A ACD no Brasil hoje: a crítica como arte de fazer-se crítica. Conferência de abertura com a Profª. Dra. Viviane Vieira (UnB) no II **Simpósio sobre Análise de Discurso Crítica na UECE**. Mediação: Suze do Amaral Oliveira (UNILAB). Transmitida no youtube em 6 nov. 2020. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=TIly1jTYyIE>>

VILAS BOAS, M.P. **Patrimônio Paleontológico do Geopark Araripe (Ceará, Brasil): análise e propostas de conservação**. 2012. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Geológico e Geoconservação). Escola de Ciências, Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2012.

VIVACQUA, M.; VIEIRA, P.H.F. Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação. **Política e Sociedade**, v.4, n.7, 2005.

WALSH, C. (Ed.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Tomo II. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2017.

WALSH, C. Interculturalidad y (de)colonialidad: perspectivas críticas y políticas. **Visão Global**, Joaçaba, v. 15, n. 1/2, p. 61-74, 2012.

WALSH, C. (org.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Equador: Abya yala, 2013.

WATERS, C.N. et al. The Anthropocene is functionally and stratigraphically distinct from the Holocene. **Science**, v. 351, n. 6269, 2016

WELCH, C. Exclusivo: Parte do solo do ártico não está mais congelando — nem mesmo no inverno. **National Geographic**, 28 ago. 2018. Disponível em: < <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2018/08/permafrost-cratera-batagaika-exclusivo-solo-russia-artico-congelando-inverno-neve>> Acesso em 18 set. 2020.

WIEVIORKA, M. **La Consciencia del tempo: la memoria**. Coleção Signos de La Memoria. Santiago de Chile: Museo de La Memoria y los Derechos Humanos, 2015.

WODAK, R. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. Linguagem em (Dis)curso. In: CALDAS-COULTHARD, C. R.;

FIGUEIREDO, D. de C. (Org.) **Análise Crítica do Discurso**, 2004. v. 4, n. especial, p. 223-243.

WUNDER, E. O Geólogo, a Geologia e a Geologia de Engenharia. In: 16º CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA DE ENGENHARIA E AMBIENTAL, 2018, São Paulo. **Anais...** São Paulo, SP: Associação Brasileira de Geologia e Engenharia Ambiental, 2018.

XAVIER, F.V.; RIBAS, R.D.; BRAZ, A.M. Avaliação de impactos socioambientais na Gruta da Lapinha, Lagoa Santa/MG e seu entorno pela atividade turística. **Geografia (Londrina)**, v.26, n.1, p. 19-33, 2017.

ZALASIEWICZ, J. Science and society of the Anthropocene: Transition from the Holocene. **Science, people & politics**, p. 9-16, 2016.

ZALASIEWICZ, J.; WATERS, C.N.; IVAR DO SUL, J.; CORCORAN, P.L.; BARNOSKY, A.D.; CEARRETA, A.; EDGEWORTH, M.; GALUSZKA, A.; JEANDEL, C.; LEINFELDER, R.; MCNEILL, J.R.; STEFFEN, W.; SUMMERHAYES, C.; WAGREICH, M.; WILLIAMS, M.; WOLFE, A.P.; YONAN, Y. The geological cycle of plastics and their use as a stratigraphic indicator of the Anthropocene. **Anthropocene**, v. 13, p. 4-17, 2016.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p.11-34.

ZHOURI, A. OLIVEIRA, R. Experiências locais e olhares globais: desafios para os moradores do Vale do Jequitinhonha (MG) no campo ambiental. In: STEIL, C.A.; CARVALHO, I.C.M (Orgs.). **Cultura, Percepção e Ambiente**: diálogos com Tim Ingold. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012, p. 191-209.

**ANEXO A - Entrevista com monitores/as ambientais do Parque Estadual do
Sumidouro, MG**

Levantamento de saberes e práticas - parte da pesquisa de doutorado de Camila Neves Silva, estudante do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora/PPGE-UFJF e professora do Departamento de Geociências da UFJF

* Obrigatório

1. E-mail *

2. Nome

3. Gênero

4. Idade

5. Telefone/whatsapp para contato (não obrigatório), com DDD

6. Formação/Escolaridade*

(Marcar apenas uma opção)

- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Completo
- Ensino Superior Completo
- Especialização
- Pós-Graduação

7. Você é nascido/a e/ou criado na região de Lagoa Santa ou arredores? Onde, especificamente?*

8. Trabalha como monitor/a ambiental no Parque há quanto tempo? *

- Há menos de 2 anos
- De 2 a 4 anos
- Há 5 anos ou mais

9. Sua relação com o Parque e as grutas é de (é possível assinalar mais de uma resposta)*:

- Trabalho
- Afeto/Pertencimento
- Lazer
- Conflito
- Outra: _____

10. Os atrativos mais característicos da região são (é possível assinalar mais de uma resposta)*:

- Tradições culturais
- Tradições religiosas
- Atrativos Espeleológicos
- Atrativos Paleontológicos
- Atrativos Arqueológicos
- Atrativos de Flora e Fauna
- Atrativos Históricos
- Turismo de Aventura
- Outro

11. Para você, qual a importância da Paleontologia para a região? *

12. Você diria que há alguma relação de afeto/ sensação de fazer parte do local, pelos/as moradores/as do entorno, em relação aos pontos turísticos (ex.: seu cotidiano, seu passado, suas histórias)? *

13. Você enxerga o turismo na região como algo: *

- Positivo
- Negativo
- Neutro

14. Sobre a resposta anterior, por que você enxerga o turismo desse modo? *

15. Os/as moradores/as locais enxergam o turismo como algo: *

- Positivo
- Negativo
- Neutro

16. Como são as visitas guiadas? O que é explicado aos/às visitantes? *

17. É utilizado algum material impresso para o roteiro nas visitas guiadas? Se sim, qual? Descreva-o brevemente *

18. Você considera que seu trabalho nas visitas guiadas é educativo? Se sim, o que ele ensina?*

19. Sabe se os/as moradores/as locais participam das decisões relacionadas ao Parque? *

20. Há impactos das mineradoras no Parque e nos arredores? *

- Sim
- Não
- Desconheço

21. Sobre a pergunta anterior, em caso afirmativo, quais impactos você destaca?

22. Conhece os/as moradores/as mais antigos/as da região? *

- Sim
- Não

23. Sobre a pergunta anterior, em caso afirmativo, poderia indicar o nome e o contato (endereço) de algum/a deles/as?

24. Você teria disponibilidade para uma entrevista virtual previamente agendada? Que dia da semana e horário seriam melhores pra você? *

ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa “PALEONTOLOGIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DISCURSOS SOBRE TERRITÓRIOS DE IMPORTÂNCIA PALEONTOLÓGICA NA ROTA DAS GRUTAS PETER LUND, MG”. Nesta pesquisa pretendemos **avaliar como monitores/as ambientais, voluntários/as e moradores/as da região enxergam a Paleontologia, a importância do geossítio e os impactos ambientais existentes na área.** Isso nos permitirá **compreender os sentidos que tomam parte das comunidades de sítios de importância paleontológica em MG, sobre seu pertencimento, sua cotidianidade e os conflitos ambientais nos quais se colocam.**

Caso você concorde em participar, adotaremos o seguinte procedimento: você precisará apenas responder às questões feitas pela entrevistadora. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em **riscos mínimos**, como a **possibilidade de serem identificados**. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, **o seu nome não será publicado/identificado na pesquisa, bem como nenhum outro dado que possa identifica-lo.** A pesquisa contribuirá para **reconhecer os conflitos locais como espaços que as comunidades têm para se colocarem diante de situações de injustiça, colaborando também para novos modos de pensar o ambiente, a educação e o território.**

Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, você tem assegurado o direito de indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido(a). A pesquisadora não vai divulgar seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, a pesquisadora avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. A pesquisadora tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que **me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.**

Juiz de Fora/Lagoa Santa e arredores, _____ de agosto de 2021



Assinatura do Participante

Assinatura da Pesquisadora

Pesquisadora Responsável: Camila Neves Silva
Endereço: Departamento de Geociências, ICH, UFJF. Rua José Lourenço Kelmer, S/N, Martelos, Juiz de Fora, Minas Gerais.
CEP: 36036-330
Fone: (32)2102-3102
E-mail: camilaneves.bio@gmail.com

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - UFJF
Campus Universitário da UFJF
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
CEP: 36036-900

Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propp@ufjf.edu.br